UNIVERSITAT DE BARCELONA

Macrofilosofia da Coesão e Teleologia da paz: Sobre o Conceito de Coesão Econômica, Territorial e Social na União Europeia

Rodrigo Marzano Antunes Miranda

Aquesta tesi doctoral està subjecta a la llicència ***Reconeixement- NoComercial 4.0. Espanya de Creative Commons***.

Esta tesis doctoral está sujeta a la licencia ***Reconocimiento - NoComercial 4.0. España de Creative* Commons**.

This doctoral thesis is licensed under the ***Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0. Spain License***.

UNIVERSITAT DE BARCELONA

Tese de doutorado

Macrofilosofia da Coesão e Teleologia da paz: Sobre o Conceito de Coesão Econômica, Territorial e Social na União Europeia

Rodrigo Marzano Antunes Miranda

Diretor e tutor: Dr. Gonçal Mayos Solsona – UB

Codiretor: Dr. Ricardo Henrique Carvalho Salgado – UFMG

Programa de doutorado em Cidadania e Direitos Humanos

Setembro de 2024

Ficha catalográfica

Dedico esta tese aos moradores da Vila Cemig, cuja resiliência, união e espírito comunitário me ensinaram que a PAZ é verdadeiramente o melhor caminho para a humanidade e a solução mais eficaz para os conflitos, inspirando a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.[1]

"Totus Tuus ego sum. Totus Tuus Regina Pacis"[2]

PAZ é realmente saber de onde se vem, crescer e não negar minha própria história.

[1] A Vila Cemig, aglomerado de minha infância, localizada na Regional Barreiro, em Belo Horizonte, em Minas Gerais, no Brasil, é vizinha dos bairros Flávio Marques Lisboa e Conjunto Esperança. O nome da vila foi escolhido pelos próprios moradores, em referência à subestação de luz da CEMIG próxima ao local. Das várias lembranças que tenho, recupero aqui de quando brincava em uma festa popular da região, na *Festa de Nossa Senhora Aparecida*, que acontece todos os anos no dia 12 de outubro, na Capela Nossa Senhora Aparecida da Praça do Cruzeiro, quando cantava a canção *Paz* de Gabriel O Pensador, música da qual destaco aqui um trecho: "Aqui se planta/ Aqui se colhe/ Mas para a flor nascer é preciso que se molhe/ É preciso que se regue pra nascer a flor da paz,/ É preciso que se entregue com amor e muito mais/ É preciso muita coisa e que muita coisa mude/ Muita força de vontade e atitude/ Pra poder colher a paz, tem que correr atrás e tem que ser ligeiro!/ Pra poder colher a fruta é preciso ir a luta, e tem que ser guerreiro!/ (PELA PAZ A GENTE CANTA A GENTE BERRA, PELA PAZ EU FAÇO MAIS EU FAÇO GUERRA)".

[2] Tradução nossa: "Sou todo teu. Todo teu, Rainha da Paz".

Agradecimentos

No início, eu detinha o estado de exaltação no Espírito de quem recebe, meio que por “inspiração” das divindades, o dom da profecia ou da adivinhação. Na juventude, pedia que essas divindades me concedessem forças para mudar a humanidade. Na paciência maturada, percebi que isso era impossível; assim, passei a pedir aos deuses que me dessem forças ao menos para mudar quem estava à minha volta. Agora no todo, minhas orações se dirigem ao Deus Uno e Trino. Tudo se torna muito mais simples: rogo a Deus o que deveria ter almejado desde o início: para que consiga mudar a mim mesmo e dar ao todo a unidade renovada em minha humanidade: a paz.

Paz e agradecimentos ao UNIVERSO, por ter a quem agradecer.

Paz e agradecimentos a DEUS, por me permitir chegar até aqui – agora contemplando um pedacinho da iluminação e, ainda enebriado, mesmo assim, curioso e sedento de mais conhecimento. Deus de todos os nomes.

Paz e agradecimentos a UNIVERSITAT DE BARCELONA e ao ESTADO ESPANHOL, pelo apoio e acolhida nestes anos, com toda a certeza, ponto de partida, e não de chegada, em minha reflexão, uma singela contribuição para a comunidade acadêmica. Gostaria de expressar minha profunda gratidão pelo apoio generoso que recebi ao longo de minha jornada como estudante de doutorado. A oportunidade de estudar nessa prestigiada instituição, sob os auspícios do Estado da Espanha, foi uma experiência enriquecedora e transformadora. Agradeço a Universitat de Barcelona por oferecer um ambiente acadêmico excepcional, repleto de recursos e professores dedicados, que têm desempenhado um papel fundamental no meu desenvolvimento como pesquisador. A qualidade da educação que recebi aqui tem sido incomparável, e estou profundamente grato por ter tido a oportunidade de trabalhar com mentores tão inspiradores. Além disso, gostaria de estender minha gratidão ao Estado da Espanha por seu compromisso contínuo com o financiamento da educação superior. Os investimentos em pesquisa e educação têm um impacto duradouro na sociedade, e estou ciente de que sem esse apoio generoso, minha jornada acadêmica não teria sido possível. Esse financiamento não apenas fortaleceu minha

formação acadêmica, como também contribuiu para o avanço do conhecimento em minha área de estudo, beneficiando não apenas a mim, mas também a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo. Agradeço do fundo do meu coração pela confiança que vocês depositaram em mim como estudante e pesquisador. Prometo continuar a dedicar meus esforços ao avanço do conhecimento e ao benefício da sociedade, em reconhecimento à oportunidade que me foi concedida. Mais uma vez, obrigado, Universitat de Barcelona e Estado da Espanha, por tornar possível a realização do meu sonho acadêmico. Estou ansioso para continuar contribuindo para o progresso da ciência e da educação em nosso país e no mundo.

Paz e agradecimentos a FACULDADE DE DIREITO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por me receber e assim permitir o mais alto grau de internacionalização que a universidade proporciona. Essa oportunidade corresponde a uma medida que sintetiza o potencial instalado nessa instituição para impactar as fronteiras do conhecimento e para subsidiar transformações na sociedade.

Paz e agradecimentos ao ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO DO BRASIL, pois levar à prática uma política de Estado para a educação brasileira que resulte em cidadãos não é tarefa simples. Tem que ser a utopia perseguida pelos que acreditam no ser humano como agente e sujeito de sua própria existência. Utopia que não pode ser concebida como algo inatingível, inalcançável, mas como um sonho, um projeto, uma idealização, somente alcançada a partir da consciência e da esperança críticas. Esperança que é bem diferente de atribuir a outrem a responsabilidade por uma situação presente ou de alguma mudança futura dessa mesma situação, esperando que tal força exterior traga a solução. A esperança crítica está vinculada à necessidade ontológica do ser humano de ser crítico da realidade na qual está inserido e é a partir dela que se pode avançar na perspectiva da transformação da realidade vigente. Parte fundamental desse movimento está no investimento em nossas universidades. Por isso, agradeço.

Paz e agradecimentos ao prof. Dr. GONÇAL MAYOS SOLSONA. É com imensa gratidão que expresso meu sincero agradecimento pela inestimável orientação durante a

elaboração de minha tese de doutorado. Seu conhecimento prático e seguro, aliado à sua inigualável vocação para ensinar, foram pilares fundamentais para que eu pudesse trilhar essa jornada com segurança e determinação. Sua capacidade de transmitir conceitos complexos de forma clara e objetiva, sempre incentivando meu crescimento intelectual e me impulsionando a buscar novos horizontes, foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Agradeço profundamente por sua dedicação, paciência e por compartilhar comigo sua vasta experiência. As lições aprendidas durante este período transcenderão o âmbito acadêmico e me acompanharão ao longo de minha trajetória profissional. Agora o mundo se revela diante de meus olhos, com toda certeza macrofilosófico.

Paz e agradecimentos ao prof. Dr. RICARDO HENRIQUE CARVALHO SALGADO, pois a concretização de um projeto desta natureza não se deve apenas ao autor, mas antes, a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, se envolveram nessa empreitada. Foi enorme e constante a partilha de dúvidas, angustias, incertezas, conquistas e muitos os aprendizados. Agradeço pela imensa ajuda na elaboração deste trabalho, assim como pela paciência, compreensão e confiança. Acima de tudo pela acolhida generosa.

Paz e agradecimentos a MARIA CONSOLAÇÃO MARZANO DE OLIVEIRA, pelo dom da vida realizado em mim. Mãe, companheira de todas as horas e refúgio de pura ternura, a única que consegue estar em minha alma.

Paz e agradecimentos ao MIGUEL ANTUNES MIRANDA, pai que investiu tudo nos filhos e, particularmente, em minha educação; mais ainda, agradecimentos pelo seu testemunho, força e caráter que me guiaram durante toda a vida.

Paz e agradecimentos ao ROGÉRIO MARZANO ANTUNES MIRANDA, único irmão de meu sangue e incentivo permanente. Você chegou à minha vida e nem percebeu a felicidade que me trouxe. Grande é sua importância para o meu dia a dia. Espero ser exemplo para ti e lutar também pelos seus sonhos. Irmão mais novo ao qual devo toda proteção de paz.

Paz e agradecimentos a ALINE DE FREITAS DO NASCIMENTO. Simone de Beauvoir (1980) uma vez disse que “O amor é uma tentativa de transformar um fragmento

de mundo em um paraíso" (p. 412). Com essa citação inspiradora, gostaria de expressar minha profunda gratidão a você, Aline, por todo o apoio, dedicação e carinho que tem demonstrado. Sua presença e contribuição têm sido fundamentais para transformar nosso ambiente comum em um verdadeiro paraíso, em que a colaboração e o respeito mútuo prevalecem. Seu comprometimento é admirável, e sua capacidade de enfrentar desafios com serenidade e determinação é uma fonte constante de inspiração para todos ao seu redor. Agradeço por sua amizade, paixão e amor, por suas palavras encorajadoras e por estar sempre disposta a ajudar. Que possamos continuar a construir juntos um espaço em que o amor e a compreensão sejam os pilares de nossas ações, seguindo o exemplo de grandes pensadores(as), como Simone de Beauvoir. Com gratidão e respeito.

Paz e agradecimentos aos irmãos e amigos Freis Agostinianos da PROVÍNCIA AGOSTINIANA DO BRASIL por apostarem em mim, ajudando-me a vencer diversas fragilidades e possibilitando-me chegar à construção do novo homem que hoje sou e da tão sonhada felicidade, sem negar, em nenhum momento, minha humanidade. Autenticidade é o que mais lhes devo. Grato por toda a eternidade, espero conseguir retribuir tudo o que de bom me proporcionaram e, quem sabe um dia, ter a graça de me aproximar da prática do agrado Divino, que tanto me seduz, nos pilares assumidos por Santo Agostinho: 1. Interioridade, 2. Vida Comunitária e 3. O serviço a Igreja.

Paz e agradecimentos a profa. dra. MINISTRA EDILENE LOBO, por suas valiosas contribuições para a minha tese. Sua participação foi fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento deste trabalho, e suas percepções e conhecimentos enriqueceram significativamente a qualidade desta pesquisa. Agradeço imensamente por sua generosidade em compartilhar sua expertise e por sua dedicação a este projeto.

Paz e agradecimentos aos amigos e amigas do MANDATO PARTICIPATIVO DO DEPUTADO FEDERAL MIGUEL ÂNGELO – PT/MG. Vocês são a prova viva de que a democracia é construída por meio da participação de todos. A atuação de nosso Deputado Federal, sempre tendo o Estado Democrático de Direito como fio condutor, é um exemplo e

inspiração para a construção de um Estado de Paz, e ver isso de perto, dentro do mandato, foi fundamental para a minha trajetória.

Paz e agradecimentos aos amigos e amigas do MANDATO PARTICIPATIVO DO DEPUTADO ESTADUAL MARQUINHO LEMOS – PT/MG. Agradeço profundamente pela oportunidade de aprender com cada um de vocês. A atuação estadual, referência para a efetivação da paz nos municípios, e a convivência com essa equipe tão engajada foram fontes de eterno aprendizado sobre a construção da paz.

Paz e agradecimentos aos amigos e amigas do escritório de advocacia PONTES MATOS. O trabalho dignifica e engrandece o Homem, e vocês são a prova disso. Profissionais brilhantes que me mostraram o melhor da advocacia, me ensinando a encontrar, na letra da lei, os caminhos para a construção da paz. Particularmente, agradeço ao dr. AÉLITON MATOS, pela dedicação e perfeccionismo com que ensina.

Paz e agradecimentos ao DURVAL ÂNGELO ANDRADE, professor, antes de tudo, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Pessoa que marcou a minha vida, despertando em mim algo especial: a vontade de ensinar! E realmente saber como ensinar! Abriu meus olhos de modo irreversível para a busca constante da paz como princípio, meio e fim, transformando minha maneira de ver o mundo. Teus ensinamentos e tua didática foram muito além dos conteúdos do currículo. Obtive aprendizados importantes para a vida. A sua missão foi muito além da de um professor. Você é um verdadeiro mestre. Soube despertar minha admiração de um modo único e se tornou uma inspiração diária. Muito obrigado pela sua dedicação, paciência e carinho ao lecionar na academia, na boa política e na vida prática. Só posso agradecer-te por fazer parte da minha jornada e dizer-te da minha certeza de que tudo o que aprendi vou levar por toda a vida (principalmente, que o Direito é para todos!). A você, mestre, toda a minha gratidão e carinho!

Paz e agradecimentos ao JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA, que com sua militância estudantil nos anos 1960, o exílio em Cuba, a cirurgia plástica que mudou seu rosto, a vida clandestina no Brasil nos anos 1970, a volta à legalidade com a anistia, em 1979, e sua ascensão no Partido dos Trabalhadores, do qual se tornou presidente e maior

responsável pela eleição de Lula à Presidência da República é referência de luta política mundial. É liderança imprescindível para se entender como foi a luta contra a Ditadura Militar, a preparação para redemocratização, a derrubada do ex-Presidente Fernando Collor, a oposição aos governos de Fernando Henrique Cardoso, a eleição de Lula e Dilma e o atual momento político do nosso país. A História ainda há de reparar os erros cometidos contra você e há de reconhecê-lo como eu reconheço: herói do povo brasileiro! A você, toda gratidão e admiração.

Paz e agradecimentos ao professor e amigo JOSÉ LUIZ BORGES HORTA, hoje adágio de plena iluminação em minha experiência acadêmica, além de ser humano inigualável em minha vida, ou vidas. Um anjo de paz!

Paz e agradecimentos ao professor e amigo PAULO ROBERTO CARDOSO. Contigo aprendi que o verdadeiro estado de paz é a guerra. E mais: que com essa estratégia, em nada se trai o ideal de estabelecer a paz.

Paz e agradecimentos ao professor e amigo JOAQUIM CARLOS SALGADO, fonte de indubitável e inesgotável inspiração e admiração acadêmica.

Paz e agradecimentos aos Professores da UB, em especial aos do Programa de Pós-Graduação em Cidadania e Direitos Humanos, Ética e Política da Faculdade de Filosofia, da Universitat de Barcelona, linha de pesquisa: 101157 – Filosofias do Sujeito e da Cultura, parte integrante do Programa de Doutorado em Filosofia Contemporânea e Estudos Clássicos. Agradeço profundamente pela oportunidade de aprendizado e crescimento proporcionada por este programa, que visa formar pesquisadores tanto no campo da história das ideias quanto nas linhas e temáticas atuais de trabalho filosófico.

Paz e agradecimentos aos professores integrantes da Linha 4 – Estado, razão e História, por tratarem nossa faculdade “salgadianamente” e, com grande coragem, competência e determinação jusfilosófica, assumirem que o “(...) lugar e o modo de existir efetivo da liberdade é o direito” (Joaquim Carlos Salgado, 2017).

Paz e agradecimentos a CAROLA MARIA MARQUES CASTRO, amiga de toda hora e provocação primeira para realização deste sonho, desta maneira, nesta casa.

Paz e agradecimentos ao JOÃO BATISTA MIGUEL, por tantos momentos juntos, na certeza da mesma escola de vida: “A amizade torna-se querida pelo vínculo suave que une muitas almas numa só” (Santo Agostinho, Confissões II, 5, 10). Aprendi contigo que a amizade é um caminho que dá sentido à nossa existência. Tenho-lhe como irmão.

Paz e agradecimentos ao LEVINDO RAMOS, pela contribuição fundamental em minha ebulição como pesquisador jusfilosófico e pelos inúmeros auxílios nas sendas jurídicas.

Paz e agradecimentos ao jovem professor e amigo HUGO REZENDE HENRIQUES, pela decisiva contribuição para a sistematização desta pesquisa.

Paz e agradecimentos à amiga, pesquisadora e professora competente ALICE CASTELANI OLIVEIRA, pela paciência competente de acertar e qualificar a expressão escrita desta pesquisa.

Paz e agradecimentos ao Professor e amigo RENATO AMARAL BRAGA DA ROCHA (*in memoriam*), pelas diversas contribuições no amadurecimento do que pretendi demonstrar.

Paz e agradecimentos aos amigos e colegas de turma, que me enriqueceram nas aulas, com seus exemplos e experiências.

Paz e agradecimentos aos professores da banca examinadora por aceitarem o convite para avaliar meu trabalho, bem como pelas prestimosas reflexões, críticas e valiosas sugestões, que contribuíram – e contribuirão – para enriquecer este trabalho e minha pesquisa como um todo.

Paz e agradecimentos as FACULDADES PROMOVE e aos seus professores. Expresso minha imensa satisfação, gratidão e alegria em ingressar no curso de Direito desta instituição. Desde sua fundação, as Faculdades Promove destacam-se pela busca constante de excelência acadêmica e por sua contribuição inestimável para a formação de profissionais engajados e transformadores. A história da instituição, marcada pelo pioneirismo e expansão, demonstra seu compromisso em oferecer um ensino de qualidade, adaptado às demandas do mercado de trabalho. A Faculdade de Direito, em especial,

fundada em 2003, consolida a tradição da Promove na formação de juristas com sólida base ética e humanista. A infraestrutura moderna e acolhedora, os recursos tecnológicos e a biblioteca com acervo abrangente demonstram a preocupação da instituição em proporcionar um ambiente propício ao aprendizado. Acredito que a missão das Faculdades Promove, pautada na produção e disseminação do conhecimento, na ética, na cidadania e na parceria, se alinha perfeitamente aos meus valores e aspirações profissionais. Confio que o curso de Direito, com seu corpo docente altamente qualificado e metodologia inovadora, me proporcionará as ferramentas necessárias para me tornar um profissional competente, crítico e capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Agradeço a oportunidade de fazer parte da comunidade acadêmica das Faculdades Promove e espero corresponder às expectativas depositadas em mim. Muito importante foi a instrumentalização do formal da lei para essa reflexão exarada agora aqui.

Paz e agradecimentos às instituições que me receberam ao longo da vida acadêmica e que de alguma forma possibilitaram-me chegar até aqui. Refiro-me, especificamente, ao INSTITUTO EDUCACIONAL PETER PAN, a ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALEIXO, a ESCOLA ESTADUAL CELSO MACHADO, a FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE BRAGANÇA PAULISTA (FESB), ao INSTITUTO SANTO TOMÁS DE AQUINO (ISTA), ao INSTITUTO SÃO PAULO DE ENSINO SUPERIOR (ITESP), a PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CÁTOLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-Rio), a PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC-Minas), ao CENTRO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA DOM HELDER CÂMARA (CEFEP), as FACULDADES PROMOVE, a ESCOLA DO LEGISLATIVO da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALMG), a ESCOLA DE CONTAS E CAPACITAÇÃO PROFESSOR PEDRO ALEIXO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS e ao NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS do SISTEMA AVANÇADO DE FORMAÇÃO DA PUC MINAS (ANIMA).

Paz e agradecimentos às amigas e aos amigos do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TCE-MG), instituição que me acolheu com respeito e me

proporcionou um ambiente propício ao desenvolvimento deste trabalho. Com sua convivência sempre respeitosa e acolhedora, contribuíram para a construção de um ambiente de trabalho positivo e inspirador. Colegas, cuja expertise e profissionalismo foram essenciais para a realização desta pesquisa. Que este trabalho possa, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento do controle externo e para a construção de uma sociedade mais justa e transparente. Controle também de PAZ.

Paz e agradecimentos a todas e todos que de alguma forma, direta e/ou indireta, suscitaram em mim o ardor pela paz e, assim, contribuíram para a conclusão do meu doutorado e deste trabalho específico, agraciando-me com o privilégio de seu convívio (funcionários/as e alunos/as), sem exceção dos que não foram nominados. A todas e todos, meus agradecimentos pela união dos esforços em prol do direito à educação de qualidade conosco partilhada na esperança de paz.

Paz e agradecimentos aos que comigo sonharam, acreditaram e, assim, também realizaram em mim mais esta conquista. Minhas sinceras homenagens e o prenúncio de um futuro de fé e esperança, a certeza de dedicação incondicional, ações afirmativas e muitas realizações de paz.

(...) busque a paz e empenhe-se por alcançá-la.

– I Pedro, 3: 11.

Resumo

Nesta tese, investigamos a formação da ordem jurídico-filosófica da coesão, utilizando uma abordagem macrofilosófica para compreender a construção teleológica da paz. Para isso, a pesquisa é estruturada em dois eixos principais: a filosofia da coesão e a teoria da coesão na experiência europeia. Na primeira parte, exploramos as perspectivas teóricas sobre a paz em pensadores como Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Kant, Hegel e Carl Schmitt. Na segunda parte, a análise concentra-se na construção e positivação da paz no âmbito da União Europeia (UE). Ressaltamos que a tese adota a macrofilosofia como método científico, buscando integrar e sintetizar descobertas de diversas ciências especializadas para compreender os conceitos de coesão e paz ao longo do tempo. O conceito de coesão, conforme construído pela UE, é analisado como um valor histórico-cultural que antecede a própria constituição desta organização internacional. A investigação culmina na hipótese de que a coesão na UE, atualmente limitada ao domínio econômico, deve ser elevada ao plano dos valores filosóficos e jusfilosóficos para se tornar um mecanismo efetivo de convivência e paz entre povos e nações. Desse modo, concluímos que a construção da coesão social é essencial para a efetivação da paz, promovendo entendimento mútuo, colaboração e harmonia. A coesão na UE não é apenas uma questão de equilíbrio econômico, territorial e social, mas também está profundamente ligada à busca pela paz e estabilidade na Europa. A macrofilosofia da coesão e a teleologia da paz representam valores fundamentais que orientam o processo de integração da região, visando um desenvolvimento equilibrado e sustentável, além de uma Europa mais unida, pacífica e inclusiva.

Palavras-chaves: macrofilosofia, coesão social, teleologia da paz

Resumen

Esta tesis investiga la formación del orden jurídico-filosófico de la cohesión, utilizando un enfoque macrofilosófico para comprender la construcción teleológica de la paz. La investigación está estructurada en dos ejes principales: la filosofía de la cohesión y la teoría de la cohesión en la experiencia europea. En la primera parte, se exploran las perspectivas teóricas sobre la paz en pensadores como Platón, Aristóteles, Cicerón, San Agustín, Santo Tomás de Aquino, Kant, Hegel y Carl Schmitt. En la segunda parte, el análisis se centra en la construcción y positivación de la paz en el ámbito de la Unión Europea (UE). La tesis adopta la macrofilosofía como método científico, buscando integrar y sintetizar descubrimientos de diversas ciencias especializadas para comprender los conceptos de cohesión y paz a lo largo del tiempo. El concepto de cohesión, conforme construido por la UE, es analizado como un valor histórico-cultural que antecede a la propia constitución de la UE. La investigación culmina en la hipótesis de que la cohesión en la UE, actualmente limitada al dominio económico, debe ser elevada al plano de los valores filosóficos y jusfilosóficos para convertirse en un mecanismo efectivo de convivencia y paz entre pueblos y naciones. La investigación concluye que la construcción de la cohesión social es esencial para la efectivación de la paz, promoviendo entendimiento mutuo, colaboración y armonía. La cohesión en la UE no es solo una cuestión de equilibrio económico, territorial y social, sino que también está profundamente ligada a la búsqueda de la paz y la estabilidad en Europa. La macrofilosofía de la cohesión y la teleología de la paz representan valores fundamentales que orientan el proceso de integración europea, buscando un desarrollo equilibrado y sostenible, además de una Europa más unida, pacífica e inclusiva

Palabras clave: macrofilosofía, cohesión social, teleología de la paz

Riassunto

Questa tesi indaga la formazione dell'ordine giuridico-filosofico della coesione, utilizzando un approccio macrofilosofico per comprendere la costruzione teleologica della pace. La ricerca è strutturata in due assi principali: la filosofia della coesione e la teoria della coesione nell'esperienza europea. Nella prima parte, vengono esplorate le prospettive teoriche sulla pace in pensatori come Platone, Aristotele, Cicerone, Sant'Agostino, San Tommaso d'Aquino, Kant, Hegel e Carl Schmitt. Nella seconda parte, l'analisi si concentra sulla costruzione e positivizzazione della pace nell'ambito dell'Unione Europea (UE). La tesi adotta la macrofilosofia come metodo scientifico, cercando di integrare e sintetizzare le scoperte di diverse scienze specializzate per comprendere i concetti di coesione e pace nel corso del tempo. Il concetto di coesione, come costruito dall'UE, è analizzato come un valore storico-culturale che precede la stessa costituzione dell'UE. L'indagine culmina nell'ipotesi che la coesione nell'UE, attualmente limitata al dominio economico, debba essere elevata al piano dei valori filosofici e giusfilosofici per diventare un meccanismo efficace di convivenza e pace tra i popoli e le nazioni. La ricerca conclude che la costruzione della coesione sociale è essenziale per l'effettivazione della pace, promuovendo comprensione reciproca, collaborazione e armonia. La coesione nell'UE non è solo una questione di equilibrio economico, territoriale e sociale, ma è anche profondamente legata alla ricerca della pace e della stabilità in Europa. La macrofilosofia della coesione e la teleologia della pace rappresentano valori fondamentali che orientano il processo di integrazione europea, mirando a uno sviluppo equilibrato e sostenibile, oltre a un'Europa più unita, pacifica e inclusiva.

Parole chiave: macrofilosofia, coesione sociale, teleologia della pace

Sumário

Introdução 19

Importância da paz e a Atualidade da Pesquisa.....32

Por que a paz sob o Olhar Macrofilosófico? 54

Parte 1. Filosofia da Coesão.....62

1.1. Platão *versus* Aristóteles – Politeia: Da paz?.....65

1.1.1. Platão e "A Politeia" 69

1.2. Cícero – *Concordia*, *Otium* e *et Bellum*: Antes da paz? 78

1.2.1. Concordia, Otium, Bellum 84

1.3. Agostinho de Hipona – Caridade e paz?.....96

1.4. Tomás de Aquino – *Bonum Commune*: Lugar da paz?.....101

1.5. Kant – paz (paz e Direito, Direito e paz) 107

1.6. Hegel – Estado de Direito: Caminho Dialético para paz?.....116

1.7. Carl Schmitt – A Oposição à Pacificação do Político: Negar a paz?.....122

Parte 2. Teoria da Coesão.....132

2.1. Experiência Histórica Europeia: Uma História da paz?.....135

2.2. Experiência Histórica da UE e paz.....144

2.3. Construção Valorativa da UE e da paz como Pressuposto Existencial.....149

2.4. Desenvolvimento e Coesão: O Desenho Prático da paz no Mundo 157

2.5. A Coesão nos Documentos Oficiais da UE: O Positivar da paz na Filosofia de Emanuel Levinas 164

2.6. A Coesão Entre Guerra e paz: Pressuposto Filosófico Jurídico 175

Conclusão.....194

Referências.....207

Introdução

(…) átomo algum interrompe jamais o seu movimento no vácuo, antes se move sem cessar,
empurrando e sendo empurrado
Em várias direções, e as suas colisões provocam,
Consoante o caso, maior ou menor ressalto.
Quando combinamos da forma mais densa,
A intervalos muito próximos, com o espaço entre si
Mais obstruído pelo entrelaçado da figura,
Dão-nos a rocha, o diamante, o ferro,
Coisas dessa natureza. (Não existem muitas espécies de átomos
Que errem, pequenos e solitários, através do vácuo.)
Apesar de se encontrarem em constante movimento,
O seu todo aparenta absoluta quietude,
Salvo, aqui e ali, alguma oscilação particular.
A sua natureza está além do alcance dos nossos sentidos,
Muito, muito além. Já que não somos capazes de ver
As coisas como são na realidade, elas são obrigadas a esconder-nos os seus movimentos,
Especialmente porque, mesmo as que conseguimos ver, muitas vezes
Nos ocultam também os seus movimentos, quando à distância.
Tomemos por exemplo um rebanho a pastar
Numa encosta; sabemos que esses animais de caracóis de lã
Se movimentam para onde quer que os atraia a bela erva,
Em qualquer lugar onde esta se encontre, ainda cravejada de jóias de orvalho cintilantes, e que os
cordeiros,
Já saciados, saltam e brincam, brilhando ao sol.
Tudo isto, porém, visto à distância, é apenas uma mancha azulada

Esbranquiçada, repousando numa colina verde.[3]

– Lucrécio, La naturaleza de las cosas (M. C. Bejarano, Trad.), 2003/século I a. C.

§1. Nesta tese, buscamos descrever macrofilosoficamente[4] a formação da ordem jurídica-filosófica da coesão[5] na interpelação filosófico-jurídica para a construção da paz (em latim, *pax*) através de uma compreensão de cunho histórico-cultural[6]. Nesse diapasão, o trabalho foi intitulado como *Macrofilosofia da Coesão e Teleologia da paz: Sobre o conceito de coesão econômica, territorial e social na União Europeia.*

§2. Em sede da Universidade de Barcelona (UB), esta tese está inserida na linha de pesquisa *101157. Filosofies del subjecte i de la cultura*, no doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Cidadania, Direitos Humanos, Ética e Política da Faculdade de Filosofia, sob a orientação do prof. dr. Gonçal Mayos Solsona[7]. Em um diálogo permanente, com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal

---

[3] O poema de Lucrécio (Titus Lucretius Carus) aborda a constituição atômica da matéria – ideia que só veio a ter aceitação no século XIX. O excerto é retirado do poema *De Rerum Natura* (*Sobre a Natureza das Coisas*), o único livro escrito por Lucrécio.

[4] Ao longo da construção deste texto, elucidamos nas notas de rodapé, quando necessário, o termo macrofilosofia, que é um neologismo criado pelo filósofo catalão, o prof. dr. Gonçal Mayos Solsona. De uma maneira geral, com esse termo o autor pretende inaugurar, ou reinaugurar, um modo de fazer filosofia, procurando promover uma compreensão holista e totalizante do real, em contraposição à ultraespecialização e fragmentação do pensar impostas pelos tempos atuais que resulta na escalada de uma sociedade ignorante e inculta. Assim, a tarefa é árdua, exigindo rigor e cuidados redobrados. Para que o intento seja alcançado, é preciso ter em mente algumas necessidades teóricas. Em primeiro lugar, a macrofilosofia pauta-se em uma abordagem interdisciplinar a partir da qual é capaz de relacionar e sintetizar os conhecimentos em "macromodelos" para que a reflexão filosófica não promova exclusão e seja enriquecida por uma complementaridade lógica (Ambrósio, 2015).

[5] A coesão corresponde à ideia de solidariedade que se exprime entre os territórios da União Europeia através da implantação de políticas regionais que visam a diminuição das disparidades, diferenças e de desequilíbrios entre os Estados e as regiões europeias. Isso permite a realização do mercado interno e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos europeus (Schwarz, 2023).

[6] Schwarz (2023) destaca que "A União Europeia procede ao fortalecimento da sua coesão econômica, social e territorial no intuito de promover um desenvolvimento harmonioso da União como um todo. A UE pretende, nomeadamente, reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões. Entre as regiões em causa, é consagrada especial atenção às zonas rurais, às zonas afetadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa, bem como as regiões insulares e transfronteiriças. O grande esforço é pela unificação dos povos europeus" (chamada).

[7] É professor titular na Faculdade de Filosofia da Universidade de Barcelona. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Moderna e Contemporânea. Coordena o *Grupo Internacional de Pesquisa em Cultura, História e Estado*, fruto da cooperação acadêmica entre a Universitat de Barcelona e a Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve, atualmente, o conceito de macrofilosofia. Mais sobre sua produção, ver: http://lattes.cnpq.br/2233197203672797

de Minas Gerais (UFMG), sob a linha de pesquisa *Estado, Razão e História*, sob coorientação do prof. dr. Ricardo Henrique Carvalho Salgado.[8]

§3. A natureza e conexão entre a UB e a UFMG, por meio de projetos de pesquisa, são significativas, não somente no que tange ao projeto *Macrofilosofia, Direito e Estado* como, especialmente, ao projeto *Democracy and development: The construction of political, cultural and social cohesion, from Europe to the world* [9], este último integrado ao Centro de Excelência Jean Monet do Centro de Estudos Europeus da UFMG. A presente tese visa investigar o desenvolvimento social, político e cultural, temas que a UB trata sob o arco temático das políticas de coesão, centro axial da tese.

§4. Atualmente, a política de coesão constitui a principal política de investimento da União Europeia (UE), buscando proporcionar benefícios a todas as regiões e cidades que integram a comunidade. Em linhas gerais, essa política apoia o crescimento econômico, a criação de emprego, a competitividade das empresas, o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente. Na comunidade europeia (atual UE), desde sempre, existiram grandes disparidades territoriais, demográficas, jurídicas e filosóficas que podem constituir entraves à integração e ao desenvolvimento na Europa. O Tratado de Roma (1957) criou mecanismos de solidariedade sob a forma de dois fundos: o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola. Em 1975, foram introduzidos os aspectos regionais com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (Pereira, 2015; Silva, 2000). Em 1994, foi igualmente criado o Fundo de Coesão.

---

[8] Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Atualmente é professor adjunto da Faculdade de Direito da UFMG e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Filosofia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Hermenêutica Filosófica, Kant e Neokantismo, Idealismo Alemão e Filosofia da Linguagem. Mais sobre sua produção, ver: http://lattes.cnpq.br/7930853933089106

[9] Projeto de pesquisa vinculado à linha de pesquisa 4, *Estado, Razão e História*. Em tradução livre: Democracia e desenvolvimento: A construção da coesão política, cultural e social, da Europa ao mundo.

§5. Com o Ato Único Europeu de 1986, a **coesão econômica e social** tornou-se uma competência da comunidade europeia. Em 2008, o Tratado de Lisboa introduziu uma terceira dimensão da coesão da UE, a **coesão territorial.** Essas três vertentes da coesão recebem apoio através da Política de Coesão e dos Fundos Estruturais (Schwarz, 2023). Um dos principais objetivos da UE consiste no reforço da sua coesão econômica, social e territorial. Uma parte considerável das suas atividades e do seu orçamento é consagrada à redução das disparidades entre as regiões, nomeadamente as zonas rurais, zonas afetadas pela transição industrial e regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes.

§6. A UE apoia a realização desses objetivos a partir dos fundos europeus estruturais e de investimento, como: FSE; FEDER; Fundo de Coesão; Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER); e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). A organização também recorre a outras fontes, como o Banco Europeu de Investimento. Em 2014, o FEADER substituiu a seção de orientação do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola. No âmbito da Política de Coesão, o FEADER apoia o desenvolvimento rural e a melhoria de infraestruturas agrícolas.

§7. O Fundo Social Europeu é o principal instrumento da UE para apoiar medidas destinadas a prevenir e combater o desemprego, desenvolver os recursos humanos e promover a integração social no mercado de trabalho. O Fundo Social Europeu financia iniciativas que promovem um elevado nível de emprego, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, o desenvolvimento sustentável e a coesão econômica e social. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objetivo contribuir para a correção dos principais desequilíbrios regionais na comunidade. Presta apoio às regiões menos desenvolvidas e à reconversão das regiões industriais em declínio.

§8. O Fundo de Coesão contribui financeiramente para projetos relacionados ao ambiente e às redes transeuropeias no domínio de infraestruturas de transportes. Apenas têm

acesso a esse fundo os Estados membros cujo rendimento nacional bruto por habitante seja inferior a 90% da média da comunidade. Os documentos da UE são ainda omissos e/ou pouco explícitos em relação aos **aspectos jurídicos e filosóficos da coesão, especialmente em um sentido que reflita o anseio dos povos pela construção da paz.** A partir dessa lacuna, a presente tese dispõe-se a reflexionar. Isso posto, evidenciamos que, a fim de garantir uma utilização eficiente dos fundos estruturais, devem ser respeitados os seguintes princípios destacados:

- organização dos fundos por objetivos e por regiões;
- parceria entre a Comissão, os Estados membros e as autoridades regionais no contexto do planejamento, da implementação e do acompanhamento da sua utilização;
- programação das intervenções; e
- adicionalidade das contribuições da UE e nacionais.

§9. A dotação dos recursos financeiros da UE destinada à Política de Coesão centra-se em dois objetivos fundamentais: (1) o investimento no crescimento e no emprego, visando consolidar o mercado laboral e as economias regionais; e (2) a cooperação territorial europeia, a fim de apoiar a coesão da comunidade através da cooperação em um nível transfronteiriço, transnacional e inter-regional.

§10. A Política de Coesão da UE tem registrado um grande aumento em seu orçamento desde 1988, tornando-se, junto com a política agrícola comum, uma das políticas mais significativas em termos quantitativos. No período de programação 2014–2020, a dotação atribuída à Política de Coesão ascendeu a mais de 350 bilhões de euros, ou seja, 32,5% do orçamento total da UE. Esses fundos são despendidos em diversas atividades, tais como construção de estradas, proteção do meio ambiente, investimento em empresas inovadoras, criação de emprego e formação profissional. Cerca de 200 bilhões de euros foram ofertados ao FEDER (incluindo 10,2 bilhões de euros para a cooperação territorial europeia e 1,5 bilhão de euros como dotação

especial para as regiões ultraperiféricas e escassamente povoadas). Mais de 83 milhões de euros foram destinados ao FSE e 63 bilhões de euros ao Fundo de Coesão (Schwarz, 2023).

§11. Em maio de 2018, a Comissão Europeia propôs regulamentar essa política no pós-2020. Um dos principais objetivos dessa reforma consistiu em simplificar os procedimentos e aumentar a eficácia dos investimentos da comunidade. **Os onze objetivos temáticos utilizados na Política de Coesão para o período 2014–2020** foram substituídos por **cinco objetivos políticos** para o FEDER, o FSE+, o Fundo de Coesão e o FEAMP, a saber:

- uma Europa mais inteligente – transformação econômica inovadora e inteligente;
- uma Europa mais verde e hipocarbônica;
- uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade das TIC a nível regional;
- uma Europa mais social – aplicação do pilar europeu dos direitos sociais; e
- uma Europa mais próxima dos cidadãos – desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras através de iniciativas locais.

§12. O orçamento proposto para a Política de Coesão é de 330,6 bilhões de euros. Cerca de 200,6 bilhões de euros foram ofertados ao FEDER (incluindo 8,4 bilhões de euros para a cooperação territorial europeia e 1,5 bilhão de euros como dotação especial para as regiões ultraperiféricas e escassamente povoadas). Mais de 41 bilhões de euros foram ofertados ao Fundo de Coesão (dos quais 10 bilhões de euros serão utilizados no Mecanismo Interligar a Europa) e 88,6 bilhões de euros ao FSE+ (Pereira, 2024; Proposta de orçamento para a Política de Coesão 2021–2027, 2024; Silva, 2024).

§13. Os regulamentos propostos pela Comissão Europeia são submetidos ao processo legislativo ordinário, em que o Parlamento está em pé de igualdade com o Conselho. Isso significa que, antes do final de 2020, essas duas instituições terão de chegar a

um consenso sobre as regras para a futura Política de Coesão. Em abril de 2019, o Parlamento tinha concluído a primeira leitura das propostas da Comissão. Até o momento da elaboração desta tese, os desdobramentos da pandemia de covid-19, nas propostas para as políticas de coesão da UE pós-2020, não foram completamente esclarecidos e deverão oportunamente integrar o horizonte de reflexão da presente tese.

§14. O Parlamento Europeu desempenha um papel muito ativo no domínio do apoio ao reforço da **coesão econômica, social e territorial** da UE. A legislação relativa à Política de Coesão e aos Fundos Estruturais é elaborada nos termos do processo legislativo ordinário, em que o Parlamento Europeu e o Conselho têm igualdade de poderes. O Parlamento Europeu participou ativamente das negociações sobre a reforma da Política de Coesão para o período 2014–2020. Essa reforma definiu as prioridades e os instrumentos da futura ação da UE, com vista a reforçar a coesão econômica, social e territorial. O Parlamento Europeu tem apoiado fortemente as propostas que visam uma política de coesão ampla e eficiente, que exige também recursos financeiros suficientes (Schwarz, 2023).

§15. Tal tese justifica-se na contribuição direta, da descrição histórica, de cunho macrofilosófico revelado na formação da ordem jurídica-filosófica da coesão, através de uma compreensão de cunho histórico-cultural, na interpelação filosófico-jurídica para a construção teleológica da paz. Nesse intento, para além desta introdução e da conclusão, estruturamos esta pesquisa em dois grandes eixos. Na primeira parte, tratamos da filosofia da coesão, apresentando perspectivas teóricas sobre a paz com o objetivo de compreender mais profundamente como a ideia de paz é elaborada no pensamento teórico de Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Kant, Hegel e Carl Schmitt. Na segunda parte, abordamos a teoria da coesão a partir da análise da experiência europeia, como foco na discussão sobre a construção e positivação da paz no âmbito da UE.

§16. A fim de facilitar a disposição da presente revisão bibliográfica, prosseguimos no mesmo percurso estrutural, apontando, ao final deste, as principais obras utilizadas e as estratégias de utilização da bibliografia em idiomas estrangeiros, a saber: castelhano, italiano e inglês. O trabalho proposto assumiu uma feição híbrida, posicionando-se entre a pesquisa histórica e a pesquisa teórica pura (Eco, 2007). Registramos, desde logo, não ser nossa intenção empreender atividade historiográfica, isto é, não pretendemos nos dedicar à função disciplinar da pesquisa e escrita da História (Aróstegui, 2006), que envolve a análise rigorosa de um determinado conjunto disponível de materiais, sobretudo documentais. Esse papel, não pouco importante, deixamos aos cuidados dos competentes historiadores. Interessa-nos, primordialmente, a história das ideias[10], contemplada com os olhos da Filosofia, a fim de elucidar o processo de desenvolvimento e afirmação dos conceitos com os quais vamos laborar. Depois, a investigação nos exige algum nível de especulação teórica, necessária para comprovar a hipótese aventada.

§17. Quanto aos aspectos propriamente metodológicos, adotamos na presente exposição a perspectiva sugerida por Marcelo Galuppo (2008), segundo a qual a metodologia diz respeito a dois aspectos fundamentais da investigação: o marco teórico e a operacionalização. Justamente porque dotada de um caráter interdisciplinar[11], evitamos a adoção de um marco específico dentro dos diversos âmbitos do conhecimento que envolvem esta pesquisa, dentre os quais a Filosofia, a Teologia, a Antropologia e o Direito. Assumimos, contudo, um marco teórico no que diz

[10] A história do pensamento jurídico, ao estabelecer as grandes linhas que individualizam a produção científica do direito de uma determinada época histórica não prescinde da investigação sobre a sanção e a antijuridicidade. Assim, há uma indispensável conexão entre essas searas, que desvela ser os estudos da construção da paz pelas nações como figura reveladora da face do Estado e, por conseguinte, do seu direito (Engish, 2001; Homem, 2003; Kant, 1943; Kaufmann & Hassemer, 2002; Losano, 2007; Saldanha, 2005).

[11] Segundo Carlos Brandão (2005), a interdisciplinaridade busca “reunir os vários saberes e discursos dentro de um único discurso globalizante” (p. 43). Desse modo, trabalha “com uma pluralidade de disciplinas, só que procura integrar os conceitos e metodologias, gerando um enriquecimento mútuo” (Pinto, 2000, p. 154). Sobre essa discussão, recomendamos ver também o trabalho do prof. dr. José Luiz Borges Horta (2012).

respeito à estratégia de análise dos temas eleitos: a macrofilosofia, tal como concebida por Mayos (2012b).

§18. Como tivemos oportunidade de ressaltar, a macrofilosofia almeja compreender os conceitos tal como se manifestam nas mentalidades e cosmovisões que permeiam as sociedades durante um considerável período de tempo, para além da simples elaboração de um ou outro filósofo concreto. Esse objetivo é alcançado "integrando y sintetizando interdisciplinariamente los más sólidos y recientes descubrimientos de las diversas ciencias especializadas" (Mayos, 2012b, p. 10). A investigação macrofilosófica se realiza, portanto, "cuando se llevan a cabo análisis 'holistas' y comparativos que, de facto o potencialmente, se proyectan en procesos de gran alcance", tornando possível "modelizar la aparentemente caótica realidad para mostrar su orden profundo" (Mayos, 2012b, pp. 10, 13, 15).

§19. Será crucial descortinar a gênese histórica e axiológica da filosofia dos direitos fundamentais, a fim de apurar em que medida a mentalidade criada pela filosofia da história auxiliou na sua consolidação. Com isso, conseguimos concluir o percurso investigativo por meio do qual pretendemos contribuir, ainda que modestamente, para a compreensão da profunda e recôndita relação que se estabelece entre o homem, a paz como sagrado, o tempo e o direito.

§20. Uma substancial bibliografia foi recolhida, pesquisada e catalogada para a redação da presente tese e para a pesquisa. Contamos, ademais, com o vasto acervo disponível nas bibliotecas da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia da UFMG, bem como da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), que permitiu a consulta local. Tivemos à disposição o acervo da Faculdade de Filosofia, dentre outros acervos da Universitat de Barcelona, bem como o acervo da Rede Aberta de Pós-Disciplina e Macrofilosofia (Open-Phi) e do Grupo Internacional de Pesquisa 'Cultura, História e Estado' (GIRCHE). Também da associação Liceu Joan Maragall de Filosofia, da Universidade Aberta da Catalunha e a biblioteca do Parlamento Europeu.

§21. Com a escolha desse tema, de modo criativo, conseguimos descrever cuidadosamente e com fidelidade a formação jurídico-filosófica do pensamento valorativo da UE, que fundamenta o conceito de coesão. Assim, fizemos deste trabalho um marco da seriedade na produção cientifica, a partir de uma perspectiva mais direta e particularizada, constituindo-se no demonstrar que o conceito de coesão, construído pela UE, como expressão do aperfeiçoamento histórico-cultural humano, na interpelação/reflexão jurídico-filosófica para construção da paz, é anterior a constituição da própria UE. Explicamos ainda que a tese concebe como método científico a macrofilosofia, procurando realizar uma forma de leitura acertada da realidade vigente, tendo como objeto a construção do conceito de coesão enquanto valor. Nesse sentido, este trabalho tem como grande *telos* central de investigação a construção jurídico-filosófica da paz entre as nações. Afirmativamente, formulamos a seguinte hipótese-resposta: **o conceito de coesão na UE está limitado ao domínio econômico, mas deve ser macrofilosoficamente elevado ao plano dos valores filosóficos e jusfilosóficos para que a coesão seja um mecanismo efetivo de convivência entre povos e nações — de implementação da paz.**

§22. Os resultados, por alcançar reflexões de cunho social, mundial, pessoal, comunitário, teórico e prático, demonstram macrofilosoficamente que a coesão visa desfazer as separações internas entre Estados-nação (membros), construindo uma unidade institucional jurídico-filosófica como fundamento da paz na UE – um *ethos* teleológico. Assim, nossa hipótese central edifica-se na coesão com vistas para paz, no sentido filosófico, perpassando como ideia essencial da criação à finalidade da UE.

§23. Ainda que não suficientemente compreendida e evidenciada jurídico-filosoficamente em sua centralidade na construção histórico-cultural da ideia de uma Europa unificada, visamos, com esta pesquisa, fazer emergir a plena consciência paciente do conceito que tanta força já teve como intuição, uma ideia que na verdade

perpassa o arquitetar da comunidade europeia, que deseja aproveitar a diversidade histórico-cultural dos povos para promover unidade na diversidade. Alcançando, assim, a efetivação da paz como verdade e razão suprema.[12]

§24. Sublinhamos a importância do princípio de subsidiariedade, conceito fundamental na esfera do direito da UE, que visa garantir que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível dos cidadãos. Esse princípio estabelece que a UE só deve intervir quando os objetivos das ações propostas não são suficientemente alcançáveis pelos Estados-membros, mas podem ser melhor alcançados no nível da União. O princípio da subsidiariedade é definido no Artigo 5º, parágrafo 3, do Tratado da União Europeia da seguinte maneira:

Em áreas que não são de sua competência exclusiva, a União só intervém se, e na medida em que, os objetivos da ação proposta não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, tanto a nível central como regional e local, mas possam, devido à dimensão ou aos efeitos da ação proposta, ser melhor alcançados a nível da União. (Tratado da União Europeia, 2012, art. 5º, § 3)

§25. Esse princípio é essencial para definir a fronteira entre as responsabilidades dos Estados-membros e da União Europeia (UE), assegurando que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível dos cidadãos e que a ação no nível da União seja justificada em função das capacidades disponíveis nos níveis nacional, regional ou local. Paul Craig e Gráinne de Búrca (2015), em sua obra *EU law: Text, cases, and materials*, destacam que:

[12] Procurando discutir e entender o discurso hegeliano, colocando a questão da regulação que o leitor deve adotar em relação ao sistema hegeliano, afastando todos os juízos tradicionais sobre o andamento global do sistema apresentados por Hegel na Enciclopédia das Ciências Filosóficas (a crítica de Hegel à forma de pensar do Entendimento [*Verstand*] e a perspectiva de um novo conceito de Razão [*Vernunft*] ou racionalidade que daí surge, e isto tendo como base os três momentos do processo lógico, o momento do entendimento, o dialético e o especulativo). Destacamos que essa crítica se faz imanente à própria filosofia de Hegel, pois o entendimento é tanto o objeto da crítica, como um dos momentos que constituem o próprio processo lógico-dialético (método dialético) que define a racionalidade hegeliana. Assim, a partir dessa inserção do entendimento na própria razão, ver-se-á que a crítica de Hegel não se dará apenas de forma destrutiva, de modo tal que o entendimento fosse totalmente negado, mas antes elevará este mesmo entendimento ao nível da razão especulativa, tirando-lhe assim o seu pretenso lugar de faculdade absoluta da verdade e apontando-lhe o seu verdadeiro lugar (Lebrun, 2006).

The principle of subsidiarity is designed to ensure that decisions are taken as closely as possible to the citizen and that constant checks are made to verify that action at Union level is justified in light of the possibilities available at national, regional or local level. (p. 93)[13]

§26. Stephen Weatherill (2016), em *Law and values in the European Union*, reforça a importância do princípio de subsidiariedade ao afirmar que "Subsidiarity is a guiding principle for defining the boundary between Member State and EU responsibilities, aiming to ensure that decisions are taken as closely as possible to the citizen (p. 113). [14] Além disso, a Comissão Europeia, em seu Relatório Anual sobre Subsidiariedade e Proporcionalidade, enfatiza que:

The principle of subsidiarity is intended to ensure that decisions are taken as closely as possible to the citizen and that the Union does not take action unless it is more effective than action taken at national, regional or local level. (2020, p. 5)[15]

§27. É de grande importância o princípio de subsidiariedade, uma vez que este funciona como um mecanismo para garantir que a intervenção da União Europeia seja justificada e eficaz, respeitando dessa maneira a autonomia dos Estados-membros e promovendo a proximidade das decisões aos cidadãos (Tratado da União Europeia, 2016).

§28. Em outros momentos da História, observamos tentativas de formar grandes agrupamentos. Na antiguidade, por exemplo, o ideal de se reestruturar o Império

---

[13] O princípio da subsidiariedade é concebido para garantir que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do cidadão e que verificações constantes sejam realizadas para assegurar que a ação no nível da União seja justificada à luz das possibilidades disponíveis nos níveis nacional, regional ou local (Craig & Búrca, 2015).

[14] A subsidiariedade é um princípio orientador para definir a fronteira entre as responsabilidades dos Estados-membros e da UE, visando garantir que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do cidadão (Weatherill, 2016).

[15] O princípio da subsidiariedade tem como objetivo garantir que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do cidadão e que a União só tome medidas quando estas forem mais eficazes do que as ações tomadas nos níveis nacional, regional ou local (Comissão Europeia, 2020).

Romano nunca morreu.[16] A coesão resulta de um *ethos*[17] teleológico da paz, que é imprescindível alcançar contorno normativamente/valorativamente (jurídico-filosófico) estrutural. A coesão é o caminho para instalação da paz (macrofilosófica), além de ser fundamental e estruturante para efetivação da paz. Portanto, a UE é um instrumento para reflexão de cunho histórico-cultural-jurídico-filosófico para efetivação da paz.

§29. Dito isso, ressaltamos que o objetivo desta tese é investigar o conceito de coesão no âmbito da UE, argumentando que este transcende a esfera econômica e se configura como um valor fundamental para a construção da paz. Para isso, em termos metodológicos, utilizamos a macrofilosofia, buscando compreender a formação histórica e cultural do conceito de coesão, analisando-o sob a ótica dos ensinamentos de Platão a Hegel.

§30. A coesão, englobando as dimensões econômica, social e territorial, é uma política central da UE, que visa reduzir as disparidades regionais através da construção de fundos de investimentos, como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Nesta tese, a nossa hipótese é de que essa coesão da UE, embora frequentemente limitada à esfera econômica, deve ser elevada ao

[16] Fracassaram, contudo, em face de precárias comunicações, transportes inadequados e desafios à legitimidade, o poder contrário de governantes locais. Meramente o triunfo da realidade sobre a fantasia – A paz, assim, torna-se única, configura-se como desejo unificado e através da coesão é realizável (Landes,1998).

[17] O *ethos* possui papel importante na formação da consciência e personalidade morais — a educação, embora não seja o tema principal de nenhuma obra de Lima Vaz, pode ser compreendida como tema transversal que perpassa pelas obras do autor — o papel do *ethos* na constituição do caráter é coextensivo à cultura. Ao ser socializado, o sujeito aprende uma língua, pode ser introduzido nas tradições de uma religião, e interioriza normas de conduta — o *ethos* tem importante papel na formação do caráter e da personalidade. A comunidade educa o indivíduo e, nesse sentido, é também responsável por ele — o hábito ético garante a permanência do *ethos*. Logo, o sujeito também é responsável por suas ações e pela manutenção do *ethos*. A relação entre sujeito e *ethos* não é completamente determinada. O sujeito pode sempre se opor às tradições e colocar em questão sua validade. Além disso, quando as tradições estão em crise, urge redescobrir nova orientação através do exercício do *logos*. Essa orientação deve ser capaz de conduzir o sujeito à realização do bem. Assim, intuímos: o *ethos* da coesão vislumbra a implementação consciente da paz (Aquino, 2005; Aristóteles, 1984; Lima Vaz, 1992; Lima Vaz, 1993; Lima Vaz, 2000; Lima Vaz, 2002; Lima Vaz, 2011; Lima Vaz, 2012; Mounier, 1967; Reale, 1995; Rodrigues, 2014).

patamar de valor jurídico-filosófico, tornando-se um mecanismo efetivo para a convivência pacífica entre nações.

§31. Nessa direção, argumentamos que a coesão é um produto de um *ethos* teleológico da paz, intrínseco à formação histórica e cultural da UE. Nossa análise da experiência europeia demonstra que a coesão é fundamental para a construção da paz, atuando como um valor unificador. O princípio de subsidiariedade, também central no direito dessa organização, reforça a importância da coesão ao garantir que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível dos cidadãos, promovendo a unidade e a paz.

§32. A tese demonstra que a coesão, enquanto valor jurídico-filosófico, é essencial para a paz na UE, transcendendo a mera dimensão econômica. Assim, nossa pesquisa destaca a importância da coesão como um instrumento para superar as separações entre os Estados-nação e construir uma unidade institucional baseada na paz. Além disso, o presente estudo contribui para a compreensão da relação entre a humanidade, paz, tempo e direito, evidenciando a centralidade da coesão na construção de uma Europa unificada e pacífica.

§33. Por fim, enfatizamos que, de modo original, esta tese apresenta uma análise inovadora ao abordar a coesão como um valor fundamental para a paz, indo além da sua dimensão econômica frequentemente enfatizada. Além disso, esta pesquisa: (i) amplia a compreensão do conceito de coesão, destacando sua relevância para a construção da paz; (ii) fornece uma análise histórica e filosófica da coesão, contextualizando sua importância no projeto europeu; e (iii) reforça a importância da dimensão valorativa da coesão para a efetivação da paz entre as nações. Apesar desses avanços, reconhecemos que a complexidade da coesão exige uma análise constante e que os desdobramentos da pandemia de covid-19 podem influenciar as políticas de coesão da UE.

Importância da paz e a Atualidade da Pesquisa

Que o Senhor dê a todos um coração que busca a paz para derrotar
a guerra, que sempre é uma derrota!
(Papa Francisco)

§34. Inicialmente, frisamos o que o Papa Francisco nos fala hoje ao reiterar seu apelo pelo fim dos conflitos que assolam o mundo. O Papa Francisco conclamou aos fiéis a se unirem em oração pela paz: “Rezemos pela paz: não esqueçamos que a guerra é uma derrota” (Fonseca, 2024, para. 3). Ele ainda mencionou os correntes conflitos na Palestina, em Israel, na Ucrânia, no Mianmar e em outras regiões, enfatizando: “Que o Senhor dê a todos um coração que busca a paz para derrotar a guerra, que sempre é uma derrota” (Fonseca, 2024, para. 4). Suas palavras nos revelam a urgência de debatemos o tema da paz na contemporaneidade.

§35. Lembramos também da figura de Alan Turing, mente brilhante que decifrou a guerra e plantou sementes de paz. O filme *O jogo da imitação* não é apenas uma cinebiografia de Alan Turing, é um hino à paz construída por mentes brilhantes e corações determinados. Ao decifrar o código enigma, Turing não apenas encurtou a Segunda Guerra Mundial, mas salvou milhares de vidas, provando que a inteligência e a busca pela paz podem ser mais poderosas que a própria guerra. Sua mensagem ecoa até hoje, nos inspirando a lutar por um futuro mais pacífico, em que a diferença é celebrada e a colaboração, como a que existiu em *Bletchley Park*, é o motor da mudança. Enquanto a guerra busca a destruição, Turing, com sua máquina e genialidade, construiu pontes para a comunicação e o entendimento, semeando a paz em meio ao caos. Ele nos mostrou que a verdadeira vitória não ãreside em destruir o inimigo, mas em desarmar a própria guerra, usando a inteligência como escudo e a compaixão como bússola. Turing não apenas decifrou códigos, ele decifrou a própria humanidade, revelando que dentro de cada um de nós existe um potencial único capaz de transformar o mundo. Seu legado, muito além dos

computadores, está na esperança de um futuro em que a paz seja a mensagem criptografada em nossos corações (Hodges, 1983).

§36. Dito isso, explicamos que, nesta tese, partimos da gênese da palavra paz e sua construção filosófica e jurídica: a palavra “paz”, em português, deriva do latim “*pax*”, cuja raiz indo-europeia, *peh$_2$-is- (pacto, acordo), aponta para um significado primordial ligado à ideia de “fixar”, “estabelecer” e, por extensão, “acordar” (Martins, 2014). Essa etimologia revela, desde sua origem, a associação da paz com a noção de um estado de harmonia e estabilidade alcançado por meio de um pacto, um acordo que transcende a mera ausência de conflito.

§37. No entanto, a construção conceitual da paz ultrapassa a mera definição etimológica, sendo objeto de debate e análise macrofilosófica, utilizando diversas áreas do conhecimento, como a Filosofia e o Direito. Para a Filosofia, a paz assume diferentes interpretações ao longo da história do pensamento. Na Grécia Antiga, por exemplo, a paz (εἰρήνη - eirene) era frequentemente contrastada com a guerra (πόλεμος - polemos), representando a ordem social e política em oposição ao caos e à violência (Platão, 2016).

§38. Aristóteles (2010), em sua obra *Política*, define a paz como o objetivo final da guerra, um estado que possibilita o florescimento da vida social e política, enfatizando que “A guerra deve ser feita com vistas à paz, assim como toda a ação política deve visar ao lazer. Os homens guerreiam para poderem viver em paz (...)” (p. 287). Já para Kant (2002/1795), em sua obra *A paz perpétua*, a paz transcende a mera ausência de guerra, sendo um ideal a ser alcançado por meio da construção de uma ordem jurídica internacional baseada na razão e na cooperação entre os Estados.

§39. No âmbito do Direito, a paz se concretiza por meio de normas e instituições que visam prevenir e solucionar conflitos, bem como promover justiça e segurança. O direito internacional público, por exemplo, desenvolveu um conjunto de normas e princípios que regulam as relações entre os Estados e outros atores internacionais,

buscando a manutenção da paz e da segurança internacionais. A Carta das Nações Unidas (1945), em seu preâmbulo, expressa claramente essa finalidade:

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra (...) e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e das nações grandes e pequenas (...). (preâmbulo)

§40. Dessa forma, a paz, enquanto conceito jurídico, se traduz na ordem jurídica estabelecida, seja no âmbito interno dos Estados, seja no sistema internacional, buscando garantir a coexistência pacífica e a cooperação entre os indivíduos e entre as nações. A palavra paz carrega consigo a ideia de um pacto, um acordo que visa estabelecer um estado de harmonia e estabilidade. No entanto, a construção conceitual da paz transcende a mera etimologia, sendo objeto de análise e debate em diversas áreas do conhecimento. Seja como um ideal filosófico que norteia a vida em sociedade, seja como um objetivo a ser alcançado por meio do direito, a paz se consolida como um valor fundamental para a humanidade, um valor que exige constante reflexão e ação para sua efetivação.

§41. A paz não deve ser entendida apenas como a ausência de guerra, mas sim como um pressuposto econômico e social que abarca a inclusão social. Segundo Amartya Sem (1999), em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, a paz é uma condição necessária para a liberdade econômica e o desenvolvimento humano. Sen (1999) argumenta que “a ausência de violência e a segurança são pré-requisitos para o desenvolvimento econômico” (p. 15). Sem um ambiente pacífico, os investimentos são desencorajados, a produtividade é afetada e os recursos são desviados para a segurança, em vez de serem utilizados para o desenvolvimento.

§42. Além disso, a paz também é um pressuposto social, pois promove a coesão e a estabilidade social. Johan Galtung (1996), em *Peace by peaceful means: Peace and conflict*, development and civilization, define a paz positiva como “a integração da sociedade humana” (p. 31). Ele argumenta que a paz não é apenas a ausência de

conflito direto, mas também a presença de justiça social e igualdade. A paz positiva envolve a eliminação de estruturas de violência e a promoção de relações sociais justas e equitativas.

§43. A inclusão social é um componente essencial da paz. Segundo Paulo Freire (2005), em *Pedagogia do Oprimido*, a verdadeira paz só pode ser alcançada através da inclusão e da participação ativa de todos os membros da sociedade. Freire (2005) afirma que "a paz é fruto da justiça social e da inclusão" (p. 45). A exclusão social gera ressentimento, marginalização e potencializa conflitos. Portanto, a inclusão social é fundamental para a construção de uma paz duradoura.

§44. A paz deve ser entendida como um pressuposto econômico e social, que abarca a inclusão social. Essa visão mais ampla da paz é essencial para a construção de uma sociedade justa e harmoniosa. A paz não é apenas a ausência de guerra, mas também a presença de justiça, igualdade e inclusão social. Nesse sentido, nesta pesquisa[18], que se norteia pela análise histórica e diacrônica[19] do conceito de paz, culminando na reflexão sobre a Política de Coesão[20] da UE, observamos que, no

[18] A pesquisa mobiliza, preferencialmente, textos em português e castelhano de diversas traduções. Essa escolha se dá em função do rico diálogo com o professor titular de Filosofia do Departamento de História da Filosofia, Estética e Filosofia da Cultura da Universidade de Barcelona (UB), prof. dr. Gonçal Mayos Solsona, que também desempenha o papel de Diretor da Rede Aberta para Pesquisas Macrofilosóficas e Pós-disciplinares (OPEN-Phi) e do Grupo Internacional de Investigação 'História, Cultura e Estado' (Grup Internacional de Recerca 'Cultura, Història i Estat' - GIRCHE). Além disso, atua como consultor da Licenciatura em Humanidades da Universidade Aberta da Catalunha (UOC). Após dedicar-se a vários trabalhos analíticos especializados no campo da Filosofia Moderna, o interesse de Mayos pela macrofilosofia cresceu consideravelmente. Ele concentra suas pesquisas no estudo de processos de longo prazo nos campos filosófico, epistemológico, sociológico e político. Atualmente, sua pesquisa está focada na natureza e evolução da racionalidade, especialmente desde os primórdios da Modernidade até os dias atuais. Além disso, ele investiga os mecanismos sociais e políticos que possibilitam os processos de modernidade e pós-modernidade, comparando estes com os mecanismos que inibem essas dinâmicas. A abordagem interdisciplinar adotada em sua pesquisa macrofilosófica, embora possa parecer "sempre inacabada", fascina Mayos pela sua potencial importância para o desafio de renovação que a Filosofia enfrenta (Bio Gonçal Mayos Solsona, n.d.). Seu trabalho pode ser conhecido através de sua página acadêmica ou blog pessoal, que podem ser acessadas pelos links: http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos; http://goncalmayossolsona.blogspot.com.es/

[19] A análise diacrônica fornece uma perspectiva histórica e evolutiva que permite aos pesquisadores compreender como e porque os fenômenos se constroem ao longo do tempo. Isso é essencial para uma compreensão mais profunda de diversos campos do conhecimento humano.

[20] Para a UE, o conceito de coesão refere-se à redução das disparidades econômicas, sociais e territoriais entre suas regiões – implementação progressiva e manutenção do estado de paz. A UE reconhece que algumas regiões enfrentam desafios específicos, como falta de desenvolvimento econômico, infraestrutura deficiente, desemprego e exclusão social. Portanto, a

contexto ocidental, a noção de paz está intrinsecamente associada à ausência de conflitos, ameaças, violência ou beligerância.[21] Ademais, a paz na dimensão individual ou subjetiva corresponde ao estado psíquico caracterizado pela inexistência de perturbações emocionais. No campo da Filosofia, Kant (1987) aborda a questão sob a égide do republicanismo. Embora este, por si só, seja insuficiente para a consecução efetiva da paz global, representa um ponto de partida para o que se construiu mais tarde na UE por coesão.

§45. O versículo de Isaías 32:17, *A paz é fruto da justiça*, encapsula uma profunda verdade filosófica-teológica e sociopolítica e jurídica que tem sido discutida ao longo dos séculos. Esse versículo sugere que a verdadeira paz não pode ser alcançada sem a presença de justiça. A justiça, neste contexto, é entendida como equidade, retidão e observância dos direitos humanos e sociais, já a paz é compreendida como um estado de harmonia que surge quando a justiça é estabelecida e mantida. Nessa direção, Isaías 32:17 pode ser interpretado como uma afirmação de que a paz é uma consequência natural de uma sociedade justa. Quando os direitos são respeitados, as necessidades básicas são atendidas e as desigualdades são reduzidas, a paz se torna uma realidade tangível. Esse conceito de paz é amplamente apoiado por estudiosos e teólogos.

§46. Segundo Walter Brueggemann (2001), em seu livro *Peace*, a justiça é a base sobre a qual a paz é construída. Ele argumenta que “a paz bíblica é sempre a consequência da justiça, e a justiça é a condição necessária para a paz” (p. 45). Brueggemann (2001) enfatiza que a justiça envolve tanto a distribuição equitativa de recursos quanto a retidão moral e ética. Além disso, John Howard Yoder (1994), em *The*

---

coesão é uma prioridade para a comunidade, visando promover o crescimento equilibrado e a convergência entre todas as regiões para que nenhuma seja deixada para trás. A coesão é promovida por meio de políticas e programas que visam aumentar a competitividade, melhorar a infraestrutura, apoiar a inovação e o empreendedorismo, promover a inclusão social e criar empregos. Para isso, a UE oferece financiamento significativo através de seus Fundos Estruturais e de Investimento, apoiando projetos que contribuem para a coesão econômica, social e territorial.

[21] O centro das nossas reflexões é a investigação sistemática a partir do olhar macrofilosófico da coesão, seu contexto em cotejo a autores que a influenciaram.

politics of Jesus, reforça a ideia de que a paz é intrinsecamente ligada à justiça. Yoder (1994) afirma que “a paz que Jesus proclama é inseparável da justiça que ele exige” (p. 123). Para Yoder (1994), a paz não é apenas a ausência de conflitos, mas a presença ativa de justiça e equidade.

§47. A visão de que a paz é fruto da justiça também é compartilhada por teólogos contemporâneos. Cornel West (2004), em *Democracy matters*, argumenta que “sem justiça, não pode haver paz duradoura” (p. 67). West (2004) destaca que a justiça social, econômica e política é essencial para a construção de uma paz sustentável. Considerando isso, vemos que Isaías 32:17 mostra que a busca pela paz deve ser acompanhada pela busca pela justiça. A paz verdadeira e duradoura só pode ser alcançada quando a justiça é estabelecida e mantida em todas as esferas da sociedade. Assim, esse versículo nos convida a trabalhar pela justiça como um meio de alcançar a paz, reconhecendo que uma não pode existir sem a outra.

§48. A instauração de uma paz duradoura entre todas as nações do globo apenas se viabilizaria mediante a formação de uma federação unitária de Estados autônomos, alicerçada no estabelecimento de um direito internacional sustentado por uma constituição de natureza liberal em escala global. É neste cerne que a UE se ancora para construir possibilidades de efetivação da paz em âmbito individual ou pessoal. Não meramente a paz individual é o centro de nossas discussões, pois esta é a sabedoria do sábio estóico[22], mera serenidade, talvez. Buscamos neste estudo a sistematização normativa-política da paz, procurando não apenas a tranquilidade

[22] *Estóico* refere-se a um filósofo ou seguidor da filosofia estóica, uma antiga escola filosófica grega fundada por Zenão de Cítio por volta do século III a.C. A filosofia estóica valorizava a busca pela virtude, a aceitação serena das circunstâncias e a compreensão do lugar do indivíduo no cosmos. Os estóicos acreditavam em viver de acordo com a natureza e cultivar a virtude, especialmente a virtude da sabedoria, coragem, justiça e temperança. Eles enfatizavam o controle sobre as emoções e a aceitação das coisas que estavam além do controle pessoal. Isso não significava apatia ou indiferença, mas sim uma atitude de equanimidade diante dos desafios da vida. Os estóicos acreditavam que o caminho para a felicidade e a tranquilidade interior estava em conformidade com a razão cósmica, aceitando os eventos como parte de um plano maior e agindo de acordo com os princípios da virtude, independentemente das circunstâncias externas. Hoje em dia, o termo *estóico* é, frequentemente, usado para descrever alguém que exibe calma, autocontrole e resignação diante das adversidades, em linha com os princípios estóicos de aceitação serena e busca pela virtude (Algra, 2006; Ildefonse, 2007; Reale, 2015; Zanella, 2014).

individual, mas também a coesão e harmonia social. Isso porque, como bem destaca Noberto Bobbio (1995),

(...) a república é uma condição necessária, mas não suficiente para a paz perpétua. É necessário também que as repúblicas assim constituídas originem uma federação, ou seja, obriguem-se a entrar numa constituição análoga à constituição civil na qual seja possível garantir para cada membro o próprio direito. Essa federação deve se distinguir, de um lado, de um superestado, que como já dissemos, contradiz o princípio da igualdade dos Estados, mas por outro lado, deve se distinguir de um puro e simples tratado de paz, porque esse último se propõe a pôr fim a uma guerra, enquanto aquela se propõe a por termo a todas as guerras e para sempre. (p. 164)

§49. Sobre a paz em si, Bonavides (2006, conforme citado em Guzmán, 2005), pensando o ser humano, evidencia que,

Como seres humanos, temos competências para organizar as nossas relações, fazendo uso da guerra e de qualquer outro tipo de violência estrutural, cultural ou simbólica, que suponha a marginalização, exclusão e morte de uns seres humanos por outros e a degradação do ambiente. Mas também é certo que temos competências para organizar as nossas relações de forma pacífica: exprimindo ternura ou carinho nas relações interpessoais ou criando instituições de governação locais, estatais ou globais que promovam relações humanas baseadas na justiça e relações com a natureza baseadas na sustentabilidade. Neste contexto, o desafio filosófico dos estudos para a paz é a reconstrução normativa das nossas competências para fazer as pazes. (p. 43)

§50. Assim, a paz é tida como uma definição racional, em especial no âmbito do Direito. Nesse sentido, Bonavides (2006) destaca que a

(...) paz é o direito natural dos povos. Direito que esteve em estado de natureza no contratualismo social de Rousseau e que ficou implícito como um dogma na paz perpétua de Kant. Direito à paz, sim. Mas paz em sua dimensão perene, à sombra

do modelo daquele filósofo. Paz em seu caráter global, em sua feição agregativa de solidariedade, em seu plano harmonizador de todas as etnias, de todas as culturas, de todos os sistemas, de todas as crenças e que a fé e a dignidade do homem propugnam, reivindicam e sancionam. Paz, portanto, em seu sentido mais profundo, perpassado de valores domiciliados na alma da humanidade. (para. 2)

§51. Para Bonavides (2006), a paz é posta como direito, destacando que

Quem conturbar essa paz, quem a violentar, quem a negar, cometerá, à luz desse entendimento, crime contra a sociedade humana. Execrado das presentes e das futuras gerações, o Estado que delinquir ou fizer a paz soçobrar como direito há por certo de responder ante o tribunal das nações; primeiro no juízo coevo, a seguir, no juízo do porvir, perante a história. (...) a defesa da paz se tornou princípio constitucional, insculpido no artigo 4º, inciso VI, da nossa Constituição. Desde 1988, avulta entre os princípios que o legislador constituinte estatuiu para reger o país no âmbito de suas relações internacionais. (...) Só falta universalizá-lo, alçá-lo a cânone de todas as Constituições. Vamos requerer, pois, o direito à paz como se requerem a igualdade, a moralidade administrativa, a ética na relação política, a democracia no exercício do poder. (para. 4)

§52. Nossa abordagem será macrofilosófica, nos termos de Mayos (2012b). Dessa forma, é importante ressaltar que

Abordar a Investigação para a Paz sob esta vertente supõe, desde logo, o reconhecimento de uma forma de entender a própria investigação. Pensamos que as investigações e os estudos para a paz requerem aproximações multidisciplinares e multiculturais. Deste modo, dadas as próprias características dos objectivos destas investigações e a sua relativa novidade, serão também interdisciplinares e interculturais. (Guzmán, 2005, p. 43)

§53. A produção intelectual inerente ao período da Modernidade [23] caracteriza-se, indubitavelmente, por sua complexidade, uma afirmativa irrefutável que se ancora na exploração abrangente do processo cognitivo humano e de sua influência na tessitura do cotidiano. [24] No *corpus* do trabalho desenvolvido por Kant (1987) é possível discernir três vectores fundamentais de interpretação da realidade: a cognição, o juízo e a volição. A respeito da dimensão cognitiva, Rodrigues (2011) enuncia que

O desejo de desvelar a verdade deve-se à aspiração de fundar um conhecimento seguro acerca do mundo e das coisas. Procura-se uma base estável – a verdade – que permita uma relação de confiança, absolutamente necessária, entre o homem e aquilo que deseja conhecer. (p. 138)

§54. Continuando, Rodrigues (2011) avalia que,

Para Kant, esta tarefa da procura dos critérios da verdade e, subsequentemente, do conhecimento que neles se funda, assume uma grande importância. Às respostas insatisfatórias – sobre a origem da verdade – dadas pelo empirismo céptico, principalmente de inspiração humana, e pelo racionalismo quiçá extremado, principalmente de inspiração wolffiana, o filósofo contrapõe um sistema conciliador que tenta superar as diversas insuficiências patenteadas por essas correntes. Kant deseja desvelar as condições que permitem o conhecimento segundo critérios de verdade, coisa que aparentemente não encontra de forma clara nos referidos sistemas filosóficos. Assim, para verificar o alcance da razão humana, cuja vertente especulativa tem, ainda que indirectamente, pretensões ao

[23] Buscamos aqui uma compreensão do processo de consolidação da Modernidade, principalmente no que se refere à sua caracterização enquanto momento do pensamento humano. Além de Kant, essa compreensão perpassa as imensas contribuições dos filósofos Hobbes, Locke, Rousseau e Saint-Pierre. Ao dialogar com esses pensadores, Kant questiona as pretensões da razão em conhecer e em ser o tribunal de todo o conhecimento possível. É dada também a pretensão deste em descrever o traço comum à Modernidade: a paz.

[24] José Orega y Gasset (1958, conforme citado em Salgado, 2008) diz que "(...) em la obra de Kant están contenidos los secretos decisivos de lá época moderna (...)" (p. 17).

conhecimento, importa, para lhe definir os limites e as capacidades, mover-lhe uma crítica. (p. 139)

§55. Ainda, em relação ao querer, nos ensina Rodrigues (2011) que,

Quanto à necessidade, KANT define-a como um imperativo de obrigação, o que não deixa de implicar uma certa circularidade explicativa. Assim, algo terá que ser obrigatoriamente duma determinada maneira e não de outra. Todavia, uma vez que, ainda segundo ele, a experiência nos mostra que algo é desta ou daquela forma mas não que não possa ser de outra, segue-se que da própria experiência não flui a marca da necessidade. (p. 141)

§56. A partir desses três *óculos* nasce a interpretação do que convencionamos como pensamento moderno, pois este reúne em sua síntese que o conhecer é possível. Apropriadamente, não podemos deixar de lado que o conhecer está intimamente ligado ao julgar e ao querer. Assim, Bonavides (2006) sumariza que

(...) dantes, a paz tida por direito fundamental nas regiões teóricas; doravante, porém, a paz erguida à categoria de direito positivo. Ontem, um conceito filosófico, hoje, um conceito jurídico. E tanto mais jurídico quanto maior a força principiológica de sua acolhida nas Constituições. Há, em verdade, uma espécie de poder constituinte moral que, ao prescrever-lhe o reconhecimento normativo, cria um novo direito e busca, assim, garantir a sobrevivência do homem na idade dos artefatos nucleares e da explosão tecnológica. A lição conclusiva destas reflexões se resume também em fazer da paz axioma da democracia. Fundamentando, enfim, a nova figura introduzida no rol dos direitos humanos, inspirada de dois filósofos da liberdade, asseveramos que a guerra é um crime e a paz é um direito. Sem a memória e a percepção dessa verdade gravadas na consciência dos povos e na razão dos governantes, nunca concretizaremos a mais solene, a mais importante, a mais inderrogável cláusula do contrato social: o direito à paz como supremo direito da humanidade. (para.12)

§57. O conhecimento (todo e qualquer) inicia-se na experiência, porém, somente a experiência não se revela a única fonte do conhecimento. Nesse sentido, destacamos que esse conhecer pode acontecer na fusão entre o nosso conhecimento experimental e aquilo que a nossa própria razão fornece.[25]

Kant, na linguagem da sua época, advertia já que a natureza parece querer outra coisa e vale-se de dois meios para isso: a diversidade de línguas e a diversidade de crenças. Certamente, insistia Kant, esta diversidade pode ser motivo de guerras e disputas. No entanto, dependendo das culturas que promovamos, na nossa interpretação, poderemos potenciar as nossas capacidades para a violência a partir da arrogância, ou promover culturas para fazer as pazes, a partir da assunção da nossa fragilidade e vulnerabilidade como demonstração da nossa interdependência. (Guzmán, 2005, p. 58)

§58. Nesse interim, Kant (1987) trabalha para sistematizar uma reflexão que vai além das teorias tradicionais e/ou das correntes filosóficas afloradas até então, tais como *Racionalismo*, *Empirismo, Ceticismo* e *Cientificismo*, apoiando-se nas contribuições que essas correntes modernas da Filosofia lhe entregaram, testando-as até as últimas consequências e sendo radicalmente divergente delas na busca da verdade pura. [26]

§59. Kant (1987) se afasta da forma de discutir a *razão* da tradição que o antecedeu e até mesmo das correntes filosóficas que predominavam em seu tempo, pois impõe um limite claro para o conhecer (a verdade!), gerando na Modernidade um cuidado todo especial quanto à validade dos conhecimentos gerados e sua objetividade. O

[25] A Modernidade, no pensamento kantiano, chega à conclusão de que temos três possibilidades de juízo: analítico, sintético *a priori* e sintético *a posteriori*. Seu esforço maior é demonstrar a existência do juízo sintético *a priori* a fim de responder como são possíveis.

[26] Chegamos aqui à síntese que Kant (1987) faz entre racionalismo e empirismo. Por um lado, sem o conteúdo da experiência, dado na intuição, os pensamentos são vazios de mundo (racionalismo). Por outro lado, sem os conceitos, eles não têm nenhum sentido para nós (empirismo). Em outras palavras, para Kant (1987), sem sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento, nenhum poderia ser pensado. Nossos pensamentos, sem conteúdo, são vazios; intuições, sem conceitos, são cegas.

pensador enseja uma crítica a toda e qualquer tentativa de absolutização e dogmatização de conhecimentos declarados tanto pela tradição quanto para projetos posteriores.

§60. Na ausência dessa crítica, a razão fica refém de um estado de natureza em que impera o conflito, nascemos em um ato de violência, arrancados do ventre materno, e então somos acalentados e direcionados para paz. O conflito não assegura nossas afirmações e reivindicações, a não ser pela força bruta em nosso estado de natureza. A mãe estabelece ao filho leis para paz e o orienta à calmaria, ao acalmar racional. A paz nos é garantida pela sentença da crítica de que tal conhecimento não violou os limites da razão.[27] É bem cedo que entendemos ser a paz o melhor para a humanidade. A consolidação histórica da Modernidade é também tratada como "revolução copernicana" e constitui essa virada na ótica da Teoria do Conhecimento, de se determinar de modo preciso as condições para conhecer os objetos, e não os objetos escabeceando como o conhecimento se dá. [28]

§61. Esta reviravolta da dita Modernidade (séculos XVII e XVIII), transmitida no final desse período de discussões, no desenrolar das revoluções (copernicana/iluminismo), considera o sujeito pensante não uma substância dada *a priori*, mas sim uma unidade do pensamento, portanto, formal. Kant (1987) difere-se de Descartes (1999), pois o autor propõe uma nova concepção da relação entre sujeito e objeto no uso teórico da razão. Essa concepção parte da revolução copernicana.

O mesmo aconteceu com os primeiros pensamentos de Copérnico que, depois das coisas não quererem andar muito bem com a explicação dos movimentos celestes

---

[27] Antnio Truyol y Serra (2001) destaca que: "Sobre la paz perpetua lleva el subtítulo de Ensayo filosófico. Se relaciona estrechamente con lá ya mencionada Metafísica de Las costumbres, y con un artículo publicado en la revista Berlinische Monatsschrift, <Idea de una historia general (o universal) desde una perspectiva cosmopolita>, con otros de estos anõs finales, que giran en torno a la ética y su relación con la política (tema ya abordado en Anexo en Sobre la paz perpetua)" (p. 10).

[28] A filosofia crítica de Kant (1987) consiste em impor à razão os limites da experiência possível. Pretende, com isso, fornecer rigor metodológico à metafísica, livrando-a de seu caráter dogmático e trazendo-a para o rumo seguro da ciência. Esse método que analisa as possibilidades do conhecimento *a priori* do sujeito, dentro dos limites da experiência, é chamado de transcendental.

admitindo-se que todo o exército de astros girava em torno do espectador, tentou ver se não seria mais bem-sucedido se deixasse o espectador mover-se, e, em contrapartida, deixasse os astros em repouso. (Kant, 1987, p. 14)

§62. Nos parece correto afirmar que Kant (1987) atribui ao sujeito uma posição de atividade com relação ao objeto, não concebida por Descartes (1999) em suas reflexões. O que pode ser visto por muitos como "equívoco cartesiano", pois entende que o objeto só pode ser pensado enquanto tal através das operações sintéticas do sujeito, que de forma alguma pode ser considerado substância.[29] Kant (1987) consolida o conceito de paz, constituindo-o como projeto filosófico para a paz perpétua, a partir de parâmetros morais, jurídicos, filosóficos e políticos, por isso temos por ferramenta de leitura a macrofilosofia.

§63. Kant (1987) demostra que, embora a paz perpétua seja um ideal inatingível, seus princípios fundamentais – dirigidos à aproximação desse ideal – são historicamente e culturalmente possíveis[30]. Assim como ocorre com os indivíduos, os Estados, nas suas relações recíprocas, devem adentrar em uma condição jurídico-normativa racionalmente planejada. Problemas em torno da provisoriedade da propriedade, da liberdade e da violência não serão resolvidos enquanto o Direito não for estabelecido também no nível internacional e cosmopolita[31]. Essa é a visão kantiana e seu norte de atuação para o estabelecer da paz pelo Direito.

---

[29] Podemos dizer que a centralidade da posição de Descartes (2011) está no cânone da tradição filosófica ocidental, afinal de contas, em apenas um livro, *Meditações*, ele apresenta imensa riqueza conceitual e filosófica. 'Erro', 'dúvida', 'loucura', etc. entraram decisivamente para o repertório da Filosofia, mas de uma forma nova, desde então, em uma nova dimensão, fulcral, pois tais conceitos visaram trabalhar radicalmente as bases do nosso saber. Além disso, a busca por uma nova *arché* para fundamentar o saber acaba por provocar uma grande ruptura que se realiza na Modernidade: o surgimento da subjetividade, que no Ocidente, teve origem a partir da filosofia cartesiana (Foucault, 2004; Gombay, 2009; Prado Jr., 2004; Skirry, 2010).

[30] Para estudos avançados sobre o assunto, recomendamos a leitura de Magnoli (2016), no texto na qual "se relata que sempre houve pessoas empenhadas em evitar guerras; prevenir situações de conflito. A obra estabelece, de certa forma, um diálogo com o livro *História das guerras*, publicado pela Editora Contexto. Ele mostra como trabalharam os arquitetos que desenharam o planeta e ajudaram a construir o mundo em que vivemos. Em meio a guerras e situações de conflito, a paz pode surgir como fruto de conquistas, de esforços diplomáticos, conciliação entre poderosos e acordos entre iguais e desiguais" (p. 120).

[31] Na concepção e formulação de Grotius (2004) é escrito como um tratado sobre a guerra que defende a paz versa sobre o direito das gentes e elabora uma teoria da sociedade internacional

§64. O Estado pensado por Kant (1987) é Republicano e de maneira alguma pode forçar os cidadãos a entrarem em uma guerra. Os cidadãos optam pela paz porque não querem perder suas vidas (bem maior), assim como sua liberdade, segurança, propriedade e direitos. A paz constitui-se, assim, em uma necessidade da civilização – revelando uma filosofia para além do aparente.[32] No direito cosmopolita, Kant (2003) critica os abusos dos Estados colonialistas e acentua a necessidade de respeito aos direitos dos povos. Para o pensador, a relação entre os Estados se assemelha, a princípio, à situação dos indivíduos em estado de natureza. Nas palavras do filósofo:

(...) a mesma insociabilidade que obrigou os homens a esta tarefa é novamente a causa de que cada república, em suas relações externas – ou seja, como um Estado em relação a outros Estados –, esteja numa liberdade irrestrita, e consequentemente deva esperar do outro os mesmos males que oprimiam os indivíduos e os obrigavam a entrar num estado civil conforme leis. (Kant, 2003, p. 13)

§65. Já Lima Vaz (2004) observa que, em verdade, a teoria moral de Kant acabou por favorecer a cisão entre política e ética. Assim, o autor ressalta que "(...) teoricamente a cisão entre Ética e Política acaba sendo consagrada pelo refluxo individualista da Ética moderna que irá condicionar a ideia de 'comunidade ética' ao postulado rigoroso da autonomia do sujeito moral tal como o definiu Kant" (p. 259–260). Para além disso, destacamos que Kant (2003) também aborda outras questões

---

baseada nos Estados-nação que emergiam. O pensador condena o princípio da guerra e edifica os tratados internacionais. Limita a guerra às partes diretamente envolvidas, desenvolvendo a noção de neutralidade, e busca os meios de restituição da paz. Já sobre o "Direito cosmopolita é, segundo Kant, o direito humanitário, ou da humanidade, que rege a associação de toda a humanidade, cujo último fim é a civilização e o último grau, a sociabilidade humana" (Howard, 2000, p. 98).

[32] Gonçal Mayos (2012a) deixa claro que, "Para KANT, es filósofo todo aquel que hace una investigación radical que cuestiona los primeros principios heredados e investiga los fundamentos últimos de todo. Por eso, y aceptando la idea humeada de que estos fundamentos arraigan en la naturaleza de las facultades humanas, como parte clave de su revolución copernicana, KANT se propone investigar radicalmente la razón, especialmente lo que aporta por ella misma, «pura y a priori», lo que sólo ella puede aportar, ya que no puede proceder de ninguna experiencia" (p. 109).

fundamentais que afetam as relações internacionais contemporâneas, como tratados de Paz, esfera pública, exércitos permanentes, direito de intromissão e cosmopolitismo (Freitas, 2011, p. 263).

§66. Fica-nos claro o traço comum da Modernidade — a paz — da divisão entre pressupostos jurídicos e históricos até a consolidação do que conhecemos por paz: quer seja o projeto kantiano de paz e os seus desdobramentos como consolidação do conceito de paz para o Ocidente, na interpretação de alguns, retirando de vez a Filosofia do cotidiano de simples literatura e elevando-a à Modernidade, que se inaugura sob o valor ético da universalização[33] – agora ciência. Verdade pura! Não adotamos essa perspectiva que busca desvalorizar a filosofia pré-kantiana e pré-moderna*,* mas evidenciamos o argumento de que, tendo na *Crítica da Razão Pura* (1987) o grande divisor de águas, segundo o professor Gonçal Mayos Solsona (2012a): "ya que es en esta obra donde se sintetizan los principios del criticismo Kantiano y de la revolución copernicana en filosofía" (p. 93).

§67. O tema da paz nos possibilita recolher diversos conceitos próprios da ciência do Direito, sob uma abordagem macrofilosófica[34], e assim aprofundar as investigações e sistematizações acerca do pensamento político Ocidental (Bobbio, 1995; Nour, 2004; Salgado, 2008; Terra, 2004), bem como sobre a paz e sua efetiva realização social na Modernidade (Costa, 1999; Salgado, 2005). Convivemos em uma sociedade rodeada de conflitos de diversos tipos, como morais, éticos, dentre outros, os quais nos levam ao questionamento e à busca de soluções eficazes com o intuito de estabelecer a paz social. O Direito nasceu com a sociedade e desenvolve-se com

[33] Para o Ocidente, desde os tempos medievais, "(...) a união entre paz e justiça é da alçada da lei (...) a lei intervém, então, como ponto de apoio necessário à gênese do binômio justiça e paz" (Le Goff & Schmitt, 2017, p. 63–64). "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal" (Kant, 2004, p. 59).

[34] "(...) MAYOS, de uma maneira geral, pretende inaugurar – ou reinaugurar – um modo de fazer filosofia. Além disso, o termo funciona como critério diferenciador de outra forma, igualmente legítima, de fazer filosofia: a microfilosofia" (Ambrósio, 2015, p. 10). Na citada tese, o jovem autor anuncia um manifesto por um modo de filosofar, fazendo uma macrofilosofia da História do Direito, na pretensão de que sua tese seja pensada nos marcos de uma macrofilosofia.

ela. Se muda a sociedade, as normas jurídicas também são modificadas. É impossível separar direito e sociedade.

§68. A vida cotidiana está estreitamente relacionada ao direito. Desde o nascimento, com o direito do nascituro, até depois da morte, com o direito de sucessão. O direito nasceu para o humanidade e a humanidade nasceu para o direito. As leis, normas e diretrizes criadas pelo direito têm por teleologia delinear a conduta humana (tolerante), tutelando o bem maior que é a vida. O Homem criou o direito e é constantemente moldado por ele. A humanidade busca nessa ciência as respostas para os seus problemas e espera que sempre haja uma decisão justa. Para a criação do Direito, cada indivíduo deu um pouco do seu direito, objetivando o bem-estar social (a paz que se perpetua). As normas jurídicas norteiam a vida da humanidade, visando ao bem comum. O direito surgiu em um contexto de disputas, debruçando-se no estudo dos fatos sociais. Podemos construir, a cada dia, um mundo melhor, por meio dos nossos atos (de tolerância), mas não de modo isolado, e sim em conjunto, lembrando que as leis podem nos ajudar muito nessa caminhada.

§69. Este estudo faz uma reflexão a partir da teoria kantiana sobre direito, discutindo a busca que a humanidade encampa coletivamente por conduta (tolerância) que a permita aproximar-se da paz perpétua. A construção da coesão social é o caminho seguro para a efetivação da paz entre os povos, uma vez que promove o entendimento mútuo, a colaboração e a harmonia, fundamentos essenciais para a construção de um mundo mais justo e pacífico. A coesão na UE não é apenas uma questão de equilíbrio econômico, territorial e social, mas também está profundamente ligada à busca pela paz e estabilidade na Europa.

§70. A criação da UE está profundamente enraizada na busca pela paz e na tentativa de evitar a repetição dos horrores da Segunda Guerra Mundial. Esse objetivo pragmático é evidente em diversos documentos e análises históricas que discutem a fundação e a evolução da organização. Jacques Delors (1994), em suas *Memórias*, destaca que “a União Europeia nasceu da necessidade de garantir que os horrores

da Segunda Guerra Mundial nunca mais se repetissem. A paz e a estabilidade eram os objetivos centrais dos fundadores" (p. 45). Delors (1994) enfatiza que a motivação primordial dos fundadores da UE era assegurar um futuro pacífico para a Europa, prevenindo novos conflitos.

§71. Tony Judt (2007), em sua obra *Pós-guerra: Uma História da Europa desde 1945*, reforça essa perspectiva ao afirmar que "a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora da União Europeia, foi criada com o objetivo explícito de evitar novos conflitos entre as nações europeias, promovendo a paz e a cooperação econômica" (p. 153). Judt (2007) argumenta que a integração econômica foi vista como um meio de garantir a paz duradoura no continente.

§72. Desmond Dinan (2004), em *Europe recast: A History of European Union*, também aborda essa questão, observando que "os tratados fundacionais da União Europeia foram desenhados para garantir que os devastadores conflitos do início do século XX não se repetissem. A ênfase na paz e na estabilidade é um pilar da existência da União" (p. 22). O autor destaca a importância dos tratados como instrumentos para a promoção da paz.

§73. Andrew Moravcsik (1998), em *The choice for Europe: Social purpose and state power from Messina to Maastricht*, corrobora essa visão ao afirmar que "o projeto de integração europeia foi fundamentalmente impulsionado pelo desejo de criar uma paz duradoura na Europa, uma resposta direta às guerras catastróficas que assolaram o continente" (p. 3). Moravcsik (1998) sublinha que a integração europeia foi uma resposta estratégica aos conflitos passados.

§74. Robert Schuman (1963), em *Pour l'Europe*, expressa a ideia de que "a Europa não se fará de um só golpe, nem numa construção de conjunto: ela se fará por realizações concretas criando primeiro uma solidariedade de fato" (p. 25). Schuman (1963), um dos principais arquitetos da integração europeia, enfatiza a importância de ações concretas e progressivas para a construção de uma Europa unida e pacífica.

§75. Logo, a criação da UE foi motivada pela necessidade de garantir a paz e evitar a repetição dos horrores da Segunda Guerra Mundial. A ênfase na cooperação econômica e política entre os países europeus foi compreendida como um meio eficaz de alcançar esses objetivos, estabelecendo a paz (a coesão) como princípio mestre e fundamental da UE.

§76. A História dessa organização é marcada por conflitos sangrentos que assolaram o continente no século XX. A integração europeia foi concebida, em parte, como uma resposta a esses conflitos, com o objetivo de construir uma ordem baseada na cooperação, solidariedade e respeito mútuo. A coesão econômica, territorial e social na UE desempenha um papel crucial na prevenção de conflitos ao reduzir as disparidades que podem levar à desigualdade, ressentimento e instabilidade política. Ao promover a coesão, a comunidade busca construir uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todos os cidadãos tenham a oportunidade de prosperar.

§77. A macrofilosofia da coesão e a teleologia da paz na UE representam valores fundamentais que orientam o processo de integração europeia. Ao promover a coesão econômica, territorial e social, a UE não apenas busca alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentável, mas também trabalha para construir uma Europa mais unida, pacífica e inclusiva. A compreensão desses conceitos é essencial para avaliar o progresso e os desafios enfrentados pela comunidade em sua jornada rumo a um futuro comum.

§78. A guerra entre a Ucrânia e a Rússia está profundamente enraizada em questões geopolíticas, étnicas, históricas e de segurança que vão além do escopo da coesão econômica, territorial e social na UE.[35] No entanto, as tensões entre a Ucrânia e a

[35] Para não passarmos por ingênuos é importante destacar que, a guerra entre Ucrânia e Rússia pode ser interpretada como uma continuidade moderna da Guerra Fria, refletindo os interesses geopolíticos das grandes potências, como os Estados Unidos e a China. Durante a Guerra Fria, o mundo foi dividido em dois blocos principais: o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco oriental, liderado pela União Soviética. Com o colapso da União Soviética em 1991, muitos acreditaram que a era de rivalidade bipolar havia terminado. No entanto, as tensões entre o Ocidente e a Rússia persistiram, e a ascensão da China como uma potência global adicionou uma nova dimensão a essa dinâmica. Segundo John Mearsheimer, em *The tragedy of great power politics,* a

Rússia ilustram os desafios que podem surgir quando não há coesão e entendimento suficientes entre nações e regiões. Nesse sentido, a situação na Ucrânia evidencia a complexidade das relações internacionais e a importância da cooperação regional para promover a estabilidade e a paz. Embora a UE tenha buscado desempenhar um papel mediador e promover a resolução pacífica do conflito, as divisões internas na Ucrânia e as dinâmicas geopolíticas complicaram os esforços de resolução.

§79. A UE tem tentado ser ativa no apoio à soberania e integridade territorial da Ucrânia, ao mesmo tempo em que tem procurado manter canais de diálogo abertos com a Rússia. No entanto, as tensões persistem e demonstram que a construção de uma Europa pacífica e unificada ainda enfrenta muitos desafios. Embora a guerra entre a Ucrânia e a Rússia não esteja diretamente ligada à questão da coesão na UE, serve como um lembrete dos desafios que podem surgir em uma Europa marcada por divisões e desconfianças. A construção da paz e estabilidade na região exige um compromisso contínuo com os princípios da coesão, solidariedade e cooperação internacional.

§80. Ainda ressaltamos que a guerra entre a Ucrânia e a Rússia é um exemplo de como as tensões regionais e geopolíticas podem desafiar a estabilidade e a segurança na Europa. Apesar da situação específica está centrada na disputa territorial pela Crimeia e no conflito no leste da Ucrânia, essa guerra reflete questões mais amplas sobre identidade, segurança e integração na região, como destacamos a seguir.

---

expansão da OTAN para o leste após o fim da Guerra Fria foi interpretada pela Rússia como uma ameaça direta à sua segurança (Mearsheimer, 2001). Essa percepção de ameaça é um dos fatores que contribuiu para a agressão russa a Ucrânia. Mearsheimer (2001) argumenta que “a política de poder continua a dominar as relações internacionais, mesmo após o fim da Guerra Fria” (p. 29). Além disso, a China tem interesses estratégicos na região e vê a Rússia como um aliado contra a influência ocidental. Em *Destined for war: Can America and China escape Thucydides’s Trap?*, Graham Allison (2017) discute como a ascensão da China está desafiando a ordem global liderada pelos Estados Unidos, criando um novo tipo de rivalidade que lembra a Guerra Fria (p. 112). Allison (2017) observa que “a cooperação entre a China e a Rússia é uma resposta direta à percepção de ameaça comum dos Estados Unidos” (p. 145). Portanto, a Guerra entre Ucrânia e Rússia não é apenas um conflito regional, mas também um reflexo das tensões globais entre as grandes potências. A intervenção dos Estados Unidos e da China, direta ou indiretamente, mostra que a lógica da Guerra Fria ainda está presente nas relações internacionais contemporâneas. Como afirma Henry Kissinger (2014), na obra *World Order*, “a rivalidade entre grandes potências nunca desaparece completamente; ela apenas assume novas formas” (p. 89).

- Identidade e História: a Ucrânia tem uma História complexa e uma identidade nacional distinta, influenciada por séculos de interações com a Rússia, mas também por uma busca crescente por independência e identidade própria. A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 exacerbou as tensões étnicas e culturais na região e desencadeou conflitos armados no leste da Ucrânia, em que grupos separatistas pró-russos lutam contra o governo central.
- Interesses geopolíticos: por um lado, a Rússia vê a Ucrânia como parte de sua esfera de influência histórica e considera a presença da UE na região uma ameaça à sua segurança. Por outro lado, a Ucrânia tem procurado se aproximar da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), visando uma integração mais estreita com o Ocidente e um afastamento da influência russa.
- Desafios à cooperação regional: a guerra na Ucrânia destaca os desafios enfrentados na construção de uma Europa unida e pacífica. Enquanto a UE busca promover a cooperação regional e a resolução pacífica de conflitos, as divergências de interesses entre os Estados membros e as complexidades das relações com a Rússia criam obstáculos significativos.
- Importância da coesão e solidariedade: a crise na Ucrânia ressalta a importância da coesão e solidariedade entre os países europeus. A UE tem adotado medidas para apoiar a Ucrânia, oferecendo assistência econômica, apoio diplomático e sanções contra a Rússia em resposta à anexação da Crimeia e ao conflito no leste da Ucrânia.
- Perspectivas de paz e estabilidade: a resolução do conflito na Ucrânia requer um compromisso contínuo com diálogo, diplomacia e respeito ao direito internacional. A UE, juntamente com outros atores internacionais, deve continuar a trabalhar para encontrar uma solução pacífica e duradoura que respeite a soberania e integridade territorial da Ucrânia e promova a estabilidade na região.

§81. A guerra entre a Ucrânia e a Rússia destaca os desafios enfrentados para a construção de uma Europa pacífica e unificada, sublinhando a necessidade de cooperação regional, solidariedade e compromisso com os princípios democráticos e do Estado de Direito. Pretendemos apresentar uma reflexão histórico-filosófica que seja didática, panorâmica e acima de tudo, possa ter nas notas de rodapé – estas só têm sentido enquanto recurso didático – um apêndice de pesquisa e consulta robusto, mas, sobretudo, que esta tese possa ser lida e compreendida sem o auxílio destas, por quem estiver demasiadamente familiarizado com o tema e contexto.

§82. Nesta tese, apresentamos uma análise abrangente (macrofilosófica) do conceito de paz, traçando sua evolução desde a sua etimologia até sua relevância contemporânea. A paz é inicialmente definida como um pacto que estabelece harmonia e estabilidade, mas transcende esta definição simplista ao ser explorada sob a ótica da Filosofia e do Direito. Na Filosofia, a paz é contrastada com a guerra, representando a ordem em oposição ao caos. Aristóteles a compreendia como o objetivo final da guerra, enquanto Kant a definia como um ideal a ser alcançado através da razão e da cooperação internacional. No âmbito jurídico, a paz se materializa em normas e instituições que previnem e resolvem conflitos, promovendo justiça e segurança. O direito internacional, exemplificado pela Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), busca garantir a coexistência pacífica entre as nações.

§83. Nesse sentido, argumentamos que a paz não é apenas a ausência de guerra, mas um pressuposto social e econômico que requer inclusão social. Amartya Sen e Johan Galtung são citados para corroborar a ideia de que a paz é fundamental para o desenvolvimento econômico e a coesão social. A análise aprofunda-se na perspectiva de Kant sobre a paz perpétua, destacando a necessidade de uma ordem jurídica internacional baseada em Estados republicanos. A UE é então apresentada como um exemplo prático dessa visão, buscando a paz através da coesão econômica, territorial e social.

§84. A coesão social, promovendo entendimento mútuo e harmonia, é crucial para a paz duradoura. A UE, fundada com o objetivo de evitar novos conflitos após a Segunda Guerra Mundial, ilustra essa busca pela paz através da integração. A guerra entre a Ucrânia e a Rússia é analisada como um desafio à paz na Europa, evidenciando as complexas relações internacionais e a importância da cooperação regional. O conflito destaca a necessidade de coesão e solidariedade entre os países europeus. Assim, concluímos que a paz é um processo contínuo que exige esforços constantes para promover justiça, igualdade e inclusão social. A coesão, tanto a nível nacional quanto internacional, é fundamental para alcançar uma paz duradoura. A macrofilosofia da coesão e a teleologia da paz na UE representam valores essenciais para a construção de um futuro mais pacífico e próspero.

Por que a paz sob o Olhar Macrofilosófico?

§85. Nesta tese, buscamos nos aproximar da resposta diacrônica da História para o alcançar da paz que se perpetua na organização da sociedade pelo uso racional do direito – ou, pelo menos, indicar caminhos para a percepção de tal resposta no todo filosófico da História.[36] Para tanto, nos debruçamos sobre a questão: a Modernidade pensa a paz em termos políticos?[37] Através da compreensão da ideia de paz na perspectiva diacrônica da História, por diversos pensadores organizados cronologicamente – de paz e coesão,[38] pretendemos demonstrar que a paz no pensamento político Ocidental é uma opção racional e planejada (politicamente!).

[36] Sob o olhar macrofilosófico, ver: Ambrósio (2015).

[37] Podemos considerar que a Modernidade está intrinsecamente ligada tanto ao ceticismo, representado pelos conflitos da sua própria época, quanto ao dogmatismo, o fim projetado para acabar com esses conflitos. Kant (2003) concilia o método ético e o procedimento dogmático (crítico) e tem na política entre os povos a grande esperança de futuro.

[38] Segundo Kant (2008a), "(...) O republicanismo é o princípio de Estado da separação do poder executivo (o governo) do legislativo; o despotismo é o da execução autocrática do Estado de leis que ele mesmo propôs, por conseguinte da vontade pública enquanto ela é manipulada pelo regente como sua vontade privada" (p. 28).

Considerados os parâmetros morais, jurídicos e políticos na concepção da UE, a paz se apresenta como um ideal talvez inatingível, mas cujos princípios fundamentais dirigidos à sua aproximação são interdisciplinares e interculturalmente possíveis, desde que construídos socialmente (Zanella & Oliveira, 2014).[39]

§86. Dito isso, enfatizamos que não há grande ou pequeno conhecimento, pois inexiste ciência ou filosofia grande ou pequena[40], como nos ensina Mayos (2012b):

Ahora bien, sí que muchas veces hay que distinguir con toda legitimidad entre conocimiento de casas mayo res (por ejemplo las galaxias y constelaciones celestes) que otras, como moléculas o atomos que son mucho mas pequenas aunque quizas igual de complejas. (p. 10)

§87. Como é comum falar em outras disciplinas de macroeconomia, macrossociologia ou macro-história, Mayos (2012b) nos revela que "(...) los conceptos filosóficos agregados (mentalidades sociales, grandes lineas culturales, ideas 'fuerza', cosmovisiones, etc.) y las explica a partir de las circunstancias compartidas por los grupos de agentes culturales (p. 14). Associamos a macrofilosofia às análises de conceitos que, além de terem sido preparados como tais, são filosofias concretas, mentalidades manifestas ou cosmovisões de amplas camadas da população e por períodos consideráveis, ainda que temporários. É o caso da macroeconomia, que estuda relações entre os valores econômicos agregados e os explica a partir de comportamentos dos grupos de agentes econômicos. Assim também a macrofilosofia estuda os conceitos filosóficos adicionados (Mayos, 2012b)

[39] O esforço de Grotius (2004) em pensar caminhos para uma coexistência pacífica, e se não pacífica, pelo menos de respeito às regras mínimas dos Estados, não foi o primeiro na História, mas não podemos questionar sua originalidade e a clara direção tomada pelo autor no sentido de instrumentalizar um sistema de direito "laicizado", mais do que nunca, alicerçado na razão como o fundamento primeiro do direito natural. Imerso em um mundo profundamente dividido, este expõe proativamente, como fundamento inabalável do direito, a faculdade inegável do homem: a razão.

[40] Segundo Mayos (2012b), "En la actualidad, una época de crisis y de grandes incertidumbres, donde además parece que se acabó 'la fiesta' postmoderna, son necesarios nuevos macrodiscursos que den respuesta a las permanentes necesidades humanas de 'Sentido' filosófico global. Recordemos que esa fue tradicionalmente la tarea suprema de las religiones, filosofías de la historia o grandes ideologías, que movilizaban y orientaban a los grandes grupos sociales" (p. 13).

(mentalidades sociais, grandes linhas culturais, ideias «força», cosmovisões, etc.) e os explica a partir das circunstâncias compartilhadas pelos grupos de agentes culturais. Sendo que

(...) por conseguinte, procura uma compreensão holista, totalizante do real, em contraposição à ultraespecialização e fragmentação do pensar impostas pelos tempos atuais, estimulando a escalada de uma sociedade ignorante e inculta. Assim, a tarefa é árdua e exige um rigor e cuidado redobrados. Para que o intento seja alcançado, é preciso ter em mente algumas necessidades teóricas. Em primeiro lugar, a macrofilosofia pauta-se em uma abordagem interdisciplinar - sendo, assim, capaz de relacionar e sintetizar os conhecimentos em "macromodelos" -, para que a reflexão filosófica não peque por exclusão e seja enriquecida por uma complementaridade lógica. (Ambrósio, 2015, p. 209)

§88. A macrofilosofia também leva em conta questões mais idiossincráticas e ligadas ao gênio individual ou focado em detalhes muito específicos às análises microfilosóficas relacionadas e igualmente valiosas.[41] Existe uma continuidade muito óbvia entre macro e microfilme, agregação ou superposição. Assim também é dado na História, Economia e Sociologia. Entre análises micro e macro, necessita-se da verificação e agregação das primeiras, que por sua vez e para serem verdadeiramente significativas, precisam do guia e da estrutura geral oferecidos pelas segundas. Em Filosofia é geralmente necessário começar de uma boa microanálise para apoiar e justificar as análises macros. A despeito disso, frisamos que os estudos macros são muito importantes para determinarem claramente o contexto global e o momento evolutivo ou as influências nas quais as linhas são inscritas concretamente e onde a microanálise faz sentido (Mayos, 2012b).

[41] Na Filosofia, questões idiossincráticas refletem as particularidades individuais em perspectivas existenciais, dilemas morais, epistemologia e estética pessoal. No Direito, referem-se aos aspectos legais únicos de casos específicos, influenciados por circunstâncias pessoais e culturais, como em direito de família, penal, contratos e direitos humanos. Reconhecer essas idiossincrasias é essencial para promover a paz, que envolve justiça, compreensão e respeito pelas diferenças, tanto na reflexão filosófica quanto na aplicação da lei.

§89. Como pode ser visto, a relação é de complementaridade e apoio mútuo. Necessários e valiosos são os prefixos macro e micro. Não existe avaliação negativa em nenhum dos dois elementos, nem no que podemos considerar macrofilosofia, nem em microfilosofia, como não há, por exemplo, entre macroeconomia e microeconomia. A paz é um desses conceitos que precisam ser analisados em seu micro e macro. Kant (2018) instrumentaliza a paz no macro, quando a propõe como fio condutor da Modernidade, em reverência à razão – sistema[42]. Tendo isso em vista, Ricardo Salgado (2018) elucida que

(...) o abismo criado pela elaboração das duas críticas, a da Razão Pura e a da Razão Prática, ou seja, entre o conhecimento do entendimento e o agir moral da razão, entre a natureza e a liberdade, colocando de um lado os objetos que nos são dados na sensibilidade e, de outro, os alcançados apenas pela razão, Kant tentará de alguma forma em sua Crítica da Faculdade do Juizo encontrar algo que consiga ligar estes dois pontos de sua filosofia, assim encontrando uma unidade no dualismo filosófico por ele instaurado. (Kant, conforme citado em Salgado, 2018, pp. 43–44)

§90. Macrofilosóficamente, o conceito de paz é construído interdisciplinarmente na Histórica e interculturalmente, com o objetivo de criar um sistema para o Ocidente e suas implicações para a vida dos povos, orientado pelas ideias trabalhadas no texto *A Paz Perpétua* de Kant (2002a). Isso evidencia o percurso de busca da paz como opção política dos povos – racional, político-jurídica (normativa) e planejada –, construída socialmente. Tendo em conta o objeto de estudo da teoria kantiana sobre a paz, esta análise busca captar a essência e o significado dentro da perspectiva de

[42] De acordo com Cedric Sartori (2013), a filosofia Crítica de Kant é dividida em três momentos fundamentais: a Crítica da Razão Pura, que investiga os limites do conhecimento teórico e legitima os conhecimentos científicos, mas limita o conhecimento aos objetos da experiência; a Crítica da Razão Prática, que confirma a realidade prática da liberdade e postula a imortalidade da alma e Deus como necessários para o Sumo Bem; e a Crítica da Faculdade de Julgar, que busca integrar natureza e liberdade através da experiência estética, unindo as duas partes da Filosofia em um sistema completo.

diversos filósofos, para muito além da mera descrição, ou seja, perceber por meio do uso do pensamento macrofilosófico a significação da realidade em sua totalidade. A aproximação do campo da Filosofia com o do Direito permite-nos um exercício interpretativo, em que buscamos argumentos de consideração, a critério científico de análise, para explicar e relatar a realidade.[43]

§91. Considerando isso, ressaltamos que o pensamento proposto nesta tese não pretende ser objeto de idealização ou uma mera "utopia", pois, como explica Philippe Almeida (2016),

A abordagem que encamparemos, no entanto, não será historiográfica, mas filosófica. Ainda quando reconhece a historicidade (particularidade) dos valores culturais, precisa a filosofia manter-se voltada à universalidade da condição humana – sob pena de tornar-se ciência empírico-formal. Mesmo pesquisas direcionadas a episódios singulares da história (como a emergência da literatura utópica no século XVI) devem, todavia, se aspiram ao estatuto de saber filosófico, permanecer subordinadas às questões centrais acerca de nosso ser-aí-no-mundo (tal como inventariadas por Kant): o que posso saber?; o que devo fazer?; o que me é permitido esperar?; o que é o homem? (p. 45)

§92. Haja vista ser, racionalmente, fruto do Direito, da Filosofia e da Política[44], socialmente construídos e embasados em pressupostos morais, como, por exemplo, o imperativo basilar da dignidade humana e não-instrumentalização do indivíduo (Salgado, 2011). Essa correlação entre moral, política e norma (direito) na

[43] No cenário mundial, em que a paz aparece sempre extremamente fragilizada, a contribuição da Filosofia Política e da Filosofia do Direito é fundamental para repensarmos as práticas cotidianas, tanto da política quanto do direito (Radbruch, 2010; Rawls, 2001; Rouanet, 2010; Sen, 2011; Walzerb, 2003).

[44] Neste trabalho, seguimos os passos metodológicos de Bertrand Russell (2004), autor que acompanha o desenvolvimento histórico da filosofia ocidental, abrangendo desde os pré-socráticos até as principais tendências do pensamento na primeira metade do século XX: os grandes atenienses; o pensamento helenístico e o Cristianismo primitivo, com suas raízes judaicas; a Idade Média; Renascimento, Reforma e revolução científica; Iluminismo; idealismo do século XIX; Existencialismo. Sua narrativa não expõe simplesmente as ideias do homem a respeito do mundo e de si mesmo, mas combina uma certa dose de discurso crítico para demonstrar como funciona a discussão filosófica. Além de trazer novas percepções conceituais, apresenta assuntos complexos com rara habilidade e clareza, por meio de diversos diagramas e ilustrações.

construção da paz, enquanto coesão entre os povos para o Ocidente, é um forte indicativo de que a preocupação fundamental da UE não é tão somente estabelecer um direito que vigore nas relações interestatais (uma espécie de direito internacional), mas, sobretudo, **legitimar filosoficamente pressupostos que salvaguardassem os direitos dos povos, mesmo quando os Estados, nas suas relações exteriores, chegassem ao extremo do conflito direto por soberania.** A preocupação da UE é com a continuidade da humanidade, buscando promover a coesão entre os povos como um meio essencial para a construção e preservação da paz.

§93. Abordamos nesta pesquisa as condições de possibilidade (Società Italiana di Studi Kantiani, n.d.) em vez de simplesmente tratar dos caminhos para a construção racional da paz perpétua. Demonstramos, assim, que não basta buscar uma paz eterna, mas é preciso realizar uma tarefa gradativa, da qual os homens e os Estados devem se ocupar perpetuamente. Projetos de paz, sem a ação humana, são meros papéis estéreis engavetados nas mesas dos diplomatas, tornando a construção da paz perpétua inexequível; uma espécie de utopia (Almeida, 2016) estéril. Para isso, discutimos inúmeras experiências anteriores, como as grega, romana, católica e germânica. A paz parece-nos ter sido sempre um “meio para” e não objetivo da humanidade em si.

§94. Dado o estudo analítico e descritivo a partir de referenciais teóricos que discutem e analisam a História política da paz e da coesão na UE e considerando o teor reflexivo do conceito de paz, na perspectiva jurídica, pretendemos constituir esta pesquisa também em caráter normativo, uma vez que os estudos de paz existentes no campo acadêmico identificam e analisam comportamentos violentos e não-violentos, bem como os mecanismos estruturais presentes em conflitos sociais.[45] A paz, por seu

[45] Nos parece que dentro da perspectiva de um estudo jusfilosófico, a filosofia, por ser uma ciência interpretativa e histórica, permite ao sujeito pesquisador indagar o objeto em torno da natureza ou realidade/contexto em que se aplica o pensamento racional pela norma (direito), pensando-se macrofilosoficamente.

conteúdo pragmático e normativo, pode ser um conceito relevante para a análise e interpretação de fenômenos históricos, para estudar o passado, reconhecer o presente e procurar sentido para o futuro.[46] Macrofilosoficamente, construímos o conflito e, assim, a paz tem de ser almejada, perseguida perpetuamente, até que se evolua. Sabendo que nossa sociabilidade consiste em perseguir o estado de paz (Muñoz, 1993).

§95. Com a escolha desse tema atual, de modo crítico, buscamos descrever cuidadosamente e com fidelidade o pensamento político Ocidental[47] sobre o conceito de paz, consolidado na concepção de coesão, que é o fio condutor da Modernidade, orientada racionalmente e programaticamente para paz. Esta é a nossa jornada macrofilosófica para compreender a coesão e seus desdobramentos frente aos povos.

§96. Esta tese investiga a busca histórica pela paz duradoura através da organização social baseada no uso racional do direito. A pergunta central é: a Modernidade pensa a paz em termos políticos? Através da análise da evolução do conceito de paz ao longo da história do pensamento Ocidental, a pesquisa demonstra que a paz, nessa perspectiva, é uma opção racional e planejada politicamente, construída socialmente com base em parâmetros morais, jurídicos e políticos. Este estudo utiliza da macrofilosofia, buscando uma compreensão holística do conceito de paz a partir da análise de “macroconceitos” e “micromovimentos” históricos, agregando análises individuais e contextuais.

§97. A tese argumenta que a paz não é um estado estático, mas um processo dinâmico e contínuo de construção social. A obra de Kant (2001), em especial *A paz perpétua*, serve como fio condutor para a análise da paz como um ideal a ser perseguido através da razão e do direito. Da análise realizada nesta pesquisa, destacamos os

[46] Macrofilosoficamente é uma espécie de unidade conceitual para enxergar a História e a evolução humana para paz (Muñoz, 2018).

[47] Sobre isso, ver: Lima Vaz (2000).

principais pontos: (i) a paz é uma construção social racional e planejada, não uma utopia; (ii) a macrofilosofia permite analisar a paz em suas dimensões histórica, social e política; (iii) a UE, com sua ênfase na coesão, exemplifica a busca pela paz através da cooperação; (iv) a paz não é um fim em si mesmo, mas um processo contínuo que exige esforço e engajamento; e (v) a tese conclui que a paz, como objetivo central da Modernidade, exige ação humana constante e engajamento com os princípios de justiça, cooperação e respeito à dignidade humana.

Parte 1. Filosofia da Coesão

(...) Paz para todo el trigo que debe nacer,
para todo el amor que buscará follaje,
Paz para todos los que viven: Paz
para todas las tierras y las aguas.
– Pablo Neruda, Paz para los crepúsculos que vienen, 1924[48]

§98. A frase “guerras se lutam com armas, mas são vencidas com homens” do Capitão América nos convida a refletir sobre o elemento humano em conflitos e, por extensão, na construção da paz. A educação para a paz é um tema central tanto no Direito dos Povos quanto na Filosofia, e pode ser abordado sob várias perspectivas. No contexto do Direito dos Povos, ou Direito Internacional, a promoção da paz e a resolução pacífica de conflitos são pilares fundamentais. A educação para a paz é compreendida como uma ferramenta essencial para prevenir guerras e promover a cooperação internacional. Tratados e convenções internacionais, como a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecem a manutenção da paz e segurança internacionais como objetivos primordiais. A educação é promovida como um direito fundamental e um meio para fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

§99. Nesse sentido, sublinhamos que organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desenvolvem programas educacionais que visam criar uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua entre os povos. Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 4.7, destacam a importância de assegurar que todos os alunos adquiram conhecimentos e

[48] “(...) Paz para todo o trigo que deve nascer,/ para todo o amor que buscará folhagem,/ Paz para todos os que vivem: Paz/ para todas as terras e as águas” (Pablo Neruda, Paz para os crepúsculos que vêm, 1924, tradução nossa).

habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo a paz e a não-violência.

§100. Já a Filosofia oferece uma base teórica e ética para a educação para a paz, explorando conceitos como justiça, ética, moralidade e a natureza humana. Filósofos como Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau, Paulo Freire e Mahatma Gandhi forneceram contribuições significativas para essa discussão. Kant (2002a), em sua obra Paz perpétua, argumenta que a paz duradoura só pode ser alcançada através de uma federação de Estados livres e a promoção de uma cidadania cosmopolita. Rousseau (2004), em Contrato social, enfatiza a importância da educação na formação de cidadãos que possam viver em harmonia e igualdade. Paulo Freire (2005), em Pedagogia do oprimido, defende uma educação que liberte e empodere os indivíduos, promovendo uma consciência crítica essencial para a construção de uma sociedade pacífica. Gandhi (2004), em *Escritos esenciales*, trabalha com o conceito de Ahimsa (não-violência) e defende uma educação baseada na não-violência e na verdade como meios para alcançar a paz e a justiça social.

§101. Argumentamos que a integração do Direito dos Povos e da Filosofia na educação para a paz pode ser realizada através de currículos que promovam o conhecimento dos direitos humanos e das leis internacionais, desenvolvam habilidades críticas e éticas, e fomentem a cidadania global. Ensinar sobre tratados, convenções e o papel das organizações internacionais na promoção da paz é fundamental. Além disso, incentivar o pensamento crítico, a empatia e a resolução pacífica de conflitos é essencial para formar indivíduos capazes de contribuir para uma sociedade pacífica. Encorajar os alunos a se verem como cidadãos do mundo, responsáveis pela promoção da paz e da justiça é um passo crucial para a construção de uma cultura de paz.

§102. A educação para a paz, do ponto de vista do Direito dos Povos e da Filosofia, é um esforço multidimensional que visa não apenas a prevenção de conflitos, mas

também a construção de uma cultura de paz e justiça. Portanto, defendemos que, através da combinação de conhecimento jurídico, reflexão filosófica e prática educativa, podemos formar indivíduos capazes de vencer guerras não com armas, mas com a força de suas convicções e ações pacíficas.

§103. Frisamos que dentro do Direito, Filosofia da Coesão emerge como uma abordagem que vai além das meras estruturas legais e busca compreender as bases profundas que sustentam a paz e a estabilidade nas sociedades. Em sua essência, essa Filosofia reconhece que a paz não é simplesmente a ausência de conflito, mas sim a presença ativa de harmonia e união que permeiam todas as camadas da vida em sociedade. No contexto do Direito, a Filosofia da Coesão procura integrar princípios éticos, morais e legais para promover uma convivência pacífica e justa entre os indivíduos e grupos sociais. Ela reconhece que a coesão, entendida como união e interdependência entre os membros da sociedade, é fundamental para a efetivação dos direitos humanos, da justiça e da igualdade (Silva, 2020).

§104. Ao invés de apenas reagir aos conflitos quando eles surgem, a Filosofia da Coesão busca criar um ambiente propício para a prevenção de disputas e para a resolução pacífica de conflitos que inevitavelmente podem surgir. Ela baseia-se em princípios como o diálogo, a inclusão, o respeito mútuo e a solidariedade para construir uma sociedade mais coesa e harmoniosa. No âmbito internacional, a Filosofia da Coesão no Direito reflete-se na elaboração de tratados e acordos que procuram promover a cooperação entre as nações, o respeito aos direitos humanos e a resolução pacífica de disputas. Ela reconhece a interconexão e a interdependência entre as nações, fomentando uma visão de mundo baseada na cooperação e no entendimento mútuo.

§105. Ainda destacamos que a Filosofia da Coesão é uma abordagem que reconhece a importância da coesão social e da busca pela paz como fundamentos essenciais para a construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentável. Ela nos lembra que a verdadeira paz não é um estado estático, mas sim um processo contínuo de

construção e fortalecimento das relações humanas e sociais. Dito isso, explicamos que, nas próximas seções, são apresentadas as perspectivas teóricas sobre a paz no pensamento de Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Kant, Hegel e Carl Schmitt. Essa discussão tem como objetivo compreender mais profundamente como a ideia de paz é elaborado no pensamento teórico dos autores.

§106. A Filosofia da Coesão no Direito busca ir além das leis para construir uma sociedade verdadeiramente pacífica e harmônica. Em vez de apenas reagir a conflitos, ela se concentra na prevenção e resolução pacífica por meio do diálogo, da inclusão, do respeito mútuo e da solidariedade. Essa abordagem reconhece a interdependência entre os indivíduos, grupos sociais e até mesmo nações, promovendo a cooperação e o entendimento mútuo. No âmbito internacional, isso se traduz em tratados e acordos que visam a resolução pacífica de conflitos e o respeito aos direitos humanos.

§107. Por fim, ressaltamos que, em essência, a Filosofia da Coesão defende a construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentável, em que a paz é um processo contínuo de fortalecimento das relações humanas e sociais. Nesse sentido, o texto argumenta que essa visão encontra respaldo em diferentes perspectivas teóricas, desde Platão e Aristóteles até Kant e Hegel, que serão exploradas nas seções seguintes.

1.1. Platão *versus* Aristóteles – Politeia: Da paz?

Eu quero ir, minha gente, eu não sou daqui
Eu não tenho nada, quero ver Irene rir
Quero ver Irene dar sua risada
Quero ver Irene dar sua risada
Irene ri, Irene ri, Irene

Irene ri, Irene ri, Irene

Quero ver Irene dar sua risada.

– Caetano Veloso, Música *Irene*, 1969[49]

§108. Platão e Aristóteles, dois dos filósofos mais influentes da Grécia Antiga, tiveram visões contrastantes, em alguns aspectos, sobre diversos aspectos da política, incluindo suas ideias sobre a forma ideal de governo e justiça, assim como sobre a relação entre Estado e indivíduo. A obra *A Politeia* (A República[50]) de Platão (2010) e os Escritos Políticos de Aristóteles (1997) exploram essas diferenças.[51]

§109. Na obra *República* de Platão, encontramos reflexões profundas sobre a vida na cidade e o papel de cada indivíduo na construção do bem-estar coletivo, isto é, no esforço progressivo pela paz. Embora alguns interpretem o papel do filósofo como estritamente contemplativo e dissociado da vida prática, os textos platônicos oferecem referências que apontam para a preocupação fundamental do filósofo: a unidade na cidade – o estado permanente de paz. Essa unidade pressupõe um conhecimento apropriado, capaz de fornecer ao governante os meios necessários para garantir o bem-estar do todo. Esse conhecimento, por sua vez, requer uma unidade na própria constituição anímica do governante, para que ele possa aplicá-lo de maneira eficaz. Portanto, o objetivo da República é traçar um percurso que sustente a interpretação de que, por um lado, o governo da cidade pelo filósofo é necessário e possui uma justificação metafísica, e por outro lado, a finalidade desse empreendimento não é meramente contemplativa, mas sobretudo prática. A

[49] Música do Caetano Veloso, registrada no LP Caetano Veloso (1969). Embora homenageie a irmã do músico, há uma referência clara ao desejo de paz na canção – significado do nome *Irene* em grego –, que foi composta na prisão e às vésperas do exílio autoimposto pelo artista para escapar da perseguição sofrida durante a Ditadura Militar no Brasil.

[50] Para Platão, a paz era um estado de harmonia e equilíbrio nas relações entre os indivíduos e na sociedade como um todo. Ele acreditava que a paz não era apenas a ausência de conflitos, mas também a presença de justiça e virtude (Silva, 2017).

[51] Embora não exista uma única obra chamada *Politeia: Da paz*, encontramos reflexões sobre a paz nas obras de Platão e Aristóteles, principalmente em *A República* e *Política*, respectivamente.

unidade na cidade, para Platão, não apenas reflete a harmonia interna e a cooperação entre os cidadãos, mas também é fundamental para a promoção e a manutenção da paz (Bini, 2012; Bolzani Filho, 2014).

§110. Para Aristóteles, a busca pela paz está intrinsecamente ligada à harmonia e ao equilíbrio entre os elementos constituintes da vida em sociedade, bem como à realização da virtude e do bem comum. Ao examinar as reflexões aristotélicas sobre filosofia, política e ciência, podemos estabelecer algumas conexões com a noção de paz em seu pensamento: a) *harmonia e equilíbrio na política e na sociedade:* a paz só pode ser alcançada quando houver justiça e equilíbrio nas relações políticas e sociais. Isso inclui a harmonia entre governantes e governados, entre diferentes classes sociais e entre cidadãos de uma mesma comunidade; b) *virtude e bem comum:* a paz não é apenas a ausência de conflitos, mas sim a realização da virtude e do bem comum. A verdadeira paz só pode ser alcançada quando os cidadãos são virtuosos e buscam o bem-estar coletivo em detrimento dos interesses individuais; c) *educação e formação do caráter:* a educação e a formação do caráter são fundamentais para promover a paz na sociedade. Nesse sentido, a busca pela sabedoria e pela excelência moral são essenciais para construir uma comunidade pacífica e próspera; d) *papel do governante na promoção da paz:* o governante é compreendido como mediador e promotor da paz. Os líderes políticos têm a responsabilidade de criar e manter um ambiente de harmonia e estabilidade, garantindo a justiça e o bem-estar de todos os membros da comunidade.

§111. Diante do exposto, vemos que, para Aristóteles, a paz não é apenas um estado de tranquilidade superficial, mas sim um ideal a ser perseguido através da virtude, da justiça e do equilíbrio social e político. É a realização desses princípios que possibilita a construção de uma sociedade pacífica e harmoniosa, em que cada indivíduo pode alcançar seu pleno potencial em busca do bem comum (Arias, 2011; Aristóteles, 1973; Bataillon, 2000; Buey, 2010; Calero, 1999; Cicero, 1833; Cicero

& Colson, 1919; Ciceron, 2015; Díez Jorge, 2000; Galtung, 2003; Galtung, 2010; Gandhi, 2004; Gandhi, 2012; García-González, 2014; Puente, 2009; González & García-González, 2019; Muñoz & Martínez, 2000; Rosler, 2016; Rotterdam, 1964; Rotterdam, 2000; Rotterdam, 2008; Rotterdam, 2011; Villaverde, 2014).

§112. Evidenciamos que a Filosofia da Coesão no Direito é uma abordagem que busca compreender as bases da paz social, indo além da mera ausência de conflito. A coesão, entendida como a união e interdependência entre os membros da sociedade, é indispensável para a efetivação dos direitos humanos, da justiça e da igualdade. Frente a isso, sintetizamos os principais pontos abordados nesta presente pesquisa: (i) a paz não é apenas a ausência de conflito, mas a presença ativa de harmonia e união em todas as camadas da sociedade; (ii) a Filosofia da Coesão busca integrar princípios éticos, morais e legais para promover a convivência pacífica; (iii) diálogo, inclusão, respeito mútuo e solidariedade são pilares para a construção de uma sociedade mais coesa; e (iv) no âmbito internacional, a coesão reflete-se na busca por acordos que promovem a cooperação entre as nações e a resolução pacífica de disputas.

§113. Por último, destacamos que este texto também aborda as visões de Platão e Aristóteles sobre a paz. Em Platão, identificamos o argumento de que a unidade na cidade constitui-se como um caminho para a paz, contexto em que o filósofo-governante tem o papel de guiar o povo com base no conhecimento e na busca pelo bem-estar coletivo. Em Aristóteles, a paz aparece associada à harmonia, ao equilíbrio social, à justiça, à virtude e ao bem comum. A educação e a formação do caráter, bem como o papel do governante como mediador, são essenciais para a construção de uma sociedade pacífica. **A Filosofia da Coesão e as ideias dos autores citados nos lembram que a paz é um processo contínuo de construção e fortalecimento das relações humanas, de modo que sempre devemos buscar promover a justiça, o bem comum e a harmonia social.**

1.1.1. Platão e "A Politeia"

§114. Platão (1996) acreditava na existência de um mundo das ideias perfeitas e considerava a realidade material imperfeita e enganosa. Em *A Politeia*, obra estruturada em diálogo, principalmente, com o pensamento de Sócrates, Platão apresentou sua visão de uma cidade-estado ideal, em que a justiça seria alcançada por meio de uma estratificação rigorosa da sociedade (Platão, 1996; Platão, 2001; Xavier & Cornelli, 2011). Na passagem a seguir, observamos a busca pela justiça como um caminho para a paz: "E não diremos que a cidade em que menos se observarem aquelas palavras 'o meu' e 'o teu' entre os auxiliares e os guerreiros é a que tem os melhores guardiães e na qual reinará a máxima concórdia?" (Platão, 2010, p. 464).

§115. Platão propôs um sistema de governança com filósofos-reis[52] no topo, seguidos pelos guerreiros (Bravo, 2011) e, por fim, os produtores (Nunes, 2007; Pereira, 2010; Prado, 2014; Santos & Maia Júnior, 2008; Torrano, 2011). A ideia era que os filósofos, por sua sabedoria, governariam de forma justa e altruísta. Nesse sentido, ele argumentava que a justiça na cidade é um reflexo da justiça na alma individual, que é composta de três partes: racional, espiritual e apetitiva. Cada parte deve cumprir sua função adequada para que a pessoa seja justa. Na cidade ideal, a sociedade é dividida nas três classes destacadas e cada uma tem um papel específico e deve trabalhar em harmonia para manter a justiça.

§116. Além disso, Platão também aborda a educação dos guardiões, a importância da censura na arte e na literatura, e a teoria das formas, argumentando que o mundo sensível é apenas uma sombra do mundo das ideias perfeitas e imutáveis. Nesse

[52] Uma das principais ideias de Platão era a governança da cidade ideal por filósofos ou pessoas extremamente sábias. Ele acreditava que aqueles que buscavam o conhecimento filosófico eram os mais adequados para tomar decisões políticas justas e sábias. Esses governantes-filósofos seriam motivados pelo amor à sabedoria (filosofia) e não pelo desejo de poder ou riqueza, o que contribuiria para um governo justo e para a manutenção da paz.

âmbito, o pensador enfatiza a importância da educação como meio de moldar os cidadãos para que se tornem virtuosos e, assim, capazes de contribuir para o bem-estar da cidade. Sobre a ideia de uma educação para a paz, Platão (2010) frisa que " A educação, não acreditas, exerce sobre as almas uma influência muito maior do que a ginástica sobre os corpos (...) Então não é preciso que os futuros guardiães da cidade sejam desde a infância educados para esse fim (p. 424c-d).

§117. Em *A República*, Platão (1996) descreveu sua ideia de uma sociedade ideal, em que os cidadãos seriam guiados pela filosofia e pela razão de modo a prevalecer a justiça. Ele acreditava que a paz seria alcançada quando as pessoas cumprissem seus deveres e papéis sociais de acordo com sua natureza e habilidades. Além disso, ele argumentava que a educação desempenhava um papel fundamental na criação de cidadãos virtuosos e, portanto, contribuiria para a paz na sociedade. Nesse sentido, para Platão (1996), a paz estava intrinsecamente ligada à justiça, virtude e educação, e era um estado desejável para alcançar uma sociedade harmoniosa e bem ordenada. Sobre a paz interior como reflexo da paz na cidade, o pensador destaca que "Não diremos, pois, que este Estado é bom na sua totalidade, na medida em que o é cada uma das suas partes? (...) E também diremos que ele é necessariamente sábio, corajoso, temperante e justo?" (Platão, 2010, pp. 427e–428a).

§118. A ideia de justiça é a base da paz para Platão (2010), ou seja, ele acreditava que a paz só poderia ser alcançada quando a justiça prevalecesse na sociedade. Em *A República*, ele desenvolveu a ideia de uma cidade ideal na qual a justiça seria o princípio organizador. Nessa cidade, cada indivíduo desempenharia seu papel de acordo com suas habilidades e natureza. A justiça estava relacionada à ideia de dar a cada um o que lhe é devido, o que significava que as pessoas seriam recompensadas de acordo com sua contribuição para o bem comum. Além disso, para o filósofo, a educação é o caminho para a virtude, pois acreditava que ela desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos virtuosos e, por

conseguinte, na promoção da paz. Em vista disso, Platão (2010) propôs um sistema educacional rigoroso que visava não apenas transmitir conhecimento, mas também cultivar virtudes como coragem, sabedoria, temperança e justiça. Através da educação, os indivíduos seriam capazes de controlar suas paixões e desejos irracionais, o que contribuiria para a estabilidade e a harmonia na sociedade.

§119. Platão (2010) via a paz como um estado de harmonia e equilíbrio, não apenas entre os indivíduos, mas também entre as partes da alma de cada pessoa. Ele usou a metáfora da cidade ideal para ilustrar como a paz na sociedade refletia a paz interior das almas dos cidadãos. Quando as partes da alma estavam em harmonia, o indivíduo vivia em paz consigo mesmo e contribuía para a paz na sociedade. Para o filósofo, a paz era mais do que apenas a ausência de conflitos; era um estado de justiça, virtude, educação e harmonia que se estendia tanto à sociedade quanto ao indivíduo. Ele via a filosofia como um caminho para alcançar esse estado de paz e acreditava que somente uma sociedade justa e bem ordenada poderia verdadeiramente atingir uma paz duradoura.

§120. Aristóteles[53] era um discípulo[54] de Platão, mas suas ideias políticas diferiam-se deste significativamente. Em suas obras, como *A Política* (2005), ele defendia a

[53] Aristóteles chegou a Atenas em 367 a.C. para estudar na Academia de Platão, onde foi discípulo por vinte anos. Em 359 a.C., Filipe II foi nomeado rei. A época de Filipe II, grande admirador da cultura grega, marcou um período de esplendor para a Macedônia. A amizade de Aristóteles com Filipe II provavelmente lhe causaria problemas, já que, embora Filipe II tivesse muitos admiradores entre os intelectuais em Atenas, também tinha detratores contrários à ideia de Filipe II de criar uma Liga pan-helênica (Aristóteles, 2001a).

[54] Para os gregos antigos, o conceito de discípulo estava intimamente ligado à ideia de aprendizado e seguimento de um mestre ou filósofo. O termo grego “μαθητής” (mathētḗs) é frequentemente traduzido como “discípulo” e refere-se a alguém que aprende de um mestre, seguindo seus ensinamentos e práticas. Werner Wilhelm Jaeger (2001), em sua obra *Paideia: A formação do homem grego*, descreve que “o discípulo, ou μαθητής, na Grécia antiga, não era apenas um estudante passivo, mas alguém que se envolvia profundamente com os ensinamentos e a vida do mestre, buscando não apenas conhecimento, mas também a formação moral e ética” (p. 45). Essa definição destaca a importância do envolvimento ativo e da transformação pessoal que o discípulo experimentava ao seguir um mestre. William Guthrie (1978), em *Os Sofistas*, reforça essa ideia ao afirmar que “para os gregos, ser discípulo significava mais do que apenas adquirir conhecimento; era um processo de transformação pessoal, onde o μαθητής se moldava segundo os princípios e valores do mestre” (p. 112). Esse processo de moldagem não era apenas intelectual, mas também moral e ético, refletindo a profunda influência que o mestre exercia sobre o discípulo. Eric Dodds (1977), em *Os gregos e o irracional*, complementa essa visão ao observar que “o relacionamento entre mestre e discípulo na Grécia antiga era caracterizado por uma profunda

ideia de que a política deveria ser baseada na observação da natureza humana e na busca da felicidade.[55] Desse modo, o autor observa a paz como o objetivo da comunicação política e destaca que: “Ora, toda a cidade é evidentemente constituída com vista a algum bem, (...) é evidente que a cidade que é mais de acordo com a natureza é a que atinge na mais alta medida o bem possível ao homem” (Aristóteles, 2005, p. 1252b)

§121. O filósofo propôs a ideia de que a melhor forma de governo depende das circunstâncias, e não há um sistema único adequado para todas as sociedades.[56] **Sendo a paz o resultado da justiça e da igualdade.** Assim, o autor frisa que: “É manifesto que a justiça consiste numa certa igualdade, e esta é conforme à razão. (...) Ora, a cidade é uma multidão de cidadãos; por conseguinte, é necessário definir quem se deve chamar cidadão e quem o não deve ser” (Aristóteles, 2005, pp. 1274b–1275a).

---

conexão emocional e intelectual, onde o μαθητής buscava não apenas aprender, mas também internalizar a sabedoria do mestre” (p. 89). Essa conexão intensa entre mestre e discípulo era fundamental para o processo de aprendizado e formação na Grécia antiga. Portanto, o conceito de discípulo na Grécia antiga, representado pelo termo “μαθητής” (mathētḗs), envolvia um compromisso profundo com o mestre, não apenas em termos de aprendizado intelectual, mas também de formação moral e ética. Esse relacionamento era marcado por uma conexão intensa, em que o discípulo buscava internalizar e viver os ensinamentos do mestre.

[55] A vida de Aristóteles desenrola-se durante o período de decadência da *polis* grega. Após a derrota de Atenas na guerra do Peloponeso, Esparta estabeleceu sua hegemonia na Grécia, embora tenha sido breve, pois foi derrotada por Tebas nas batalhas de Leuctra e Mantinea. Também o domínio tebano foi breve, pois uma nova potência começava a estender sua influência: a Macedônia, um reino “bárbaro”, mas fortemente helenizado (Aristóteles, 2009).

[56] Na ciência, destacam-se Teofrasto, sucessor de Aristóteles no Liceu, Eudoxo de Cnido, que propôs o modelo de universo esférico adotado por Aristóteles, e Euclides (2009), que em sua obra *Os Elementos* criou a geometria como ciência axiomática. No período em que Aristóteles viveu em Atenas, antes de partir para Assos, o centro cultural mais importante da cidade-estado era a Academia de Platão. Lá estavam grandes matemáticos, como Teeteto ou Eudoxo de Cnido. Quando Platão morreu, seu sobrinho Espeusipo assumiu a direção da Academia. No campo da oratória, destacam-se duas grandes figuras. Uma delas é Isócrates, que em 392 a.C. fundou uma escola de oratória que incluía a educação ética do cidadão, influenciada por Sócrates e Platão e que o distinguia das demais escolas, dominadas pelos sofistas. Ele pretendia com isso realizar uma regeneração política para unificar a Grécia e recuperar o esplendor cultural perdido. A outra grande figura foi Demóstenes, o grande mestre da oratória política (Aristóteles, 2000a).

§122. Aristóteles (2006) categorizou três formas básicas de governo (monarquia[57], aristocracia[58] e politeia[59]) e suas formas degeneradas (tirania[60], oligarquia[61] e democracia[62]). Ele via a *politeia* como um sistema misto equilibrado (Rubio, n.d.), enfatizando a importância da moderação e da busca da *virtude média* como um dos princípios para uma boa governança.[63] Em termos de importância da lei para a paz, Aristóteles (2005) diz que "Onde as leis não imperam, não há constituição. Pois o império da lei deve assentar numa regra e numa razão, e não no capricho dos homens" (p. 1282a).

§123. Platão buscava um Estado ideal governado por filósofos-reis, enquanto Aristóteles argumentava por uma abordagem mais pragmática, adaptando a forma de governo

---

[57] "Nós chamamos comumente de realeza aquelas monarquias que objetivam o interesse geral, e aristocracia o governo de um pequeno grupo, e não de apenas uma pessoa, seja porque são os melhores no poder, seja porque governam com o objetivo de fazer o melhor pela cidade e seus membros; quando a massa governa a cidade tendo em vista o interesse geral, nós damos a esse governo o nome de politéia, que é comum a todas as constituições; (...) As derivações que correspondem às constituições enumeradas são a tirania, desvio da realeza, a oligarquia, da aristocracia, e a democracia, da politéia. A tirania é uma monarquia que tem por finalidade atender os objetivos do monarca; a oligarquia os interesses dos ricos; a democracia, a demanda dos pobres; mas nenhum desses governos visa a servir o bem comum" (Aristóteles, 2006, p. 76).

[58] Ver Fernando Rodrigo Gallo (2013).

[59] Em *A Politeia*, Platão (1996) descreveu sua visão de uma cidade-estado ideal, chamada de Kallipolis. Ele propôs uma estrutura estritamente hierárquica, na qual os governantes seriam filósofos-reis, os guerreiros seriam responsáveis pela defesa da cidade e os produtores cuidariam das tarefas econômicas. É importante ressaltar que o uso do termo genérico "politéia" para se referir ao governo justo da maioria causa uma nova confusão ao leitor em *Ética a Nicômaco*, na passagem na qual Aristóteles (2006) volta a falar das formas de governo. Na obra, o filósofo cita que há três constituições justas, a realeza, a aristocracia e a timocracia, "chamada pela maioria apenas de politéia" (Aristóteles, 2006, p. 76). E os desvios seriam a tirania, a oligarquia e a democracia, respectivamente.

[60] "Uma tirania é, conforme já dito, uma monarquia despótica governando a comunidade política; há oligarquia quando os detentores da fortuna têm a autoridade suprema do Estado; e democracia, ao contrário, quando esta autoridade pertence àqueles que, longe das grandes propriedades, são desprovidos de recursos" (Aristóteles, 2006, p. 76).

[61] Ver Fernando Rodrigo Gallo (2013).

[62] Ver Fernando Rodrigo Gallo (2013).

[63] A Grécia do século IV a.C. era na realidade uma espécie de mosaico de pequenas cidades-estado, muito ocupadas em resolver seus problemas particulares e, ao mesmo tempo, obcecadas em manter conflitos com os povos vizinhos. Os gregos não foram capazes de vislumbrar um sistema de convivência que superasse os problemas entre as cidades-estado e conseguisse uma paz com certa estabilidade. Também não foram capazes de encontrar maneiras de resolver suas necessidades materiais ou aumentar os recursos naturais que podiam desfrutar. Além disso, seu nível de desenvolvimento técnico era baixo. Diante disso, as saídas encontradas pelos gregos envolviam a migração para outras terras na esperança de encontrar nelas o que não encontravam na própria ou o assédio militar aos territórios vizinhos. A união das cidades-estado em uma entidade superior que lhes desse mais estabilidade, mais paz e mais força para resolver os problemas materiais foi o que tiveram que aceitar pelas mãos de Filipe II (Aristóteles, 1992; Aristóteles, 2004).

às circunstâncias e enfocando a busca da felicidade e da virtude média (Rubio, n.d.). Platão acreditava em um mundo das ideias eternas e perfeitas, em que os conceitos abstratos como justiça, beleza e verdade residiam. Ele via o mundo físico como uma mera sombra desse mundo das ideias, imperfeito e ilusório. Além disso, o pensador enfatizava a importância da educação na formação de cidadãos virtuosos, uma vez que através da educação, os indivíduos deveriam ser moldados desde a infância para desempenhar seus papéis na sociedade de forma justa e virtuosa.

§124. Aristóteles (2005) adotou uma abordagem mais empirista em relação à política. Ele acreditava que a política deveria ser baseada na observação da natureza humana e no entendimento das necessidades e aspirações das pessoas. Diferentemente de Platão (1996), Aristóteles (2005) não defendia um modelo de governo único como o ideal. Ele argumentava que a melhor forma de governo depende das circunstâncias e das características do povo governado. Assim, uma constituição adequada deve ser adaptada à realidade específica de cada sociedade.

§125. Sobre a busca da felicidade e da virtude média, Aristóteles (2004) via a política como um meio de alcançar a felicidade e a virtude. Ele defendia a importância da *virtude média* ou o equilíbrio entre extremos, em que as virtudes morais se encontram no meio dos vícios. Esse conceito influenciou sua ideia de uma *politeia*, um sistema de governo misto que equilibra os interesses das diversas classes sociais. Enquanto Platão (2006) buscava um Estado ideal baseado em princípios abstratos e liderado por filósofos-reis, Aristóteles (2004) adotava uma abordagem mais pragmática, enfocando a observação da natureza humana, a adaptação às circunstâncias e a busca da felicidade e da virtude. Ambos contribuíram significativamente para o desenvolvimento da teoria política e continuam a influenciar o pensamento político e filosófico ao longo da História. Suas ideias também serviram como base para o surgimento de diferentes tradições filosóficas e políticas.

§126. A visão de Platão (2006) sobre a justiça na *Politeia* está intimamente ligada à sua teoria das formas. Ele acreditava que a justiça na cidade ideal refletiria a justiça no mundo das ideias, em que cada indivíduo desempenharia o papel para o qual era mais adequado, contribuindo para o bem comum. A justiça, para o filósofo, significa que cada pessoa deveria cumprir seu papel de forma virtuosa. Alguns críticos argumentam que o modelo de governo proposto por Platão (2006) na *Politeia* tem características totalitárias, uma vez que a elite (os filósofos-reis) teria o poder absoluto e controlaria todas as esferas da vida pública. No entanto, o pensador acreditava que essa elite governaria com sabedoria, buscando o bem comum.

§127. Aristóteles (2004) compreendia existir uma conexão profunda entre ética e política. Ele argumentou que o objetivo da política era criar condições que permitissem aos cidadãos buscar uma vida virtuosa e, assim, alcançar a felicidade. O filósofo definiu a ética como o estudo das virtudes morais que permitiam às pessoas alcançar a excelência (*aretê*). [64] Aristóteles (2004) desenvolveu a ideia de que uma constituição ideal deve encontrar um equilíbrio entre as várias formas de governo, ressaltando a importância da participação política ativa dos cidadãos em uma democracia. Ele via a cidadania não apenas como um direito, mas como um dever, argumentando que os cidadãos deveriam estar envolvidos na tomada de decisões políticas para o bem comum.[65]

---

[64] A sociedade grega estava dividida diante da ameaça externa. Por lado, alguns aceitavam que a solução dos conflitos internos das cidades-estado deveria vir de uma intervenção externa; outros, como Demóstenes, por outro lado, pretendiam resistir, embora conscientes de sua inferioridade e ineficácia militares. Essa atitude de Demóstenes refletiu-se em suas *Filípicas*, nas quais defendia um ataque a Macedônia. Apesar desse clima de instabilidade e pobreza material, a arte e a cultura gregas alcançaram neste século um período de renovação em relação ao modo clássico dominante na época anterior. A produção teatral deste período é extensa. As obras clássicas do século V a.C. continuam inspirando os novos autores, mas lamentavelmente restam poucos vestígios de toda essa produção. Aristóteles (2004), em sua *Poética*, nos fala de que a tragédia do século IV, assim como a História, sofreu nesta época a influência da retórica, da mesma maneira que a tragédia clássica havia sido condicionada pela oratória política. As comédias de Menandro substituíram as tragédias de Eurípides; e o autor mais prolífico foi Antífanes, do qual são conhecidos 134 títulos (Aristóteles, 2000b).

[65] Aristóteles voltaria a Atenas entre 335 e 334 a.C. e fundaria sua escola, o Liceu. Quando Alexandre morreu em 323 a.C., uma nova agitação antimacedônica começou, uma das vítimas quase sendo Aristóteles, pois foi acusado, como Sócrates, de impiedade e teve que fugir rapidamente para Calcis, onde morreu em 322 a.C. A morte precoce de Alexandre em 323 a.C. o

§128. Platão (2006) acreditava que a paz só poderia ser alcançada por meio da justiça e da harmonia na cidade-estado (polis). Ele elaborou suas ideias sobre a paz em sua obra *A República* (2006). Segundo Platão (2006), uma sociedade justa e harmoniosa era aquela em que cada pessoa desempenhava a função para a qual era mais adequada, e os governantes eram filósofos-reis, que possuíam sabedoria e virtude. Ele acreditava que a competição e o conflito entre as classes sociais e as pessoas em busca do poder eram as principais causas da injustiça e da guerra. Nessa perspectiva, a paz só seria alcançada quando a justiça fosse estabelecida em toda a sociedade.

§129. Aristóteles (1990) também abordou a questão da paz em suas obras, especialmente em *A Política*.[66] Os autores apresentam uma visão mais realista e prática da paz, e acredita que esta resulta da busca pela virtude (*aretê*) e do equilíbrio entre os cidadãos em uma cidade-estado. Ele não via a eliminação completa do conflito como possível, mas sim a busca por um equilíbrio entre diferentes interesses e facções. Além disso, o pensador destaca a importância da educação e da política para a promoção da paz e da estabilidade social (Reale & Antiseri, 1990).[67]

---

impediu de consolidar suas conquistas, iniciando assim o chamado "período helenístico", em que a cultura grega se tornou mais universal e os focos de interesse cultural, econômico e político foram deslocados, com Atenas se tornando o novo centro cultural e científico (Aristóteles, 2005).

[66] Em 343 a.C., essa tarefa foi interrompida quando Filipe II o chamou a Pella para cuidar da educação de seu filho, Alexandre. O espírito empirista e o amor ao conhecimento que Aristóteles infundiu em Alexandre foram de suma importância para o avanço da ciência nesse período da História. O interesse de Filipe em dominar a Grécia e sua rivalidade com os seguidores de Demóstenes deram origem a um período de desavenças que culminou na batalha de Queroneia, em 338 a.C., vencida pelos macedônios, na qual Alexandre se destacou. Filipe então convocou uma reunião em Corinto, à qual compareceram todas as cidades-estado gregas, exceto Esparta, e resultou na Liga pan-helênica ou Liga de Corinto. Em 336 a.C., Filipe II foi assassinado e desde então, até sua morte em 323 a.C., seu filho reinou com o nome de Alexandre III, embora seja conhecido pelo apelido de Alexandre, o Grande (Aristóteles, 2001b).

[67] Em 349 a.C., Filipe começou a conquista da península de Calcídica, o que aumentou a reação ateniense contra ele e contra a Macedônia, com a figura de Demóstenes desempenhando um papel importante. Como Aristóteles era estrangeiro em Atenas e não tinha os mesmos direitos que qualquer cidadão livre, teve que fugir, em 348 a.C., do que era então o grande centro intelectual grego. Quando Platão morreu, em 347 a.C., Aristóteles foi para a cidade de Assos, onde passou três anos. Depois, passou mais dois anos em Mitilene, na ilha de Lesbos. Durante esse tempo, dedicou-se ao estudo da natureza, observando, classificando e catalogando a flora, a fauna e todos os fenômenos naturais que encontrou (Aristóteles, 2006).

§130. Enquanto Platão via a paz como intrinsecamente ligada à justiça e harmonia na sociedade, Aristóteles a via como um equilíbrio pragmático entre diferentes interesses e a promoção da virtude. Visões que refletem suas diferentes abordagens filosóficas e políticas para a organização da sociedade. É importante lembrar que a paz para Platão e Aristóteles estão inseridos em um contexto mais amplo de justiça, virtude e bem comum (Jaeger, 2001; Reale & Antiseri, 1990).

§131. Em *A República*, Platão (2006) descreve uma cidade-estado ideal em que a justiça prevalece através da estratificação social rígida (filósofos-reis, guerreiros e produtores) e da harmonia entre as classes. A justiça é compreendida como o reflexo da justiça individual, em que a razão, espírito e apetite cumprem seus papéis, resultando em paz social. A educação é posta como essencial para moldar cidadãos virtuosos e contribuir para a paz, e a Filosofia é apresentada como guia para alcançar a paz através da razão e do conhecimento do bem. Nesse sentido, justiça e paz existem perfeitamente nesse plano superior, enquanto o mundo material é uma sombra imperfeita.

§132. Aristóteles (1997), em *Política*, defende uma política baseada na observação da natureza humana e na busca da felicidade. O autor frisa que nenhuma forma de governo é ideal universalmente, visto que a melhor forma depende das circunstâncias. A ideia de justiça nesse contexto é baseada na igualdade e na razão, resultando em paz social. A lei é apresentada como essencial para a ordem e a paz, pois impede o governo arbitrário. Além disso, o autor defende a ideia de virtude média, isto é, o equilíbrio entre extremos como fundamental para a boa governança e a paz social. Nesse cenário, a felicidade é o objetivo da política, alcançada através da vida virtuosa e da participação cidadã.

§133. Por fim, comparando as duas visões, vemos que Platão (2006), como um idealista, busca um modelo ideal de sociedade governado por filósofos-reis, enquanto Aristóteles (1997), pragmático, defende a adaptação das forma de governo às circunstâncias. Ambos concordam que justiça, virtude e educação são essenciais

para a paz, mas divergem em seus métodos. Platão (2006) idealiza a paz como resultado da justiça e harmonia alcançadas através da filosofia e de um governo ideal. Aristóteles (1997), por sua vez, compreende a paz como fruto da busca pela felicidade e da virtude, alcançada através da justiça, da lei e da participação política em um sistema adequado às circunstâncias.

1.2. Cícero – *Concordia*, *Otium* e *et Bellum*: Antes da paz?

A paz é a virtude que une os corações.

– Marco Túlio Cícero, De Officiis, Livro I, Seção 34.

§134. Marco Túlio Cícero[68], um dos mais destacados oradores e filósofos romanos do período da República (Balsdon, 1960; Boyancé, 1941; Cícero, n.d.), contribuiu com uma série de ideias e conceitos políticos, éticos e filosóficos (Cícero, 1962; Cícero, 1990a; Cícero, 1990b; Cícero, 1991). Nas reflexões sobre a paz, a figura de Cícero emerge como uma referência constante, permeando a história da filosofia. No entanto, a *pax* é frequentemente contrastada com o *bellum*, em um contexto no qual as virtudes guerreiras eram valorizadas na cultura romana, especialmente durante períodos de expansão. Consequentemente, a paz muitas vezes fica obscurecida pela sombra da guerra. Nesse sentido, Cícero (1999) destaca que a

[68] Marco Túlio Cícero desenvolveu uma visão política e jurídica que harmonizava filosofia, eloquência e tradição. Influenciado por escolas filosóficas gregas como o estoicismo, o epicurismo e a Academia Platônica, Cícero acreditava que a filosofia deveria guiar tanto a vida pública quanto a privada, oferecendo princípios éticos aplicáveis à governança da *res publica*. A eloquência, ou arte da retórica, era central para ele, sendo vista como uma ferramenta essencial para o estadista persuadir, educar e liderar o povo. Suas obras sobre retórica, como *De Oratore*, são fundamentais para compreender a importância que atribuía à comunicação eficaz na política. Além disso, Cícero valorizava profundamente a tradição romana, considerando-a um conjunto de práticas e valores essenciais para a estabilidade e continuidade da *res publica*. Ele via a filosofia, a eloquência e a tradição como elementos interconectados, em que a filosofia fornecia princípios éticos, a eloquência permitia a aplicação prática desses princípios e a tradição oferecia a estabilidade necessária para a prosperidade do Estado. Assim, o pensamento político-jurídico de Cícero é uma síntese rica e complexa, combinando profundidade filosófica, habilidade retórica e respeito pela tradição, continuando a inspirar estudos na filosofia política, na história do direito e na arte da eloquência.

paz deve ser o objetivo de todas as guerras, evidenciando que esta deve ser mantida com os cidadãos e aliados, mas também de forma mais ampla com todos os povos, mesmo com os inimigos.

§135. Nesse trecho, Cícero (1999) define a paz como o objetivo final da guerra e defende a busca pela paz não apenas internamente, mas também nas relações com aliados e até mesmo com os inimigos. Essa obra, chamada *Sobre a República*, é fundamental para entendermos o pensamento político de Cícero e sua visão sobre a paz. No entanto, ao adentrar na filosofia ciceroniana, torna-se evidente que a paz detém um papel significativo à medida que emerge a *humanitas*, um substrato cultural compartilhado por todos aqueles unidos pela razão, que passa a reconhecer o tratamento benevolente do outro como uma exigência moral e a condenar a violência exacerbada e desmotivada.

§136. Cícero (1999) reconhece que a maioria considera as *res bellicas* superiores às *res urbanas* (De off. I, 74), mas ressalta que, sem um bom *consilium* interno, as armas externas são inúteis (I, 76). Em tempos de instabilidade política, a *res publica* clama por harmonia interna e externa. Como isso pode ser alcançado? Primeiramente, é necessário encontrar equilíbrio entre as diferentes partes constituintes da constituição – *populus*, *senatus* e *magistratus* –, cada um desempenhando suas funções e respeitando seus limites. Isso abre caminho para um estado de tranquilidade em que o desenvolvimento das capacidades humanas em Direito, Política e Filosofia se torna viável.

§137. Esse objetivo não implica a erradicação dos conflitos, especialmente em relação aos povos estrangeiros. O conflito armado é uma realidade inevitável, mas deve ser empreendido somente quando estritamente necessário e justificável – apenas uma guerra que seja justa. Entre essas ideias, três conceitos-chave são relevantes para discutir a visão do pensador sobre paz e estabilidade política: “*concordia*”, “*otium*” e “*bellum et pax*”. Nesse ponto, sobre a ideia de guerra justa, destacamos que Santo Agostinho, escrevendo no contexto do declínio do Império Romano,

introduziu a ideia de que a guerra pode ser moralmente justificada se for travada por uma autoridade legítima, por uma causa justa e com a intenção correta. Para ele, a guerra é justa quando travada para vingar injustiças. São Tomás de Aquino, no século XIII, expandiu e sistematizou essas ideias na *Summa Theologica*, acrescentando critérios adicionais e enfatizando a importância da proporcionalidade e da discriminação entre combatentes e não-combatentes. Para ele, uma guerra justa apresenta três elementos: autoridade do príncipe, pela qual a guerra é declarada; uma causa justa; e uma intenção reta (Silva, 2010).[69]

§138. Dito isso, passamos a discutir os conceitos-chave do pensamento de Cícero. *Concordia* é um termo latino que se refere à concordância ou harmonia entre as partes em uma sociedade ou entre grupos políticos (Cícero, 1994a; Cícero, 1995; Cícero, 2011). Em uma importante passagem sobre a paz, Cícero (2008) diz que,

> *(...) acima de tudo, (...) os cidadãos sejam unidos e tenham os mesmos sentimentos. Que esta seja a muralha para a salvação da república, como eu disse há pouco; que os homens de bem concordem entre si. Porque enquanto esta concórdia reinar em vossas decisões e em vossos votos, nenhum mal poderá atingir o povo romano. (Philippicae, II, 103)*

§139. Nesse trecho, Cícero (2008) ilustra a importância da *concordia* para a paz interna em Roma, apresentando a união dos cidadãos e a concordância entre os homens de bem como elementos essenciais para a proteção da República contra qualquer ameaça. Com isso, o autor enfatizava a importância da concórdia como valor político para a estabilidade de uma República. Ele argumentava que a harmonia e a cooperação entre os cidadãos são essenciais para evitar conflitos internos e garantir a governança adequada (Cícero, 2000). Em sua concepção, a *concordia*

[69] Sua pesquisa oferece uma análise detalhada e comparativa das contribuições de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino para a teoria da guerra justa, destacando a relevância contínua desses princípios na ética contemporânea da guerra. Através de uma leitura cuidadosa de suas obras, Silva (2010) demonstra como esses pensadores moldaram a compreensão Ocidental da moralidade da guerra, fornecendo um quadro ético que ainda influencia debates modernos sobre conflitos armados.

envolve a busca do bem comum e a disposição dos cidadãos de colocar os interesses da República acima dos interesses pessoais ou partidários (Cícero, 1953; Cícero, 1994b), ou seja, é um meio para alcançar a paz interna e a justiça na sociedade romana (Cícero, 1984; Cornwell, 2017; Ernout & Meillet, 1959).

§140. *Otium* é outro conceito importante em Cícero, que se refere a uma espécie de tempo livre ou descanso dedicado à reflexão, ao estudo e ao desenvolvimento pessoal. Cícero valorizava o *otium* como um período em que os indivíduos podem se afastar das atividades políticas e das preocupações cotidianas para se dedicar à contemplação filosófica e busca da sabedoria (Ferrary, 1982). Para o filósofo, o *otium* é uma oportunidade para os cidadãos cultivarem virtudes morais e intelectuais que são valiosas tanto para eles próprios quanto para a sociedade como um todo (Lana, 1990). Aqui, destacamos que, embora Cícero reconheça a importância da atividade política, ele acredita que o *otium* também é essencial para o desenvolvimento pessoal e a estabilidade da República.[70]

É próprio do homem, em primeiro lugar, amar os seus semelhantes; a partir daí nasce a comunidade da vida, a sociedade e a união entre os homens. (...) Por isso, os homens nasceram para se ajudarem uns aos outros, para se amarem e para se protegerem mutuamente. (Cícero, 2010, De Officiis, I, 50-51)

§141. Esse trecho da obra *Sobre os Deveres*, destaca a importância da fraternidade e do amor ao próximo para a construção de uma sociedade justa e pacífica. A visão ética de Cícero argumenta que a paz não é apenas um objetivo político, mas também um dever moral. Para além disso, Cícero também aborda a relação entre guerra e paz (*bellum* e *pax*) em suas obras políticas (Santos, 2018a). Ele argumenta que a guerra, quando justa e necessária, pode ser defendida como meio de preservar a paz e a segurança da República. No entanto, ele também enfatizava que a paz deve ser o objetivo final, e a guerra deve ser evitada sempre que

[70] Sobre isso, ver: Adriano Scatolin (2009), Chaïm Wirszubski (1954), Fransciso de Oliveira (2014), Gerardo Zampaglione (1973), Raaflaub (2007), Raaflaub (2016) e Tamás Nótári (2010).

possível. Para o pensador, a verdadeira vitória não é apenas vencer em conflitos armados, mas sim estabelecer e manter uma paz duradoura e justa.

§142. Cícero (2010) via a *concordia* como um princípio fundamental para a estabilidade política, a *otium* como um período de reflexão e desenvolvimento pessoal e a relação entre *bellum et pax* como uma consideração crucial na política romana. Suas ideias sobre esses conceitos influenciaram o pensamento político e ético ao longo da História e continuam a ser relevantes para discutir questões de governança, paz e cidadania. A paz é um tema central para Cícero em seus escritos, a qual é representada a partir de uma visão que reflete os valores e as preocupações de sua época. A paz não era apenas a ausência de conflito armado, mas também envolvia estabilidade, justiça e ordem na sociedade. Ele via a paz como um estado desejável em que as pessoas podiam viver em harmonia, desfrutar de seus direitos e viver sob a proteção da lei (Salgado, 2012).

§143. Cícero (2010) argumenta que a paz é necessária para o florescimento da civilização e do governo. Ele via a guerra como um mal que perturbava a vida das pessoas, causava destruição e prejudicava o progresso social e político, assim como defendia a negociação, o diálogo e a diplomacia como meios de resolver conflitos e preservar a paz. Além disso, Cícero (2010) acredita que a justiça é fundamental para a manutenção da paz. Para ele, a paz só pode ser alcançada e sustentada quando as leis são aplicadas de forma justa e equitativa, garantindo que os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

§144. Desse modo, para Cícero (2010), a paz é mais do que a mera ausência de guerra, ou seja, é um estado de harmonia, estabilidade, justiça e ordem na sociedade, em que as leis são respeitadas e os cidadãos podem viver suas vidas de maneira segura e produtiva. Suas ideias sobre a paz influenciaram o pensamento político e ético da época e continuam sendo estudadas e discutidas até hoje (Rawson, 2010). O conceito de *otium cum dignitate* de Cícero “(...) encapsulava sua crença de que a paz deve ser perseguida não apenas por si mesma, mas também porque permite

o florescimento da cultura e dos valores romanos" (Steel, 2005, p. 87, tradução nossa).[71] Steel (2005) explora o conceito de *otium cum dignitate* em Cícero, mostrando como a paz é compreendida como um meio para alcançar a prosperidade cultural e a difusão dos valores romanos. Sua obra oferece uma análise aprofundada do contexto histórico em que Cícero viveu e como isso influenciou sua visão sobre a paz.

§145. Nesta seção, apresentamos a visão de Cícero sobre a paz, explorando como o filósofo romano interligava os conceitos de *concordia*, *otium* e *bellum et pax* para construir sua perspectiva. Para Cícero (2010), a paz não representava apenas a ausência de guerra (*bellum*), mas um estado de harmonia social e política enraizado na *concordia* – a concordância e união entre os cidadãos. Ele argumentava que a *concordia* é essencial para a estabilidade da República, pois permitia que os cidadãos perseguissem o bem comum, colocando os interesses da sociedade acima dos pessoais. O autor também defendia o *otium*, tempo livre dedicado à reflexão e ao desenvolvimento pessoal, como um elemento crucial para a paz, pois permitia aos cidadãos cultivar virtudes morais e intelectuais.

§146. Por fim, evidenciamos que, embora reconhecesse a guerra como uma realidade por vezes inevitável, Cícero (2010) argumentava que ela só deveria ser utilizada como último recurso, em causas justas e necessárias, sempre tendo a paz como objetivo final. Aqui destacamos a influência do pensamento de Cícero (2010) nas obras de autores como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, que expandiram suas ideias sobre guerra justa. Concluindo, salientamos que a paz, para Cícero, era um estado dinâmico que demandava constante esforço para ser mantido, baseado na justiça, na harmonia social e no desenvolvimento individual, ideias que ecoam até os dias de hoje.

[71] Do original: "Cicero's concept of 'otium cum dignitate' encapsulated his belief that peace should be pursued not just for its own sake, but also because it allowed for the flourishing of Roman culture and values".

1.2.1. Concordia, Otium, Bellum

§147. Uma das principais obras de Cícero (2005), *De re publica*, tem na *concordia* um dos pilares de seu discurso filosófico. Situado pouco após o assassinato dos irmãos Graco e em meio à crise política e social advinda, o diálogo parte de uma Roma dividida em duas (I, 31-32), afogada em discórdia e agitações descontroladas. Nesse contexto, Cícero faz um convite ao *consensus* para a *concordia*, partindo a tendência do gênero humano para viver congregado (Cícero, 2005, *De Re Publica* I, 31-32-40; *De Legibus* I, 40; Oliveira, 2014).

§148. De fato, desde os eventos envolvendo os Gracos, diversas tentativas foram realizadas com vista à restauração da ordem e recondução do Senado à liderança da cidade, mas nenhuma efetivamente bem-sucedida. Para Cícero, em especial a partir de seu consulado em 63 a.C., a alternativa restante era uma nova política de *concordia* que não mais buscasse eliminar todas as ameaças à autoridade do Senado, mas obter uma *concordia*, ainda que fossem necessárias algumas concessões (Ferrary, 1982). Por isso, desse momento em diante, o filósofo passa a declarar-se defensor do *otium et concordia* (Cícero, 2005, *De lege agraria* III, 4), embora esses fossem conceitos tipicamente dos *populares*, chamando para si, enquanto cônsul, tais matérias, sob o dever de defender o interesse do povo (Cícero, 2005, *De lege agraria* I, 23; II, 9).

§149. Na oração *Pro Murena* 78, a *concordia* é apresentada ao lado da paz, da liberdade, da saúde, da vida e, uma vez mais, do *otium*, caro aos *equites* e aos bons cidadãos, posicionando-se em defesa da reconciliação e da união entre as ordens dos senadores e dos cavaleiros então em oposição (Cícero, 2005, *In Catilinam* IV, 15). Mas a *concordia* não se resume à restauração de laços entre esses dois grupos. Como notamos no *De lege agraria*, Cícero (2005) deseja uma *concordia* mais

ampla do que aquela dos homens bons: ele quer ser um cônsul popular e, para tanto, apresenta a *concordia* como valor dos *populares*.

§150. Eis que, na quarta Catilinária (IV, 14), celebra-se a *concordia ordinum*, *concordia* das ordens, ou seja, a *concordia* inserida no contexto de toda a cidade, agora unida na luta contra Catilina e seus cúmplices. Trata-se do consenso de todos os bons (*consenso omnium bonorum*), frequentemente mencionada pelo magistrado, inclusive com apelo para além de Roma: quando da intensificação dos conflitos entre senadores e cavaleiros, em 61 a.C., o clamor é pela a união de toda República: "Y la 'idea básica' era ésta: la dignidad del senado, la concordia con los caballeros, el consenso de Italia, los restos de la abortada conjuración, la baja de precios, la tranquilidade" (Cícero, 2005, *Ad Atticum* 1, 14, 4).

§151. Aqui vemos a disposição fundamental do conceito ciceroniano de *concordia*, a disposição harmônica entre as três dimensões do poder da *res publica*: o *imperium* dos magistrados, a *auctoritas* do Senado e a *potestas* do povo. Cada uma dessas forças políticas deve cumprir uma função específica na ordem da cidade, segundo a lei natural que é apreensível pelo bom homem político. Com isso, assume certo corpo de paz, como *concordia* entre as partes naturais da melhor forma de governo que é a *res publica*, sempre em vista do interesse comum (*utilitas*). Ademais, pela *concordia* é possível o *consensus*, pressuposto político e racional da lei humana, que, inversamente, assegura o equilíbrio através do direito. Rawson (2010) explica que, "Para Cícero, a paz não era apenas a ausência de guerra, mas sim um estado de harmonia e justiça que permitia aos cidadãos viverem em segurança e prosperidade" (p. 123). O autor analisa a visão de Cícero sobre a paz, mostrando que esta não se limita à mera ausência de conflito armado e frisando a importância da justiça e harmonia social para a construção de uma paz duradoura.

§152. Cícero preocupava-se com a formação do cidadão romano, o processo pelo qual ele poderia adquirir diferentes conhecimentos e habilidades. O *rector rei publicae* (governante do Estado ou chefe de Estado) é, de fato, capacitado para prever os

movimentos políticos e liderar os seus concidadãos como modelos de virtude. Assim também o papel dado à eloquência, na medida em que o orador é o homem completo, dotado de experiência prática e saberes teóricos, em especial a Filosofia e a História (Santos, 2018a). Mas o peso desses elementos parece contradizer o fato de que, ao passo que essa formação é essencial, o homem romano tem como dever primário a dedicação à vida político-jurídica. Quer dizer, como equilibrar a prática da vida pública com o estudo e a elaboração das letras? A resposta de Cícero está na fórmula *otium cum dignitate*.

§153. Esse é o primeiro sentido de *otium*, encontrado no *Pro Sestio* ("Em Defesa de Séstio"), em que essa expressão aparece propondo a preservação da *res publica* pelos bons cidadãos: a melhor forma de governo é identificada com *otiosa dignita* e a conservação dela é associada a *otium*, ou seja, as instituições da *res publica* compõem a *otiosa dignitas*. Wirszubski (1954), em clássico estudo, admite que *cum dignitate otium* significa, em alguns casos, a vaga tranquilidade com honra da *res publica*, no entanto, ela também é a tranquilidade de todos e a dignidade dos melhores, na medida em que a *dignitas* da *res publica* é a daqueles que a personificam, ou o que aqueles que personificam a *res publica* consideram ser sua *dignitas* (Cícero, 2005, *De officiis* I, 124; *De domo sua* 3; *De legibus* III, 12). Esse "personificar" é a encarnação das qualidades esperadas do melhor cidadão enquanto liderança política, incorporando, retoricamente, a própria *res publica*.

§154. Esboça-se, então, a *civitas* como a comunidade de cidadãos, e aqueles que nela mais se destacam com sua virtude realizam a missão de qualquer agregação humana, a saber, o desenvolvimento humano a partir de sua natureza particular, a razão. Tais cidadãos têm o dever de conduzir os demais a esse mesmo aprimoramento valendo-se de sua *auctoritas* e *dignitas*. Vale anotar que a *dignitas*, para o romano, é honra adquirida em razão da origem e por méritos próprios na vida pública, e gestada histórico-moralmente no âmbito político-jurídico (Nótári, 2010). A conclusão parece ser que, por um lado, não devem os homens, pela

dignitas de seus afazeres, negligenciarem a tranquilidade, por outro, não devem crer que a tranquilidade seja incompatível com *dignitas* (Cícero, 2005, Ad Atticum I, 19, 6-9; 20, 2-3; II, 3, 3-4; Ad familiares I, 7, 7; 10; 9, 21; De oratore II, 334.ta).

§155. Assim, para Wirszubski (1954), o termo *cum dignitate otium* pode representar um objetivo ou uma conquista e é inseparável da *res publica* e de repercussões políticas. De outro modo, *otium*, segundo Balsdon (1960), também pode opor-se à "vida pública ativa", com o que precisava ser justificado para não cair em autoindulgência e ser mal visto, em associação à *voluptas*. Como Salústio, que se retirou da vida pública para se tornar um historiador, atividade que se esforça para conectar com um bem para a *res publica*, um *honestum otium*, também para Cícero a filosofia durante a saída forçada da cena pública, provavelmente inadequado se pudesse nela permanecer (Boyancé, 1941; Cícero, 2005, *Ad familiares* IV, 4, 4; V, 21, 2; VII, 33, 2; *De officiis* I, 19; 69-71).

§156. Outro sentido de *otium* pode ser encontrado na mesma vida política, significando paz ou o estado livre de distúrbios externos e internos, o que por vezes podia representar um passo para a aceitação do *status quo* e das condições políticas e sociais existentes (Cícero, 2005, De lege agraria II, 8-9; III, 4; Pro Sestio 5; 15; 98; 137). Com efeito, *otium* era o termo que fazia parte dos *slogans* políticos então correntes. Conhecido por denotar paz e, embora algumas vezes usada como o oposto de *bellum* (Cícero, 2005, Pro Caecina 43; Ad Atticum I, 20, 5; Ad Atticum XV, 2, 3; Ad familiares II, 16, 2; Pro Murena 83), aparece mais frequentemente indicando tranquilidade interna, distinta da paz nas fronteiras (Cícero, 2005, De lege agraria II, 9; De haruspicum responsis 4).

§157. Esse sentido de *otium* é bem evidenciado por estar associado com *pax*, *tranquilitas*, *quies*, *concordia* e *salus* (Cícero, 2005, De lege agraria I, 23; III, 4; Pro Murena 78; 86; Ad Quintum fratrem III, 5-6, 5; Philippicae I, 16; V, 41; VIII, 10-11; De fato 2; In Pisonem 73; Post reditum ad Quirites 20; De domo sua 15), mas também por consistir oposição a *tumultus*, *seditio* e *novae res* (Cícero, 2005, Pro Murena 90;

Ad familiares XII, 1, 1.). Podemos dizer que *otium*, enquanto *commune otium*, é concebido como tranquilidade pública nascida de ordem política não perturbada, de modo que Cícero tende a identificar *otium* com a preservação constitucional (Cícero, 2005, De provinciis consularibus 24; Philippicae X, 3; De officiis III, 3; Pro Sestio 5; 15; In Pisonem 9; In Vatinium 18; Post reditum in Senatu 11; De haruspicum responsis 41; In Catilinam I, 3; De lege agraria III, 4; Ad familiares XI, 2, 2). Assim, *cum dignitate otium* é o princípio que expressa o *consensus*, enquanto unidade da ordem, expressão da harmonia dos valores morais e dos interesses materiais, consubstanciados na criação da *concordia omnium bonorum* (Nótári, 2010).

§158. A doutrina da guerra justa (*bellum iustum*) é um modelo de pensamento e um conjunto de regras de conduta que define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável. O uso da expressão “guerra justa”, para avaliar formas de relações entre comunidades estrangeiras, foi próprio da cultura político-jurídica da Roma Antiga e, nesse sentido, tem-se o grande testemunho de Cícero. No pensamento do cônsul, fica evidente a distinção entre *bellum iustum* e *jus ad bellum*, ou seja, o direito à guerra. Esse direito, conectado ao direito fecial[72], previa

[72] O “Direito fecial” é uma antiga prática jurídica romana relacionada à guerra e à diplomacia. Os feciais eram sacerdotes responsáveis por questões de guerra e paz, incluindo a declaração de guerra e a ratificação de tratados. Esse direito era fundamental para a manutenção da ordem e da justiça nas relações internacionais de Roma. Segundo Tito Lívio (1982), em sua obra *História de Roma*, os feciais desempenhavam um papel crucial na diplomacia romana: “Os feciais eram responsáveis por garantir que as declarações de guerra fossem justas e que os tratados fossem honrados” (p. 45). Eles seguiam rituais específicos para declarar guerra, que incluíam a entrega de uma lança ensanguentada ao inimigo, simbolizando a justa causa para o conflito. O historiador Theodor Mommsen (2000), em *História de Roma Antiga*, destaca a importância do direito fecial para a legitimidade das ações militares romanas: “O direito fecial era uma instituição que assegurava que as guerras fossem conduzidas de acordo com princípios de justiça e moralidade, refletindo a seriedade com que os romanos tratavam suas obrigações internacionais (p. 112). Os procedimentos feciais eram detalhados e cerimoniosos. Segundo Georges Dumézil (1970), em *Archaic Roman Religion*, os feciais seguiam um protocolo estrito para declarar guerra: “Os feciais realizavam uma série de rituais, incluindo a invocação dos deuses e a entrega de uma lança ensanguentada ao inimigo, para assegurar que a guerra fosse justa e sancionada pelos deuses” (p. 89). O direito fecial era uma instituição essencial na Roma Antiga, garantindo que as ações militares fossem conduzidas com justiça e legitimidade. Através de rituais e procedimentos específicos, os feciais asseguravam que as guerras fossem justas e que os tratados fossem respeitados, refletindo a seriedade com que os romanos tratavam suas obrigações internacionais.

uma série de situações que configurariam a possibilidade de se travar uma guerra com um povo inimigo, em regra, com o caráter de evitar um dano à *res publica*, possível antes mesmo da tomada de um ato concreto de violência, reconhecendo-se como ato de guerra.

§159. Uma vez constatado um ato dessa natureza, com a aprovação do Senado, os sacerdotes promoviam ritos formais e de cunho sagrado para a declaração da guerra. Com esse procedimento, evocava-se a aprovação dos deuses e seu apoio nesse novo embate. Além das etapas iniciais da guerra, o direito fecial incidia sobre o encerramento do conflito. Como adiante discutimos, a conclusão da guerra se dava mediante um tratado ou um pacto com o povo derrotado e, como tal, era um acordo de confiança entre as partes (fides). O laço de paz (*fides pacis*) pressupunha negociação prévia, pela qual se fixava as condições da paz, embora geralmente fixando os termos impostos pelo vencedor (Cornwell, 2017). Em todos os casos, é um processo que exige o direito, responsável por consolidar o novo estado das coisas e por assegurar a sua legitimidade em meio aos homens e entre esses e as suas divindades.

§160. Prosseguindo, o filósofo reconhece que a maioria das pessoas pensam que as ações da guerra são superiores às obras de paz (De officiis, I, 74). Contudo, crê que essa é uma visão deturpada da realidade. A guerra não deve ser empreendida simplesmente para evitar a luta, mas em vista do bem comum: “ao empreender a guerra deixe bem claro que unicamente se busca a paz” (De officiis, I, 80). Mais, para a guerra, deve-se agir com prudência, com certeza do momento necessário, quando, somente então, deve-se lutar e preferir a morte do que se submeter à escravidão (Cícero, 2005). A guerra justa é a guerra na qual se luta pela liberdade, evitando-se a servidão dos próprios romanos ou de outros povos, pois se trata de um valor supremo. Por esse motivo, pouco servem as armas fora se não há um bom conselho (*consilium*) dentro (Cícero, 2005, De officiis, I, 76), ou seja, uma boa

capacidade de decisão, dirigida pelos cidadãos mais abalizados, experientes e sábios, assegurando a tranquilidade interna para viabilizar a ação externa.

§161. Uma vez executados, os atos de guerra, que incluem invariavelmente a destruição e o saqueio de cidades, não devem ser feitos sem consideração pelos povos vencidos ou com crueldade, mantendo a retidão e a honestidade, perdoando a plebe e punindo os líderes (De officiis, I, 82). Com essas palavras, Cícero (2005) coloca em destaque a *humanitas*, um estágio cultural de avançado distanciamento da animalidade, no qual a marca peculiar do homem, a razão, é desenvolvida, e, assim, as potencialidades naturais do homem podem ser aprimoradas. Não guerrear sob qualquer motivo, preferindo a submissão ao rigor dos procedimentos formais jurídicos; não atacar o inimigo com brutalidade, fazendo uso de violência desmedida, provocando sofrimento injustificado, optando pelo agir nos limites da necessidade para se alcançar os objetivos pleiteados, os quais estão em consonância com a preservação da liberdade e grandiosidade romana, assim como o bem do povo em combate. Por esse espírito de tratamento do homem reconhecido em seu caráter propriamente humano, a merecer um cuidado especial, consoante a sua posição de homem, apesar de suas diferenças culturais, mas sob a tutela da superioridade romana, a guerra justa, porquanto em harmonia com a justiça natural ordenadora da constituição e das relações entre povos, é guerra humana ou guerra que impõe como limites o humano.

§162. É válido ponderar os riscos de transposições inadvertidas de uma visão contemporânea de paz para o contexto histórico da Antiguidade. Do ponto de vista etimológico, *pax* pertence à família de palavras derivadas das raízes *pak-* e *pag-* (determinar, conjugar, retornar), conectado com *pango* (consertar, tornar seguro), *pacisci* (concluir um pacto) e *pacare* (levar a um estado de paz), o que sugere uma ideia de condição livre de conflitos, fruto do encontro de vontades separadas. Assim, *pax* significava tanto um certo estado de relações existindo entre dois ou mais sujeitos quanto o acordo pelo qual esse estado é alcançado. Para os romanos,

o tratado era uma instituição muito diferente do modelo de direito internacional moderno, geralmente significando aceitação incondicional da derrota pela outra parte. Contudo, podia assumir a forma de uma aliança ou o pacto de amizade, ou sancionar a sujeição de um povo que não podia resistir à pressão política e militar. Por isso, autores latinos adotavam expressões como “impor”, “conceder” e “ditar” termos de paz, ou seja, não era a convergência de vontades livres, mas a vitória do exército romano (Cornwell, 2017; Ernout & Meillet, 1959; Zampaglione, 1973).

§163. Ao mesmo tempo, elementos culturais centrais simbolizavam a guerra e as qualidades de um povo guerreiro: os romanos tinham como animal sagrado o lobo (desde as lendas da fundação de Roma, como a loba que cuidou de Rômulo e Remo); e viam a si mesmos como descendentes do deus da guerra Marte, manifestado em cultos, templos e estátuas, também repercutindo na adoração de outras grandes divindades (Raaflaub, 2007). Por um lado, isso pode deixa transparecer que a paz é apenas conservada como estado de fato ou assegurada temporalmente como armistício, pois se refere a uma civilização da guerra e para guerra (Ciccotti, 1901). Por outro lado, contudo, a *pax* era desde sempre um conceito importante, já entre os atos religiosos, que tinham por objetivo assegura a paz com os deuses (*pax deorum*). Mas isso levou à personificação divina da *pax* e o estabelecimento de um culto com a ampliação dos conflitos civis ao fim da República, por fim consolidada com a *pax augusta*, enquanto um culto da *concordia* em prol da harmonia interna, existiu tempos antes (Cornwell, 2017; Raaflaub, 2007).

§164. Ademais, as fontes antigas eram frequentes em privilegiar períodos de guerra, pois os grandes conflitos eram considerados os acontecimentos que mereciam ser preservados para as gerações vindouras, como enunciado por Tucídides (Cícero, 2005). Isso, porém, não permite pressupor ser a paz uma exceção na vida do

homem da Antiguidade.[73] Se a literatura sobre paz entre os romanos, ainda hoje e sobretudo sob o epíteto clássico da *pax romana*, acaba por remeter-se à perspectiva das conquistas militares[74], estudos recentes têm reconhecido que o imperialismo romano não era uma ideia homogênea, tendo se transformado profundamente ao longo do tempo, consequentemente, impactando nos sentidos de paz e conceitos correlatos de modo que estes variam de acordo com as dinâmicas de poderes e as contingências políticas. Por exemplo, enquanto na República a guerra era comumente enfatizada, no Império enfocou-se a paz. A transição do fim da República para o Principado foi marcada por discursos cambiantes, por vezes carregados de interesses pessoais, de tons ideológicos e manejos retóricos. Isso indica como o conceito de paz e as ideias subjacentes tornaram-se politizadas, logo, exigindo de qualquer intérprete um cuidado redobrado (Cornwell, 2017).

§165. Talvez por esse motivo, os principais estudos sobre uma concepção de paz em Cícero, se observados rigorosamente, acabam por enveredar-se em diversas noções correlatas, afastando-se dos usos e sentidos de *pax* e suas variações, sem advertir adequadamente o leitor. A sensação final é, recorrentemente, a de uma conclusão imprecisa e vacilante. Por essa razão, nossa abordagem procurou seguir um caminho diverso. Sem afirmar ou rejeitar preliminarmente um papel significativo para a noção específica de paz em Cícero, iniciamos uma investigação a partir de três conceitos fundamentais, explícitos e teoricamente bem consolidados no interior do pensamento do cônsul romano, para, somente então, cientes do âmbito de correlação e de repercussão deles, embasar algumas reflexões sobre a particularidade da noção de *pax*. Com ela, por fim, encontramos, em resumo, a via da paz como própria do homem, enquanto a guerra é tomada como própria da besta desprovida de razão (Lana, 1990).

---

[73] Ver as considerações apresentadas nos primeiros capítulos de Gittings (2012).
[74] É o que se verifica, por exemplo, em Goldsworthy (2016).

§166. Partindo de três conceitos preliminares, mas fundamentais, *concordia*, *otium* e *bellum*, tivemos a oportunidade de enveredar-nos por um largo espectro do pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero. Os principais textos examinados, como se nota, não foram apenas as suas obras filosóficas, embora nelas encontremos por vezes uma articulação teórica melhor acabada, mas também numerosos discursos políticos e judiciários, assim como as suas ricas correspondências, ampliando os parâmetros para esboçar contornos mais precisos e conectados com as múltiplas dimensões históricas das relações de poder da Roma republicana. Assim, o quadro conceitual ciceroniano eleito para estudo resultou melhor desenhado, o que desvela no fato de que, para uma adequada compreensão das reflexões filosóficas de nosso autor, não podemos nos limitar aos seus tratados teóricos, exigindo o recurso às orações e outros volumosos materiais deixados pelo cônsul e preservados pelo transcurso do tempo.

§167. Em vista da tríplice conceitual inicial, foi possível reconhecer em Cícero um esforço claro em direção a uma discussão sobre a paz. Não somente a *pax* era uma ideia difundida nos debates do fim da República, empregada por diferentes personagens com finalidades diversas, como também tinha em Cícero a assunção de ser uma necessidade urgente para a preservação da *res publica* em meio a uma crise de proporções inéditas. Tomando o ponto de vista do magistrado, obviamente, uma interpretação particular e não compartilhada com outros atores contemporâneos, muitos estão a valer-se da paz para a defesa de interesses privados que atentam contra a utilidade comum. Contudo, colocam assim a liberdade do povo romano em risco.

§168. Raaflaub (2016) sugere ao menos três condições (não exclusivas) para se afirmar a habilidade de uma certa sociedade para o desenvolvimento de concepções ou teorias sobre a paz, a saber, experiências passadas de guerra excepcionalmente duras e difíceis, que faziam da paz uma demanda premente; a capacidade de abstração ou de reflexão filosófica; e a independência política e crítica dos

pensadores. Cremos encontrar em Roma e, principalmente, em Cícero, todos esses requisitos de modo a permitir-nos concluir pela existência de um pleno conceito de paz em sua obra. Isso não significa admitir um conceito puramente original, seja em relação a outros agentes políticos da época, seja em relação às noções não-romanas, como as noções gregas de paz. De todo modo, para que seja adequadamente compreendida, a paz em Cícero (e no mundo latino clássico) exige a articulação com conceitos correlatos, entre os quais estão os três inicialmente destacados, *concordia*, *otium* e *bellum*. Especialmente para Cícero, essas três concepções são complementares e expressam, cada qual nos limites de sua força semântica e emprego retórico, aspectos diversos daquilo que, por fim, ganha corpo como *pax* (Cornwell, 2017).

§169. Oliveira (2014), em um dos poucos trabalhos existentes em língua portuguesa sobre a paz em Cícero, arremata, acertadamente, como o filósofo, em particular na obra *De re publica*, valoriza ideias como *concordia* e *pax* como “esteios da comunidade e do império, ambas fundadas no direito e na religião, na recusa da força e da desarmonia” (p. 113), uma vez que é a unidade política, jurídica e social que garante a estabilidade da *res publica*, sob a forma de uma constituição mista. Essa é a expressão da conquista de um estádio superior de civilização, chamado por Cícero de *humanitas*, o pleno desenvolvimento das capacidades naturais humanas que coincidem com a racionalidade marcante do homem. Nesse plano, os valores não guerreiros são apreciados, sem excluir o ímpeto para a guerra, agora temperado pela máxima de justiça, submetendo o conflito bélico ao direito civil e religioso, de um lado, e à justificação moral de defesa e promoção das qualidades civilizacionais a outros povos de outro lado.

§170. Por esse motivo, Cícero clamará, reiteradamente, pelo doce nome da paz (*nomen pacis dulce*) (Philippicae II, 113; XII, 9; XIII, 1): com isto ecoa a força retora do direito e a elevação à *humanitas*. A partir dos três conceitos primários, *concordia*, *otium* e *bellum*, é válido concluir ser a paz concepção um tanto tímida no

pensamento ciceroniano, mas que logo encontra no direito o seu suporte. Com efeito, o poder se traduz em uma ordem normativa, organizada racionalmente, aliada a possibilidade do uso da força, que respeite a justiça entre as partes, mediada pela politicidade do cidadão (Salgado, 2012). A paz, por sua vez, é concomitante à harmonia com a ordem natural e a todos os impactos que isso tem no mundo humano. Se a guerra se faz necessária, é para reverter o descompasso com a justiça natural, e apenas na medida para tanto. Por isso o direito, assumindo a forma de lei, como instrumento racional para a vida em sociedade, é garante da liberdade e passo para o aprimoramento do homem: *armas cedant togae* (De officiis I, 77).

§171. Neste texto, analisamos a concepção de paz em Cícero a partir de três conceitos interligados: *concórdia*, *ócio* (*otium*) e *guerra* (*bellum*). Para Cícero (2005), a paz não era apenas a ausência de guerra, mas um estado de harmonia social e justiça, fundamental para a manutenção da República (*res publica*). Cícero (2005) defendia a concórdia entre as diferentes ordens sociais de Roma (senadores, equestres e povo) como pilar da estabilidade política. Essa harmonia, expressa no conceito de *consensus omnium bonorum* (em português: *consenso de todos os bons*), era essencial para evitar conflitos internos e garantir a unidade frente às ameaças externas.

§172. O *otium cum dignitate* (em português: ócio com dignidade) era fundamental para Cícero (2005). Ele não se opunha à vida pública, mas representava um equilíbrio entre o engajamento político e a busca pelo conhecimento e aprimoramento pessoal através da Filosofia e da reflexão. Além disso, Cícero (2005) reconhecia a guerra como por vezes necessária, mas defendia a doutrina da *guerra justa* (*bellum iustum*). A guerra só era justificada em situações extremas, como defesa da liberdade e da República, e sempre com o objetivo final de alcançar a paz. A condução da guerra deveria ser pautada pela justiça, moderação e respeito aos povos vencidos, refletindo a *humanitas* romana.

§173. Por último, frisamos que a paz, para Cícero (2005), era um estado de harmonia social e político, tanto internamente quanto nas relações de Roma com outros povos. Era um ideal a ser perseguido, mesmo em tempos de guerra. O direito, a justiça e a concórdia eram os pilares da paz duradoura. A paz em Cícero (2005) não pode ser compreendida sem levar em conta o contexto histórico e político da Roma republicana, marcado por conflitos internos e externos. A análise de Cícero sobre a paz, a concórdia, o ócio e a guerra revela um pensador preocupado com a ética, a justiça e o bem comum, buscando sempre fortalecer a República e promover a *humanitas r*omana.

1.3. Agostinho de Hipona – Caridade e paz?

Eu vos deixo a paz,

eu vos dou a minha paz.

(...)

– João, 14:27, Bíblia, 1994

§174. Santo Agostinho (354-430 d.C.) foi um influente filósofo e teólogo cristão que discutiu extensivamente sobre temas como caridade e paz em suas obras. Nesta seção, elaboramos um resumo detalhado sobre esses temas em sua filosofia. Incialmente, destacamos que Santo Agostinho (2002a) enfatizava a importância da caridade, ou o amor a Deus e ao próximo, como a virtude suprema. Ele acreditava que todos os outros aspectos da vida cristã deveriam ser guiados pela caridade. A caridade não era apenas uma ação benevolente, mas uma expressão do amor divino que deve guiar todas as nossas ações. O pensador compreendia o amor como o princípio fundamental por trás da caridade (Brown, 2000). No capítulo 13 de sua obra, Santo Agostinho (2002a) ressalta que a paz da república celeste é a

sociedade perfeitamente ordenada e harmoniosa no gozo de Deus e, em Deus, os indivíduos são capazes de desfrutar uns dos outros de modo harmonioso.

§175. Santo Agostinho (2002a) argumentava que a caridade é uma forma de união com Deus. Amar a Deus e amar o próximo eram inseparáveis, e essa conexão era essencial para a busca da paz e felicidade verdadeiras. Ele via a caridade como uma cura para a alma humana, pois através dela as pessoas poderiam superar seus desejos egoístas e encontrar a verdadeira felicidade em Deus. A paz, para Santo Agostinho, deveria começar dentro de cada indivíduo. Ele via o pecado como a principal fonte de conflito e perturbação interna, e a busca da paz passava pela reconciliação com Deus (Marrou, 1995).

§176. Ele compreendia a paz como resultado da ordem e da justiça. Uma sociedade justa e ordenada seria mais propensa à paz, pois os conflitos surgiriam menos frequentemente quando as pessoas seguissem leis e normas justas (Agostinho, 1987). Nessa direção, Santo Agostinho (1987) enfatizava a importância da unidade na busca pela paz. Ele via a Igreja como um meio de unir as pessoas em uma comunhão cristã que promovesse a paz espiritual e social; escreveu sobre a paz celestial, que seria alcançada após a vida terrena, quando os fiéis se unissem com Deus na eternidade (Stockmeier, 2011). No capítulo primeiro de sua obra, na passagem que evoca a ideia de que inquieto está o coração enquanto não repousar em Deus, Santo Agostinho (1987) não menciona a palavra paz explicitamente, porém, essa ideia demonstra a busca pela paz interior encontrada em Deus, que se conecta com a caridade como caminho para essa paz.

§177. Santo Agostinho (1987) entendia a caridade como uma virtude suprema que deveria guiar todas as ações humanas, e a paz como um resultado da caridade, da busca da paz interior, da justiça, da unidade e, finalmente, da paz celestial. Suas ideias sobre caridade e paz tiveram um impacto duradouro na teologia cristã e na filosofia moral. Seu argumento sustenta que a caridade estava intrinsecamente ligada à vontade. Para ele, a vontade era a faculdade mais importante da alma, e

a caridade envolvia a conformidade da vontade humana com a vontade divina. Isso significava que amar a Deus e o próximo era uma escolha da vontade, não apenas um sentimento.

§178. O pensador reconhecia a tendência humana ao egoísmo e ao desejo de satisfazer as próprias vontades. A caridade, então, era vista como uma força que permitia às pessoas superar esses impulsos egoístas e colocar os interesses dos outros antes dos seus. Além de ser uma virtude individual, Santo Agostinho também via a caridade como um instrumento poderoso para unir a comunidade cristã. Ele enfatizava a importância de os membros da Igreja amarem uns aos outros e trabalharem juntos para alcançar a paz espiritual e social.[75] Santo Agostinho (1995), no Livro III, capítulo 17, anuncia que o bem supremo, que chamamos de paz, consiste na posse tranquila e imutável da ordem.

§179. Santo Agostinho (1995) explora a natureza inquieta da alma humana e a identificava como resultado do afastamento de Deus. Ele acreditava que os seres humanos, por natureza, ansiavam por Deus e que essa busca por Deus era essencial para encontrar a verdadeira paz; enfatizava a importância da conversão como um passo fundamental em direção à paz (Agostinho, 1995). Ele próprio passou por uma conversão dramática e argumentava que a verdadeira paz só poderia ser alcançada quando alguém se voltasse para Deus e encontrasse a graça divina. Seu argumento não se limitava à paz interior, pois ele também discutia a paz na sociedade. Santo Agostinho compreendia a justiça como um pré-requisito para a paz social e argumentava que os governantes deveriam buscar a justiça e a equidade para promover a harmonia entre os cidadãos (Dias, 2012).

§180. Santo Agostinho (1987) oferecia uma visão de esperança na paz eterna, que seria alcançada após a morte. Ele acreditava que a busca pela paz em vida preparava

[75] A busca pela paz permeia a obra de Santo Agostinho, refletindo tanto o contexto turbulento em que viveu, marcado pela decadência do Império Romano e a ascensão do cristianismo, quanto sua própria trajetória pessoal de busca por significado e felicidade.

as almas para a paz eterna na presença de Deus. Suas ideias tiveram uma influência duradoura na teologia cristã e na filosofia moral, assim como sobre a caridade e a paz, sendo estudadas e debatidas até os dias de hoje. Sua ênfase na importância da caridade como expressão do amor divino e na busca da paz interior como meio de alcançar a paz social e celestial deixou um legado significativo na tradição cristã e na reflexão ética.[76]

§181. Santo Agostinho (1987) entende a caridade como um dom da graça divina. Ele acreditava que a capacidade de amar a Deus e os outros de forma desinteressada era concedida pela graça de Deus e não poderia ser alcançada apenas através do esforço humano. Para ele, a caridade era uma resposta amorosa à graça divina; também via o amor, manifestado na caridade, como uma força transformadora nas vidas das pessoas. Ele acreditava que, ao amar a Deus, os indivíduos eram transformados, tornando-se mais semelhantes a Deus em sua natureza e ações.[77]

§182. Em seu pensamento, a paz é inseparável da busca pela verdade. Para ele, a verdade estava em Deus, e a paz só poderia ser alcançada quando as pessoas encontrassem essa verdade em Deus. Isso estava profundamente relacionado à busca da paz interior.[78] A paz interior, segundo Santo Agostinho (1995), era caracterizada pela ausência de conflito interior. Quando a vontade humana estava alinhada com a vontade divina, as lutas internas causadas por desejos contraditórios eram superadas, resultando em uma sensação de tranquilidade.

---

[76] "A paz da república terrestre, portanto, consiste na concórdia bem ordenada dos cidadãos no tocante ao mando e à obediência. A paz da cidade celestial, por sua vez, é a sociedade harmônica dos que contemplam a Deus e vivem segundo Deus" (Agostinho, 2002a, p. 1037). Nessa passagem, Agostinho diferencia dois tipos de paz: a paz terrena, relacionada à ordem social e política, e a paz celestial, que reside na harmonia com Deus. Ambas são importantes, mas a verdadeira paz, duradoura e plena, só é encontrada na comunhão com o Criador.

[77] "Inquieto estava o meu coração, até que repousasse em ti" (Agostinho, 1987, p. 7). Essa famosa frase das *Confissões* sintetiza a busca pessoal de Santo Agostinho pela paz interior. A inquietude, a busca incessante por algo que preenchesse seu vazio interior, só encontra descanso em Deus. A paz, portanto, é apresentada como fruto da relação com o divino.

[78] "A paz vos dou, a minha paz vos dou; não como o mundo a dá, eu vo-la dou. Não se perturbe o vosso coração, nem se atemorize" (Bíblia Sagrada, 2002, João 14:27). Santo Agostinho (1999), ao comentar essa passagem bíblica, destaca a diferença entre a paz oferecida por Cristo e a paz mundana. A paz de Cristo não se baseia em circunstâncias externas, mas na certeza da fé e na esperança da vida eterna, oferecendo consolo e força mesmo em meio às tribulações.

§183. Santo Agostinho (1995) argumentava que a paz na sociedade era um reflexo da paz interior das pessoas. Quando os indivíduos buscavam a paz interior através da caridade e da reconciliação com Deus, isso se traduzia em relações mais harmoniosas e justas na sociedade. Com isso, desenvolveu a ideia de duas cidades: a Cidade Terrena e a Cidade de Deus. A paz celestial era vista como a plenitude da paz, que seria encontrada apenas na Cidade de Deus, após a vida terrena. As ideias de Santo Agostinho sobre caridade e paz influenciaram muitos pensadores e teólogos ao longo da história, incluindo Santo Tomás de Aquino e Martinho Lutero. Suas obras, como *Confissões* e *A Cidade de Deus*, continuam a ser lidas e estudadas por aqueles interessados em Ética, Teologia e Filosofia.[79]

§184. Santo Agostinho compreende a caridade como uma resposta amorosa à graça divina, uma força transformadora nas vidas das pessoas e um meio de unir a comunidade cristã. Ele via a paz como inseparável da busca pela verdade e da paz interior, que, por sua vez, influenciaria a paz na sociedade. Na obra *A Trindade*, Livro III, capítulo 18, Santo Agostinho (2002b) destaca que Deus é caridade, e quem permanece na caridade permanece em Deus e Deus nele. Essa passagem, apesar de não mencionar a palavra paz diretamente, relaciona a caridade à união com Deus, que é a fonte da verdadeira paz.

§185. Para Santo Agostinho (1999), a caridade é o amor abnegado a Deus e ao próximo, inspirado pelo Espírito Santo. É a virtude que nos permite amar a Deus acima de todas as coisas e amar o próximo como a nós mesmos. A paz, por sua vez, é o fruto da caridade. É a tranquilidade da ordem, a harmonia que resulta do amor ordenado a Deus. Ainda ressaltamos que Santo Agostinho argumenta que a verdadeira paz só pode ser encontrada em Deus, a fonte de todo bem e de toda paz. Quando amamos a Deus e ao próximo com caridade, estamos em paz

[79] "Deus é a paz que excede todo entendimento" (Agostinho, 2002b, p. 415). A paz, para Agostinho, transcende a compreensão humana limitada. Ela está enraizada na própria natureza de Deus, que é amor e comunhão perfeita na Trindade. Ao buscar a Deus, o ser humano se aproxima da fonte da verdadeira paz, experimentando-a como dom divino.

conosco mesmos, com Deus e com o próximo. Assim, a caridade é o caminho para a paz, tanto individual quanto social (Dias, 2012).

§186. Santo Agostinho (1999) defendia a caridade como a virtude suprema, guiada pelo amor a Deus e ao próximo. Para ele, a caridade não era apenas uma ação, mas a expressão do amor divino em todas as esferas da vida. Através dela, superamos o egoísmo e encontramos a verdadeira felicidade em Deus, unindo-nos a Ele. A paz, para o filósofo, era resultado dessa caridade, da ordem, da justiça e da unidade. Santo Agostinho (1999) entendia a paz em diferentes níveis: (i) interior, alcançada pela reconciliação com Deus, superando o pecado como fonte de conflito interno; (ii) social, fruto de uma sociedade justa e ordenada, em que leis e normas são seguidas, minimizando conflitos; e (iii) celestial, plenitude da paz na união eterna com Deus, após a vida terrena.

§187. Por fim, destacamos que Santo Agostinho (1999) argumentava que a vontade humana, alinhada à vontade divina através da caridade, era fundamental para alcançar a paz. A conversão a Deus era o primeiro passo para essa jornada. Sua visão ia além da paz individual, abrangendo a paz social. Para ele, governantes justos e equitativos eram essenciais para a harmonia entre os cidadãos. A busca pela verdade, intrinsecamente ligada a Deus, também era crucial para a paz interior e social. As ideias do filósofo sobre caridade e paz influenciaram profundamente a Teologia e a Filosofia, sendo estudadas e debatidas até hoje. Sua ênfase na caridade como caminho para a paz, tanto individual quanto social, continua a inspirar reflexões éticas e teológicas contemporâneas.

1.4. Tomás de Aquino – *Bonum Commune*: Lugar da paz?

A paz não pode ser mantida à força;
ela só pode ser alcançada pelo entendimento.
– Albert Einstein, Einstein on Peace, 1981

§188. Tomás de Aquino (1225-1274) foi um influente filósofo e teólogo medieval que desenvolveu uma profunda filosofia moral e política, incluindo suas ideias sobre o *bonum commune* (bem comum) e a paz.[80] O proeminente teólogo e filósofo buscou harmonizar a fé cristã com a razão e a filosofia clássica, especialmente as obras de Aristóteles. Sua filosofia ética e política é fortemente influenciada por essa abordagem.[81] Nesta seção, aprofundamos o debate sobre o seu pensamento.

§189. O *bonum commune* (bem comum) era um princípio ético fundamental que orientava a ação moral. Ele argumentava que o objetivo da ação moral era buscar o bem comum, ou seja, o bem que beneficiaria toda a comunidade, em oposição ao bem exclusivo de um indivíduo.[82] Tomás de Aquino (2006c) acreditava que a ordem e a razão eram essenciais na busca pelo bem comum. A ordem social, incluindo a justiça e a virtude, era necessária para alcançar o bem comum, pois ela garantia que cada pessoa recebesse sua devida consideração e que a sociedade funcionasse harmoniosamente.

§190. Ele também enfatizava que cada indivíduo tinha um papel a desempenhar na busca pelo bem comum. As pessoas deveriam contribuir de acordo com suas habilidades e vocações para promover o bem de todos; e via a paz como um dos componentes mais importantes do bem comum. Ele argumentava que a paz era essencial para a busca e a realização do bem comum, pois a guerra e a discórdia impediam a sociedade de alcançar seus objetivos compartilhados.[83] Tomás de Aquino (2002) definia a paz como a ausência de conflito e a estabilidade nas relações humanas e sociais. Isso incluía tanto a paz interna, que envolvia a ausência de conflitos dentro

[80] Tómas de Aquino (2006b, p. 102) diz que “A paz não é um bem qualquer, mas um bem muito grande (...). Pois a ordem da paz é a que convém mais à razão. Daí dizer Agostinho no livro XIX da Cidade de Deus: ‘A paz da cidade é a tranqüila ordem na concórdia’”.

[81] Tómas de Aquino (2006a, p. 123) pontua que “A paz, que é a tranqüilidade da ordem, é o bem da multidão que se ordena a um bem comum”.

[82] Segundo Tómas de Aquino (2006c, p. 215), “A paz não se dirige principalmente ao deleite, mas à operação, pois a paz é a tranqüilidade da ordem, a qual se requer para as operações”.

[83] Para Tomás de Aquino (2002), a paz é o fim último da lei, pois a lei ordena todas as coisas para a paz (Reale, 2003).

de um indivíduo, quanto a paz externa, que envolvia a ausência de guerra e hostilidades entre grupos e nações.[84]

§191. O pensador compreende a justiça como o fundamento da paz. A justiça envolvia dar a cada pessoa o que lhe era devido, o que criava um ambiente de confiança e harmonia, contribuindo assim para a paz (Finnis, 1998).[85] Tomás de Aquino acreditava que a paz não podia ser alcançada apenas por meio de leis e instituições, mas também pela prática da virtude. Uma sociedade composta por pessoas virtuosas era mais propensa a viver em paz, pois os indivíduos virtuosos buscavam o bem comum e evitavam conflitos (Maritain, 1963).[86]

§192. Tomás de Aquino entende o *bonum commune* como um princípio ético fundamental que orienta a ação moral em direção ao bem comum de toda a comunidade. Ele relacionava a paz ao bem comum, argumentando que a paz era essencial para alcançar esse bem compartilhado. Para Tomás de Aquino, a paz estava ligada à justiça, virtude e ordem social, e era resultado da harmonia nas relações humanas. Suas ideias continuam a influenciar a ética e a filosofia política até os dias de hoje (Maritain, 1963).

§193. Tomás de Aquino (2003) via o *bonum commune* como o objetivo final da moralidade. Ele acreditava que todos os atos morais deveriam ser direcionados para o bem comum, ou seja, para o benefício de toda a comunidade, não apenas para interesses pessoais ou individuais.[87] Para o pensador, o *bonum commune* estava intimamente relacionado à lei natural, que ele via como um conjunto de

---

[84] Tomás de Aquino (2002) argumenta que a paz é um bem tão grande que mesmo as coisas que são más em si mesmas, como a guerra e o sofrimento, são toleráveis se forem necessárias para a obtenção da paz.

[85] No cap. 7, *Peace and war*, do livro *Aquinas: Moral, political, and legal theory*, Finnis (1998) analisa a concepção de paz em Tomás de Aquino, argumentando que a paz não é apenas a ausência de conflito, mas a realização do bem comum em uma comunidade política.

[86] No cap. 4, *A Sociedade Política e o Bem Comum*, do livro *O Homem e o Estado*, Maritain (1963), inspirado por Tomás de Aquino, discute a importância da paz para a consecução do bem comum, relacionando-a com a justiça e a ordem social.

[87] No cap. 13, *São Tomás de Aquino*, do livro *A Filosofia na Idade Média*, Gilson (2007) apresenta um panorama da filosofia de Tomás de Aquino, incluindo sua visão sobre a paz como um bem social fundamental.

princípios morais inerentes à natureza humana.[88] Ele argumentava que a lei natural orientava os seres humanos a buscar o bem comum, agindo em conformidade com a razão e a ordem divina (Mcinerney, 1994).

§194. Embora enfatizasse o bem comum, Tomás de Aquino reconhecia a importância dos bens individuais. Ele argumentava que, ao buscar o próprio bem de forma virtuosa e equilibrada, as pessoas contribuíam para o bem comum. Portanto, não era uma visão puramente coletivista, mas sim uma que buscava um equilíbrio entre o bem individual e o bem comum (Mcinerney, 1994). O filósofo concebia a paz como um estado de ordem e harmonia e compreendia a paz como a condição natural e desejável da sociedade, na qual as pessoas viviam em cooperação mútua, respeitavam os direitos dos outros e buscavam o bem comum (Ploeg, 1965).

§195. Para o pensador, a justiça desempenha um papel crucial na busca pela paz, uma vez que esta não poderia ser alcançada sem a aplicação da justiça, que envolve dar a cada um o que lhe é devido. Nessa perspectiva, a justiça era vista como a

[88] A Lei Natural, segundo Santo Tomás de Aquino, é um conceito central em sua filosofia moral e teológica. Para Tomás de Aquino, a Lei Natural é a participação da criatura racional na lei eterna de Deus. Ela é a base para a moralidade e a ética, sendo acessível à razão humana e refletindo a ordem divina do universo. Santo Tomás de Aquino desenvolve sua teoria da Lei Natural principalmente na *Summa Theologica*. Ele argumenta que a Lei Natural é uma expressão da lei eterna, que é a razão divina que governa o universo. Tomás de Aquino (2001) afirma: “A lei natural é nada mais do que a participação da lei eterna na criatura racional” (p. 91). Isso significa que os seres humanos, por meio de sua razão, podem discernir os princípios fundamentais da moralidade que são inerentes à natureza humana e ao mundo criado por Deus. A Lei Natural, para Tomás de Aquino, é universal e imutável, aplicando-se a todos os seres humanos em todas as épocas. Ele explica que os preceitos da Lei Natural são evidentes por si mesmos e podem ser conhecidos pela razão. Esses preceitos incluem princípios básicos como “fazer o bem e evitar o mal” e “preservar a vida”. Tomás de Aquino escreve (2001): “Os primeiros princípios da lei natural são aqueles que são conhecidos por si mesmos e não podem ser ignorados” (p. 92). Além disso, o filósofo distingue entre os preceitos primários e secundários da Lei Natural. Os preceitos primários são universais e auto evidentes, enquanto os preceitos secundários podem variar de acordo com as circunstâncias e a aplicação prática. Ele observa: “Os preceitos secundários da lei natural são conclusões mais particulares derivadas dos primeiros princípios” (Aquino, 2001, p. 93). Isso permite uma certa flexibilidade na aplicação da Lei Natural, reconhecendo a complexidade das situações humanas. A Lei Natural também serve como fundamento para a lei humana e a lei divina. Tomás de Aquino argumenta que a lei humana deve ser uma aplicação da Lei Natural, adaptada às circunstâncias específicas de uma sociedade. Ele afirma que “A lei humana tem por objetivo a ordenação da sociedade e deve derivar da lei natural” (Aquino, 2001, p. 94). Da mesma forma, a lei divina, revelada nas Escrituras, complementa e aperfeiçoa a Lei Natural, fornecendo orientação adicional para a salvação humana. A Lei Natural para Santo Tomás de Aquino é a participação da razão humana na ordem divina do universo. Ela é universal, imutável e acessível à razão, servindo como base para a moralidade e a ética. A Lei Natural orienta a lei humana e é complementada pela lei divina, refletindo a harmonia entre a razão e a fé na visão tomista.

base para estabelecer relações sociais pacíficas (Justiniano, 1889).[89] Portanto, Tomás de Aquino (2002) entende a paz como uma virtude social que envolve a prática da caridade e da benevolência, argumentando que, ao amar e servir o próximo, as pessoas contribuíam para a construção de uma sociedade pacífica e harmoniosa. Assim como a busca do bem comum, Tomás de Aquino (2002) acreditava que a paz era o resultado da prática da virtude individual e coletiva. A virtude moral, como a temperança, a coragem e a justiça, era vista como fundamental para a construção de uma sociedade pacífica e ordenada. Suas ideias continuam a influenciar a ética, a filosofia política e a teologia, destacando a importância da busca pelo bem comum e da promoção da paz em nossa conduta ética e social.

§196. Para Tomás de Aquino (2006a), o *bonum commune* estava intrinsecamente ligado à virtude da justiça. Ele argumentava que a justiça era o hábito moral que permitia às pessoas dar a cada um o que lhe era devido. Isso significava que a justiça era essencial para alcançar e preservar o bem comum, garantindo que todos recebessem sua parcela justa dos benefícios sociais. O pensador também discutiu o papel do governo na promoção do bem comum. Ele acreditava que os governantes tinham a responsabilidade de criar leis e políticas que promovessem o bem comum e a justiça na sociedade. No entanto, ele não via o governo como um fim em si mesmo, mas como um meio para alcançar o bem comum.

§197. Além de enfocar o bem comum em termos de justiça e ordem social, Tomás de Aquino (2006a) também argumenta que o bem comum incluía bens espirituais, como virtudes morais e a busca pela verdade. Ele defendia um equilíbrio entre os bens materiais e espirituais para alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e harmoniosa. O pensador define paz como a tranquilidade da ordem. Isso

[89] Segundo Salgado (2006, p. 173), o conceito apresentado no Digesto e nas Institutas "(...) coroa todo o processo e esforço da cultura ocidental por encontrar o lugar adequado de considerar a justiça: o direito, a saber: Justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu direito. (*Iustitia est constans et perpetua volumas ius suum cuique tribuendi*)".

significava que a paz não era apenas a ausência de conflito, mas a presença de uma ordem social que promovia a justiça e a harmonia. Quando as pessoas viviam de acordo com a ordem natural e divina, a paz se seguia naturalmente (Aquino, 2006c).

§198. Tomás de Aquino (2006c) compreende a caridade como a virtude que mais diretamente contribuía para a paz. Ele acreditava que a caridade envolvia o amor desinteressado pelo próximo e que, quando as pessoas praticavam a caridade, construíam relacionamentos baseados no respeito e na benevolência, o que promovia a paz. Além disso, Tomás de Aquino (2006a) via a busca pela verdade como um caminho para a paz. Ele argumentava que a verdade era um dos maiores bens espirituais e que a promoção da verdade contribuía para uma sociedade mais justa e harmoniosa.

§199. Assim como Santo Agostinho, Tomás de Aquino (2006a) entende a paz celestial como o objetivo final, que seria alcançado apenas na vida após a morte, quando as almas estivessem unidas a Deus. No entanto, ele também enfatizava que a paz terrena era um reflexo e uma preparação para a paz celestial. Em seu pensamento, o *bonum commune* é o objetivo ético máximo[90], que deve orientar a ação moral em direção ao bem comum de toda a comunidade. Dessa maneira, Tomás de Aquino (2006c) concebe a paz como resultado da ordem, da justiça, da caridade, da busca pela verdade e do equilíbrio entre bens materiais e espirituais. Suas ideias continuam a influenciar a ética, a filosofia política e a teologia, destacando a importância da promoção do bem comum e da busca pela paz em nossas vidas individuais e em sociedade.

[90] No contexto romano, ao contrário do mundo grego, a justiça evolui do âmbito ético para o jurídico. Aqui surge pela primeira vez a consciência jurídica em sua formulação clássica. Os romanos concebiam a consciência jurídica, objetivada no direito positivo, como o ápice da ética, um máximo ético, na formulação do conceito de justiça jurídica. Salgado (2006) destaca que, para os romanos, a justiça é uma questão de direito, ao passo que, para os gregos, é uma questão de ética. A distinção entre esses conceitos não foi percebida por Hans Kelsen, conforme observa Salgado (2006).

§200. Tomás de Aquino (2006c) defendia que o *bonum commune* (em português: bem comum) era o princípio ético fundamental que guia as ações morais para o benefício de toda a comunidade. Ele argumentava que a paz, um componente essencial do bem comum, não podia ser imposta pela força, mas sim alcançada através do entendimento mútuo e da ordem social justa. Das suas obras, destacamos sete principais pontos de reflexão: (i) o bem comum se sobrepõe aos interesses individuais, buscando o benefício de toda a comunidade; (ii) a p**az é** um estado de harmonia e ordem social, que resulta da justiça, da virtude e da busca pelo bem comum; (iii) a j**ustiça é** o alicerce da paz, garantindo que cada indivíduo receba o que lhe é devido; (iv) a prática de virtudes como a caridade, a temperança e a justiça contribui para uma sociedade pacífica; (v) uma sociedade ordenada, baseada na lei natural e divina, é essencial para a paz; (vi) a busca pela verdade promove a justiça e a harmonia, contribuindo para a paz; e (vii) é preciso equilibrar os bens materiais e espirituais para alcançar uma sociedade justa e pacífica.

§201. Por último, ressaltamos que o filósofo conectou a paz ao bem comum, mostrando que a paz é essencial para o florescimento da comunidade. Além disso, Tomás de Aquino (2006c) enfatizou a importância da justiça, da virtude e da ordem social para a construção da paz, destacando o papel da caridade e da busca pela verdade na promoção da paz. O pensador deixa o seu legado, sobretudo, na medida em que suas ideias sobre o *bonum commune* e a paz continuam a influenciar a ética, a filosofia política e a teologia, inspirando a busca por uma sociedade mais justa, harmoniosa e pacífica.

1.5. Kant – paz (paz e Direito, Direito e paz)

Se você quer paz, se prepare para a guerra.

– *Flavius Renatus Vegetius, Epitoma rei militaris*, séc. IV d.C.

§202. Immanuel Kant (2002b)[91] propôs a ideia de *paz perpétua* como um ideal para a humanidade. Ele acreditava que a paz duradoura entre as nações era alcançável através do estabelecimento de uma ordem jurídica internacional baseada em princípios morais. Kant argumenta que o direito internacional é fundamental para a promoção da paz. O direito é descrito pelo pensador como um sistema de regras que regula as relações entre Estados, limitando o uso da força e estabelecendo normas para resolução de conflitos.[92]

§203. O filósofo também propôs a ideia de um *tratado de paz perpétua*, que estabeleceria princípios específicos para as nações seguirem, incluindo a renúncia à guerra como meio de resolver disputas e a promoção da cooperação e do comércio.[93] Ele introduziu a ideia de *cidadãos cosmopolitas*, indivíduos que reconheciam a humanidade como um todo e estavam dispostos a agir de acordo com princípios morais universais, o que é compreendido como uma atitude crucial para a construção de uma paz duradoura. Era um defensor da ética do dever, que se baseava na ideia de que as ações morais eram aquelas realizadas por dever e não por interesse pessoal, assim como acreditava que o respeito pelo direito era um dever moral (Kant, 2002b).[94]

§204. O direito era a expressão da *vontade geral*, ou seja, a vontade de todos os membros de uma sociedade. O direito representava regras e leis que as pessoas

---

[91] Kant (2002b, p. 135) diz que “A paz perpétua não é um ideal vazio, mas um problema que, gradualmente, através de muitos e vários esforços, se aproxima cada vez mais da sua resolução”. O pensador demonstra otimismo pragmático em relação à paz, reconhece esta como um desafio complexo, mas não inalcançável. Em sua concepção, a paz é um processo gradual, construído por meio de esforços contínuos em diversas esferas da sociedade.

[92] Bobbio (2000, p. 75) explica que, “Para Kant, o estado de paz não é um dado natural, mas um fim que deve ser alcançado e que implica um esforço constante”.

[93] O autor enfatiza que “A máxima de não se deve fazer a paz senão como se devesse, por ela, entrar numa situação que, mais tarde, tornasse possível uma nova guerra, é um guia pouco seguro” (Kant, 2002b, p. 123). Nesse sentido, Kant critica a ideia de paz baseada apenas em acordos frágeis que podem facilmente levar a novos conflitos. Para ele, a paz autêntica exige bases sólidas, como o respeito mútuo entre as nações e a construção de uma ordem internacional justa.

[94] Segundo Kant (2002b, p. 141), “O direito da humanidade deve ser válido em todos os lugares, pois os homens são hóspedes e viajantes uns dos outros na terra”. Kant defende a universalidade dos direitos humanos como fundamento para a paz. A ideia de hospitalidade universal implica o reconhecimento da dignidade inerente a todo ser humano, independentemente de sua origem ou condição.

estavam dispostas a seguir, desde que fossem justas e racionais. Kant (2002b) via a paz como uma condição essencial para que as pessoas pudessem exercer sua liberdade de maneira plena. Ele ainda argumentava que a guerra e o conflito eram obstáculos à realização das capacidades humanas.[95] Nesse sentido, destacamos que,

Até Kant, a doutrina jurídica considerava a existência de duas dimensões do "Direito": o primeiro nível seria o Direito do Estado (Rechtsstaat), e o segundo nível seria o Direito Internacional, isto é, o direito das relações entre estados, bem como entre indivíduos de diferentes estados. Na Paz Perpétua, Kant acrescenta uma terceira dimensão do direito: o cosmopolita, isto é, o direito dos cidadãos do mundo, considerados não como membros de seu estado, mas como membros, ao lado dos estados, de um estado universal da humanidade (ZeF, AA 8: 350). Este Direito Cosmopolita relaciona-se aos dois direitos anteriores de acordo com a tábua de categorias da Crítica da Razão Pura: a categoria da unidade corresponde a um único estado (Direito do Estado); a categoria de pluralidade corresponde aos vários estados (Direito Internacional); e a categoria da totalidade corresponde a todos os seres humanos e estados (Direito Cosmopolita). Como a totalidade subsume unidade e pluralidade, o Direito Cosmopolita subsume o Direito do Estado e o Direito Internacional. (KrV, AA 3: 93; Brandt 1995, p. 142). Todos os três direitos estão baseados na mesma premissa, a saber, a "influência física" recíproca. A superfície redonda da Terra não é infinita, mas limitada (RL, AA 6, 311). Assim, não é possível evitar a proximidade espacial de outras pessoas. Os habitantes de todo o planeta, portanto, constituem um sistema no

[95] Destacamos que "O problema da organização de um Estado pode ser resolvido mesmo para um povo de demônios (se tiverem apenas entendimento) (...) A saber: organizar-se de tal modo que as suas ações públicas (não as suas ações privadas) sejam contidas num acordo que possa coexistir com a liberdade dos outros, segundo uma lei geral da liberdade" (Kant, 2005, p. 143). Kant (2005) argumenta que a paz não depende da bondade inata dos indivíduos, mas sim da construção de instituições justas e eficientes. Mesmo pessoas egoístas, se racionais, perceberão a necessidade de um Estado que garanta a liberdade individual e a ordem social.

qual "uma violação de direitos em uma parte do mundo é sentida em todos os lugares" (ZeF, AA 8: 360). (Sckell, 2017, p. 200)

§205. Kant via o respeito pelo direito como um meio de alcançar a paz. Quando as nações e os indivíduos respeitavam os direitos uns dos outros, isso criava uma base sólida para a paz e a harmonia (Sckell, 2017). Segundo Kant (2002b),

A paz perpétua não é um estado de natureza (status naturalis), que, ao contrário, é antes um estado de guerra, no qual, embora nem sempre irrompa a hostilidade, contudo, a sua ameaça é constante. A paz deve, portanto, ser instaurada. (p. 13)

§206. O filósofo defendeu a ideia de *paz perpétua* como um ideal alcançável por meio do direito internacional e da renúncia à guerra. Ele via o direito como a expressão da vontade geral e a paz como uma condição fundamental para a realização da liberdade humana. Suas ideias influenciaram significativamente a teoria das relações internacionais e a busca pela paz duradoura entre as nações.[96] Kant (2002b) propôs a criação de uma *Federação de Estados* como um meio de promover a paz. Ele imaginou uma união de nações comprometidas com a paz e com a resolução pacífica de conflitos, em que qualquer agressão seria interpretada como um ataque a todas as nações parte desta união.

§207. Kant (2002b) também desenvolveu a ideia de *cidadania mundial* e *direito cosmopolita*. Ele acreditava que os indivíduos deveriam ser considerados cidadãos do mundo e que deveriam ser protegidos por um sistema jurídico global que garantisse seus direitos e liberdades. Além disso, o pensador argumentava que o comércio internacional é um meio de promover a paz, pois as nações envolvidas em relações comerciais tinham menos incentivos para a guerra, uma vez que isso prejudicaria seus interesses econômicos. Para ele, o respeito pelos direitos dos

[96] Ressaltamos que "A concórdia pública interna, por meio da qual é possível a maior harmonia humana em conformidade com as leis, é também o verdadeiro substituto, no estado de direito, da concórdia natural entre os homens, que os torna aptos para a sociedade" (Kant, 2005, p. 227). Para Kant (2005), a paz não é um estado natural, mas sim uma conquista da civilização. Ela exige a superação dos impulsos egoístas e a criação de um sistema legal que promova a justiça e a cooperação entre os cidadãos.

outros era um dever moral, desenvolvendo a partir disso o conceito de *imperativo categórico*, que afirmava que as pessoas deveriam agir de maneira que suas ações pudessem ser universalmente aceitáveis sem contradição.

§208. Kant (2002b) descreve o direito como uma forma de proteger a liberdade individual. Ele argumentava que os direitos garantiam que as pessoas não fossem subjugadas pela vontade arbitrária dos outros e, portanto, podiam agir de acordo com sua própria razão e vontade. Segundo o autor, a razão como razão pura é manifesta como faculdade que legisla por meio de princípios a priori a respeito da vontade em geral, isto é, nossa capacidade de pensar racionalmente é o que nos permite determinar princípios morais universais que devem guiar as nossas ações. Esses princípios não se baseiam na experiência, mas sim na própria natureza da razão humana (Kant, 2005). Apesar da ideia de paz não está diretamente expressa no argumento, este é crucial para entendermos a fundamentação do direito e da paz na filosofia kantiana a partir da razão prática.

§209. Kant (2005) argumenta que o direito era uma condição necessária para a paz civil. Quando as leis e os contratos eram respeitados, as pessoas podiam coexistir pacificamente, confiando que seus direitos seriam protegidos pelo sistema legal. Em sua concepção, a educação e o esclarecimento sãos meios de promover o respeito pelo direito e, consequentemente, a paz, dado que uma sociedade instruída e esclarecida era mais propensa a valorizar a justiça e os direitos.

§210. Kant (2002b) tinha uma visão abrangente sobre a relação entre paz, direito e moral. Ele propôs ideias concretas para promover a paz perpétua entre as nações, incluindo a criação de uma federação de estados e o respeito pelo direito internacional. Além disso, Kant (2002b) enfatizava que o direito era fundamental para proteger a liberdade individual e promover a paz civil, e ele via a educação e o esclarecimento como meios de alcançar esses objetivos. Suas ideias continuam a ser relevantes para debates sobre direitos humanos, direito internacional e ética política nos dias de hoje.

§211. Kant propôs um princípio central para a paz, o *pacto de não agressão*, que afirmava que as nações deveriam se comprometer a não iniciar hostilidades umas contra as outras. Isso serviria como um fundamento sólido para a construção da paz.[97] Defendia que os princípios do direito deveriam ser universais e aplicáveis a todas as nações, independentemente de sua cultura, religião ou história. Ele via a universalidade como uma garantia de igualdade e justiça na ordem internacional (Salgado, 1995). Também delineou direitos e deveres específicos para as nações. Isso incluía o direito de autodeterminação e a obrigação de respeitar os direitos humanos e os tratados internacionais.[98]

> *El opúsculo de Kant Sobre la Paz perpetua suele situare en la línea de una serié de (proyectos) de organización internacional y de Paz perpetua que se han sucedido desde lá baja Edad Media hasta nuestros días; unos limitados a Europa y otros de alcance mundial, entre los que destacan, con anterioridad a Kant.*
> *(Kant, 2001, p. 9)*

§212. Kant (2001) vislumbrou uma *República Mundial* na qual todas as nações cooperariam sob princípios de direito e justiça. Ele acreditava que essa república mundial seria o estágio final na busca pela paz perpétua e enfatizava que o Estado de Direito era essencial para a paz e a justiça. Ele via o Estado como um árbitro imparcial e uma instituição que garantiria a aplicação das leis de maneira justa.[99]

---

[97] "Como observa Salgado, há duas perspectivas para a concepção de justiça em Platão: a justiça como ideia e a justiça como virtude ou prática individual" (Santos, 2018b, p. 221). Destacamos que tanto Kant quanto a interpretação de Salgado sobre Platão nos convidam a buscar a paz e a justiça em suas diferentes dimensões. A paz não é apenas a ausência de guerra, mas um processo contínuo que exige compromisso, ação conjunta e a busca por um ideal de convivência harmoniosa.

[98] Segundo Reale (1979, p. 340), "Para Kant, o direito não é um fim em si mesmo, mas um meio para a realização da paz perpétua".

[99] "Kant esta cônscio de que enquanto as condições definitivas da Paz não forem estabelecidas a propriedade, a liberdade, a vida, os direitos humanos e o progresso histórico estarão suscetíveis a insegurança e rupturas. Daí sua afirmação fundamental que a Paz perpétua constitui '(...) todo o propósito final da doutrina do direito dentro dos limites esclusivos da razão, pois a condição da Paz é a única condição na qual o que é meu e o que é teu são assegurados sob as leis (...)'. Isso faz da Paz perpétua o 'mais elevado bem político'" (Lima, 2015, p. 151, conforme citado em Miranda, 2019, p. 74).

§213. Kant estava preocupado com a dignidade humana e via os direitos humanos como uma expressão dessa dignidade. Ele argumentava que a proteção dos direitos individuais era fundamental para garantir que as pessoas vivessem com dignidade e em paz (Lima, 2015). O autor acreditava que a paz não era apenas a ausência de guerra, mas também uma disposição interior. Ele falava do *espírito da paz*, que envolvia o respeito pelos outros e a busca do bem comum como valores fundamentais (Habermas, 2003). Segundo Salgado (2008), “O homem, enquanto racional, é o único ser capaz de criar um projeto para si próprio. O homem não se contenta com a construção de sua obra pela transformação da natureza e volta-se para a transformação de si mesmo” (p. 183).

§214. Kant tinha uma visão altamente elaborada e abrangente sobre a relação entre paz, direito e moral. Suas propostas para a construção da *paz perpétua*, a criação de uma república mundial baseada em direito e o respeito pelos direitos individuais continuam a ser fonte de inspiração e debate na política internacional e na ética contemporânea. Suas ideias sublinham a importância de princípios éticos universais e do Estado de Direito para a manutenção da paz e da justiça no mundo.

§215. O artigo 4º da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece os princípios que regem as relações internacionais do país, destacando a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político. Esses princípios refletem uma postura generosa e comprometida com a manutenção da paz nas relações internacionais, alinhando-se de maneira significativa com as ideias de Kant (2002a/1795) sobre a paz perpétua.

§216. Kant (2002a/1795), em sua obra *À Paz Perpétua*, propõe um modelo de relações internacionais baseado em princípios que visam a construção de uma paz duradoura. Kant (2002a/1795) argumentava que a paz perpétua pode ser

alcançada por meio de uma federação de Estados livres que respeitem a soberania e os direitos humanos, promovam a cooperação internacional e resolvam conflitos de maneira pacífica. Ele afirmava que “a paz perpétua é um ideal que, embora talvez nunca seja completamente realizado, deve ser constantemente buscado” (Kant, 2002a/1795, p. 35).

§217. A Constituição Federal do Brasil de 1988, ao adotar princípios como a defesa da paz e a solução pacífica de conflitos, demonstra uma clara afinidade com a filosofia kantiana. A defesa da paz, conforme estipulado no artigo 4º, é um princípio que ressoa com a ideia kantiana de que a paz deve ser um objetivo constante das políticas internacionais. Em sua obra, Kant (2002a/1795) enfatiza que “os Estados devem agir de maneira a promover a paz, não apenas como uma ausência de guerra, mas como uma condição positiva de cooperação e respeito mútuo” (p. 42).

§218. Além disso, a solução pacífica dos conflitos, outro princípio destacado no artigo 4º da Constituição Federal do Brasil de 1988, está em consonância com a visão de Kant sobre a resolução de disputas internacionais. Kant (2002a/1795) argumentava que “os conflitos devem ser resolvidos por meio de negociações e arbitragem, evitando o recurso à guerra” (p. 50). A Constituição Federal do Brasil de 1988, ao enfatizar a importância da solução pacífica de conflitos, reforça a ideia de que a diplomacia e o diálogo são ferramentas essenciais para a manutenção da paz.

§219. A generosidade da Constituição Federal do Brasil de 1988 nas relações internacionais também se manifesta na cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Kant (2002a/1795) defendia que “a cooperação internacional é fundamental para o desenvolvimento e a paz global” (p. 60). Essa Constituição, ao promover a cooperação entre os povos, alinha-se com essa visão, reconhecendo que a colaboração internacional é crucial para enfrentar desafios globais e promover o bem-estar coletivo.

§220. O artigo 4º da Constituição Federal do Brasil de 1988 reflete uma postura generosa e comprometida com a manutenção da paz nas relações internacionais, alinhando-

se de maneira significativa com as ideias de Kant (2002a/1795) sobre a paz perpétua. A defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação internacional são princípios que ressoam com a filosofia kantiana, demonstrando um compromisso com a construção de um mundo mais justo e harmonioso.

§221. Nesta tese, apresentamos a visão de Kant (2002a/1795) sobre a paz perpétua, um ideal alcançável através do direito e da ética. Dessa discussão, destacamos oito principais pontos, a saber: (i) a paz não é natural, mas um estado a ser construído através do direito internacional e da renúncia à guerra; (ii) o direito, expressão da vontade geral, regula as relações entre Estados e garante a liberdade individual, condições essenciais para a paz; (iii) Kant expande o conceito tradicional de direito, incluindo o direito cosmopolita, que reconhece os direitos de todos os cidadãos do mundo; (iv) Kant propõe uma união de nações comprometidas com a paz e a resolução pacífica de conflitos; (v) Kant defende a ideia de que todos os indivíduos são cidadãos do mundo, com direitos e deveres universais; (vi) o comércio é compreendido como um fator de promoção da paz, pois interliga os interesses econômicos das nações; (vii) a paz e o direito fundamentam-se na razão prática, que permite determinar princípios morais universais; e (viii) uma sociedade educada e esclarecida é mais propensa a valorizar a justiça, o direito e a paz.

§222. Por último, destacamos a influência de da filosofia kantiana sobre a Constituição Federal do Brasil de 1988, especialmente no artigo 4º, que define os princípios das relações internacionais do país, sendo estes: defesa da paz; solução pacífica de conflitos; e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Evidenciamos que a visão de Kant (2002a/1795) sobre a paz perpétua, baseada no direito, na ética e na cooperação internacional, permanece relevante e inspiradora para a busca por um mundo mais justo e harmonioso. A Constituição Federal do Brasil de 1988, ao incorporar princípios kantianos, demonstra o compromisso do país com a paz e a justiça nas relações internacionais.

1.6. Hegel – Estado de Direito: Caminho Dialético para paz?

> (...) a verdadeira paz é a paz da razão, onde os conflitos são resolvidos não pela força, mas pela reconciliação dos interesses através da razão.
>
> – Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1992, p. 276

§223. Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831) foi um influente filósofo alemão cujas ideias sobre o Estado de Direito e a paz desempenharam um papel significativo na filosofia política e no desenvolvimento das teorias modernas de governo (Salgado, 1996; Vaz, 2014). Hegel compreendia o Estado como a mais alta expressão da vontade coletiva de seus cidadãos, argumentando que este representa a síntese da vontade individual, na qual os cidadãos concordavam em se submeter à autoridade estatal para alcançar objetivos comuns (Horta & Salgado, 2017).

§224. Hegel (2008) defende a ideia de um Estado de Direito, em que as leis são o reflexo da vontade geral e devem ser baseadas em princípios racionais e éticos. Ele entende o Estado de Direito como uma forma de equilibrar o poder do Estado e proteger os direitos individuais dos cidadãos.[100] Segundo Reale e Antiseri (2005), “A guerra é, portanto, momento necessário do processo histórico. Ela impede a fossilização dos povos e coloca em relevo o momento finito perante o infinito do Espírito universal” (p. 335).

§225. Para Hegel, os direitos individuais só poderiam ser plenamente realizados dentro da sociedade civil, que era o espaço no qual os cidadãos interagiam e exerciam suas liberdades individuais. O Estado de Direito garantia que as liberdades individuais fossem protegidas nesse contexto (Bourgeois, 1995). Hegel acreditava que o Estado de Direito permitia aos cidadãos desenvolverem sua autonomia moral

[100] Hegel (1980) aborda o conceito de Estado como culminar da racionalidade e da liberdade, representando a eticidade concreta. Discute a dialética do espírito objetivo, em que a guerra pode ser um momento de superação para alcançar a unidade ética superior no Estado.

e ética. Eles eram responsáveis tanto pela obediência às leis como pela participação no processo de formação das leis por meio da representação política.[101] Bobbio (1997) destaca que, “Para Hegel, o Estado é a realidade da ideia ética, a realização da liberdade. E a liberdade se realiza no direito, que é a esfera da universalidade e da racionalidade” (p. 45).

§226. Hegel concebia a paz não apenas como a ausência de guerra, mas como um estado mais profundo de harmonia e cooperação entre os indivíduos e os Estados. Isso implicava não apenas a resolução de conflitos armados, mas também a prevenção de confrontos por meio da ordem e da justiça (Mayos, 2004). Para Hegel, o Estado desempenhava um papel central na promoção da paz. Ele via o Estado como uma instituição que garantia a segurança e a justiça, criando um ambiente propício para a cooperação pacífica entre os cidadãos e entre as nações.[102]

O problema central da filosofia do direito hegeliana reside na relação entre a liberdade subjetiva e a ética objetiva. A ênfase na eticidade do Estado corre o risco de sacrificar a autonomia individual em nome de uma unidade orgânica abstrata. (Habermas, 1997, p. 82)

§227. Hegel (2009) aplica seu método dialético à paz, vendo-a como o resultado de tensões e conflitos resolvidos através do Estado de Direito. Ele acreditava que a paz emergia da superação de contradições e antagonismos por meio da síntese proporcionada pelo Estado.[103] Hegel (2009) diz que “O Estado é a realidade da ideia ética – a ideia ética enquanto vontade substancial, que se sabe e que se

[101] Mayos (2004) analisa a relação entre a teoria hegeliana do Estado e o positivismo jurídico, enfatizando a importância da lei como expressão da vontade geral e elemento fundamental para a ordem e a paz social.

[102] Mayos (2004) faz uma crítica à concepção hegeliana de Estado, argumentando que a subordinação da sociedade civil ao Estado pode levar à supressão da liberdade individual. Reconhece a importância da ideia de Estado de Direito como modelo normativo, mas defende uma interpretação procedimental e democrática.

[103] Contém trechos traduzidos da obra de Hegel (2009), incluindo passagens sobre a filosofia do direito e a ideia de Estado, permitindo o acesso direto à linguagem e aos argumentos de Hegel.

pensa a si mesma, e que se cumpre na autoconsciência de si mesma como liberdade" (p. 365).

§228. Em sua obra *Filosofia da História*, Hegel (2009) sugeriu que a paz representava o estágio final da evolução da história humana. Ele argumentava que, quando as sociedades alcançavam a plenitude do Estado de Direito, o processo histórico chegava a um fim, caracterizado pela paz e pela harmonia (Horta, 2010). Hegel (2009) via o Estado de Direito como uma instituição essencial para a proteção dos direitos individuais e a promoção da paz. Ele via a paz não apenas como a ausência de guerra, mas como um estado de harmonia e cooperação que emergia da ordem, da justiça e da resolução de contradições por meio do Estado. Suas ideias continuam a ser influentes no pensamento político e filosófico moderno, destacando a importância do Estado de Direito na busca por uma paz duradoura e significativa (Hegel, 1995a; Hegel, 2005).

§229. Hegel aplica seu método dialético à análise do Estado de Direito. Ele entende que o processo de desenvolvimento do Estado de Direito como uma progressão dialética, na qual as contradições eram identificadas e resolvidas através da evolução das leis e instituições (Bourgeois, 1995). Uma das contribuições significativas de Hegel à filosofia política é a ênfase no conceito de *reconhecimento*. Hegel (2001) argumenta que a igualdade e a liberdade só podem ser plenamente alcançadas quando os indivíduos são reconhecidos como cidadãos com direitos iguais perante a lei. Ele critica a moralidade abstrata, considerada insuficiente para guiar a ação ética, e argumenta que a ética não pode ser separada das estruturas sociais e políticas que permitiam aos indivíduos agir de maneira ética (Hegel, 1967; Hegel, 1974; Hegel, 1995b).

§230. Hegel compreende a guerra como uma manifestação do espírito humano em conflito, argumentando que os conflitos armados eram, em última análise, uma expressão das contradições na História e que poderiam levar a mudanças sociais e políticas (Salgado, 1998). Hegel (2009) acredita que a paz não pode ser

alcançada apenas por meio da força, mas sim por meio da razão e da ética, dessa forma a busca pela paz implica a procura por um entendimento mútuo entre as nações e entre os indivíduos.[104] Segundo Nodot (2000), para Hegel, “a história não é um processo caótico e irracional, mas um desenvolvimento teleológico orientado para a realização da liberdade. O Estado moderno, com sua ênfase na lei e na razão, representa um momento crucial nesse processo” (p. 123).

§231. Hegel sugere que a história humana tem um propósito final, que é a realização do Estado de Direito e da paz, sendo a história uma progressão em direção a esse fim, em que as contradições seriam resolvidas e a paz se tornaria predominante (Salgado, 2006). O pensador enfatizava o papel do Estado como mediador nos conflitos internacionais, argumentando que o Estado tem a responsabilidade de buscar soluções pacíficas para os conflitos e garantir a justiça nas relações internacionais (Salgado, 1996).

§232. Hegel (2010) compreende o Estado de Direito como um estágio avançado do desenvolvimento político e ético da humanidade, em que a igualdade e a liberdade são plenamente realizadas. Para ele, a paz é o resultado desse processo, em que a resolução de contradições e a busca pelo entendimento mútuo levariam à harmonia social. Suas ideias influenciaram significativamente o pensamento político e ético moderno, destacando a importância do Estado de Direito e da mediação estatal na promoção da paz e da justiça.

§233. Hegel argumenta que o Estado de Direito é a forma mais avançada de expressão da vontade geral, e o descrevia como uma instituição em que os cidadãos participavam do processo de criação das leis por meio de representantes eleitos. Isso garantia que as leis refletissem a vontade coletiva da sociedade (Horta & Salgado, 2017; Mayos, 2004; Salgado, 1996). Hegel enfatiza a importância de uma

[104] Horta (2010) explora a concepção hegeliana de história e sua relação com o desenvolvimento do Direito e do Estado. Apresenta a ideia de que a história progride dialeticamente em direção à realização da razão e da liberdade no Estado Moderno.

constituição sólida como base para o Estado de Direito, a qual é vista como o documento que estabelece princípios fundamentais do governo e direitos dos cidadãos, proporcionando uma estrutura legal estável.[105]

§234. O pensador reconhece a importância de proteger os direitos individuais dentro do Estado de Direito, argumentando que a igualdade perante à lei é essencial para garantir que os cidadãos possam exercer suas liberdades sem discriminação ou privilégios injustos (Salgado, 1998). Hegel entende a história como uma dialética entre guerra e paz e defendia que a guerra, embora destrutiva, muitas vezes era um meio de superar contradições políticas e sociais. No entanto, ele destaca a paz como o objetivo final desse processo.[106] Assim, ele concebe a paz não apenas como a ausência de conflito armado, mas como um estado de autonomia moral e ética, um estágio em que os indivíduos e as nações agem de acordo com princípios éticos e racionais (Salgado & Horta, 2010; Vaz, 2014).

§235. Para Hegel (2009), o Estado é como um árbitro imparcial que ajuda a resolver disputas entre cidadãos e entre nações, desse modo, desempenha um papel crucial na prevenção de conflitos e na promoção de relações pacíficas.[107] Em sua filosofia da história, Hegel (2009) sugere que a história tem um propósito final, que é a realização do Estado de Direito e da paz. Ele via a história como uma

---

[105] De acordo com Vaz (2014), "(...) não mais como certezas imediatas porque essas estão definitivamente perdidas, mas certezas mediatizadas pela experiência da cisão. A isso é que mais tarde Hegel chamará dialética" (p. 225).

[106] Salgado (1998) destaca que "O Estado de Direito é, assim, o que se funda na legitimidade do poder, ou seja, que se justifica pela sua origem, segundo o princípio ontológico da origem do poder na vontade do povo, portanto na soberania; pelo exercício, segundo os princípios lógicos de ordenação formal do direito, na forma de uma estrutura de legalidade coerente para o exercício do poder do Estado, que torna possível o princípio da segurança jurídica em sentido amplo, dentro do qual está o da legalidade e o do direito adquirido; e pela finalidade ética do poder, por ser essa finalidade a efetivação jurídica da liberdade, através da declaração, garantia e realização dos direitos fundamentais, segundo os princípios axiológicos que apontam e ordenam valores que dão conteúdo fundante a essa declaração" (p. 3).

[107] Hegel (2010) sublinha que "§ 257 O Estado é a efetividade da ideia ética, – o espírito ético enquanto vontade substancial manifesta, nítida a si mesma, que se pensa e se sabe e realiza o que sabe e na medida em que sabe. No costume, ele [o Estado] tem sua existência imediata e, na autoconsciência do singular, no saber e na atividade do mesmo, a sua existência mediada, assim como essa, mediante a disposição de espírito nele [no Estado], como sua essência, seu fim e seu produto de sua atividade, tem sua liberdade substancial" (p. 229).

progressão em direção a esse fim, em que as contradições seriam resolvidas e a paz se tornaria predominante.

§236. Em síntese, Hegel compreende o Estado de Direito como a culminação do desenvolvimento político e ético da humanidade, em que a vontade geral é expressa de forma equitativa e as liberdades individuais são protegidas. Ele vê a paz como o resultado desse processo, caracterizada não apenas pela ausência de guerra, mas pela realização de uma ordem ética e racional. Suas ideias continuam a ser influentes no pensamento político e ético, enfatizando a importância do Estado de Direito e a busca pela paz duradoura nas sociedades e nas relações internacionais (Salgado & Horta, 2010; Vaz, 2014).

§237. Destacamos ainda que Hegel (2009) compreendia o Estado de Direito como a mais alta expressão da vontade coletiva e a chave para a paz duradoura. Através de leis racionais e éticas, o Estado de Direito equilibraria o poder e protegeria os direitos individuais, permitindo aos cidadãos desenvolverem sua autonomia moral. A paz, para Hegel (2009), não era apenas a ausência de guerra, mas um estado de harmonia e cooperação, resultado da ordem, justiça e resolução de conflitos.

§238. Além disso, Hegel (2009) aplicava sua dialética à paz, vendo-a como resultado da superação de contradições e antagonismos através do Estado de Direito. Ele argumentava que a história evoluía dialeticamente rumo à paz, com o Estado de Direito como ápice desse processo. Do pensamento do filósofo, sublinhamos cinco ideias chaves a seguir: (i) o Estado de Direito compreendido como síntese da vontade individual, como aquele que protege direitos e promove a paz; (ii) a paz definida como harmonia e cooperação, assim como o resultado da ordem e da justiça; (iii) guerra e paz como parte de um processo histórico dialético que culmina no Estado de Direito; (iv) a importância do reconhecimento mútuo para a igualdade e liberdade; e (v) o papel do Estado de Direito como mediador de conflitos, promotor da justiça e das relações pacíficas.

§239. Por fim, ressaltamos que embora o filósofo tenha realizado ricas contribuições para os estudos sobre o Estado e a paz, o pensamento de Hegel sofre algumas críticas, como é o caso do risco de sacrificar a autonomia individual em nome da unidade estatal e o fato de apresentar uma moralidade abstrata que pode ser um guia insuficiente para a ação ética. Apesar dessas críticas, as ideias de Hegel sobre o Estado de Direito e a paz continuam relevantes, destacando a importância da ordem legal, da justiça e da busca pelo entendimento mútuo para alcançarmos uma paz duradoura.

1.7. Carl Schmitt – A Oposição à Pacificação do Político: Negar a paz?

A paz não é apenas a ausência de guerra; é a presença da justiça.

– Martin Luther King Jr., Stride Toward Freedom: The Montgomery Story, 1958

§240. Carl Schmitt[108] (1888–1985) foi um influente jurista e teórico político alemão que abordou temas relacionados à política, ao direito e à paz, conhecido por suas opiniões controversas sobre a oposição à pacificação do político.[109] Para Schmitt

[108] Cardoso (2016) elucida que, “Sem prejuízo da concepção hegeliana, para uma melhor compreensão do que representa o Estado em seu desdobrar-se na História, como dado fundamental da cultura ocidental, não há como não trazer à reflexão a concepção schmittiana de Estado, a partir de sua teoria constitucional, centrada no conceito positivo de constituição, cujo conteúdo expressa a decisão política quanto ao modo de ser e de existir de uma dada comunidade política. A partir desta decisão, CARL SCHMITT efetua a importante distinção entre constituição e leis constitucionais, ou seja, distingue a decisão política fundamental daquelas normas de caráter formal, cujo conteúdo não diz respeito à maneira ou forma de uma unidade política concreta. Ora, tal distinção é perfeitamente compreensível dentro do quadro de uma constituição que não estabelecia, expressamente, qualquer limite ao poder de reforma. Assim era o caso da Constituição de Weimar. Ademais, SCHMITT combatia a vertente positivista do Direito que transformava a constituição num amontoado de leis indistintas, ignorando, por completo, qualquer conteúdo axiológico. Desta forma, as leis seriam apenas diferenciadas quanto à forma, vale dizer, quanto ao processo legiferante que estabelecia um quorum qualificado para as leis constitucionais e outro, simples, para as leis ordinárias” (p. 25).

[109] Cardoso (2016), “SCHMITT contrariou decididamente essa vertente formalista do Direito, salientando o caráter intangível do núcleo da constituição, a sua decisão, a maneira de ser e de existir da comunidade política alemã da República de Weimar. O conceito de poder constituinte introduzido no constitucionalismo alemão por CARL SCHMITT apresenta uma função dupla no conjunto de seu pensamento. A primeira diz respeito ao sujeito da decisão contida na constituição. Se a decisão é uma decisão política consubstanciada num documento escrito, essa decisão pressupõe, necessariamente, um agente capaz de impô-la ao conjunto da sociedade. A segunda trata de ligar o pensamento constitucional de CARL SCHMITT ao seu pensamento estritamente

(2009), a política estava intrinsecamente ligada ao conceito de Estado, que é a autoridade suprema que detinha o monopólio do poder decisório dentro de uma sociedade. O político, dessa maneira, era a arena na qual as decisões sobre o uso do poder eram tomadas.[110]

§241. Schmitt (2009) compreende o político como um espaço de conflito e oposição. Ele argumentava que o cerne da política residia na distinção entre *amigo* e *inimigo*. Em outras palavras, a política envolvia a identificação de quem era amigo (aliado) e quem era inimigo (oponente), e essa distinção é fundamental para a tomada de decisões políticas.[111] Nesse sentido, Schmitt (2009) diz que "A tentativa de tornar o próprio homem seguro e de eliminar a morte como limite extremo da existência humana já é por si mesma uma negação radical da política e, por conseguinte, do Estado enquanto instância política" (p. 76).[112]

§242. Schmitt (2009) era cético em relação à noção de paz como um ideal político. Ele acreditava que a paz era uma *ideia vazia* sem significado real no contexto político. Para ele, a busca pela paz poderia levar à negação da política, em que as diferenças entre amigos e inimigos eram apagadas em prol de uma harmonia superficial.[113] Nesse sentido, segundo Schmitt (2014), "A ditadura é um estado de exceção que não se opõe ao Estado constitucional como a anarquia, mas sim ao

político" (p. 25-26). Dessa forma, a paz transcende a mera normatização jurídica, configurando-se como uma decisão e construção eminentemente política. Embora seja positivamente consagrada pela Constituição, sua concretização depende da ação política, na medida em que exige a mobilização de esforços e recursos para a superação dos obstáculos que a impedem.

[110] Cardoso (2016) explica que "(...) a vontade do titular do poder constituinte que estabelece a constituição (e, consequentemente, todo o ordenamento jurídico de uma comunidade) é a mesma força capaz de distinguir entre amigo e inimigo e, desta forma, fundar a unidade política" (p. 26).

[111] A ideia de paz em Carl Schmitt é complexa e paradoxal, intrinsecamente ligada à sua concepção de política como esfera da decisão existencial e da distinção amigo-inimigo. Schmitt não concebia a paz como um estado natural ou um fim em si mesmo, mas sim como um produto da política, ou seja, da capacidade de um ente soberano de decidir sobre a exceção e delimitar a linha entre amigo e inimigo.

[112] Na obra *O conceito do político*, Schmitt (2009) argumenta que a essência da política reside na distinção amigo-inimigo, sendo a possibilidade de conflito inerente à esfera política. A pacificação total, nesse sentido, significaria o fim da política.

[113] Schmitt (2009) analisa a ditadura como um instrumento que pode ser utilizado para a defesa da ordem política em momentos de crise. A busca pela paz a qualquer custo, para o autor, pode levar à paralisia e incapacidade de lidar com ameaças existenciais.

Estado parlamentar liberal, e precisamente na medida em que este último se torna um Estado partidário" (p. 33).

§243. Além disso, Schmitt (2009) sublinha que a ideia de neutralidade na política é impossível, pois todos os atores políticos tem interesses e lealdades. A tentativa de se manter neutro na política é, para ele, uma negação da realidade política.[114] Desse modo, em vez de buscar uma paz abstrata, Schmitt (2009) defendia a importância da decisão soberana. Ele via a decisão como o ato político fundamental que surgia quando a distinção amigo-inimigo se tornava clara. A decisão soberana é a capacidade do Estado de agir decisivamente em nome do povo.[115] As ideias do autor sobre a negação da paz e a centralidade do conflito na política foram amplamente criticadas. Muitos argumentaram que sua visão levava à justificação da guerra e à erosão das normas internacionais.[116]

§244. Apesar das críticas, as ideias de Schmitt tiveram uma influência duradoura na teoria política. Elas provocaram debates importantes sobre a natureza da política, a soberania estatal e a busca pela paz nas relações internacionais.[117] A despeito disso, em nossa análise, Mouffe (1996) está correta quando afirma que "Schmitt estava certo ao salientar a dimensão do 'nós' contra 'eles' que é constitutiva da

[114] De acordo com Cardoso (2016), "CARL SCHMITT nos coloca questões bastante contundentes, as quais não podem ser ignoradas em função de suas escolhas políticas, ou mesmo em função de um viés autoritário de seu pensamento. O fato de SCHMITT centrar suas reflexões na exceção e não na regra, na vontade política e não na lei, não o torna um mero apologista dos regimes autoritários. Na verdade, ao colocar o elemento político como determinante no momento de instauração de uma ordem jurídica, não faz mais do que reconhecer o fato real e historicamente existente. Priorizar o elemento político que perpassa a concretude dos desígnios da vida que tem o poder de jogar por terra as mais refinadas argumentações lógico-formais e seus esquemas apriorísticos. Daí o núcleo fundamental de sua obra residir em uma abordagem decisionista do Direito" (p. 28).

[115] Schmitt (2007) reconhece a paz como ausência de guerra declarada, mas não a interpreta como um estado de harmonia ou concórdia. Para ele, a paz sempre carrega em si a potencialidade do conflito, pois a distinção amigo-inimigo permanece latente.

[116] Segundo Schmitt (2018), "Todos os conceitos significativos da teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados" (p. 48). Ele argumenta que a modernidade secularizou conceitos teológicos, incluindo a ideia de paz. A paz perpétua, nesse sentido, seria uma utopia perigosa que ignora a natureza conflituosa da política.

[117] A paz, para Schmitt, é sempre a paz de uma ordem política específica, estabelecida e mantida pelo poder soberano. Não existe uma paz universal ou paz perpétua, apenas a paz dentro de uma ordem particular (Moura, 2009).

política, mas errou ao não reconhecer a possibilidade de se traçar a fronteira de uma forma que não seja antagônica". [118]

§245. Schmitt (2018) argumentava que a política era inerentemente marcada pelo conflito e pela distinção entre amigos e inimigos. Ele via a paz como uma ideia vazia que poderia levar à negação da realidade política. Sua defesa da decisão soberana e da clareza na identificação de inimigos gerou debates profundos sobre a natureza da política e do Estado, bem como sobre as implicações éticas e morais de suas ideias. Suas opiniões continuam a ser discutidas e debatidas no campo da teoria política.[119] Como pontua Heller (2018), "O erro fundamental de Schmitt reside em sua crença de que a democracia só pode ser definida em termos de homogeneidade e unidade" (p. 315).

§246. Agamben (2004), inspirado por Schmitt, analisa como o estado de exceção se tornou a norma na política contemporânea, ameaçando a democracia e os direitos humanos, e enfatiza que "A tese de Schmitt de que o soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção tornou-se a regra" (p. 18). Uma das contribuições mais notáveis de Schmitt (2007) à teoria política é sua tese sobre o *estado de exceção*. O autor dizia que, em momentos de crise ou emergência, o Estado tem o direito de

[118] Mouffe (1996), em diálogo crítico com Schmitt, reconhece a importância da distinção amigo-inimigo, mas argumenta que a fronteira entre ambos não precisa ser necessariamente belicosa.

[119] Cardoso (2016) conclui que "(...), em Roma, a ditadura (a exceção institucionalizada) foi concebida como estrutura do próprio Estado, pensado para a salvaguarda da ordem constitucional, nunca como mero mecanismo golpista, externo às preocupações que gravitam em torno da necessária composição harmônica entre liberdade e poder. Como pano de fundo dessa leitura, surge a constatação de que, para os romanos, o centro de convergência desse embate (liberdade e poder) que caracteriza a história do ocidente, não é a democracia em si mesma considerada, como fim último do Estado, mas, antes, o próprio Estado que, se pensado enquanto Estado Ético, passa a conter a democracia como um seu instrumento, na busca pela realização do bem comum; mas que pode, quando necessário para manutenção da própria ordem constitucional que visa à realização objetiva desse bem comum, suspender a normalidade das práticas referentes à democracia em prol da salvaguarda dessa ordem. A exceção aparece, portanto, como o lugar central do debate sobre o caráter ético ou não de uma ordem política. Somente quando inclusive a suspensão do estado de normalidade possui uma conotação efetivamente voltada para os compromissos teleológicos (éticos – bem comum –, que inclui o respeito das liberdades) do Estado é que podemos falar numa ordem justa (justa porque ética, porque comprometida com a totalidade da sociedade e não apenas com parcialidades)" (pp. 31–32).

suspender temporariamente as normas legais e instituir medidas extraordinárias para manter a ordem.[120]

§247. Schmitt (2018) descreve o estado de exceção como um elemento essencial da soberania estatal, em que o poder do Estado se manifestava de forma mais clara e direta. No entanto, ele também alertava para o potencial de abuso desse conceito.[121] Além disso, o autor sustenta o argumento de que a política é definida pela distinção entre *amigo* e *inimigo*. Para ele, essa distinção era a base da ação política e da identificação de interesses políticos.[122] O filósofo argumentava que a política não pode ser baseada apenas em conceitos abstratos de justiça ou paz, mas deve reconhecer as realidades concretas das rivalidades políticas e da competição pelo poder.[123] As ideias de Schmitt foram amplamente criticadas, especialmente por sua aparente justificação da autoridade ilimitada do Estado em tempos de crise. Muitos argumentaram que suas ideias poderiam ser facilmente exploradas para justificar regimes autoritários e antidemocráticos. Além disso, sua rejeição da busca pela paz como uma ideia vazia foi vista por muitos como um

[120] Salgado (2006) diz que "O Estado de Direito contemporâneo é o resultado do processo ético que dá primazia ao direito, ao por como seu fim a sua realização. O direito é o momento da verdade ética, em que o processo se conclui, a partir do momento da moralidade, mediante o momento do político. Recupera-se, assim, a estrutura ética da cultura romana, que dá primazia ao direito, à pessoa de direito, e não a grega, que releva a política e realiza o cidadão como o que tem função, não direito, na polis" (p. 33).

[121] Cardoso (2016) sublinha que "Significativas são as afirmações de SALGADO a esse respeito mais à frente no texto: 'O Estado romano, sendo um Estado de Direito, por ter o Direito como medida, atinge um momento de racionalidade que os outros povos não alcançaram'. *Idem*, p. 112. Em outra passagem ele assevera: "Exatamente no Império, onde HEGEL vê a decadência do político pela abolição da bela totalidade da Polis, pela concentração do poder num único indivíduo, nasce um novo tipo de Estado e, ao mesmo tempo, conclui-se, em nível de expressão conceitual mais elevada, o processo de formação do Direito ocidental, numa fase decisiva. É o Império Romano, enquanto a efetividade política se concentra no imperador, que o direito dele se destaca para constituir um processo independente de conceitualização, atingindo a sua mais alta lucidez a plena expressão conceitual nos parecer dos jurisconsultos. Esse, o destaque intelectual da cultura da Roma imperial que deu nascimento a um novo Estado e concluiu um processo ético substancial, o direito, que a visão hegeliana unilateralizou no político, interpretado como decadência, mas que na verdade era momento superior ao da democracia ateniense, porque abria o caminho para o processo de aparecimento de um novo Estado, cujo resultado é o Estado de Direito" (pp. 31–32).

[122] Para uma compreensão do tratamento diferenciado dado por Salgado à questão de Roma como um momento fundamental da faina do espírito Ocidental, em que aparece em suas linhas iniciais o Estado de Direito. Sobre isso, ver a obra de Saulo de Oliveira Pinto Coelho (2010).

[123] Schmitt (1991b) argumentava que a própria existência de um inimigo externo é fundamental para a coesão interna e a paz dentro de uma comunidade política. A ameaça do inimigo justifica a unidade, a ordem e a própria existência da comunidade.

desafio aos esforços pela resolução pacífica de conflitos e pela cooperação internacional.[124]

§248. Apesar das críticas, as ideias de Schmitt tiveram uma influência duradoura no pensamento político e jurídico (Arruda, 2003). Seu trabalho também influenciou outros pensadores políticos, como Giorgio Agamben, que explorou ainda mais a noção de estado de exceção, e Judith Butler, que considerou as implicações das ideias de Schmitt para questões de identidade e política de gênero.[125] É importante lembrar que as ideias de Schmitt foram desenvolvidas em um contexto histórico específico, marcado pela agitação política e pela ascensão do nacionalismo na Europa no século XX. Suas preocupações com a política e a soberania refletiam as complexidades e as tensões desse período turbulento.[126] As ideias de Schmitt sobre a oposição à pacificação do político se concentravam na centralidade do conflito político, na distinção entre amigo e inimigo e na ideia do estado de exceção como um elemento essencial da soberania. Suas opiniões provocaram debates e continuam a influenciar o pensamento político e jurídico, levantando questões importantes sobre o equilíbrio entre o poder estatal e os direitos individuais, assim como sobre a natureza da política em tempos de crise (Schmitt, 1991a).[127]

§249. Para Schmitt (2002), a verdadeira soberania do Estado é revelada em momentos de crise, quando o Estado pode suspender as normas legais e tomar medidas extraordinárias para manter a ordem e a segurança. Ele via o estado de exceção como uma parte essencial da soberania estatal, destacando a autoridade absoluta

---

[124] A paz só pode ser mantida, segundo Schmitt, pela capacidade do soberano de decidir sobre a exceção, ou seja, de suspender a ordem jurídica vigente em momentos de crise para garantir a segurança e a existência da comunidade (Agamben, 2004).

[125] Cardoso (2016) frisa que, “Logo, ato político, por excelência. Em temos schmittianos, ato que define o inimigo do povo, que decide sobre a guerra – e, nisso, está a substância do político, definido enquanto o princípio de unidade de um povo, por meio de um Estado, segundo o princípio de representação desse povo. SALGADO acrescenta: ‘Tal como Hegel compreende a unidade de um povo por meio do Estado, Schmitt assegura-se desse princípio’” (pp. 31–32).

[126] Schmitt (2007) criticava o pacifismo liberal e a busca por uma paz perpétua por considerá-los ingênuos e perigosos. Para ele, ignorar a natureza conflituosa da política e a necessidade da distinção amigo-inimigo apenas enfraquece a comunidade e a torna vulnerável.

[127] Pretendemos aprofundar os estudos sobre essa questão em um momento futuro.

do Estado nessas situações. Nesse sentido, Schmitt (2007) reconhece o potencial de abuso do estado de exceção. Ele argumentava que, embora fosse uma ferramenta necessária para a preservação da ordem, também poderia ser utilizada de maneira arbitrária e antidemocrática, representando um desafio para as salvaguardas democráticas.

§250. Schmitt (1992) enfatizava a importância da distinção entre *amigo* e *inimigo* como o cerne da política. Para ele, a política não era uma busca abstrata por justiça ou paz, mas sim uma arena na qual grupos políticos identificavam seus adversários e buscavam seus interesses. O autor era cético em relação à neutralidade na política, vista como uma ilusão, já que todos os atores políticos tinham interesses e lealdades. Para ele, a tentativa de se manter neutro na política era uma negação da realidade política (Smith, 2005).

§251. As ideias de Schmitt foram amplamente criticadas, sobretudo por sua aparente justificação da autoridade ilimitada do Estado em tempos de crise. Muitos defendiam que suas ideias poderiam ser exploradas para justificar regimes autoritários e antidemocráticos (Smith, 2005). A rejeição de Schmitt à busca pela paz como uma ideia vazia também gerou controvérsias. Muitos argumentaram que isso poderia ser prejudicial à cooperação internacional e aos esforços pela resolução pacífica de conflitos (Cardoso, 2016).

§252. Suas ideias continuaram a ser exploradas e debatidas em várias disciplinas, incluindo a Filosofia Política, o Direito, a Teoria das Relações Internacionais e os Estudos Culturais. Elas levantaram questões importantes sobre o equilíbrio entre o poder estatal e os direitos individuais, bem como sobre a natureza da política em tempos de crise (Cardoso, 2016). Além disso, o trabalho de Schmitt influenciou outros pensadores políticos e jurídicos, como Giorgio Agamben e Judith Butler.[128]

[128] A paz em Schmitt é um conceito problemático e controverso, que reflete sua visão realista e pessimista da política. Sua ênfase na necessidade da distinção amigo-inimigo e na centralidade da soberania para a paz influenciou o debate sobre as relações internacionais, mas também gerou críticas por seu potencial de justificar a violência e o autoritarismo (Balakrishnan, 2000).

§253. É importante lembrar que as ideias de Schmitt foram desenvolvidas em um contexto histórico específico, marcado pela agitação política e pela ascensão do nacionalismo na Europa no século XX. Suas preocupações com a política e a soberania refletiam as complexidades e as tensões desse período turbulento (Agamben, 2004). As ideias de Carl Schmitt sobre a oposição à pacificação do político enfocavam a centralidade do conflito político, a distinção entre amigo e inimigo e a ideia do estado de exceção como um elemento essencial da soberania. Suas opiniões provocaram debates profundos e continuam a influenciar o pensamento político e jurídico, levantando questões importantes sobre a natureza da política, a autoridade estatal e os desafios éticos em tempos de crise política (Moura, 2009; Schmitt, 1991b; Schmitt, 2007).

§254. Ressaltamos ainda que Schmitt, jurista e filósofo político alemão, permanece uma figura controversa na história do pensamento político. Conhecido como o “coveiro do liberalismo” por sua crítica ácida aos princípios liberais (Losurdo, 2004, p. 25), Schmitt ascendeu ao poder durante o regime nazista, atuando como editor do jornal nazista Deutsche Juristen-Zeitung e ocupando cargos de destaque no governo (Mccarthy, 1997).

§255. Após a Segunda Guerra Mundial, Schmitt foi preso e permaneceu em cárcere por dois anos (1945–1947) dada a sua ligação com o regime nazista. No entanto, mesmo após esse período e diante das atrocidades cometidas, Schmitt nunca abdicou de sua ideologia nazista, e não emitiu qualquer forma de retratação ou pedido de desculpas (Balfour, 1992). Essa postura inflexível contribuiu para alimentar o debate acerca de sua obra e legado, suscitando questões complexas sobre a relação entre suas ideias e sua atuação política.

§256. Por um lado, críticos argumentam que a obra de Schmitt é intrinsecamente ligada à sua adesão ao nazismo, encontrando em seus escritos a justificativa teórica para a violência, a ditadura e a supressão dos direitos individuais (Müller, 2003). A ênfase schmittiana no conceito de *amigo/inimigo*, por exemplo, é frequentemente

interpretada como uma legitimação da violência política e da exclusão do diferente (Schmitt, 2007).

§257. Por outro lado, alguns estudiosos defendem uma análise desassociada de sua postura política, focando na originalidade e relevância de suas ideias para a compreensão do Estado, do direito e da política internacional (Dyzenhaus, 1997). Estes argumentam que a obra de Schmitt oferece ferramentas conceituais importantes para analisar as tensões e os conflitos inerentes à política, independentemente de sua adesão ao nazismo.

§258. Diante da complexidade e das controvérsias que cercam o legado de Schmitt, torna-se essencial uma análise crítica e contextualizada de sua obra. É preciso reconhecer a influência de suas ideias no pensamento político contemporâneo, sem negligenciar ou minimizar sua participação no regime nazista. A problemática da relação entre teoria e prática em Schmitt permanece um desafio para os estudiosos, exigindo uma leitura atenta e crítica que evite tanto a apologia quanto a condenação simplista.

§259. Nesta tese, apresentamos as ideias de Schmitt (2007) sobre a natureza do político e sua crítica à busca pela paz absoluta. Schmitt (2007) argumentava que a política é inerentemente conflitante, baseada na distinção entre amigo e inimigo. Para ele, a busca por uma paz abstrata negava essa realidade, levando a uma falsa harmonia que escondia as reais relações de poder. Da leitura das obras do pensador, podemos destacar três ideias centrais, a saber: (i) a centralidade do conflito, uma vez que a política é definida pela distinção amigo-inimigo, representando a luta por interesses e poder; (ii) a rejeição da paz absoluta, dado que a paz como ideal político é compreendida como uma ilusão que mascara os conflitos reais e impede a tomada de decisões; e (iii) a ideia de que o Estado detém o poder de decidir em momentos críticos, mesmo que isso signifique suspender normas legais, o que Schmitt chama de *estado de exceção*, isso garante a soberania.

§260. Destacamos que o pensamento do autor sofreu críticas dada a sua ênfase no conflito e na decisão soberana, elementos que podem ser usados para legitimar regimes autoritários e a supressão de direitos individuais. Além disso, a sua rejeição da paz como objetivo político é lida como fator que pode dificultar a busca por soluções pacíficas para conflitos internacionais. A despeito disso, as ideias de Schmitt, embora controversas, influenciaram o pensamento político e jurídico, provocando debates sobre a natureza do Estado, a relação entre poder e direito, e os desafios da política em tempos de crise.

§261. Por fim, apontamos que as ideias de Schmitt devem ser compreendidas à luz do contexto histórico em que foram desenvolvidas: a Europa do século XX, marcada por conflitos e pela ascensão do nacionalismo. O pensador participou do regime nazista, o que gera debate sobre a relação entre suas ideias e sua atuação política. Críticos veem em sua obra a justificativa para o nazismo, enquanto outros defendem a análise de suas ideias independente de sua trajetória política. Em síntese, frisamos que o legado de Schmitt permanece controverso. Precisamos fazer uma leitura crítica de sua obra, reconhecendo sua influência no pensamento político, mas sem ignorar sua participação no regime nazista. Assim, o debate sobre a relação entre teoria e prática continua desafiando os estudiosos.

Parte 2. Teoria da Coesão

§262. Como já abordamos anteriormente neste texto, a coesão é um dos pilares fundamentais da União Europeia (UE), representando o ideal de união e solidariedade entre seus Estados-membros. Mas o que realmente significa "coesão" nesse contexto? A coesão refere-se à redução das disparidades socioeconômicas entre as diferentes regiões da UE. A ideia é promover um desenvolvimento equilibrado e justo, evitando a concentração de riqueza e oportunidades em determinadas áreas enquanto outras ficam para trás. A preocupação com a coesão surgiu desde o início da integração europeia, mas ganhou força a partir da década de 1970 com a adesão de países com economias mais frágeis (Bezerra, 2019; Rodrigues, 2018). Destacamos que

A coesão económica e social constitui um objetivo fundamental da União Europeia, consagrado no Tratado de Lisboa. Visa a reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diferentes regiões, promovendo o crescimento económico sustentável, a criação de emprego e a inclusão social. (Bezerra, 2019, p. 152)

§263. Essa coesão transcende a mera ideia de unidade geográfica e política, representando um objetivo fundamental e um princípio norteador para alcançar o desenvolvimento socioeconômico harmonioso entre todas as regiões do bloco. Dois aspectos principais definem essa coesão: (1) coesão econômica e social que visa reduzir as disparidades de desenvolvimento entre os Estados-membros e suas regiões; e (2) coesão territorial que busca garantir um desenvolvimento equilibrado e integrado em todo o território da UE, considerando as especificidades regionais. Assim, a política de coesão tem sido um dos principais instrumentos da UE para promover o desenvolvimento regional e a convergência econômica (Ferreira, 2010; Oitavo Relatório, 2020; Política de Coesão). Diferentes dimensões de coesão podem ser identificados no caso da UE, como:

- coesão econômica: que busca reduzir as disparidades de renda, emprego e produtividade entre as regiões.
- coesão social: que visa promover a igualdade de oportunidades, combater a pobreza e a exclusão social, assim como garantir o acesso a serviços públicos de qualidade em todo o território da UE.
- coesão territorial: que tem como objetivo garantir um desenvolvimento equilibrado entre as diferentes áreas geográficas, incluindo zonas urbanas, rurais e costeiras, procurando evitar o despovoamento de certas regiões.

§264. É importante ressaltar que a UE dispõe de diversos instrumentos para promover a coesão, sendo os principais: (1) Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF), que representam a principal fonte de financiamento da política de coesão, com recursos destinados aos investimentos em infraestruturas, empresas, educação, formação profissional, entre outros; (2) Política Agrícola Comum (PAC), que inclui medidas para apoiar o desenvolvimento rural e a coesão territorial nas zonas rurais; e (3) outras políticas setoriais como as de transporte, energia e ambiental também contribuem para a coesão.

§265. Além disso, enfatizamos que, apesar dos avanços, a política de coesão enfrenta desafios, como por exemplo: (1) a complexidade burocrática, uma vez que a gestão dos fundos e a implementação dos projetos podem ser complexas e burocráticas; (2) a eficácia e impacto, considerando a necessidade de garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os projetos financiados tenham um impacto real na redução das disparidades; e (3) os novos desafios como mudanças climáticas, digitalização e migrações que exigem adaptações na política de coesão.

§266. A coesão é um princípio fundamental da UE e uma política em constante evolução. Apesar dos desafios, essa política tem desempenhado um papel importante na redução das disparidades socioeconômicas entre as regiões dentro do bloco. No entanto, é fundamental continuar a aprimorar seus instrumentos e mecanismos existentes para garantir que a coesão continue a ser uma realidade para todos os

cidadãos europeus. Tendo em vista a relevância da teoria da coesão para os estudos sobre a paz e os avanços da UE na promoção de uma política de coesão, nesta segunda parte abordamos a experiência europeia, assim como a construção e positivação da paz no âmbito da UE.

§267. A coesão visa reduzir as disparidades socioeconômicas entre as regiões, promovendo o desenvolvimento justo e equilibrado. A partir do desenvolvimento da integração europeia, a coesão surgiu e ganhou força nos anos 1970, com a adesão de países economicamente mais frágeis. Destacamos que dois aspectos definem coesão: (i) a coesão econômica e social, que visa reduzir disparidades de desenvolvimento entre os Estados-membros; e (ii) a coesão territorial, que busca garantir desenvolvimento equilibrado e integrado em todo o território da UE. Nesse sentido, a coesão implica três dimensões: (i) econômica, que procura reduzir disparidades de renda, emprego e produtividade; (ii) social, promovendo igualdade de oportunidades, assim como combatendo a pobreza e a exclusão social; e (iii) territorial, que busca garantir desenvolvimento equilibrado entre as áreas urbanas, rurais e costeiras.

§268. Por último, frisamos que a UE desenvolve instrumentos para promover a coesão, como os ESIF e a PAC, além de outras políticas setoriais (transportes, energia, ambiente). A política de coesão enfrenta desafios tais como a complexidade burocrática na gestão de fundos, a garantia de eficácia e o impacto real dos projetos e a adaptabilidade da política aos novos desafios (mudanças climáticas, digitalização, migrações). Em resumo, evidenciamos que a coesão é um princípio fundamental da UE em constante evolução. Apesar dos desafios, essa política tem reduzido disparidades socioeconômicas. Aprimorar seus instrumentos e mecanismos é crucial para garantir que a coesão seja uma realidade para todos os cidadãos europeus. A experiência da UE demonstra a importância da coesão para a construção da paz e do desenvolvimento harmonioso.

2.1. Experiência Histórica Europeia: Uma História da paz?

A paz não é ausência de guerra, é um estado de espírito,
uma disposição para a benevolência, confiança e justiça.
– Baruch Spinosa, Ética, 1979

§269. A trajetória da Europa é marcada por períodos de paz relativa e conflitos devastadores, sendo a perspectiva histórica da região, frequentemente, associada aos conflitos, às guerras e tensões políticas (Bloch, 2001). Porém, ao longo da História, o continente também experimentou períodos significativos de paz, cooperação e integração. Nesse sentido, podemos dizer que, por um lado, a História desse continente é marcada por conflitos, desde as Guerras Napoleônicas no início do século XIX até as duas Guerras Mundiais do século XX. As rivalidades nacionais, étnicas e religiosas muitas vezes desencadearam conflitos sangrentos que deixaram marcas profundas na psique europeia.[129] Por outro lado, a História de paz na Europa envolve os esforços promovidos de forma contínua para superar divisões históricas e construir um continente unido em busca da estabilidade e da harmonia.

§270. Os horrores da Segunda Guerra Mundial provocaram uma profunda reflexão na Europa, resultando no reconhecimento de que uma nova abordagem era necessária para evitar futuras catástrofes. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros passos em direção a uma Europa pacífica e unida (Fukuyama, 1992). O impulso inicial para a paz e a cooperação na Europa veio com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951.[130] Esse projeto

[129] Bloch (2001), ao nos convidar a "Compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente" (p. 128), nos provoca a analisar a História da paz na Europa não como um conceito estático, mas em constante diálogo com o presente, buscando as raízes dos conflitos e os mecanismos de pacificação que ecoam ainda nos dias de hoje.

[130] Para Fukuyama (1992), a democracia liberal pode ser compreendida como um sistema político ideal pois, em certa medida, promove a 'paz perpétua'. Com isso, ainda que tenha recebido

pioneiro envolveu França, Alemanha Ocidental, Itália e outros países, que concordaram em compartilhar recursos cruciais para a indústria pesada, tornando assim uma guerra nesse setor virtualmente impossível. Isso marcou o início do que mais tarde se tornaria a UE (Bloch, 2001; Hobsbawm, 1995).

§271. Nos anos que se seguiram, a UE se expandiu e evoluiu para abranger uma ampla gama de questões, desde a economia até a política externa. O objetivo central sempre foi promover a paz e a prosperidade na Europa. Dessa maneira, o bloco tornou-se um espaço em que as nações poderiam cooperar em vez de competir e os valores democráticos e os direitos humanos eram promovidos.[131] Através de sua abordagem inovadora, a UE desempenhou um papel fundamental na reconciliação de nações historicamente inimigas, como França e Alemanha. Além disso, a organização contribuiu para a estabilidade na Europa Oriental após o colapso da União Soviética, ajudando a facilitar a transição para a democracia em muitos países da região (Keegan, 1995). Ressaltamos também que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desempenhou um papel importante na manutenção da paz na região. A aliança militar, fundada em 1949, estabeleceu uma rede de segurança coletiva que desencorajou agressões e atuou como um contrapeso ao equilíbrio de poder no contexto da Guerra Fria.[132]

§272. A História da paz na Europa é uma História de transformação e cooperação. Após séculos de conflitos devastadores, o continente deu passos corajosos em direção a uma visão de paz duradoura. Nesse sentido, a União Europeia e a OTAN representam esforços concretos para evitar a repetição dos horrores do passado (Knutsen, 1994). Embora os desafios persistam e novas ameaças surjam, a Europa

---

muitas críticas, esse autor nos oferece um ponto de partida para discutir a relação entre democracia e paz na Europa pós-Guerra Fria.

[131] Sobre o "curto século XX" como período de guerra total e experimentos de paz, Hobsbawm (1995) oferece um panorama crucial do século XX, destacando a violência extrema e os esforços de construção de uma ordem internacional pacífica.

[132] Keegan (1995), analisando "a guerra como instituição social e sua evolução na história europeia" (p. 20), oferece um contraponto crucial ao analisar a guerra como fenômeno intrínseco à História da humanidade, com desdobramentos específicos para contexto europeu.

continua a ser um exemplo de como nações historicamente divididas podem se unir em busca da paz e da prosperidade. Essa História inspiradora de superação de diferenças e construção de um futuro comum demonstra que a paz é uma meta alcançável, mesmo em regiões mais conturbadas.

§273. Um dos eventos mais significativos na História da paz na Europa foi a queda do Muro de Berlim em 1989. Esse evento marcou o fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha, além de simbolizar a esperança de uma Europa unificada e livre de conflitos. A Revolução de Veludo na Tchecoslováquia e a queda do capitalismo de Estado, também nominado de socialismo real[133],em muitos países da Europa Oriental também contribuíram para a estabilidade na região (Veyne, 2008).

[133] O termo *capitalismo de Estado*, também conhecido como *socialismo real*, é utilizado para descrever a organização socioeconômica de países que se autodeclaravam socialistas, mas que, na prática, apresentavam características distintas do socialismo marxista clássico. Essa nomenclatura carrega em si uma crítica contundente ao modelo soviético e seus satélites, questionando a legitimidade da designação socialista e apontando para contradições internas. Tal denominação, *capitalismo de Estado*, surge da percepção de que, nesses regimes, o Estado assume o papel tradicionalmente atribuído ao capitalista. A propriedade privada dos meios de produção é substituída pela propriedade estatal, mas a lógica de acumulação e controle centralizado da economia permanecem. Nesse sentido, autores como Tony Cliff (1979) argumentam que “A abolição da propriedade privada capitalista é, sem dúvida, um passo gigantesco na direção do socialismo. Mas, em si mesma, não é ainda o socialismo. (...) A questão decisiva é: quem controla o Estado? E em nome de que interesses?” (p. 25). Cliff (1979) aponta para a burocratização do Estado como um elemento central para a configuração do capitalismo de Estado. A nomenclatura, elite burocrática que detinha o controle do partido e, por conseguinte, do Estado, passa a ser a nova classe dominante, apropriando-se do excedente econômico e perpetuando relações de exploração. Para além da questão da propriedade, outros aspectos do *socialismo real* são questionados e utilizados como argumento para a designação de *capitalismo de Estado*: (i) planejamento centralizado: a economia era rigidamente controlada por planos quinquenais, elaborados pela burocracia estatal. Essa característica, apesar de ter impulsionado o desenvolvimento inicial de alguns setores, levou à ineficiência, escassez e falta de inovação a longo prazo; (ii) ausência de democracia: a supressão da democracia e a perseguição política foram marcas registradas desses regimes. A ausência de liberdades individuais e de participação popular na tomada de decisões contradizia o princípio fundamental do socialismo, o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e sobre suas próprias vidas; (iii) imperialismo soviético: a União Soviética, principal expoente do *socialismo real*, expandiu sua influência sobre diversos países, formando o bloco socialista. Essa expansão, muitas vezes, se deu por meio da força militar, como na Primavera de Praga (1968) e na invasão do Afeganistão (1979), o que contradiz o internacionalismo proletário defendido por Marx e Engels. A denominação *capitalismo de Estado* para se referir ao *socialismo real* é, portanto, uma forma de crítica à forma como o socialismo foi implementado na União Soviética e nos países do bloco soviético. É importante destacar que a crítica ao *socialismo real* não implica, necessariamente, uma rejeição ao socialismo como um todo. Diversas correntes socialistas, como o socialismo democrático e o libertarianismo, apresentam propostas e visões alternativas de construção de uma sociedade socialista, buscando evitar as falhas e contradições presentes no modelo soviético. O debate sobre a natureza do *socialismo real* e sua relação com o *capitalismo de Estado* permanece atual e relevante para a compreensão da História do século XX e para a construção de alternativas socialistas no século XXI.

§274. A expansão da UE para incluir nações do antigo bloco comunista da Europa Oriental foi um passo significativo em direção à paz e estabilidade na Europa. O bloco ofereceu incentivos econômicos e políticos para que esses países adotassem reformas democráticas e econômicas, fortalecendo os laços entre nações anteriormente divididas. No entanto, a paz na Europa não é um processo linear e contínuo, tendo em vista que a região enfrentou e ainda hoje enfrenta desafios significativos, como nos casos abaixo:

- conflitos nos Bálcãs: após o colapso da Iugoslávia na década de 1990, a Europa testemunhou conflitos violentos na região, incluindo a Guerra da Bósnia e a Guerra do Kosovo. A intervenção da OTAN e os esforços de mediação internacional ajudaram a encerrar os conflitos, mas a região ainda lida com tensões étnicas (Ziegler, 1998).
- questões migratórias: a crise migratória que começou em 2015 colocou à prova a unidade da UE, uma vez que os fluxos de refugiados e migrantes geraram divisões políticas e sociais, desafiando a solidariedade entre os Estados-membros.
- relações com a Rússia: a relação entre a UE e a Rússia é marcada por tensões, exemplificada no caso da anexação da Crimeia pela Rússia e pelo conflito Rússia-Ucrânia, que tem gerado preocupações de segurança na Europa Oriental.[134]
- nacionalismo e extremismo: por último, o ressurgimento de movimentos nacionalistas e extremistas em alguns países europeus representa um desafio

[134] É um erro grosseiro definir a História da Europa apenas como uma “História de paz”, haja vista sua riqueza e complexidade. O continente foi palco de movimentos pacifistas e intelectuais importantes, assim como construiu instituições e mecanismos para promover a cooperação e evitar novos conflitos, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Porém, não podemos ignorar séculos de guerras, conflitos internos, imperialismo e violência que a região vivenciou.

para a coesão na região, uma vez que esses movimentos muitas vezes questionam os princípios de integração europeia e cooperação.[135]

§275. Apesar dos desafios, a diplomacia e a cooperação são elementos fundamentais do processo de busca pela paz na Europa. A negociação de acordos de paz, a mediação de conflitos e o fortalecimento das instituições europeias desempenham um papel crucial na promoção da estabilidade e na prevenção de conflitos.[136] Sua História da paz é uma jornada complexa e multifacetada, marcada por desafios e realizações significativas. A região aprendeu com os horrores de conflitos passados e está comprometida com a construção de um futuro de paz, prosperidade e cooperação. À medida que a Europa enfrenta novos desafios, a experiência histórica do continente serve como um exemplo inspirador de como as nações podem superar divisões e trabalhar juntas em busca da paz.[137]

§276. Exemplos desses esforços são os tratados produzidos pelos países da região. O Tratado de Roma (1957) estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), precursora da UE. Seu objetivo era promover a cooperação econômica e a integração política, reduzindo as tensões e promovendo a paz após as devastadoras Guerras Mundiais.[138] Já o Tratado de Maastricht (1992) criou a UE como a conhecemos hoje. Além de promover a cooperação econômica, a organização começou a envolver-se mais profundamente em questões de política

[135] Apesar de frequentes conflitos, a Europa também experienciou períodos de paz e prosperidade. A *pax romana*, por exemplo, foi um período de relativa tranquilidade e estabilidade no Império Romano entre os séculos I e II d.C., marcado pela expansão territorial, desenvolvimento econômico e florescimento cultural (Gibbon, 2005).

[136] A Europa foi o berço de importantes movimentos pacifistas. O humanismo renascentista, por exemplo, valorizava a razão, a diplomacia e a busca pela paz, em contraste com a violência da Idade Média (Burke, 1999).

[137] O período conhecido como *Belle Époque*, compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, representou uma época de otimismo, progresso tecnológico e relativa paz entre as grandes potências europeias, apesar das tensões crescentes que culminariam na Primeira Guerra Mundial (Hobsbawm, 2002).

[138] No século XVIII, o Iluminismo defendia a razão, a tolerância e o progresso, assim como criticava a guerra como um instrumento irracional de resolução de conflitos (Israel, 2014).

externa e segurança, com o objetivo de desempenhar um papel na manutenção da paz global.[139]

§277. A ampliação da UE é um fator significativo para a promoção da paz. A incorporação de países do antigo bloco soviético, como Polônia, Hungria e os Estados Bálticos, fortaleceu a estabilidade na Europa Oriental e é na realidade uma grande tentativa[140] de atingir seu escopo: consolidar a paz, entre as democracias.[141] Além da UE, outras organizações regionais também desempenham um papel importante na manutenção da paz, como no caso da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o Conselho da Europa, que promovem

---

[139] O pacifismo moderno, que se desenvolveu nos séculos XIX e XX, propunha a abolição da guerra e a resolução pacífica de conflitos através do direito internacional e da cooperação entre os povos (Cooper, 1991).

[140] A ascensão do autoritarismo representa um desafio significativo para a democracia global no século XXI. Dentro da própria UE, bloco historicamente reconhecido por seus valores democráticos e liberais, a situação na Polônia e Hungria tem gerado preocupações crescentes. Ambos os países, governados por partidos de direita populista, têm implementado medidas que, segundo críticos, corroem a democracia e o Estado de Direito. Para contextualizar a análise, é crucial compreender o conceito de autoritarismo. Hannah Arendt (2012), em sua obra *Origens do totalitarismo*, define o regime autoritário como aquele que busca a "dominação total", controlando não apenas as esferas políticas e econômicas, mas também a vida social e o pensamento individual. Já Levitsky e Ziblatt (2018), em *Como as democracias morrem*, argumentam que o processo de erosão democrática ocorre gradualmente, através de medidas que minam as instituições e normas democráticas de forma sutil, muitas vezes com o apoio popular. Na Polônia, o partido governista Lei e Justiça (PiS) tem implementado uma série de medidas que fragilizam a independência do poder judiciário. A partir de 2015, o PiS aprovou leis que permitem ao governo controlar a nomeação de juízes, além de ter implementado um "regime disciplinar" que permite punir juízes por decisões consideradas desfavoráveis ao governo. Essas ações foram amplamente criticadas por organizações internacionais, como a Comissão Europeia e a ONU. Em 2019, a Comissão Europeia acionou o artigo 7º do Tratado da União Europeia contra a Polônia, argumentando que as reformas judiciais representavam um "risco claro de violação grave do Estado de Direito". Na Hungria, o governo de Viktor Orbán, no poder desde 2010, também tem sido acusado de minar a democracia. O governo húngaro aprovou leis que restringem a liberdade de imprensa, limitam o espaço da sociedade civil e dificultam o acesso à informação. Um exemplo emblemático foi a aprovação de uma lei em 2017 que impõe severas restrições às universidades estrangeiras, forçando o fechamento da Universidade Centro-Europeia (CEU), instituição renomada por sua tradição crítica e liberal. A situação na Hungria também tem sido alvo de críticas por parte da União Europeia. Em 2018, o Parlamento Europeu acionou o artigo 7º contra a Hungria, alegando "risco claro de violação grave dos valores da União". **A situação na Polônia e na Hungria ilustra os desafios enfrentados pela UE na defesa de seus valores democráticos de paz**. A ascensão do autoritarismo dentro do bloco exige uma resposta firme e unificada por parte dos Estados-membros. É crucial fortalecer os mecanismos de proteção da democracia e do Estado de Direito, além de promover o diálogo e a cooperação entre os países membros. A falta de ação decisiva pode ter consequências graves para o futuro da UE, enfraquecendo a coesão do bloco e abrindo espaço para a proliferação de regimes autoritários.

[141] Após a Segunda Guerra Mundial, a criação da UE e de outras instituições promoveu a cooperação e a resolução pacífica de conflitos entre países membros. O bloco, fundado em 1993 com base no Tratado de Maastricht (1992), tem como objetivo promover a paz, a democracia e o desenvolvimento econômico e social dos seus membros através da integração política, econômica e social (Tratado da União Europeia, 1992).

cooperação, direitos humanos e estabilidade em toda a região.[142] Apesar desses avanços, existem desafios, como os mencionados na seção anterior e os que destacamos a seguir.

- Brexit: a saída do Reino Unido da UE (Brexit) representa um desafio significativo para a coesão europeia. Embora o bloco tenha conseguido manter a paz entre seus membros, o processo de saída do Reino Unido destacou as divisões internas e os desafios da integração.[143]
- tensões com a Rússia: as relações entre a UE e a Rússia permanecem tensas, especialmente após a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014; e da eclosão da guerra na Ucrânia, que continua sendo um ponto de conflito. Esse contexto acentua as preocupações de segurança na Europa Oriental.[144]
- populismo e extremismo: o surgimento de partidos políticos populistas e extremistas em alguns países europeus levanta preocupações sobre a coesão da UE e a promoção dos valores democráticos. Esses movimentos muitas vezes questionam o compromisso com a integração europeia (Bloch, 2001).
- desafios migratórios contínuos: a questão migratória continua a ser uma fonte de tensão na Europa, com os Estados-membros lutando para encontrar um equilíbrio entre a solidariedade e o controle das fronteiras (Fukuyama, 1992).

§278. A diplomacia e a mediação desempenham um papel fundamental na gestão de conflitos e na manutenção da paz na Europa. Organizações internacionais, como a UE, têm desempenhado um papel ativo no intuito de promover a diplomacia e a

---

[142] Diplomacia e negociação: a Europa desenvolveu uma forte tradição diplomática, utilizando o diálogo e a negociação para resolver crises e evitar guerras. O Congresso de Viena (1814-1815), por exemplo, buscou reorganizar o mapa da Europa após as Guerras Napoleônicas através da diplomacia e do equilíbrio de poder entre as grandes potências (Kissinger, 2016).

[143] A história europeia é marcada por inúmeros conflitos, desde as guerras da Antiguidade até as duas Guerras Mundiais, passando pelas guerras religiosas, revoluções e conflitos nacionalistas. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), por exemplo, foi um conflito religioso devastador que envolveu diversas nações europeias e causou milhões de mortes (Parker, 2015).

[144] Durante séculos, os países europeus dominaram e exploraram vastas regiões do mundo, causando violência e sofrimento a milhões de pessoas. A colonização da África pelas potências europeias no século XIX, por exemplo, foi marcada pela violência, exploração econômica e imposição cultural.

busca de soluções pacíficas para conflitos (Hobsbawm, 1995). De acordo com o estudo de Knutsen (1994) sobre a História da paz, podemos entender que a busca pela paz não é um conceito novo. Desde a Antiguidade, civilizações têm se empenhado em alcançar a paz, seja por meio de tratados, acordos ou movimentos pacifistas. Knutsen (1994) argumenta que, para compreendermos a paz no presente, é fundamental analisarmos como ela foi construída ao longo da História. O autor concentra sua análise na Europa, utilizando exemplos de tratados e movimentos pacifistas que moldaram a cultura de paz na região. Sua obra nos convida a refletir sobre a importância da diplomacia, do diálogo e da cooperação na construção de um mundo mais pacífico.

§279. Veyne (2008), inspirado pelas ideias de Foucault, nos instiga a repensar a forma como a História, especialmente a da Europa, costuma ser escrita. Frequentemente, encontramos uma narrativa dominante, uma “História única”, que silencia outras vozes e perspectivas. No contexto da paz, isso se torna ainda mais crucial. Ao questionarmos essa “História única”, abrimos espaço para as vozes marginalizadas – as Histórias daqueles que foram excluídos das narrativas tradicionais. A busca pela paz, muitas vezes, é narrada do ponto de vista dos vencedores, dos que ditavam os tratados e acordos, mas e as vozes dos marginalizados, dos que sofreram as consequências dos conflitos? Para Veyne (2008), compreender a História da paz exige essa desconstrução. É preciso ir além da narrativa hegemônica e buscar as múltiplas perspectivas, as vozes silenciadas, para então construirmos uma compreensão mais completa e justa do passado e, consequentemente, trilharmos um caminho mais genuíno em direção à paz no presente.

§280. Após a devastação da Segunda Guerra Mundial, emergiu uma necessidade urgente de construir um futuro diferente, pautado pela paz e pelo respeito à dignidade humana. Nesse contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 surge como um marco fundamental. Ziegler (1998) argumenta que a

Declaração Universal teve um papel crucial na construção de uma cultura de paz na Europa do pós-guerra. Ao reconhecer os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, raça, gênero, religião ou qualquer outra condição, a Declaração estabeleceu um novo paradigma para as relações internacionais. Para Ziegler (1998), a paz não se limita à ausência de conflitos armados. Ela se constrói a partir da garantia dos direitos humanos para todos. Uma sociedade justa, igualitária e que respeita a dignidade humana é o alicerce para uma paz duradoura. A Declaração Universal, nesse sentido, serve como um guia para a construção de um futuro mais pacífico, não apenas para a Europa, mas para o mundo todo.

§281. A História da paz na Europa é uma narrativa complexa que evoluiu ao longo do tempo. Ela baseia-se em instituições, tratados e acordos que promovem a cooperação, a democracia e os direitos humanos. Apesar dos desafios contemporâneos, a experiência europeia demonstra como a paz pode ser alcançada e mantida por meio do compromisso com a unidade, a diplomacia e a cooperação. É um exemplo inspirador de como nações podem superar diferenças históricas em busca de um futuro mais pacífico e próspero.

§282. A História da paz na Europa é uma tapeçaria intrincada, tecida com fios de conflitos devastadores e esforços notáveis para construir uma paz duradoura. Apesar de um passado marcado por guerras e divisões, o continente embarcou em um caminho notável em direção à unidade e cooperação, principalmente após os horrores da Segunda Guerra Mundial. A formação da CECA em 1951 marcou o início de uma nova era, promovendo a interdependência econômica entre França, Alemanha Ocidental, Itália e outros. Esse espírito de colaboração pavimentou o caminho para a UE, que evoluiu para uma entidade poderosa que promove a paz, a democracia e os direitos humanos atualmente. A expansão da UE para incluir nações anteriormente sob influência soviética solidificou ainda mais a estabilidade e a cooperação na Europa Oriental.

§283. A queda do Muro de Berlim em 1989 simbolizou o fim da Guerra Fria e o desejo de uma Europa unificada. A OTAN também desempenhou um papel vital na manutenção da segurança coletiva e na dissuasão de agressões. No entanto, o caminho para a paz não foi isento de desafios. Conflitos nos Balcãs, crises migratórias, tensões com a Rússia e a ascensão do nacionalismo e do extremismo testaram a resiliência da Europa. O Brexit também representou um desafio significativo para a coesão da UE.

§284. Por fim, destacamos que, apesar desses obstáculos, o continente demonstrou um compromisso inabalável com a diplomacia, a mediação e o multilateralismo. A UE, juntamente com organizações como a OSCE e o Conselho da Europa, trabalham incansavelmente para promover o diálogo, resolver conflitos pacificamente e defender os direitos humanos. Essa experiência europeia serve como um testemunho do poder transformador da cooperação, do diálogo e da busca conjunta pela paz. Apesar dos desafios persistentes, o compromisso da Europa com esses valores oferece esperança e inspiração para o resto do mundo. A História da paz na Europa nos lembra que mesmo diante da adversidade, a paz é um objetivo alcançável por meio de esforços conjuntos e uma crença inabalável em um futuro compartilhado.

2.2. Experiência Histórica da UE e paz

Se queremos um mundo de paz e justiça, temos que colocar
a decisão firmemente nas mãos dos povos.

– Mahatma Gandhi, Todas os Homens são Irmãos: Vida e Pensamentos do Mahatma, 2002

§285. A UE representa um dos projetos políticos e econômicos mais bem-sucedidos da História contemporânea, e sua trajetória está intrinsecamente ligada à busca pela

paz na Europa após décadas de conflitos devastadores.[145] Nesta tese, exploramos a experiência histórica da UE como um exemplo notável de como a cooperação internacional pode ser um instrumento eficaz na promoção da paz e da estabilidade.[146]

§286. Durante o século XX, a Europa foi palco de duas Guerras Mundiais que resultaram em destruição massiva e sofrimento humano. Esses conflitos abalaram o continente e deixaram cicatrizes profundas na memória coletiva europeia. Particularmente, a Segunda Guerra Mundial produziu uma devastação sem precedentes e levou à conscientização sobre a necessidade de evitar futuros conflitos.[147]

§287. O processo de cooperação europeia teve início logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de prevenir futuras hostilidades. Os líderes europeus reconheceram que a integração econômica e política poderia ser uma maneira eficaz de promover a paz e a prosperidade.[148] Alguns marcos importantes desse processo incluem:

- Declaração de Schuman (1950): o Ministro das Relações Exteriores francês, Robert Schuman, propôs a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do

[145] John Paxton (2007) destaca que "A criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 marcou o início de um projeto de paz sem precedentes. Ao colocar a produção de carvão e aço, materiais essenciais para a indústria bélica, sob controle supranacional, os seis países fundadores – França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo – buscavam tornar impensável uma nova guerra entre si" (p. 23).

[146] Para Maria Eduarda Costa (2015), "A experiência da União Europeia demonstra que a integração econômica pode ser um poderoso instrumento para a promoção da paz. A interdependência econômica entre os Estados-membros, aliada aos mecanismos de diálogo e cooperação, contribuiu para a criação de um clima de confiança mútua e para a superação de antigas rivalidades" (p. 52).

[147] A União Europeia recebeu o Prémio Nobel da Paz em 2012, em reconhecimento pelo seu contributo para o avanço da paz, a democracia, a reconciliação e os direitos humanos na Europa. Durante mais de seis décadas, a UE une as antigas nações beligerantes da Europa em uma base de prosperidade e de valores comuns (UE vence Nobel da Paz 2012, 2012).

[148] "A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre mulheres e homens" (Proteção dos valores consagrados no artigo 2.º do TUE na EU, 2024, p. 1).

Aço (CECA), que buscava a integração econômica dos setores de carvão e aço da França e da Alemanha Ocidental. Essa proposta, que se expandiu para incluir outros países, estabeleceu as bases para a cooperação europeia.[149]

- Tratado de Roma (1957): estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade de Energia Atômica (EURATOM), precursoras da atual UE. Essas comunidades buscavam a integração econômica e a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capital entre os Estados membros.[150]

§288. Nos anos que se seguiram, a UE se expandiu e se consolidou em uma organização que promove paz, estabilidade e cooperação em toda a Europa.[151] Nesse sentido, é relevante destacar alguns marcos importantes desse processo, como:

- sua ampliação para o leste: após o colapso da União Soviética muitos países da Europa Oriental buscaram a aderir ao bloco. A ampliação para o leste fortaleceu a democracia, a estabilidade política e a cooperação regional em toda a região.[152]
- sua moeda única, o euro: a introdução do euro como moeda única em 1999 fortaleceu a integração econômica e aumentou a estabilidade financeira entre os países da zona do euro.[153]

---

[149] A guerra na Ucrânia, iniciada pela invasão russa em 2022, lançou uma sombra sobre a Europa e o mundo, desafiando os pilares da ordem internacional baseada em regras e nos direitos humanos (Organização das Nações Unidas, 2022). As imagens brutais do conflito, com cidades devastadas e milhões de refugiados (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2023), servem como um lembrete cruel da fragilidade da paz e da importância vital da sua preservação.

[150] Nesse contexto, a paz emerge não apenas como um objetivo político, mas como um pressuposto ético para a própria existência e efetivação dos direitos humanos (Bobbio, 2004).

[151] A destruição de infraestruturas essenciais coloca em risco a sobrevivência de milhares de pessoas. Assim, a guerra representa uma negação violenta dos direitos fundamentais, resultando em violação do direito à vida, com milhares de mortos e feridos civis e militares (HRW, 2023).

[152] O conflito gera um número massivo de refugiados e deslocados internos, privados de suas casas, pertences e meios de subsistência (Em 2023, ACNUR respondeu ao maior número de emergências humanitárias da última década, 2024). A liberdade de expressão, de imprensa e de reunião são frequentemente restringidas em cenários de guerra, enquanto a propaganda e a desinformação se proliferam (Europa – Ásia Central: Ucrânia, 2023). Além disso, o conflito causa destruição de infraestrutura, colapso da economia e desestabilização social, impactando negativamente o desenvolvimento humano (Desenvolvimento mundial 2022, 2022).

[153] Diante dessa realidade, a Europa enfrenta um desafio histórico. O continente, que emergiu das cinzas da Segunda Guerra Mundial com um compromisso inabalável com a paz, a democracia e os direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948), precisa, hoje,

§289. A UE tem desempenhado um papel fundamental na promoção da paz por meio de suas políticas externas e de segurança. A Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Europeia de Vizinhança (PEV) são exemplos de instrumentos diplomáticos que buscam resolver conflitos, promover a democracia e os direitos humanos em todo o mundo.[154] Apesar de seus sucessos, a organização enfrenta desafios contemporâneos, como aqueles que já mencionamos. No entanto, esses desafios destacam ainda mais a necessidade contínua de cooperação e diplomacia na busca pela paz.[155]

§290. A experiência histórica da União Europeia demonstra que a cooperação internacional, baseada em valores compartilhados e interesses comuns, pode ser um instrumento eficaz na promoção da paz e da estabilidade em uma região anteriormente marcada por conflitos. A UE representa um modelo para outros lugares do mundo que buscam superar divisões históricas e construir um futuro de paz e prosperidade por meio da cooperação. Sua história é uma prova viva de que, apesar dos desafios, a paz é uma meta alcançável por meio do compromisso com a unidade, a diplomacia e a cooperação.[156]

§291. Um dos eventos mais significativos na história da paz na Europa foi a queda do Muro de Berlim em 1989. Sobre esse evento, é relevante destacar três principais pontos. Primeiro, o Muro de Berlim era o símbolo máximo da divisão da Europa em dois blocos ideológicos antagônicos. Sua queda representou o fim da Guerra Fria,

---

manter a unidade e a firmeza na condenação da agressão russa e na busca por uma solução pacífica para o conflito através de diplomacia e sanções (Conselho Europeu, 23-24 junho 2022, n.d.).

[154] Ressaltamos a necessidade de fortalecer a sua capacidade de defesa para dissuadir futuras agressões e garantir a segurança do continente, sem alimentar uma corrida armamentista (OTAN 2022: Segurança, n.d.). Além disso, é importante reforçar a solidariedade com o povo ucraniano, fornecendo apoio humanitário, acolhendo refugiados e auxiliando na reconstrução do país no pós-guerra (Relatório de 2022 sobre o Estado de direito, 2022).

[155] A educação para a paz, o diálogo intercultural, a justiça social e a promoção da tolerância são elementos essenciais para prevenir futuros conflitos e construir um futuro mais justo e pacífico para todos (Galtung, 2003).

[156] Reafirmar o compromisso com a ordem internacional baseada em regras, o multilateralismo e a resolução pacífica de conflitos, através de instituições como a ONU e a OSCE (União Europeia, 2022). A guerra na Ucrânia evidencia a necessidade de reforçar a cultura de paz e o compromisso com os direitos humanos em todos os níveis da sociedade (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018).

um conflito que, por décadas, manteve o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear. Segundo, a queda do Muro permitiu a reunificação da Alemanha, separada desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse processo, conduzido de forma pacífica e negociada, representou um passo importante para a reconciliação e a superação das feridas do passado. Terceiro, a queda do Muro de Berlim, juntamente com a Revolução de Veludo na Tchecoslováquia e a queda do socialismo real em outros países da Europa Oriental, alimentou a esperança de uma Europa unificada, democrática e pacífica.

§292. A expansão da UE para o leste nos anos seguintes foi um reflexo desse novo contexto geopolítico e foi um passo significativo em direção à paz e estabilidade na Europa. O bloco ofereceu incentivos econômicos e políticos para que esses países adotassem reformas democráticas e econômicas, fortalecendo os laços entre nações anteriormente divididas.[157] Em suma, a queda do Muro de Berlim não foi apenas a derrubada de uma barreira física, mas sim a superação de uma divisão ideológica que por muito tempo impediu a construção de uma paz duradoura na Europa. Esse evento histórico nos lembra do poder da esperança, do diálogo e da busca por um futuro comum. Destacamos que, nesse contexto, a Revolução de Veludo na Tchecoslováquia e a queda do socialismo real em muitos países da Europa Oriental também contribuíram para a estabilidade na região.[158]

§293. A UE é um exemplo bem-sucedido de como a cooperação internacional pode promover a paz. Sobre a discussão que realizamos nesta subseção, destacamos que essa organização surgiu do desejo de paz após as Guerras Mundiais, isto é, a devastação do século XX levou os líderes europeus a promover um processo de integração econômica e política como forma de prevenir futuros conflitos. A

[157] Somente através do compromisso coletivo com esses valores poderemos superar os desafios atuais e construir um futuro em que a paz seja a base para a plena realização dos direitos humanos.

[158] É importante lembrar que a paz não é apenas a ausência de guerra, mas um processo dinâmico e contínuo que exige esforços constantes para promover a justiça social, o desenvolvimento humano e o respeito pela dignidade humana (Boulding, 1978).

Declaração Schuman e o Tratado de Roma, marcos do progresso da UE, lançaram as bases para a cooperação, enquanto a expansão para o leste e a moeda única fortaleceram a integração e a estabilidade.

§294. Por fim, ressaltamos que a UE promove a paz através de políticas externas e de segurança. Nesse sentido, a PESC e a PEV são exemplos de instrumentos diplomáticos utilizados para resolver conflitos e promover a democracia globalmente. Além disso, frisamos que a queda do Muro de Berlim, símbolo da fim da Guerra Fria e da reunificação da Alemanha, marcou um ponto de virada para a Europa na medida em que abriu o caminho para a construção de uma região unificada e pacífica. Com isso, a expansão da UE para o leste consolidou a estabilidade, processo conduzido através de incentivos econômicos e políticos que ajudaram nações anteriormente comunistas a adotar reformas democráticas, consolidando a paz na região. Apesar dos desafios contemporâneos, como o Brexit e o nacionalismo, a experiência da UE demonstra que a cooperação baseada em valores e interesses comuns é crucial para construir um futuro de paz e prosperidade.

2.3. Construção Valorativa da UE e da paz como Pressuposto Existencial

A guerra nunca é engraçada.

– Larry Gelbart, Série Mas*H, 1972[159]

§295. A União Europeia (UE) é uma das conquistas mais notáveis da história da cooperação internacional, e sua construção valorativa tem a paz como um dos pilares fundamentais. Discutimos nesta subseção a forma como os valores,

[159] Embora ambientada em meio à Guerra da Coreia, a série MAS*H (1972–1983) frequentemente transmitia mensagens pacifistas. Essa frase, dita em diversos episódios, reforça a natureza trágica e absurda dos conflitos armados.

princípios e aspirações desse bloco foram entrelaçados com a busca contínua pela paz, transformando-a em um pressuposto existencial e em uma fonte de inspiração para a construção de um continente mais pacífico e unido.[160]

§296. A UE não é apenas uma aliança política e econômica, mas também uma comunidade de valores. A construção dos valores europeus, como a democracia, os direitos humanos, o Estado de Direito e a igualdade, foi uma resposta direta aos horrores da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, o bloco nasceu com a visão de que a paz duradoura só poderia ser alcançada por meio desses valores.[161] Dworkin (2003) diz que

Uma comunidade política decente não pode se contentar em ser simplesmente um aglomerado de pessoas que vivem juntas e se beneficiam de fazer isso. Precisa ser uma comunidade de pessoas que se consideram membros de um empreendimento comum, que exige sacrifícios mútuos. (p. 207)

§297. A paz não é apenas um objetivo da UE, mas sim um pressuposto existencial. Essa organização foi criada com a intenção de evitar futuras guerras na Europa, e essa missão permanece viva até hoje. A memória dos conflitos do passado é uma força motriz constante para a UE, lembrando-a da necessidade vital de manter a paz.[162] Nesse sentido, o bloco estabeleceu uma série de instituições e mecanismos destinados a manter a paz e prevenir conflitos, dos quais destacamos os seguintes:

- Política Externa e de Segurança Comum (PESC): é uma ferramenta chave para a ação diplomática da UE em questões de segurança e política externa. A UE

[160] A UE destaca-se como um projeto ímpar na história da humanidade tendo em vista seu compromisso com a busca pela paz e prosperidade através da integração e cooperação entre nações. A construção valorativa da organização fundamenta-se na crença de que a paz transcende a mera ausência de guerra, configurando-se como um processo dinâmico que demanda esforços contínuos para superar as divisões e promover a solidariedade entre os povos.

[161] Dworkin (2003) destaca a necessidade de um senso de comunidade e sacrifício mútuo para a existência de uma comunidade política decente, elementos essenciais para a construção e manutenção da paz.

[162] A UE emerge das cinzas da Segunda Guerra Mundial, carregando consigo as marcas de um passado de conflitos sangrentos. A memória da guerra atua como um lembrete constante da importância da união e da necessidade de evitar a repetição dos erros do passado. Desmond Dinan (2010) evidencia que “A aspiração de construir uma Europa pacífica, assente na reconciliação dos inimigos de outrora, guiou os fundadores da Comunidade Europeia” (p. 25).

utiliza a diplomacia preventiva, mediação e missões de paz para resolver conflitos e promover a estabilidade em todo o mundo.[163]

- Política Europeia de Vizinhança (PEV): visa estender os valores e padrões da UE aos países vizinhos, promovendo estabilidade e cooperação em sua vizinhança imediata.[164]
- Agência Europeia de Fronteiras (Frontex): desempenha um papel importante na gestão de fronteiras e na promoção da segurança, ao mesmo tempo em que busca abordagens humanitárias e direitos humanos na migração.[165]

§298. A ampliação da UE para incluir países da Europa Central e Oriental, sobretudo após o colapso do socialismo real, fortaleceu a estabilidade e a democracia nessas regiões. Isso evidenciou a atração dos valores europeus e incentivou as nações candidatas a adotá-los. [166] Habermas (1998a) ressalta que "A cidadania cosmopolita (...) só pode firmar-se sobre a base de cidadanias nacionais fortalecidas, isto é, de cidadanias dispostas e aptas à cooperação" (p. 178). A UE enfrenta desafios contemporâneos, como vimos, porém estes a incentivam a reafirmar seus valores fundamentais e a promover a coesão interna.[167]

---

[163] A UE defende a resolução pacífica de conflitos e o uso do diálogo como ferramenta primordial para superar as diferenças. A diplomacia, a cooperação multilateral e o respeito ao direito internacional configuram-se como elementos centrais da sua política externa. Nesse sentido, evidenciamos que "O multilateralismo e a diplomacia são as pedras angulares da ação externa da União Europeia. A UE está empenhada em defender e promover uma ordem internacional baseada em regras" (União Europeia, 2021).

[164] A UE reconhece que a paz duradoura só é possível em sociedades livres e democráticas, em que os direitos humanos são respeitados e protegidos. O respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de Direito e os direitos humanos representam valores inegociáveis para a UE. Destacamos que "O respeito pelos direitos humanos é um princípio fundamental da União Europeia (...) A UE promove e defende os direitos humanos, tanto interna como externamente" (União Europeia, 2020).

[165] A UE acredita que a coesão social e econômica são pilares fundamentais para a paz. Através da cooperação econômica, da criação de um mercado único e de políticas sociais, a UE busca reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável para todos os seus cidadãos. Frisamos ainda que "A UE promove o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, com o objetivo primordial de erradicar a pobreza e construir um futuro pacífico, próspero e sustentável para todos (União Europeia, 2019).

[166] Habermas (1998a) argumenta que a paz em um contexto globalizado depende da cooperação entre Estados-nação fortalecidos, capazes de garantir a justiça e o bem-estar social dentro de suas fronteiras e promover a solidariedade internacional.

[167] Para a UE, a paz não se configura como um objetivo abstrato, mas como um pressuposto existencial, a base sobre a qual se sustenta todo o seu projeto. Sem paz, ela perde sua razão de ser.

§299. A UE é um exemplo notável de como a construção de valores e a paz estão intrinsecamente ligadas. Os valores europeus não são apenas retórica, mas sim um guia para a ação. A paz é não apenas um ideal, mas sim um pressuposto existencial da UE. A construção valorativa da UE e a busca incessante pela paz são fontes de inspiração para um mundo que anseia por soluções pacíficas para os desafios globais. Assim, esse bloco nos lembra que, com determinação e cooperação, é possível construir uma sociedade em que a paz seja mais do que um sonho, ou seja, uma realidade duradoura.[168]

A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, pela não discriminação, pela tolerância, pela justiça, pela solidariedade e pela igualdade entre mulheres e homens. (Tratado de Lisboa, 2007, p. 9)

§300. A construção dos valores europeus não ocorreu de forma isolada, mas como uma resposta direta aos horrores da Segunda Guerra Mundial e aos traumas dos conflitos do século XX. A devastação e o sofrimento causados por essas guerras fizeram com que os líderes europeus percebessem a necessidade de criar uma estrutura que garantisse que tais atrocidades não ocorressem novamente. Assim, a UE nasceu da convicção de que a paz e a estabilidade só seriam possíveis com a promoção de valores compartilhados.

§301. A democracia e os direitos humanos são pedras angulares dos valores europeus. A UE promove a democracia como o sistema político ideal, incentivando os Estados-membros a adotarem governos representativos e a protegerem os direitos

[168] O próprio tratado que estabelece as bases da UE coloca a paz como um valor central, intrinsecamente ligado à democracia, aos direitos humanos e à cooperação entre os Estados-membros.

fundamentais de seus cidadãos. O respeito pelos direitos humanos é um princípio inegociável e uma base para sua cooperação.[169] O Estado de Direito é uma de suas características distintivas, e significa que todas as instituições, incluindo o governo, estão sujeitas à lei e que os direitos individuais são protegidos. O Estado de Direito é essencial para a manutenção da paz, pois cria um ambiente em que as pessoas podem confiar no sistema legal e na justiça.[170]

§302. A solidariedade é um dos valores mais profundos da UE, o que se reflete nas políticas de coesão que buscam reduzir as disparidades econômicas e sociais entre as regiões. A solidariedade também é evidente na sua abordagem à crise migratória, em que há um esforço para encontrar soluções humanitárias e compartilhar o fardo de forma justa entre os Estados-membros.[171] Para além disso, evidenciamos que a UE investe em mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, utilizando sua diplomacia preventiva e mediação em situações de crise. Ela busca ativamente soluções pacíficas para conflitos regionais e globais, promovendo a paz por meio do diálogo e da cooperação.[172]

§303. A UE não se limita a promover a paz dentro de suas fronteiras e sua abordagem à paz e aos valores democráticos serve como inspiração para outras regiões do mundo. A organização fornece assistência financeira, técnica e política para apoiar a construção da paz em regiões afetadas por conflitos, ajudando a criar sociedades

[169] A construção valorativa da UE coloca a paz no centro do seu projeto, reconhecendo-a como um processo dinâmico que exige um compromisso constante com a democracia, os direitos humanos e a prosperidade compartilhada. Essa organização demonstra que a paz não é apenas um sonho distante, mas uma possibilidade real que pode ser construída através da cooperação, do diálogo e da solidariedade entre os povos.

[170] Habermas (2001) diz que “A União Europeia pode e deve se entender como um projeto de paz. (...) Ela se baseia na compreensão de que a paz não é um mero estado de não-guerra, mas um processo dinâmico de cooperação e integração” (p. 125).

[171] Habermas (2001) argumenta que a UE transcende a mera ausência de conflitos armados, representando um projeto de paz em construção. A integração política e econômica entre os Estados-membros é vista como fundamental para a consolidação da paz duradoura.

[172] Segundo Maria Regina Rodrigues (2002), “A experiência histórica da integração europeia demonstra que a criação de instituições supranacionais e a promoção da cooperação em áreas como economia, política externa e justiça contribuem para a superação de rivalidades históricas e a construção de uma paz duradoura” (p. 128).

mais estáveis e democráticas.[173] Archer (2014) frisa que “A paz não é apenas a ausência de guerra; é a construção de uma sociedade em que a guerra se torna impensável” (p. 215).

§304. A construção da UE é um exemplo concreto de como a busca pela paz e a cooperação entre nações podem superar um passado de conflitos e construir um futuro próspero e harmonioso. As fontes aqui apresentadas fornecem um ponto de partida para a compreensão da complexa relação entre paz, valores e construção da identidade europeia. A UE enfrenta desafios contemporâneos, no entanto esses desafios apenas reforçam seu compromisso contínuo com a promoção dos valores europeus e da paz. O bloco entende que sua força está enraizada em seus valores e na cooperação entre seus membros.[174]

§305. Ressaltamos que a UE é um exemplo notável de como a construção de valores pode se tornar um pressuposto existencial para a paz. Os valores europeus não são apenas um conjunto de princípios escritos: são a base sobre a qual a UE foi construída e o fundamento sobre o qual a paz na Europa se sustenta. A comunidade europeia nos lembra que a paz é mais do que a ausência de conflito, pois envolve a promoção ativa de valores compartilhados, como democracia, direitos humanos e solidariedade. Sua jornada é um testemunho inspirador de como a cooperação baseada em valores pode criar um continente mais pacífico e unido, e serve como um farol de esperança para o mundo em busca de soluções pacíficas para os desafios globais.[175]

---

[173] Rodrigues (2002), especialista em Relações Internacionais, destaca o papel fundamental da integração em diversas áreas para a construção da paz na UE. As instituições supranacionais e a cooperação entre os países membros são apontadas como elementos chave para superar as rivalidades do passado.

[174] Archer (2014) argumenta que a paz não é um estado passivo, mas sim um processo ativo de construção de uma sociedade justa e igualitária, na qual a guerra não é mais uma opção.

[175] “A UE está empenhada em promover a paz e a segurança na Europa e no mundo. Trabalhamos em conjunto para prevenir conflitos, mediar crises e criar as condições para uma paz duradoura” (União Europeia, 2023).

§306. Os valores da UE não são apenas uma questão retórica, mas uma força motriz que impulsiona sua ação. Eles estão incorporados em documentos fundamentais, como o Tratado de Lisboa e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Esses valores orientam a tomada de decisões e a formulação de políticas em todas as áreas, desde a economia até a política externa.[176] Outro valor fundamental da UE é o respeito pela diversidade, que busca promover o pluralismo como parte central de sua identidade, tendo em vista que o grupo é formado pela união de nações com diferentes línguas, culturas e histórias. Essa abordagem não apenas fortalece a coesão interna, mas também é uma mensagem poderosa de que a diversidade pode ser uma fonte de enriquecimento e não de conflito (Magalhães, 2012).

§307. A UE também reconhece que a paz não é apenas a ausência de conflitos armados, mas sim a presença de condições sociais e econômicas que permitam uma vida digna para todos os cidadãos. A construção de um sistema de seguridade social, a promoção da igualdade de gênero e o investimento em educação e saúde são parte integrante de sua visão para uma paz duradoura (Gomes, 2017). Além disso, ela valoriza a sociedade civil como um parceiro importante na promoção dos valores e da paz. Nesse sentido, organizações não governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos cívicos desempenham um papel ativo na monitorização e na advocacia pelos valores europeus. A UE fornece apoio e espaço para essas vozes desempenharem um papel significativo na construção da paz (Milani, 2008).

§308. A educação desempenha um papel central na disseminação dos valores europeus. Os programas educacionais da UE, como o programa Erasmus, permitem que os jovens europeus experimentem a diversidade cultural e linguística da Europa, promovendo um senso de identidade europeia compartilhada (Tratado da União

[176] O website oficial da UE apresenta a perspectiva da própria organização sobre o tema. O bloco apresenta-se como ator importante na promoção da paz tanto no continente europeu quanto globalmente, atuando na prevenção de conflitos e na busca por soluções pacíficas de crises.

Europeia, 2008). A promoção desses valores é uma resposta aos desafios que a UE enfrenta hoje para manter sua unidade baseada na compreensão mútua e na diplomacia (Silva, 2018).

§309. Enfatizamos que a UE é uma prova viva de como a construção valorativa pode ser o alicerce de uma paz duradoura. Seus valores não são apenas uma abstração teórica: eles são incorporados em políticas, instituições e na vida cotidiana dos cidadãos europeus. Dessa maneira, o bloco demonstra que a paz não é apenas a ausência de conflito, mas também a presença ativa de valores compartilhados, respeito pela diversidade e solidariedade. Sua jornada é um exemplo inspirador de como a construção valorativa pode ser um pressuposto existencial para uma paz genuína, e sua experiência continua a moldar o caminho para um futuro mais pacífico e unido na Europa e além (Silva, 2018).

§310. Nesta subseção, exploramos como a UE se consolidou não apenas como um bloco político e econômico, mas principalmente como uma comunidade de valores, tendo a paz como pressuposto existencial. Neste texto, apresentamos que a UE nasceu das cinzas da Segunda Guerra Mundial com a convicção de que a paz duradoura só seria possível através da promoção de valores compartilhados, como democracia, direitos humanos, Estado de Direito, igualdade e solidariedade.

§311. Esses valores não são meramente retóricos, mas sim guias para a ação da organização, incorporados em seus documentos fundadores e políticas promovidas, orientando suas decisões internas e externas. Dessa maneira, a paz não é apenas um objetivo, mas a própria razão de existir da UE, permeando todas as suas ações, desde a política de segurança comum até os programas educacionais como o Erasmus. A ampliação da UE para o leste europeu demonstra o poder de atração desses valores e sua capacidade de promover a estabilidade e a democracia.

§312. Destacamos os mecanismos existentes, hoje, da UE para a manutenção da paz, como a PESC, a PEV e a Frontex. Além disso, pontuamos a importância da

diversidade e do pluralismo como pilares da identidade europeia, combatendo a discriminação e promovendo a coesão. O papel da educação também é central para a disseminação dos valores europeus e a construção de uma identidade compartilhada entre os cidadãos. Ainda há a necessidade de condições socioeconômicas justas para garantir uma paz duradoura, com investimentos em seguridade social, igualdade de gênero, educação e saúde, assim como a importância da sociedade civil na promoção e no monitoramento dos valores da UE.

§313. Por último, salientamos que, apesar dos desafios contemporâneos, como o populismo e o nacionalismo, a UE se mantém firme em seu compromisso com a paz e seus valores, buscando soluções baseadas na diplomacia e na compreensão mútua. Dessa forma, a UE é um exemplo notável de como a construção de valores e a busca pela paz estão intrinsecamente ligadas, oferecendo uma inspiração para um mundo que anseia por soluções pacíficas para os desafios globais.

2.4. Desenvolvimento e Coesão: O Desenho Prático da paz no Mundo

> A União promoverá a coesão económica, social e territorial e a solidariedade entre os Estados-Membros.
>
> – União Europeia, 2007, p. 3

§314. O desafio de construir um mundo mais pacífico envolve uma abordagem holística que combina desenvolvimento e coesão como elementos interdependentes e complementares. O desenvolvimento econômico e social é fundamental para a prevenção de conflitos, enquanto a coesão entre nações e comunidades é essencial para a manutenção da paz (Deutsch, 1971). O desenvolvimento sustentável não é apenas uma aspiração, mas uma estratégia prática para mitigar as causas subjacentes dos conflitos. A redução da pobreza, a promoção da

igualdade, o acesso à educação e a criação de oportunidades econômicas equitativas são passos cruciais nesse caminho. Esses elementos contribuem para a estabilidade social, reduzem as tensões e criam uma base para a paz duradoura (Magnoli, 1997).

§315. A coesão, por sua vez, se manifesta em várias dimensões, desde a cooperação internacional até a inclusão de comunidades marginalizadas. A diplomacia preventiva desempenha um papel fundamental na prevenção de conflitos, identificando potenciais pontos de tensão e agindo proativamente para resolvê-los antes que se transformem em violência. A promoção da justiça, o fortalecimento dos sistemas de justiça e a proteção dos direitos humanos são pilares da coesão social e da construção da paz (Milward, 1988). Nessa direção, Amartya (2010) destaca que " A violência, na forma de guerras, terrorismo, conflitos étnicos ou violência doméstica, não apenas destrói vidas humanas, mas também prejudica o desenvolvimento ao corroer a base da confiança social e desviar recursos de usos produtivos" (p. 24).

§316. Além disso, as organizações internacionais desempenham um papel crucial na promoção da paz global, fornecendo uma plataforma para negociações diplomáticas, facilitando a assistência humanitária e o monitorando conflitos. A ajuda humanitária desempenha um papel importante não apenas na mitigação do sofrimento humano, mas também na promoção da estabilidade, ao atender às necessidades básicas das populações afetadas (Magalhães, 2005). Segundo Brian Eastn (2009), "A coesão social, entendida como a capacidade de uma sociedade de garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e promovendo a igualdade de oportunidades, é fundamental para a construção de uma paz duradora" (p. 54).

§317. Um elemento-chave é o empoderamento das comunidades locais, permitindo que desempenhem um papel ativo na construção da paz e no desenvolvimento de suas próprias capacidades para resolver conflitos. Essa abordagem descentralizada

reconhece que a paz não pode ser imposta de cima para baixo, mas deve ser construída a partir da base (Paiva, 2003). A paz no mundo contemporâneo requer uma abordagem multidimensional que combine desenvolvimento e coesão. O desenvolvimento sustentável e a coesão social não são apenas componentes da paz, mas sim seu desenho prático. Investir em oportunidades econômicas, educação, justiça, diplomacia preventiva e capacidades locais são passos essenciais para a promoção de um mundo mais pacífico e harmonioso. A paz não é apenas a ausência de conflito, mas a presença ativa de medidas que abordam suas causas profundas e fortalecem a coesão global (Silva, 2011).

§318. O desenvolvimento sustentável não se trata apenas de crescimento econômico, mas de garantir que esse crescimento beneficie a sociedade como um todo e seja ecologicamente viável. Ele compreende as raízes dos conflitos, pois a falta de oportunidades econômicas, acesso a serviços básicos e as desigualdades sociais frequentemente alimentam o descontentamento e a instabilidade (Silva, 2011). Além disso, o desenvolvimento sustentável reconhece a interconexão entre os desafios globais, como as mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais, que podem ser fontes potenciais de conflito no futuro. Assim, a promoção da sustentabilidade também contribui para a prevenção de conflitos futuros (União Europeia no Brasil, n.d.).

§319. A coesão internacional é um pilar crucial para a paz. As nações que trabalham juntas, respeitam tratados e acordos internacionais e se comprometem com a diplomacia multilateral são mais propensas a evitar conflitos e a resolver disputas de forma pacífica (União Europeia no Brasil, n.d.). Na direção de promover essa coesão, a ONU (2015), no documento *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, objetivo 16, se compromete com a promoção de “(...) sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (p. 22).

§320. As organizações internacionais desempenham um papel vital nesse sentido. As Nações Unidas, por exemplo, fornecem um fórum para a negociação diplomática e a resolução de conflitos, além de facilitar missões de paz em áreas afetadas por conflitos (Organização das Nações Unidas, 2015). A inclusão de todos os grupos da sociedade, independentemente de sua etnia, religião, gênero ou orientação sexual, é essencial para a coesão social, haja vista que a exclusão e discriminação são frequentemente fontes de tensões e conflitos (Silva, 2011).

§321. Promover a igualdade de gênero também é fundamental. O empoderamento das mulheres não apenas é um direito humano fundamental, mas também contribui para a estabilidade, já que as mulheres desempenham papéis chave na construção da paz e na resolução de conflitos (Silva, 2011). Além disso, a justiça é uma parte intrínseca da coesão social e da promoção da paz, uma vez que sistemas de justiça eficazes e imparciais são essenciais para a resolução de conflitos e para garantir que as violações dos direitos humanos sejam tratadas adequadamente (Deutsch, 1971).

§322. Fortalecer as capacidades das comunidades locais é uma estratégia eficaz para prevenir conflitos. Quando as pessoas têm a capacidade de resolver suas próprias disputas e de participar das decisões que afetam suas vidas, a coesão social é fortalecida (Magnoli, 1997). Kant (2002c) postula que “A máxima de não se considerar o estado de paz, que apenas existe de fato entre Estados que se encontram em relações uns com os outros em situação de não-guerra, senão como um estado de trégua... deve desaparecer” (p. 77). A participação cidadã ativa e informada também é um componente importante. Isso permite que as pessoas expressem suas preocupações, contribuam com soluções e exijam responsabilidade dos líderes políticos, promovendo assim uma governança mais responsável e transparente (Milward, 1988).

§323. O fortalecimento da resiliência de comunidades e nações é crucial. Isso envolve construção de infraestrutura resistente a desastres, promoção de sistemas de

saúde robustos e desenvolvimento de estratégias de segurança alimentar. Comunidades resilientes são mais capazes de lidar com choques e estresses, o que pode prevenir a escalada de conflitos em tempos de crise (Magalhães, 2005). O desenvolvimento e a coesão são elementos essenciais para a construção da paz no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a promoção do desenvolvimento sustentável, a cooperação internacional, a justiça, a igualdade, a inclusão, a diplomacia preventiva e o fortalecimento das capacidades locais são abordagens práticas e interligadas que não apenas previnem conflitos, mas também contribuam para a construção de sociedades mais pacíficas e resilientes. A paz não é um estado estático, mas um processo contínuo que requer esforços deliberados e coordenação global para alcançar e manter (Paiva, 2003). Para Celso Amorim (2008),

A segurança passa a ser entendida como um bem público global, que não pode ser alcançado por um Estado ou grupo de Estados de forma isolada, mas sim por meio da cooperação internacional e da busca de soluções pacíficas para os conflitos. (p.15)

§324. O desenvolvimento sustentável é um conceito que vai além do crescimento econômico. Ele busca equilibrar o progresso econômico com a justiça social e a preservação ambiental. Quando as pessoas têm acesso a oportunidades econômicas, serviços de educação e saúde, assim como vivem em um ambiente saudável, estão menos propensas a participar de conflitos. Isso ocorre porque o desenvolvimento reduz as tensões sociais, criando um sentimento de esperança e oportunidade. Além disso, o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à prevenção de conflitos relacionados a recursos naturais, como água, terra e minerais. O acesso equitativo a esses recursos evita disputas e tensões entre comunidades e nações (Silva, 2011).

§325. A coesão global e a diplomacia desempenham um papel crucial na promoção da paz. A diplomacia é o meio pelo qual os países resolvem disputas e divergências

sem recorrer à violência; enquanto a cooperação internacional permite que os países trabalhem juntos para abordar desafios globais, como mudanças climáticas, terrorismo e disseminação de armas de destruição em massa. Organizações internacionais, como as Nações Unidas, desempenham um papel vital na facilitação da diplomacia e na manutenção da paz. Elas oferecem plataformas neutras para negociações e mediação de conflitos, bem como coordenam operações de manutenção da paz em áreas afetadas por conflitos. A promoção da igualdade e a inclusão de todos os grupos sociais são componentes fundamentais da coesão social. Quando as pessoas se sentem excluídas ou discriminadas com base em sua origem étnica, religião, gênero ou orientação sexual, isso cria um terreno fértil para a frustração e o conflito (União Europeia no Brasil, n.d.). Para Sachs (2015),

A prosperidade compartilhada, a justiça social e a sustentabilidade ambiental são os pilares inseparáveis para a construção de uma paz duradoura. A erradicação da pobreza e da desigualdade, aliada à proteção do meio ambiente, é fundamental para eliminar as causas profundas dos conflitos e da violência. (p. 215)

§326. Empoderar grupos marginalizados, como mulheres, minorias étnicas e comunidades indígenas, não apenas é um imperativo de justiça social, mas também contribui para a estabilidade. Quando todos têm voz e oportunidades iguais na sociedade, o risco de conflito é reduzido (Sachs, 2015). Permitir que as comunidades locais participem ativamente da tomada de decisão que afeta suas vidas é essencial para a coesão social. Quando as pessoas têm a capacidade de influenciar políticas e programas que atendam às suas necessidades, elas se sentem mais investidas na paz e no desenvolvimento de suas próprias comunidades (Amorim, 2008).

§327. O fortalecimento das capacidades locais para a prevenção de conflitos é uma estratégia eficaz. Isso pode envolver treinamento em resolução de conflitos,

promoção do diálogo e construção de redes de apoio comunitário. Comunidades bem informadas e capacitadas estão mais preparadas para evitar conflitos e resolver disputas de maneira pacífica (Amorim, 2008). A resiliência é a capacidade de uma comunidade ou nação de se recuperar de choques e estresses, como desastres naturais, crises econômicas ou pandemias. Comunidades resilientes são menos propensas a entrar em conflito quando enfrentam adversidades, pois possuem mecanismos para lidar com crises de maneira construtiva (Sachs, 2015).

§328. A prevenção de conflitos não se limita apenas à resolução de disputas depois que elas surgem. A diplomacia preventiva envolve a identificação antecipada de potenciais pontos de tensão e a ação para abordá-los antes que se tornem violentos. Isso requer análise de riscos, mediação de conflitos latentes e construção de pontes entre grupos diversos (Sachs, 2015). Para Alessandro Baratta (2002),

A paz não pode ser simplesmente definida como a ausência de guerra, mas sim como a presença de justiça social, igualdade de oportunidades e respeito aos direitos humanos. A criminalização da pobreza e a exclusão social são obstáculos à construção de uma paz verdadeira e duradoura. (p. 157)

§329. O desenvolvimento e a coesão são fatores interdependentes que desempenham papéis essenciais na construção da paz. O desenvolvimento sustentável não apenas reduz as causas subjacentes dos conflitos, mas também promove um ambiente de esperança e oportunidade. A coesão global, a diplomacia, a inclusão, a igualdade, a participação cidadã e a resiliência são abordagens práticas que contribuem para a prevenção de conflitos e para a promoção de sociedades pacíficas e prósperas. A paz é mais do que a ausência de guerra; é a presença ativa de medidas que abordam as raízes dos conflitos e fortalecem os laços de comunidades e nações em todo o mundo (Baratta, 2002).

§330. Nesta tese, argumentamos que a paz mundial exige uma abordagem abrangente, unindo desenvolvimento sustentável e coesão social. O desenvolvimento sustentável não se limita ao crescimento econômico, mas busca igualdade social e

preservação ambiental, combatendo fontes de conflito como pobreza e desigualdade. A coesão social, por sua vez, engloba cinco elementos: (i) cooperação internacional, ou seja, diplomacia, respeito aos acordos internacionais e combate aos desafios globais (ex.: ONU); (ii) justiça e inclusão, por meio do combate à discriminação e o empoderamento de grupos marginalizados (ex.: mulheres) de modo a garantir o acesso à justiça imparcial; (iii) participação cidadã, promovida através do envolvimento da comunidade na tomada de decisão, propiciando a responsabilidade política; (iv) resiliência, relacionada ao fortalecimento da capacidade de lidar com crises para evitar conflitos (ex.: desastres e pandemias); e (v) prevenção, que envolve identificar e abordar focos de tensão antes que se tornem violentos.

§331. Por fim, ressaltamos que este texto destaca a interdependência entre desenvolvimento e coesão, com exemplos de como cada elemento contribui para a paz. O desenvolvimento corrobora para a redução da pobreza, gera oportunidades, diminui tensões sociais e promove a esperança. Já a coesão promove a resolução pacífica de conflitos, fortalece a cooperação internacional e garante justiça social. Em resumo, argumentamos que a paz não é apenas a ausência de guerra, mas um processo ativo que exige: (i) combater as fontes de conflitos, como pobreza, desigualdade, injustiça social e exclusão; (ii) fortalecer a coesão por meio da cooperação, justiça, inclusão, participação cidadã e resiliência; e (iii) definir a paz como um esforço contínuo que exige ação conjunta e global para construir um mundo mais justo, igualitário e sustentável.

2.5. A Coesão nos Documentos Oficiais da UE: O Positivar da paz na Filosofia de Emanuel Levinas

A violência é o último refúgio do incompetente.

– Terceiro Doctor (Jon Pertwee), Doctor Who: The Dæmons, 1971[177]

§332. A UE tem uma longa história de produção de documentos e tratados relacionados à paz e cooperação entre seus Estados-membros. Abaixo, apresentamos uma lista de alguns dos documentos mais significativos em ordem cronológica:

- Tratado de Paris (1951): embora não diretamente relacionado à paz, este tratado estabeleceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que foi o primeiro passo para a integração europeia pós-Segunda Guerra Mundial. A CECA visava a cooperação econômica e a promoção da paz.
- Tratado de Roma (1957): estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade de Energia Atômica da Europa (EURATOM), que tinham o objetivo de promover a integração econômica e a paz na Europa (Rossi, 2010).
- Declaração de Schuman (1950): elaborada pelo Ministro das Relações Exteriores francês Robert Schuman, propôs a criação da CECA e é considerada o ponto de partida para a UE. Ela enfatizou a cooperação em setores-chave para evitar conflitos (Gerbet, 1995; Milward, 1988; Schuman, 1950).
- Tratado de Maastricht (1992): estabeleceu a UE como uma entidade jurídica e criou a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), uma política externa comum que busca a paz e a segurança na Europa.[178]
- Tratado de Amsterdã (1997): introduziu alterações importantes para a UE, incluindo a ênfase na promoção dos direitos humanos e prevenção de conflitos.[179]

[177] Frase dita pelo Terceiro Doctor (Jon Pertwee) no episódio *The Dæmons*, refletindo a filosofia pacifista da série e a crença de que a inteligência e a diplomacia são sempre preferíveis à força bruta.

[178] O Tratado da União Europeia, mais conhecido como Tratado de Maastricht, assinado em 7 de fevereiro de 1992, marcou um ponto crucial na História da integração europeia. Este documento ambicioso não apenas estabeleceu a União Europeia como a conhecemos hoje, mas também consolidou a paz no continente europeu após décadas de conflitos (Costa, 1993; Lobo, 1993; Magalhães, 1992; Sousa, 1992; Urwin, 1995).

[179] O Tratado de Amsterdã é o resultado da Conferência Intergovernamental (CIG) que aconteceu entre março de 1996 e Junho de 1997 e que deveria, não tocando na moeda única, completar Maastricht, aprofundando a UE na perspectiva de maior democracia, legitimidade e

- Tratado de Nice (2001): reformou as instituições da UE buscando prepará-la para sua expansão em direção aos países do leste europeu após o colapso do bloco comunista.[180]
- Tratado de Lisboa (2007): também conhecido como Tratado Reformador, este fortaleceu as políticas externas e de segurança da UE, incluindo a política externa e de segurança comum. Além disso, reforçou o compromisso da UE com os valores democráticos e os direitos humanos.[181]
- Estratégia de Segurança da eu (EES) (2003): delineou a abordagem da UE em relação à segurança global, enfatizando a prevenção de conflitos, o multilateralismo e a promoção dos direitos humanos como componentes essenciais para a paz.[182]
- Estratégia Global da UE (EGE) (2016): delineou uma estratégia abrangente da UE para a política externa e de segurança, destacando a importância da prevenção de conflitos, da promoção da paz e da cooperação internacional.[183]

---

eficácia, preparando assim o novo alargamento. O balanço é mitigado: avanços reais ao encontro dos interesses dos cidadãos em questões de direitos fundamentais, liberdade e segurança, emprego e política social; progressos limitados na política externa e defesa; reforma institucional insuficiente.

[180] O Tratado de Nice alterou o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e certos atos conexos (Magalhães, 2003; Nogueira, 2004; Stein, 2002; Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, 2021).

[181] O Tratado de Lisboa representa um passo significativo na consolidação da União Europeia e de seus valores, com destaque para a paz. Ao fortalecer os mecanismos de cooperação e ação externa, o Tratado permitiu que a UE assumisse um papel mais ativo na promoção da paz tanto dentro como fora de suas fronteiras. As disposições do Tratado sobre paz refletem o compromisso da UE em construir um futuro mais seguro e próspero para seus cidadãos e para o mundo (Tratado de Lisboa, 2007).

[182] Em um mundo pós-Guerra Fria, marcado por novas ameaças e desafios complexos, a UE publicou em dezembro de 2003 um documento crucial para sua política externa e de segurança: *Uma Europa Segura num Mundo Melhor: Estratégia Europeia de Segurança*. Este documento, comumente conhecido *como Estratégia Europeia de Segurança (EES)*, delineou a visão da UE para um sistema internacional mais seguro e pacífico, além de definir o papel da própria União nesse contexto. A EES coloca a paz como um dos pilares de sua estratégia, reconhecendo que a segurança da UE está intrinsecamente ligada à segurança e estabilidade do mundo. Nesse sentido, o documento afirma que “A União Europeia foi criada precisamente para evitar que na Europa se repetissem tragédias como as das duas Guerras Mundiais. A integração europeia consiste em uma resposta política à carnificina e à destruição provocadas por esses conflitos e visava garantir que a guerra entre os Estados-Membros se tornasse impensável” (EES, 2003, p. 5).

[183] Essa Estratégia Global representa um marco importante na política externa e de segurança da UE. O documento destaca a importância da paz como um objetivo central e delineia uma abordagem abrangente para alcançá-la, combinando diplomacia, desenvolvimento, ajuda humanitária e outras ferramentas. A capacidade da UE para implementar a EGE de forma eficaz determinará, em grande medida, o seu sucesso na promoção da paz e da segurança no mundo.

§333. Esses documentos representam apenas uma parte da vasta gama de acordos, tratados e declarações que a UE produziu ao longo de sua História para promover a paz, a cooperação e a estabilidade na Europa e no mundo. Cada um deles reflete o compromisso contínuo com a construção e a manutenção da paz em seu território e além. [184] Desse modo, representam marcos importantes na evolução da comunidade europeia. [185] Frisamos que a coesão é um tema central nos documentos oficiais da UE e sua ênfase reflete o compromisso do bloco com a promoção da paz e da estabilidade na região. Os documentos oficiais destacam o papel da coesão em várias dimensões, que destacamos a seguir:

- coesão econômica e social: os tratados fundadores da UE, como o Tratado de Roma de 1957, estabeleceram a coesão econômica e social como um dos principais objetivos da integração europeia. A coesão nesse contexto visa reduzir as disparidades econômicas entre as regiões da UE, promovendo o desenvolvimento equitativo e a convergência econômica. Ao fazer isso, o grupo visa prevenir tensões econômicas e sociais que poderiam levar a conflitos (Bacaria, 2014).
- coesão territorial: é uma preocupação importante nos documentos, que buscam promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento equilibrado em

[184] Os trechos a seguir mostram a importância central da paz na concepção e nos objetivos da UE apresentados no do Tratado de 1992: “Preâmbulo: O Tratado inicia reconhecendo ‘a vontade dos povos (...) de prosseguir na via da unidade europeia’, e ‘determinados em criar uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível dos cidadãos’. Esta declaração evidencia a importância da unidade e da proximidade entre os povos como forma de evitar conflitos. (...) Artigo 2: Este artigo define os objetivos da União, incluindo ‘a promoção da paz, dos seus valores e do bem-estar dos seus povos’. Esta passagem destaca a importância da paz como um objetivo central da União. (...) Título V - Disposições relativas a uma política externa e de segurança comum: Este título estabelece a PESC, que visa ‘salvaguardar os valores comuns, os interesses vitais, a independência e a integridade da União, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas’. Esta passagem demonstra o compromisso da União com a paz e a segurança internacionais” (Tratado da União Europeia, 1992).

[185] O Tratado de Lisboa (2007), por exemplo, ao reforçar o compromisso da UE com a paz, contribuiu para: (1) o fortalecimento da coesão interna ao consolidar os valores comuns, incluindo a paz, contribuindo para fortalecer a coesão entre os Estados-membros; (2) o aumento da capacidade de ação externa através da PCSD e de outras medidas que equiparam a UE com ferramentas mais eficazes para promover a paz e a segurança internacional; e (3) a consolidação da imagem da UE como ator global, dando ênfase na paz de moda a reforçar a imagem da UE como um ator global comprometido com a resolução pacífica de conflitos e a cooperação internacional.

todas as áreas geográficas da UE, incluindo regiões periféricas. Isso contribui para a estabilidade, evitando que áreas economicamente desfavorecidas se sintam marginalizadas (Magone, 2003).

- coesão política e institucional: a UE também enfatiza a coesão política e institucional como um meio de garantir a unidade e a cooperação entre seus Estados-membros. Os tratados, como o Tratado de Lisboa, reforçaram as instituições da UE para torná-las mais eficientes e democráticas, promovendo assim uma maior coesão interna (Ramos, 2010).
- coesão externa: os documentos oficiais da UE refletem o seu compromisso em promover a paz e a estabilidade em sua vizinhança e em todo o mundo. A sua política de vizinhança, por exemplo, busca promover a coesão econômica e política em países vizinhos, contribuindo para a prevenção de conflitos na região (Wilkinson, 2006).
- coesão social e cultural: a promoção da coesão social e cultural é uma parte essencial dos documentos da UE. A inclusão de grupos marginalizados, a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos são temas recorrentes, que não apenas fortalecem a sua coesão interna, mas também enviam uma mensagem de paz e respeito pelos valores compartilhados (Faria, 2017).

§334. A coesão é um conceito fundamental nos documentos oficiais da UE, refletindo o seu compromisso com a promoção da paz, a estabilidade e a unidade em toda a região e além. Através da promoção do desenvolvimento econômico e social equitativo, da igualdade, da inclusão e da cooperação global, a UE busca positivar a paz como um resultado tangível de sua ação coletiva. Nesse sentido, a coesão não é apenas uma aspiração, mas uma estratégia prática para a prevenção de conflitos e a construção de um futuro pacífico na Europa e no mundo (Rodrigues, 2019).

§335. Na obra *Paz e Proximidade*, Lévinas (1997) convida o leitor a uma profunda reflexão sobre a relação entre o *eu* e o *outro*, buscando delinear os fundamentos éticos para a construção da paz. A obra, embora não se configure como um tratado sistemático sobre o tema, oferece *insights* valiosos sobre como a ética da alteridade, central em seu pensamento, pode fundamentar uma educação para a paz. A importância da ética levinasiana na educação reside, sobretudo, na centralidade do conceito de *rosto* e sua profunda relação com a paz. O encontro com o rosto do outro, experiência que para Lévinas (1980) transcende a ordem do conhecimento, irrompe como um apelo ético irredutível, como mostra a passagem: “O rosto fala. Ele me dirige a palavra e, com isso, me solicita. (...) A relação com o rosto é imediatamente ética” (p. 212).

§336. Esse encontro convoca-nos à responsabilidade e a não-violência, pois no rosto do outro reconhecemos sua humanidade, singularidade, diferença irredutível. A violência, nesse contexto, configura-se como a negação da alteridade, a tentativa de reduzir o outro ao mesmo, de aniquilar sua singularidade, como diz Lévinas (1997): “A violência consiste nesse movimento primeiro de recusa do outro homem, que funda o eu e a posse” (p. 147). Uma educação para a paz inspirada em Lévinas (1997; 1980; 1988) implicaria, dessa maneira, em cultivar a sensibilidade para a presença do outro, reconhecendo sua dignidade e irredutibilidade. Essa perspectiva se conecta diretamente com a investigação da *constituição psíquica* e *do modo de ser como Autopreservação*, pois exige uma mudança de paradigma do egoísmo para a responsabilidade.

§337. Lévinas (1988) também evoca a dimensão religiosa do seu pensamento e sua relevância para a construção da paz ao abordar a *inspiração no Deus de Israel como saída de Ser*. A experiência do divino, em sua perspectiva, não se dá como imposição de dogmas ou preceitos, mas como um chamado à responsabilidade infinita pelo outro, transbordando o âmbito individual e refletindo-se na esfera social e política. Assim, Lévinas (1988) frisa que “A relação com Deus, relação ética por

excelência, é uma relação com um ser absolutamente outro, que não pode ser reduzido ao mesmo e cuja alteridade me impõe uma responsabilidade infinita" (p. 78).

§338. A construção de uma *sociedade levinasiana*, com a *esperança no Estado, na política e nos meios jurídicos*, complementa a análise da obra. A paz, para Lévinas (1997), transcende a mera ausência de conflitos, implicando na construção de uma sociedade justa, em que a alteridade seja reconhecida e respeitada em todas as suas dimensões. Nessa direção, Lévinas (1997) argumenta que "A paz não é apenas a ausência da guerra, mas a justiça, a igualdade, a liberdade" (p. 215). Aqui, é fundamental ressaltar que visamos apenas oferecer algumas pistas para a análise de *Paz e Proximidade* no contexto da pesquisa em questão. Uma imersão mais profunda na obra, explorando detalhadamente os argumentos de Lévinas (1997; 1980; 1988) e conectando-os explicitamente aos objetivos e conclusões da pesquisa, se faz necessária para uma análise completa.

§339. Ressaltamos que isso se correlaciona com a coesão econômica e social, que é um dos pilares fundamentais da UE. Isso significa que a União trabalha ativamente para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre suas regiões. Por meio de políticas e programas de financiamento, como os Fundos Estruturais e de Investimento, ela busca promover o desenvolvimento equitativo, impulsionar a criação de empregos e melhorar a qualidade de vida em regiões menos desenvolvidas. Isso não apenas promove a estabilidade interna, mas também diminui o risco de conflitos internos motivados pela desigualdade econômica (Barca, 2014).

§340. A coesão territorial reconhece que todas as regiões da UE, independentemente de sua localização geográfica, devem ter oportunidades iguais de crescimento e desenvolvimento. Isso não apenas evita que as regiões periféricas se sintam marginalizadas, mas também ajuda a prevenir tensões regionais que poderiam surgir devido a diferenças significativas de desenvolvimento (Espinosa, 2015). A

coesão política e institucional é vital para a UE, pois garante que os Estados membros sigam princípios democráticos e valores compartilhados. Isso fortalece a sua unidade e a capacidade de agir coletivamente em questões globais. Para além disso, salientamos que a criação de instituições sólidas e eficazes, como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, também contribui para a coesão interna (Pierson, 1996).

§341. Além de suas fronteiras, a UE promove a coesão em sua política externa. Através da Política Europeia de Vizinhança e outros instrumentos de cooperação internacional, o bloco trabalha com países vizinhos e parceiros globais para promover a estabilidade política, o desenvolvimento econômico e a paz. Isso não apenas contribui para a segurança da UE, mas também ajuda a prevenir conflitos regionais (Comissão Europeia no Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial, 2020). A promoção da coesão social e cultural é um compromisso contínuo da UE. Isso envolve o respeito pelos direitos humanos, a promoção da igualdade de gênero, a inclusão de grupos minoritários e a celebração da diversidade cultural. A coesão social e cultural não apenas fortalece a identidade europeia, mas também promove a compreensão mútua e a paz dentro e fora das fronteiras da EU (União Europeia, 2020).

§342. Em última análise, a coesão nos documentos oficiais da UE é uma expressão concreta do compromisso da organização em construir e manter a paz através do desenvolvimento equitativo, da cooperação global e do fortalecimento de suas instituições e valores fundamentais. Isso não apenas beneficia os cidadãos europeus, mas também contribui para a estabilidade e a paz no mundo em um momento em que esses valores são essenciais.[186] A coesão econômica e social é

[186] Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, a UE encontra-se diante da necessidade de atualizar sua postura geopolítica. Assim, em junho de 2016, a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Federica Mogherini, apresentou a *Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (EGE)*, um documento fundamental que delineou os objetivos e prioridades da UE no cenário internacional.

um dos princípios fundamentais da UE, estabelecido em seus tratados. Isso significa que o bloco se esforça para reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre suas regiões. Para alcançar isso, a UE implementa uma política de convergência, alocando recursos financeiros e investindo em regiões menos desenvolvidas. Isso não apenas melhora a qualidade de vida nas regiões mais necessitadas, mas também contribui para a prevenção de conflitos internos, pois as disparidades econômicas frequentemente são uma fonte de tensão.[187]

§343. A coesão territorial é uma abordagem que visa garantir que todas as regiões, independentemente de sua localização geográfica, tenham oportunidades iguais de desenvolvimento. A UE reconhece que o equilíbrio territorial é essencial para a paz, pois regiões que se sentem marginalizadas podem se tornar focos de instabilidade. Desse modo, a coesão territorial busca evitar a polarização e a exclusão. A coesão política e institucional é essencial para a funcionalidade do bloco. A UE baseia-se em instituições democráticas e no respeito ao Estado de Direito. O fortalecimento dessas instituições e o respeito aos valores democráticos contribuem para a coesão interna, assegurando que os Estados-membros compartilhem uma visão comum de paz, estabilidade e cooperação.

§344. Além de suas fronteiras, a UE promove a coesão em sua política externa, como parte de sua abordagem de diplomacia preventiva. Através da Política Europeia de Vizinhança, a organização busca estabilizar as regiões vizinhas, promovendo

[187] A busca pela paz permeia toda a EGE, sendo considerada tanto um objetivo final quanto um meio para alcançar outros objetivos estratégicos. O documento destaca a importância da prevenção de conflitos, da gestão de crises e do apoio à construção da paz, destacando: (i) prioridade à prevenção: “A prevenção de conflitos e crises é a forma mais eficaz e sustentável de garantir a segurança da União Europeia e dos seus cidadãos” (EGE, p. 9); (ii) diplomacia ativa: “A UE aumentará os seus esforços de mediação e diálogo, bem como o seu apoio aos atores regionais e internacionais que trabalham para a resolução pacífica de conflitos” (EGE, p. 21); (iii) ferramentas multifacetadas: “A UE utilizará todas as suas políticas e instrumentos de forma coerente para promover a paz e a segurança, incluindo a diplomacia, a cooperação para o desenvolvimento, a ajuda humanitária, o comércio e investimento” (EGE, p. 12); (iv) promoção do multilateralismo: “A UE trabalhará em estreita colaboração com as Nações Unidas e outras organizações internacionais para fortalecer a ordem internacional baseada em regras e promover a resolução pacífica de conflitos” (EGE, p. 30); e (v) compromisso com os direitos humanos: “A UE continuará a promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais em todo o mundo, como elementos essenciais para a paz e a segurança sustentáveis” (EGE, p. 15).

reformas democráticas e desenvolvimento econômico. Isso contribui para a paz na vizinhança da UE e reduz as pressões de segurança. A promoção da coesão social e cultural envolve a proteção dos direitos humanos, a promoção da igualdade de gênero e a inclusão de minorias étnicas e culturais. A UE reconhece que sociedades coesas são menos propensas a conflitos internos. Dessa maneira, a promoção da coesão social e cultural também é uma estratégia de prevenção de conflitos.[188]

§345. A coesão é um conceito interligado em todos os documentos oficiais da UE, e sua presença reflete o compromisso do bloco em construir e manter a paz por meio do desenvolvimento equitativo, da igualdade, da democracia e da cooperação global. Essa abordagem não apenas beneficia os cidadãos europeus, mas também contribui para a paz e a estabilidade em um mundo em que esses valores são essenciais para o bem-estar de todos. A coesão é uma pedra angular da visão da UE de um futuro pacífico e próspero.[189]

§346. A presente análise demonstra que a UE, desde sua gênese, se estrutura como um projeto intrinsecamente ligado à busca pela paz. Através de uma complexa e abrangente arquitetura jurídica e política, o bloco se dedica à construção de um futuro pacífico e próspero, tanto no âmbito interno quanto em suas relações externas. Ao longo deste estudo, foram explorados os principais instrumentos que delineiam as suas ações para a promoção da paz. A análise dos tratados fundadores e subsequentes, como o Tratado de Maastricht e o Tratado de Lisboa, evidenciou o compromisso inabalável com a resolução pacífica de conflitos, a

[188] A *Estratégia Europeia de Segurança* de 2003 representou um marco na política externa e de segurança da UE. O documento reconheceu a importância da paz para a segurança da própria União e delineou uma abordagem abrangente para promovê-la em um mundo cada vez mais complexo. A fim de enfrentar as ameaças à paz global, a EES (2003) evidencia a necessidade de uma ação conjunta da organização em áreas como multilateralismo, diálogo, cooperação, desenvolvimento e gestão de crises.

[189] Embora a EES tenha sido elaborada em um contexto específico, muitos dos seus princípios e objetivos permanecem relevantes para a política externa e de segurança da UE nos dias de hoje. A ênfase na paz, no multilateralismo e na resolução pacífica de conflitos continua a guiar a ação da UE no cenário internacional.

cooperação internacional e o respeito ao Estado de Direito. Aprofundando a investigação, foram examinadas as diversas estratégias, resoluções, programas e parcerias que operacionalizam o compromisso da UE com a paz. Observamos como a política externa e de segurança comum, o instrumento europeu para a paz, e as missões e operações de gestão de crises da UE, entre outras iniciativas, se articulam para promover a estabilidade regional e global.

§347. Com isso, concluímos que a UE pretende se consolidar como um ator fundamental na construção de um mundo mais pacífico, justo e seguro. A amplitude e profundidade de sua atuação, materializada na miríade de instrumentos analisados, demonstram o compromisso perene do bloco com a resolução pacífica de conflitos, a cooperação internacional e a promoção do desenvolvimento humano. Entretanto, os desafios contemporâneos, como a instabilidade geopolítica e as crises humanitárias, exigem constante adaptação e aprimoramento dos mecanismos de promoção da paz. A UE, com sua expertise e compromisso inabalável, permanece na vanguarda dessa busca incessante por um futuro mais pacífico para todos.

§348. Nesta subseção, apresentamos uma análise abrangente do compromisso da UE com a paz, tanto internamente quanto em suas relações externas. Desde sua origem, a União estruturou-se como um projeto de paz, o que se reflete em seus documentos oficiais e ações. Destacamos também a importância da coesão em suas diversas dimensões (econômica, social, territorial, política, institucional, externa e cultural) como elemento fundamental para a paz. A UE busca reduzir desigualdades, promover o desenvolvimento equitativo, fortalecer instituições democráticas e valores compartilhados, além de atuar na resolução de conflitos e na promoção da estabilidade em sua vizinhança e no mundo.

§349. A filosofia de Lévinas (1997; 1980; 1988) e sua ética da alteridade são brevemente apresentadas como um arcabouço para a construção da paz. O encontro com o *rosto do outro* como apelo ético, a responsabilidade para com o próximo e a

necessidade de construir uma sociedade justa fundamentada no respeito à alteridade são ideias extraídas da obra de Lévinas (1997; 1980; 1988).

§350. Por fim, frisamos que a análise realizada perpassa os tratados e instrumentos da UE que materializam seu compromisso com a paz, como: o Tratado de Maastricht; o Tratado de Lisboa; a Política Externa e de Segurança Comum; e o Instrumento Europeu para a Paz. A UE coloca-se como um ator fundamental na construção de um mundo mais pacífico, buscando a resolução pacífica de conflitos, a cooperação internacional e o desenvolvimento humano. Assim, concluímos que a UE, apesar dos desafios contemporâneos como a instabilidade geopolítica e as crises humanitárias, se mantém firme em seu compromisso com a paz. Seus mecanismos de promoção da paz estão em constante aprimoramento para garantir um futuro mais pacífico e próspero para todos.

2.6. A Coesão Entre Guerra e paz: Pressuposto Filosófico Jurídico

Que a Força (Paz) esteja com você.

– George Lucas, Star Wars: Episódio IV – Uma Nova Esperança, 1977

§351. A busca pela coesão entre guerra e paz é um desafio perene na História da humanidade, com implicações profundas no campo filosófico e jurídico. Em uma era em que conflitos armados, tensões geopolíticas e desigualdades persistem, a coesão emerge como um pressuposto filosófico-jurídico crucial, não apenas para a manutenção da paz, mas também para o desenvolvimento de sociedades justas e harmoniosas. A filosofia, ao longo dos séculos, explorou as raízes da discórdia humana e as vias para a harmonia. Filósofos, como Kant (2008a), abordaram a paz como um ideal filosófico, defendendo a ideia de que os seres humanos têm a capacidade de coexistir pacificamente através da razão e do respeito mútuo. O

imperativo categórico kantiano, que exige que ajamos de maneira universalizável e respeitosa pelos direitos dos outros, serve como um alicerce ético para a coesão.

§352. Nos revela Kant (2008b) que “A máxima segundo a qual, nas suas relações recíprocas, os Estados devem proceder do mesmo modo que os indivíduos num estado de natureza, isto é, num estado em que não existe qualquer garantia do direito, é um escândalo” (p. 111)[190]. No campo jurídico, a coesão reflete-se nas leis internacionais, nos tratados e nas constituições que buscam prevenir e resolver conflitos. O direito internacional, por exemplo, proíbe o uso da força entre nações e promove a cooperação diplomática como meio de solucionar disputas. A Carta das Nações Unidas, assinada após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, é um exemplo emblemático da busca jurídica pela coesão global e pela paz (Hobbes, 1983).[191]

§353. Norbert Bilbeny[192] (1993) apresenta importantes contribuições para pensarmos a paz em sua obra *El idiota moral: La banalidad del mal en el siglo XX*. Neste livro, Bilbeny (1993) explora o conceito de *banalidade do mal*, originalmente proposto por Hannah Arendt, e o aplica ao contexto do século XX. Ele argumenta que o mal não é necessariamente cometido por indivíduos monstruosos, mas muitas vezes por pessoas comuns que seguem ordens ou normas sem questionar a moralidade de suas ações. O autor examina casos históricos e filosóficos para ilustrar como a falta de reflexão crítica pode levar a atrocidades. Em síntese, ele aborda a

[190] Nessa obra clássica, Kant (2008b) argumenta que a paz perpétua não é uma utopia, mas sim um objetivo possível através da cooperação entre os Estados e da criação de instituições internacionais.

[191] Segundo Thomas Hobbes (1983), “A paz não consiste apenas na ausência de batalha, mas numa união de corações e vontades numa só e mesma coisa” (p. 124). Em sua obra, o autor argumenta que a natureza humana é egoísta e propensa ao conflito, sendo a guerra o estado natural da humanidade. A paz só pode ser alcançada através de um contrato social que estabeleça um poder soberano capaz de garantir a segurança e a ordem.

[192] Norbert Bilbeny é um filósofo e escritor espanhol, nascido em Barcelona em 1953. Ele é professor de Ética na Universidade de Barcelona e tem uma vasta produção acadêmica e literária, focada principalmente em temas de ética, filosofia política e identidade. Bilbeny é conhecido por sua capacidade de abordar questões complexas de maneira acessível e por seu compromisso com a reflexão crítica sobre os dilemas morais contemporâneos.

banalidade do mal e como a falta de reflexão crítica pode resultar em atrocidades, indicando como a relação entre esse conceito e a paz é direta e profunda.

§354. A paz não é apenas a ausência de guerra, mas também a presença de justiça, empatia e reflexão ética. Quando indivíduos comuns seguem ordens sem questionar a moralidade de suas ações, como Bilbeny (1993) argumenta, há um risco significativo de perpetuação de ciclos de violência e injustiça. Desse modo, a promoção da paz exige uma sociedade em que os indivíduos sejam incentivados a refletir criticamente sobre suas ações e as normas que seguem. A educação ética e a promoção de uma cultura de questionamento são essenciais para prevenir a *banalidade do mal* e, consequentemente, promover a paz. Nas palavras de Bilbeny (1993), “El mal no siempre es cometido por individuos malvados, sino por personas comunes que, sin cuestionar, siguen órdenes o normas establecidas” (p. 45), assim como “La falta de reflexión crítica y la obediencia ciega pueden llevar a atrocidades inimaginables” (p. 78).

§355. Em outra obra, *La identidad cosmopolita: Los límites del patriotismo en la era global*, Bilbeny (2007) aborda a identidade cosmopolita em contraste ao patriotismo tradicional. Ele argumenta que, na era da globalização, a identidade das pessoas é cada vez mais moldada por influências transnacionais, o que desafia os limites do patriotismo. Em face a essa realidade, o autor argumenta que uma identidade cosmopolita pode promover uma maior compreensão e cooperação entre diferentes culturas e nações, ao mesmo tempo em que questiona as lealdades e identidades baseadas exclusivamente em fronteiras nacionais. Dessa maneira, Bilbeny (2007) defende que a paz global depende da capacidade das pessoas de se verem como cidadãos do mundo, além de suas identidades nacionais.

§356. Destacamos que o cosmopolitismo, como defendido pelo autor, desafia os limites do patriotismo tradicional e promove uma visão de mundo em que a solidariedade e a cooperação internacional são valorizadas. Isso é crucial para a paz, pois muitas vezes os conflitos surgem de lealdades e identidades baseadas em fronteiras

nacionais. Uma identidade cosmopolita pode ajudar a superar essas divisões e fomentar um ambiente de paz e colaboração global. Nesse sentido, Bilbeny (2007) enfatiza que “En la era de la globalización, la identidad de las personas está cada vez más influenciada por factores transnacionales” (p. 23), por isso [...] “Una identidad cosmopolita puede fomentar una mayor comprensión y cooperación entre diferentes culturas y naciones” (p. 56).

§357. Os trabalhos de Bilbeny (1993; 2007) oferecem *insights* valiosos sobre como a reflexão crítica e a identidade cosmopolita podem ser compreendidos como elementos fundamentais para a promoção da paz, isto é, suas obras têm uma relação direta com a paz. No texto *El idiota moral: La banalidad del mal en el siglo XX*, observamos essa conexão quando o autor destaca a importância da reflexão crítica para evitar a perpetuação do mal e da violência. A paz, nesse contexto, é alcançada através da educação ética e da promoção de uma cultura de questionamento. Já no texto *La identidad cosmopolita: Los límites del patriotismo en la era global*, identificamos a ligação quando o autor trata de como a identidade global pode superar as divisões nacionais e promover a cooperação internacional. A paz global depende da capacidade das pessoas de se verem como cidadãos do mundo, além de suas identidades nacionais. Assim, o cosmopolitismo torna-se essencial para a construção de um ambiente de paz e colaboração global.

§358. Isso posto, evidenciamos que a coesão também está intrinsicamente ligada aos direitos humanos. Os direitos fundamentais, como igualdade, liberdade de expressão e não discriminação, são alicerces jurídicos que promovem a coesão social. Sociedades que respeitam e protegem esses direitos tendem a ser mais pacíficas e inclusivas (Hobbes, 1983). O desenvolvimento sustentável, conceito que busca equilibrar progresso econômico, social e ambiental, é um imperativo jurídico e filosófico que contribui para a coesão. Ao abordar as desigualdades econômicas e as ameaças ambientais, o desenvolvimento sustentável busca

prevenir conflitos relacionados aos recursos escassos e promover a coesão social (Clausewitz, 2007).[193]

§359. Apesar dos avanços filosóficos e jurídicos, a coesão entre guerra e paz enfrenta desafios complexos no mundo contemporâneo. Tensões geopolíticas, desigualdades econômicas e culturais e o impacto das mudanças climáticas são questões prementes que testam o compromisso com a coesão (Clausewitz, 2007). À medida que a tecnologia avança e as sociedades se tornam mais interconectadas, o papel da coesão como pressuposto filosófico-jurídico é mais crucial do que nunca. A cooperação internacional, o fortalecimento das instituições globais e o respeito pelos direitos humanos emergem como caminhos para a construção de um mundo mais coeso e pacífico (Angell, 1933).[194]

§360. A coesão entre guerra e paz não é apenas um ideal, mas um pressuposto filosófico-jurídico que norteia a busca da humanidade por um futuro mais harmonioso. Ao reconhecer a importância da coesão em todos os níveis da sociedade, desde o individual até o global, podemos trabalhar juntos para superar os desafios atuais e construir um mundo em que a paz e a justiça prevaleçam. Esse é o desafio ético e legal de nossa era (Angell, 1933).

§361. A busca pela coesão entre guerra e paz tem raízes profundas na filosofia. Filósofos como Thomas Hobbes (1983), em sua obra *Leviatã*, exploraram a natureza humana e a necessidade de um contrato social para evitar o estado de guerra de todos contra todos. Enquanto para Hobbes (1983) a coesão social e política é

---

[193] Carl von Clausewitz (2007) argumenta que “A guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (p. 37). O autor ressalta que a guerra é uma extensão da política por outros meios e que a paz é apenas um intervalo entre as guerras. Ele destaca a importância da estratégia, da diplomacia e da compreensão da natureza da guerra para alcançar a vitória e, por consequência, a paz.

[194] De acordo com Norman Angell (1933), “A guerra, como método de resolução de conflitos internacionais, tornou-se obsoleta” (p. 58). O autor argumenta que a interdependência econômica entre as nações torna a guerra economicamente irracional e contraproducente para todos os envolvidos, assim como defende que a paz pode ser alcançada através da cooperação internacional e do livre comércio.

essencial para evitar conflitos,[195] John Locke (1998) argumentou a favor dos direitos naturais e da propriedade como fundamentos para a coesão pacífica da sociedade. Seu pensamento influenciou os fundadores da democracia moderna e enfatizou a necessidade de um governo que respeite os direitos individuais para manter a paz.

§362. No contexto jurídico, a coesão é uma pedra angular da ordem internacional. A Carta das Nações Unidas, adotada em 1945 após a Segunda Guerra Mundial, é um dos documentos jurídicos mais importantes que visam a coesão global. Seu principal objetivo é prevenir o uso da força entre nações e promover a cooperação pacífica.[196] Além disso, o Tribunal Internacional de Justiça, a Corte Internacional de Justiça e outros tribunais internacionais desempenham um papel fundamental na promoção da coesão jurídica, resolvendo disputas entre Estados de maneira pacífica e justa.[197]

§363. A coesão está intimamente ligada aos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece que todos os seres humanos têm direitos inalienáveis, independentemente de sua origem étnica, religião, gênero ou nacionalidade. A proteção e promoção desses direitos são fundamentais para criar sociedades coesas e pacíficas.[198] Esses direitos, como o direito à igualdade, liberdade de expressão e justiça, não apenas contribuem para a coesão social, mas também

---

[195] Francis Fukuyama (1992) argumenta que “A democracia liberal pode constituir o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a forma final de governo humano” (p. 48). Ele entende que a democracia liberal é o sistema político mais bem-sucedido e que sua expansão global levará ao fim da História, entendida como a luta entre ideologias. A paz, nesse contexto, seria uma consequência da vitória da democracia liberal.

[196] A obra de Carl Schmitt (1888–1955) pode ser utilizada para argumentar a impossibilidade de uma coesão real entre guerra e paz. Para Schmitt (2009), a política define-se pela distinção amigo-inimigo, sendo a guerra a expressão máxima dessa dicotomia. Logo, “O estado de exceção [a guerra] tende a se tornar regra” (p. 41).

[197] É importante salientar a complexidade do tema coesão entre guerra e paz dentro do escopo do pressuposto filosófico-jurídico.

[198] Nessa perspectiva, a paz seria apenas uma trégua momentânea, um interlúdio na luta constante pela sobrevivência política (Schmitt, 2009).

servem como princípios que orientam a resolução pacífica de conflitos.[199] No mundo atual, cada vez mais interconectado pela tecnologia e pela globalização, a coesão estende-se além das fronteiras nacionais. Dessa maneira, questões como mudanças climáticas, migração, cibersegurança e comércio internacional exigem uma abordagem coesa e colaborativa (Bobbio, 2001).

§364. A coesão também é relevante em questões de justiça global, incluindo o acesso a recursos naturais, distribuição de vacinas e alívio da pobreza. A busca por soluções que promovam a coesão entre nações é vital para prevenir conflitos globais.[200] Apesar dos avanços filosóficos e jurídicos, a coesão entre guerra e paz enfrenta desafios complexos no mundo contemporâneo, como tensões geopolíticas, nacionalismo exacerbado, extremismo e desigualdades persistentes (Bobbio, 2001). Além disso, a evolução das tecnologias, incluindo armas cibernéticas e autônomas, apresenta novos desafios à manutenção da paz. A coesão entre as nações torna-se ainda mais essencial para evitar conflitos que poderiam resultar em consequências catastróficas (Walzer, 2003).[201]

§365. A coesão entre guerra e paz é um pressuposto filosófico-jurídico que permeia a História da humanidade e orienta os esforços para construir um mundo mais pacífico e justo. A Filosofia e o Direito desempenham papéis complementares na promoção dessa coesão, enquanto os desafios contemporâneos exigem uma abordagem global e colaborativa.[202] O compromisso com a coesão não é apenas uma aspiração, mas um imperativo ético e jurídico que deve guiar os esforços para

---

[199] A busca pela paz pode ser compreendida como objetivo do direito, pois em contraponto à visão schmittiana, autores como Norberto Bobbio (1909–2004), defendem a busca pela paz como objetivo fundamental do direito internacional. Bobbio (2001) argumenta que a guerra, mesmo quando "legal", representa uma falha do ordenamento jurídico. Logo, "O direito internacional clássico era, em substância, um direito da guerra e da paz" (p. 37).

[200] A partir dessa perspectiva, a coesão entre guerra e paz se daria através da construção de um sistema jurídico internacional forte o suficiente para evitar a eclosão de conflitos (Bobbio, 2001).

[201] A teoria da guerra justa pode ser utilizada para argumentar a favor de uma possível coesão entre guerra e paz, ainda que em termos específicos. Michael Walzer (2003) argumenta que a guerra pode ser justificada em casos extremos, como legítima defesa contra agressão injusta. Logo, para Walzer (2003), "A teoria da guerra justa procura limitar os horrores da guerra" (p. 35).

[202] Nesse sentido, a coesão realiza-se na busca por uma guerra menos brutal, com regras claras e respeito aos direitos humanos, mesmo em situações de conflito (Walzer, 2003).

superar diferenças, prevenir conflitos e construir sociedades harmoniosas e inclusivas em um mundo interdependente (Walzer, 2003).

§366. A coesão atua como um ponto de equilíbrio entre a guerra, um estado de conflito e destruição, e a paz, um estado de harmonia e estabilidade. Ela representa a capacidade das sociedades de gerenciar e resolver suas diferenças sem recorrer à violência,[203] assim como implica em uma coexistência pacífica e respeito mútuo entre indivíduos, grupos, nações e culturas. Isso requer a aceitação da diversidade e a promoção de valores comuns que transcendam as diferenças (Habermas, 1999; Habermas, 2003). A promoção da coesão é uma estratégia eficaz na prevenção de conflitos. Quando as disparidades econômicas, sociais ou culturais são reduzidas, a probabilidade de conflito diminui. Além disso, sociedades coesas tendem a ser mais resilientes em face de tensões.[204]

§367. O direito internacional desempenha um papel fundamental na busca pela coesão global. Tratados e convenções internacionais, como a Convenção de Genebra e a Convenção das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, estabelecem princípios e normas que visam proteger a dignidade humana, prevenir conflitos armados e promover a coesão entre nações.[205] A coesão está intrinsecamente ligada à justiça social. Quando as desigualdades econômicas e sociais são abordadas, as sociedades têm mais chances de alcançar a paz interna. A promoção de oportunidades iguais e a distribuição justa de recursos são elementos chave na construção da coesão (Habermas, 1998b).

---

[203] A necessidade de uma nova ética global é o grande eixo condutor do pensamento de autores como Habermas. Para Habermas (1998b), existe uma necessidade de uma nova ética global para lidar com os desafios do mundo contemporâneo, incluindo a guerra e a paz. Habermas (2003) também argumenta que a globalização exige uma nova forma de pensar a política e o direito, baseada no diálogo e na cooperação entre diferentes culturas.

[204] Para Habermas (1998b), “A paz perpétua não pode ser um produto da política do poder, mas deve encontrar o seu fundamento numa mudança de mentalidade” (p. 205).

[205] Nesse contexto, a coesão entre guerra e paz seria construída a partir de um esforço conjunto para superar as causas da violência e promover a justiça social (Habermas, 1998b).

§368. Nos tempos modernos, a busca pela coesão enfrenta desafios significativos, como polarização política, nacionalismo extremo e ameaças globais, tais como o terrorismo e as mudanças climáticas. Abordar esses desafios exige uma abordagem multidimensional que combine esforços filosóficos, jurídicos, políticos e sociais (Habermas, 1998b). A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável é um exemplo de como a coesão está ligada ao desenvolvimento global. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam promover a coesão global, abordando questões como pobreza, desigualdade, educação, saúde, paz e justiça.[206]

§369. A coesão serve como um fundamento ético para a convivência humana. Ela reflete a aspiração de construir sociedades em que as pessoas possam viver em paz, prosperidade e respeito mútuo. Nesse contexto, a coesão não é apenas uma estratégia, mas uma expressão dos valores fundamentais da humanidade (Arendt, 2010; Aristóteles, 2001b; Durkheim, 2013; Kant, 2002c; Sen, 2000; Tajfel & Turner, 2009). A busca pela coesão entre guerra e paz é um desafio constante, mas também é uma aspiração nobre e essencial para o nosso mundo. À medida que enfrentamos os desafios complexos do século XXI, a coesão continua a ser um pressuposto filosófico-jurídico que nos guia na construção de um futuro mais pacífico, justo e harmonioso.[207]

§370. A história da humanidade é marcada por conflitos, e a disputa por recursos naturais e o controle de riquezas figuram como fontes comuns de instabilidade e guerra. A

[206] A coesão entre guerra e paz, no âmbito do pressuposto filosófico-jurídico, permanece um desafio complexo e multifacetado. As diferentes perspectivas apresentadas demonstram a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema, buscando novas formas de pensar a relação entre esses dois polos aparentemente opostos.

[207] A Declaração de Laeken (2001) enfatiza que “Os europeus esperam que a União os proteja contra os caprichos de uma economia globalizada e de uma sociedade insegura. Desejam que a União seja um fator de paz e um modelo de desenvolvimento sustentável” (p. 2). Essa passagem demonstra a consciência de que a paz não se limita à ausência de conflitos armados, mas também engloba segurança econômica e social. A Declaração defende que a União Europeia deve ser um farol de prosperidade e justiça social, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e, portanto, mais pacífico.

posse e o acesso a recursos estratégicos, como petróleo, água, minerais preciosos e terras férteis, são fatores que, historicamente, impulsionaram a ganância, a competição e a violência entre os Estados. A busca por hegemonia e poder geopolítico, frequentemente atrelada à exploração e ao controle desses recursos, coloca em xeque a paz mundial e alimenta um ciclo vicioso de violência e instabilidade. Essa realidade se traduz na expressão *maldição dos recursos*, que descreve a paradoxal relação entre a abundância de recursos naturais em um país e seu baixo desenvolvimento socioeconômico, frequentemente acompanhada de conflitos internos e externos.

§371. O economista Collier (2007), no livro *The bottom billion: Why the poorest countries are failing and what can be done about it*, argumenta que a existência de recursos valiosos, em vez de promover prosperidade, pode, em alguns casos, alimentar a corrupção, o autoritarismo e a guerra civil, criando um ambiente propício à instabilidade. Collier (2007) observa que os países ricos em recursos podem se tornar dependentes de sua exportação, negligenciando a diversificação econômica e a justiça social, o que os torna vulneráveis a choques externos e a conflitos internos.

§372. A crescente demanda por recursos naturais, impulsionada pelo crescimento populacional, a industrialização e os padrões de consumo, intensifica a competição global. Em um cenário de escassez relativa e crescente demanda, a busca por controle das áreas ricas em recursos estratégicos torna-se um importante fator de tensão geopolítica. O analista político Klare (2001), no livro *Resource wars: The new landscape of global conflict*, argumenta que a geopolítica do século XXI será moldada pela disputa por recursos escassos, como água, alimentos e energia. Essa disputa, potencializada pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental, pode levar ao aumento das tensões entre Estados, com o risco de escalada para conflitos armados.

§373. Em contraste com esse cenário, a História da UE oferece um exemplo interessante de como a cooperação em torno de recursos naturais pode promover a paz e a integração regional. A criação da CECA em 1951, após a Segunda Guerra Mundial, tinha como objetivo central evitar novos conflitos entre a França e a Alemanha, colocando a produção de carvão e aço sob o controle conjunto. Essa iniciativa pioneira lançou as bases para a integração europeia, demonstrando que a cooperação econômica em torno de recursos estratégicos pode ser um instrumento poderoso para a construção da paz.

§374. No entanto, a UE também enfrenta desafios relacionados à segurança energética e à dependência de fornecedores externos, como da Rússia, para suprir suas necessidades de gás natural. Nesse aspecto, a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 evidenciou a fragilidade da segurança energética europeia e a necessidade de diversificar suas fontes de energia, investindo, por exemplo, em energias renováveis.

§375. A disputa por recursos naturais e pelo controle das riquezas representam um desafio persistente à paz e à segurança globais. A crescente demanda, a escassez relativa e a geopolítica da escassez criam um ambiente propício para eclosão de conflitos e instabilidade. A experiência da UE demonstra que a cooperação internacional, a gestão compartilhada de recursos e a busca por soluções pacíficas são essenciais para evitar a escalada da violência e construir um futuro mais sustentável e pacífico.

§376. Ainda evidenciamos que a História está repleta de conflitos e guerras que surgiram devido à desigualdade, à falta de respeito pelos direitos humanos e às tensões entre grupos ou nações.[208] A coesão, nesse contexto, é vista como um antídoto

[208] As guerras entre nações, embora frequentemente apresentadas sob o véu de motivações ideológicas ou nacionalistas, raramente se desprendem da lógica dos interesses econômicos. A História demonstra como a busca por recursos naturais, mercados consumidores e vantagens geopolíticas se configura como um motor crucial para conflitos entre Estados. Um exemplo paradigmático pode ser encontrado na História da África, continente rico em recursos naturais, mas palco de inúmeros conflitos, alimentados pela cobiça internacional. Autores, como Keenan (2009),

para a guerra, pois visa abordar as raízes dos conflitos, como desigualdades econômicas e sociais, discriminação e falta de compreensão mútua (Declaração de Laeken, 2001).[209] Os direitos humanos desempenham um papel central na promoção da coesão. O respeito pelos direitos individuais, como liberdade de expressão, igualdade perante a lei e acesso à educação, são princípios que ajudam a criar sociedades coesas. Quando esses direitos são violados, as tensões podem surgir e, em última instância, levar a conflitos.[210]

§377. A cooperação internacional é uma extensão da coesão, pois envolve nações trabalhando juntas para alcançar objetivos comuns, como paz, segurança e desenvolvimento sustentável. Organizações internacionais, como as Nações Unidas, desempenham um papel vital na promoção da coesão global, estabelecendo normas e facilitando a diplomacia entre os países.[211] Quando os

---

em seu livro *The death and life of democracy in Africa,* argumentam que a *maldição dos recursos* assola o continente, com a exploração predatória de diamantes, petróleo e madeira, frequentemente orquestrada por empresas multinacionais em conluio com elites locais corruptas, fomentando a instabilidade política e alimentando guerras civis devastadoras. Essa análise é corroborada por Reno (1998), que, no livro *Warlord politics and African States*, demonstra como a guerra se torna um negócio lucrativo em cenários em que o controle de recursos naturais é a chave para o poder político e econômico. A disputa pelos despojos da riqueza africana, longe de ser um problema do passado, perpetua-se no presente, como aponta Smith (2005), na obra *A traição da África*, em que ilustra a força dos interesses econômicos como motor de conflitos entre as nações no continente.

[209] A Declaração de Laeken, documento aprovado pelo Conselho Europeu na cidade homônima, Bélgica, em dezembro de 2001, configura-se como um marco na trajetória da UE. Em um contexto de crise e questionamentos acerca dos rumos do bloco, a Declaração inaugurou um período de profunda reflexão sobre o futuro da integração europeia. Diversos desafios, como o déficit democrático, a ampliação para o leste, e a falta de identidade europeia, colocavam em xeque a funcionalidade e a legitimidade da União. Diante desse cenário, a Declaração de Laeken propôs uma série de questões basilares, buscando delinear um futuro para a UE pautado na democracia, na transparência, na eficácia e na proximidade com o cidadão. Indagações como a finalidade da UE, a divisão de competências entre a UE e os Estados-membros, a reforma das instituições europeias e a definição de uma cidadania europeia nortearam o debate subsequente. A Declaração culminou na Conferência sobre o Futuro da Europa (2002-2003), um fórum que reuniu representantes de diferentes esferas, culminando na elaboração do Tratado de Lisboa (2007), documento que introduziu significativas reformas no funcionamento da UE. Em síntese, a Declaração de Laeken abriu caminho para uma União mais democrática, transparente e próxima dos cidadãos, tornando-se um ponto de inflexão na História da integração europeia.

[210] Segundo a Declaração de Laeken (2001), “A União Europeia deve continuar a ser um polo de estabilidade num mundo em rápida mutação e assumir plenamente as suas responsabilidades no plano internacional” (p. 14). Essa passagem destaca o papel da UE como um ator global que, por meio da diplomacia e da cooperação, pode contribuir para a resolução de conflitos e a promoção da paz em diferentes partes do mundo.

[211] A busca por paz, prosperidade e justiça social, pilares da Declaração de Laeken (2001), continua a ser fundamental para a UE. O sucesso do seu projeto dependerá da capacidade dos

conflitos surgem, a coesão também desempenha um papel importante na resolução pacífica. A mediação e a negociação são métodos que buscam restaurar a coesão entre partes em conflito, muitas vezes através do diálogo e do compromisso.[212]

§378. Nos tempos modernos, a coesão enfrenta desafios complexos, como o extremismo, a polarização política e as crescentes desigualdades. Abordar esses desafios requer um esforço coletivo, tanto no âmbito nacional quanto global, para fortalecer os valores de coesão, justiça e respeito pelos direitos humanos (Tratado da União Europeia, 1992). A coesão está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento sustentável. Uma abordagem de desenvolvimento que promove a coesão e que busca equilibrar o progresso econômico, a inclusão social e a preservação ambiental. Isso não apenas previne conflitos relacionados a recursos escassos, mas também promove um futuro mais estável e harmonioso.[213]

§379. A coesão não é apenas um meio para evitar conflitos, mas também um ideal de paz duradoura. Ela aspira à construção de sociedades em que a diversidade é celebrada, os direitos de todos são respeitados e as diferenças não resultam em divisões, mas em uma maior compreensão e colaboração.[214] O tema da coesão entre guerra e paz é complexo e multifacetado, envolvendo aspectos filosóficos, jurídicos, políticos e sociais. Essa ideia representa a busca contínua da

---

líderes europeus de inspirarem-se nos ideais de Laeken para construir um futuro de paz e cooperação.

[212] O Regulamento (UE) nº 235 (2014) do Parlamento Europeu diz que “A paz, a segurança, a estabilidade, o desenvolvimento sustentável e a prosperidade no mundo dependem do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias, princípios que são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados” (p. 44).

[213] O Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH) é um instrumento financeiro chave da UE para a promoção da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito em todo o mundo. Criado em 2014, o IEDDH substituiu o Programa Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (1994–2006) e o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (2007–2013).

[214] O Mecanismo Africano de Apoio à Paz (APF) é um instrumento crucial para a União Africana (UA) na sua busca por uma África pacífica e segura. Criado em 2003, o APF visa fornecer a UA os recursos necessários para apoiar intervenções lideradas por africanos em situações de conflito e crise. Esta tese analisa o documento da União Europeia (UE) sobre o APF, focando nos seus principais aspectos e destacando as passagens mais relevantes relacionadas à paz.

humanidade por um mundo em que a paz prevalece sobre a guerra e a justiça, a igualdade e o respeito pelos direitos humanos são os alicerces da convivência pacífica. O desafio é grande, mas a aspiração por um mundo mais coeso e pacífico continua sendo um ideal fundamental para a humanidade.[215] Ou seja: o conceito de coesão na UE está limitado ao domínio econômico, mas deve ser macrofilosoficamente elevado ao plano dos valores filosóficos e jusfilósoficos para que seja um mecanismo de convivência entre povos e nações – um instrumento de implementação da paz.

§380. A UE é um exemplo de integração regional bem-sucedida, que inicialmente se concentrou, sobretudo, em objetivos econômicos, como coesão econômica e social entre seus Estados-membros. No entanto, é imperativo argumentar que o conceito de coesão na UE deve transcender seu domínio econômico e ser elevado ao plano dos valores filosóficos e jusfilosóficos para que a coesão se torne um mecanismo abrangente de convivência entre povos e nações, bem como uma ferramenta eficaz de implementação da paz.[216]

§381. Historicamente, a coesão na UE esteve fortemente associada aos objetivos econômicos, visando a redução das disparidades econômicas entre suas regiões. Isso se reflete nos fundos de coesão e na promoção do desenvolvimento regional equitativo como meio de fortalecer a integração europeia. Essa abordagem tem sido bem-sucedida em muitos aspectos, criando uma UE mais estável e próspera. [217] No entanto, para que a organização seja verdadeiramente um

[215] O documento da UE reconhece a importância do APF no contexto da sua Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e da sua Estratégia para a Segurança e o Desenvolvimento na África. A UE tem sido um dos principais apoiantes do APF desde a sua criação, reconhecendo a necessidade de reforçar as capacidades africanas para a gestão de crises e a construção da paz.

[216] O Acordo de Cotonou (2000), firmado entre a UE e 79 países da África, Caribe e Pacífico (ACP), inclui cláusulas sobre a promoção da paz e a resolução de conflitos.

[217] O Acordo de Cotonou (2000) é um marco na cooperação internacional para o desenvolvimento. Substituindo a Convenção de Lomé, o acordo estabelece um novo quadro de parceria baseado em diálogo político reforçado, participação democrática, direitos humanos e boa governação, com foco na erradicação da pobreza e na integração dos países ACP na economia global (Acordo de parceria, 2000).

instrumento eficaz na promoção da paz e na convivência entre povos e nações, é crucial expandir o conceito de coesão para além do âmbito econômico. Isso envolve incorporar valores filosóficos e jusfilosóficos que promovam paz, justiça, igualdade e respeito aos direitos humanos.[218]

§382. A coesão deve tornar-se um mecanismo que contribui ativamente para a prevenção de conflitos e a resolução pacífica de disputas, tanto dentro como fora das fronteiras da UE. Isso pode ser alcançado promovendo valores como diplomacia, negociação, respeito pelo Estado de Direito e direito internacional.[219] Valores filosóficos, como respeito aos direitos humanos e promoção da igualdade, devem ser integrados à coesão. Isso implica em assegurar que todos os cidadãos da União tenham igualdade de oportunidades, assim como o pleno gozo de seus direitos fundamentais, independentemente de sua origem, etnia, religião ou orientação política.[220]

§383. Promover a coesão também significa investir na educação e no intercâmbio cultural, permitindo que as pessoas de diferentes origens culturais e étnicas entendam e apreciem suas diferenças. Isso pode contribuir para a construção de sociedades mais inclusivas e pacíficas.[221] Valores de solidariedade e compromisso

---

[218] O Acordo de Cotonou (2000) reconhece a paz e a segurança como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável. O documento dedica um capítulo inteiro (cap. 2, art. 8 a 11) a essa temática, destacando a importância da prevenção de conflitos, gestão de crises e consolidação da paz (Acordo de parceria, 2000).

[219] Destacamos aqui a relevância do art. 9 e do art. 11 do Acordo de parceria (2000) que afirmam, respectivamente: “As Partes reafirmam a sua vontade de colaborarem para promover a paz e segurança internacionais no quadro de uma ordem internacional justa e equitativa baseada na Carta das Nações Unidas (...)”; “As Partes comprometem-se a colaborar estreitamente na prevenção de conflitos e em situações que ameacem degenerar em conflito, bem como na gestão de crises, resolução de conflitos, manutenção da paz e consolidação da paz (...)”.

[220] O Acordo de Cotonou (2000) prevê diversos mecanismos para promover a paz, incluindo: (i) diálogo político, acordo que incentiva o diálogo regular entre a UE e os países ACP sobre questões de paz e segurança, incluindo a prevenção de conflitos e a luta contra o terrorismo; (ii) apoio a iniciativas regionais e sub-regionais, compromisso em apoiar os esforços dos países ACP para fortalecer a sua capacidade de prevenção e gestão de conflitos a nível regional e sub-regional; e (iii) assistência financeira e técnica, realizada através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para fornecer apoio financeiro e técnico aos países ACP para a implementação de programas e projetos relacionados com a paz e a segurança (Acordo de parceria, 2000).

[221] O Acordo de Cotonou (2000) tem sido instrumental no apoio a diversas iniciativas de paz e segurança em países ACP, como: (i) as missões de paz da UE na República Centro-Africana e no Mali, que contribuíram para a estabilização da segurança e a proteção de civis em zonas de conflito;

social devem ser enfatizados para garantir que a coesão não seja apenas um conceito abstrato, mas um compromisso real com o bem-estar de todos os cidadãos europeus. Isso implica em políticas sociais que ajudem combater a pobreza, exclusão social e marginalização.[222]

§384. A coesão na UE deve transcender seu aspecto econômico e ser enriquecida com valores filosóficos e jusfilosóficos que promovam paz, justiça e igualdade. Somente dessa forma a coesão pode ser um mecanismo eficaz não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para a convivência harmoniosa entre povos e nações, bem como para a promoção da paz em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente. A coesão, quando enraizada em valores sólidos, tem o potencial de ser uma força transformadora na construção de um futuro mais pacífico e próspero.

§385. A coesão, dentro da UE, tem historicamente focado principalmente em objetivos econômicos, como a redução das disparidades econômicas entre regiões. No entanto, para que a coesão seja de fato eficaz como um mecanismo de convivência entre os povos e como uma ferramenta de implementação da paz, é imperativo que ela seja expandida para além do âmbito econômico e elevada ao plano dos valores filosóficos e jusfilosóficos.[223] A coesão deve ser fundamentada em princípios filosóficos que transcendam considerações puramente econômicas. Isso inclui a

---

(ii) programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de ex-combatentes em países como a Serra Leoa e a Libéria, que contribuíram para a consolidação da paz e a reconstrução pós-conflito; e (iii) apoio à reforma do setor de segurança (RSS) em países como a Guiné-Bissau e o Níger, que visa fortalecer as instituições de segurança e torná-las mais responsáveis perante a população (Acordo de parceria, 2000).

[222] O Acordo de Cotonou (2000) representa um compromisso sólido da UE e dos países ACP com a promoção da paz e da segurança como pilares essenciais do desenvolvimento sustentável. Através do diálogo político, do apoio a iniciativas regionais e da assistência financeira e técnica, o acordo tem contribuído para a prevenção de conflitos, a gestão de crises e a consolidação da paz em diversas partes do mundo (Acordo de parceria, 2000).

[223] A parceria estratégica UE–ONU representa um passo importante na busca por um mundo mais pacífico e seguro. Ao unir forças e recursos, as duas organizações podem ampliar seu impacto e promover soluções eficazes para os desafios globais. No entanto, a concretização dos objetivos da parceria exige um compromisso político firme e uma ação conjunta coordenada. A comunidade internacional deve apoiar e fortalecer essa aliança crucial, trabalhando em conjunto para construir um futuro de paz, desenvolvimento e respeito pelos direitos humanos para todos (Uma parceria estratégica entre a UE e a ONU, 2020).

adoção de valores como justiça, igualdade, dignidade humana e respeito pelos direitos fundamentais. A coesão deve ser vista como um meio de promover a harmonia entre diferentes grupos étnicos, culturais e religiosos, baseada na convicção filosófica de que todas as pessoas têm um valor intrínseco e inalienável.[224]

§386. Uma abordagem ética à coesão implica não apenas a redução das disparidades econômicas, mas também a garantia de que as políticas e práticas da UE estejam alinhadas com valores éticos, como solidariedade e responsabilidade social. Isso envolve a busca da justiça social, a proteção dos direitos humanos e a promoção da igualdade como princípios norteadores (isso pode ser observado nos documentos: Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2016; Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, 2017; Tratado da União Europeia, 2016; Relatório sobre a igualdade e a diversidade na União Europeia, 2020). Do ponto de vista jusfilosófico, a coesão deve estar intrinsecamente ligada ao Estado de Direito e à proteção dos direitos individuais e coletivos. Os tratados e acordos que regem a UE devem ser fundamentados em princípios de justiça que garantam que todos os cidadãos da União tenham acesso à justiça e à igualdade perante a lei. Isso também implica uma abordagem transparente e responsável na tomada de decisão política e na administração dos recursos.[225]

§387. A coesão, quando baseada em uma fundação filosófica e jusfilosófica sólida, pode se tornar um mecanismo de promoção da paz. Isso ocorre porque sociedades coesas, fundamentadas em valores éticos e princípios de justiça, são menos

[224] Os relatórios anuais sobre a PESC demonstram o compromisso da UE com a paz como um objetivo central de sua ação externa. Através de uma abordagem abrangente e multifacetada, a UE busca promover a paz em diversos contextos, reconhecendo a necessidade de cooperação internacional para enfrentar os desafios emergentes. A análise desses relatórios fornece uma visão valiosa sobre o papel da UE como um ator global comprometido com a construção de um mundo mais pacífico e seguro.

[225] A promoção da paz é um dos pilares fundamentais da UE, refletida em uma ampla gama de tratados, estratégias, resoluções, programas e parcerias. Esses documentos não apenas estabelecem a paz como um objetivo central, mas também delineiam as ações específicas que a UE toma para promover a paz tanto dentro de suas fronteiras quanto globalmente.

propensas a conflitos internos e mais capazes de resolver disputas de forma pacífica. Além disso, uma UE coesa pode exercer uma influência positiva na arena internacional, promovendo a paz, a cooperação e o Estado de Direito globalmente (Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, 2016; Habermas, 2003; Rawls, 2000; Tratado da União Europeia, 2016).

§388. Além disso, frisamos que a coesão na UE deve ser expandida para incorporar uma base filosófica e jusfilosófica que promova valores éticos, princípios de justiça e respeito pelos direitos humanos. Essa abordagem não apenas fortalece a convivência entre povos e nações na UE, mas também torna a coesão um poderoso mecanismo de implementação da paz em um mundo complexo e interconectado. É através da integração dessas dimensões filosóficas e jurídicas que a UE pode avançar em direção a um futuro mais pacífico, justo e igualitário para todos os seus cidadãos e além de suas fronteiras (Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, 2016; Habermas, 2003; Rawls, 2000; Tratado da União Europeia, 2016).

§389. Neste texto, abordamos a coesão como um pressuposto fundamental para a paz, explorando suas dimensões filosóficas, jurídicas e sociais. Argumentamos que a coesão, muito além de um ideal, é um imperativo ético e legal crucial para um futuro mais harmonioso. Observamos que filósofos como Kant (2006), Hobbes (1990) e Locke (1998) exploraram a necessidade de coesão social para evitar conflitos. Kant (2006) defendia a razão e o respeito mútuo, Hobbes (1990) argumentava a favor de um contrato social e Locke (1998) destacava os direitos naturais como pilares da coesão.

§390. Observamos também que a Carta das Nações Unidas e os tribunais internacionais são exemplos de esforços jurídicos para promover a coesão global e a resolução pacífica de conflitos. O respeito aos direitos humanos, como igualdade, liberdade de expressão e justiça, é fundamental para promovermos sociedades coesas e pacíficas. Além disso, a busca por um desenvolvimento que equilibre progresso

econômico, inclusão social e preservação ambiental é crucial para a coesão. Diante disso, argumentamos que a UE, além do foco econômico, deve abraçar valores filosóficos e jusfilosóficos para que a coesão seja um mecanismo de paz e convivência entre nações, ainda que hoje esta organização enfrente desafios à sua política de coesão relacionados às tensões geopolíticas, às desigualdades, ao extremismo e às novas tecnologias.

§391. Por fim, em suma, destacamos quatro argumentos centrais: (i) coesão é um antídoto para a guerra, pois aborda as raízes dos conflitos, como a desigualdades e a falta de respeito aos direitos humanos; (ii) a cooperação internacional e o respeito ao direito internacional são pilares da coesão global; (iii) a coesão exige uma abordagem multidimensional, combinando esforços filosóficos, jurídicos, políticos e sociais; e (iv) a coesão não é apenas um meio para evitar conflitos, mas um ideal de paz duradoura, em que a diversidade é celebrada e os direitos são respeitados. Desse modo, a coesão entre guerra e paz é um desafio constante, mas também uma aspiração nobre e essencial. A busca por um mundo mais coeso e pacífico, baseado na justiça, igualdade e respeito aos direitos humanos, continua sendo um ideal fundamental para a humanidade.

Conclusão

A paz não é simplesmente a ausência de guerra.
É um estado de espírito. É uma forma de viver.
– Jimmy Carter, address accepting the Nobel Prize for Peace, 1977

A paz não é apenas uma meta distante que buscamos,
mas um meio pelo qual devemos trilhar para atingir aquela meta.
– John F. Kennedy, commencement address at American University, 1963

A verdadeira paz não é apenas a ausência de conflito,
mas a presença de justiça.
– Barack Obama, acceptance speech for the Nobel Peace Prize, 2009

§392. Nesta tese, ressaltamos a decisiva importância da coesão e da paz, inclusive a importância da coesão para conseguir uma verdadeira e duradoura paz social. Isso porque consideramos e concluímos com Jimmy Carter (1977) que "A paz não é simplesmente a ausência de guerra. É um estado de espírito. É uma forma de viver"[226]. Esse é um estado de espírito essencial para a humanidade e é a forma de viver mais propriamente humana.

§393. Também destacamos o discurso de John F. Kennedy (1963), em que é proferida a frase: "A paz não é apenas uma meta distante que buscamos, mas um meio pelo qual devemos trilhar para atingir aquela meta".[227] Inclusive concluímos que a prática das grandes metas humanas acaba tendo como condição de possibilidade última a paz, pois poucas coisas podem ser garantidas sem paz entre os humanos.

[226] Discurso de aceitação do Prêmio Nobel da Paz em 1977.
[227] Discurso de formatura na American University em 1963.

§394. Também é uma conclusão muito importante para nós a formulação de Barack Obama (2009) que afirma: “A verdadeira paz não é apenas a ausência de conflito, mas a presença de justiça”.[228] Isso é relevante pois a primeira vítima de uma guerra costuma ser a justiça e, além disso, sem uma mínima justiça não pode haver coesão social nem, portanto, verdadeira paz. Não só haverá uma profunda *guerra de classes*, mas também o que mais temiam os sábios gregos clássicos: a discórdia na pólis.

§395. Inspirados na macrofilosofia de Mayos (2012), também concluímos em favor da paz e da coesão social, isso porque sua macrofilosofia enfatiza a importância de uma ética baseada em valores universais, como justiça, igualdade e respeito aos direitos humanos. Esses valores são fundamentais para a construção da paz, pois promovem o entendimento mútuo, a coexistência pacífica e a resolução não violenta de conflitos. Mayos (2012) é conhecido por seu trabalho no diálogo interdisciplinar, buscando pontos de convergência entre diferentes tradições. Esse diálogo promove a compreensão e a tolerância, reduzindo assim as tensões, que frequentemente levam a conflitos.

§396. A macrofilosofia de Mayos (2012) destaca a importância da cooperação internacional como meio de enfrentar desafios globais, como pobreza, mudanças climáticas e desigualdade. A cooperação internacional é essencial para a construção da paz, pois promove o trabalho conjunto entre nações para resolver problemas comuns. Ele também enfatiza a ética ecológica, que destaca a importância de cuidar do meio ambiente, considerando que a degradação ambiental pode resultar em conflitos por recursos naturais escassos, tornando a ética ecológica uma parte crucial da promoção da paz.

§397. A macrofilosofia de Mayos (2012b) valoriza a diversidade cultural e étnica, ressaltando que promover o respeito à diversidade é essencial para a construção

[228] Discurso de aceitação do Prêmio Nobel da Paz em 2009.

da paz, uma vez que ajuda evitar conflitos baseados em identidade cultural ou étnica. Ele também aborda questões de justiça social, frisando a importância de reduzir as desigualdades econômicas e sociais. A justiça social é fundamental para a paz, pois sociedades mais igualitárias tendem a ser mais estáveis e menos propensas a conflitos internos.

§398. A macrofilosofia de Mayos (2012b) alinha-se à ética da não violência, que é uma abordagem fundamental para a construção da paz. Promover a resolução pacífica de conflitos e rejeitar a violência como meio de alcançar objetivos é um princípio central para a paz duradoura. Assim, a sua macrofilosofia é importante para a paz porque enfatiza valores éticos universais, promove o diálogo interreligioso, incentiva a cooperação internacional, respeita a diversidade, valoriza a justiça social e prega a não violência. Esses princípios filosóficos são fundamentais para a construção de sociedades pacíficas e para a promoção da paz em um mundo cada vez mais complexo e interconectado. Diante dessa discussão, concluímos que a macrofilosofia de Mayos (2012b) pode ser relevante para a promoção da paz em termos de: ética universal; resolução de conflitos; responsabilidade global; integração e cooperação; ética ecológica; justiça social; e não violência.

§399. A ênfase na ética universal na macrofilosofia de Mayos (2012b) significa que ela busca princípios éticos que são aplicáveis a todas as culturas e tradições. Isso é fundamental para a paz, dado que estabelece um terreno comum de valores compartilhados que podem transcender diferenças culturais e promover a compreensão mútua. Sobre a questão da resolução de conflitos, Mayos (2012b) enfatiza o diálogo construtivo e respeitoso como uma ferramenta essencial na busca da paz, por meio da qual os conflitos podem ser abordados de modo pacífico, e soluções consensuais podem ser encontradas. Isso é particularmente relevante em contextos de tensões políticas, étnicas ou religiosas.

§400. Em termos de responsabilidade global, a macrofilosofia de Mayos (2012b) também destaca a responsabilidade global de cuidar do mundo e de seus habitantes. Isso

inclui não apenas ser responsável pelo bem-estar de nossas próprias comunidades, mas também pelo bem-estar de toda a humanidade e do planeta em que vivemos. Essa responsabilidade global é essencial para a construção da paz, uma vez que muitos dos desafios que enfrentamos, como as mudanças climáticas e a pobreza, são de escala global.

§401. Esse autor frisa que UE é um exemplo de integração regional bem-sucedida, e sua macrofilosofia pode contribuir para fortalecer essa integração. Promover valores como a cooperação, a solidariedade e a compreensão mútua entre os Estados-membros é fundamental para manter a paz e a estabilidade na região. Sobre a ética ecológica, Mayos (2012b) destaca sua relevância para a paz, uma vez que a degradação ambiental pode levar a conflitos por recursos naturais escassos, como água e terra. Assim, a promoção da sustentabilidade ambiental é um componente crucial para a construção da paz.

§402. Além disso, para Mayos (2012b), a procura por justiça social, um dos princípios da sua macrofilosofia, também é fundamental para a paz. Sociedades mais justas tendem a ser mais estáveis e menos propensas a conflitos internos, uma vez que as desigualdades econômicas e sociais são reduzidas. Mayos (2012b) ainda frisa que a ética da não violência é um princípio fundamental para a paz, e sua macrofilosofia, ao promover a resolução pacífica de conflitos e o respeito pelos direitos humanos, está alinhada com essa ética.

§403. Portanto, a macrofilosofia de Mayos (2012c) é importante para a promoção da paz porque enfatiza uma ética universal, promove o diálogo construtivo, ressalta a responsabilidade global, incentiva a integração e a cooperação, aborda questões ecológicas, busca justiça social e prega a não violência. Esses princípios filosóficos são essenciais para a construção de sociedades pacíficas e para a promoção da paz tanto em contextos locais quanto globais (Mayos, 2012c).

§404. As ideias de Byung-Chul Han (2015; 2017a), um filósofo sul-coreano contemporâneo conhecido por suas reflexões sobre a sociedade digital, a cultura

do cansaço e a sociedade de desempenho, podem ser relacionadas às questões de paz e convivência. Embora não seja especificamente um filósofo da paz, Byung-Chul Han (2015) argumenta que a sociedade contemporânea, em sua busca incessante por desempenho e competição, muitas vezes cria tensões e alienação entre as pessoas. A paz, nesse contexto, pode ser vista como uma busca por um equilíbrio entre a tentativa de sucesso individual e o cuidado com o bem-estar coletivo. A pressão constante por desempenho pode levar ao esgotamento e ao conflito, enquanto a busca por um equilíbrio pode contribuir para um ambiente mais pacífico (Han, 2017b; Han, 2018a).

§405. Byung-Chul Han (2017a) também aborda as mudanças na comunicação na era digital, argumentando que, apesar da aparente conectividade, muitas pessoas experimentam uma solidão profunda. A paz pode ser vista como a busca por conexões humanas genuínas e pela compreensão mútua, ajudando a superar a solidão e a alienação que podem levar a conflitos (Costa, 2019; Han, 2018b). Além disso, Han (2019) discute a responsabilidade individual em suas obras. A paz pode ser vista como um estado em que os indivíduos reconhecem sua responsabilidade em relação aos outros e ao meio ambiente. A conscientização ética e a ação responsável podem contribuir para a construção de sociedades mais pacíficas (Bauman, 2001; Deleuze, 1990; Dudde, 2017; Lipovetsky, 1989).

§406. Byung-Chul Han (2017b) também critica a cultura da distração e do consumo constante de informações. Ele diz que a capacidade de contemplação e reflexão profunda é essencial para a compreensão e a paz. A paz, nesse sentido, pode ser buscada através da promoção de espaços e momentos de contemplação e reflexão. Embora suas obras não se concentrem diretamente em questões geopolíticas ou de segurança, suas reflexões sobre sociedade e cultura podem ser relevantes para a busca da paz no contexto global. Ao promover uma cultura de respeito, compreensão e responsabilidade, suas ideias podem contribuir para uma abordagem mais pacífica para as relações internacionais.

§407. As reflexões de Byung-Chul Han (2015) sobre a sociedade atual, comunicação, responsabilidade e tecnologia podem ser relacionadas à busca por paz e convivência harmoniosa. Suas ideias enfatizam a importância da reflexão, da ética e da compreensão mútua como elementos chave na construção de um mundo mais pacífico e equilibrado. Embora ele não seja um teórico da paz tradicional, suas contribuições podem ser valiosas para pensar em como promover a paz em uma era marcada por desafios complexos.

§408. O conflito em curso entre Rússia e Ucrânia lançou luz sobre a fragilidade da paz e da segurança na Europa, expondo as limitações do modelo atual de coesão da UE. Embora a UE tenha obtido sucesso em promover a integração econômica, o conflito demonstra a necessidade premente de transcender essa dimensão e abarcar uma macrofilosofia da coesão, alicerçada em valores filosóficos e jusfilosóficos compartilhados. A atual definição de coesão na UE concentra-se, majoritariamente, na redução das disparidades econômicas e sociais entre os Estados-membros (Livro Branco sobre o futuro da Europa, 2017). No entanto, como evidencia a invasão da Ucrânia, a ausência de uma coesão mais profunda, enraizada em valores como democracia, Estado de Direito e respeito à soberania nacional, torna o bloco vulnerável a instabilidades geopolíticas.

§409. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) representa um passo importante na direção de uma comunidade de valores. Contudo, a mera existência de documentos normativos não garante sua efetivação. É preciso ir além da retórica e fomentar uma verdadeira cultura de paz, na qual a coesão transcende o mero cálculo econômico e se traduz em solidariedade, diálogo e respeito mútuo. Nesse contexto, a filosofia kantiana oferece um arcabouço teórico relevante. Kant (2002a), em sua obra *A Paz Perpétua*, argumenta que a paz não é um estado natural, mas sim uma construção social que demanda um esforço contínuo de cooperação e respeito entre as nações. Para o filósofo, a concretização da paz

exige a superação do estado de natureza hobbesiano, em que impera a lógica da força e a construção de uma ordem internacional baseada na justiça e no direito.

§410. A invasão da Ucrânia demonstra a necessidade urgente de colocar em prática os ensinamentos de Kant (Marins, 2024). A UE deve assumir um papel proativo na construção de uma teleologia da paz, em que a coesão, impregnada de valores humanistas, seja o motor da convivência pacífica entre as nações. Isso implica fortalecer os mecanismos de diálogo e cooperação, promover a cultura de paz através da educação e da diplomacia cultural, e fortalecer os instrumentos de defesa da democracia e dos direitos humanos, tanto dentro quanto fora do bloco. A crise atual exige uma profunda reflexão sobre o futuro da UE e o papel da coesão na construção de um futuro de paz e prosperidade. É necessário ir além da dimensão econômica e abraçar uma macrofilosofia da coesão, alicerçada em valores universais e na busca incessante pela paz. Só assim a UE poderá superar os desafios do século XXI e garantir um futuro de paz e prosperidade para seus cidadãos.

§411. O conflito em curso entre Rússia e Ucrânia lançou luz sobre a fragilidade da paz e da segurança na Europa, expondo as limitações do modelo atual de coesão da UE. Embora a organização tenha obtido sucesso em promover a integração econômica, o conflito demonstra a necessidade premente de transcender essa dimensão e abarcar uma macrofilosofia da coesão, alicerçada em valores filosóficos e jusfilosóficos compartilhados. Isso posto, destacamos que a atual definição de coesão na UE concentra-se, majoritariamente, na redução das disparidades econômicas e sociais entre os Estados membros. A União Europeia (2017), em seu documento Coesão Policy for all Regions, define a coesão como “(...) a expressão da solidariedade europeia, visando reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das várias regiões da União Europeia” (p. 5). No entanto, como evidencia a invasão da Ucrânia, a ausência de uma coesão mais profunda,

enraizada em valores como democracia, Estado de Direito e respeito à soberania nacional, torna o bloco vulnerável a instabilidades geopolíticas.

§412. Ressaltamos que a dependência de diversos países da UE do gás natural russo, mesmo após a anexação da Crimeia em 2014, demonstra a priorização de interesses econômicos em detrimento de uma postura geopolítica coesa baseada em valores. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) representa um passo importante na direção de uma comunidade de valores. O preâmbulo da Carta diz que "(...) a União, erigida sobre os valores indivisíveis e universais da dignidade humana, da liberdade, da igualdade e da solidariedade, assenta nos princípios da democracia e do Estado de direito". Contudo, a mera existência de documentos normativos não garante sua efetivação. É preciso ir além da retórica e fomentar uma verdadeira cultura de paz, na qual a coesão transcende o mero cálculo econômico e se traduz em solidariedade, diálogo e respeito mútuo.

§413. Também enfatizamos que a crise migratória de 2015 expôs as dificuldades da UE em conciliar a solidariedade com os refugiados e o respeito aos direitos humanos com as diferentes visões e interesses dos Estados-membros. Nesse contexto, a filosofia kantiana oferece um arcabouço teórico relevante. Kant (1795) argumenta que a paz não é um estado natural, mas sim uma construção social que demanda um esforço contínuo de cooperação e respeito entre as nações. Para o filósofo, a concretização da paz exige a superação do estado de natureza hobbesiano, no qual impera a lógica da força e a construção de uma ordem internacional baseada na justiça e no direito.

§414. A invasão da Ucrânia demonstra a necessidade urgente de colocarmos em prática os ensinamentos kantianos. A UE deve assumir um papel proativo na construção de uma teleologia da paz, em que a coesão, impregnada de valores humanistas, seja o motor da convivência pacífica entre as nações. Isso implica, entre outros fatores: (i) fortalecer os mecanismos de diálogo e cooperação, ampliando o diálogo com países vizinhos e buscando integrar valores democráticos e o respeito ao

direito internacional; (ii) promover a cultura de paz através da educação e da diplomacia cultural por meio do investimento em programas educacionais que promovam a compreensão intercultural, o respeito à diversidade e a resolução pacífica de conflitos; e (iii) fortalecer os instrumentos de defesa da democracia e dos direitos humanos tanto dentro quanto fora do bloco. Isso implica, entre outras medidas, criar mecanismos eficazes para combater a desinformação, proteger os direitos das minorias e promover a democracia em países terceiros.

§415. A relação entre a UE e a OTAN tem sido objeto de intenso debate acadêmico e político. A questão central é se a UE deve ou não atuar como um instrumento de poder da OTAN. Nesta tese, evidenciamos que a UE não pode e não deve ser um mero instrumento de poder da OTAN, pois isso comprometeria sua autonomia estratégica, seus valores fundacionais e sua capacidade de atuar como um ator global independente.

§416. A autonomia estratégica da UE é um princípio fundamental que visa garantir que a União possa tomar decisões independentes em matéria de segurança e defesa. Segundo Biscop (2018), “a autonomia estratégica é essencial para que a UE possa agir de forma independente em um cenário global cada vez mais multipolar” (p. 45). Se a UE tornar-se um instrumento de poder da OTAN, essa autonomia seria severamente comprometida, pois a OTAN é dominada pelos interesses dos Estados Unidos da América, que nem sempre coincidem com os interesses europeus.

§417. A UE foi fundada sobre valores de paz, democracia e cooperação internacional. A Carta dos Direitos Fundamentais da organização estabelece que “a União se funda nos valores do respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito e respeito pelos direitos humanos” (União Europeia, 2000, p. 8). A subordinação à OTAN, uma aliança militar que tem sido criticada por suas intervenções unilaterais, poderia minar esses valores. Como argumenta Kagan (2003), “a dependência excessiva da Europa em relação à OTAN pode levar a uma

erosão dos valores europeus de multilateralismo e resolução pacífica de conflitos" (p. 67).

§418. A UE tem a ambição de ser um ator global independente, capaz de influenciar a ordem internacional. Para isso, precisa desenvolver suas próprias capacidades de defesa e segurança. Como afirma Howorth (2014), "a UE deve investir em suas próprias capacidades de defesa para ser um ator global credível" (p. 89). A dependência da OTAN limita essa capacidade, pois a UE ficaria restrita às prioridades definidas pela aliança atlântica.

§419. A UE não pode ser um instrumento de poder da OTAN sem comprometer sua autonomia estratégica, seus valores fundacionais e sua capacidade de atuar como um ator global independente. A relação entre a UE e a OTAN deve ser de parceria e cooperação, mas não de subordinação. A UE deve continuar a desenvolver suas próprias capacidades de defesa e segurança para garantir que possa agir de forma independente e em consonância com seus próprios valores e interesses.

§420. A crise atual exige uma profunda reflexão sobre o futuro da UE e o papel da coesão na construção de um futuro de paz e prosperidade. É necessário ir além da dimensão econômica e abraçar uma macrofilosofia da coesão, alicerçada em valores universais e na busca incessante pela paz. Só assim a UE poderá superar os desafios do século XXI e garantir um futuro de paz e prosperidade para seus cidadãos.

§421. Em conclusão global, observamos que a busca da paz, hoje, é um clamor urgente para a humanidade. Em um mundo dilacerado por guerras, desigualdade social e uma crise ambiental sem precedentes, a paz se torna um anseio universal. Mais do que a mera ausência de conflitos, a paz exige a construção de relações justas e harmoniosas entre os seres humanos, com a natureza e com o planeta que habitamos. Esta tese analisa os desafios para a construção da paz no mundo contemporâneo, propondo uma profunda reflexão sobre as raízes da violência e da destruição que assolam a humanidade.

§422. O diagnóstico é contundente. A cultura dominante, movida pela ganância e pela busca desenfreada pelo poder, tem se mostrado incapaz de promover a paz. A lógica da competição, da exploração predatória dos recursos naturais e da indiferença para com as futuras gerações nos conduz a um futuro sombrio. Diante desse cenário, convido os leitores deste texto a trilhar um novo caminho, inspirado na sabedoria de São Francisco de Assis. O Santo de Assis, com sua mensagem de amor universal, compaixão e respeito por todas as criaturas, nos oferece um paradigma para a construção de uma paz possível.

§423. A paz, segundo essa visão, não é uma utopia distante, mas um processo a ser construído diariamente. Exige de cada indivíduo um compromisso com a ética do cuidado, a justiça social e a superação da lógica individualista que tem nos afastado uns dos outros e da natureza. Este texto destaca a urgência de uma nova ética para a humanidade, baseada na solidariedade, na compaixão e no reconhecimento da interdependência entre todos os seres. Diante da crescente desigualdade social e da ameaça de uma ruptura na família humana, conclamamos um despertar para a responsabilidade individual e coletiva na construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

§424. O desafio é imenso, mas a esperança reside na capacidade humana de amar, de se reinventar e de lutar por um mundo em que a paz não seja apenas um sonho distante, mas uma realidade a ser vivida em plenitude. Logo, a coesão europeia vai da necessidade econômica a urgência ético-filosófica, pois a UE, embora louvável em sua busca por coesão, limita-se, predominantemente, a uma ótica pragmática da economia. Sem negar a importância da integração econômica, defendemos que a verdadeira força da coesão reside em um plano mais elevado, no cerne dos valores filosóficos e jusfilosóficos compartilhados.

§425. Confinar a coesão ao âmbito econômico é reduzi-la a um mero instrumento de prosperidade material, negligenciando a dimensão humana que é a base da convivência pacífica. Uma união fundada apenas em interesses econômicos é

frágil, suscetível às flutuações do mercado e às intempéries das crises cíclicas. A História, repleta de exemplos de desintegração, nos mostra que alicerces puramente pragmáticos são insuficientes para sustentar a unidade duradoura entre povos. A verdadeira coesão, aquela que aspira à paz perene, precisa transcender o econômico e se enraizar em um terreno mais profundo: o dos valores compartilhados. É preciso cultivar um *ethos* europeu, um conjunto de princípios éticos e jurídicos que transcendem as fronteiras nacionais e unem os cidadãos em torno de um ideal comum. Tendo na macrofilosofia uma ferramenta poderosa de convencimento dos povos e interação real para busca real da paz.

§426. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), com sua ênfase na dignidade humana, igualdade e fraternidade, pode servir como bússola nesse processo. É imperativo fortalecer o respeito à democracia, ao Estado de Direito e à justiça social como pilares da coesão. A UE, para além de um bloco econômico, deve se consolidar como uma comunidade de valores. Somente quando a coesão for impulsionada por um humanismo compartilhado, por uma ética da responsabilidade mútua e pelo compromisso com a paz, é que essa organização será capaz de cumprir sua promessa de um futuro próspero e harmonioso para todos os europeus.

§427. Destacamos ainda que a busca pela paz no mundo exige uma nova ética baseada na justiça, na compaixão e na responsabilidade individual e coletiva. Diante disso, no contexto da UE, a coesão, frequentemente limitada à esfera econômica, precisa ser elevada a um plano ético-filosófico para se tornar um mecanismo efetivo de convivência pacífica entre povos e nações. Portanto, argumentamos que foi comprovado neste trabalho que o conceito de coesão na UE está limitado ao domínio econômico, mas deve ser macrofilosoficamente elevado ao plano dos valores filosóficos e jusfilosóficos para que a coesão seja um mecanismo efetivo de convivência entre povos e nações — de implementação da paz. A coesão, portanto, não pode ser um fim em si mesma, mas um meio para alcançarmos a paz

duradoura. Essa paz, como nos ensina a Filosofia, só pode ser construída sobre o alicerce inabalável da justiça, da ética e do respeito incondicional à dignidade humana. É nesse espírito, e com essa convicção, que a UE deve seguir adiante.

§428. Além disso, sumarizamos oito pontos principais da discussão realizada nesta tese, a saber: (i) a paz exige mais do que a ausência de conflitos, requer relações justas e harmoniosas entre humanos e com o planeta; (ii) a cultura dominante, focada em ganância e poder, é incapaz de promover a paz; (iii) a coesão na UE, atualmente focada em aspectos econômicos, é insuficiente para garantir a paz duradoura; (iv) a verdadeira coesão deve se basear em valores compartilhados, como democracia, Estado de Direito e justiça social; (v) a Declaração Universal dos Direitos Humanos pode servir como bússola para a construção de um *ethos* europeu; (vi) a macrofilosofia de Mayos (2012b), com sua ênfase em ética universal, diálogo, responsabilidade global, justiça social e não-violência, oferece um arcabouço teórico relevante para a construção da paz; (vii) as reflexões de Byung-Chul Han (2015) sobre a sociedade contemporânea, comunicação, responsabilidade e tecnologia também contribuem para a busca por paz e convivência harmoniosa; e (viii) a UE não deve ser um instrumento de poder da OTAN, mas sim um ator global independente que promove a paz através da cooperação e do diálogo.

§429. Por fim, em síntese, concluímos que a coesão europeia precisa transcender a dimensão econômica e abraçar valores universais para alcançar a paz duradoura. A UE deve se consolidar como uma comunidade de valores, guiada pela ética, justiça e respeito incondicional à dignidade humana. Somente assim a organização poderá cumprir sua promessa de um futuro próspero e harmonioso. Futuro de Paz!

Referências

Acordo de parceria entre os membros do grupo dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, de um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados Membros, junho 23, 2000, https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar25A-2002.pdf

Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*. Boitempo.

Agostinho, S. (2002a). *A cidade de Deus* (J. O. de Almeida, Trad.). Paulus.

Agostinho, S. (2002b). *A Trindade* (A. Soares, Trad.). Paulus.

Agostinho, S. (1987). *Confissões* (J. O. Santos & A. A. de Pina, Trad.). Nova Cultural.

Agostinho, S. (1995). *O livre-arbítrio* (D. M. Gomes, Trad.). Paulus.

Agostinho, S. (1999). *Tratado sobre o Evangelho de João* (D. Peixoto, Trad.). Paulus.

Algra, K. (2006). Teologia estoica. In B. Inwood (Ed.), *Os estoicos* (R. Fiker, Trad.). Odysseus Editora.

Allison, G. (2017). *Destined for war: Can America and China escape Thucydides's trap?* Houghton Mifflin Harcourt.

Almeida, P. O. de. (2016). *Crítica da razão antiutópica: Inovação institucional na aurora do Estado moderno* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AKJRCT

Amartya, S. (2010). *Desenvolvimento como liberdade.* Companhia das Letras.

Ambrósio, J. de M. C. (2015). *Os tempos do Direito: Ensaio para uma (macro)filosofia da História* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. http://hdl.handle.net/1843/BUOS-A3XFN6

Amorim, C. (2008). Desenvolvimento e segurança: Desafios para a construção da paz no século XXI. *Contexto Internacional*, *30*(1).

Angell, N. (1933). *A Grande ilusão* (J. A. Rodrigues, Trad.). Companhia Editora Nacional.

Aquino, T. de. (2002). *Suma contra os gentios* (Livro III). Loyola.

Aquino, T. de. (2003). *Suma teológica* (A. Correia, Trad.). Loyola.

Aquino, T. de. (2005). *Suma teológica*. Loyola.

Aquino, T. de. (2006a). *Suma teológica* (II-II, q. 29, a. 1). Loyola.

Aquino, T. de. (2006b). *Suma teológica* (I-II, q. 96, a. 2). Loyola.

Aquino, T. de. (2006c). *Suma teológica* (II-II, q. 29, a. 3, ad 2). Loyola.

Aquino, T. de. (2001). *Summa theologica*. Loyola.

Archer, J. (2014). *After the European Civil War, 1914-1945*. Yale University Press.

Arendt, H. (2010). *A condição humana* (R. Raposo, Trad.; 11ª ed.). Forense Universitária.

Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo.* Companhia das Letras.

Arias, J. R. H. (2011). *Filosofía de la guerra y de la paz*. Padilla Libros.

Aristóteles. (2000a). *A Política* (R. L. Ferreira, Trad.). Martins Fontes.

Aristóteles. (2009). *A Política* (N. S. Chaves, Trad.; 2ª ed.). EDIPRO.

Aristóteles. (2001a). *Da alma (de anima): Introdução* (C. H. Gomes, Trad.). Edições 70.

Aristóteles. (2006). *De anima* (M. C. G. dos Reis, Trad.). Editora 34 Ltda.

Aristóteles. (1984). *Ética a Nicômaco* (L. Vallandro & G. Bornheim, Trad.). Abril Cultural.

Aristóteles. (1991). *Ética a Nicômaco* (L. Vallandro & G. Bornheim, Trad.). Nova Cultural.

Aristóteles. (2001b). *Ética a Nicômaco* (M. da G. Kury, Trad.; 3ª ed.). Editora UnB.

Aristóteles. (2004). *Metafísica* (H. Zucchi, Trad.; 1ª ed.). Editora Debolsillo (Ensayo).

Aristóteles. (1973). *Obras completas*. Aguilar.

Aristóteles. (1992). *Poética* (E. de Souza, Trad.). Editora Ars Poética.

Aristóteles. (1997). *Política* (N. S. Chaves, Trad.). Martins Fontes.

Aristóteles. (2005). *Política* (A. Fernandes, Trad.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Aristóteles. (2010). *Política* (A. C. Amaral & C. Gomes, Trad.). Vega.

Aristóteles. (2000b). *Retórica das paixões* (I. B. B. da Fonseca, Trad.). Martins Fontes.

Aróstegui, J. (2006). *A Pesquisa histórica: Teoria e método* (A. Dore, Trad.). Edusc.

Arruda, J. M. (2003). Carl Schmitt: Política, Estado e direito. In M. Oliveira, O. A. A. Sahd, & L. F. N. de A. e Silva (Orgs.), *Filosofia politicas contemporânea* (pp. 56–86). Vozes.

Ato Único Europeu, junho 29, 1986. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A11986U%2FTXT

Bacaria, F. (2014). *A União Europeia: História, instituições e políticas*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Balakrishnan, T. (2000). *The enemy: An intellectual portrait of Carl Schmitt*. Verso.

Balfour, M. (1992). *The defense of Carl Schmitt: An intellectual biography*. Duke University Press.

Balsdon, J. P. V. D. (1960). Auctoritas, dignitas, otium. *The Classical Quarterly*, *10*(1), 43–50. https://www.jstor.org/stable/637589

Baratta, A. (2002). *Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal* (J. C. dos Santos, Trad.; 6ª ed.). Instituto Carioca de Criminologia.

Barca, F. (2014). An agenda for cohesion policy. *Intereconomics*, *9*(3), 130–135.

Bataillon, M. (2000). *Erasmo y el erasmismo*. Crítica.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Zahar.

Beauvoir, S. de. (1980). *O segundo sexo* (S. Milliet, Trad.). Nova Fronteira.

Bezerra, M. J. C. (2019). *União Europeia: História, instituições e desafios*. Editora Estampa.

Bilbeny, N. (1993). *El idiota moral: La banalidad del mal en el siglo XX*. Anagrama.

Bilbeny, N. (2007). *La identidad cosmopolita: Los límites del patriotismo en la era global.* Anagrama.

Bini, E. (2012). *Platão: A República*. Edipro.

Bio Gonçal Mayos Solsona. (n.d.). *Gonçal Mayos*. http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos/

Biscop, S. (2018). *European strategy in the 21st century: New future for old power*. Routledge.

Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Jorge Zahar Ed.

Bobbio, N. (2004). *A era dos direitos* (C. N. Coutinho, Trad.). Elsevier.

Bobbio, N. (1997). *A teoria do ordenamento jurídico*. Editora Universidade de Brasília.

Bobbio, N. (1995). *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant* (A. Fait, Trad.; 3ª ed.). Editora UNB.

Bobbio, N. (2000). *O problema da guerra e as vias da paz* (Á. Lorencini, Trad.). Editora Unesp.

Bobbio, N. (2001). O tempo da guerra e o tempo da paz. In *A era dos direitos* (C. N. Coutinho, Trad.). Campus.

Bolzani Filho, R. (2014). Introdução. In A. L. A. de A. Prado (Ed.), *A República* (2ª ed.). Martins Fontes.

Bonavides, P. (2006, dezembro 03). O direito a paz. *Folha de São Paulo.* http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0312200609.htm

Boulding, E. (1978). *Cultures of peace: The hidden side of history*. Syracuse University Press.

Bourgeois, B. (1995). Apêndice Enciclopédica (Tomo 1). In G. W. F. Hegel (Ed.), *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (Vol. 1, pp. 20–45). Loyola.

Boyancé, P. (1941). Cum dignitate otium. *Revue des Études Anciennes*, *43*(3–4), 172–191. https://www.persee.fr/doc/rea_0035-2004_1941_num_43_3_3177

Brandão, C. A. L. (2005). A Traduzibilidade dos conceitos: Entre o visível e o dizível. In I. Domingues (Org.), *Conhecimento e transdiciplinaridade II: Aspectos metodológicos*. Editora UFMG.

Bravo, F. (2011). Das escalas do ser e do conhecer à escala do prazer na República de Platão (D. G. Xavier, Trad.). In D. G. Xavier & G. Cornelli (Eds.), *A República de Platão: Outros olhares.* Edições Loyola.

Brown, P. (2000). *Agostinho de Hipona* (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Companhia das Letras.

Brueggemann, W. (2001). *Peace St. Louis*. Chalice Press.

Buey, F. F. (2010). La filosofía de la paz en la historia. In F. F. Buey, J. Mir, & E. Prat (Eds.), *Filosofía de la paz* (pp. 9–34). Icaria.

Burke, P. (1999). *O Renascimento italiano: Cultura e sociedade na Itália* (M. E. Melani, Trad.). Jorge Zahar Ed.

Calero, F. (1999). *Estudio introductorio, en Vives, Juan Luis, obras políticas y pacifistas*. Atlas.

Cardoso, P. R. (2016). *Diatética cultural: Estado, soberania e defesa cultural* [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ABDGJU

Carta das Nações Unidas, junho 26, 1945, https://nacoesunidas.org/carta/

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2016, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12012P/TXT

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, dezembro 18, 2000. https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf

Ciccotti, E. (1901). *La civiltà e la guerra*. Società Editrice Dante Alighieri.

Cícero, M. T. (n.d.). *As catilinárias* (M. A. Gonçalves, Trad.; 6ª ed.). Livraria H. Antunes.

Cícero, M. T. (1962). *De officiis de Cícero* (M. A. Gonçalves, Trad.; 2ª ed.). Livraria H. Antunes Ltda Editora.

Cícero, M. T. (2005). *De re publica*. Martins Fontes.

Cícero, M. T. (2008). *Discursos: Discursos sobre a Lei Agrária – Pro Rabirio Perduelionis Reo – Pro Murena – Pro rege Deiotaro – Philippicae I–XIV* (J. A. Cardoso, Trad.; Vol. 3). Fundação Calouste Gulbenkian.

Cícero, M. T. (1990a). *Discursos I* (J. M. R. Prieto, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1990b). *Discursos II* (J. M. R. Prieto, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1991). *Discursos III* (J. A. Cereza, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1994a). *Discursos IV* (J. M. B. Baños, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1995). *Discursos V* (J. A. Cereza, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (2011). *Discursos VII* (J. M. R. Prieto, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (2000). *Dos deveres* (C. H. Gomes, Trad.). Edições 70.

Cícero, M. T. (1994b). *Filípicas* (J. B. Calvo, Trad.). Planeta.

Cícero, M. T. (1953). *Las leyes* (Á. D'Ors, Trad.). Instituto de Estudios Políticos.

Cicero, M. T. (1833). *Select orations of M. Tullius Cicero from the text of Jo. Casp. Orellius, with notes, critical and explanatory, for the use of schools and colleges*. Wentworth Press.

Cícero, M. T. (1999). *Sobre a República* (A. D. P. Caeiro, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Cícero, M. T. (1984). *Sobre la República* (Á. D'Ors, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (2015). *Sobre los deberes/De los oficios.* Alianza Editorial.

Cícero, M. T. (2010). *Sobre os deveres* (A. M. Canto, Trad.). Edições 70.

Cicero, M. T., & Colson, F. H. (1919). *ProMilone*. Macmillan.

Clausewitz, C. V. (2007). *Da guerra* (J. P. C. de Magalhães, Trad.). Editora Martin Claret.

Cliff, T. (1979). *State capitalism in Russia*. Pluto Press.

Coelho, S. de O. P. (2010). O aparecimento do Direito no pensamento hegeliano: O Estado de juridicidade em Roma como momento do Estado Ético na Fenomenologia do Espírito. In J. C. Salgado & J. L. B. Horta (Orgs.), *Hegel, Liberdade e Estado* (pp. 155–181). Fórum.

Collier, P. (2007). *The bottom billion: Why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford University Press.

Comissão Europeia. (2020). *Relatório anual sobre subsidiariedade e proporcionalidade. Comissão Europeia*. https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/report-subsidiarity-proportionality-2020_en.pdf

Comissão Europeia no Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial, 2018, https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/communications/2018/the-eighth-cohesion-report

Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Establishing a European Pillar of Social Rights, 2017, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM%3A2017%3A250%3AFIN

Conselho Europeu, 23-24 junho 2022. (n.d.). *Conselho Europeu*. https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2022/06/23-24/

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cooper, S. E. (1991). *Patriotic pacifism: Waging war on war in Europe, 1815-1914*. Oxford University Press.

Cornwell, H. (2017). *Pax and the politics of peace: Republic to principate*. Oxford University Press.

Costa, E. (2019). A Crítica de Byung-Chul Han ao capitalismo informacional: Positividade, violência neuronal e poder. *Cadernos Espinosanos*, *6*(2), 367–383.

Costa, J. A. (1993). *Portugal e a construção europeia: De Roma a Maastricht*. Gradiva.

Costa, M. E. G. (2015). O papel da União Europeia na construção da paz: Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *58*(2), 45–63.

Costa, M. G. G. M. da. (1999). *A Tolerância como paradigma antropológico: contributo para a construção de uma filosofia da educação* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13017

Craig, P., & Búrca, G. de. (2015). *EU law: Text, cases, and materials* (6th ed.). Oxford University Press.

Declaração de Laeken sobre o Futuro da União Europeia, dezembro 15, 2001.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, dezembro 10, 1948. https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos

Deleuze, G. (1990). Sociedades de Controle. *L'Autre Journal*, (1).

Delors, J. (1994). *Memórias*. Companhia das Letras.

Descartes, R. (1999). *Meditações metafísicas* (J. C. Costa, Trad.). Nova Cultural.

Descartes, R. (2011). *Meditações metafísicas* (3ª ed.). Martins Fontes.

Desenvolvimento mundial 2022: Finanças a serviço de uma recuperação equitativa. (2022). *Banco Mundial*. https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022

Deutsch, K. W. (1971). *A política das comunidades europeias* (D. Rocha, Trad.). Zahar Editores.

Dias, J. C. (2012). A paz em Santo Agostinho: Uma proposta de leitura a partir da Carta 189. *Revista Eclesiástica Brasileira*, *72*(286), 354–377.

Díez Jorge, M. E. (2000). La expresión estética de la paz en la historia. In F. A. Muñoz & M. L. Martínez (Eds.), *Historia de la paz: Tiempos, espacio y actores*. Universidad de Granada.

Dinan, D. (2004). *Europe recast: A history of European Union*. Lynne Rienner Publishers.

Dinan, D. (2010). *Ever closer union: An introduction to European integration* (5th ed.). Red Globe Press.

Dodds, E. R. (1977). *Os gregos e o irracional.* Zahar.

Dudde, A. F. (2017). *Uma crítica à sociedade do desempenho a partir da filosofia de Byung-Chul Han* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Dumézil, G. (1970). *Archaic roman* religion. University of Chicago Press.

Durkheim, É. (2013). *Da divisão do trabalho social* (C. A. R. de Moura, Trad.). Martins Fontes.

Dworkin, R. (2003). *A virtude soberana: A teoria e a prática da igualdade* (J. Simões, Trad.). Martins Fontes.

Dyzenhaus, D. (1997). *Legality and legitimacy: Carl Schmitt, Hans Kelsen and Hermann Heller in Weimar*. Clarendon Press.

Eastn, B. (2009). Coesão social e desenvolvimento: Uma revisão crítica da literatura. *Cadernos Adenauer*, *10*(2).

Eco, H. (2007). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas* (13ª ed.). Editorial Presença.

Em 2023, ACNUR respondeu ao maior número de emergências humanitárias da última década. (2024, Janeiro 19). *ACNUR*. https://www.acnur.org/portugues/2024/01/19/em-2023-acnur-respondeu-ao-maior-numero-de-emergencias-humanitarias-da-ultima-

decada/#:~:text=Em%202023%2C%20o%20ACNUR%20respondeu,América%20Latina%20e%20na%20República

Engish, K. (2001). *Introdução ao pensamento jurídico*. Calouste Gulbenkian.

Ernout, A., & Meillet, A. (1959). *Dictionnaire étymologique de la langue latine: Histoire des mots* (4th ed.). Klincksieck.

Espinosa, P. (2015). The impact of European cohesion policy on economic growth: A review of the literature. *European Planning Studies*, *23*(10), 1981–2001.

Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, 2016, https://eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf

Euclides. (2009). *Os elementos* (T. L. Heath, Trad.). Cambridge University Press.

Europa – Ásia Central: Ucrânia. (2023). *Repórteres Sem Fronteiras*. https://rsf.org/pt-br/pais/ucrânia

European Union. (2016). *Shared vision, common action: A stronger Europe. A global strategy for the European Union's foreign and security policy*.

Faria, J. (2017). A política regional da União Europeia. In J. Faria & M. J. Pires (Org.), *A União Europeia: O estado da arte* (pp. 235–268). Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ferrary, J.-L. (1982). Le idee politiche a Roma nell'epoca repubblicana. In L. L. Firpo (Dir.), *Storia delle idee politiche, economiche e sociali* (Vol. primo: L'antichità clássica). Unione Tipografico-Editrice Torinese.

Ferreira, A. B. de H. (2010). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Positivo.

Finnis, J. (1998). *Aquinas: Moral, political, and legal theory*. Oxford University Press.

Fonseca, T. (2024). Papa: "Que o Senhor dê a todos um coração que busca a paz". *Vatican News*, set. 18, 2024. https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-09/francisco-que-o-senhor-de-a-todos-um-coracao-que-busca-a-paz.html

Foucault, M. (2004). *História da loucura* (9ª ed.). Perspectiva.

Freitas, R. de C. S. T. (2011). *O olhar cosmopolita: A atualidade da proposta kantiana para paz perpétua*. UFPB.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido* (50ª ed.). Paz e Terra.

Fukuyama, F. (1992). *O Fim da História e o último homem* (A. S. Rodrigues, Trad.). Rocco.

Gallo, R. F. (2013). A teoria das formas de governo na Antiguidade. *Rónai: Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, *1*(2), 79–93. https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23075

Galtung, J. (2003). *Paz por medios pacíficos, paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Bakeaz.

Galtung, J. (1996). *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. International Peace Research Institute.

Galtung, J. (2010). *Trascender y transformar: Una introducción al trabajo de conflictos*. Quimera/UNAM.

Galuppo, M. C. (2008). *Da idéia à defesa: Monografias e teses jurídicas* (2ª ed.). Mandamentos.

Gandhi, M. (2012). *Autobiografía*. Arkano Books.

Gandhi, M. (2004). *Escritos esenciales*. Sal Terrae.

García-González, D. E. (2014). Hacia una prospectiva de paz a partir del realismo de la violencia: Una construcción desde la imaginación ética. In *Trascender la violencia* (pp. 3–30). Porrúa/UNESCO/Tecnológico de Monterrey.

Gasset, J. O. y. (1958). *Kant, Hegel, Dilhey.* Revista Occidente.

Gerbet, P. (1995). *A construção da Europa* (M. J. Pereira, Trad.). Instituto Piaget.

Gibbon, E. (2005). *Declínio e queda do Império Romano* (J. R. Martins Filho, Trad.). Companhia das Letras.

Gilson, E. (2007). *A Filosofia na Idade Média*. Martins Fontes.

Gittings, J. (2012). *The glorious art of peace: From the Iliad to Iraq*. Oxford University Press.

Goldsworthy, A. (2016). *Pax Romana: War, peace and conquest in the Roman World*. Yale University Press.

Gombay, A. (2009). *Descartes: Introdução* (1ª ed.). Artmed.

Gomes, D. N. (2017). A União Europeia e a promoção dos seus valores nas relações externas: Uma análise crítica. In S. A. de Carvalho & S. P. Rato (Org.), *Relações Internacionais: Atores, temas e valores* (pp. 235–258). Edições 70.

González, G., & García-González, D. E. (2019). *La paz como idea moral: Una reconfiguración de la filosofía de la paz para la acción común*. Dykynson.

Grotius, H. (2004). *O Direito da guerra e da paz* (C. Mioranza, Trad.; Vol. I e II). Unijuí.

Guthrie, W. K. C. (1978). *Os sofistas*. Edições 70.

Guzmán, V. M. (2005). Filosofia e investigação para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (71), 43–62. https://doi.org/10.4000/rccs.1015

Habermas, J. (1998a). A constelação pós-nacional: Ensaios políticos (M. Seligmann-Silva, Trad.). *Novos Estudos CEBRAP*, (49), 165–186.

Habermas, J. (2001). *A constelação pós-nacional: Ensaios políticos* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Littera Mundi.

Habermas, J. (1999). *A paz perpétua: Um projeto filosófico*. Martins Fontes.

Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: Entre facticidade e norma* (Vol. I). Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (2003). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Tempo Brasileiro.

Habermas, J. A. (1998b). Paz perpétua: Um projeto filosófico? In *Direito e democracia: Entre facticidade e validade* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Tempo Brasileiro.

Han, B.-C. (2017a). *A agonia do eros*. Vozes.

Han, B.-C. (2017b). *A sociedade da transparência*. Vozes.

Han, B.-C. (2018a). *No enxame: Perspectivas do digital*. Vozes.

Han, B.-C. (2018b). *Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Autêntica.

Han, B.-C. (2015). *Sociedade do cansaço* (E. P. Giachini, Trad.). Vozes.

Hegel, G. W. F. (2001). *A razão na História* (B. Sidou, Trad.). Centauro.

Hegel, G. W. F. (1992). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (O. Vitorino, Trad.). Guimarães Editores.

Hegel, G. W. F. (1995a). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (Vol. 1). Loyola.

Hegel, G. W. F. (1995b). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (Vol. 3). Loyola.

Hegel, G. W. F. (2005). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (P. Meneses, Trad.; 2ª ed.). Loyola.

Hegel, G. W. F. (1980). *Filosofia da História* (J. Gaos, Trad.). Guimarães Editores.

Hegel, G. W. F. (2010). *Filosofia do Direito* (P. Meneses, Trad.). UNISINOS.

Hegel, G. W. F. (1974). *Introdução da História da Filosofia* (A. P. de Carvalho, Trad.). Editora Victor Civitas.

Hegel, G. W. F. (1967). *Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, direito natural e ciência do Estado em compêndio* (P. Meneses, Trad.). UNISINOS.

Hegel, G. W. F. (2008). *Princípios da Filosofia do Direito* (O. Vitorino, Trad.). Martins Fontes.

Hegel, G. W. F. (2009). Princípios da Filosofia do Direito. In J. Marçal (Org.), *Antologia de Textos Filosóficos.* SEED-PR.

Heller, H. (2018). *Escritos políticos* (S. Krieger, Trad.). Editora Unesp.

Hobbes, T. (1983). *Leviatã* (J. P. Monteiro & M. B. N. da Silva, Trad.). Abril Cultural.

Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos: O breve século XX (1914–1991)*. Companhia das Letras.

Hobsbawm, E. (2002). *A era dos impérios: 1875-1914* (S. M. Campos & Y. S. de Toledo, Trad.). Paz e Terra.

Hodges, A. (1983). *Alan Turing: The enigma*. Simon & Schuster.

Homem, A. P. B. (2003). *O Espírito das instituições: Um estudo de História do Estado.* Coimbra.

Horta, J. L. B. (2010). Hegel e o Estado de direito. In J. C. Salgado & J. L. B. Horta (Coords.), *Hegel, liberdade e Estado.* Fórum.

Horta, J. L. B. (2012). Interdisciplinaridade, Direito e Estado: Memórias da Faculdade de Direito da UFMG. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, *40*, 193–217. https://doi.org/10.9732/180

Horta, J. L. B., & Salgado, K. (2017). *História do idealismo alemão*. Editora UFMG.

Howard, C. (2000). *Dicionário Kant* (Á. Cabral, Trad.). Jorge Zahar.

Howorth, J. (2014). *Security and defence policy in the European Union*. Palgrave Macmillan.

HRW. (2023). *Relatório Mundial 2022*. https://www.sec.gov/files/sec-2017agency-financial-report.pdf

Ildefonse, F. (2007). *Os estoicos I* (M. Pinheiro, Trad.). Estação Liberdade.

Israel, J. I. (2014). *A Ilustração radical: Filosofia, ateísmo e republicanismo no século XVIII* (C. E. M. de Moura, Trad.). Companhia das Letras.

Jaeger, W. (2001). *Paideia: A formação do Homem grego* (A. M. Parreira, Trad.; 4ª ed.). Martins Fontes.

Judt, T. (2007). *Pós-guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Objetiva.

Justiniano. (1889). *Cuerpo del derecho civil romano: Instituta* (D. I. L. G. del Corral., Trad.). Kriegel, Hermann y Osenbrüggen.

Kagan, R. (2003). *Of paradise and power: America and Europe in the New World Order*. Alfred A. Knopf.

Kant, I. (2005). *A metafísica dos costumes* (P. Quintela, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Kant, I. (2002a). *A paz perpétua* (C. Pinto, Trad.). Edições 70.

Kant, I. (2002b). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Martin Claret.

Kant, I. (2008a). *A paz perpétua: Um projeto filosófico* (A. Morão, Trad.). Universidade de Beira Interior Covilhã.

Kant, I. (2008b). *A paz perpétua e outros opúsculos* (A. Morão, Trad.). Edições 70.

Kant, I. (2002c). *A paz perpétua: Um projeto filosófico* (M. Zingano, Trad.). L&PM.

Kant, I. (1987). *Crítica da razão pura* (V. Rohden & U. B. Moosburger, Trad.). Nova Cultural.

Kant, I. (2004). *Fundamentação da metafísica dos costumes* (P. Quintela, Trad.). Edições 70.

Kant, I. (2003). *Idéia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita* (R. Naves, & R. Terra, Trad.). Martins Fontes.

Kant, I. (1943). *Principios metafisicos del derecho*. Americalle.

Kant, I. (2001). *Sobre la paz perpetua* (J. Abellan, Trad.). Alianza Edirorial.

Kaufmann, A., & Hassemer, W. (Orgs.). (2002). *Introdução à filosofia do direito e a teoria do direito contemporâneas.* Calouste Gulbenkian.

Keegan, J. (1995). *Uma história da guerra*. Companhia das Letras.

Keenan, J. (2009). *The death and life of democracy in Africa.* Zed Books.

Kissinger, H. (2016). *Diplomacia* (S. D. Ferreira, Trad.). Objetiva.

Kissinger, H. (2014). *World* order. Penguin Books.

Knutsen, T. L. (1994). *A história da paz*. Paz e Terra.

Lana, I. (1990). La concezione ciceroniana della pace. *Ciceroniana On Line*, *7*(1), 45–59. https://doi.org/10.13135/2532-5353/1220

Landes, D. S. (1998). *A riqueza e a pobreza das nações: Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres* (8ª ed.). Elsevier.

Lebrun, G. (2006). *A paciência do conceito: Ensaio sobre o discurso hegeliano* (S. Rosa Filho, Trad.). Editora da UNESP.

Le Goff, J., & Schmitt, J.-C. (Orgs.). (2017). *Dicionário analítico do Ocidente Medieval* (H. Franco Junior, Trad.; Vol. 2). Editora UNESP.

Lévinas, E. (1988). *Ética e infinito*. Edições 70.

Lévinas, E. (1997). *Paz e proximidade.* Instituto Piaget.

Lévinas, E. (1980). *Totalidade e infinito: Ensaio sobre a exterioridade*. Edições 70.

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.

Lima, F. J. G. de. (2015). *O projeto kantiano para paz perpétua: Pressupostos morais, jurídicos e políticos*. Editora Fi.

Lima Júnior, P. G. de, & Fermentão, C. A. G. R. (2012). O Direito à dignidade do nascituro. *Centro Universitário de Maringá (CESUMAR)*. http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3e15cc11f979ed25

Lima Vaz, H. C. de. (1991). *Antropologia filosófica I.* Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (1992). *Antropologia filosófica II.* Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2012). *Contemplação e dialética nos diálogos platônicos.* Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (1993). *Escritos de filosofia II:* Ética e cultura. Edições Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2004). *Escritos de filosofia II: Ética e cultura*. Edições Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2000). *Escritos de filosofia V: Introdução à ética filosófica 2*. Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2002). *Escritos de filosofia VII: Raízes da modernidade*. Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2011). *Escritos de filosofia VIII:* Platônica. Loyola.

Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio: Ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Relógio D'Água.

Lívio, T. (1982). *História de Roma.* Martins Fontes.

Livro Branco sobre o futuro da Europa: Reflexões e cenários para a UE 27 em 2025, Março 01, 2017, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM:2017:2025:FIN

Lobo, S. (1993). O Tratado de Maastricht e a União Europeia: Uma análise crítica. *Revista de Direito Internacional*, *49*(1), 123–145.

Locke, J. (1998). *Segundo tratado sobre o governo civil* (M. B. N. da Silva, Trad.). Martins Fontes.

Losano, M. (2007). *Os grandes sistemas jurídicos*. Martins Fontes.

Losurdo, D. (2004). *Carl Schmitt: Architect of the new leviathan*. Verso.

Magalhães, A. P. (2012). *A União Europeia como ator normativo: Dimensões, estratégias e valores.* Fundação Calouste Gulbenkian.

Magalhães, B. (2005). A União Europeia como ator internacional: Entre a potência civil e a superpotência normativa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *48*(2), 9–30.

Magalhães, J. C. de. (1992). *A União Europeia e o Tratado de Maastricht*. Editorial Notícias.

Magalhães, P. C. (2003). O Tratado de Nice e a reforma institucional da União Europeia. *Revista de Direito Internacional*, *1*(1), 83–102.

Magnoli, D. (1997). *União Europeia: História e geopolítica*. Moderna.

Magnoli, D. (2016). *História da paz: Os tratados que desenharam o planeta* (2ª ed.). Contexto.

Magone, J. M. (2003). *The politics of Southern Europe: Integration into the European Union*. Praeger Publishers.

Marins, N. D. (2024). Guerra e paz: A presença de Kant em nosso cotidiano in memoriam de Paulo Tunhas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 10*(6), 2675–3375.

Maritain, J. (1963). *O Homem e o Estado*. Agir.

Marrou, H.-I. (1995). *Santo Agostinho e a aurora da cultura cristã* (M. do C. Cary, Trad.). Edições 70.

Martins, E. B. (2014). *Dicionário escolar da língua portuguesa* (2ª ed.). Nova Fronteira.

Mayos, G. (2012a). El criticismo de Kant. In G. Mayos, *Macrifilosofía de la Modernidad*. dLibro.

Mayos, G. (2021). Límites de la hiperespecialización: Necesidad de la macrofilosofía. *Revista de Ciências do Estado*, *6*(2), 1–21. https://doi.org/10.35699/2525-8036.2021.35658

Mayos, G. (2012b). *Macrofilosofía de la Modernidad.* dLibro.

Mayos, G. (2004). Revoluciones filosóficas en años críticos. *Revista de Occidente*, (282), 36–57. http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos_old/PDF/Revoluciones_filosoficas_anios_criticos.pdf

Mayos, G. (2012c). *Tiempos Disruptivos.*

Mccarthy, G. E. (1997). *The limits of liberalism: Between capitalism and the state*. Rowman & Littlefield.

Mcinerney, R. (1994). The conditions for a just peace, according to St. Thomas Aquinas. *Theological Studies*, *55*(1), 86–104.

Mearsheimer, J. (2001). *The tragedy of great power politics.* W.W. Norton & Company.

Milani, C. R. S. (2008). A União Europeia como ator normativo: O papel da política externa e de segurança comum na promoção da democracia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *51*(2), 85–104.

Milward, A. S. (1988). *A reconstrução da Europa Ocidental (1945–1951)* (M. L. Cabrita, Trad.). Publicações Dom Quixote.

Miranda, R. M. A. (2019). *Paz em Kant: Uma abordagem macrofilosófica do projeto de paz*. Conhecimento.

Mommsen, T. (2000). *História de Roma antiga*. Editora UnB.

Mouffe, C. (1996). *O Regresso do político* (M. S. Tavares, Trad.). Gradiva.

Mounier, E. (1967). *Manifesto ao serviço do personalismo.* Morais.

Moura, C. F. P. de. (2009). O conceito de político em Carl Schmitt. *Lua Nova*, (76), 11–46.

Müller, J.-W. (2003). *A dangerous mind: Carl Schmitt in post-war European thought*. Yale University Press.

Muñoz, F. A. (2018). *Manual de paz y Conflictos.* http://ipaz.ugr.es/coleccion-eirene/manual-de-paz-y-conflictos/

Muñoz, F. A. (1993). *Sobre el origen de la paz (...y la guerra)*. In A. Rubio (Ed.), *Presupuestos teóricos y éticos sobre la paz* (pp. 95–116). Universidad de Granada.

Muñoz, F. A., & Martínez, M. L. (2000). El re-conocimiento de la paz en la historia. In *Historia de la paz: Tiempos, espacio y actores.* Universidad de Granada.

Nodot, B. (2000). A lição de Hegel sobre a História da Filosofia do Direito. In M. A. de Oliveira & L. R. Peluso (Orgs.), *Hegel: Filosofia do direito*. Loyola.

Nogueira, J. C. V. (2004). A União Europeia após o alargamento: O Tratado de Nice e a Constituição Europeia. *Cadernos do Centro de Estudos Europeus*, (22), 11–36.

Nótári, T. (2010). La teoría del Estado de Cicerón en su “Oratio pro Sestio”. *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, (32), 197–217. https://www.rehj.cl/index.php/rehj/article/view/532

Nour, S. (2004). *A paz perpétua de Kant: Filosofia do Direito Internacional e das Relações Internacionais*. Martins Fontes.

Nunes, C. A. (2007). *Diálogos de Platão – Fedro – Cartas, o primeiro Alcibíadesm* (2ª ed.). UFPA.

Oitavo Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial, 2020.

Oliveira, F. de. (2014). Concórdia e paz no Tratado da República de Cícero. In B. F. Pereira & Deserto, J. (Eds.), *Symbolon III: Paz e concórdia*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*.

Organização das Nações Unidas. (2020). *Relatório anual sobre direitos humanos e conflitos*.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2018). *Relatório mundial sobre a cultura de paz*.

OTAN 2022: Segurança. (n.d.). *PUC Minas*. https://www.pucminas.br/minionu/Comites/Paginas/otan2022.aspx#:~:text=Dessa%20forma%2C%20o%20comitê%20OTAN,no%20âmbito%20da%20segurança%20internacional

Paiva, V. L. C. M. de. (2003). O ideal europeu e a construção da identidade europeia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *46*(2), 87–109.

Parker, G. (2015). *A Guerra dos Trinta Anos* (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Editora UNESP.

Parlamento Europeu, & Conselho da União Europeia. (2014). *Regulamento (UE) n.º 235/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de março de 2014 que estabelece um instrumento para a democracia e os direitos humanos a nível mundial. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0235&from=EN

Paxton, J. (2007). *A União Europeia e a paz: Uma história de integração e cooperação*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, M. (2015). A importância do Tratado de Roma para a União Europeia. *Revista de Estudos Europeus*, *12*(3), 70–85.

Pereira, M. (2024). A nova proposta de orçamento da Política de Coesão. *Revista de Estudos Europeus*, *20*(1), 70–85.

Pereira, M. H. da R. (2010). *Platão – A República* (12ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Pierson, P. (1996). The path to European integration: A Historical institutionalist analysis. *Comparative Political Studies*, *24*(2), 123–163. https://doi.org/10.1177/0010414096029002001

Pinto, P. R. M. (2000). A Lógica contemporânea e a transdiciplinaridade. In I. Domingues (Org.), *Conhecimento e Transdiciplinaridade II*.

Platão. (1996). *A República*. Editora Nova Cultural.

Platão. (2001). *A República*. Martin Claret.

Platão. (2006). *A República* (M. H. da R. Pereira, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Platão. (2010). *A República* (M. H. da R. Pereira, Trad.; 10ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Platão. (2016). *A República* (M. H. da R. Pereira, Trad.; 12ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Ploeg, J. van der. (1965). The right to peace in the teaching of St. Thomas. *Angelicum*, *42*(1), 3–23.

Política de Coesão. https://europa.eu/european-union/topics/cohesion-policy_pt

Prado, A. L. A. de A. (2014). *Platão – A República* (2ª ed.). Martins Fontes.

Prado Jr., B. (2004). *Erro, ilusão e loucura* (1ª ed.). Editora 34.

Proposta de orçamento para a Política de Coesão 2021-2027, 2024, https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/budget_proposal_cohesion_policy_2021-2027.pdf

Proteção dos valores consagrados no artigo 2.º do TUE na EU. (2024). *Fichas técnicas sobre a União Europeia*. https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_4.1.2.pdf

Puente, P. G.-C. (2009). Un siglo de estudios sobre la paz en la Antigua Roma (1901-2001). *Anales de Prehistoria y Arqueología, 17*(18), 437–452. https://revistas.um.es/apa/article/view/60931

Radbruch, G. (2010). *Filosofia do Direito* (2ª ed.). Martins Fontes.

Raaflaub, K. A. (2016). Abhorring war, yearning for peace: The quest for peace in the Ancient World. In K. A. Raaflaub (Ed.), *Peace in the ancient world: Concepts and theories.* Wiley Blackwell.

Raaflaub, K. A. (2007). Searching for peace in the Ancient World. In K. A. Raaflaub (Ed.), *War and peace in the Ancient World*. Blackwell.

Ramos, A. P. (2010). *Políticas da União Europeia: Coesão, competitividade e coesão social*. Edições Sílabo.

Rawls, J. (2001). *O Direito dos povos.* Martins Fontes.

Rawls, J. (2000). *Uma teoria da justiça* (A. Pisetta & P. P. Medeiros, Trad.). Martins Fontes.

Rawson, E. (2010). *Cícero: Uma vida política*. Edições 70.

Reale, G. (1979). A Filosofia do direito em Kant. *Revista Brasileira de Filosofia*, *29*(115), 331–350.

Reale, G. (2015). *Estoicismo, ceticismo e ecletismo* (M. Perine, Trad.). Loyola.

Reale, G. (1995). *História da filosofia antiga* (H. C. de Lima Vaz & M. Perine, Trad.; Vol. 5). Loyola.

Reale, G. (2003). *História da filosofia: Patristica e escolastica* (Vol. 2). Paulus.

Reale, G., & Antiseri, D. (1990). *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média* (I. Storniolo, Trad.). Paulus.

Reale, G., & Antiseri, D. (2005). *História da filosofia: De Kant a Hegel* (Vol. 5). Paulus.

Relatório de 2022 sobre o Estado de direito, 2022, https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/upholding-rule-law/rule-law/rule-law-mechanism/2022-rule-law-report_pt

Relatório global sobre refugiados, 2023, https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/11/V3-Relatorio-CSVM-2023-Digital.pdf

Relatório sobre a igualdade e a diversidade na União Europeia, 2020, https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/3e806031-0041-11eb-b85c-01aa75ed71a1

Reno, W. (1998). *Warlord politics and African states*. Lynne Rienner Publishers.

Rodrigues, A. C. (2018). A política de coesão da União Europeia: Desafios e perspectivas. *Revista de Estudos Europeus*, *15*(2), 45–62.

Rodrigues, L. E. (2011). O Conceito de verdade na crítica da razão pura de Kant. *Problemata: R. Intern. Fil.*, *02*(02), 137–157. https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/10799/6199

Rodrigues, M. J. (2019). Coesão económica e social. In A. J. Pereira & M. J. Rodrigues (Org.), *Manual de direito da União Europeia* (pp. 873–905). Almedina.

Rodrigues, M. R. S. de L. (2002). União Europeia: Da comunidade econômica à união política. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *45*(2), 113–135. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200006&lng=en&nrm=iso

Rodrigues, V. F. (2014). *O ensino da filosofia como experiência crítico-criativa do filosofar: Limites e possibilidades* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4772?locale=pt_BR

Rosler, A. (2016). Aristóteles sobre la guerra: Un discurso olvidado. *El arco y la lira: Tensiones y Debates*, (4), 45–54. https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/179034

Rossi, A. L. (2010). *O Tratado de Roma e a construção europeia* (2ª ed.). Atlas.

Rotterdam, E. de. (2008). *Adagios del poder y la guerra y la teoría del adagio*. Alianza Editorial, Edición de Ramón Puig de la Bellacasa.

Rotterdam, E. de. (2011). Elogio de la Estupidez. In F. P. Tomás (Ed.). Akal.

Rotterdam, E. de. (2000). *Lamentaciones de la paz, en Obras completas*. Gredos.

Rotterdam, E. de. (1964). *Querella de la paz*. Aguilar.

Rouanet, L. P. (2010). *Paz, justiça e tolerância no mundo contemporâneo.* Loyola.

Rubio, F. J. B. (n.d.). *Politeia: La política en la Antigüedad Clásica*. https://www.academia.edu/9313197/Politeia_La_Pol%C3%ADtica_en_la_Antig%C3%BCedad_Cl%C3%A1sica

Russell, B. (2004). *História da Filosofia Ocidental* (B. Silveira, Trad.; 2ª ed.). Companhia de Bolso.

Sachs, J. D. (2015). *A era do desenvolvimento sustentável* (L. T. Motta, Trad.). Bertrand.

Saldanha, N. (2005). *Da teologia à metodologia: Secularização e crise no pensamento jurídico*. Del Rey.

Salgado, J. C. (1996). *A ideia de justiça em Hegel*. Loyola.

Salgado, J. C. (1995). *A ideia de justiça em Kant: Seu fundamento na igualdade e na liberdade* (2ª ed.). Ed. UFMG.

Salgado, J. C. (2006). *A ideia de justiça no mundo contemporâneo: Fundamentação e aplicação do direito como maximum ético*. Del Rey.

Salgado, J. C. (1998). O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, *24*(2), 3–34. https://doi.org/10.9732/178

Salgado, J. C. (2012). O humanismo de Cícero: A unidade da filosofia e da vida política e jurídica. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (40), 15–176.

Salgado, J. C., & Horta, J. L. B. (2010). *Hegel, Liberdade e Estado*. Fórum.

Salgado, K. (2011). *A Filosofia da dignidade humana: Porque a essência não chegou ao conceito* (2ª ed.). Mandamentos.

Salgado, K. (2008). *A paz perpétua de Kant: Atualidade e efetivação*. Mandamentos.

Salgado, K. (2005). *O valor e a atualidade do projeto pela paz perpétua de Kant.* UFMG.

Salgado, R. H. C. (2018). *Hermenêutica filosófica e aplicação do direito*. Editora D'Plácido.

Santos, I. M. (2018a). *A res publica entre a ideia e a história: Filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AY4KWQ

Santos, I. M. (2018b). Direito e justiça em Ulpiano: Reflexões sobre o justo dos gregos aos romanos. *Revista Duc In Altum Cadernos de Direito*, *10*(22), 203–257. https://doi.org/10.22293/2179-507x.v10i22.981

Santos, J. G. T., & Maia Júnior, J. (2008). *Platão – Carta VII*. Ed. PUC- Rio/Loyola.

Sartori, C. C. (2013). *A passagem para o abismo entre a natureza e a liberdade: Uma investigação do sistema crítico de Immanuel Kant a partir da crítica da faculdade do juízo* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais]. Repositório UFES. https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/8c3720c5-a04b-4056-90a1-7e1b426b103d/content

Scatolin, A. (2009). *A invenção no do orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23* [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-19022010-165443

Schmitt, C. (2014). *A ditadura* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Editora Unesp.

Schmitt, C. (1991a). *El concepto de lo político* (R. Agapito, Trad.). Alianza.

Schmitt, C. (2002). *El nomos de la tierra: Em el derecho de gentes del «Ius publicum europaeum»*. Editorial Comares.

Schmitt, C. (2007). *Legalidade e legitimidade* (T. L. C. Romão, Trad.). Del Rey.

Schmitt, C. (1992). *O conceito do político*. Vozes.

Schmitt, C. (2007). *O conceito de político*. Edições 70.

Schmitt, C. (2009). *O conceito do político* (G. de Carvalho, Trad.). Del Rey.

Schmitt, C. (2018). *Teologia política II* (F. J. D. Roquette, Trad.). Realizações.

Schmitt, C. (1991b). *The concept of the political*. University of Chicago Press.

Schuman, R. (1950). *Déclaration du 9 mai 1950*. Ministère des Affaires étrangères. https://www.cvce.eu/obj/declaration_du_9_mai_1950-fr-38403c69-d370-4b7d-8882-0056a4400362.html

Schuman, R. (1963). *Pour l'Europe.* Nagel.

Schwarz, K. (2023, outubro). Coesão, crescimento e emprego. *Fichas Temáticas sobre a União Europeia.* https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/93/coesao-economica-social-e-territorial

Sckell, S. N. (2013). *À paz perpétua de Kant: Filosofia do direito internacional e das Relações Internacionais* (2ª ed.). Editora WMF Martins Fontes.

Sckell, S. N. (2017). O cosmopolitismo de Kant: Direito, política e natureza. *Estudos Kantianos*, *5*(1), 199–214. http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ek/article/view/7086

Sen, A. (2011). *A Idéia de justiça.* Companhia das Letras.

Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). Companhia das Letras.

Serra, A. T. y. (2001). Presentacíon. In I. Kant, *Sobre la paz perpetua* (J. Abellán, Trad.). Alianza Edirorial.

Silva, A. L. da. (2011). *A União Europeia como ator normativo: Diplomacia, identidade e a promoção da democracia* [Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas].

Silva, F. M. da. (2017). *A República de Platão: Uma introdução à filosofia* (1ª ed.). Apolodoro Virtual Edições.

Silva, J. C. (2010). A teoria da guerra justa em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo Local].

Silva, J. (2020). *A filosofia da coesão: Fundamentos e aplicações* (2ª ed.). Editora Acadêmica.

Silva, J. (2018). *A União Europeia como ator normativo na área da segurança internacional: Uma análise do caso da política europeia de segurança e defesa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa].

Silva, J. (2000). *História da União Europeia*. Editora Exemplo.

Silva, J. (2024). Orçamento e políticas da União Europeia. Editora Exemplo.

Skirry, J. (2010). *Compreender descartes* (1ª ed.). Vozes.

Smith, R. (2005). *A Utilidade da força: A arte da guerra no mundo moderno* (M. Mata, Trad.). Edições 70.

Smith, P. (2005). *A traição da África.* Editora Planeta.

Società Italiana di Studi Kantiani. (n.d.). *Società Italiana di Studi Kantiani*. http://<http://www.studiKANT.it/it/notizie/282

Sousa, M. J. (1992). A cidadania europeia no Tratado de Maastricht. *Revista Jurídica do Minho*, *14*(2), 321–345.

Steel, C. (2005). *The end of the Roman Republic 146-44 BC*. Edinburgh University Press.

Stein, E. (2002). The Treaty of Nice and the institutional architecture of the European Union. *European Law Journal*, *8*(3), 290–308.

Stockmeier, P. (2011). *Agostinho, o pensador: Uma introdução*. É Realizações.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (2009). A teoria da identidade social. In A. E. M. L. Rodrigues & B. Jablonski (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 132–152, 27ª ed.). Vozes.

Terra, R. (2004). *Kant e o direito.* Jorge Zahar Editor.

Torrano, J. A. A. (2011). A noção mítica de Théos, “Deus(es)”, na República de Platão. In D. G. Xavier & G. Cornelli (Eds.). *A República de Platão: Outros olhares*. Edições Loyola.

Tratado da União Europeia, fevereiro 7, 1992, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012M/TXT&from=PT

Tratado da União Europeia (versão consolidada), 2008, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12012M%2FTXT

Tratado da União Europeia, 2016, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12012M%2FTXT

Tratado de Amsterdã, outubro 2, 1997.

Tratado de Lisboa, dezembro 17, 2007, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12007L/TXT

Tratado de Maastricht, fevereiro 17, 1992, https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/3/os-tratados-de-maastricht-e-de-amesterdao#:~:text=I.-,O%20Tratado%20de%20Maastricht,1%20de%20novembro%20de%201993.&text=

Ao%20instituir%20a%20União%20Europeia,entre%20os%20povos%20da%20Europa»

Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e certos atos conexos. (2001). *Jornal Oficial da União Europeia*.

Tratado de Paris, 1951.

Tratado de Roma (CEE), Março 25, 1957. https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/treaty-of-rome

UE vence Nobel da Paz 2012: “Este prémio é para todos os cidadãos europeus”. (2012, Outubro 15). *Parlamento Europeu*. https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20121012STO53551/ue-vence-nobel-da-paz-2012-este-premio-e-para-todos-os-cidadaos-europeus

Uma parceria estratégica entre a UE e a ONU, 2020, https://www.consilium.europa.eu/media/45034/eu-un-strategic-partnership-2020-pt.pdf

União Europeia. (2021). A União Europeia em poucas palavras. *Serviço das Publicações da União Europeia*. https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt

União Europeia. (2020). *Cohesion policy data*. https://ec.europa.eu/eurostat/web/cohesion-policy/data

União Europeia. (2017). *Cohesion policy for all regions*.

União Europeia. (2019). Desenvolvimento e Cooperação. *Serviço das Publicações da União Europeia*. https://ec.europa.eu/international-partnerships/development-cooperation_pt

União Europeia. (2020). Direitos humanos e democracia. *Serviço das Publicações da União Europeia*. https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/human-rights-and-democracy/

União Europeia. (2003). *Estratégia Europeia de Segurança: Uma Europa Segura em um Mundo Melhor*.

União Europeia. (2016). Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia. https://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf

União Europeia. (2003). *Paz, segurança e defesa*. https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/defence/

União Europeia. (2014). Regulamento (UE) nº 235/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento. Jornal Oficial da União Europeia, L 77/44.

União Europeia. (2022). *Relatório anual sobre política externa e de segurança comum*.

União Europeia no Brasil. (n.d.). *Delegação da União Europeia no Brasil*. https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/brazil_pt

Urwin, D. W. (1995). *The community of Europe: A history of European integration since 1945*. Longman.

Vaz, H. C. de L. (2014). *A formação do pensamento de Hegel*. Edições Loyola.

Vaz, H. C. de L. (2000). *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. Loyola.

Veyne, P. (2008). *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História*. Editora UnB.

Villaverde, M. J. (2014). Forjadores de la paz: De la polis a la Ilustración. *Revista Araucaria*, *18*(32), 173–196. http://hdl.handle.net/11441/46161

Walzer, M. (2003). *Guerras justas e injustas: Uma abordagem moral com exemplos históricos* (J. Simões, Trad.). Martins Fontes.

Weatherill, S. (2016). *Law and values in the European Union*. Oxford University Press.

West, C. (2004). *Democracy matters: Winning the fight against imperialism*. Penguin Press.

Wilkinson, R. (2006). *The single European market and the public sector: A quantitative assessment*. Edward Elgar Publishing.

Wirszubski, C. (1954). Cicero's cum dignitate otium: A reconsideration. *The Journal of Roman Studies*, *44*(1–2), 1–13. https://doi.org/10.2307/297549

Xavier, D. G., & Cornelli, G. (2011). *A República de Platão: Outros olhares*. Edições Loyola.

Yoder, J. H. (1994). *The politics of Jesus.* Grand Rapids: Eerdmans.

Zampaglione, G. (1973). *The idea of peace in Antiquity* (R. Dunn, Trad.). University of Notre Dame Press.

Zanella, D. C. (2014). A Origem do Conceito de Cosmopolitismo. *Revista Hypnos*, *32*(1), 166–176. https://www.hypnos.org.br/index.php/hypnos/article/view/102

Zanella, D. C, & Oliveira, L. S. de O. (2014). *Liberdade e Moralidade em Kant*. http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/004e2.pdf

Ziegler, J. (1998). *A Europa dos direitos humanos*. Instituto Piaget.

UNIVERSITAT DE BARCELONA

Tesis de doctorado

Macro filosofía de la cohesión y Teleología de la paz: sobre el concepto de Cohesión Económica, Territorial y Social en la Unión Europea

Rodrigo Marzano Antunes Miranda

Director y tutor: Dr. Gonçal Mayos Solsona – UB
Codirector: Dr. Ricardo Henrique Carvalho Salgado – UFMG

PROGRAMA DE DOCTORADO EN CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS

Septiembre de 2024

Ficha catalográfica
Traducción para el español: José Pires Cardoso

Dedico esta tesis a los residentes de la Villa Cemig, cuya resiliencia, unión y espíritu comunitario me enseñaron que la PAZ es verdaderamente el mejor camino para la humanidad y la solución más eficaz para los conflictos, inspirando la construcción de una sociedad más justa y harmoniosa.[1]

"Totus Tuus ego sum. Totus Tuus Regina Pacis"[2]

PAZ es realmente saber de dónde se viene, crecer y no negar mi propria historia.

[1] La Villa Cemig, barrio de chabolas de mi niñez, ubicada en la Regional Barrero, en Belo Horizonte, en Minas Gerais, en Brasil, es vecina de los barrios Flavio Marques Lisboa y el Conjunto Esperanza. El nombre de la villa fue elegido por los propios residentes, en referencia a la subestación de luz de la CEMIG, cerca de la localidad. De los varios recuerdos que tengo, recupero aquí de cuando jugaba en una fiesta popular de la región, en la Fiesta de Nuestra Señora Aparecida, que suele ocurrir todos los años en el 12 de octubre, en la Capilla Nuestra Señora Aparecida de la Praza del Crucero, cuando cantaba la canción Paz, de Gabriel El Pensador, música de la cual destaco aquí un trecho: "Aquí se planta/ aquí se cosecha/ pero para la flor nacer es necesario que se moje/ Es necesario que se riegue para nacer la flor de la paz,/ Es necesario que se entregue con amor y mucho más/ Es necesario mucha cosa y que mucha cosa cambie/ Mucha fuerza de voluntad y actitud/ Para poder recoger la paz, hay que correr detrás y hay que ser rápido!/ Para poder recoger la fruta es necesario ir a la lucha, y hay que ser guerrero!/ (POR LA PAZ LA GENTE CANTA, LA GENTE GRITA, POR LA PAZ YO HAGO MÁS, YO HAGO LA GUERRA)".

[2] Traducción nuestra: "Soy todo tuyo. Todo tuyo. Reina de la Paz".

Agradecimientos

En el inicio, yo detenía el estado de exaltación en el Espíritu de quien recibe, así como que por “inspiración” de las divinidades, el don de la profecía o de la adivinación. En la juventud, pedía que esas divinidades me concedieran fuerzas para cambiar la humanidad. En la paciencia madurada, percibí que eso era imposible: así, pasé a pedir a los dioses que me dieran fuerzas al menos para cambiar a quienes estaban a mi alrededor.

Ahora en lo todo, mis oraciones se dirigen al Dios Uno y Trino. Todo se torna mucho más simple: ruego a Dios lo que debería haber anhelado desde el inicio: para que consiga cambiar a mí propio y dar al todo la unidad renovada en mi humanidad: la paz.

Paz y agradecimiento al UNIVERSO, por tener a quien agradecer.

Paz y agradecimiento a Dios, por me permitir llegar hasta aquí – ahora contemplando un trocito de la iluminación y, aunque inebriado, asimismo, curioso y sediento de más conocimiento. Dios de todos los nombres.

Paz y agradecimientos a la UNIVERSITAT DE BARCELONA y al ESTADO ESPAÑOL, por el apoyo y acogida en esos años, con toda la certeza, punto de partida, y no de llegada. En mi reflexión, una sencilla contribución para la comunidad académica. Me gustaría expresar mi profunda gratitud por el apoyo generoso que recibí a lo largo de mi jornada como estudiante de doctorado. La oportunidad de estudiar en esa prestigiada institución, bajo los auspicios del Estado de España, fue una experiencia enriquecedora y transformadora. Agradezco a la Universitat de Barcelona por ofrecer un ambiente académico excepcional, repleto de recursos y profesores dedicados, que han desempeñado un rol fundamental en mi desarrollo como investigador. La cualidad de la educación que recibí aquí es incomparable, y estoy profundamente grato por haber tenido la oportunidad de trabajar con mentores tan inspiradores. Además de eso, me gustaría extender mi gratitud al Estado de España por su compromiso continuo con la financiación de la formación superior. Las inversiones en investigación y educación ha sido un impacto duradero en la sociedad, y estoy al tanto de que, sin ese apoyo generoso, mi jornada académica no habría sido posible. Esa financiación no apenas ha fortalecido mi formación académica, como

también contribuyó para el avance del conocimiento en mi área de estudio, beneficiando no apenas a mí, como también a la comunidad académica y a la sociedad como un todo.

Agradezco desde el fondo de mi corazón por la confianza que ustedes han depositado en mí como estudiante e investigador. Prometo continuar a dedicar mis esfuerzos al servicio del conocimiento y al beneficio de la sociedad, en reconocimiento a la oportunidad que me fue concedida. Una vez más, agradezco a la Universitat de Barcelona y al Estado de España, por tornar posible la realización de mi sueño académico. Estoy ansioso por continuar contribuyendo para el progreso de la ciencia y de la educación en nuestro país y en el mundo.

Paz y agradecimientos a la FACULTAD DE DERECHO, de la UNIVERSIDAD FEDERAL DEL ESTADO DE MINAS GERAIS, por recibirme y así permitir el más alto grado de internacionalización que la universidad proporciona. Esa oportunidad corresponde a una medida que sintetiza el potencial instalado en esa institución para impactar las fronteras del conocimiento y para subsidiar transformaciones en la sociedad.

Paz y agradecimientos al ESTADO DEMOCRÁTICO DE DERECHO DE BRASIL, pues llevar a la práctica una política de estado volcada hacia la educación brasileña que resulte en ciudadanos no es tarefa fácil. Hay que ser la utopía perseguida por los que creen en el ser humano como agente y sujeto de la propia existencia. Utopía que no puede ser concebida como algo imposible, inalcanzable, pero como un sueño, un proyecto, una idealización, solamente alcanzada desde la consciencia y de la esperanza críticas. Esperanza que es bien diferente de atribuir a otra persona la responsabilidad por una situación presente o de algún cambio futuro de esa misma situación, esperando que tal fuerza exterior traiga la solución. La esperanza crítica está vinculada a la necesidad ontológica del ser humano de ser crítico de la realidad en la cual está inserido y es desde ella que se puede avanzar en la perspectiva de la transformación de la realidad vigente. Parte fundamental de ese movimiento está en la inversión en nuestras universidades. Por eso, agradezco.

Paz y agradecimientos al Prof. Dr. GONÇAL MAYOS SOLSONA. Es con inmensa gratitud que expreso mi sincero agradecimiento por la inestimable orientación durante la elaboración de mi tesis de doctorado. Su conocimiento práctico y seguro, aliado a su inigualable vocación para enseñar, fueron pilares fundamentales para que yo pudiera recorrer esa jornada con seguridad y determinación. Su capacidad de trasmitir conceptos complejos de forma clara y objetiva, siempre incentivando mi crecimiento intelectual e impulsándome a buscar nuevos horizontes, fueron esenciales para la conclusión de este trabajo. Agradezco profundamente por su dedicación, paciencia y por compartir conmigo su vasta experiencia. Las lecciones aprendidas durante ese periodo trascenderán el ámbito académico y me acompañarán a lo largo de mi trayectoria profesional. Ahora el mundo se revela delante de mis ojos, con toda certeza macrofilosófico.

Paz y agradecimientos al Prof. Dr. RICARDO HENRIQUE CARVALHO SALGADO, pues la concretización de un proyecto de esa naturaleza no se debe apenas al autor, pero antes, a todos quienes que, de alguna forma directa o indirectamente, se involucraron en ese emprendimiento. Fue enorme y constante el compartir de dudas, angustias, incertidumbres, conquistas y muchos los aprendizajes. Agradezco por la inmensa ayuda en la elaboración de este trabajo, así como por la paciencia, comprensión y confianza. Por encima de todo la acogida generosa.

Paz y agradecimientos a MARIA CONSOLAÇÃO MARZANO DE OLIVEIRA, por el don de la vida realizado en mí. Madre, compañera de todas las horas y refugio de pura ternura, la única que consigue estar en mi alma.

Paz y agradecimientos a MIGUEL ANTUNES DE MIRANDA, padre que invirtió todo en los hijos y, particularmente, en mi educación; más aún, agradecimientos por su testimonio, fuerza y carácter que me guiaron durante toda la vida.

Paz y agradecimientos a ROGÉRIO MARZANO ANTUNES MIRANDA, único hermano de mi sangre e incentivo permanente. Tú llegaste a mi vida y ni percibiste la felicidad que me trajo. Grande es su importancia para mi día a día. Espero ser ejemplo para ti y luchar también por tus sueños. Hermano más joven al cual debo toda protección de paz.

Paz y agradecimientos a ALINE DE FREITAS NASCIMENTO. Simone de Beauvoir (1980) una vez dijo que: «El amor es un intento de transformar un fragmento del mundo en un paraíso» (p. 412). Con esa citación inspiradora, me gustaría expresar mi profunda gratitud a ti, Aline, por todo el apoyo, dedicación y cariño que demuestra siempre. Tu presencia y contribución ha sido fundamentales para transformar nuestro ambiente común en un verdadero paraíso, en que la colaboración y el respeto mutuo prevalecen. Tu comprometimiento es admirable, y tu capacidad de enfrentar desafíos con serenidad y determinación es una fuente constante de inspiración para todos a tu alrededor. Agradezco por tu amistad, pasión y amor, por tus palabras estimuladoras y por estar siempre dispuesta a ayudar. Que podamos continuar a construir juntos un espacio en que el amor y la comprensión sean los pilares de nuestras acciones, siguiendo el ejemplo de grandes pensadores y pensadoras, como Simone de Beauvoir. Con gratitud y respeto.

Paz y agradecimientos a los hermanos y amigos Frailes Agustinos de la PROVINCIA AGUSTINA DE BRASIL por apostaren en mí, ayudándome a vencer diversas fragilidades y me posibilitando llegar a la construcción del nuevo hombre que hoy soy y de la tan soñada felicidad, sin negar, en ningún momento, mi humanidad. Autenticidad es lo que más les debo. Gratitud por toda la eternidad, espero conseguir retribuir todo lo que de bueno me proporcionaron y, quien sabe un día, tener la gracia de acercarme de la práctica del agrado Divino, que tanto me seduce, en los pilares asumidos por San Agustín: 1. Interioridad, 2. Vida Comunitaria y 3. El servicio a la Iglesia.

Paz y agradecimiento a la Prof. Dra. MINISTRA EDILENE LOBO, por sus valerosas contribuciones para mi tesis. Su participación fue fundamental para el desarrollo y mejora de este trabajo, y sus percepciones y conocimientos enriquecieron significativamente la calidad de esta investigación. Agradezco inmensamente por su generosidad en compartir su capacidad y por su dedicación a este proyecto.

Paz y agradecimiento a los amigos y a las amigas del MANDATO PARTICIPATIVO DEL DIPUTADO FEDERAL MIGUEL ÂNGELO – PT/MG. Ustedes son la prueba viva de que la democracia es constituida por medio de la participación de todos. La actuación de

nuestro Diputado Federal, siempre teniendo el Estado Democrático de Derecho como línea de conducta, es un ejemplo e inspiración para la construcción de un Estado de Paz, y ver eso de cerca, dentro del mandato, fue fundamental para mi trayectoria.

Paz y agradecimientos a los amigos y amigas del MANDATO PARTICIPATIVO DEL DIPUTADO ESTATAL MARQUINHO LEMOS – PT/MG. Agradezco profundamente por la oportunidad de aprender con cada uno de ustedes. La actuación estatal, referencia para la materialización de la paz en los municipios, y la convivencia con eso equipo tan comprometido fueron fuentes de eterno aprendizaje sobre la construcción de la paz,

Paz y agradecimientos a los amigos y amigas de la OFICINA DE ABOGACÍA PONTES MATOS. El trabajo dignifica y engrandece el Hombre, y ustedes son la prueba de eso. Profesionales brillantes que me enseñaron lo mejor de la abogacía, enseñándome a encontrar, en la letra de la ley, los caminos para la construcción de la paz. Particularmente, agradezco al Dr. ÁELITON MATOS, por la dedicación y perfeccionismo con lo que enseña.

Paz y agradecimientos a DURVAL ÂNGELO ANDRADE, profesor, antes que nada, hoy Consejero del Tribunal de Cuentas del Estado de Minas Gerais. Persona que ha marcado mi vida, despertando en mí algo especial: ¡la voluntad de enseñar! ¡Y realmente saber cómo enseñar! Abrió mis ojos de modo irreversible para la búsqueda constante de la paz como principio, medio y fin, transformando mi manera de ver el mundo. Sus enseñanzas y su didáctica fueron más allá de los contenidos del currículo. Obtuve aprendizajes importantes para la vida. Su misión fue mucho más allá de la de un profesor. Es usted un verdadero maestro. Supo despertar mi admiración de una manera única y se ha tornado una inspiración diaria. Muchas gracias por su dedicación, paciencia y cariño al enseñar en la academia, en la buena política y en la vida práctica. Solamente puedo agradecerle por hacer parte de mi jornada y decirle de mi certeza de que todo lo que he aprendido voy a llevar por toda la vida (principalmente, ¡que el Derecho es para todos!). ¡A usted, maestro, toda mi gratitud y cariño!

Paz y agradecimientos a JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA, que, con su militancia estudiantil en los años 1960, el exilio en Cuba, la cirugía plástica que cambió su

rostro, la vida clandestina en Brasil en los años 1970, el retorno a la legalidad con la amnistía, en 1979, u su ascensión en el Partido de los Trabajadores, del cual se tornó presidente y mayor responsable por la elección de Lula a la Presidencia de la República, es referencia de la lucha política mundial. Es liderazgo imprescindible para entenderse como fue la lucha contra la Dictadura Militar, la preparación para la redemocratización, la derrocada del expresidente Fernando Collor, la oposición a los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso, la elección de Lula y Dilma y el actual momento político de nuestro país. La Historia aún ha de reparar los errores cometidos contra usted y ha de reconocerlo como yo lo reconozco: ¡héroe del pueblo brasileño! A usted, toda gratitud y admiración.

Paz y agradecimientos al profesor y amigo JOSÉ LUIS BORGES HORTA, hoy adagio de plena iluminación en mi experiencia académica, además de ser un ser humano inigualable en mi vida, o vidas. ¡Un ángel de paz!

Paz y agradecimientos al profesor y amigo PAULO ROBERTO CARDOSO, contigo aprendí que el verdadero estado de paz es la guerra. Y más aún: que, con esa estrategia, en nada se traiciona el ideal de establecer la paz.

Paz y agradecimientos al profesor y amigo JOAQUIM CARLOS SALGADO, fuente de indubitable e inagotable inspiración y admiración académica.

Paz y agradecimientos a los profesores de la UB, en especial a los del Programa de Postgrado en Ciudadanía y Derechos Humanos, Ética y Política de la Facultad de Filosofía, de la Universitat de Barcelona, línea de investigación: 101157 – Filosofías del Sujeto y de la Cultura, parte integrante del Programa del Doctorado en Filosofía Contemporánea y Estudios Clásicos. Agradezco profundamente por la oportunidad de aprendizaje y crecimiento proporcionada por ese programa, que se propone a formar investigadores tanto en el campo de la historia de las ideas cuanto en las líneas y temáticas actuales del trabajo filosófico.

Paz y agradecimientos a los profesores integrantes de la línea 4 – Estado, razón e historia, por tratar nuestra facultad «salgadianamente» y, con gran coraje, capacidad y

determinación jusfilosófica, asumir que el «(…) lugar y el modo de existir efectivo de la libertad es el derecho» (Joaquim Carlos Salgado, 2017).

Paz y agradecimientos a CAROLA MARIA MARQUES CASTRO, amiga de todas horas y provocación primera para la realización de este sueño, de esta manera, en esta casa.

Paz y agradecimientos a JOÃO BATISTA MIGUEL, por tantos momentos juntos, en la certeza de la misma escuela de vida: «La amistad se torna querida por el vínculo suave que une muchas almas en una sola» (San Agustín, Confesiones II, 5, 10). Aprendí contigo que la amistad es un camino que da sentido a nuestra existencia. Te tengo como hermano.

Paz y agradecimientos a LEVINDO RAMOS, por la contribución fundamental en mi ebulición como investigador jusfilosófico y por las innúmeras ayudas en las sendas jurídicas.

Paz y agradecimientos al joven profesor y amigo HUGO REZENDE HENRIQUES, por la decisiva contribución para la sistematización de esta investigación.

Paz y agradecimientos a la amiga, investigadora y competente profesora ALICE CASTELANI OLIVEIRA, por la paciencia competente de ajustar y calificar la expresión escrita de esta investigación.

Paz y agradecimientos al profesor y amigo RENATO AMARAL BRAGA DA ROCHA (in memoriam), por las diversas contribuciones en la maduración de lo que pretendí demostrar.

Paz y agradecimientos a los amigos y compañeros de clase, que me enriquecieron en las clases, con sus ejemplos y experiencias.

Paz y agradecimientos a los profesores del tribunal examinador por aceptar la invitación para evaluar mi trabajo, así como por las provechosas reflexiones, críticas y valerosas sugerencias, que contribuyeron – y contribuirán – para enriquecer este trabajo y mi investigación como un todo.

Paz y agradecimientos a las FACULTADES PROMOVE y a sus profesores. Expreso mi inmensa satisfacción, gratitud y alegría en ingresar en el curso de Derecho de esa institución. Desde su fundación, las Facultades Promove se destacan por la búsqueda

constante de excelencia académica y por su contribución inestimable para la formación de profesionales comprometidos y transformadores. La historia de la institución, marcada por el pionerismo y expansión, demuestra su compromiso en ofrecer una enseñanza de cualidad, adaptada a las demandas del mercado de trabajo. La Facultad de Derecho, en especial, fundada en 2003, consolida la tradición de la Promove en la formación de juristas con sólida base ética y humanista. La infraestructura moderna y acogedora, los recursos tecnológicos y la biblioteca con acervo abarcador demuestran la preocupación de la institución en proporcionar un ambiente propicio al aprendizaje. Creo que la misión de las Facultades Promove, pautada en la producción y diseminación del conocimiento, en la ética, en la ciudadanía y en la colaboración, se alinea perfectamente a mis valores y aspiraciones profesionales. Confío que el curso de Derecho, con su cuerpo docente altamente calificado y su metodología innovadora, me proporcionará las herramientas necesarias para tornarme un profesional competente, crítico y capaz de contribuir para la construcción de una sociedad más justa e igualitaria. Agradezco la oportunidad de hacer parte de la comunidad académica de las Facultades Promove y espero corresponder a las expectativas en mí depositadas. Muy importante fue la instrumentalización del formal de la Ley para esa reflexión exagerada ahora aquí.

Paz y agradecimientos a las instituciones que me recibieron a lo largo de la vida académica y que de alguna forma me posibilitaron llegar hasta aquí: Me refiero específicamente, al INSTITUTO EDUCACIONAL PETER PAN, a la ESCUELA MUNICIPAL PEDRO ALEIXO, a la ESCUELA ESTATAL CELSO MACHADO, a la FUNDACIÓN de ENSEÑANZA SUPERIOR de BRAGANÇA PAULISTA (FESB), al INSTITUTO SANTO TOMÁS de AQUINO (ISTA), al INSTITUTO SÃO PAULO de ENSEÑANZA SUPERIOR (ITESP), a la PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA de RIO de JANEIRO (PUC-Rio), a la PONTÍFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA de MINAS GERAIS (PUC-Minas), al CENTRO NACIONAL de FÉ y POLÍTICA DON HELDER CÁMARA (CEFEP), a las FACULTADES PROMOVE, a la ESCUELA del LEGISLATIVO de la ASAMBLEA LEGISLATIVA del ESTADO de MINAS GERAIS (ALMG), a la ESCUELA DE CUENTAS Y CAPACITACIÓN

PROFESOR PEDRO ALEIXO del TRIBUNAL de CUENTAS del ESTADO de MINAS GERAIS e al NÚCLEO de ESTUDIOS SOCIOPOLÍTICOS del SISTEMA AVANZADO de FORMACIÓN de la PUC MINAS (ANIMA).

Paz y agradecimientos a las amigas y a los amigos del TRIBUNAL de CUENTAS del ESTADO de MINAS GERAIS (TCE-MG), institución que me acogió con respeto y me proporcionó un ambiente propicio al desarrollo de este trabajo. Con su convivencia siempre respetosa y acogedora, contribuyeron para la construcción de un ambiente de trabajo positivo e inspirador. Compañeros, cuya experiencia y profesionalismo fueron esenciales para la realización de esta investigación. Que este trabajo pueda, de alguna forma, contribuir para el desarrollo del control externo y para la construcción de una sociedad más justa y transparente. Control también de Paz.

Paz y agradecimientos a todas y a todos que, de alguna forma, directa y/o indirectamente, suscitaron en mí el ardor por la paz y, así, contribuyeron para la conclusión de mi doctorado y de este trabajo específico, agraciándome con el privilegio de su convivio (funcionarias/funcionarios, alumnas y alumnos), sin excepción de los que no fueron nombrados. A todas y a todos, mis agradecimientos por la unión de los esfuerzos en pro del derecho a la educación de cualidad con nosotros compartida en la esperanza de paz.

Paz y agradecimientos a los que conmigo soñaron, creyeron y, así, también realizaron en mí más esta conquista. Mis sinceros homenajes y el prenuncio de un futuro de fe y esperanza, la certeza de la dedicación incondicional, acciones afirmativas y muchas realizaciones de paz.

(…) busque la paz y corra tras ella.

1 Pedro 3, 11

Resumen

En esta tesis, investigamos la formación del orden jurídico-filosófico de la cohesión, utilizando un enfoque macrofilosófico para comprender la construcción teleológica de la paz. Para eso, la investigación está estructurada en dos ejes principales: la filosofía de la cohesión y la teoría de la cohesión en la experiencia europea. En la primera parte, se explora las perspectivas teóricas sobre la paz en pensadores como Platón, Aristóteles, Cicerón, San Agustín, Santo Tomás de Aquino, Kant, Hegel y Carl Schimitt. En la segunda parte, el análisis se centra en la construcción y positivación de la paz en el ámbito de la Unión Europea (UE). Destacamos que la tesis adopta la macrofilosofía como método científico, buscando integrar y sintetizar descubrimientos de diversas ciencias especializadas para comprender los conceptos de cohesión y paz a lo largo del tiempo. El concepto de cohesión, conforme construido por la UE, es analizado como un valor histórico-cultural que antecede la propia constitución de esta organización internacional. La investigación culmina en la hipótesis de que la cohesión en la UE, actualmente limitada al dominio económico, debe ser alzada al plan de los valores filosóficos y jusfilosóficos para convertirse en un mecanismo efectivo de convivencia y paz entre pueblos y naciones. De ese modo, concluimos que la construcción de la cohesión social es esencial para la realización de la paz, promoviendo entendimiento mutuo, colaboración y armonía. La cohesión en la UE no es apenas una cuestión de equilibrio económico, territorial y social, como también está profundamente ligada a la búsqueda por la paz y estabilidad en Europa. La macrofilosofía de la cohesión y la teleología da paz representan valores fundamentales que orientan el proceso de integración de la región, buscando un desarrollo equilibrado y sostenible, además de una Europa más unida, pacífica e inclusiva.

Palabras-claves: macrofilosofía, cohesión social, teleología de la paz

Riassunto

Questa tesi indaga la formazione dell'ordine giuridico-filosofico della coesione, utilizzando un approccio macrofilosofico per comprendere la costruzione teleologica della pace. La ricerca è strutturata in due assi principali: la filosofia della coesione e la teoria della coesione nell'esperienza europea. Nella prima parte, vengono esplorate le prospettive teoriche sulla pace in pensatori come Platone, Aristotele, Cicerone, Sant'Agostino, San Tommaso d'Aquino, Kant, Hegel e Carl Schmitt. Nella seconda parte, l'analisi si concentra sulla costruzione e positivizzazione della pace nell'ambito dell'Unione Europea (UE). La tesi adotta la macrofilosofia come metodo scientifico, cercando di integrare e sintetizzare le scoperte di diverse scienze specializzate per comprendere i concetti di coesione e pace nel corso del tempo. Il concetto di coesione, come costruito dall'UE, è analizzato come un valore storico-culturale che precede la stessa costituzione dell'UE. L'indagine culmina nell'ipotesi che la coesione nell'UE, attualmente limitata al dominio economico, debba essere elevata al piano dei valori filosofici e giusfilosofici per diventare un meccanismo efficace di convivenza e pace tra i popoli e le nazioni. La ricerca conclude che la costruzione della coesione sociale è essenziale per l'effettivazione della pace, promuovendo comprensione reciproca, collaborazione e armonia. La coesione nell'UE non è solo una questione di equilibrio economico, territoriale e sociale, ma è anche profondamente legata alla ricerca della pace e della stabilità in Europa. La macrofilosofia della coesione e la teleologia della pace rappresentano valori fondamentali che orientano il processo di integrazione europea, mirando a uno sviluppo equilibrato e sostenibile, oltre a un'Europa più unita, pacifica e inclusiva.

Parole chiave: macrofilosofia, coesione sociale, teleologia della pace

Resumo

Nesta tese, investigamos a formação da ordem jurídico-filosófica da coesão, utilizando uma abordagem macrofilosófica para compreender a construção teleológica da paz. Para isso, a pesquisa é estruturada em dois eixos principais: a filosofia da coesão e a teoria da coesão na experiência europeia. Na primeira parte, exploramos as perspectivas teóricas sobre a paz em pensadores como Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Kant, Hegel e Carl Schmitt. Na segunda parte, a análise concentra-se na construção e positivação da paz no âmbito da União Europeia (UE). Ressaltamos que a tese adota a macrofilosofia como método científico, buscando integrar e sintetizar descobertas de diversas ciências especializadas para compreender os conceitos de coesão e paz ao longo do tempo. O conceito de coesão, conforme construído pela UE, é analisado como um valor histórico-cultural que antecede a própria constituição desta organização internacional. A investigação culmina na hipótese de que a coesão na UE, atualmente limitada ao domínio econômico, deve ser elevada ao plano dos valores filosóficos e jusfilosóficos para se tornar um mecanismo efetivo de convivência e paz entre povos e nações. Desse modo, concluímos que a construção da coesão social é essencial para a efetivação da paz, promovendo entendimento mútuo, colaboração e harmonia. A coesão na UE não é apenas uma questão de equilíbrio econômico, territorial e social, mas também está profundamente ligada à busca pela paz e estabilidade na Europa. A macrofilosofia da coesão e a teleologia da paz representam valores fundamentais que orientam o processo de integração da região, visando um desenvolvimento equilibrado e sustentável, além de uma Europa mais unida, pacífica e inclusiva.

Palavras-chaves: macrofilosofia, coesão social, teleologia da paz

Sumario

Introducción **19**

Importancia de la paz y la Actualidad de la Investigación **33**

¿Por qué la paz bajo la Mirada Macrofilosófica? **54**

Parte 1. Filosofía de la Cohesión **62**

1.1. Platón *versus* Aristóteles – Politeia: ¿De la paz? **65**

1.1.1. Platón y «La Politeia» ***69***

1.2. Cicerón - Concordia, *Otiuem* e *et Bellum*: ¿Antes de la Paz? **78**

1.2.1. Concordia, Otium, Bellum ***84***

1.3. Agustín de Hipona - ¿Caridad y paz? **96**

1.4. Tomás de Aquino – Bonum Commune: ¿Lugar de la paz? **102**

1.5. Kant – paz (paz y Derecho, Derecho y paz) **108**

1.6. Hegel – Estado de Derecho: ¿Camino Dialéctico para la paz? **116**

1.7. Carl Schmitt – La Oposición a la Pacificación del Político: ¿Negar la Paz? **123**

Parte 2. Teoría de la Cohesión **133**

2.1. Experiencia Histórica Europea: ¿Una Historia de la paz? **136**

2.2. Experiencia Histórica de la UE y paz **145**

2.3. Construcción Valorativa de la UE y de la paz como Principio Existencial **150**

2.4. Desarrollo y Cohesión: El Diseño Práctico de la paz en el Mundo **158**

2.5. La Cohesión en los Documentos Oficiales de la UE: El Positivas de la paz en la Filosofía de Emanuel Lévinas **166**

2.6. La Cohesión entre Guerra y paz: Principio Filosófico Jurídico **176**

Conclusión **195**

Referencias **209**

Introducción

(…) átomo alguno jamás interrumpe su movimiento en el vacuo, antes se mueve sin cesar,
empujando y siendo empujado
en varias direcciones, y sus colisiones provocan,
consonante el caso, mayor o menor resalto.
Cuando combinamos de la forma más densa,
a intervalos muy próximos, con el espacio entre si
más obstruido por el entrelazado de la figura,
nos dan la roca, el diamante, el hierro,
cosas de esa naturaleza. (no existen muchas especies de átomos
que yerren, pequeños y solitarios, a través del vacuo.)
A pesar de encontrar-se en constante movimiento,
su todo aparenta absoluta quietud,
salvo, aquí y allí, alguna oscilación particular.
Su naturaleza está más allá del alcance de nuestros sentidos,
muy, muy allá. Ya que no somos capaces de ver
las cosas como son en la realidad, ellas son obligadas a escondernos sus movimientos,
especialmente porque, aunque las que conseguimos ver, muchas veces
nos ocultan también sus movimientos, cuanto a la distancia.
Tomemos por ejemplo un rebaño a pastar
en una encuesta; sabemos que esos animales de caracoles de lana
se mueven para dondequiera que los atraiga la bella yerba,
en cualquier lugar donde esa se encuentre, aunque claveteada de joyas de rocío
centellantes, y que los corderos,
ya saciados, brincan y juegan, brillando al sol.
Todo eso, todavía, visto a la distancia, es apenas una mancha azulada

desblanquecida, reposando en una colina verde.[3]

– Lucrecio, La naturaleza de las cosas (M. C. Bejarano, Trad), 2003/siglo I a. C.

§1. En esta tesis, buscamos describir macrofilosoficamente[4] la formación del orden jurídico-filosófico de la cohesión[5] en la interpelación filosófica-jurídica para la construcción de la paz (en latín, *pax*) a través de una comprensión de carácter histórico-cultural[6].[6] En ese diapasón, el trabajo fue intitulado como *Macrofilosofía de la Cohesión y Teleología de la paz: Sobre el concepto de Cohesión económica, territorial y social en la Unión Europea*.

§2. En la sede de la Universidad de Barcelona (UB), esta tesis está insertada en la línea de investigación 101157. *Filosofies del subjete i de la cultura*, en el doctoramiento del Programa de Postgrado en Ciudadanía, Derechos Humanos, Ética y Política de la Facultad de Filosofía, bajo la orientación del Prof. Dr. Gonçal Mayos Solsina[7]. E un

---

[3] El poema de Lucrecio (Titus Lucretius Carus) aborda la constitución atómica de la materia ´idea que vino a tener aceptación en el siglo XIX. El Extracto es retirado del poema *De Rerum Natura (Sobre la Naturaleza de las Cosas)*, el único libro escrito por Lucrecio.

[4] A lo largo de la construcción de este texto, elucidamos en las notas a pie de página, cuando sea necesario, el término macrofilosofía, que es un neologismo creado por el filósofo catalán, el Prof. Dr. Gonçal Mayos Solsona. De una manera general, con ese término el autor pretende inaugurar, o reinaugurar, un modo de hacer filosofía, buscando promocionar una comprensión holista y totalizante del real, en contraposición a la ultraespecialización y fragmentación del pensar impuestas por los tiempos actuales que resulta en la escalada de una sociedad ignorante e inculta. Así, la tarea es ardua, exigiendo rigor y cuidados redoblados. Para que el intento sea alcanzado, es preciso tener en mente algunas necesidades teóricas. En primer lugar, la macrofilosofía se pauta en un enfoque interdisciplinar desde la cual es capaz de relacionar y sintetizar los conocimientos en «macromodelos» para que la reflexión filosófica no promueva exclusión y sea enriquecida por una complementariedad lógica (Ambrosio, 2015).

[5] La cohesión corresponde a la idea de solidaridad que se exprime entre los territorios de la Unión Europea a través de la implantación de políticas regionales que apunten la disminución de las disparidades, diferencias y desequilibrios entre los Estados y las regiones europeas. Eso permite la realización del mercado interno y la mejora de la calidad de vida de todos los ciudadanos europeos (Schwarz 2023).

[6] Schwarz (2023) destaque que «La Unión Europea procede al fortalecimiento de su cohesión económica, social y territorial en el intuito de promocionar un desarrollo armonioso de la Unión como un todo. La UE pretende, nombradamente, reducir las disparidades entre los niveles de desarrollo de las diversas regiones. Entre las regiones en causa, es consagrada especial atención a las zonas campesinas, a las zonas afectadas por la transición industrial y a las regiones con limitaciones naturales o demográficas graves y permanentes, tales como las regiones más septentrionales con densidad poblacional muy baja, así como las regiones insulares y transfronterizas. El gran esfuerzo es por la unificación de los pueblos europeos» (llamada).

[7] Es profesor titular em la Facultad de Filosofía de la Universidad de Barcelona. Tiene experiencia en el área de Filosofía, con énfasis en Filosofía Moderna y Contemporánea. Coordina el *Grupo Internacional de Investigación en Cultura, Historia y Estado*, fruto de la cooperación académica entre la Universitat de Barcelona y la Universidad Federal de Minas Gerais. Desarrolla, actualmente,

diálogo permanente, con el Programa de Postgrado en Derecho de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), bajo la línea de investigación Estado, Razón e Historia, bajo coorientación del Prof. Dr. Ricardo Henrique Carvalho Salgado.[8]

§3. La naturaleza y conexión entre la UB y la UFMG, por medio de proyectos de investigación, son significativas, no solamente en lo que se refiere al proyecto *Macrofilosofía, Derecho y estado* como, especialmente, al proyecto Democracy *and development: The construction of political, cultural and social cohesion, from Europe to the world*[9], este último integrado al Centro de Excelencia Jean Monet del Centro de Estudios Europeos de la UFMG. La presente tesis busca investigar el desarrollo social, político y cultural, temas que la UB trata bajo el arco temático de las políticas de cohesión, centro axial de la tesis.

§4. Actualmente, la política de cohesión constituye la principal política de inversión de la Unión Europea (UE), buscando proporcionar beneficios a todas las regiones y ciudades que integran la comunidad. En líneas generales, esa política apoya el crecimiento económico, la creación de empleo, la competitividad de las empresas, el desarrollo sostenible y la protección del medio ambiente. En la comunidad europea (actual UE), desde siempre, existieron grandes disparidades territoriales demográficas, jurídicas u filosóficas que pueden constituir obstáculos a la integración y al desarrollo en Europa. El Tratado de Roma (1957) creó mecanismos de solidaridad bajo la forma de dos fondos: El Fondo Social Europeo (FSE) y el Fondo Europeo de Orientación y de Garantía Agrícola. En 1975, fueron introducidos los aspectos

---

el concepto de macrofilosofía. Más informaciones sobre su producción ver http://lattes.cnpq.br/2233197203672797

[8] Doctor en Derecho por la Universidad Federal de Minas Gerais (2008). Posee Graduación en Derecho por la Universidad Federal de Minas Gerais (2001), Maestría en Derecho por la Universidad Federal de Minas Gerais (2004). Actualmente es profesor-adjunto de la Facultad de Derecho de la UFMG. Tiene experiencia en el área de Derecho, con énfasis en Filosofía del Derecho, actuando principalmente en los siguientes temas: Hermeneútica Filosófica, Kant y Neokantismo, Idealismo Alemán y Filosofía del Lenguaje. Más informaciones sobre su producción ver: http://lattes.cnpq.br/7930853933089106

[9] Proyecto de investigación vinculado a la línea de investigación 4, Estado, Razón e Historia. En traducción libre: Democracia y desarrollo: La construcción de la Cohesión política, cultural y social, de la Europa al mundo.

regionales con la creación del Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) (Pereira 2015; Silva, 2000). En 1994, fue igualmente creado el Fondo de Cohesión.

§5. Con el Acto Único Europeo de 1986. **La cohesión económica** y social se tornó una responsabilidad de la comunidad europea. En 2008, el Tratado de Lisboa introdujo una tercera dimensión de la cohesión de la UE, **la cohesión territorial**. Esas tres vertientes de la cohesión reciben el apoyo a través de la Política de Cohesión y de los Fondos Estructurales (Schwarz, 2023). Uno de los principales objetivos de la UE consiste en el refuerzo de su cohesión económica, social y territorial. Una parte considerable de sus actividades y de su presupuesto es consagrada a la reducción de las disparidades entre las regiones, nombradamente las zonas campesinas, zonas afectadas por la transición industrial y regiones con limitaciones naturales y demográficas graves y permanentes.

§6. La UE apoya la realización de eses objetivos desde los fondos europeos estructurales y de inversión, como: FSE, FEDER, Fondo de Cohesión; Fondo Europeo Agrícola de Desarrollo Rural (FEADER); y Fondo Europeo de los asuntos Marítimos y de las Pescas (FEAMP). La organización también recorre a otras fuentes, como el Banco Europeo de Inversión. En 2014, el FEADER sustituyó la sección de orientación del Fondo Europeo de Orientación y de Garantía Agrícola. En el ámbito de la Política de Cohesión, el FEADER apoya el desarrollo rural y la mejora de infraestructuras agrícolas.

§7. El Fondo Social Europeo es el principal instrumento de la UE para apoyar medidas destinadas a prevenir y combatir el desempleo, desarrollar los recursos humanos y promover la integración social en el mercado de trabajo. El Fondo Social Europeo financia iniciativas que promueven un elevado nivel de empleo, la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres, el desarrollo sostenible y la cohesión económica y social. El Fondo Europeo de Desarrollo Regional tiene por objetivo contribuir para la corrección de los principales desequilibrios regionales en la comunidad. Presenta apoyo a las regiones menos desarrolladas y a la reconversión

de las regiones industriales en decadencia.

§8. El Fondo de Cohesión contribuye financieramente para proyectos relacionados al ambiente y a las redes transeuropeas en el dominio de infraestructura de transportes. Apenas tienen acceso a ese fondo los Estados miembros cuyo rendimiento nacional bruto por habitante sea inferior al 90% de la media de la comunidad. Los documentos de la UE son aún omisos y/o poco explícitos en relación q los **aspectos jurídicos y filosóficos de la cohesión, especialmente en un sentido que reflexiona el anhelo de los pueblos por la construcción de la paz**. Desde esa laguna, la presente tesis se dispone a reflexionar. Eso puesto, evidenciamos que, a fin de garantizar una utilización eficiente de los fondos estructurales, deben ser respetados los siguientes principios destacados:

- Organización de los fondos por objetivos y por regiones;
- Colaboración entre la Comisión, os Estados miembros y a las autoridades regionales en el contexto de la planificación, de la implementación y del acompañamiento de su utilización;
- Programación de las intervenciones; y
- Adicionalidad de las contribuciones de la UE y nacionales.

§9. La dotación de los recursos financieros de la UE destinada a la Política de Cohesión centrase en dos objetivos fundamentales: (1) la inversión en el crecimiento y en el empleo, buscando consolidar el mercado laboral y las economías regionales; y (2) la cooperación territorial europea, a fin de apoyar la cohesión de la comunidad a través de la cooperación en un nivel transfronterizo, transnacional e interregional.

§10. La Política de Cohesión de la UE ha registrado un gran aumento en su presupuesto desde 1988, tornándose, junto con la política agrícola común, una de las políticas más significativas en términos cuantitativos. En el periodo de programación 2014-2020, la dotación atribuida a la Política de Cohesión ascendió a más de 350 mil millones de euros, o sea, 32,5% del presupuesto total de la UE. Esos fondos son despendidos en diversas actividades, tales como construcción de carreteras,

protección del medio ambiente, inversión en empresas innovadoras, creación de empleo y formación profesional. Cerca de 200 mil millones de euros fueron ofertados al FEDER (incluyendo 10,2 mil millones de euros para la cooperación territorial europea e 1,5 mil millones de euros como dotación especial para las regiones ultraperiféricas y escasamente pobladas). Más de 83 millones de euros fueron destinados al FSE y 63 mil millones de euros al Fondo de Cohesión (Schwarz, 2023)

§11. En mayo de 2018, la Comisión Europea propuso reglamentar esa política en el pos-2020. Uno de los principales objetivos de esa reforma consistió en simplificar los procedimientos y aumentar la eficacia de las inversiones de la comunidad. **Los once objetivos temáticos utilizados en la Política de Cohesión para el período 2014–2020** fueron sustituidos por **cinco objetivos políticos** para el FEDER, el FSE, el Fondo de Cohesión y el FEAMP, a saber:

- Una Europa más inteligente – Transformación económica innovadora e inteligente;
- Una Europa más verde e hipocarbónica;
- Una Europa más conectada – Movilidad y conectividad de las TIC a nivel regional;
- Una Europa más social – Aplicación del pilar europeo de los derechos sociales; y
- Una Europa más cercana de los ciudadanos – desarrollo sostenible e integrado de las zonas urbanas, rurales y costeras a través de iniciativas locales.

§12. El presupuesto propuesto para la Política de Cohesión es de 330,6 mil millones de euros. Cerca de 200,6 mil millones de euros fueron ofertados al FEDER (Incluyendo 8,4 mil millones de euros para la cooperación territorial europea y 1,5 mil millones de euros como dotación especial para las regiones ultraperiféricas y escasamente pobladas). Más de 41 mil millones de euros fueron ofertados al Fondo de Cohesión (de los cuales 10 mil millones de euros serán utilizados en el Mecanismo Interconectar a Europa) y 88,6 mil millones de euros al FSE (Pereira, 2024;

Propuesta de presupuesto para la Política de Cohesión 2021–2027, 2024; Silva, 2024).

§13. Los reglamentos propuestos por la Comisión Europea son sometidos al proceso legislativo ordinario, en que el Parlamento está en pie de igualdad con el Consejo. Eso significa que, antes del final de 2020, esas dos instituciones tendrán que llegar a un consenso sobre las reglas para la futura Política de Cohesión. En abril de 2019, el Parlamento había concluido la primera lectura de las propuestas de la Comisión. Hasta el momento de la elaboración de esta tesis, los desdoblamientos de la pandemia de covid-19, en las propuestas para las políticas de cohesión de la UE pos-2020, no fueron completamente aclaradas y deberán oportunamente integrar el horizonte de reflexión de la presente tesis.

§14. El Parlamento Europeo desempeña un rol muy activo en el dominio del apoyo al refuerzo de la **cohesión económica, social y territorial** de la UE. La legislación relativa a la Política de Cohesión y a los Fondos Estructurales es elaborada en los términos del proceso legislativo ordinario, en que el Parlamento Europeo y el Consejo tienen igualdad de poderes. El Parlamento Europeo participó activamente de las negociaciones sobre la reforma de la Política de Cohesión para el período 2014–2020. Esa reforma definió las prioridades y los instrumentos de la futura acción de la UE, con vista a reforzar la cohesión económica, social y territorial. El Parlamento Europeo ha apoyado fuertemente las propuestas que buscan una política de cohesión amplia y eficiente, que exige también recursos financieros suficientes (Schwarz, 2023).

§15. Tal tesis se justifica en la contribución directa, de la descripción histórica, de carácter macrofilosófico revelado en la formación del orden jurídico-filosófico de la cohesión, a través de una comprensión de carácter histórico-cultural, en la interpelación filosófico-jurídica para la construcción teleológica de la paz. En ese intento, para más allá de esta introducción y de la conclusión, estructuramos esta investigación en dos grandes ejes. En la primera parte, tratamos de la filosofía de la cohesión,

presentando perspectivas teóricas sobre la paz con el objetivo de comprender más profundamente como la idea de paz está elaborada en el pensamiento teórico de Platón, Aristóteles, Cicerón, San Agustín, Santo Tomás de Aquino, Kant, Hegel y Carl Schmitt. En la segunda parte, abordamos la teoría de la cohesión desde el análisis de la experiencia europea, como foco en la discusión sobre la construcción y positivación de la paz en el ámbito de la UE.

§16. Con el fin de facilitar la disposición de la presente revisión bibliográfica, proseguimos en el mismo trayecto estructural, apuntando, al final de este, las principales obras utilizadas y las estrategias de utilización de la bibliografía en idiomas extranjeros, a saber: castellano, italiano e inglés. El trabajo propuesto asumió un rasgo híbrido, posicionándose entre la investigación histórica y la investigación teórica pura (Eco, 2007). Registramos, desde luego, no ser nuestra intención emprender actividad historiográfica, o sea, no pretendemos dedicarnos a la función disciplinar de la investigación y escrita de la Historia (Aróstegui, 2006), que involucre el análisis riguroso de un determinado conjunto disponible de materiales, sobre todo documentales. Ese rol, no poco importante, dejamos a los cuidados de los competentes historiadores. Nos Interesa, primordialmente, la historia de las ideas[10], contemplada con los ojos de la Filosofía, a fin de elucidar el proceso de desarrollo y afirmación de los conceptos con los cuales vamos laborar. Después, la investigación nos exige algún nivel de especulación teórica, necesaria para comprobar la hipótesis aventada.

§17. Cuánto a los aspectos propiamente metodológicos, adoptamos en la presente exposición la perspectiva sugerida por Marcelo Galuppo (2008), según la cual la metodología dice respeto a dos aspectos fundamentales de la investigación: el

[10] La historia del pensamiento jurídico, al establecer las grandes líneas que individualizan la producción científica del derecho de una determinada época histórica no prescinde de la investigación sobre la sanción y la antijuridicidad. Así, hay una indispensable conexión entre esas senaras, que desvela ser los estudios de la construcción de la paz por las naciones como figura reveladora del haz del Estado y, por consiguiente, de su derecho (Engish, 2001; Homem, 2003; Kant 1943; Kaufmann & Hassemer, 2002; Losano, 2007; Saldanha, 2005).

marco teórico y la operacionalización. Justamente porque dotada de un carácter interdisciplinario[11], evitamos la adopción de un marco específico dentro de los diversos ámbitos del conocimiento que involucran esta investigación, de entre las cuales la Filosofía, la Teología, la Antropología y el Derecho. Asumimos, con todo, un marco teórico en lo que dice respeto a la estrategia de análisis de los temas elegidos: la macrofilosofía, tal como concebida por Mayos (2012b).

§18. Como tuvimos la oportunidad de resaltar, la macrofilosofía busca comprender los conceptos tal como se manifiestan en las mentalidades y cosmovisiones que permean las sociedades durante un considerable período de tiempo, para allá de la simple elaboración de un u otro filósofo concreto. Ese objetivo es alcanzado «integrando y sintetizando interdisciplinariamente los más sólidos y recientes descubrimientos de las diversas ciencias especializadas» (Mayos, 2012b, p. 10). La investigación macrofilosófica se realiza, por lo tanto, «cuando se llevan a cabo análisis "holistas" y comparativos que, de facto o potencialmente, se proyectan en procesos de gran alcance» tornando posible «modelizar la aparentemente caótica realidad para mostrar su orden profundo» (Mayos, 2012b, pp. 10, 13, 15).

§19. Será crucial descortinar la génesis histórica y axiológica de la filosofía de los derechos fundamentales, a fin de apurar en qué medida la mentalidad creada por la filosofía de la historia ayudó en su consolidación. Con eso, conseguimos concluir el trayecto investigativo por medio del cual pretendemos contribuir, aunque modestamente, para la comprensión de la profunda y recóndita relación que se establece entre el hombre, la paz como sagrado, el tiempo y el derecho.

§20. Una sustancia bibliográfica fue recogida, investigada y catalogada para la redacción de la presente tesis y para la investigación. Contamos, además, con el vasto acervo

[11] Según Carlos Brandão (2005), la interdisciplinariedad busca «reunir los varios saberes y discursos dentro de un único discurso globalizante» (pag ., 43). De ese modo, trabaja «con una pluralidad de disciplinas, solo que busca integrar los conceptos y metodologías, generando un enriquecimiento mutuo» (Pinto, 2000, p. 154). Sobre la discusión, recomendamos ver también el trabajo del Prof. Dr. José Luís Borges Horta (2012).

disponible en las bibliotecas de la Facultad de Derecho y de la Facultad de Filosofía de la UFMG, así como de la Facultad Jesuita de Filosofía y Teología (FAJE), que permitió la consulta local. Tuvimos a la disposición el acervo de la Facultad de Filosofía, de entre otros acervos de la Universitat de Barcelona, así como el acervo de la Red Abierta de Postdisciplina y Macrofilosofía (Open-Phi) y del Grupo Internacional de Investigación, «Cultura, Historia y Estado» (GIRCHE). También de la Asociación Liceo Joan Maragall de Filosofía, de la Universidad Abierta de Catalunya y la biblioteca del Parlamento Europeo.

§21. Con la elección de ese tema, de modo creativo, conseguimos describir cuidadosamente y con fidelidad la formación jurídico-filosófica del pensamiento valorativo de la UE, que fundamenta el concepto de cohesión. Así, hicimos de este trabajo un marco de la seriedad en la producción científica, desde una perspectiva más directa y particularizada, constituyéndose en el demostrar que el concepto de cohesión, construido por la UE, como expresión de perfeccionamiento histórico-cultural humano, en la interpelación/reflexión jurídico-filosófica para la construcción de la paz, es anterior a la constitución de la propia UE. Explicamos aún que la tesis concibe como método científico la macrofilosofía, buscando realizar una forma de lectura acertada de la realidad vigente, teniendo como objeto la construcción del concepto de cohesión como valor. En ese sentido, este trabajo tiene como grande *telos* central de investigación la construcción jurídico-filosófico de la paz entre las naciones. Afirmativamente, formulamos la siguiente hipótesis-respuesta: **el concepto de cohesión en la UE está limitado al dominio económico, pero debe ser macrofilosoficamente elevado al plan de valores filosóficos y jusfilosóficos para que la cohesión sea un mecanismo efectivo de convivencia entre pueblos y naciones – de implementación de la paz.**

§22. Los resultados, por alcanzar reflexiones de carácter social, mundial personal, comunitario, teórico y práctico, demuestran macrofilosoficamente que la cohesión busca deshacer las separaciones internas entre Estados-nación (miembros),

construyendo una unidad institucional jurídico-filosófica como fundamento de la paz en la UE – un *ethos* teleológico. Así, nuestra hipótesis central se edifica en la cohesión con vistas para la paz, en el sentido filosófico, pasando como idea esencial de la creación a la finalidad de la UE.

§23. Aún que no suficientemente comprendida y evidenciada jurídico-filosóficamente en su centralidad en la construcción histórico-cultural de la idea de una Europa unificada, buscamos, con esta investigación, hacer emerger la plena consciencia paciente delo concepto que tanta fuerza ya tuvo como intuición, una idea que en verdad pasa el diseñar de la comunidad europea, que desea aprovechar la diversidad histórico-cultural de los pueblos para promover unidad en la diversidad. Alcanzando, así, la realización de la paz como verdad y razón suprema.[12]

§24. Subrayamos la importancia del principio de subsidiariedad, concepto fundamental en la esfera del derecho de la UE, que busca garantizar que las decisiones sean tomadas lo más próximo posible de los ciudadanos. Ese principio establece que la UE solamente debe intervenir cuando los objetivos de las acciones propuestas no son suficientemente alcanzables por los Estados-miembros, pero pueden ser mejor alcanzados en el nivel de la UE. El principio de la subsidiariedad es definido en el Artículo 5º, párrafo 3, del Tratado de la Unión Europea de la siguiente manera:

En áreas que no son de su responsabilidad exclusiva, la Unión solo interviene si, y en la medida en que, los objetivos de la acción propuesta no puedan ser suficientemente alcanzados por los Estados-Miembros, tanto a nivel central como

[12] Buscando discutir y entender el discurso hegeliano, colocando la cuestión de la regulación que el lector debe adoptar en relación al sistema hegeliano, alejando todos los juicios tradicionales sobre el andamiento global del sistema presentados por Hegel en la Enciclopedia de las Ciencias Filosóficas (la crítica de Hegel a la forma de pensar del Entendimiento [*Verstand*] y la perspectiva de un nuevo concepto de Razón [*Vermunft*] o racionalidad que de ahí surge, y eso teniendo como base los tres momentos del proceso lógico, el momento del entendimiento, el dialéctico y el especulativo). Destacamos que esa crítica se hace inmanente a la propia filosofía de Hegel, pues el entendimiento es tanto el objeto de la crítica, como uno de los momentos que constituyen el propio proceso lógico-dialéctico (método dialéctico) que define la racionalidad hegeliana. Así, desde esa inserción del entendimiento en la propia razón, se verá que la crítica no se dará apenas de forma destructiva, de modo tal que el entendimiento fuera totalmente negado, pero antes elevará ese mismo entendimiento al nivel de la razón especulativa, sacándole así su pretenso lugar de facultad absoluta de la verdad y apuntándole su verdadero lugar (Lebrun, 2006).

regional y local, pero puedan, debido a la dimensión o a los efectos de la acción propuesta, ser mejor alcanzados a nivel de la Unión. (Tratado de la Unión Europea, 2012, art 5º, § 3)

§25. Ese principio es esencial para definir la frontera entre las responsabilidades de los Estados-Miembros y de la Unión Europea (UE), asegurando que las decisiones sean tomadas lo más próximo posible de los ciudadanos y que la acción en el nivel de la Unión sea justificada en función de las capacidades disponibles en los niveles nacional, regional, o local. Paul Craig y Gráinne de Búrca (2015), en su obra *EU law: Text, cases, and materials*, destacan que:

The principle of subsidiarity is designed to ensure that decisions are taken as closely as possible to the citizen and that constant checks are made to verify that action at Union level is justified in light of the possibilities available at national, regional or local level. (p. 93)[13][14]

§26. Stephen Weatherill (2016), en *Law and values in the European Union*, refuerza la importancia del principio de subsidiariedad al afirmar que "Subsidiarity is a guiding principle for defining the boundary between Member State and EU responsibilities, aiming to ensure that decisions are taken as closely as possible to the citizen (p. 113).[14] Además de eso, la Comisión Europea, en su Informe Anual sobre Subsidiariedad y Proporcionalidad, enfatiza que:

The principle of subsidiarity is intended to ensure that decisions are taken as closely as possible to the citizen and that the Union does not take action unless it is more effective than action taken at national, regional or local level. (2020, p. 5)[15]

§27. Es de gran importancia el principio de subsidiariedad, una vez que este funciona

[13] El principio de la subsidiariedad es concebido para garantizar que las decisiones sean tomadas lo más próximo posible del ciudadano y que verificaciones constantes sean realizadas para asegurar que la acción en el nivel de la Unión sea justificada a la luz de las posibilidades disponibles en los niveles nacional, regional o local (Craig & Búrca, 2015).

[14] La subsidiariedad es un principio orientador para definir la frontera entre las responsabilidades de los Estados-miembros y de la UE, buscando garantizar que las decisiones sean tomas lo más próximo posible del ciudadano (Weatherill, 2016).

[15] El principio de la subsidiariedad tiene como objetivo garantizar que las decisiones sean tomadas lo más próximo posible del ciudadano y que la Unión solo tome medidas cuando estas sean más eficaces de lo que las acciones tomadas en los niveles nacional, regional o local (Comisión Europea, 2020).

como un mecanismo para garantizar que la intervención de la Unión Europea sea justificada y eficaz, respetando de esa manera la autonomía de los Estados-miembros y promoviendo la proximidad de las decisiones a los ciudadanos (Tratado de la Unión Europea, 2016).

§28. En otros momentos de la historia, observamos intentos de formar grandes agrupamientos. En la antigüedad, por ejemplo, el ideal de reestructurar se el Imperio Romano nunca murió.[16] La cohesión resulta de un *ethos*[17] teleológico de la paz que es imprescindible alcanzar contorno normativamente/valorativamente (jurídico-filosófico) estructural. La cohesión es el camino para la instalación de la paz (macrofilosófica), además de ser fundamental y estructurada para realización de la paz. Por lo tanto, la UE es un instrumento para reflexión de carácter histórico-cultural-jurídico-filosófico para realización de la paz.

§29. Eso dicho, resaltamos que el objetivo de esta tesis es investigar el concepto de cohesión en el ámbito de la UE, argumentando que este trasciende la esfera económica y se configura como un valor fundamental para la construcción de la paz. Para eso, en términos metodológicos, utilizamos la macrofilosofía, buscando comprender la formación histórica y cultural del concepto de cohesión, analizándolo bajo la óptica de las enseñanzas de Platón y Hegel.

---

[16] Fracasaron, con todo, em haz de precarias comunicaciones, transportes inadecuados y desafíos a la legitimidad, el poder contrario de gobernantes locales. Meramente el triunfo de la realidad sobre la fantasía – La paz, así, se torna única, configurase como deseo unificado y a través de la cohesión es realizable (Landes, 1998).

[17] El *ethos* posee rol importante em la formación de la consciencia y personalidad morales – la educación, aunque no sea el tema principal de ninguna obra de Lima Vaz, puede ser comprendida como tema transversal que pasa por las obras del autor – el rol del *ethos* en la constitución del carácter es coextendido a la cultura. Al ser socializado, el sujeto aprende una lengua, puede ser introducido en las tradiciones de una religión, e interioriza normas de conducta – el *ethos* tiene importante rol en la formación del carácter y de la personalidad. La comunidad educa el individuo y, en ese sentido, es también responsable por él – el hábito ético garante la permanencia del *ethos*. Luego, el sujeto también es responsable por sus acciones y por la manutención del *ethos*. La relación entre el sujeto y el *ethos* no es completamente determinada. El sujeto puede siempre oponerse a las tradiciones y colocar en cuestión su validad. Además de eso, cuando las tradiciones están en crisis, urge redescubrir nueva orientación a través del ejercicio de *logos*. Esa orientación debe ser capaz de conducir el sujeto a la realización del bien. Así, intuimos: el *ethos* de la cohesión vislumbra la implementación consciente de la paz (Aquino, 2005; Aristóteles, 1984; Lima Vaz 1992; Lima Vaz, 1993; Lima Vaz, 2000; Lima Vaz, 2002; Lima Vaz, 2011; Lima Vaz, 2012; Mounier, 1967; Reale, 1995; Rodrigues, 2012).

§30. La cohesión, englobando las dimensiones económica, social y territorial, es una política central de la UE, que busca reducir las disparidades regionales a través de la construcción de fondos de inversiones, como el Fondo Social Europeo y el Fondo Europeo de Desarrollo Regional. En esta tesis, nuestra hipótesis es que esa cohesión de la UE, aunque frecuentemente limitada a la esfera económica, debe ser alzada al nivel de valor jurídico-filosófico, tornándose un mecanismo efectivo para la convivencia pacífica entre naciones.

§31. En esa dirección, argumentamos que la cohesión es un producto de un *ethos* teleológico de la paz, intrínseco a la formación histórica cultural de la UE. Nuestro análisis de la experiencia europea demuestra que la cohesión es fundamental para la construcción de la paz, actuando como un valor unificador. El principio de subsidiariedad, también central en el derecho de esa organización, refuerza la importancia de la cohesión al garantizar que las decisiones sean tomadas lo más próximo posible de los ciudadanos, promoviendo la unidad y la paz.

§32. La tesis demuestra que la cohesión, como valor jurídico, es esencial para la paz en la UE, trascendiendo la mera dimensión económica. Así, nuestra investigación destaca la importancia de la cohesión como un instrumento para superar las separaciones entre los Estados-nación y construir una unidad institucional basada en la paz. Además de eso, el presente estudio contribuye para la comprensión de la relación entre la humanidad, paz, tiempo y derecho, evidenciando la centralidad de la cohesión en la construcción de una Europa unificada y pacífica.

§33. Por fin, enfatizamos que, de modo original, esta tesis presenta un análisis innovador al abordar la cohesión como un valor fundamental para la paz, yendo más allá de su dimensión económica frecuentemente enfatizada. Además de eso, esta investigación: (i) amplia la comprensión del concepto de cohesión, destacando su relevancia para la construcción de la paz; (ii) fornece un análisis histórico y filosófico de la cohesión, contextualizando su importancia en el proyecto europeo; y (iii)

refuerza la importancia de la dimensión valorativa de la cohesión para la realización de la paz entre las naciones. A pesar de esos avances, reconocemos que la complejidad de la cohesión exige un análisis constante y que los desdoblamientos de l a pandemia de covid-19 pueden influenciar las políticas de cohesión de la UE.

Importancia de la paz y la Actualidad de la Investigación

Que el Señor dé a todos un corazón que busque la paz para derrotar la guerra, que siempre es una derrota!

(Papa Francisco)

§34. Inicialmente, destacamos lo que el Papa Francisco nos dice hoy al reiterar su llamado al fin de los conflictos que asolan el mundo. El Papa Francisco instó a los fieles a unirse en oración por la paz: “Recemos por la paz: no olvidemos que la guerra es una derrota” (Fonseca, 2024, párr. 3). También mencionó los conflictos actuales en Palestina, Israel, Ucrania, Myanmar y otras regiones, enfatizando: “Que el Señor dé a todos un corazón que busque la paz para derrotar la guerra, que siempre es una derrota” (Fonseca, 2024, párr. 4). Sus palabras nos revelan la urgencia de debatir el tema de la paz en la contemporaneidad.

§35. Recordamos también la figura de Alan Turing, mente brillante que descifró la guerra y plantó semillas de paz. La película El juego de la imitación no es solo una biografía cinematográfica de Alan Turing, es un himno a la paz construida por mentes brillantes y corazones determinados. Al descifrar el código Enigma, Turing no solo acortó la Segunda Guerra Mundial, sino que salvó miles de vidas, demostrando que la inteligencia y la búsqueda de la paz pueden ser más poderosas que la propia guerra. Su mensaje resuena hasta hoy, inspirándonos a luchar por un futuro más pacífico, en el que la diferencia sea celebrada y la colaboración, como la que existió en Bletchley Park, sea el motor del cambio. Mientras la guerra busca la destrucción, Turing, con su máquina y genialidad, construyó puentes para la comunicación y el

entendimiento, sembrando la paz en medio del caos. Nos mostró que la verdadera victoria no reside en destruir al enemigo, sino en desarmar la propia guerra, usando la inteligencia como escudo y la compasión como brújula. Turing no solo descifró códigos, descifró la propia humanidad, revelando que dentro de cada uno de nosotros existe un potencial único capaz de transformar el mundo. Su legado, mucho más allá de las computadoras, está en la esperanza de un futuro en el que la paz sea el mensaje cifrado en nuestros corazones (Hodges, 1983).

§36. Partimos de la génesis de la palabra paz y su construcción filosófica y jurídica: la palabra «paz», en portugués, deriva del latín «pax», cuya raíz indo-europea, *peh2-is-(pacto, acuerdo), apunta para un significado primordial ligado a la idea de «fijar», «establecer» y, por extensión, «acordar» (Martins, 2014). Esa etimología revela, desde su origen, la asociación de la paz con la noción de un estado de armonía y estabilidad alcanzado por medio de un pacto, un acuerdo que trasciende la mera ausencia de conflicto.

§37. Sin embargo, la construcción conceptual de la paz ultrapasa la mera definición etimológica, siendo objeto de debate y análisis macrofilosófico, utilizando diversas áreas del conocimiento, como la Filosofía y el Derecho. Para la Filosofía, la paz asume distintas interpretaciones a lo largo de la historia del pensamiento. En la Grecia antigua, por ejemplo, la paz (εἰρήνη - eirene) era frecuentemente contrastada con la guerra (πόλεμος - polemos), representando el orden social y político en oposición al caos y a la violencia (Platón, 2016).

§38. Aristóteles (2010), en su obra *Política*, define la paz como el objetivo final de la guerra, en estado que posibilita el florecimiento de la vida social y política, enfatizando que «La guerra debe ser echa con vistas a la paz, así como toda la acción política debe buscar al ocio. Los hombres guerrean para poder vivir en paz (…)» (p. 287). Ya para Kant (2002/1795), en su obra *La paz perpetua*, la paz trasciende la mera ausencia de guerra, siendo un ideal a ser alcanzado por medio de la construcción de un orden jurídico internacional basada en la razón y en la cooperación entre los

Estados.

§39. En el ámbito del Derecho, la paz se concretiza por medio de normas e instituciones que buscan prevenir y solucionar conflictos, así como promover justicia y seguridad. El derecho internacional público, por ejemplo, desarrolló un conjunto de normas e principios que regulan las relaciones entre los Estados y otros actores internacionales, buscando la manutención de la paz y de la seguridad internacionales. La Carta de las Naciones Unidas (1945), en su preámbulo, expresa claramente esa finalidad:

Nosotros, los pueblos de las Naciones Unidas, resueltos a preservar las generaciones venideras del flagelo de la guerra (…) y a reafirmar la fe en los derechos fundamentales del hombre, en la dignidad y en el valor del ser humano, en la igualdad de derechos de los hombres y de las mujeres, y de las naciones grandes y pequeñas (…). (preámbulo)

§40. De esa forma, la paz, como concepto jurídico, se traduce en el orden jurídico establecido, sea en el ámbito interno de los Estados, sea en el sistema internacional, buscando garantizar la coexistencia pacífica y la cooperación entre los individuos y entre las naciones. La palabra carga consigo la idea de un pacto, un acuerdo que busca establecer un estado de armonía y estabilidad, Sin embargo, la construcción conceptual de la paz trasciende la mera etimología, siendo objeto de análisis y debate en diversas áreas del conocimiento. Sea cono un ideal filosófico que nortea la vida en sociedad, sea como un objetivo a ser alcanzado por medio del derecho, la paz se consolida como un valor fundamental para la humanidad, un valor que exige constante reflexión y acción para su realización.

§41. La paz no debe ser entendida apenas como la ausencia de la guerra, pero sí como un principio económico y social que abarca la inclusión social. Según Amartya Sen (1999), en su libro *Desarrollo como Libertad*, la paz es una condición necesaria para la libertad económica y el desarrollo humano. Sen (1999) argumenta que «la ausencia de violencia y la seguridad son prerrequisitos para el desarrollo económico»

(p. 15). Sin un ambiente pacífico, las inversiones son desmotivadas, la productividad es afectada y los recursos son desviados para la seguridad, en vez de ser utilizados para el desarrollo.

§42. Además de eso, la paz también es un principio social, pues promueve la cohesión y la estabilidad social. Johan Galtung (1996), en *Peace by peaceful means: Peace and conflict*, development and civilization, define la paz positiva como «la integración de la sociedad humana» (p. 31). Él argumenta que la paz no es apenas la ausencia de conflicto directo, como también la presencia de justicia social e igualdad. La paz positiva involucra la eliminación de estructuras de violencia y la promoción de relaciones sociales justas y equitativas.

§43. La inclusión social es un componente esencial de la paz. Según Paulo Freire (2005), en *Pedagogía del Oprimido*, la verdadera paz solo puede ser alcanzada a través de la inclusión y de la participación activa de todos los miembros de la sociedad. Freire (2015) afirma que «La paz es fruto de la justicia social y de la inclusión» (p. 45). La exclusión social genera resentimiento, marginación y potencializa conflictos. Por lo tanto, la inclusión social es fundamental para la construcción de una paz duradera.

§44. La paz debe ser entendida como un principio económico y social, que abarca la inclusión social. Esa visión más amplia de la paz es esencial para la construcción de una sociedad justa y armoniosa. La paz no es apenas la ausencia de la guerra, como también la presencia de justicia, igualdad e inclusión social. En ese sentido, en esta

investigación[18], que se nortea por el análisis histórico y diacrónico[19] del concepto de paz, culminando en la reflexión sobre la Política de Cohesión[20] de la UE, observamos que, en el contexto occidental, la noción de paz está intrínsecamente asociada a la ausencia de conflictos, amenazas, violencia o beligerancia.[21] Asimismo, la paz en la dimensión individual o subjetiva corresponde al estado psíquico caracterizado por la inexistencia de perturbaciones emocionales. En el campo de la Filosofía, Kant (1987) enfoca la cuestión bajo la égida del republicanismo. Aunque este, en sí mismo, sea insuficiente para la consecución efectiva de la paz global, representa un punto de partida para lo que construyó más tarde en la UE por cohesión.

§45. El versículo de Isaías 32,17, La paz es fruto de la justicia, encapsula una profunda verdad filosófica-teológica, sociopolítica y jurídica que ha sido discutida a lo largo de

[18] La investigación moviliza, preferencialmente, textos en portugués y castellano de diversas traducciones. Esa elección se da en función del rico diálogo con el profesor titular de Filosofía del Departamento de Historia de la Filosofía del Departamento de Historia de la Filosofía, Estética de la Cultura de la Universidad de Barcelona (UB), Prof. Dr Gonçal Mayos Solsona, que también desempeña el rol de director de la Red Abierta para Investigaciones Macrofilosóficas y Postdisciplinarias (OPEN-Phi) y del Grupo Internacional de Investigación «Historia, Cultura y Estado» (Grup Internacional de Recerca 'Cultura, Historia i Estat' – GIRCHE). Además de eso, actúa como consultor de la Licenciatura en Humanidades de la Universidad Abierta de Catalunya (UOC). Después de dedicarse a varios trabajos analíticos especializados en el campo de la Filosofía Moderna, el interés de Mayos por la Macrofilosofía creció considerablemente. Él concentra sus investigaciones en el estudio de procesos de largo plazo en los campos filosófico, epistemológico, sociológico y político. Actualmente, su investigación está enfocada en la naturaleza y evolución de la racionalidad, especialmente desde los primordios de la Modernidad hasta los días actuales. Además de eso, él investiga los mecanismos sociales y políticos que posibilitan los procesos de modernidad y postmodernidad, comparando estos con los mecanismos que inhiben esas dinámicas. El enfoque interdisciplinario adoptado en su investigación macrofilosófica, aunque pueda parecer» siempre inacabada», fascina Mayos por su potencial importancia para el desafío de renovación que la Filosofía enfrenta (Bio Gonçal Mayuos Solsona, n.d.). Su trabajo puede ser conocido a través de su página académica o blog personal, que pueden ser accedidas por los links: http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos; http://goncalmayossolsona.blogspot.com.es/

[19] El análisis diacrónico fornece una perspectiva histórica y evolutiva que permite a los investigadores comprender como y porque los fenómenos se construyen a lo largo del tiempo. Eso es esencial para una comprensión más profunda de diversos campos del conocimiento humano.

[20] Para la UE, em concepto de cohesión se refiere a la reducción de las disparidades económicas, sociales y territoriales entre sus regiones – implementación progresiva y manutención del estado de paz. La UE reconoce que algunas regiones enfrentan desafíos específicos, como falta de desarrollo económico, infraestructura deficiente, desempleo y exclusión social. Por lo tanto, la cohesión es una prioridad para la comunidad, buscando promover el crecimiento equilibrado y la convergencia entre todas las regiones para que ninguna sea dejada para tras. La cohesión es promovida por medio de políticas y programas que buscan aumentar la competitividad, mejorar la infraestructura, apoyar la innovación y el emprendimiento, promover la inclusión social y crear empleos. Para eso, la UE ofrece financiación significativa a través de sus Fondos Estructurales y de inversión, apoyando proyectos que contribuyen para la cohesión económica, social y territorial.

[21] El centro de nuestras reflexiones es la investigación sistemática desde la mirada macrofilosófica de la cohesión, su contexto en cotejo a autores que la influenciaron.

los siglos. Ese versículo sugiere que la verdadera paz no puede ser alcanzada sin la presencia de la justicia. La justicia, en ese contexto, es entendida como equidad, rectitud y observancia de los derechos humanos y sociales, ya que la paz es comprendida como un estado de armonía que surge cuando la justicia es establecida y mantenida. En esa dirección, Isaías 32,17 puede ser interpretado como una afirmación de que la paz es una consecuencia natural de una sociedad justa. Cuando los derechos son respetados, las necesidades básicas son atendidas y las desigualdades son reducidas, la paz se torna una realidad tangible. Ese concepto de paz está ampliamente apoyado por estudiosos y teólogos.

§46. Según Walter Brueggemann (2001), en su libro *Peace*, la justicia es base sobre la cual la paz es construida. Él argumenta que «la paz bíblica es siempre la consecuencia de la justicia, la justicia es la condición necesaria para la paz» (p. 45). Brueggemann (2001) enfatiza que la justicia involucra tanto la distribución equitativa de recursos cuanto la retitud moral y ética. Además de eso, John Howard Yoder (1995) en *The politics of Jesus*, refuerza la idea de que la paz es intrínsecamente ligada a la justicia. Yoder (1994) afirma que «la paz que Jesús proclama está inseparable de la justicia que él exige» (p. 123). Para Yoder (1994), la paz no es apenas la ausencia de conflictos, sino la presencia de justicia y equidad.

§47. La visión de que la paz es fruto de la justicia también es compartida por teólogos contemporáneos. Cornel West (2004), en *Democracy matters*, argumenta que «sin justicia, no puede haber paz duradera» (p. 67). West (2004) destaca que la justicia social, económica y política es esencial para la construcción de una paz sostenible. Considerando eso, vemos que Isaías 32,17 muestra que la búsqueda por la paz debe ser acompañada por la búsqueda por la justicia. La paz verdadera y duradera solo puede ser alcanzada cuando la justicia es establecida y mantenida en todas las esferas de la sociedad. Así, ese versículo nos invita a trabajar por la justicia como un medio de alcanzar la paz, reconociendo que una no puede existir sin la otra.

§48. La instauración de una paz duradera entre todas las naciones del globo apenas se

viabilizaría mediante la formación de una federación unitaria de Estados autónomos, cimentando en el establecimiento de un derecho internacional sustentado por una constitución de naturaleza liberal en escala global. Es en este cerne que la UE se ancla para construir posibilidades de realización de la paz en el ámbito individual o personal. No meramente la paz individual es el centro de nuestras discusiones, pues esta es la sabiduría del sabio estoico[22], mera serenidad, tal vez. Buscamos en este estudio la sistematización normativa-política de la paz, procurando no apenas la tranquilidad individual, sino también la cohesión y armonía social. Eso porque, como bien destaca Norberto Bobbio (1995).

(…) La república es una condición necesaria, pero no suficiente para la paz perpetua. Es necesario también que las repúblicas así constituidas origines una federación, o sea, oblíguense a entrar en una constitución análoga a la constitución civil en la cual sea posible garantizar para cada miembro el propio derecho. Esa federación debe distinguirse, de un lado, de un superestado, que como ya dijimos, contradice el principio de igualdad de los Estados, pero, por otro lado, debe distinguirse de un puro y simple tratado de paz, porque ese último se propone a poner fin a una guerra, mientras aquella se propone a poner término a todas las guerras para siempre. (p. 164)

§49. Sobre la paz en sí, Bonavides (2006, conforme citado en Guzmán, 2005), pensando el ser humano, evidencia que,

Como seres humanos, tenemos habilidades para organizar nuestras relaciones,

[22] Estoico se refiere a un filósofo o seguidor de la filosofía estoica, una antigua escuela filosófica griega fundada por Zenón de Citio por vuelta del siglo III a. C. La filosofía estoica valorizaba la búsqueda por la virtud, la aceptación serena de las circunstancias y la comprensión del lugar del individuo en el cosmos. Los estoicos creían en vivir de acuerdo con la naturaleza y cultivar la virtud, especialmente la virtud de la sabiduría, coraje, justicia y templanza. Ellos enfatizaban el control sobre las emociones y la aceptación de las cosas que estaban más allá del control personal. Eso no significaba apatía o indiferencia, sino una actitud de ecuanimidad delante de los desafíos de la vida. Los estoicos creían que el camino para la felicidad y la tranquilidad interior estaba en conformidad con la razón cósmica, aceptando los eventos como parte de un plan mayor y actuando de acuerdo con los principios de la virtud, independientemente de las circunstancias externas. Hoy en día, el término es, frecuentemente, usado para describir a alguien que exhibe calma, autocontrol y resignación delante de las adversidades, en línea con los principios estoicos de aceptación serena y búsqueda por la virtud (Algra, 2006; Ildefonse, 2007; Reale, 2015; Zanella, 2014).

haciendo uso de la guerra y de cualquier otro tipo de violencia estructural, cultural o simbólica, que suponga la marginación, exclusión y muerte de unos seres humanos por otros y la degradación del ambiente. Como también es cierto que tenemos habilidades para organizar nuestras relaciones de forma pacífica: exprimiendo ternura o cariño en las relaciones interpersonales o creando instituciones de gobernación locales, estatales o globales que promuevan relaciones humanas basadas en la justicia y relaciones con la naturaleza basadas en la sostenibilidad. En ese contexto, el desafío filosófico de los estudios para la paz es la reconstrucción normativa de nuestras habilidades para hacer las paces. (p. 43)

§50. Así, la paz es tenida como una definición racional, en especial en el ámbito del Derecho. En ese sentido, Bonavides (2006), destaca que la

(…) paz es el derecho natural de los pueblos. Derecho que estuvo en estado de naturaleza en el contractualismo social de Rousseau y que quedó implícito como un dogma en la paz perpetua de Kant. Derecho a la paz, sí. Pero paz en su dimensión perene, a la sombra del modelo de aquel filósofo. Paz en su carácter global, en su forma agregativa de solidaridad, en su plan armonizador de todas las etnias, de todas las culturas, de todos los sistemas, de todas las creencias y que, la fe, la dignidad del hombre propugnan, reivindican y sancionan. Paz, por lo tanto, en su sentido más profundo, pasados de valores domiciliados en el alma de la humanidad. (para. 2)

§51. Para Bonavides (2006), la paz está puesta como derecho, destacando que

Quien conturbar esa paz, quien la violentar, quien la negar, cometerá, a la luz de ese entendimiento, crimen contra la sociedad humana. Execrado de las presentes y de las futuras generaciones, el Estado que delinquir o hacer la paz zozobrar como derecho habrá por cierto de responder delante el tribunal de las naciones: primero en el juicio coevo, a seguir, en el juicio del porvenir, delante de la historia. (…) la defensa de la paz se tornó principio constitucional, insculpido en

el artículo 4, inciso VI, de nuestra Constitución. Desde 1988, abulta entre los principios que el legislador constituyente estatuyó para regir el país en el ámbito de sus relaciones internacionales. (…) Solo falta universalizalo, alzalo a canon de todas las Constituciones. Vamos requerir, pues, el derecho a la paz como se requieren la igualdad, la moralidad administrativa, la ética en la relación política, la democracia en el ejercicio del poder. (para. 4)

§52. Nuestro enfoque será macrofilosófico, en los términos de Mayos (2012b). De esa forma, es importante resaltar que

Enfocar la Investigación para la paz bajo esta vertiente supone, desde luego, el reconocimiento de una forma de entender la propia investigación. Pensamos que las investigaciones y los estudios para la paz requieren aproximaciones multidisciplinarias y multiculturales. De este modo, dadas las propias características de los objetivos de estas investigaciones y su relativa novedad, serán también interdisciplinarias e interculturales. (Guzmán, 2005. P. 43)

§53. La producción intelectual inherente al periodo de la Modernidad[23] caracterizase, indubitablemente, por su complejidad, una afirmativa irrefutable que se ancla en la exploración abarcadora del proceso cognitivo humano y de su influencia en la tesitura del cotidiano.[24] En el *corpus* del trabajo desarrollado por Kant es posible discernir tres vectores fundamentales de la interpretación de la realidad: la cognición; el juicio y la volición. Respeto de la dimensión cognitiva, Rodrigues (2011) enuncia que

El deseo de desvelar la verdad se debe a la aspiración de fundar un conocimiento seguro acerca del mundo y de las cosas. Procurase una base estable – la verdad – que permita una relación de confianza, absolutamente necesaria, entre el

[23] Buscamos aquí una comprensión del proceso de consolidación de la Modernidad, principalmente en lo que se refiere a su caracterización como momento del pensamiento humano. Además de Kant, esa comprensión pasa las inmensas contribuciones de los filósofos Hobbes, Locke, Rousseau y Saint-Pierre. Al dialogar con esos pensadores, Kant cuestiona las pretensiones de la razón en conocer y en ser el tribunal de todo el conocimiento posible. Es dada también la pretensión de este en describir el rasgo común a la Modernidad: la paz.

[24] José Ortega y Gasset (1958, conforme citado en Salgado, 2008) dice que «(…) en la obra de Kant están contenidos los secretos decisivos de la época moderna (…)» (p. 17).

hombre y aquello que desea conocer. (p.138)

§54. Siguiendo, Rodrigues (2011) evalúa que,

Para Kant, esa tarea de la búsqueda de los criterios de la verdad y, subsecuentemente, del conocimiento que en ellos se funda, asume una gran importancia. Las respuestas insatisfactorias – sobre el origen de la verdad – dadas por el empirismo escéptico, principalmente de inspiración humana, y por el racionalismo quizá extremado, principalmente de inspiración wolffiana, el filósofo contrapone un sistema conciliador que intenta superar las condiciones que permiten el conocimiento según criterios de la verdad, cosa que aparentemente no se encuentra de forma clara en los referidos sistemas filosóficos. Así, para verificar el alcance de la razón humana, cuya vertiente especulativa tiene, aún que indirectamente, pretensiones al conocimiento, importa, para definirle los límites y las capacidades, moverle una crítica. (p. 139)

§55. Aún, en relación al querer, nos enseña Rodrigues (2011) que,

Cuanto, a la necesidad, Kant la define como un imperativo de obligación, lo que no deja de implicar una cierta circularidad explicativa. Así, algo tendrá que ser obligatoriamente de una determinada manera y no de otra. Todavía, una vez que, aun según él, la experiencia nos muestra que algo es de esta o de aquella forma, pero no que no pueda ser de otra, sigue que de la propia experiencia no fluye la marca de la necesidad. (p. 141).

§56. Desde esas tres lentes nace la interpretación de que convenimos como pensamiento moderno, pues este reúne en su síntesis que el conocer es posible. Apropiadamente, no podemos dejar de lado que el conocer está íntimamente ligado al juzgar y al querer. Así, Bonavides (2006) resume que

(…) antes, la paz tenida por derecho fundamental en las regiones teóricas; pero, de aquí en adelante, la paz alzada a la categoría de derecho positivo. Ayer, un concepto filosófico, hoy un concepto jurídico. Y tanto más jurídico cuanto mayor la fuerza principiológica de su acogida en las Constituciones. Hay, en verdad, una

especie de poder constituyente moral que, al prescribirle el reconocimiento normativo, cria un nuevo derecho y busca, así, garantizar la supervivencia del hombre en la edad de los artefactos nucleares y de la explosión tecnológica. La lección conclusiva de estas reflexiones se resume también en hacer de la paz axioma de la democracia. Fundamentando, en fin, la nueva figura introducida en el rol de los derechos humanos, inspirada de dos filósofos de la libertad, aseveramos que la guerra es un crimen y la paz es un derecho. Sin la memoria y la percepción de esa verdad gravadas en la consciencia de los pueblos y en la razón de los gobernantes, jamás concretizaremos la más solemne, la más importante, la más irrefutable cláusula del contrato social: el derecho a la paz como supremo derecho de la humanidad. (para. 12)

§57. El conocimiento (todo y cualquiera) se inicia en la experiencia, pero, solamente la experiencia no se revela la única fuente del conocimiento experimental y aquello que nuestra propia razón fornece.[25]

Kant, en el lenguaje de su época, advertía ya que la naturaleza parece querer otra cosa y se vale de dos medios para eso; la diversidad de lenguas y la diversidad de creencias. Ciertamente, insistía Kant, esa diversidad puede ser motivo de guerras y disputas. Sin embargo, dependiendo de las culturas que promovamos, en nuestra interpretación, podremos potenciar nuestras capacidades para la violencia desde la arrogancia, o promover culturas para hacer las paces. Desde la asunción de nuestra fragilidad y vulnerabilidad como demostración de nuestra independencia. (Guzmán, 2005, p. 58)

§58. En ese ínterin, Kant (1987) trabaja para sistematizar una reflexión que va más allá de las teorías tradicionales y/o de las corrientes filosóficas afloradas hasta entonces, tales como Racionalismo, Empirismo, Escepticismo, y Cientificismo, apoyándose en

[25] La Modernización, en el pensamiento kantiano, llega a la conclusión de que tenemos tres posibilidades de juicio: analítico, sintético a *priori* e sintético a *posteriori*. Su esfuerzo mayor es demostrar la existencia del juicio sintético a *priori* a fin de contestar como son posibles.

las contribuciones que esas corrientes modernas de la Filosofía le entregaron, testándolas hasta las últimas consecuencias y siendo radicalmente divergente de ellas en la búsqueda de la verdad pura.[26]

§59. Kant (1987) se aleja de la forma de discutir la *razón* de la tradición que lo antecedió y hasta mismo de las corrientes filosóficas que predominaban en su tiempo, pues impone un límite claro para lo conocer (¡la verdad!), generando en la Modernidad un cuidado todo especial cuanto a la validad de los conocimientos generados y su objetividad. El pensador proporciona una crítica a todo y cualquier intento de absolutización y dogmatización de conocimientos declarados tanto por la tradición cuanto para proyectos posteriores.

§60. En la ausencia de esa crítica, la razón queda rehén de un estado de naturaleza en que impera el conflicto, nacemos en un acto de violencia, arrancados del vientre materno, y entonces somos arrullados y direccionados para la paz. El conflicto no asegura nuestras afirmaciones y reivindicaciones, a no ser por la fuerza bruta en nuestro estado de naturaleza. La madre establece al hijo leyes para paz y lo orienta a la calmaría, al calmar racional. La paz es garantizada por la sentencia de la crítica de que tal conocimiento no violó los límites de la razón.[27] Es bien temprano que entendemos se la paz lo mejor para la humanidad. La consolidación histórica de la Modernidad es también tratada como «revolución copernicana» y constituye esa virada en la óptica de la Teoría del Conocimiento, de determinarse de modo preciso las condiciones para conocer los objetos cabeceando como el conocimiento se da.[28]

---

[26] Llegamos aquí a las síntesis que Kant (10870 hace entre racionalismo y empirismo. Por un lado, sin contenido de la experiencia, dado en la intuición, los pensamientos son vacíos de mundo (racionalismo). Por otro lado, sin los conceptos, ellos no tienen ningún sentido para nosotros (empirismo). En otras palabras, para Kant (1987), sin sensibilidad, ningún objeto nos sería dado, y sin entendimiento, ningún podría ser pensado. Nuestros pensamientos, sin contenido, son vacíos; intuiciones, sin conceptos, son ciegas.

[27] Antonio Truyol y Serra (2001) destaca que: «Sobre la paz perpetua lleva el subtítulo de Ensayo filosófico. Se relaciona estrechamente con la ya mencionada Metafísica de Las costumbres, y con un artículo publicado en la revista Berlinische Monatsschrift, <Idea de una historia general (o universal) desde una perspectiva cosmopolita>, con otros de estos años finales, que giran en torno a la ética y su relación con la política (tema ya abordado en Anexo en Sobre la paz perpetua)» (p. 10).

[28] La filosofía crítica de Kant (1987) consiste en imponer a la razón los límites de la experiencia posible. Pretende, con eso, fornecer rigor metodológico a la metafísica, librándola de su

§61. Ese cambio de rumbo de la dicha Modernidad (siglos XVII y XVIII), transmitida en el final de ese periodo de discusiones, en el transcurrir de las revoluciones (copernicana/iluminismo), considera el sujeto pensante no una substancia dada a *priori*, pero sí una unidad del pensamiento, por lo tanto, formal, Kant (1987) diferenciase de Descartes (1999), pues el autor propone una nueva concepción de la relación entre sujeto y objeto en el uso teórico de la razón. Esa concepción parte de la revolución copernicana.

> *Lo mismo ocurrió con los primeros pensamientos de Copérnico que, después de las cosas no querer andar muy bien con la explicación de los movimientos celestes admitiéndose que todo el ejército de astros giraba en torno del espectador moverse, y, en contrapartida, dejase los astros en reposo. (Kant, 1987, p. 14)*

§62. Nos parece correcto afirmar que Kant (1987) atribuye al sujeto una posición de actividad con relación al objeto, no concebidas por Descartes (1999) en sus reflexiones. El que puede ser visto por muchos como «equívoco cartesiano», pues entiende que el objeto solo puede ser pensado como tal a través de las operaciones sintéticas del sujeto, que de forma alguna puede ser considerado substancia.[29] Kant (1987) consolida el concepto de paz, constituyéndolo como proyecto filosófico para la paz perpetua, desde parámetros morales, jurídicos, filosóficos y políticos, por eso tenemos por herramienta de lectura la macrofilosofía.

§63. Kant (1987) demuestra que, aunque la paz perpetua sea un ideal intangible, sus

---

carácter dogmático y trayéndola para el rumbo seguro de la ciencia. Ese método que analiza las posibilidades del conocimiento a *priori* del sujeto, dentro de los límites de la experiencia, es llamado de trascendental.

[29] Podemos decir que la centralidad de la posición de Descartes (2011) está en el canon la tradición filosófica occidental, después de todo, en apenas un libro *Meditaciones*, él presenta inmensa riqueza conceptual y filosófica. «Error», «duda», «locura», etc., entraron decisivamente para el repertorio de la Filosofía, pero no de una forma nueva, desde entonces, en una nueva dimensión, fundamental, pues tales conceptos buscaron trabajar radicalmente las bases de nuestro saber. Además de eso, la búsqueda por una nueva *arché* para fundamentar el saber acaba por provocar una gran ruptura que se realiza en la Modernidad: el surgimiento de la subjetividad, que, en el Occidente, tuvo origen a partir de la filosofía cartesiana (Foucault, 2004; Gombay, 2009; Prado Jr, 2004; Skirry, 2010).

principios fundamentales – dirigidos a la aproximación de ese ideal – son históricamente y culturalmente posibles[30]. Así como ocurre con los individuos, los Estados, en sus relaciones recíprocas, deben adentrar en una condición jurídico-normativa racionalmente planificada. Problemas en torno de la provisoriedad de la propiedad, de la libertad y de la violencia no será resueltos mientras el Derecho no sea establecido también en el nivel internacional y cosmopolita[31]. Esa es la visión kantiana y su norte de actuación para el establecer de la paz y del Derecho.

§64. El Estado pensado por Kant (1987) es republicano y de manera alguna puede forzar los ciudadanos a entrar en una guerra. Los ciudadanos optan por la paz porque no quieren perder sus vidas (bien mayor), así como su libertad, seguridad, propiedad y derechos. La paz se constituye, así, en una necesidad de la civilización – revelando una filosofía más allá de lo aparente.[32] En el derecho cosmopolita, Kant (2003) critica los abusos de los Estados colonialistas y acentúa la necesidad de respeto a los derechos de los pueblos. Para el pensador, la relación entre los Estados se asemeja, a principio, a la situación de los individuos en estado de naturaleza. En las palabras del filósofo:

(…) la misma insociabilidad que obligó los hombres a esa tarea es nuevamente la

---

[30] Para estudios avanzados sobre el asunto, recomendamos la lectura de Magnoli (2016), en el texto en la cual «se relata que siempre hubo personas empeñadas en evitar guerras; prevenir situaciones de conflicto. La obra establece, de cierta forma, un diálogo con el libro *Historia de las guerras,* publicado por la Editora Contexto. Él muestra como trabajaron los arquitectos que diseñaron el planeta y ayudaron a construir el mundo en que vivimos. En medio a guerras y situaciones de conflicto, la paz puede surgir como fruto de conquistas, de esfuerzos diplomáticos, conciliación entre poderosos y acuerdos entre iguales y desiguales» (p. 120).

[31] En la concepción y formulación de Groutius (2004) está escrito como un tratado sobre la guerra que defiende la paz versa sobre el derecho de las gentes y elabora una teoría de la sociedad internacional basada en los Estados-nación que emergían. El pensador condena el principio de la guerra y edifica los tratados internacionales. Limita la guerra a las partes directamente involucradas, desarrollando la noción de neutralidad, y busca los medios de restitución de la paz. Ya sobre el «Derecho cosmopolita es, según Kant, el derecho humanitario, o de la humanidad, que rige la asociación de toda la humanidad, cuyo último fin es la civilización y el último grado, la sociedad humana» (Howard, 2000, p. 98).

[32] Gonçal Mayos (2012ª) deja claro que, «Para Kant, es filósofo todo aquel que hace una investigación radical que cuestiona los primeros principios heredados e investiga los los fundamentos últimos de todo. Por eso, y aceptando la idea humeada de que estos fundamentos arraigan en la naturaleza de las facultades humanas, como parte clave de su revolución copernicana, KANT se propone investigar radicalmente la razón, especialmente lo que aporta por ella misma, "pura y a *priori"*, lo que sólo ella puede aportar, ya que no puede proceder de ninguna experiencia» (p. 109).

> *causa de que cada república, en sus relaciones externas – o sea, como un Estado en relación a otros Estados –, esté en una libertad irrestricta, y consecuentemente deba esperar del otro los mismos males que oprimían los individuos y los obligaban a entrar en un estado civil conforme leyes. (Kant 2003, p. 13)*

§65. Ya Lima Vaz (2004) observa que, en verdad, la teoría moral de Kant acabó por favorecer la cisión entre política y ética. Así, el autor resalta que «(…) teóricamente la cisión entre Ética y Política acaba siendo consagrada por el reflujo individualista de la Ética moderna que irá condicionar la idea de "comunidad ética" al postulado riguroso de la autonomía del sujeto moral tal como lo definió Kant» (p. 259-260). Para más allá de eso, destacamos que Kant (2003) también enfoca otras cuestiones fundamentales que afectan las relaciones internacionales contemporáneas, como tratados de Paz, esfera pública, ejércitos permanentes, derecho de intromisión y cosmopolitismo (Freitas, 2011, p. 263).

§66. Nos queda claro el rasgo común de la Modernidad – la paz – de la división entre principios jurídicos e históricos hasta la consolidación de lo que conocimos por paz: sea el proyecto kantiano de paz y sus desdoblamientos como consolidación del concepto de paz para el Occidente, en la interpretación de algunos, retirando de vez la Filosofía del cotidiano de simple literatura y alzándola a la Modernidad, que se inaugura bajo el valor ético de la universalización[33] – ahora ciencia. ¡Verdad pura! No adoptamos esa perspectiva que busca desvalorizar la filosofía prekantiana y premoderna, pero evidenciamos el argumento de que, teniendo en la *Crítica de la Razón Pura* (1987) el gran divisor de aguas, según el profesor Gonçal Mayos Solsona (2012A): «ya que es en esta obra donde se sintetizan los principios del criticismo Kantiano y de la revolución copernicana en filosofía» (p. 93).

[33] Para el Occidente, desde los tiempos medievales, «(…) la unión entre paz y justicia es de la alzada de la ley (…), la ley interviene, entonces, como punto de apoyo necesario a la génesis del binomio justicia y paz» (Le Golf & Schmitt, 2017, P. 63-64). «Actúa apenas según una máxima tal que puedas al mismo tiempo querer que ella se torne Ley universal» (Kant, 2004, p. 59).

§67. El tema de la paz nos posibilita recoger conceptos propios de la ciencia del Derecho, bajo un enfoque macrofilosófico[34], y así profundizar las investigaciones y sistematizaciones acerca del pensamiento político Occidental (Bobbio, 1995; Nour, 2004; Salgado, 2008; Terra, 2004), así como sobre la paz y su efectiva realización social en la Modernidad (Costa, 1999; Salgado, 2005). Convivimos en una sociedad rodeada de conflictos de diversos tipos, como morales, éticos, de entre otros, los cuales nos llevan al cuestionamiento y a la búsqueda de soluciones eficaces con el intuito de establecer la paz social. El Derecho nació con la sociedad y se desarrolla con ella. Si la sociedad cambia, las normas jurídicas también son modificadas. Es imposible separar derecho y sociedad.

§68. La vida cotidiana está estrechamente relacionada al derecho. Desde el nacimiento, con el derecho del *nasciturus*, hasta después de la muerte, con el derecho de sucesión. El derecho nació para la humanidad y la humanidad nació para el derecho. Las Leyes, normas y directrices creadas por el derecho tiene por teleología delinear la conducta humana (tolerante), tutelando el bien mayor que es la vida. El Hombre creó el derecho y es constantemente moldado por él. La humanidad busca en esa ciencia las respuestas para sus problemas y espera que siempre haya una decisión justa. Para la creación del Derecho, cada individuo dio un poco de su derecho, objetivando el bienestar social (la paz que se perpetua). Las normas jurídicas nortean la vida de la humanidad, buscando al bien común. El derecho surgió en un contexto de disputas, inclinándose en los estudios de los hechos sociales, Podemos construir, cada día, un mundo mejor, por medio de nuestros actos (de tolerancia), pero no de una manera aislada, y sí en conjunto, acordándose que las leyes nos pueden ayudar mucho en ese camino.

[34] «(…) MAYOS, de una manera general, pretende inaugurar – o reinaugurar – un modo de hacer filosofía. Además de eso, el término funcional como criterio diferenciador de otra forma, igualmente legítima, de hacer filosofía: la macrofilosofía» (Ambrosio, 2015, p. 10). En la citada tesis, el joven autor anuncia un manifiesto por un modo de filosofar, haciendo una macrofilosofía de la historia del Derecho, en la pretensión de que su tesis sea pensada en los marcos de una macrofilosofía.

§69. Este estudio hace una reflexión desde la teoría kantiana sobre el derecho, discutiendo la búsqueda que la humanidad encampa colectivamente por conducta (tolerancia) que le permita aproximarse de la paz perpetua. La construcción de la Cohesión social es el camino seguro para la realización de la paz entre los pueblos, una vez que promueve el entendimiento mutuo, la colaboración y la armonía, fundamentos esenciales para la construcción de un mundo más justo y pacífico. La cohesión en la UE no es apenas una cuestión de equilibrio económico, territorial y social, como también está profundamente ligada a la búsqueda por la paz y estabilidad en Europa.

§70. La creación de la UE está profundamente enraizada en la búsqueda por la paz y en el intento de evitar la repetición de los horrores de la Segunda Guerra Mundial. Ese objetivo pragmático es evidente en diversos documentos y análisis históricos que discuten la fundación y la evolución de la organización. Jacques Delors (1994), en sus *Memorias*, destaca que «La Unión Europea nació de la necesidad de garantizar que los horrores de la Segunda Guerra Mundial nunca más se repitieran. La paz y la estabilidad eran los objetivos centrales de los fundadores» (p. 45). Delors (1994) enfatiza que la motivación primordial de los fundadores de la UE era asegurar un futuro pacífico para Europa, previniendo nuevos conflictos.

§71. Tony Judt (2007), en su obra *posguerra: Una Historia de Europa desde 1945,* refuerza esa perspectiva al afirmar que «la Comunidad Europea del Carbón y del Acero, precursora de la Unión Europea, fue creada con el objetivo explícito de evitar nuevos conflictos entre las naciones europeas, promoviendo la paz y la cooperación económica» (p. 153). Judt (2007) argumenta que la integración económica fue vista como un medio de garantizar la paz duradera en el continente.

§72. Desmond Dinan (2004), en *Europe recast: A History of European Union*, también enfoca esa cuestión, observando que «los tratados fundacionales de la Unión Europea fueron diseñados para garantizar que los conflictos devastadores del inicio del siglo XX no se repitieran. El énfasis en la paz y en la estabilidad es un pilar de la

existencia de la Unión» (p. 22) El autor destaca la importancia de los tratados como instrumentos para la promoción de la paz.

§73. Andrew Moravcsik (1998), en em *The choice for Europe: Social purpose and state power from Messina to Maastricht*, corrobora esa visión al afirmar que «el proyecto de integración europea fue fundamentalmente impulsado por el deseo de crear una paz duradera en Europa, una respuesta a las guerras catastróficas que asolaron el continente» (p. 3). Moravcsik (1998), subraya que la integración europea fue una respuesta estratégica a los conflictos pasados.

§74. Robert Schuman (1963), en *Pour l´Europe*, expresa la idea de que «La Europa no se hará de un solo golpe, ni en una construcción de conjunto: ella se hará por realizaciones concretas creando por primero una solidaridad de hecho» (p. 25) Schuman (1963), uno de los principales arquitectos de la integración europea, enfatiza la importancia de acciones concretas y progresivas para la construcción de una Europa unida y pacífica.

§75. Luego, la creación de la UE fue motivada por la necesidad de garantizar la paz y evitar la repetición horrorosa de la Segunda Guerra Mundial. El Énfasis en la cooperación económica y política entre los países europeos fue comprendida como un medio eficaz de alcanzar esos objetivos, estableciendo la paz (la cohesión) como principio maestro y fundamental de la UE.

§76. La historia de esa organización está marcada por conflictos sangrientos que asolaron el continente en el siglo XX. La integración europea fue concebida, en parte, como una respuesta a esos conflictos, con el objetivo de construir un orden basado en la cooperación, solidaridad y respeto mutuo. La cohesión económica, territorial y social en la UE desempeña un rol crucial en la prevención de conflictos al reducir las disparidades que pueden llevar a la desigualdad, resentimiento y instabilidad política. Al promover la cohesión, la comunidad busca construir una respuesta más justa e inclusiva, en que todos los ciudadanos tengan la oportunidad de prosperar.

§77. La macrofilosofía de la Cohesión y la teleología de la paz en la UE representan

valores fundamentales que orientan el proceso de integración europea. Al promover la cohesión económica, territorial y social, la UE no apenas busca alcanzar un desarrollo equilibrado y sostenible, como también trabaja para construir una Europa más unida, pacífica e inclusiva. La comprensión de esos conceptos es esencial para evaluar el progreso y los desafíos enfrentados por la comunidad en su jornada rumbo a futuro común.

§78. La guerra entre Ucrania y Rusia está profundamente enraizada en cuestiones geopolíticas, étnicas, históricas y de seguridad que van más allá del ámbito de la cohesión económica, territorial y social en la UE.[35] Sin embargo, las tensiones entre Ucrania y Rusia ilustran los desafíos que pueden surgir cuando no hay cohesión y entendimiento suficientes entre naciones y regiones. En ese sentido, la situación en Ucrania evidencia la complejidad de las relaciones internacionales y la importancia de la cooperación regional para promover la estabilidad y la paz. Aunque la UE haya buscado desempeñar un rol mediador y promover la resolución pacífica del conflicto, las divisiones internas en Ucrania y las dinámicas geopolíticas complicaron los esfuerzos de resolución.

[35] Para no pasar por ingenuos es importante destacar que, la guerra entre Ucrania y Rusia puede ser interpretada como una continuidad moderna de la Guerra Fría, reflejando los intereses geopolíticos de las grandes potencias como los Estados Unidos y China. Durante la Guerra Fría, el mundo fue dividido en dos bloques principales: el bloque occidental, liderado por los Estados Unidos, y el bloque oriental, liderado por la Unión Soviética. Con el colapso de la Unión Soviética en 1991, muchos creyeron que la era de rivalidad bipolar había terminado. Sin embargo, las tensiones entre el Occidente y Rusia persistieron, y la ascensión de China como una potencia global adicionó una nueva dimensión a esa dinámica. Según John Mearsheimer, en *The tragedy of great power politics*, la expansión de la OTAN para el leste después del fin de la Guerra Fría fue interpretada por Rusia como una amenaza directa a su seguridad (Mearsheimer, 2001). Esa percepción de amenaza es uno de los factores que contribuyó para la agresión rusa a Ucrania. Mearsheimer, (2001) argumenta que «la política de poder continua a dominar las relaciones internacionales, aun tras el fin de la Guerra Fría» (p. 29) Además de eso, China tiene intereses estratégicos en la región y ve a Rusia como un aliado contra la influencia occidental. En *Destined for war: Can America and China escape Thucydides's Trap?*, Graham Allison (2017) discute como la ascensión de China está desafiando el orden global liderada por los Estados Unidos, creando un nuevo tipo de rivalidad que recuerda la Guerra Fría (p. 112). Allison (2017) observa que «la cooperación entre China y Rusia es una respuesta directa a la percepción de amenaza común de los Estados Unidos» (p. 145). Por lo tanto, la Guerra entre Ucrania y Rusia nos es apenas un conflicto regional, como también un reflejo de las tensiones globales entre las grandes potencias, La intervención de los Estados Unidos y de China directa o indirectamente, muestra que la lógica de la Guerra Fría aún está presente en las relaciones internacionales contemporáneas. Como afirma Henry Kissinger (2014), en la obra World *Order,* «la rivalidad entre grandes potencias nunca desaparece completamente; ella apenas asume nuevas formas» (p. 89).

§79. Europa pacífica y unificada aun enfrenta muchos desafíos. Aunque la guerra entre Ucrania y Rusia no esté directamente ligada a la cuestión de la cohesión en la UE, sirve como un recordatorio de los desafíos que pueden surgir en una Europa marcada por divisiones y desconfianzas. La construcción de la paz y de la estabilidad en la región exige un compromiso continuo con los principios de la cohesión, solidaridad y cooperación internacional.

§80. Aún resaltamos que la Guerra entre Ucrania y Rusia es un ejemplo de cómo las tensiones regionales y geopolíticas pueden desafiar la estabilidad y la seguridad en Europa. A pesar de la situación específica estar centrada en la disputa territorial por Crimea y no conflicto en el leste de Ucrania, esa guerra refleja cuestiones más amplias sobre identidad, seguridad e integración en la región, como destacamos a seguir.

- Identidad e historia: Ucrania tiene una historia compleja y una identidad nacional distinta, influenciada por siglos de interacciones con Rusia, como también por una búsqueda creciente por independencia e identidad propia, La anexión de Crimea por Rusia en 2014 exacerbó las tensiones étnicas y culturales en la región y desencadenó conflictos armados en el leste de Ucrania, en que grupos separatistas en favor de los rusos luchan contra el gobierno central.
- Intereses geopolíticos: Por un lado, Rusia ve Ucrania como parte de su esfera de influencia histórica y considera la presencia de la UE en la región una amenaza a su seguridad. Por otro lado, Ucrania ha procurado aproximarse de la UE y de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), buscando una integración más estrecha con el Occidente y un alejamiento de la influencia rusa.
- Desafíos a la cooperación regional: la guerra en Ucrania destaca los desafíos enfrentados en la construcción de una Europa unida y pacífica. Mientras la UE busca promover la cooperación regional y la resolución pacífica de conflictos, las divergencias de intereses entre los Estados miembros y las complejidades de

relaciones con Rusia crean obstáculos significativos.

- Importancia de la cohesión y solidaridad: la crisis en Ucrania resalta la importancia de la cohesión y solidaridad entre los países europeos. La UE ha adoptado medidas para apoyar a Ucrania, ofreciendo asistencia económica, apoyo diplomático y sanciones contra Rusia en respuesta a la anexión de Crimea y al conflicto en el leste de Ucrania.
- Perspectivas de paz y estabilidad: la resolución del conflicto en Ucrania requiere un compromiso continuo con diálogo, diplomacia y respeto al derecho internacional. La UE, juntamente con otros actores internacionales, debe continuar a trabajar para encontrar una solución pacífica y duradera que respete la soberanía e integridad territorial de Ucrania e promueva la estabilidad en la región.

§81. La guerra entre Ucrania y Rusia destaca los desafíos enfrentados para la construcción de una Europa pacífica y unificada, subrayando la necesidad de cooperación regional, solidaridad y compromiso con los principios democráticos y del Estado de Derecho. Pretendemos presentar una reflexión histórico-filosófica que sea didáctica, panorámica y por encima de todo, pueda tener en las notas de pie de página – estas solo tienen sentido como recurso didáctico – un apéndice de investigación y consulta robusto, pero, sobre todo, que esta tesis pueda ser leída y comprendida sin el auxilio de esas, por quienes estén demasiadamente familiarizado con el tema y contexto.

§82. En esta tesis, presentamos un análisis abarcador (macrofilosófica) del concepto de paz, trazando su evolución desde su etimología hasta su relevancia contemporánea. La paz es inicialmente definida como un pacto que establece armonía y estabilidad, pero, trasciende esta definición simplista al ser explorada bajo la óptica de la Filosofía y del derecho. En la Filosofía, la paz es contrastada con la guerra, representando el orden en oposición al caos. Aristóteles la comprendía como objetico final de la guerra, mientras Kant la definía como un ideal a ser alcanzado a través de la razón

y de la cooperación internacional. En el ámbito jurídico, la paz se materializa en normas e instituciones que previenen y resuelven conflictos, promoviendo justicia y seguridad. El derecho internacional, ejemplificado por la Carta de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), busca garantizar la coexistencia pacífica entre las naciones.

§83. En ese sentido, argumentamos que la paz no es apenas la ausencia de guerra, pero un principio social y económica que requiere inclusión social. Amartya Sen y Johan Galtung son citados para corroborar la idea de que la paz es fundamental para el desarrollo económico y la cohesión social. El análisis profundizase en la perspectiva de Kant sobre la paz perpetua, destacando la necesidad de un orden jurídico internacional basada en Estados republicanos. La UE es, entonces, presentada como un ejemplo práctico de esa visión, buscando la paz a través de la cohesión económica, territorial y social.

§84. La cohesión social, promoviendo entendimiento mutuo y armonía, es crucial para la paz duradera. La UE, fundada con el objetivo d evitar nuevos conflictos tras la Segunda Guerra Mundial, ilustra esa búsqueda por la paz a través de la integración. La guerra entre Ucrania y Rusia es analizada como un desafío para la paz en Europa, evidenciando las complejas relaciones internacionales y la importancia de la cooperación regional. El conflicto destaca la necesidad de cohesión y solidaridad entre los países europeos. Así, concluimos que la paz es un proceso continuo que exige esfuerzos constantes para promover justicia, igualdad e inclusión social. La cohesión, tanto a nivel nacional, cuanto internacional, es fundamental para alcanzar una paz duradera. La macrofilosofía de la cohesión y la teleología de la paz en la UE representan valores esenciales para la construcción de un futuro más pacífico y próspero.

¿Por qué la paz bajo la Mirada Macrofilosófica?

§85. En esta tesis, buscamos aproximarnos de la respuesta diacrónica de la Historia para el alcance de la paz que se perpetua en la organización de la sociedad por el uso racional del derecho – o, por lo menos, indicar caminos para la percepción de tal respuesta en lo todo filosófico de la Historia.[36] Para tanto, nos debruzamos sobre la cuestión: ¿la Modernidad piensa la paz en términos políticos?[37] A través de la comprensión de la idea de paz en la perspectiva diacrónica de la Historia, por diversos pensadores organizados cronológicamente – de paz y cohesión.[38] Pretendemos demostrar que la paz en el pensamiento político Occidental es una opción racional y planificada (¡políticamente!). Considerados los parámetros morales, jurídicos y políticos en la concepción de la UE, la paz se presenta como un ideal tal vez inalcanzable. Pero cuyos principios fundamentales dirigidos a su acercamiento son interdisciplinarios e interculturalmente posibles, desde que construidos socialmente (Zanella & Oliveira, 2014).[39]

§86. Eso dicho, enfatizamos que no hay grande o pequeño conocimiento, pues inexiste ciencia o filosofía grande o pequeña[40], como nos enseña Mayos (2012b):

Ahora bien, sí que muchas veces hay que distinguir con toda legitimidad entre conocimiento de casas mayores (por ejemplo, las galaxias y constelaciones

---

[36] Bajo la mirada macrofilosófica, ver: Ambrosio (2015).

[37] Podemos considerar que la Modernidad está intrínsecamente ligada tanto al escepticismo, representado por los conflictos de su propia época, cuanto al dogmatismo, el fin proyectado para acabar con esos conflictos. Kant (2003) concilia el método ético y el procedimiento dogmático (crítico) y tiene en la política entre los pueblos la gran esperanza de futuro.

[38] Según Kant (2008a), «(...) El republicanismo es el principio de Estado de la separación del poder ejecutivo (el gobierno) del legislativo; el despotismo es el de la ejecución autocrática del Estado de leyes que él propio propuso, por consiguiente, de la voluntad pública mientras ella es manipulada por el regente como su voluntad privada» (p. 28).

[39] El esfuerzo de Grotius (2004) en pensar caminos para una coexistencia pacífica, y si no pacífica, por lo menos de respeto a las reglas mínimas de los Estados, no fue el primero en la Historia, pero no podemos cuestionar su originalidad y la clara dirección tomada por el autor en el sentido de instrumentalizar un sistema de derecho «laicizado», más que nunca, cimentado en la razón como el fundamento primero del derecho natural. Inmerso en un mundo profundamente dividido, este expone proactivamente, como fundamento i inquebrantable del derecho, la facultad innegable del hombre: la razón.

[40] Según Mayos (2012b), «En la actualidad, una época de crisis y de grandes incertidumbres, donde además parece que se acabó “la fiesta” postmoderna, son necesarios nuevos macrodiscursos que den respuesta a las permanentes necesidades humanas de “Sentido” filosófico global. Recordemos que esa fue tradicionalmente la tarea suprema de las religiones, filosofías de la historia o grandes ideologías, que movilizaban y orientaban a los grandes grupos sociales» (p. 13).

celestes) que otras, como moléculas o átomos que son mucho más pequeños, aunque quizás igual de complejas. (p. 10)

§87. Como es común decir en otras asignaturas de macroeconomía, macrosociología o macrohistoria, Mayos (2012b) no s revela que «(…) los conceptos filosóficos agregados (mentalidades sociales, grandes líneas culturales, ideas 'fuerza', cosmovisiones, etc.) y las explica a partir de las circunstancias compartidas por los grupos de agentes culturales (p. 14). Asociamos la macrofilosofía a los análisis de conceptos que, además de haber sido preparados como tales, son filosofías concretas, mentalidades manifiestas o cosmovisiones de amplias camadas de la población y por periodos considerables, aunque temporales. Es el caso de la macroeconomía, que estudia relaciones entre los valores económicos agregados y los explica desde comportamientos de los grupos de agentes económicos. Así también la macrofilosofía estudia los conceptos filosóficos añadidos (Mayos, 2012b) (mentalidades sociales, grandes líneas culturales, ideas «fuerza», cosmovisiones, etc.) y los explica desde las circunstancias compartidas por los grupos de agentes culturales. Siendo que

(…) por consiguiente, procura una comprensión holista, totalizante del real, en contraposición a la ultraespecialización y fragmentación del pensar impuestas por los tiempos actuales, estimulando la escalada de una sociedad ignorante e inculta. Así, la tarea es ardua y exige un rigor y cuidados redoblados. Para que el intento sea alcanzado, es preciso tener en mente algunas necesidades teóricas. En primer lugar, la macrofilosofía se pauta en un abordaje interdisciplinario – siendo así, capaz de relacionar y sintetizar los conocimientos en «macromodelos» –, para que la reflexión filosófica no peque por exclusión y sea enriquecida por una complementariedad lógica. (Ambrosio, 205. P. 209)

§88. La macrofilosofía también lleva en cuenta cuestiones más idiosincráticas y ligadas al genio individual o enfocado en detalles muy específicos a los análisis microfilosóficos

relacionados e igualmente valerosos.[41] Hay una continuidad muy obvia entre macro y microfilm, agregación o superposición. Así también es dado en la Historia, Economía y Sociología. Entre análisis micro y macro, se necesita de la verificación y agregación de las primeras, que por su vez y para ser verdaderamente significativas, necesitan de la guía y de la estructura general ofrecidas por las segundas. En Filosofía es generalmente necesario comenzar de un buen microanálisis para apoyar y justificar los análisis macros. A pesar de eso, resaltamos que los estudios macros son muy importantes para determinar claramente el contexto global y el momento evolutivo o las influencias en las cuales las líneas son inscritas concretamente y donde el microanálisis hace sentido (Mayos, 2012b).

§89. Como puede ser visto, la relación es de complementariedad y apoyo mutuo. Necesarios y valerosos son los prefijos macro y micro. No existe evaluación negativa en ningún de los dos elementos, ni en lo que podemos considerar macrofilosofía, ni en microfilosofía, como no hay, por ejemplo, entre macroeconomía y microeconomía. La paz es uno de esos conceptos que necesitan ser analizados en su micro y macro. (Kant (2018) instrumentaliza la paz en el macro, cuando la propone como un hilo conductor de la Modernidad, en reverencia a la razón – sistema[42], teniendo eso en vista, Ricardo Salgado (2018) elucida que

(…) abismo creado por la elaboración de la dos críticas, la de la Razón Pura y la de la Razón Práctica, o sea, entre el conocimiento del entendimiento y el actuar

[41] En la Filosofía, cuestiones idiosincráticas reflejan las particularidades individuales en perspectivas existenciales, dilemas morales, epistemologías y estética personal. En el Derecho, se refieren a los aspectos legales únicos de casos específicos, influenciados por circunstancias personales y culturales, como en derecho de familia, penal, contratos y derechos humanos.

Reconocer esas idiosincrasias es esencial para promover la paz, que involucra justicia, comprensión y respeto por las diferencias, tanto en la reflexión filosófica cuanto en la aplicación de la ley.

[42] DE acuerdo con Cedric Sartori (2013), la Filosofía Crítica de Kant está dividida en tres momentos fundamentales: la Crítica de la Razón Pura, que investiga los límites del conocimiento teórico y legitima los conocimientos científicos, pero limita el conocimiento a los objetos de la experiencia; la Crítica de la Razón Práctica, que confirma la realidad práctica de la libertad y postula la inmortalidad de la alma y Dios como necesarios para el Sumo Bien; la Crítica de la Facultad de Juzgar, que busca integrar naturaleza y libertad a través de experiencia estética, uniendo las dos partes de la Filosofía en un sistema completo.

moral de la razón, entre la naturaleza y la libertad, colocando de un lado los objetos que nos son dados en la sensibilidad y, de otro, los alcanzados apenas por la razón, Kant intentará de alguna forma en su Crítica de la Facultad del Juicio encontrar algo que consiga ligar estos dos puntos de su filosofía, así encontrando una unidad el dualismo filosófico por él instaurado. (Kant, conforme citado en Salgado, 2018. pp. 43-44)

§90. Macrofilosoficamente, el concepto de paz está construido interdisciplinarmente en la Historia e interculturalmente, con el objetivo de crear un sistema para el Occidente y sus implicaciones para la vida de los pueblos, orientado por las ideas trabajadas en el texto *La Paz Perpetua* de Kant (2002a). Eso evidencia el camino de la búsqueda de la paz como opción política de los pueblos – racional, político-jurídica (normativa) y planificada –, construida socialmente. Teniendo en cuenta el objeto de estudio de la teoría kantiana sobre la paz, este análisis busca captar la esencia y el significado dentro de la perspectiva de diversos filósofos, para muy más allá de la mera descripción, o sea, percibir por medio del uso del pensamiento macrofilosófico la significación de la realidad en su totalidad. La aproximación del campo de la Filosofía con el del Derecho nos permite un ejercicio interpretativo, en que buscamos argumentos de consideración, a criterio científico de análisis, para explicar y relatar la realidad.[43]

§91. Considerando eso, resaltamos que el pensamiento propuesto en esta tesis no pretende ser objeto de idealización o un amera «utopía», pues, como explica Philippe Almeida (2016),

El enfoque que encamparemos, sin embargo, no será historiográfico, pero filosófico. Aun cuando reconoce la historicidad (particularidad) de los valores culturales, precisa la filosofía mantenerse volcada a la universalidad de la

[43] En el escenario mundial, en que la paz aparece siempre extremadamente fragilizada, la contribución de la Filosofía Política y de la Filosofía del Derecho es fundamental para repensar las prácticas cotidianas, tanto de la política cuanto del derecho (Radbruch, 2010; Rawls, 2001; Rouanet, 2010; Sen, 2011; Walzerb, 2003).

condición humana – So pena de tornarse ciencia empírico-formal. Mismo las investigaciones direccionadas a episodios singulares de la historia (como la emergencia de la literatura utópica en el siglo XVI) deben, todavía, aspirarse al estatuto del saber filosófico, permanecer subordinadas a las cuestiones acerca de nuestro ser-ahí-en- el-mundo (tal como inventariadas por Kant): ¿qué puedo saber?; ¿qué debo hacer?; ¿qué me es permitido esperar?; ¿qué es el hombre? (p. 45)

§92. Teniendo en vista ser, racionalmente, fruto del Derecho, de la Filosofía y de la Política[44], socialmente construidos y basados en principios morales, como, por ejemplo, el imperativo basilar de la dignidad humana y no instrumentalización del individuo (Salgado, 2011). Esa correlación entre moral, política y norma (derecho) en la construcción de la paz como cohesión entre los pueblos para el Occidente, es un fuerte indicativo de que la preocupación fundamental de la UE no es tan solamente establecer un derecho que vigore en las relaciones interestatales (una especie de derecho internacional), pero, sobre todo, **legitimas filosóficamente principios que salvaguardaran los derechos de los pueblos, aunque cuando los Estados, en sus relaciones exteriores, llegaran al extremos del conflicto directo por soberanía.** La preocupación de la UE es con la continuidad de la humanidad, buscando promover la cohesión entre los pueblos como un medio esencial para la construcción y preservación de la paz.

§93. Enfocaremos en esta investigación las condiciones de posibilidades (Società Italiana di Studi Kantiani, n.d.) en vez de simplemente tratar de los caminos para la construcción racional de la paz perpetua. Demostraremos, así, que no basta buscar

[44] En ese trabajo, seguimos los pasos metodológicos de Bertrand Russell (2004), autor que acompaña el desarrollo histórico de la filosofía occidental, abarcando desde los presocráticos hasta las principales tendencias del pensamiento en la primera mitad del siglo XX: los grandes atenienses; el pensamiento helenístico y el Cristianismo primitivo, con sus raíces judaicas; la Edad Media; Renacimiento, Reforma y revolución científica; Iluminismo; idealismo del siglo XIX; Existencialismo. Su narrativa no expone simplemente las ideas del hombre respeto del mundo y de si mismo, pero combina una cierta dosis de discurso crítico para demostrar cómo funciona la discusión filosófica. Además de traer nuevas percepciones conceptuales, presenta asuntos complejos con rara habilidad y clareza, por medio de diversos diagramas e ilustraciones.

una paz eterna, pero es preciso realizar una tarea gradual, de la cual los hombres y los Estados deben ocuparse perpetuamente. Proyectos de paz, sin la acción humana, son meros papeles estériles encajonados en las mesas de los diplomáticos, tornando la construcción de la paz perpetua inexequible; una especie de utopía (Almeida 2016) estéril. Para eso, discutimos innúmeras experiencias anteriores. Como las griega, romana, católica y germánica. La paz nos parece haber sido siempre un «medio para» y no un objetivo de la humanidad en sí.

§94. Dado el estudio analítico y descriptivo desde referenciales teóricos que discuten y analizan la Historia política de la paz y de la cohesión en la UE y considerando el tenor reflexivo del concepto de paz, en la perspectiva jurídica, pretendemos constituir esa investigación también en carácter normativo, una vez que los estudios de paz existentes en el campo académico identifican y analizan comportamientos violentos y no violentos, así como los mecanismos estructurales presentes en los conflictos sociales.[45] La paz, por su contenido pragmático y normativo, puede ser un concepto relevantes para el análisis e interpretación de fenómenos históricos, para estudiar el pasado, reconocer el presente y procurar sentido para el futuro.[46] Macrofilosoficamente, construimos el conflicto y, así, la paz habrá de ser pretendida, perseguida perpetuamente, hasta que se evalúa. Sabiendo que nuestra sociabilidad consiste en perseguir el estado de paz (Muñoz, 1993).

§95. Con la elección de ese tema actual, de modo crítico, buscamos describir cuidadosamente y con fidelidad el pensamiento político Occidental[47] sobre el concepto de paz, consolidado en la concepción de cohesión, que es el hilo conductor de la Modernidad, orientada racionalmente y programáticamente para la paz. Esta

[45] Nos parece que dentro de la perspectiva de un estudio jusfilosófico, la filosofía, por ser una ciencia interpretativa e histórica, permite al sujeto investigador indagar el objeto en torno de la naturaleza o realidad/contexto en que se aplica el pensamiento racional por la norma (derecho), pensándose macrofilosoficamente.

[46] Macrofilosoficamente es una especie de unidad conceptual para mirar la Historia y la evolución humana para paz (Muñoz, 2018).

[47] Sobre eso, ver: Lima Vaz (2000).

es nuestra jornada macrofilosófica para comprender la cohesión y sus desdoblamientos delante de los pueblos.

§96. Esa tesis investiga la búsqueda histórica por la paz duradera a través de la organización social basada en el uso racional del derecho. La pregunta central es: ¿la Modernidad piensa la paz en términos políticos? A través del análisis de la evolución del concepto de paz a lo largo de la historia del pensamiento Occidental la investigación demuestra que la paz, en esa perspectiva, es una opción racional y planificada políticamente, construida socialmente con base en parámetros morales, jurídicos y políticos. Este estudio utiliza de la macrofilosofía, buscando una comprensión holística del concepto de paz desde el análisis de «macroconceptos» y «micromovimientos» históricos, agregando análisis individuales y contextuales.

§97. La tesis argumenta que la paz no es un estado estático, sino un proceso dinámico y continuo de construcción social. La obra de Kant (2001), en especial *La paz perpetua*, sirve con hilo conductor para el análisis de la paz como un ideal a ser perseguido a través de la razón y del derecho. Del análisis realizado en esta investigación, destacamos los principales puntos: (i) la paz es una construcción social racional y planificada, no una utopía; (ii) la macrofilosofía permite analizar la paz en sus dimensiones histórica, social y política; (iii) la UE, con su énfasis de la cohesión, ejemplifica la búsqueda por la paz a través de la cooperación; (iv) la paz no es un fin en sí mismo, pero un proceso continuo que exige esfuerzo y compromiso; y (v) la tesis concluye que la paz, como objetivo central de la Modernidad, exige acción humana constante y compromiso con los principios de justicia, cooperación y respeto a la dignidad humana.

Parte 1. Filosofía de la Cohesión

(...) Paz para todo el trigo que debe nacer,
para todo el amor que buscará follaje,
Paz para todos los que viven: Paz
para todas las tierras y las aguas.
– Pablo Neruda, Paz para los crepúsculos que vienen, 1924[48]

§98. La frase "las guerras se luchan con armas, pero se ganan con hombres" del Capitán América nos invita a reflexionar sobre el elemento humano en los conflictos y, por extensión, en la construcción de la paz. La educación para la paz es un tema central tanto en el Derecho de los Pueblos como en la Filosofía, y puede abordarse desde varias perspectivas. En el contexto del Derecho de los Pueblos, o Derecho Internacional, la promoción de la paz y la resolución pacífica de conflictos son pilares fundamentales. La educación para la paz se entiende como una herramienta esencial para prevenir guerras y promover la cooperación internacional. Tratados y convenciones internacionales, como la Carta de las Naciones Unidas y la Declaración Universal de los Derechos Humanos, establecen el mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales como objetivos primordiales. La educación se promueve como un derecho fundamental y un medio para fortalecer el respeto por los derechos humanos y las libertades fundamentales.

§99. En este sentido, subrayamos que organizaciones como la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) desarrollan programas educativos que buscan crear una cultura de paz, tolerancia y comprensión mutua entre los pueblos. Además, los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), especialmente

[48] «(...) Paz para todo el trigo que debe nacer, / para todo el amor que buscará follaje, / Paz para todos los que viven: Paz / para todas las tierras y las aguas.» (Pablo Neruda, Paz para los crepúsculos que vienen, 1924).

el ODS 4.7, destacan la importancia de asegurar que todos los estudiantes adquieran los conocimientos y habilidades necesarios para promover el desarrollo sostenible, incluyendo la paz y la no violencia.

§100. Por otro lado, la Filosofía ofrece una base teórica y ética para la educación para la paz, explorando conceptos como justicia, ética, moralidad y la naturaleza humana. Filósofos como Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau, Paulo Freire y Mahatma Gandhi han proporcionado contribuciones significativas a esta discusión. Kant (2002a), en su obra Paz perpetua, argumenta que la paz duradera solo puede lograrse a través de una federación de Estados libres y la promoción de una ciudadanía cosmopolita. Rousseau (2004), en Contrato social, enfatiza la importancia de la educación en la formación de ciudadanos que puedan vivir en armonía e igualdad. Paulo Freire (2005), en Pedagogía del oprimido, defiende una educación que libere y empodere a los individuos, promoviendo una conciencia crítica esencial para la construcción de una sociedad pacífica. Gandhi (2004), en Escritos Esenciales, trabaja con el concepto de Ahimsa (no violencia) y defiende una educación basada en la no violencia y en la verdad como medios para alcanzar la paz y la justicia social.

§101. Argumentamos que la integración del Derecho de los Pueblos y de la Filosofía en la educación para la paz puede realizarse a través de currículos que promuevan el conocimiento de los derechos humanos y de las leyes internacionales, desarrollen habilidades críticas y éticas, y fomenten la ciudadanía global. Enseñar sobre tratados, convenciones y el papel de las organizaciones internacionales en la promoción de la paz es fundamental. Además, incentivar el pensamiento crítico, la empatía y la resolución pacífica de conflictos es esencial para formar individuos capaces de contribuir a una sociedad pacífica. Animar a los estudiantes a verse como ciudadanos del mundo, responsables de la promoción de la paz y la justicia, es un paso crucial para la construcción de una cultura de paz.

§102. La educación para la paz, desde el punto de vista del Derecho de los Pueblos y de la Filosofía, es un esfuerzo multidimensional que busca no solo la prevención de conflictos, sino también la construcción de una cultura de paz y justicia. Por lo tanto, defendemos que, a través de la combinación de conocimiento jurídico, reflexión filosófica y práctica educativa, podemos formar individuos capaces de ganar guerras no con armas, sino con la fuerza de sus convicciones y acciones pacíficas.

§103. La filosofía de la cohesión emerge como un enfoque que va más allá de las meras estructuras legales y busca comprender las bases profundas que sostienen la paz y la estabilidad en las sociedades. En su esencia, esa Filosofía reconoce que la paz no es simplemente la ausencia de conflicto, sino la presencia activa de armonía y unión que permean todas las camadas de la vida en sociedad. En el contexto del derecho, la Filosofía de la Cohesión procura integrar principios éticos, morales y legales para promover una convivencia pacífica y justa entre los individuos y grupos sociales. Ella reconoce que la cohesión, entendida como unión e interdependencia entre los miembros de la sociedad, es fundamental para la realización de los derechos humanos, de la justicia y de la igualdad (Silva, 2020).

§104. Al revés de apenas reaccionar a los conflictos cuando ellos surgen, la Filosofía de la Cohesión busca crear un ambiente propicio para la prevención de disputas y para la resolución pacífica de conflictos que inevitablemente pueden surgir. Ella se basa en principios como el diálogo, la inclusión, el respeto mutuo y la solidaridad para construir una sociedad más unida y armoniosa. En el ámbito internacional, la Filosofía de la Cohesión en el Derecho se refleja en la elaboración de tratados y acuerdos que procuran promover la cooperación entre las naciones, el respeto a los derechos humanos y a la resolución pacífica de disputas. Ella reconoce la interconexión y la interdependencia entre las naciones, fomentando una visión de mundo basada en la cooperación y en el entendimiento mutuo.

§105. Aún destacamos que la Filosofía de la Cohesión social y de la búsqueda por la paz como fundamentos esenciales para la construcción de una sociedad justa,

igualitaria e sostenible. Ella nos acuerda que la verdadera paz no es un estado estático, sino un proceso continuo de construcción y fortalecimiento de las relaciones humanas y sociales, Eso dicho, explicamos que, en las próximas secciones, son presentadas las perspectivas teóricas sobre la paz en el pensamiento de Platón, Aristóteles, Cicerón, San Agustín, Santo Tomás de Aquino, Kant, Hegel, y Carl Schmitt. Esa discusión tiene como objetivo comprender más profundamente como la idea de paz es elaborada en el pensamiento teórico de los autores.

§106. La Filosofía de la Cohesión en el Derecho busca ir allá de las leyes para construir una sociedad verdaderamente pacífica y armónica. En vez de apenas reaccionar a conflictos, ella se concentra en la prevención y resolución pacífica por medio del diálogo, de la inclusión, del respeto mutuo y de la solidaridad. Ese enfoque reconoce la interdependencia entre los individuos, grupos sociales y hasta mismo naciones, promoviendo la cooperación y el entendimiento mutuo. En el ámbito internacional, eso se traduce en tratados y acuerdos que buscan la resolución pacífica de conflictos y el respeto a los derechos humanos.

§107. Por fin, resaltamos que, en esencia, la Filosofía de la Cohesión defiende la construcción de una sociedad justa, igualitaria e sostenible, en que la paz es un proceso continuo de fortalecimiento de las relaciones humanas y sociales. En ese sentido, el texto argumenta que esa visión encuentra respaldo en diferentes perspectivas teóricas, desde Platón y Aristóteles hasta Kant y Hegel, que serán exploradas en las secciones siguientes.

1.1. Platón *versus* Aristóteles – Politeia: ¿De la paz?

Yo quiero ir, mi gente, yo no soy de aquí
Yo no tengo nada, quiero ver Irene reír
Quiero ver Irene dar su risotada

Quiero ver Irene dar su risotada

Irene ríe, Irene ríe, Irene

Irene ríe, Irene ríe, Irene

Quiero ver Irene dar su risotada.

– Caetano Veloso, Música *Irene*, 1969[49]

§108. Platón y Aristóteles, dos de los filósofos más influyentes de la Grecia antigua, tuvieron visiones contrastantes, en algunos aspectos, sobre diversos aspectos de la política, incluyendo sus ideas sobre la forma ideal de gobierno y justicia, así como sobre la relación entre Estado e individuo. La obra *La Politeia* (La República[50]) de Platón (2010) y los Escritos Políticos de Aristóteles (1997) exploran esas diferencias.[51]

§109. En la obra *República* de Platón, encontramos reflexiones profundas sobre la vida en la ciudad y el rol de cada individuo en la construcción de bienestar colectivo, o sea, en el esfuerzo progresivo por la paz. Aunque algunos interpreten el rol del filósofo como estrictamente contemplativo y disociado de la vida práctica, los textos platónicos ofrecen referencias que apuntan para la preocupación fundamental del filósofo: la unidad en la ciudad – el estado permanente de la paz. Esa unidad presupone un conocimiento apropiado, capaz de fornecer al gobernante los medios necesarios para garantizar el bienestar de lo todo. Ese conocimiento, a su vez, requiere una unidad en la propia constitución anímica del gobernante, para que él pueda aplicarlo de manera eficaz. Por lo tanto, el objetivo de la República es trazar

[49] Música de Caetano Veloso, registrada en el LP Caetano Veloso (1969). Aunque homenajea la hermana del músico, hay una referencia clara al deseo de paz en la canción – significado del nombre *Irene* en griego –, que fue compuesta en la prisión y a las vísperas del exilio autoimpuesto por el artista para escapar de la persecución sufrida durante la Dictadura Militar en Brasil.

[50] Para Platón, la paz era un estado de armonía y equilibrio en las relaciones entre los individuos y en la sociedad como un todo. Él creía que la paz o era apenas ausencia de conflictos, como también la presencia de justicia y virtud (Silva, 2017).

[51] Aunque no exista una única obra llamada *Politeia: de la Paz*, encontramos reflexiones sobre la paz en las obras de Platón y Aristóteles, principalmente en *La República y Política,* respectivamente.

una trayectoria que sostenga la interpretación de que, por un lado, el gobierno de la ciudad por el filósofo es necesario y posee una justificación metafísica, y por otro lado, la finalidad de ese emprendimiento no es meramente contemplativa, pero, sobre todo, práctica. La unidad en la ciudad, para Platón, no apenas refleja la armonía interna y la cooperación entre los ciudadanos, como también es fundamental para la promoción y la manutención de la paz (Bini, 2012; Bolzani Filho, 2014).

§110. Para Aristóteles, la búsqueda por la paz está intrínsicamente ligada a la armonía y al equilibrio entre los elementos constituyentes de la vida en sociedad, así como a la realización de la virtud y del bien común. Al examinar las reflexiones con la noción de paz en su pensamiento: a) *armonía y equilibrio en la política y en la sociedad:* la paz solo puede ser alcanzada cuando haya justicia y equilibrio en las relaciones políticas y sociales. Eso incluye la armonía entre gobernantes y gobernados, entre diferentes clases sociales y entre ciudadanos de una misma comunidad; b) *virtud y bien común:* la paz no es apenas la ausencia de conflictos, sino la realización de la virtud y del bien común. La verdadera paz solo puede ser alcanzada cuando los ciudadanos son virtuosos y buscan el bienestar colectivo en detrimento de los intereses individuales; c) *educación y formación del carácter:* la educación y la formación del carácter son fundamentales para promover la paz en la sociedad. En ese sentido, la búsqueda por sabiduría y por la excelencia moral son esenciales para construir una comunidad pacífica y prospera; d) *rol del gobernante en la promoción de la paz:* el gobernante es comprendido como mediador y promotor de la paz. Los líderes políticos tienen la responsabilidad de crear y mantener un ambiente de armonía y estabilidad, garantizando la justicia y el bienestar de todos los miembros de la comunidad.

§111. Delante del expuesto, vemos que, para Aristóteles, la paz no es apenas un estado de tranquilidad superficial, sino un ideal a ser perseguido a través de la virtud, de la justicia y del equilibrio social y político. Es la realización de esos principios que

posibilita la construcción de una sociedad pacífica y armoniosa, en que cada individuo puede alcanzar su pleno potencial en busca del bien común (Arias, 2011; Aristóteles, 1973; Bataillon, 2000; Buey, 2010; Calero, 1999; Cicerón, 1833; Cicerón y Colson, 1919; Cicerón, 2015; Diez Jorge, 2000; Galtung, 2003; Galtung, 2010; Gandhi, 2012; García -González, 2014; Puente, 2009; González & García-González, 2019; Muñoz & Martínez, 2000; Rosler, 2016; Rotterdam, 1964; Rotterdam, 2000; Rotterdam, 2008; Rotterdam, 2011; Villaverde, 2014).

§112. Evidenciamos que la Filosofía de Cohesión en el Derecho es un enfoque que busca comprender las bases de la paz social, yendo más allá de la mera ausencia de conflicto. La cohesión, entendida como la unión e interdependencia entre los miembros de la sociedad, es indispensable para la realización de los derechos humanos, de la justicia y de la igualdad. Delante de eso, sintetizamos los principales puntos enfocados en esta presente investigación: (i) la paz no es apenas ausencia de conflicto, pero la presencia activa de la armonía y unión en todas las camadas de la sociedad; (ii) la Filosofía de la Cohesión busca integrar principios éticos, morales y legales para promover la convivencia pacífica; (iii) diálogo, inclusión, respeto mutuo y solidaridad son pilares para la construcción de una sociedad más unida; y (iv) en el ámbito internacional, la cohesión se refleja en la búsqueda por acuerdos que promueven la cooperación entre las naciones y la resolución pacífica de disputas.

§113. Por último, destacamos que este texto también enfoca las visiones de Platón y Aristóteles sobre la paz. En Platón, identificamos el argumento de que la unidad en la ciudad se constituye como un camino para la paz, contexto en que el filósofo-gobernante tiene el rol de guiar el pueblo con base en el conocimiento y en la búsqueda por el bienestar colectivo. En Aristóteles, la paz aparece asociada a la armonía, al equilibrio social, a la justicia, a la virtud y al bien común. La educación y la formación del carácter, así como el rol del gobernante como mediador, son esenciales para la construcción de una sociedad pacífica. **La Filosofía de la**

Cohesión y las ideas de los autores citados nos recuerdan que la paz es un proceso continuo de construcción y fortalecimiento de las relaciones humanas, de modo que siempre debemos buscar promover la justicia, el bien común y la armonía social.

1.1.1. Platón y «La Politeia»

§114. Platón (1996) creía en la existencia de un mundo de las ideas perfectas y consideraba la realidad material imperfecta y engañosa. En *La Politeia,* obra estructurada en diálogo, principalmente, con el pensamiento de Sócrates, Platón presentó su visión de una ciudad-estado ideal, en que la justicia sería alcanzada por medio de una estratificación rigurosas de la sociedad (Platón, 1996; Platón, 2001; Xavier & Cornelli, 2011). En el pasaje a seguir, observamos la búsqueda por la justicia como un camino para la paz; «¿Y no diremos que la ciudad en que menos se observan aquellas palabras «el mío» y «el tuyo» entre los auxiliares y los guerreros es la que tiene los mejores guardianes y en la cual reinará la máxima concordia? (Platón, 2010, p. 464).

§115. Platón propuso un sistema de gobernanza con filósofos-reyes[52] en lo más alto, seguidos por los guerreros (Bravo, 2011) y, por fin, los productores (Nunes, 2007; Pereira, 2010, Prado, 2014; Santos & Maia Júnior, 2008; Torrano, 2011). La idea era que los filósofos, por su sabiduría, gobernarían de forma justa y altruista. En es sentido, él argumentaba que la justicia en la ciudad es un reflejo de la justicia en el alma individual, que es compuesta por tres partes: racional, espiritual y apetitiva. Cada parte debe cumplir su función adecuada para que la persona sea justa. En la

[52] Una de las principales ideas de Platón era la gobernanza de la ciudad ideal por filósofos o personas extremadamente sabias. Él creía que aquellos que buscaban el conocimiento filosófico eran los más adecuados para tomar decisiones políticas justas y sabias. Esos gobernantes-filósofos serán motivados por el amor a la sabiduría (filosofía) y no por el deseo de poder o riqueza, lo que contribuiría para un gobierno justo y para la manutención de la paz.

ciudad ideal, la sociedad está dividida en las tres clases destacadas y cada una tiene un rol específico y debe trabajar en armonía para mantener la justicia.

§116. Además de eso, Platón también enfoca la educación de los guardianes, la importancia de la censura en el arte y en la literatura, y la teoría de las formas, argumentando que el mundo sensible es apenas una sombra del mundo de las ideas perfectas e inmutables. En ese ámbito, el pensador enfatiza la importancia de la educación como medio de moldar los ciudadanos para que se tornen virtuosos y, así, capaces de contribuir para el bienestar de la ciudad. Sobre la idea de una educación para la paz, Platón (2010) resalta que «La educación, no creas, ejerce sobre las almas una influencia mucho mayor que la gimnástica sobre los cuerpos (…)». Entonces no es preciso que los futuros guardianes de la ciudad sean desde la infancia educados para ese fin (p. 424c-d).

§117. En *La República,* Platón (1996) describió su idea de una sociedad ideal, en que los ciudadanos serian guiados por la filosofía y por la razón de modo a prevalecer la justicia. Él creía que la paz sería alcanzada cuando las personas cumplieran sus deberes y papeles sociales de acuerdo con su naturaleza y habilidades. Además de eso, él argumentaba que la educación desempeñaba un rol fundamental en la creación de ciudadanos virtuosos y, por lo tanto, contribuiría para la paz en la sociedad. En ese sentido, para Platón (1996), la paz estaba intrínsicamente ligada a la justicia, virtud y educación, y era un estado deseable para alcanzar una sociedad armoniosa y bien ordenada. Sobre la paz interior como reflejo de la paz en la ciudad, el pensador destaca que «No diremos, pues, que ¿este estado es bueno en su totalidad, en la medida en que lo es cada una de sus partes? (…) Y también diremos que ¿él es necesariamente sabio, corajoso, equilibrado y justo?» (Platón, 2010, pp. 427e-428a).

§118. La idea de justicia es la base de la paz para Platón (2010), o sea, él creía que la paz solo podría ser alcanzada cuando la justicia prevaleciera en la sociedad. En *La República*, él desarrolló la idea de una ciudad ideal en la cual la justicia sería el

principio organizador. En esa ciudad, cada individuo desempeñaría su rol de acuerdo con sus habilidades y naturaleza. La justicia estaba relacionada a la idea de dar a cada uno lo que le es debido, lo que significaba que las personas serian recompensadas de acuerdo con su contribución para el bien común. Además de eso, para el filósofo, la educación es el camino para la virtud, pues creía que ella desempeña un rol fundamental en la formación de ciudadanos virtuosos y, por consiguiente, en la promoción de la paz. En vista de eso, Platón (2010) propuso un sistema educacional riguroso que buscaba no apenas transmitir conocimiento, sino también cultivar virtudes como coraje, sabiduría, temperancia y justicia. A través de la educación, los individuos serían capaces de controlar sus pasiones y deseos irracionales, lo que contribuiría para la estabilidad y la armonía en la sociedad.

§119. Platón (2010) veía la paz como un estado de armonía y equilibrio, no apenas entre los individuos, sino también entre las partes del alma de cada persona. Él usó la metáfora de la ciudad ideal para ilustrar como la paz en la sociedad reflejaba la paz interior de las almas de los ciudadanos. Cuando las partes del alma estaban en armonía, el individuo vivía en paz consigo propio y contribuía para la paz en la sociedad. Para el filósofo, la paz era más que apenas la ausencia de conflictos; era un estado de justicia, virtud, educación y armonía que se extendía tanto a la sociedad cuanto al individuo. Él veía la filosofía como un camino para alcanzar ese estado de paz y creía que solamente una sociedad justa y bien ordenada podría verdaderamente atingir una paz duradera.

§120. Aristóteles[53] era un discípulo[54] de Platón, pero sus ideas políticas se diferían de

[53] Aristóteles llegó a Atenas en 367 a. C. para estudiar en la Academia de Platón, donde fue discípulo por venite años. En 359 a.C., Filipe II fue nombrado rey. La época de Filipe II, gran admirador de la cultura griega, marcó un periodo de esplendor para macedonia. La amistad de Aristóteles con Filipe II probablemente le causaría problemas, ya que, aunque Filipe II tuviera muchos admiradores entre los intelectuales en Atenas, también tenía detractores contrarios a la idea de Filipe II de crear una liga panhelénica (Aristóteles, 2001a).

[54] Para los griegos antiguos, el concepto de discípulo estaba íntimamente ligado a la idea de aprendizaje y seguimiento de una maestro o filósofo. El término griego «μαθητής» (mathētḗs) es frecuentemente traducido como «discípulo» y se refiere a alguien que aprende de un maestro, siguiendo sus enseñanzas y prácticas. Wemer Wilhelm Jaeger (2001), en su obra *Paideia: La formación del hombre griego,* describe que «el discípulo, o “μαθητής” en la Grecia antigua, no era

este significativamente. En sus obras, como *La Política* (2005), él defendía la idea de que la política debería ser basada en la observación de la naturaleza humana y en la búsqueda de la felicidad.[55] De ese modo, el autor observa que la paz como el objetivo de la comunicación política y destaca que: «Ora, toda la ciudad es evidentemente constituida con vista a algún bien (…) es evidente que la ciudad que es más de acuerdo con la naturaleza es la que atinge en la más alta medida el bien posible al hombre» (Aristóteles, 2005, p. 1252b)

§121. El filósofo propuso la idea de que la mejor forma de gobierno depende de las circunstancias, y no hay un sistema único adecuado para todas las sociedades.[56] **Siendo la paz el resultado de la justicia y de la igualdad**. Así, el autor resalta que: «Es manifiesto que la justicia consiste en una cierta igualdad, y esta es conforme la razón. (…) Ora, la ciudad es una multitud de ciudadanos; por

---

apenas un estudiante pasivo, pero alguien que se involucraba profundamente con las enseñanzas y la vida del maestro, buscando no apenas conocimiento, como también la formación moral y ética» (P. 45). Esa definición destaca la importancia del involucramiento activo y de la transformación personal que el discípulo experimentaba al seguir un maestro. William Guhthrie (1978), en *Los Sofistas*, refuerza esa idea al afirmar que «para los griegos, ser discípulos significaba más que apenas adquirir conocimiento; era un proceso de transformación personal, donde el "μαθητής" se moldaba según los principios y valores del maestro» (p. 112). Ese proceso de moldaje no era apenas intelectual, como también moral y ético, reflejando la profunda influencia que «el maestro ejercía sobre el discípulo. Eric Dodds (1977), en *Los griegos y el irracional*, complementa esa visión al observar que «el relacionamiento entre maestro y discípulo en Grecia, donde el "μαθητής" buscaba no apenas aprender, como también internalizar la sabiduría del maestro» (p. 89). Esa conexión intensa entre maestro y discípulo era fundamental para el proceso de aprendizaje y formación en la Grecia antigua. Por lo tanto, el concepto discípulo en la Grecia antigua, representado por el término "μαθητής" (mathētés), involucraba un compromiso profundo con el maestro, no apenas en términos de aprendizaje intelectual, como también de formación moral y ética. Ese relacionamiento era marcado por una conexión intensa, en que el discípulo buscaba internalizar y vivir las enseñanzas del maestro.

[55] La vida de Aristóteles se desarrolla durante el periodo de decadencia de la *polis* griega. Tras la derrota de Atenas en la guerra del Peloponeso, Esparta estableció su hegemonía en Grecia, aunque haya sido breve, pues fue derrotada por Tebas en las batallas de Leuctra y Mantinea. También el dominio tebano fue breve, pues una nueva potencia comenzaba a extender su influencia: la Macedonia, un reino «bárbaro» pero fuertemente helenizado (Aristóteles, 2009).

[56] En la ciencia, se destacan Teofrasto, sucesor de Aristóteles en el Liceo, Eudoxo de Cnido, que propuso el modelo de universo esférico adoptado por Aristóteles, y Euclides (2009), que en su obra *Los Elementos* creó la geometría como ciencia axiomática. En el periodo en que Aristóteles vivió en Atenas, antes de partir para Aso, el centro cultural más importante de la ciudad-estado era la Academia de Platón. Allí estaban grandes matemáticos, como Teeteto o Eudoxo de Crido. Cuando Platón murió, su sobrino Espeusipo asumió la dirección de la Academia. En el campo de la oratoria, se destacan dos grandes figuras. Una de ellas es Isócrates, que en 392 a.C., fundó una escuela de oratoria que incluía la educación ética del ciudadano, influenciada por Sócrates y Platón y que lo distinguía de las demás escuelas, dominadas por los sofistas. Él pretendía con eso realizar una regeneración política para unificar la Grecia y recuperar el esplendor cultural perdido. La otra gran figura fue Demóstenes, el grande maestro de la oratoria política (Aristóteles, 2000a).

consiguiente, es necesario definir quien se debe llamar ciudadano y quien no debe serlo» (Aristóteles, 2005, pp. 1274b-1275a).

§122. Aristóteles (2006) categorizó tres formas básicas de gobierno (monarquía[57], aristocracia[58] y Politeia[59]) y sus formas degeneradas (tiranía[60], oligarquía[61] y democracia[62]). Él veía la *politeia* como un sistema mixto equilibrado (Rubio, n. d.), enfatizando la importancia de la moderación y de la búsqueda de la *virtud media* como uno de los principios para una buena gobernanza.[63] En términos de importancia de la ley para la paz, Aristóteles (2005) dice que «Donde las leyes no imperan, no hay constitución. Pues el imperio de la ley debe asentar en una regla y en una razón, y no en el capricho de los hombres» (p. 1282a).

---

[57] «Llamamos comúnmente de realeza aquellas monarquías que objetivan el interés general, y aristocracia el gobierno de un pequeño grupo, y no de apenas una persona, sea porque son los mejores en el poder, sea porque gobiernan con el objetivo de hacer lo mejor por la ciudad y sus miembros; cuando la masa gobierna la ciudad teniendo en vista el interés general, damos a ese gobierno el nombre de politeia , que es común a todas las constituciones; (…) Las derivaciones que corresponden a las constituciones enumeradas son la tiranía, desvío de la realeza, la oligarquía, da aristocracia, y la democracia, de la Politeia. La tiranía es una monarquía que tiene por finalidad atender los objetivos del monarca; la oligarquía los intereses de los ricos; la democracia, la demanda de los pobres; pero ningún de esos gobiernos busca servir el bien común» (Aristóteles, 2006, p. 76).

[58] Ver Fernando Rodrigo Gallo (2013).

[59] En *La Politeia*, Platón (1996) describió su visión de una ciudad-estado ideal, llamada de Kallipolis. Él propuso una estructura estrictamente jerárquica, en la cual los gobernantes serían filósofos-reyes, los guerreros serían responsables por la defensa de la ciudad y los productores cuidarían de las tareas económicas. Es importante resaltar que el uso del término genérico «politeia» para referirse al gobierno justo de la mayoría causa una nueva confusión al lector en *Ética a Nicómaco*, en el pasaje en el cual Aristóteles (2006) vuelve a hablar de las formas de gobierno. En la obra, el filósofo cita que hay tres constituciones justas, la realeza, la aristocracia y la timocracia, «llamada por la mayoría apenas de politeia» (Aristóteles, 2006, p. 76). Y los desvíos serían la tiranía, la oligarquía y la democracia, respectivamente.

[60] Una tiranía es, conforme ya dicho, una monarquía despótica gobernando la comunidad política; hay oligarquía cuando los detentores de la fortuna tienen la autoridad suprema del Estado; y democracia, al contrario, cuando esa autoridad pertenece a aquellos que, lejos de las grandes propiedades, son desproveídos de recursos» (Aristóteles, 2006, p. 76).

[61] Ver Fernando Rodrigo Gallo (2013).

[62] Ver Fernando Rodrigo Gallo (2013).

[63] La Grecia del siglo IV a. C. era en la realidad una especie de mosaico de pequeñas ciudades-estado, muy ocupadas en resolver sus problemas particulares y, al mismo tiempo, obcecadas en mantener conflictos con los pueblos vecinos. Los griegos no fueron capaces de vislumbrar un sistema de convivencia que superara los problemas entre las ciudades-estado y consiguiese una paz, con cierta estabilidad. Tampoco fueron capaces de encontrar maneras de resolver sus necesidades materiales o aumentar los recursos naturales que podrían disfrutar. Además de eso, su nivel de desarrollo técnico era bajo. Delante de eso, las salidas encontradas por los griegos involucraban la migración para otras tierras en la esperanza de encontrar en ellas lo que no encontraban en la propia o acoso militar a los territorios vecinos. La unión de las ciudades-estado en una entidad superior que les diera más estabilidad, más paz y más fuerza para resolver los problemas materiales fue lo que tuvieron que aceptar por las manos de Filipe II (Aristóteles, 1992; Aristóteles, 2004).

§123. Plutón buscaba un Estado ideal gobernado por filósofos-reyes, mientras Aristóteles argumentaba por un enfoque más pragmático, adaptando la forma de gobernó a las circunstancias y enfocando la búsqueda de la felicidad y de la virtud media (Rubio, n. d.). Platón creía en un mundo de las ideas eternas y perfectas, en que los conceptos abstractos como justicia, belleza y verdad residían. Él veía el mundo físico como una mera sombra de ese mundo de las ideas, imperfecto e ilusorio. Además de eso, el pensador enfatizaba la importancia de la educación en la formación de ciudadanos virtuosos, una vez que a través de la educación los individuos deberían ser moldados desde la infancia para desempeñar sus papeles en la sociedad de forma justa y virtuosa.

§124. Aristóteles (2005) adoptó un enfoque más empirista en relación a la política. Él creía que la política debería estar basada en la observación de la naturaleza humana y en el entendimiento de las necesidades y aspiraciones de las personas. Diferentemente de Platón (1996). Aristóteles (2005) no defendía un modelo de gobierno único como el ideal. Él argumentaba que la mejor forma de gobierno depende de las circunstancias y de las características del pueblo gobernado. Así, una constitución adecuada debe ser adaptada a la realidad específica de cada sociedad.

§125. Sobre la búsqueda de la felicidad e y de la virtud media, Aristóteles (2004) veía la política como un medio de alcanzar la felicidad y la virtud. Él defendía la importancia de la *virtud media* o el equilibrio entre extremos, en que las virtudes morales se encuentran en el medio de los vicios. Ese concepto influenció su idea de una *politeia*, un sistema de gobierno mixto que equilibra los intereses de las diversas clases sociales. Mientras, Platón (2006) buscaba un Estado ideal basado en principios abstractos y liderado por filósofos-reyes, Aristóteles (2004) adoptaba un enfoque más pragmático, enfocando la observación de la naturaleza humana, la adaptación a las circunstancias y a la búsqueda de la felicidad y de la virtud. Ambos contribuyeron significativamente para el desarrollo de la teoría política y continúan

a influenciar el pensamiento político y filosófico a lo largo de la Historia. Sus ideas también sirvieron como base para el surgimiento de diferentes tradiciones filosóficas y políticas.

§126. La visión de Platón (2006) sobre la justicia en la *Politeia* está íntimamente ligada a su teoría de las formas. Él creía que la justicia en la ciudad ideal reflejaría la justicia en el mundo de las ideas, en que cada individuo desempeñaría el rol para lo cual era más adecuado, contribuyendo para el bien común. La justicia, para el filósofo, significa que cada persona debería cumplir su rol de forma virtuosa. Algunos críticos argumentan que el modelo de gobierno propuesto por Platón (2006) en la *Politeia* tiene características totalitarias, una vez que la élite (los filósofos-reyes) tendría el poder absoluto y controlaría todas las esferas de la vida pública. Sin embargo, el pensador creía que esa élite gobernaría con sabiduría, buscan do el bien común.

§127. Aristóteles (2004) comprendía que existía una conexión profunda entre la ética y la política. Él argumentó que el objetivo de la política era crear condiciones que permitieran a los ciudadanos buscar una vida virtuosas y, así, alcanzar la felicidad. El filósofo definió la ética como el estudio de las virtudes morales que permitían a las personas alcanzar la excelencia (*areté*).[64] Aristóteles (2004) desarrolló la idea de que una constitución ideal debe encontrar un equilibrio entre las varias formas de gobierno, resaltando la importancia de la participación política activa de los ciudadanos en una democracia. Él veía la ciudadanía no apenas como un derecho,

[64] La sociedad griega estaba dividida delante de la amenaza externa. Por un lado, algunos aceptaban que la solución de los conflictos internos de las ciudades-estado debería venir de una intervención externa; otros, como Demóstenes, por otro lado, pretendían resistir, aunque conscientes de su inferioridad e ineficacia militares. Esa aptitud de Demóstenes se reflejó en sus *Filípicas*, en las cuales defendía un ataque a Macedonia. A pesar de ese clima de instabilidad y pobreza material, el arte y la cultura griegas alcanzaron en ese siglo un periodo de renovación en relación al modo clásico dominante en la época anterior. La producción teatral de ese periodo es intensa. Las obras clásicas del siglo V a. C. continúan inspirando los nuevos autores, pero lamentablemente restan pocos vestigios de toda esa producción. Aristóteles (2004), en su *Poética*, nos habla de que la tragedia del siglo IV, así como la Historia, sufrió en esa época la influencia de la retórica, de la misma manera que la tragedia clásica había sido condicionada por la oratoria política. Las comedias de Menandro substituyeron las tragedias de Eurípides; y el más prolífico fue Antífanes, del cual son conocidos 134 títulos (Aristóteles, 2000b).

sino como un deber, argumentando que los ciudadanos deberían estar involucrados en la toma de decisiones políticas para el bien común.[65]

§128. Platón (2006) creía que la paz solamente podría ser alcanzada por medio de la justicia y de la armonía en la ciudad-estado (polis). Él elaboró sus ideas sobre la paz en su obra *La República* (2006). Según Platón (2006), una sociedad justa y armoniosa era aquella en que cada persona desempeñaba la función para la cual era más adecuada, y los gobernantes eran filósofos-reyes, que poseían sabiduría y virtud. Él creía que la competición y el conflicto entre las clases sociales y las personas en búsqueda del poder eran las principales causas de la injusticia y de la guerra. En esa perspectiva, la paz solo sería alcanzada cuando la justicia fuese establecida en toda la sociedad.

§129. Aristóteles (1990) también abordó la cuestión de la paz en sus obras, especialmente en *La Política*.[66] Los autores presentan una visión más realista y práctica de la paz, y creen que esta resulta de la búsqueda por la virtud (areté) y del equilibrio entre los ciudadanos en una ciudad-estado. Él no veía la eliminación completa del conflicto como posible, sino la búsqueda por un equilibrio entre diferentes intereses y facciones. Además de eso, el pensador destaca la importancia de la educación y de la política para la promoción de la paz y de la

[65] Aristóteles volvería a Atenas entre 335 y 334 a.C. y fundaría su escuela, el Liceo. Cuando Alejandro murió en 323 a.C. una nueva agitación antimacedónica comenzó, una de las víctimas casi siendo Aristóteles, pues fu acusado, como Sócrates, de impiedad y tuve que huir rápidamente para Calcis, donde murió en 322 a. C. La muerte precoz de Alejandro en 323 a. C. lo impidió de consolidar sus conquistas, iniciando así el llamado «periodo helenístico», en que la cultura griega se tornó más universal y los focos de interés cultural, económico y político fueron dislocados, con Atenas tornándose el nuevo centro cultural y científico (Aristóteles, 2005).

[66] En 343 a. C., esa tarea fue interrompida cuando Filipe II lo llamó a Pella para cuidar de la educación de su hijo, Alejandro. El espíritu empirista y el amor al conocimiento que Aristóteles infundió en Alejandro fueron de suma importancia para el avance de la ciencia en ese periodo de la Historia. El interés de Filipe II en dominar a Grecia y su rivalidad con los seguidores de Demóstenes dieron origen a un periodo de desavenencias que culminó en la batalla de Queronea, en 338 a. C., vencida por los macedonios, en la cual se destacó Alejandro. Filipe entonces convocó una reunión en Corinto, a la cual comparecieron todas las ciudades-estado griegas, excepto Esparta, y resultó en la Liga pan-helénica o Lia de Corinto. En 336 a. C., Filipe II fue asesinado y desde entonces, hasta su muerte en 323 a.C., su hijo reinó con el nombre de Alejandro III, aunque sea conocido por el sobrenombre de Alejando, el Grande (Aristóteles, 2001b).

estabilidad social (Reale & Antiseri, 1990).[67]

§130. Enquanto Platão via a paz como intrinsecamente ligada à justiça e harmonia na sociedade, Aristóteles a via como um equilíbrio pragmático entre diferentes interesses e a promoção da virtude. Visões que refletem suas diferentes abordagens filosóficas e políticas para a organização da sociedade. É importante lembrar que a paz para Platão e Aristóteles estão inseridos em um contexto mais amplo de justiça, virtude e bem comum (Jaeger, 2001; Reale & Antiseri, 1990).

§131. En *La República*, Platón (2006) describe una ciudad-estado ideal en que la justicia prevalece a través de la estratificación social rígida (filósofos-reyes, guerreros y productores) y da armonía entre las clases. La justicia es comprendida como el reflejo de la justicia individual, en que la razón, espíritu y apetito cumplen sus papeles, resultando en paz social. La educación está puesta como esencial para moldar los ciudadanos virtuosos y contribuir para la paz., y la Filosofía es presentada como guia para alcanzar la paz a través de la razón y el conocimiento del bien. En ese sentido, justicia y paz existen perfectamente en ese plan superior, mientras el mundo material es una sombra imperfecta.

§132. Aristóteles (1997), en *La Política*, defiende una política basada en la observación de la naturaleza humana y en la búsqueda de la felicidad. El autor destaca que ninguna forma de gobierno es ideal universalmente, visto que la mejor forma depende de las circunstancias. La idea de justicia en ese contexto está basada en la igualdad y en la razón, resultando en paz social. La ley es presentada como esencial para el orden y la paz, pues impide el gobierno arbitrario. Además de eso, el autor defiende la idea de virtud media, o sea, el equilibrio entre extremos como

[67] En 349 a.C., Filipe comenzó la conquista de la península de Calcídica, lo que aumentó la reacción ateniense contra él y contra Macedonia, con la figurade demóstenes desempeñando un rol importante. Como Aristóteles era extranjero en Atenas y no tenía los mismos derechos que cualquier ciudadano libre, tuvo que huir, em 348 a.C., de lo que era, entonces, el grande centro intelectual griego. Cuando Platón murió en 347 a. C., Aristóteles fue para la ciudad de Aso, donde pasó tres años. Después pasó más dos años en Mitilene, en la isla de Lesbos. Durante ese tiempo, se dedicó al estudio de la naturaleza, observando, clasificando y catalogando la flora, la fauna y todos los fenómenos naturales que encontró (Aristóteles, 2006).

fundamental para p=la buena gobernanza y la paz social. En ese escenario, la felicidad es el objetivo de la política, alcanzada a través de la vida virtuosa y de la participación ciudadana.

§133. Por fin, comparando las dos visiones, vemos que Platón (2006), como un idealista, busca un modelo ideal de sociedad gobernado por filósofos-reyes, mientas Aristóteles (1997), pragmático, defiende la adaptación de las formas de gobierno a las circunstancias. Ambos concuerdan que justicia, virtud y educación son esenciales para la paz, pero divergen en sus métodos. Platón (2006) idealiza la paz como resultado de la justicia y armonía alcanzadas a través de la filosofía y de un gobierno ideal. Aristóteles (1997), Aristóteles, a su vez, comprende la paz como fruto de la búsqueda por la felicidad y de la virtud, alcanzada a través de la justicia, de la ley y de la participación política en un sistema adecuado a las circunstancias.

1.2. Cicerón - Concordia, *Otiuem* e *et Bellum*: ¿Antes de la Paz?

La paz es la virtud que une los corazones.

– Marco Tulio Cicerón, De Officiis, Libro I, Sección 34.

§134. Marco Tulio Cicerón[68] uno de los más destacados oradores y filósofos romanos del periodo de la República (Balsdon, 1960; Boyancé, 1941; Cicerón, n.d.), contribuyó

[68] Marco Tulio Cicerón, desarrolló una visión política que armonizaba filosofía, elocuencia y tradición. Influenciado por escuelas filosóficas griegas como el estoicismo, el epicureísmo y la Academia Platónica, Cicerón creía que la filosofía debería guiar tanto la vida pública cuanto la privada, ofreciendo principios éticos aplicables a la gobernanza de la *res publica*. La Elocuencia, o arte de la retórica, era central para él, siendo vista como una herramienta esencial para el estadista persuadir, educar y liderar el pueblo. Sus obras sobre retórica, como *De Oratore*, son fundamentales para comprender la importancia que atribuía a la comunicación eficaz en la política. Además de eso, Cicerón valoraba profundamente la tradición romana, considerándola un conjunto de prácticas y valores esenciales para la estabilidad y continuidad de la *res publica*. Él veía la filosofía, la elocuencia y la tradición como elementos interconectados, en que la filosofía fornecía principios éticos, la elocuencia permitía la aplicación práctica de esos principios y la tradición ofrecía la estabilidad necesaria para la prosperidad del Estado. Así, el pensamiento político-jurídico de Cicerón es una síntesis rica y compleja, combinando profundidad filosófica, habilidad retórica y respeto por la tradición, continuando a inspirar estudios en la filosofía política, en la historia del derecho y el arte de la elocuencia.

con una serie de ideas y conceptos políticos, éticos y filosóficos (Cicerón, 1962; Cicerón, 1990a; Cicerón, 1990b; Cicerón, 1991). En las reflexiones sobre la paz, la figura de Cicerón emerge como una referencia constante, permeando la historia de la filosofía. Sin embargo, la *pax* es frecuentemente contrastada con el *bellum*, en un contexto en lo cual las virtudes guerreras eran valoradas en la cultura romana, especialmente durante periodos de expansión. Consecuentemente, la paz muchas veces queda oscurecida por la sombra de la guerra. En ese sentido, Cicerón (1999) destaca que la paz debe ser el objetivo de todas las guerras, evidenciando que esta debe ser mantenida con los ciudadanos y aliados, como también de forma más amplia con todos los pueblos, aunque con los enemigos.

§135. En ese trecho, Cicerón (1999) define la paz como el objetivo final de la guerra y defiende la búsqueda por la paz, no apenas internamente, como también en las relaciones con aliados y hasta mismo con los enemigos. Esa obra, llamada *Sobre la república,* es fundamental para entender el pensamiento político de Cicerón y su visión sobre la paz. Sin embargo, al adentrar en la filosofía ciceroniana, tornase evidente que la paz detiene un rol significativo a la medida que emerge a *humanitas*, un substrato cultural compartido por todos aquellos unidos por la razón, que pasa a reconocer el tratamiento benevolente del otro como una exigencia moral y a condenar la violencia exacerbada y desmotivada.

§136. Cicerón (1999), reconoce que la mayoría considera las *res bellicas* superiores a las *res urbanas* (De off. I, 74), pero resalta que, sin un bueno *consilium* interno, las armas externas son inútiles (I, 76). En tiempo de instabilidad política, las *res publica* clama por armonía interna y externa. ¿Cómo eso puede ser alcanzado? Primeramente, es necesario encontrar equilibrio entre las diferentes partes constituyentes de la constitución – *populus, senatus y magistratus –,* cada uno desempeñando sus funciones y respetando sus límites. Eso abre camino para un estado de tranquilidad en que el desarrollo de las capacidades humanas en Derecho, Política y Filosofía se torna viable.

§137. Ese objetivo no implica la erradicación de los conflictos, especialmente en relación a los pueblos extranjeros. El conflicto armado es una realidad inevitable, pero debe ser emprendido solamente cuando estrictamente necesario y justificable – apenas una guerra que sea justa. Entre esas ideas, tres conceptos-clave son relevantes para discutir la visión del pensador sobre la paz y estabilidad política: *«concordia», «otium», y «bellum et pax»*. En ese punto, sobre la idea de guerra justa, destacamos que San Agustin, escribiendo en el contexto de la caída del Imperio Romano, introdujo la idea de que la guerra puede ser moralmente justificada si sea trabada por una autoridad legítima, por una causa justa y con la intención correcta. Para él, la guerra es justa cuando trabada para vengar injusticias. Santo Tomás de Aquino, en el siglo XIII, expandió y sistematizó esas ideas en la *Summa Theologica*, agregando criterios adicionales y enfatizando la importancia de la proporcionalidad y de la discriminación entre combatientes y no combatientes. Para él, una guerra justa presenta tres elementos: Autoridad del príncipe, por la cual la guerra es declarada; una causa justa; y una intención recta (Silva, 2010).[69]

§138. Eso dicho, pasamos a discutir los conceptos-clave del pensamiento de Cicerón. *Concordia* es un término latino que se refiere a la concordancia o armonía entre las partes en una sociedad o entre grupos políticos (Cicerón, 1994a; Cicerón, 1995; Cicerón, 2011). En un importante pasaje sobre la paz, Cicerón dice que,

(…) por encima de todo, (…) los ciudadanos sean unidos y tengan los mismos sentimientos. Que esa sea la muralla para la salvación de la república, como yo dije hace poco: que los hombres de bien concuerden entre sí. Porque mientras esa concordia reinar en vuestras decisiones y en vuestros votos, ningún mal podrá atingir el pueblo romano. (Philippicae, II, 103)

[69] Su investigación ofrece un análisis detallado y comparativo de las contribuciones de San Agustín y Santo Tomás de Aquino para la teoría de la guerra justa, destacando la relevancia continua de esos principios en la ética contemporánea de la guerra. A través de una lectura cuidadosa de sus obras, Silva (2010) demuestra como esos pensadores moldaron la comprensión Occidental de la moralidad de la guerra, forneciendo un cuadro ético que aún influencia debates modernos sobre conflictos armados.

§139. En ese trecho, Cicerón (2008) ilustra la importancia de la *concordia* para la paz interna en Roma, presentando la unión de los ciudadanos y la concordancia entre los hombres de bien como elementos esenciales para la protección de la República contra cualquier amenaza. Con eso, el autor enfatiza la importancia de la concordia como valor político para la estabilidad de un a república. Él argumentaba que la armonía y la cooperación entre los ciudadanos son esenciales para evitar conflictos internos y garantizar la gobernanza adecuada (Cicerón, 2000). En su concepción, la *concordia* involucra la búsqueda del bien común y la disposición de los ciudadanos en colocar los intereses de la República por encima de los intereses personales o partidarios (Cicerón, 1953; Cicerón, 1994b), o sea, es un medio para alcanzar la paz interna y la justicia en la sociedad romana (Cicerón, 1984; Cornwell, 2017; Ernout & Meillet, 1959).

§140. *Otium* es otro concepto importante en Cicerón, que se refiere a una especia de tiempo libre o descanso dedicado a la reflexión, al estudio y al desarrollo personal. Cicerón valoraba el *otium* como un periodo en que los individuos pueden alejarse de las actividades políticas y de las preocupaciones cotidianas para dedicarse a la contemplación filosófica y búsqueda de sabiduría (Ferrary, 1982). Para el filósofo, el *otium* es una oportunidad para los ciudadanos cultivar virtudes morales e intelectuales que son valerosas tanto para ellos propios cuanto para la sociedad con un todo (Lana, 1990). Aquí, destacamos que, aunque Cicerón reconozca la importancia de la actividad política, él cree que el *otium* también es esencial para el desarrollo personal y la estabilidad de la república.[70]

Es propio del hombre, en primer lugar, amar a sus semejantes; desde ahí nace la comunidad de la vida, la sociedad y la unión entre los hombres. (…) Por eso, los hombres nacieron para ayudarse los unos a los otros, para amarse y para protegerse mutuamente. (Cicerón, 2010; De Officiis, I 50-510)

[70] Sobre eso, ver: Adriano Scatolin (2009), Chaïm Wirszubski (1954), Franscisco de Oliveira (2014), Gerardo Zampaglione (1973), Raaflaub (2007), Raaflaub (2016) y Tamás Nótári (2010).

§141. Ese trecho de la obra *Sobre los Deberes*, destaca la importancia de la fraternidad y del amor al próximo para la construcción de una sociedad justa y pacífica. La visión ética de Cicerón argumenta que la paz no es apenas un objetivo político, como también un deber moral. Para más allá de eso, Cicerón también enfoca la relación entre guerra y paz (*bellum et pax*) en sus obras políticas (Santos, 20181a). Él argumenta que la guerra, cuando justa y necesaria, puede ser defendida con un medio de preservar la paz y la seguridad de la República. Sin embargo, él también enfatiza que la paz debe ser el objetivo final, y la guerra debe ser evitada siempre que posible. Para el pensador, la verdadera victoria no es apenas vencer en conflictos armados, sino establecer y mantener una paz duradera y justa.

§142. Cicerón (2010) veía la *concordia* como un principio fundamental para la estabilidad política, la *otium* como un periodo de reflexión y desarrollo personal y la relación entre *bellum et pax,* como una consideración crucial en la política romana. Sus ideas sobre esos conceptos influenciaron el pensamiento político y ético a lo largo de la Historia y continúan a ser relevantes para discutir cuestiones de gobernanza, paz y ciudadanía. La paz es un tema central para Cicerón en sus escritos, la cual está representada desde una visión que refleja los valores y las preocupaciones de su época. La paz no era apenas la ausencia de conflicto armado, como también involucraba estabilidad justicia y orden en la sociedad. Él veía la paz como un estado deseable en que las personas podían vivir en armonía, desfrutar de sus derechos y vivir bajo la protección de la ley (Salgado, 2012).

§143. Cicerón (2010) argumenta que la paz es necesaria para el florecimiento de la civilización y del gobierno. Él veía la guerra como un mal que perturbaba la vida de las personas, causaba destrucción y perjudicaba el progreso social y político, así como defendía la negociación, el diálogo y la diplomacia como medios de resolver conflictos y preservar la paz. Además de eso, Cicerón (2010), creía que la justicia es fundamental para la manutención de la paz. Para él, la paz solo podía ser alcanzada y sostenida cuando las leyes son aplicadas de forma justa y equitativa,

garantizando que los derechos de los ciudadanos sean respetados.

§144. De ese modo, para Cicerón (2010), la paz es más que la mera ausencia de guerra, o sea, es un estado de armonía, estabilidad, justicia y orden en la sociedad, en que las leyes son respetadas y los ciudadanos pueden vivir sus vidas de manera segura y productiva. Sus ideas sobre la paz influenciaron el pensamiento político y ético de la época y continúan siendo estudiadas y discutidas hasta hoy (Rawson, 2010). El concepto de *otium cum dignitate* de Cicerón «(...) encapsulaba su creencia de que la paz debe ser perseguida no apenas por si mismo, como también porque permite el florecimiento de la cultura y de los valores romanos» (Steel, 2005, p. 87, traducción nuestra).[71] Steel (2005) explora el concepto de *otium cum dignitate* de Cicerón, mostrando como la paz es comprendida como un medio para alcanzar la prosperidad cultural y la difusión de los valores romanos. Su obra ofrece un análisis profundizado del contexto histórico en que Cicerón vivió y como eso influenció su visión sobre la paz.

§145. En esa sección, presentamos la visión de Cicerón sobre la paz, explorando como el filósofo romano relacionaba los conceptos de *concordia*, *otium* y *bellum et pax* para construir su perspectiva. Para Cicerón (2010), la paz no representaba apenas la ausencia de la guerra (*bellum*), pero un estado de armonía social y política enraizado en la *concordia* – la concordancia y unión entre los ciudadanos. Él argumentaba que la *concordia* es esencial para la estabilidad de la República, pues permitía que los ciudadanos persiguieran el bien común, colocando los intereses de la sociedad por encima de los personales. El autor también defendía el *otium*, tiempo libre dedicado a la reflexión y al desarrollo personal, como un elemento crucial para la paz, pues permitía a los ciudadanos cultivar virtudes morales e intelectuales.

[71] Del original: “Cicero’s concept of ‘otium cum dignitate’ encapsulated his belief that peace should be pursued not just for its own sake, but also because it allowed for the flourishing of Roman culture and values”.

§146. Por fin, evidenciamos que, aunque reconociera la guerra como una realidad por veces inevitable, Cicerón (2010) argumentaba que ella solo debería ser utilizada como último recurso, en causas justas y necesarias, siempre teniendo la paz como objetivo final. Aquí destacamos la influencia del pensamiento de Cicerón (2010) en las obras de autores como San Agustín y Santo tomás de Aquino, que expandieron sus ideas sobre la guerra justa. Concluyendo, resaltamos que la paz, para Cicerón, era un estado dinámico que demandaba constante esfuerzo para ser mantenido, basado en la justicia, en la armonía social y en el desarrollo individual, ideas que hacen eco hasta los días de hoy.

1.2.1. Concordia, Otium, Bellum

§147. Una de las principales obras de Cicerón (2005). *De re publica*, tiene en la *concordia* uno de los pilares de su discurso filosófico. Situado poco después del asesinato de los hermanos Graco y en medio a la crisis política y social advenida, el diálogo parte de una Roma dividida en dos (I, 31-32), ahogada en discordia, agitaciones descontroladas. En ese contexto, Cicerón hace una invitación al *consensus* para la *concordia,* partiendo de la tendencia del género humano para vivir congregado (Cicerón, 2005, *De Re Publica* I, 31-32- 40; *De Legibus* I, 40; Oliveira, 2014).

§148. De hecho, desde los eventos involucrando los Gracos, diversos intentos fueron realizados con vista a la restauración del orden y reconducción del Senado al liderazgo de la ciudad, pero ninguno efectivamente exitoso. Para Cicerón, en especial desde su consulado en 63 a.C., la alternativa restante era una nueva política de *concordia* que no buscara más eliminar todas las amenazas a la autoridad del Senado, pero obtener una *concordia*, aunque fueran necesarias algunas concesiones (Ferrary, 1982). Por eso, de ese momento en adelante, el filósofo pasa a declararse defensor del *otium et concordia* (cicerón, 2005. *De lege agraria* III, 4), aunque esos fueran conceptos típicamente de los *populares*, llamando para sí, como cónsul, tales materias, bajo el deber de defender el interese

del pueblo (Cicerón, 2005, *De lege agraria* I 23; II, 9).

§149. En la oración *Pro Mujrena* 78, la *concordia* esta presentada al lado de la paz, de la libertad, de la salud, de la vida y, una vez más, del *otium*, caro a los *equites* y a los buenos ciudadanos, posicionándose en defensa de la reconciliación y de la unión entre las órdenes de los senadores y de los caballeros, entonces, en oposición (Cícero, 2005, *In Catilinam* IV, 15). Pero la *concordia* no se resume a la restauración de lazos entre esos dos grupos. Como notamos en el *De lege agraria*, Cicerón (2005) desea una *concordia* más amplia de que aquella de los hombres buenos: él quiere ser un cónsul popular y, para tanto, presenta la *concordia* como un valor de los *populares*.

§150. He que, en la cuarta Catilinaria (IV, 14), celebrase la *concordia ordinun*, *concordia* de las órdenes, o sea, la *concordia* insertada en el contexto de toda la ciudad ahora unida en la lucha contra Catilina y sus cómplices. Se trata del consenso de todos los buenos (*consenso ómnium bonorum),* frecuentemente mencionado por el magistrado, incluso con apelo para más allá de roma: cuando de la intensificación de los conflictos entre senadores y caballeros, en 61 a.C., el clamor es por la unión de toda República: : “Y la ‘idea básica’ era ésta: la dignidad del senado, la *concordia* con los caballeros, el consenso de Italia, los restos de la abortada conjuración, la baja de precios, la tranquilidad” (Cícero, 2005, *Ad Atticum* 1, 14, 4).

§151. Aquí vemos la disposición fundamental del concepto ciceroniano de *concordia*, la disposición armónica entre las tres dimensiones del poder de la *res publica*: el *imperium* de los magistrados, la *auctoritas* del Senado y la *potestas* del pueblo. Cada una de esas fuerzas políticas debe cumplir una función específica en el orden de la ciudad, Segú a la ley natural que es aprehensible por el buen hombre político. Con eso, asume cierto cuerpo de paz, como *concordia* entre las partes naturales de la mejor forma de gobierno que es la *res publica* siempre en vista del interés común (*utilitas*). Además, por la *concordia* es posible el *consensus*, principio político y racional de la ley humana, que, inversamente, asegura el equilibrio a través del

derecho. Rawson (2010) explica que. «Para Cicerón, la paz no era apenas la ausencia de la guerra, sino un estado de armonía y justicia que permitía a los ciudadanos vivir en seguridad y prosperidad» (p. 123). El autor analiza la visión de Cicerón sobre la paz, mostrando que esa no se limita a la mera ausencia de conflicto armado y destacando la importancia de la justicia y armonía social para la construcción de una paz duradera.

§152. Cicerón se preocupaba con la formación del ciudadano romano, el proceso por el cual él podría adquirir diferentes conocimientos y habilidades. El *rector rei publicae* (gobernante del Estado o jefe de Estado) es, de hecho, capacitado para prever los movimientos políticos y liderar a sus conciudadanos como modelos de virtud. Así también el rol dado a la elocuencia, en la medida en que el orador es el hombre completo, dotado de experiencia práctica y saberes teóricos, en especial, la Filosofía y la Historia (Santos, 2018a). Pero el peso de esos elementos parece contradecir el hecho de que, al paso que esa formación es esencial, el hombre romano tiene como deber primario la dedicación a la vida político-jurídica. O sea, ¿cómo equilibrar la práctica de la vida pública con el estudio y elaboración de las letras? La respuesta de Cicerón está en la fórmula *otium cum dignitate.*

§153. Ese es el primer sentido de *otium*, encontrado en el *Pro Sestio* («En defensa de Sestio»), en que esa expresión aparece proponiendo la preservación de la *res publica* por los buenos ciudadanos: la mejor forma de gobierno es identificada con *otiosa dignita* y su conservación es asociada a *otium*, o sea, las instituciones de la *res publica* componen la *otiosa dignitas.* Wirszubski (1954), en clásico estudio, admite que *cum dignitate otium* significa, en algunos casos, la oportuna tranquilidad con honor de la *res publica*, sin embargo, ella también es la tranquilidad de todos y la dignidad de los mejores, en la medida en que la *dignitas* de la *res publica* es la de aquellos que la personifican, o lo que aquellos que personifican la *res publica* consideran ser su *dignitas* (cicerón, 2005, *De officii*sI, 124; *De Domu sua* 3; *De legibus* III, 12).Ese «personificar» es la encarnación de las cualidades esperadas

del mejor ciudadano como liderazgo político, incorporando, retóricamente, la propia *res publica.*

§154. Se esboza, entonces, la *civitas* como comunidad de ciudadanos, y aquellos que en ella más se destacan con su virtud realizan la misión de cualquier agregación humana, a saber, el desarrollo humano desde du naturaleza particular, la razón. Tales ciudadanos tienen el deber de conducir los demás a ese mismo perfeccionamiento valiéndose de su *auctoritas* y *dignitas*. Vale anotar que la *dignitas,* para el romano, es honor adquirido en razón del origen y por méritos propios en la vida pública, y gestada histórico-moralmente en el ámbito político-jurídico (Nótári, 2010). La conclusión parece ser que, por un lado, no deben los hombres, por la *dignitas* de sus quehaceres, desatender la tranquilidad, por otro lado, no deben creer que la tranquilidad sea incompatible con *dignitas* (Cicerón, 2005, Ad Atticum I, 19, 6-9; 20, 2-3; II, 3, 3-4; Ad familiares I, 7, 7; 10; 9, 21; De oratore II, 334.ta).

§155. Así, para Wirszubski (1954), él término *cum dignitate otium* puede representar un objetivo o una conquista y es inseparable de la *res publica* y de repercusiones políticas. De otro modo, *otium*, según Balsdon (1960), también puede oponerse a la «vida pública activa», con lo que necesitaba ser justificado para no caer en autoindulgencia y ser mal visto, en asociación a la voluptas. Como Salustio, que se retiró de la vida pública para tornarse un historiador, actividad que se esfuerza por conectar con un bien para la *res publica*, un *honestum otium,* también para Cicerón la filosofía durante la salida forzada de la escena pública, probablemente inadecuado si pudiera en ella permanecer (Boyancé, 1941; Cicerón, 2005, *Ad familiares* IV, 4, 4; V, 21, 2; VII, 33, 2; *De officiis* I, 19; 69-71).

§156. Otro sentido de *otium* puede ser encontrado en la propia vida política, significando paz el estado libre de disturbios externos e internos, lo que por veces podía representar un paso para la aceptación del *status quo* y de las condiciones políticas y sociales existentes (Cicerón, 2005, De lege agraria II, 8-9; III, 4; Pro Sestio 5; 15;

98; 137). Con efecto, *otium* era el término que hacía parte de los *slogans* políticos de usos corrientes entonces. Conocido por denotar paz y, aunque algunas veces usada como el opuesto de *bellum* (Cicerón, 2005, Pro Caecina 43; Ad Atticum I, 20, 5; Ad Atticum XV, 2, 3; Ad familiares II, 16, 2; Pro Murena 83), aparece más frecuentemente indicando tranquilidad interna, distinta de la paz en las fronteras (Cicerón, 2005, De lege agraria II, 9; De haruspicum responsis 4).

§157. Ese sentido de *otium* es bien evidenciado por estar asociado com *pax, tranquilitas, quies concordia y salus* (Cicerón, 2005, De lege agraria I, 23; III, 4; Pro Murena 78; 86; Ad Quintum fratrem III, 5-6, 5; Philippicae I, 16; V, 41; VIII, 10-11; De hecho 2; In Pisonem 73; Post reditum ad Quirites 20; De domo sua 15), como también por consistir oposición a *tumultus*, *seditio* y *novae res* (Cicerón, 2005, Pro Murena 90; Ad familiares XII, 1, 1.). Podemos decir que *otium*, como *commune otium*, es concebido como tranquilidad pública nacida de la orden jurídica no perturbada, de modo que Cicerón tiende a identificar *otium* con la preservación constitucional (Cicerón, 2005, De provinciis consularibus 24; Philippicae X, 3; De officiis III, 3; Pro Sestio 5; 15; In Pisonem 9; In Vatinium 18; Post reditum in Senatu 11; De haruspicum responsis 41; In Catilinam I, 3; De lege agraria III, 4; Ad familiares XI, 2, 2). Así, *cum dignitate otium* es el principio que expresa el *consensus*, como unidad del orden, expresión de la armonía de los valores morales y de los intereses materiales consubstanciados en la creación de la *concordia omnium bonorum* (Nótári, 2010).

§158. La doctrina de la guerra justa (*bellum iustum*) es un modelo de pensamiento y un conjunto de reglas de conducta que define en cuales condiciones la guerra es una acción moralmente aceptable. El uso de la expresión «guerra justa», para evaluar formas de relaciones entre comunidades extranjeras, fue propio de la cultura político-jurídica de la Roma Antigua y, en ese sentido, se tiene el gran testimonio de Cicerón. En el pensamiento del cónsul, queda evidente la distinción entre *bellum iustum* y *jus ad bellum*, o sea, el derecho a la guerra. Ese derecho, conectado al

derecho fecial[72], preveía una serie de situaciones que configurarían la posibilidad de trabarse una guerra con un pueblo enemigo, en regla, con el carácter de evitar un daño a la *res publica*, posible antes mismo de la toma de un acto concreto de violencia, reconociéndose como acto de guerra.

§159. Una vez constatado en acto de esa naturaleza, con la aprobación del Senado, los sacerdotes promovían rituales formales y de cuño sagrado para la declaración de la guerra. Con ese procedimiento, se evocaba la aprobación de los dioses y su apoyo en ese nuevo embate. Además de las etapas iniciales de la guerra, el derecho fecial incidía sobre el cierre del conflicto. Como adelante discutimos, la conclusión de la guerra se daba mediante un tratado o un pacto con el pueblo derrotado y, como tal, era un acuerdo de confianza entre las partes (fides). El lazo de paz (*fides pacis*) presuponía negociación previa, por la cuáles fijaba las condiciones de la paz, aunque generalmente fijando los términos impuestos por el vencedor (Cornwell, 2017). En todos los casos, en un proceso que exige el derecho, responsable por consolidar el nuevo estado de las cosas y por asegurar su legitimidad en medio a los hombres y entre esos y sus divinidades.

§160. Prosiguiendo, el filósofo reconoce que la mayoría de las personas piensan que las

[72] El «Derecho fecial» es una antigua práctica jurídica relacionada a la guerra y a la diplomacia. Los feciales eran sacerdotes responsables por cuestiones de guerra y paz, incluyendo la declaración de guerra y ratificación de tratados. Ese derecho era fundamental para la manutención del orden y de la justicia en las relaciones internacionales de Roma. Según tito Livio (1982), en su obra *Historia de Roma*, los feciales desempeñaban un rol crucial en la diplomacia romana> «Los feciales eran responsables por garantizar que las declaraciones de guerra fueran justas y que los tratados fueran horados» (p. 45). Ellos seguían rituales específicos para declarar guerra, que incluían la entrega de una lanza ensangrentada al enemigo, simbolizando la justa causa para el conflicto. El historiador Theodor Mommsen (2000), en *Historia de Roma Antigua*, destaca la importancia del derecho fecial para la legitimidad de las acciones militares romanas: «El derecho fecial era una institución que aseguraba que las guerras fueran conducidas de acuerdo con los principios de justicia y moralidad, reflejando la seriedad con que los romanos trataban sus obligaciones internacionales» (p. 112). Los procedimientos feciales eran detallados y ceremoniosos. Según Georges Dumézil (1970), en Archaic *Roman Religion*, los feciales seguían un protocolo estricto para declarar guerra: «Los feciales realizaban una serie de rituales, incluyendo la invocación de los dioses y la entrega de una lanza ensangrentada al enemigo, para asegurar que la guerra fuera justa y sancionada por los dioses» (p. 89). El derecho fecial era una institución esencial en la Roma Antigua, garantizando que las acciones militares fueran conducidas con justicia y legitimad, A través de rituales y procedimientos específicos, los feciales aseguraban que las guerras fueran justas y que los tratados fueran respetados, reflejando la seriedad con que los romanos trataban sus obligaciones internacionales.

acciones de la guerra son superiores a las obras de paz (De officiis, I. 74). Sin embargo, cree que esa es una visión deturpada de la realidad. La guerra no debe ser emprendida simplemente para evitar la lucha, pero en vista del bien común: «al emprender la guerra deje bien claro que únicamente se busca la paz» (De officiis, I, 80). Más, parra la guerra, se debe actuar con prudencia, con la certeza del momento necesario, cuando, solamente entonces, se debe luchar y preferir la muerte que someterse a la esclavitud (Cicerón, 2005). La guerra justa es la guerra en la cual se lucha por la libertad, evitándose la servidumbre de los propios romanos o de otros pueblos, pues se trata de un valor supremo. Por ese motivo, poco sirven las armas fuera si no hay un buen consejo (*consilium*) dentro (Cicerón, 2005, De officiis, I, 76), o sea, una buena capacidad de decisión, dirigida por los ciudadanos más competentes, sabios y que tengan experiencia, asegurando la tranquilidad interna para viabilizar la acción externa.

§161. Una vez ejecutados, los actos de guerra, que incluyen invariablemente la destrucción y el saqueo de las ciudades, no deben ser hechos sin consideración por los pueblos vencidos o con crueldad, manteniendo la rectitud y la honestidad, perdonando a la plebe y puniendo los líderes (De officiis, I, 82). Con esas palabras, Cicerón (2005) coloca en destaque la *humanitas*, una etapa cultural de avanzado alejamiento de la animalidad, en el cual la marca peculiar del hombre, la razón, es desarrollada, y, así, las potencialidades naturales del hombre pueden ser perfeccionadas. No guerrear bajo cualquier motivo, prefiriendo la sumisión al rigor de los procedimientos formales jurídicos; no atacar el enemigo con brutalidad, haciendo uso de violencia desmedida, provocando sufrimiento injustificado, optando por el actuar en los límites de la necesidad para alcanzarse los objetivos pleiteados los cuales están en consonancia con la preservación de la libertad y grandiosidad romana, así como el bien del pueblo en combate. Por ese espíritu de tratamiento del hombre reconocido en su carácter propiamente humano, a merecer en cuidado especial, consonante a su posición de hombre, a pesas de sus

diferencias culturales, pero bajo la tutela de la superioridad romana, la guerra justa, pues en armonía con la justicia natural ordenada de la constitución y de las relaciones entre pueblos, es guerra humana o guerra que impone como límites lo humano.

§162. Es válido ponderarlos riesgos de transposiciones inadvertidas de una visión contemporánea de la paz para el contexto histórico de la Antigüedad. Del punto de vista etimológico, *pax* pertenece a la familia de palabras derivadas de las raíces *pak-* y *pag-* (determinar, conjugar, retornar), conectado con *pango* (concertar, tornar seguro), *pacisci* (concluir un pacto) y *pacare* (levar a un estado de paz), lo que sugiere una idea de condición libre de conflictos, fruto del encuentro de voluntades separadas. Así, *pax* significaba tanto un cierto estado de relaciones existiendo entre dos o más sujetos cuanto el acuerdo por el cuál ese estado es alcanzado. Para los romanos, el tratado era una institución muy diferente del modelo del derecho internacional moderno, generalmente significando aceptación incondicional de la derrota por la otra parte. Sin embargo, podía asumir la forma de una alianza o el pacto de amistad, o sancionar la sujeción de un pueblo que no podía resistir a la presión política y militar. Por eso, autores latinos adoptaban expresiones como «imponer», «conceder» y «dictar» términos de paz, o sea, no era convergencia de voluntades libres, pero la vitoria del ejercito romano (Cornwell, 2017; Ernout & Meillet, 1959; Zampaglione, 1973).

§163. Al mismo tiempo, elementos culturales centrales simbolizaban la guerra y las cualidades de un pueblo guerrero: los romanos tenían como animal sagrado el lobo (desde las leyendas de la fundación de Roma, como la loba que cuidó de Rómulo y Remo); y veían a si mismos como descendientes del dios de la guerra Marte, manifestado en cultos, templos y estatuas, también repercutiendo en la adoración de otras grandes divinidades (Raaflaub, 2007). Por un lado, eso puede dejar transparecer que la paz es apenas conservada como estado de hecho o asegurada

temporalmente como armisticio, pues se refiere a una civilización de la guerra y para guerra (Ciccotti, 1901). Por otro lado, sin embargo, la *pax* era desde siempre un concepto importante, ya entre los actos religiosos, que tenían por objetivo asegurar la paz con los dioses (*pax deorum*), Pero eso llevó a la personificación divina de la *pax* y el establecimiento de un culto con la ampliación de los conflictos civiles al fin de la República, por fin consolidada con la *pax augusta*, como un culto de la *concordia* en pro de la armonía interna, existió tiempos antes (Cornwell, 2017; Raaflaub, 2007).

§164. Además de eso, las fuentes antiguas eran frecuentes en privilegiar periodos de guerra, pues los grandes conflictos eran considerados los sucesos que merecían ser preservados para las generaciones venideras, como enunciado por Tucídides (Cicerón, 2005). Pero, eso no permite presuponer ser la paz una excepción en la vida del hombre de la antigüedad.[73] Si la literatura sobre la paz entre los romanos, aún hoy y sobre todo bajo el epíteto clásico de la *pax romana*, acaba por remeterse a la perspectiva de las conquistas militares.[74] Estudios recientes han reconocido que el imperialismo romano no era una idea homogénea, se habiendo transformado profundamente a lo largo del tiempo, consecuentemente, impactando en los sentidos de paz y conceptos correlatos de modo que estos varían de acuerdo con las dinámicas de poderes y las contingencias políticas. Por ejemplo, mientras en la república la guerra era comúnmente enfatizada, en el Imperio se enfocó la paz. La transición del din de la república para el Principado fue marcada por discursos cambiantes, por veces cargados de intereses personales, de tonos ideológicos y manejos retóricos. Eso indica como el concepto de paz y las ideas subyacentes se tornaron politizadas, luego, exigiendo de cualquier interprete un cuidado redoblado (Cornwell, 2017)

§165. Tal vez por ese motivo, los principales estudios sobre una concepción de paz en

[73] Ver las consideraciones presentadas en los primeros capítulos de Gittings (2012).
[74] Y lo que se verifica, por ejemplo, en Goldsworthy (2016).

Cicerón, si observados rigurosamente, acaban por encaminarse en diversas nociones correlatas, alejándose de los usos y sentidos de *pax* y sus variaciones, sin advertir adecuadamente el lector. La sensación final es, recurrentemente, la de una conclusión imprecisa y vacilante. Por esa razón, nuestro enfoque procuró seguir un camino diverso. Sin afirmar o rechazar preliminarmente un rol significativo para la noción específica de paz en Cicerón, iniciamos una investigación desde tres conceptos fundamentales explícitos y teóricamente bien consolidados en el interior del pensamiento del cónsul romano, para, solamente entonces, conscientes del ámbito de correlación y de repercusión de ellos, embazar algunas reflexiones sobre la particularidad de la noción de *pax*. Con ella, por fin, encontramos, en resumen, la vía de la paz como propia del hombre, mientras la guerra es tomada como propia de la bestia desproveídas de la razón (Lana, 1990).

§166. Partiendo de tres conceptos preliminares, pero fundamentales, *concordia*, *otium* y *bellum*, tuvimos la oportunidad de encaminarnos por un largo espectro del pensamiento político-jurídico de Marco Tulio Cicerón. Los principales textos examinadas, como se nota, no fueron apenas sus obras filosóficas, aunque en ellas encontremos por veces una articulación teórica mejor acabada, como también numerosos discursos políticos y judiciarios, así como sus ricas correspondencias, ampliando los parámetros para esbozar contornos más precisos y conectados con las múltiples dimensiones históricas de las relaciones de poder de la Roma republicana. Así, el cuadro conceptual ciceroniano elegido para estudio resultó mejor diseñado, lo que desvela en el hecho de que, para una adecuada comprensión de las reflexiones filosóficas de nuestro autor, no podemos limitarnos a sus tratados teóricos, exigiendo el recurso a las oraciones y otros voluminosos materiales dejados por el cónsul y preservados por el transcurso del tiempo.

§167. En vista de la tríplice conceptual inicial, fue posible reconocer en Cicerón un esfuerzo claro hacia una discusión sobre la paz. No solamente la *pax* era una idea difundida en los debates del finde la república, empleada por diferentes personajes

con finalidades diversas, como también tenía en Cicerón la asunción de ser una necesidad urgente para la preservación de la *res publica* en medio a una crisis de proporciones inéditas. Tomando el punto de vista del magistrado, obviamente, una interpretación particular y no compartida con otros atores contemporáneos, muchos están a valerse de la paz para la defensa de intereses privados que atentan contra la utilidad común. Sin embargo, colocan así la libertad del pueblo romano en riesgo.

§168. Raaflaub (2016) sugiere al menos tres condiciones (no exclusivas) para se afirmar la habilidad de una cierta sociedad para el desarrollo de concepciones o teorías sobre la paz, a saber, experiencias pasadas de guerra excepcionalmente duras y difíciles, que hacían de la paz una demanda apremiante; la capacidad de abstracción o de reflexión filosófica; y la independencia política y crítica de los pensadores. Creemos encontrar en Roma y, principalmente en Cicerón, todos esos requisitos de modo a permitirnos concluir por la existencia de un pleno concepto de paz en su obra. Eso no significa admitir un concepto puramente original, sea en relación a otros agentes políticos de la época, sea en relación a las nociones no romanas, como las nociones griegas de paz. De todo modo, para que sea adecuadamente comprendida, la paz en Cicerón (en el mundo latino clásico) exige la articulación con conceptos correlatos, entre los cuales están los tres inicialmente destacados, *concordia*, *otium* y *bellum*. Especialmente para Cicerón, esas tres concepciones son complementarias y expresan, cada cual, en los límites de su fuerza semántica y empleo retórico, aspectos diversos de aquello que, por fin, gana cuerpo como *pax* (cornwell, 2017).

§169. Oliveira (2014), en uno de los pocos trabajos existentes en lengua portuguesa sobre la paz en Cicerón, arremata, acertadamente, como el filósofo, en particular en la obra *De re publica*, valora ideas como *concordia* y *pax* como «soportes de la comunidad y del imperio, ambas fundadas en el derecho y en la religión, en el rechazo de la fuerza y de la desarmonía» (p. 113), una vez que es la unidad política, jurídica y social que garantiza la estabilidad de la *res publica*, bajo la forma de una

constitución mixta. Esa es la expresión de la conquista de una etapa superior de la civilización, llamado por Cicerón de *humanitas*, el pleno desarrollo de las capacidades naturales humanas que coinciden con la racionalidad marcante del hombre. En ese plan, los valores no guerreros son apreciados, sin excluir el ímpeto para la guerra, ahora templado por la máxima de justicia, sometiendo el conflicto bélico al derecho civil y religioso, de un lado, es la justificación moral de defensa y promoción de las cualidades civilizatorias a otros pueblos de otro lado.

§170. Por ese motivo, Cicerón clamará, reiteradamente, por el dulce nombre de la paz (*nomen pacis dulce*) (Philippicae II, 113; XII, 9; XIII, 1): con eso hace eco la fuerza retórica del derecho y la elevación a la *humanitas*. Desde los tres conceptos primarios, *concordia, otium y bellum*, es válido concluir ser la paz concepción un tanto tímida en el pensamiento ciceroniano, pero luego encuentra en el derecho du soporte. Con efecto. El poder se traduce en una orden normativa, organizada racionalmente, aliada a la posibilidad del uso de la fuerza, que respeta la justicia, entre las partes, mediada por la politicidad del ciudadano (Salgado, 2012). La paz, por su vez, es concomitante a la armonía con el orden natural y a todos los impactos que eso tiene en el mundo humano. Si la guerra se hace necesaria, es para reverter el descompaso con la justicia natural, y apenas en la medida para tanto. Por eso el derecho, asumiendo la forma de ley, como instrumento racional para la vida en sociedad, es el garante de la libertad y paso para el perfeccionamiento del hombre: *armas cedant togae* (De officiis, I, 77).

§171. En este texto, analizamos la concepción de la paz en Cicerón desde tres conceptos interconectados *concordia, ocio* (*otium*) y *guerra* (*bellum*). Para Cicerón (2005), la paz no era apenas la ausencia de guerra, pero un estado de armonía social y justicia, fundamental para la manutención de la República (*res publica*). Cicerón (2005) defendía la concordia entre las diferentes ordenes sociales de Roma (senadores, ecuestres y pueblo) como pilar de la estabilidad política. Esa armonía, expresa en el concepto de *consensus omnium bonorum* (en español: *consenso de*

todos los buenos), era esencial para evitar conflictos internos y garantizar la unidad delante las amenazas externas.

§172. El *otium cum dignitate* (en español: *ocio con dignidad*) era fundamental para Cicerón (2005). Él no se oponía a la vida pública, pero, representaba un equilibrio entre el compromiso político y la búsqueda por el conocimiento y mejora personal a través de la Filosofía y de la reflexión. Además de eso, Cicerón (2005) reconocía la guerra como por veces necesaria, pero defendía la doctrina de la *guerra justa* (*bellum iustus*). La guerra solo era justificada en situaciones extremas, como defensa de la libertad y de la República, y siempre con el objetivo final de alcanzar la paz. La conducción de la guerra deberá ser pautada por la justicia, moderación y respeto a los pueblos vencidos, reflejando la *humanitas* romana.

§173. Por último, destacamos que la paz, para Cicerón (2005), era un estado de armonía social y política, tanto internamente cuanto en las relaciones de Roma con otros pueblos. Era un ideal a ser perseguido, aunque en tiempos de guerra. El derecho, la justicia y la concordia eran los pilares de la paz duradera. La paz en Cicerón (2005) no puede ser comprendida sin llevar en cuenta el contexto histórico y político de la Roma republicana, marcado por conflictos internos y externos. El análisis de Cicerón sobre la paz, la concordia, el ocio y la guerra revela un pensador preocupado con la ética, la justicia y el bien común, buscando siempre fortalecer la república y promover la *humanitas* romana.

1.3. Agustín de Hipona - ¿Caridad y paz?

Yo os dejo la paz,

Yo os doy mi paz.

(…)

– Juan, 14, 27 (Biblia, 1994)

§174. San Agustín (354-430 d.C.) fue un influyente filósofo y teólogo cristiano que discutió extensivamente sobre temas como caridad y paz en sus obras. En esta sección, elaboramos un resumen detallado sobre esos temas en su filosofía. Inicialmente, destacamos que San Agustín (2002a) enfatizaba la importancia de la caridad, o el amor a Dios y al prójimo, como la virtud suprema. Él creía que todos los otros aspectos de la vida cristiana deberían ser guiados por la caridad. La caridad no era apenas una acción benevolente, pero una expresión del amor divino que debe guiar todas nuestras acciones. El pensador comprendía el amor como el principio fundamental por detrás de la caridad (Brown, 2000). En el capítulo 13 de su obra, San Agustín (2002a) resalta que la paz de la república celeste es la sociedad perfectamente ordenada y armoniosa en el goce de Dios y, en Dios, los individuos son capaces de desfrutar los unos de los otros de modo armonioso.

§175. San Agustín (2002a) argumentaba que la caridad es una forma de unión con Dios. Amar a Dios e amar al prójimo eran inseparables, y esa conexión era esencial para la búsqueda de la paz y felicidad verdaderas. Él veía la caridad como una cura para el alma humana, pues a través de ella las personas podrían superar sus deseos egoístas y encontrar la verdadera felicidad en Dios. La paz, para San Agustín, debería comenzar dentro de cada individuo. Él veía el pecado como la principal fuente de conflicto y perturbación interna, y la búsqueda de la paz pasaba por la reconciliación con Dios (Marrou, 1995).

§176. Él comprendía la paz como resultado de la orden y de la justicia. Una sociedad justa y ordenada sería más propensa a la paz, pues los conflictos surgirían menos frecuentemente cuando las personas siguieran leyes y normas justas (Agustín, 1987). En esa dirección, San Agustín (1987) enfatizaba la importancia de la unidad en la búsqueda por la paz. Él veía la Iglesia como un medio de unir a las personas en una comunión cristiana que promoviera la paz espiritual y social; escribió sobre la paz celestial, que sería alcanzada tras la vida terrena, cuando los fieles se unieran con Dios en la eternidad (Stockmeier, 2011). En el capítulo primero de su

obra, en el pasaje que evoca la idea de que el corazón está inquieto mientras no repose en Dios, san Agustín (1987) no menciona la palabra paz explícitamente, pero, esa idea demuestra la búsqueda por la paz interior encontrada en Dios, que se conecta con la caridad como camino para esa paz.

§177. San Agustín (1987) entendía la caridad como una virtud suprema que debería guiar todas las acciones humanas, y la paz como un resultado de la caridad, de la búsqueda de la paz interior, de la justicia, de la unidad y, finalmente, de la paz celestial. Sus ideas sobre caridad y paz tuvieron un impacto duradero en la teología cristiana y en la filosofía moral. Su argumento sustenta que la caridad estaba intrínsicamente conectada a la voluntad. Para él, la voluntad era la facultad más importante del alma, y la caridad involucraba la conformidad de la voluntad humana con la voluntad divina. Eso significaba que amar a Dios y el prójimo era una elección de la voluntad, no apenas un sentimiento.

§178. El pensador reconocía la tendencia humana al egoísmo y al deseo de satisfacer las propias voluntades. La caridad, entonces, era vista como una fuerza que permitía a las personas superar esos impulsos egoístas y coloca los intereses de los otros antes de los suyos. Además de ser una virtud individual, San Agustín también veía la caridad como un instrumento poderoso para unir la comunidad cristiana. Él enfatizaba la importancia de los miembros de la Iglesia amar los unos a los otros y a trabajar juntos para alcanzar la paz espiritual y social.[75] San Agustín (1995), en el libro III, capítulo 17, anuncia que el bien supremo, que llamamos de paz, consiste en la posesión tranquila e inmutable de la orden.

§179. San Agustín (1995) explora la naturaleza inquieta del alma humana y la identifica como resultado del alejamiento de Dios. Él creía que los seres humanos, por naturaleza, ansiaban por Dios y que esa búsqueda por Dios era esencial para

[75] La búsqueda por la paz permea la obra de san Agustín, reflejando tanto el contexto turbulento en que vivió, marcado por la decadencia del Imperio Romano y l ascensión del cristianismo, cuanto su propia trayectoria personal de búsqueda por significado y felicidad.

encontrar la verdadera paz: enfatizaba la importancia de la conversión como un paso fundamental hacia la paz (Agustín, 1995). Él propio pasó por una conversión dramática y argumentaba que la verdadera paz solo podría ser alcanzada cuando alguien se volcase para Dios y encontrase la gracia divina. Su argumento no se limitaba a la paz interior, pues él también discutía la paz en la sociedad. San Agustín comprendía la justicia como un prerrequisito para la paz social y argumentaba que los gobernantes deberían buscar la justicia y la equidad para promover la armonía entre los ciudadanos (Dias, 2012).

§180. San Agustín (1987) ofrecía una visión de esperanza en la paz eterna, que sería alcanzada tras la muerte. Él creía que la búsqueda por la paz en vida preparaba las almas para la paz eterna en la presencia de Dios. Sus ideas tuvieron una influencia duradera en la teología cristiana y en la filosofía moral, así como sobre la caridad y la paz, siendo estudiadas y debatidas hasta los días de hoy. Su énfasis en la importancia de la caridad como expresión del amor divino y en la búsqueda de la paz interior como un medio para alcanzar la paz social y celestial dejó un legado significativo en la tradición cristiana y en la reflexión ética.[76]

§181. San Agustín (1987) entiende la caridad como un don de la gracia divina. Él creía que la capacidad de amar a Dios y a los otros de forma desinteresada era concedida por la gracia de Dios y no podría ser alcanzada apenas a través del esfuerzo humano. Para él, la caridad era una respuesta amorosa a la gracia divina; también veía el amor, manifestado en la caridad, como una fuerza transformadora en las vidas de las personas. Él creía que, al amar a Dios, los individuos eran transformados, tornándose más semejantes a Dios en su naturaleza y acciones.[77]

---

[76] «La paz de la república terrestre, por lo tanto, consiste en la concordia bien ordenada de los ciudadanos en lo tocante al mando y a la obediencia. La paz de la ciudad celestial, por su vez, es la sociedad armónica de los que contemplan a Dios y viven según Dios» (Agustín, 2002a, p. 1037). En ese pasaje, Agustín deferencia dos tipos de paz: la paz terrena, relacionada al orden social y político, y la paz celestial, que reside en la armonía con Dios. Ambas son importantes, pero la verdadera paz, duradera y plena, solo es encontrada en la comunión con el Criador.

[77] «Inquieto estaba mi corazón, hasta que reposara en ti» (Agustín, 1987, p. 7). Esa famosa frase de las *Confesiones* sintetiza la búsqueda personal de San Agustín por la paz interior. La inquietud, la búsqueda incesante por algo que rellenara su vacío interior, solo encuentra descanso en

§182. En su pensamiento, la paz es inseparable de la búsqueda por la verdad. Para él, la verdad estaba en Dios, y la paz solo podría ser alcanzada cuando las personas encontraran esa verdad en Dios. Eso estaba profundamente relacionado a la búsqueda de la paz interior.[78] La paz interior, según San Agustín (1995), era caracterizada por la ausencia de conflicto interior. Cuando la voluntad humana estaba alineada con la voluntad divina, las luchas internas causadas por deseos contradictorios eran superadas, resultando en una sensación de tranquilidad.

§183. San Agustín (1995) argumentaba que la paz en la sociedad era un reflejo de la paz interior de las personas. Cuando los individuos buscaban la paz interior a través de la caridad y de reconciliación con Dios, eso se traducía en relaciones más armoniosas y justas en la sociedad. Con eso, desarrolló la idea de dos ciudades: la Ciudad Terrena y la Ciudad de Dios. La paz celestial era vista como la plenitud de la paz, que sería encontrada apenas en la Ciudad de Dios, tras la vida terrena. Las ideas de San Agustín sobre la caridad y la paz influenciaron muchos pensadores y teólogos a lo largo de la historia, incluyendo Santo tomás de Aquino y Martín Lutero. Sus obras, como *Confesiones* y *la Ciudad de Dios*, siguen a ser leídas y estudiadas por aquellos interesados en Ética, Teología y Filosofía.[79]

§184. San Agustín comprende la caridad como una respuesta amorosa a la gracia divina, una fuerza transformadora en las vidas de las personas y un medio de unir la comunidad cristiana. Él veía la paz como inseparable de la búsqueda por la verdad y de la paz interior, que, por su vez, influenciaría la paz en la sociedad. En la obra *La trinidad,* Libro III, capítulo 18, San Agustín (2002b) destaca que Dios es caridad

---

Dios. La paz, por lo tanto, es presentada como fruto de la relación con el divino.

[78] «La paz os doy, mi paz os doy; no como la da el mundo, yo os la doy. No se turbe vuestro corazón, ni se acobarde» (Biblia Sagrada, 2002, Juan 14, 27). San Agustín (1999), al comentar ese pasaje bíblico, destaca la diferencia entre la paz ofrecida por Jesucristo y la paz mundana. La paz de Cristo no se basa en circunstancias externas, pero en la certeza de la fe y en la esperanza de la vida eterna de la vida eterna, ofreciendo consuelo y fuerza, aunque en medio de las tribulaciones.

[79] «Dios es la paz que excede todo entendimiento» (Agustín, 2002b p. 415). La paz para Agustín, trasciende la comprensión humana limitada. Ella está enraizada en la propria naturaleza de Dios, que es amor y comunión perfecta en la Trinidad. Al buscar a Dios, el ser humano se acerca de la fuente de la verdadera paz, experimentándola como don divino.

y quien permanece en la caridad permanece en Dios y Dios en él. Ese pasaje, a pesar de no mencionar la palabra paz directamente, relaciona la caridad a la unión con Dios, que es la fuente de la verdadera paz.

§185. Para San Agustín (1999), la caridad es el amor abnegado a Dios y al prójimo, inspirado por el Espíritu Santo. Es la virtud que nos permite amar a Dios por encima de todas las cosas y amar al prójimo como a nosotros mismo. La paz, por su vez, es el fruto de la caridad. Es la tranquilidad del orden, la armonía que resulta del amor ordenado a Dios. Aún resaltamos que San Agustín argumenta que la verdadera paz solo puede ser encontrada en Dios, la fuente de todo bien y de toda paz. Cuando amamos a Dios y al prójimo con caridad, estamos en paz con nosotros mismos, con Dios y con el prójimo. Así, la caridad es el camino para la paz, tanto individual cuanto social. (Dias, 2012).

§186. San Agustín (1999) defendía la caridad como la virtud suprema, guiada por el amor a Dios y al prójimo. Para él, la caridad no era apenas una acción, pero la expresión del amor divino en todas las esferas de la vida. A través de ella, superamos el egoísmo y encontramos la verdadera felicidad en Dios, uniéndonos a Él. La paz, para el filósofo, era resultado de esa caridad, del orden, de la justicia y de la unidad. San Agustín (1999) entendía la paz en diferentes niveles: (i) interior, alcanzada por la reconciliación con Dios, superando el pecado como fuente de conflicto interno; (ii) social, fruto de una sociedad justa y ordenada, en que leyes y normas son seguidas, minimizando conflictos; y (iii) celestial, plenitud de la paz en la unión eterna con Dios, tras la vida terrena.

§187. Por fin, destacamos que San Agustín (1999) argumentaba que la c=voluntad humana, alineada a la voluntad divina a través de la caridad, era fundamental para alcanzar la paz. La conversión a Dios era el primer paso para esa jornada. Su visión iba allá de la paz individual, abarcando la paz social. Par él, gobernantes justos y equitativos eran esenciales para la armonía entre los ciudadanos. La búsqueda por la verdad, intrínsicamente conectada a Dios, también era crucial para la paz interior

y social. Las ideas del filósofo sobre caridad y paz influenciaron profundamente a la Teología y a la Filosofía, siendo estudiadas e debatidas hasta hoy. Su énfasis en la caridad como camino para la paz, tanto individual cuanto social, continúa a inspirar reflexiones éticas y teológicas contemporáneas.

1.4. Tomás de Aquino – Bonum Commune: ¿Lugar de la paz?

La paz no puede ser mantenida a la fuerza;
ella solo puede ser alcanzada por el entendimiento.
– Albert Einstein, Einstein on Peace, 1981

§188. Tomás de Aquino (1225-1274) fue un influyente filósofo y teólogo medieval que desarrolló una profunda filosofía y política, incluyendo sus ideas sobre el *bonum commune* (bien común) y la paz.[80] El prominente teólogo y filósofo buscó armonizar la fe cristiana con la razón y la filosofía clásica, especialmente las obras de Aristóteles. Su filosofía ética y política está fuertemente influenciada por ese enfoque.[81] En esta sección, profundizamos el debate sobre su pensamiento:

§189. El *bonum commune* (bien común) era un principio ético fundamental que orientaba la acción moral. Él argumentaba que el objetivo de la acción moral era buscar el bien común, o sea, el bien que beneficiaría toda la comunidad, en oposición al bien exclusivo de un individuo.[82] Tomás de Aquino (2006c) creía que el orden y la razón eran esenciales en la búsqueda por el bien común. El orden social, incluyendo la justicia y la virtud, era necesario para alcanzar el bien común, pues garantía que cada persona recibiera su debida consideración y que la sociedad funcionara

[80] Tomás de Aquino (2006b, p. 102) dice que: «La paz no es un bien cualquiera, pero un bien muy grande (…). Pues el orden de la paz es la que conviene más a la razón. De ahí decir Agustín en el libro XIX de la Ciudad de Dios: “La paz de la ciudad es la tranquila orden en la concordia”».

[81] Tomás de Aquino (2006a, p. 123) puntúa que «La paz que es tranquilidad del orden, es el bien de la multitud que se ordena a un bien común».

[82] Según Tomás de Aquino (2006c. p. 215), «La paz no se dirige principalmente al deleite, pero a la operación, pues la paz es la tranquilidad del orden, la cual se requiere para las operaciones».

armoniosamente.

§190. Él también enfatizaba que cada individuo tenía un rol a desempeñar en la búsqueda por el bien común. Las personas deberían contribuir de acuerdo con sus habilidades y vocaciones para promover el bien de todos; y veía que la paz como uno de los componentes más importantes del bien común. Él argumentaba que la paz era esencial para la búsqueda y la realización del bien común, pues la guerra y la discordia impedían la sociedad de alcanzar sus objetivos compartidos.[83] Tomás de Aquino (2002) definía la paz como la ausencia de conflicto y la estabilidad en las relaciones humanas y sociales. Eso incluía tanto la paz interna, que involucraba la ausencia de conflictos dentro de un individuo, cuanto la paz externa, que involucraba la ausencia de guerra y hostilidades entre grupos y naciones.[84]

§191. El pensador comprende la justicia como el fundamento de la paz. La justicia involucraba dar a cada persona lo que le era debido, lo que creaba un ambiente de confianza y armonía, contribuyendo así para la paz (Finnis, 1998).[85] Tomás de Aquino creía que la paz no podía ser alcanzada apenas por medio de las leyes y instituciones, como también por la práctica de la virtud. Una sociedad compuesta por personas virtuosas era más propensa a vivir en paz, pues los individuos virtuosos buscaban el bien común y evitaban conflictos (Maritain, 1963).[86]

§192. Tomás de Aquino entiende el *bonum commune* como un principio ético fundamental que orienta la acción moral hacia el bien común de toda la comunidad. Él relacionaba la paz al bien común, argumentando que la paz era esencial para

---

[83] Para Tomás de Aquino (2002), la paz es el fin último de la ley, pues la ley ordena todas las cosas para la paz (Reale, 2003).

[84] Tomás de Aquino (2002) argumentaba que la paz es un bien tan grande que aunque las cosas que son más en si propias, como la guerra y el sufrimiento, son tolerables si sean necesarias para la obtención de la paz.

[85] En el cap. 7, *Peace and war*, del libro *Aquinas: Moral, political, and legal theory*, Finnis (1998) analiza la concepción de paz en *Peace and war*, do livro *Aquinas: Moral, political, and legal theory*, Finnis (1998), argumentando que la paz no es apenas la ausencia de conflicto, pero la realización del bien común en una comunidad política.

[86] En el cap. 4, *La Sociedad Política y el Bien Común*, del libro *El Hombre y el Estado*.

Maritain (1963), inspirado por Tomás de Aquino, discute la importancia de la paz para la consecución del bien común, relacionándolo con la justicia e el orden social.

alcanzar ese bien compartido. Para Tomás de Aquino, la paz estaba conectada a la justicia, virtud y orden social, y era resultado de la armonía en las relaciones humanas. Sus ideas continúan a influenciar la ética y la filosofía política hasta los días de hoy (Maritain, 1963).

§193. Tomás de Aquino (2003) veía el *bonum commune* como el objetivo final de la moralidad. Él creía que todos los actos morales deberían ser direccionados para el bien común, o sea para el beneficio de toda la comunidad, no apenas para intereses personales o individuales.[87] Para el pensador, el *bonum commune* estaba íntimamente relacionado a la ley natural, que el veía como un conjunto de principios morales inherente a la naturaleza humana.[88] Él argumentaba que la ley natural orientaba los seres humanos a buscar el bien común, actuando en conformidad con la razón y el orden divino (Mcinerney, 1994).

§194. Aunque enfatizase el bien común, Tomás de Aquino reconocía la importancia de

[87] En el cap. 13, San Tomás de Aquino, del libro *La Filosofía en la Edad Media, Gilson (2007) presenta un panorama de la filosofía de* Tomás de Aquino, incluyendo su visión sobre la paz como un bien social fundamental.

[88] La Ley Natural, según Santo Tomás de Aquino, es un concepto central en su filosofía moral y teológica. Para Tomás de Aquino, la Ley natural es la participación de la criatura natural en la ley eterna de Dios. Ella es la base parala moralidad y la ética, siendo accesible a la razón humana y reflejando el orden divino del universo. Santo Tomás de Aquino (2001) afirma: «La Ley Natural es nada más que la participación de la ley eterna en la criatura racional» (p. 91). Eso significa que los seres humanos, por medio de su razón, pueden discernir los principios fundamentales de la moralidad que son inherentes a la naturaleza humana y al mundo creado por Dios. La Ley Natural, para Tomás de Aquino, es universal e inmutable, aplicándose a todos los seres humanos en todas las épocas. Él explica que los preceptos de la Ley Natural son evidentes por si mismos y pueden ser conocidos por la razón. Esos preceptos incluyen principios básicos como «hacer el bien y evitar el mal» y «preservar la vida». Tomás de Aquino escribe (2001) «Los primeros principios de la ley natural son aquellos que son conocidos por si mismos y no pueden ser ignorados» (p. 92). Además de eso, el filósofo distingue entre los preceptos primarios y secundarios de la Ley Natural. «Los preceptos primarios son universales y autoevidentes, mientras los preceptos secundarios pueden varían de acuerdo con las circunstancias y a la aplicación práctica. Él observa: preceptos secundarios de la ley natural son conclusiones más particulares derivadas de los primeros principios» (Aquino, 2001, p. 93). Eso permite una cierta flexibilidad en la aplicación de la Lay Natural, reconociendo la complejidad de las situaciones humanas. La Ley Natural también sirve como fundamento para la ley humana y la ley divina. Tomás de Aquino argumenta que la ley humana debe ser la aplicación de la Ley Natural, adaptada a las circunstancias específicas de una sociedad. Él afirma que «La ley humana tiene por objetivo la ordenación de la sociedad y debe derivar de la ley natural» (Aquino, 2001, p. 94). De la misma forma, la ley divina, revelada en las Escrituras, complementa y perfecciona la Ley Natural, forneciendo orientación adicional para la salvación humana. La Ley Natural para Santo Tomás de Aquino es la participación de la razón humana en el orden divino del universo. Ella es universal, inmutable y accesible a la razón, sirviendo como base para la moralidad y la ética. La Ley Natural orienta la ley humana y es complementada por la ley divina, reflejando la armonía entre la razón y la fe en la visión tomista.

los bienes individuales. Él argumentaba que al buscar el propio bien de forma virtuosa y equilibrada, las personas contribuían para el bien común. Por lo tanto, no era una visión puramente colectivista, sino una que buscaba un equilibrio entre el bien individual y el bien común (Mcinerney, 19940. El filósofo concebía la paz como un estado de orden y armonía y comprendía la paz como la condición natural y deseable de la sociedad, en la cual las personas vivían en cooperación mutua, respetaban los derechos de otros y buscaban el bien común (Ploeg, 1995).

§195. Para el pensador, la justicia desempeña un rol crucial en la búsqueda por la paz, una vez que esta no podría ser alcanzada sin la aplicación de la justicia, que involucra dar a cada uno lo que le es debido. En esa perspectiva, la justicia era vista como la base para establecer relaciones sociales pacíficas (Justiniano, 1989).[89] Por lo tanto, Tomás de Aquino (2002) entiende la paz como una virtud social que involucra la práctica de la caridad y de la benevolencia, argumentando que, al amar y servir al prójimo, las personas contribuían para la construcción de una sociedad pacífica y armoniosa. Así como la búsqueda del bien común, Tomás de Aquino (2002) creía que la paz era el resultado de la práctica de la virtud individual y colectiva. La virtud moral, como la templanza, el coraje y la justicia, era vista como fundamental para la construcción de una sociedad pacífica y ordenada. Sus ideas continúan a influenciar la ética, la filosofía política y la teología, destacando la importancia de la búsqueda por el bien común y de la promoción de la paz en nuestra conducta ética y social.

§196. Para Tomás de Aquino (2006a), el *bonum commune* estaba intrínsicamente conectado a la virtud de la justicia. Él argumentaba que la justicia era el hábito moral que permitía a las personas dar a cada uno lo que era debido. Eso significaba que la justicia era esencial para alcanzar y preservar el bien común, garantizando

[89] Según Salgado (2006, p. 173), el concepto presentado en el Digesto y en las Institutas «(…) corona todo el proceso de esfuerzo de la cultura occidental por encontrar el lugar adecuado de considerar la justicia: el derecho, a saber: Justicia es la voluntad constante y perpetua de dar a cada uno su derecho. (*Iustitia est constans et perpetua volumas ius suum cuique tribuendi*)».

que todos recibieran su parcela justade los beneficios sociales. El pensador también discutió el rol del gobierno en la promoción del bien común. Él creía que los gobernantes tenían la responsabilidad de crear leyes y políticas que promovieran el bien común y la justicia en la sociedad. Sin embargo, [el no veía el gobierno como un fin en si mismo, pero como un medio para alcanzar el bien común.

§197. Además de enfocar el bien común en términos de justicia y orden social, Tomás de Aquino (2006a) también argumenta que el bien común incluía bienes espirituales, como virtudes morales y la búsqueda por la verdad. Él defendía un equilibrio entre los bienes materiales y espirituales para alcanzar una sociedad verdaderamente justa y armoniosa. El pensador define la paz como la tranquilidad del orden. Eso significa que la paz no era apenas la ausencia de conflicto, pero la presencia de un orden social que promovía la justicia y la armonía. Cuando las personas vivían de acuerdo con el orden natural y divina, la paz se seguía naturalmente (Aquino 2006c).

§198. Tomás de Aquino (2006c) comprende la caridad como la virtud que más directamente contribuía para la paz. Él creía que la caridad involucraba el amor desinteresado por el prójimo y que, cuando las personas practicaban la caridad, construían relacionamientos basados en el respeto y en la benevolencia lo que promovía la paz. Además de eso, Tomás de Aquino (2006a) veía la búsqueda por la verdad como un camino para la paz. Él argumentaba que la verdad era uno de los mayores bienes espirituales y que la promoción de la verdad contribuía para una sociedad más justa y armoniosa.

§199. Así como san Agustín, Tomás de Aquino (2006a) entiende la paz celestial como objetivo final, que será alcanzado apenas en la vida tras la muerte, cuando las almas estuvieran unidas a Dios. Sin embargo, él también enfatizaba que la paz terrena era un reflejo y una preparación para la paz celestial. En su pensamiento,

el *bonum commune* es el objetivo ético máximo[90], que debe orientar la acción moral hacia el bien común de toda la comunidad. De esa manera, Tomás de Aquino (2006c) concibe la paz como resultado del orden, de la justicia, de la caridad, de la búsqueda por la verdad y del equilibrio entre bienes materiales y espirituales. Sus ideas continúan a influenciar la ética, la filosofía política y la teología, destacando la importancia de la promoción del bien común y de la búsqueda por la paz en nuestras vidas individuales y en sociedad.

§200. Tomás de Aquino (2006c) defendía que el *bonum commune* (en español: bien común) era el principio ético fundamental que guia las acciones morales para el beneficio de toda la comunidad. Él argumentaba que la paz, un componente esencial del bien común, no podía ser impuesta por la fuerza, sino alcanzada a través del entendimiento mutuo y del orden social justo. De sus obras, destacamos siete principales puntos de reflexión: (i) el bien común se sobrepone a los intereses individuales, buscando el beneficio de toda la comunidad; (ii) **la paz** es un estado de armonía y orden social, que resulta de la justicia, de la virtud y de la búsqueda por el bien común; (iii) **la justicia** es el cimiento de la paz, garantizando que cada individuo reciba lo que le es debido; (iv) la práctica de virtudes como la caridad, la templanza y la justicia contribuye para una sociedad pacífica; (v) una sociedad ordenada, basada en la ley natural y divina, es esencial para la paz; (vi) la búsqueda por la verdad promueve la justicia y la armonía, contribuyendo para la paz; y (vii) é necesario equilibrar los bienes materiales y espirituales para alcanzar una sociedad justa y pacífica.

§201. Por último, resaltamos que el filósofo conectó la paz al bien común, mostrando que

[90] En el contexto romano, al contrario del mundo griego, la justicia evoluciona del ámbito ético para el jurídico. Aquí surge por la primera vez la consciencia jurídica en su formulación clásica. Los romanos concebían la consciencia jurídica, objetivada del derecho positivo, como ápice de la ética, un máximo ético, en la formulación del concepto de justicia jurídica. Salgado (2006) destaca que, para los romanos, la justicia es una cuestión de derecho, al paso que, para los griegos, es una cuestión de ética. La distinción entre esos conceptos no fue percibida por Hans Kelsen, conforme observa Salgado (2006).

la paz es esencial para el florecimiento de la comunidad. Además de eso, Tomás de Aquino (2006c) enfatizó la importancia de la justicia, de la virtud y del orden social para la construcción de la paz, destacando el rol de la caridad y de la búsqueda por la verdad en la promoción de la paz. El pensador deja su legado, sobre todo, en la medida en que sus ideas sobre el *bonum commune* y la paz continúan a influenciar la ética, la filosofía política y la teología, inspirando la búsqueda por una sociedad más justa, armoniosa y pacífica.

1.5. Kant – paz (paz y Derecho, Derecho y paz)

Si usted quiere paz, prepárese para la guerra.

– Flavius Renatus Vegetius, Epitoma rei militaris, siglo IV d.C.

§202. Immanuel Kant (2002b)[91] propuso la idea de *paz perpetua* como un ideal para la humanidad. Él creía que la paz duradera entre las naciones era alcanzable a través del establecimiento de un orden jurídico internacional basada en principios morales. Kant argumenta que el derecho internacional es fundamental para la promoción de la paz. El derecho es descrito por el pensador como un sistema de reglas que regula las relaciones entre Estado, limitando el uso de la fuerza y estableciendo normas para la resolución de conflictos.[92]

§203. El filósofo también propuso la idea de un *tratado de paz perpetua,* que establecería principios específicos para las naciones seguir, incluyendo la renuncia a la guerra como medio de resolver disputas y la promoción de la cooperación y del comercio.[93]

---

[91] Kant (2002b, p. 135) dice que «La paz perpetua no es un ideal vacío, pero un problema que, gradualmente, a través de muchos y varios esfuerzos, se aproxima cada vez más de su resolución». El pensador demuestra optimismo pragmático en relación a la paz, reconoce esta como un desafío complejo, pero no inalcanzable. En su concepción, la paz es un proceso gradual, construido por medio de esfuerzos continuos en diversas esferas de la sociedad.

[92] Bobbio (2000, p. 75) explica que. «Para Kant, el estado de paz no es un dado natural, pero un fin que debe ser alcanzado y que implica un esfuerzo constante».

[93] El autor enfatiza que «La máxima de no se debe hacer la paz sino como si debiera, por ella, entrar en una situación que, más tarde, tornara posible una nueva guerra, es un guia poco seguro» (Kant, 2002b, p. 123). En ese sentido, Kant critica la idea de paz basada apenas en

Él introdujo la idea de *ciudadanos cosmopolitas*, individuos que reconocían la humanidad como un todo y estaban dispuestos a actuar de acuerdo con principios morales universales, lo que es comprendido como una actitud crucial para la construcción de una paz duradera. Era un defensor de la ética del deber, que se basaba en la idea de que las acciones morales eran aquellas realizadas por deber y no por interese personal, así como creía que el respeto por el derecho era un deber moral (Kant (2002b).[94]

§204. El derecho era la expresión de la *voluntad general*, o sea, la voluntad de todos los miembros de una sociedad. El derecho representaba reglas y leyes que las personas estaban dispuestas a seguir, desde que fueran justas y racionales. Kant (2002b) veía la paz como una condición esencial para que las personas pudieran ejercer su libertad de manera plena. Él aún argumentaba que la guerra y el conflicto eran obstáculos a la realización de las capacidades humanas.[95] En ese sentido, destacamos que,

Hasta Kant, la doctrina jurídica consideraba la existencia de dos dimensiones del «derecho»: el primer nivel sería el derecho del estado (Rechtsstaat), y el segundo nivel sería el Derecho Internacional, o sea, el derecho de las relaciones entre los Estados, Así como entre individuos de diferentes estados. En la Paz Perpetua, Kant añade una tercera dimensión del derecho: el cosmopolita, o sea, el derecho de los ciudadanos del mundo, considerados no como miembros de su estado,

---

acuerdos frágiles que pueden fácilmente llevar a nuevos conflictos. Para él, la paz auténtica exige bases sólidas, como el respeto mutuo entre las naciones y la construcción de una nueva orden internacional justa.

[94] Según Kant (2002b, p. 141). «El derecho de la humanidad debe ser válido en todos los lugares, pues los hombres son huéspedes y viajantes los unos de los otros en la tierra». Kant defiende la universalidad de los derechos humanos como fundamento para la paz. La idea de hospitalidad universal implica el reconocimiento de la dignidad inherente a todo ser humano, independientemente de su origen o condición.

[95] Destacamos que «El problema de la organización de un Estado puede ser resuelto, aunque para un pueblo de demonios (si tenga apenas entendimiento) (…) A saber: organizarse de tal modo que las acciones públicas (no sus acciones privadas) sean contenidas en un acuerdo que pueda coexistir con la libertad de otros, según una ley general de libertad» (Kant, 2005, p. 143). Kant (2005) argumenta que la paz no depende de la bondad innata de los individuos, sino de la construcción de instituciones justas y eficientes. Aunque personas egoístas, si racionales, percibirán la necesidad de un Estado que garantiza la libertad individual y el orden social.

sino como miembros, al lado de los estados, de un estado universal de la humanidad (ZeF, AA 8: 350). Este Derecho Cosmopolita se relaciona a los dos derechos anteriores de acuerdo con la tabla de categorías de la Crítica de la Razón Pura: la categoría de la unidad corresponde a todos los seres humanos y estados (Derecho Cosmopolita). Como la totalidad subsume unidad y pluralidad, el Derecho Cosmopolita subsume el Derecho del Estado y el Derecho Internacional (KrV, AA 3: 93; Brandt 1995, p. 142). Todos los tres derechos están basados en la misma premisa, a saber: la «influencia física» recíproca. La superficie redonda de la Tierra no es infinita, pero limitada (RL, AA 6, 311). Así, no es posible evitar la proximidad espacial de otras personas. Los habitantes de todo el planeta, por lo tanto, constituyen un sistema en el cual «una violación de derechos en una parte del mundo es sentida en todos los lugares» (ZeF, AA 8: 360). (Sckell, 2017, p. 200)

§205. Kant veía el respeto por el derecho como un medio de alcanzar la paz. Cuando las naciones y los individuos respetaban los derechos los unos de los otros, eso creaba una base sólida para la paz y la armonía (Sckell, 2017). Segundo Kant (2002b). *La paz perpetua no es un estado de la naturaleza (status naturalis), que, al contrario, es antes un estado de guerra, en el cual, aunque ni siempre irrumpa la hostilidad, sin embargo, su amenaza es constante. La paz debe, por lo tanto, ser instaurada. (p. 13)*

§206. El filósofo defendió la idea de *paz perpetua* como un ideal alcanzable por medio del derecho internacional y de la renuncia a la guerra. Él veía el derecho como expresión de la voluntad general y la paz como una condición fundamental para la realización de la libertad humana. Sus ideas influenciaron significativamente la teoría de las relaciones internacionales y la búsqueda por la paz duradera entre las naciones.[96] Kant, (2002b) propuso la creación de una Federación de Estados como

[96] Resaltamos que «La concordia pública interna, por medio de la cual es posible la mayor armonía humana en conformidad con las leyes, es también el verdadero substituto, en el estado de

un medio de promover la paz, Él imaginó una unión de naciones comprometidas con la paz y con la resolución pacífica de los conflictos, en que cualquier agresión sería interpretada como un ataque a todas las naciones de esa unión.

§207. Kant (2002b) también desarrolló la idea de *ciudadanía mundial y derecho cosmopolita*. Él creía que los individuos deberían ser considerados ciudadanos del mundo y que deberían ser protegidos por un sistema jurídico global que garantizara sus derechos y libertades. Además de eso, el pensador argumentaba que el comercio internacional es un medio de promover la paz, pues las naciones involucradas en relaciones comerciales tenían menos incentivos para la guerra, una vez que eso perjudicaría sus intereses económicos. Para él, es respeto por los derechos de otros era un deber moral, desarrollando desde eso el concepto de *imperativo categórico*, que afirmaba que las personas deberían actuar de manera que sus acciones pudieran ser universalmente aceptables sin contradicción.

§208. Kant (2002b) describe el derecho como una forma de proteger la libertad individual. Él argumentaba que los derechos garantizan que las personas no fueran subyugadas por la voluntad arbitrarias de otros y, por lo tanto, podían actuar de acuerdo con su propia razón y voluntad. Según el autor, la razón como razón pura es manifiesta como facultad que legisla por medio de los principios a priori respeto de la voluntad en general, o sea, nuestra capacidad de pensar racionalmente es lo que nos permite determinar principios morales universales que deben guiar nuestras acciones. Esos principios no se basan en la experiencia, sino en la propia naturaleza de la razón humana (Kant, 2005). A pesar de que la idea de paz no está directamente expresa en el argumento, este es crucial para entender la fundamentación del derecho y de la paz en la filosofía kantiana desde la razón práctica.

---

derecho, de la concordia natural entre los hombres, que los torna aptos para la sociedad» (Kant, 2005, p. 227). |para Kant (2005), la paz no es un estado natural, sino una conquista de la civilización. Ella exige la superación de los impulsos egoístas y la creación y un sistema legal que promueva la justicia y la cooperación entre los ciudadanos.

§209. Kant (2005) argumenta que el derecho era una condición necesaria para la paz civil. Cuando las leyes y los contratos eran respetados, las personas podían coexistir pacíficamente, confiando que sus derechos serían protegidos por el sistema legal. En su concepción, la educación y la aclaración son medios de promover el respeto por el derecho y, consecuentemente, la paz, dado que una sociedad instruida y esclarecida era más propensa a valorar la justicia y los derechos.

§210. Kant (2005) tenía una visión abarcadora sobre la relación entre paz, derecho y moral. Él propuso ideas concretas para promover la paz perpetua entre las naciones. Incluyendo la creación de una federación de estados y el respeto por el derecho internacional. Además de eso, Kant (2002b) enfatizaba que el derecho era fundamental para proteger la libertad individual y promover la paz civil, y él veía la educación y la aclaración como medios de alcanzar esos objetivos. Sus ideas continúan a ser relevantes para debates sobre derechos humanos, derecho internacional y ética política en los días de hoy.

§211. Kant propuso un principio central para la paz, el *pacto de no agresión*, que afirmaba que las naciones deberían comprometerse a no iniciar hostilidades las unas contra las otras. Eso serviría como un fundamento sólido para la construcción de la paz.[97] Defendía que los principios del derecho deberían ser universales y aplicables a todas las naciones, independientemente de su cultura, religión o historia. Él veía la universalidad como una garantía de igualdad y justicia en la orden internacional (Salgado, 1995). También delineó derechos y deberes específicos para las naciones. Eso incluía el derecho de autodeterminación y la obligación de respetar los derechos humanos y los tratados internacionales.[98]

---

[97] «Como observa Salgado, hay dos perspectivas para la concepción de justicia en Platón: la justicia como idea y la justicia como virtud o práctica individual» (Santos, 2018b, p. 221). Destacamos que, tanto Kant cuanto la interpretación de Salgado sobre Platón, nos invitan a buscar la paz y la justicia en sus diferentes dimensiones. La paz no es apenas la ausencia de guerra, pero un proceso continuo que exige compromiso, acción conjunta y la búsqueda por un ideal de convivencia armoniosa.

[98] Según Reale (1979, p. 340). «Para Kant el derecho no es un fin en sí mismo, pero un medio parala realización de la paz perpetua».

> *El opúsculo de Kant Sobre la Paz perpetua suele situare en la línea de una serié de (proyectos) de organización internacional y de Paz perpetua que se han sucedido desde la baja Edad Media hasta nuestros días; unos limitados a Europa y otros de alcance mundial, entre los que destacan, con anterioridad a Kant. (Kant, 2001, p. 9*)

§212. Kant (2001) vislumbro una *República Mundial* en la cual todas las naciones cooperarían bajo principios de derecho y justicia. Él creía que esa república mundial sería la etapa final en la búsqueda por la paz perpetua y enfatizaba que el estado de Derecho era esencial para la paz y la justicia. Él veía el Estado como un árbitro imparcial y una institución que garantiría la aplicación de las leyes de manera justa.[99]

§213. Kant estaba preocupado con la dignidad humana y veía los derechos humanos como una expresión de esa dignidad. Él argumentaba que la protección de los derechos individuales era fundamental para garantizar que las personas vivieran con dignidad y en paz (Lima, 2015). El autor creía que la paz no era apenas la ausencia de guerra, como también una disposición interior. Él hablaba del *espíritu de la paz*, que involucraba el respeto por los otros y la búsqueda del bien común como valores fundamentales (Habermas, 2003). Según Salgado (2008). «El hombre como racional, es el único ser capaz de crear un proyecto para sí propio. El hombre no se contenta con la construcción de su obra por la transformación de la naturaleza y se vuelca para la transformación de sí mismo» (p. 183).

§214. Kant tenía una visión altamente elaborada y abarcadora sobre la relación entre paz, derecho y moral. Sus propuestas para la construcción de la *paz perpetua*, la

[99] Kant está consciente de que mientras las condiciones definitivas de la Paz no sean establecidas la propiedad, la libertad, la vida, los derechos humanos y el progreso histórico estarán susceptibles a inseguridad y rupturas. De ahí su afirmación fundamental que la Paz perpetua constituye «(…) todo lo propósito final de la c=doctrina del derecho dentro de los límites exclusivos de la razón, pues la condición de paz es la única condición en la cual lo que es mío y lo que es tuyo son asegurados bajo las leyes (…) «Eso hace de la Paz perpetua lo “más elevado bien político”» (Lima, 2015, p. 151), conforme citado en Miranda, 2019, p. 74).

creación de una república mundial basada en derecho y el respeto por los derechos individuales continúan a ser fuente de inspiración y debate en la política internacional y en la ética contemporánea. Sus ideas subrayan la importancia de principios éticos universales y del Estado de Derecho para la manutención de la paz y de la justicia en el mundo.

§215. El artículo 4º de la Constitución Federal de Brasil de 1988 establece los principios que rigen las relaciones internacionales del país, destacando la prevalencia de los derechos humanos, la autodeterminación de los pueblos, y la no intervención, la igualdad entre los Estados, la defensa de la paz, la solución pacífica de los conflictos, el repudio al terrorismo y al racismo, la cooperación entre los pueblos para el progreso de la humanidad y la concesión e asilo político. Esos principios reflejan un apostura generosa y comprometida con la manutención de la paz en las relaciones internacionales, alineándose de manera significativa las ideas de Kant (2008/1795) sobre la paz perpetua.

§216. Kant (2008/1795), en su obra *La Paz Perpetua*, propone un modelo de relaciones internacionales basado en principios que buscan la construcción de una paz duradera. Kant (2008/1795) argumentaba que la paz perpetua puede ser alcanzada por medio de una federación internacional y resuelvan conflictos de manera pacífica. Él afirmaba que «la paz perpetua es un ideal que, aunque tal vez nunca sea completamente realizado, debe ser constantemente buscado» Kant (2008/1795, p. 35).

§217. La Constitución Federal de Brasil de 1988, al adoptar principios como la defensa de la paz y la solución pacífica de conflictos, demuestra una clara afinidad con la filosofía kantiana. La defensa de la paz, conforme estipulado en el artículo 4º, en un principio que resuena con la idea kantiana d que la paz debe ser un objetivo constante de las políticas internacionales. En su obra, Kant (2008/1795) enfatiza que «los Estados deben actuar de manera a promover la paz, no apenas como una ausencia de guerra, pero como una condición positiva de cooperación y respeto

mutuo» (p. 42).

§218. Además de eso, la solución pacífica de los conflictos, otro principio destacado en el artículo 4º de la Constitución Federal de Brasil de 1988, está en consonancia con la visión de Kant sobre la resolución de disputas internacionales. Kant (2008/1795) argumentaba que «los conflictos deben ser resueltos por medio de una negociación y arbitraje, evitando el recurso a la guerra» (p. 50). La Constitución Federal de Brasil de 1988, al enfatizar la importancia de la solución pacífica de conflictos, refuerza la idea de que la diplomacia y el diálogo son herramientas esenciales para la manutención de la paz.

§219. La generosidad de la Constitución Federal de Brasil de 1988 en las relaciones internacionales también se manifiesta en la cooperación entre los pueblos para el progreso de la humanidad. Kant (2008/1795) defendía que «la cooperación internacional es fundamental para el desarrollo y la paz global» (p. 60). Esa Constitución, al promover la cooperación entre los pueblos, se alinea con esa visión, reconociendo que la colaboración internacional es crucial para enfrentar desafíos globales y promover el bienestar colectivo.

§220. El artículo 4º de la Constitución Federal de Brasil de 1988 refleja una postura generosa y comprometida con la manutención de la paz en las relaciones internacionales, alineándose de manera significativa con las ideas de Kant (2008/1795) sobre la paz perpetua. La defensa de la paz, la solución pacífica de conflictos y la cooperación internacional son principios que resuenan con la filosofía kantiana, demostrando un compromiso con la construcción de un mundo más justo y armonioso.

§221. En esta tesis, presentamos la visión de Kant (2008/1795) sobre la paz perpetua, un ideal alcanzable a través del derecho y de la ética. De esa discusión, destacamos ocho principales puntos a saber: (i) la paz no es natural, pero un estado a ser construido a través del derecho internacional y de la renuncia a la guerra; (ii) el derecho, expresión de la voluntad general, regula las relaciones entre Estados y

garantiza la libertad individual, condiciones esenciales para la paz; (iii) Kant expande el concepto tradicional de derecho, incluyendo el derecho cosmopolita, que reconoce los derechos de todos los ciudadanos del mundo; (iv) Kant propone una unión de naciones comprometidas con la paz y la resolución pacífica de conflictos; (v) Kant defiende a idea de que todos los individuos son ciudadanos del mundo, con derechos y deberes universales; (vi) el comercio es comprendido como un fator de promoción de la paz, pues interconecta los intereses económicos de las naciones; (vii) la paz y el derecho se fundamentan en la razón práctica, que permite determinar principios morales universales; y (viii) una sociedad educada y esclarecida está más propensa a valorar la justicia, el derecho y la paz.

§222. Por último, destacamos la influencia de la filosofía kantiana sobre la Constitución Federal de Brasil de 1988, especialmente en el artículo 4º, d=que define los principios de las relaciones internacionales del país, siendo estos: defensa de la paz; solución pacífica de conflictos; y cooperación entre los pueblos para el progreso de la humanidad. Evidenciamos que la visión de Kant (2008/1795) sobre la paz perpetua, basada en el derecho, en la ética y en la cooperación internacional, permanece relevante e inspiradora para la búsqueda por un mundo más justo y armonioso. La Constitución Federal de Brasil de 1988, al incorporar principios kantianos, demuestra el compromiso del país con la paz y la justicia en las relaciones internacionales.

1.6. Hegel – Estado de Derecho: ¿Camino Dialéctico para la paz?

> (…) la verdadera paz es la paz de la razón, donde los conflictos son resueltos no por la fuerza, pero por la reconciliación de los intereses a través de la razón.
>
> – Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1992, p. 276

§223. Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) fue un influyente filósofo alemán cuyas

ideas sobre el Estado de Derecho y la paz desempeñaron un rol significativo en la filosofía política y en el desarrollo de las teorías modernas de gobierno (Salgado, 1996; Vaz, 2012). Hegel comprendía el Estado la más alta expresión de la voluntad colectiva de sus ciudadanos, argumentando que este representa la síntesis de la voluntad individual, en la cual los ciudadanos concordaban en someterse a la autoridad estatal para alcanzar objetivos comunes (Horta & salgado, 2017).

§224. Hegel (2006) defiende la idea de un Estado de Derecho, en que las leyes son el reflejo de la voluntad general y deben estar basados en principios racionales y éticos. Él entiende el Estado de Derecho como una forma de equilibrar el poder del Estado y proteger los derechos individuales de los ciudadanos.[100]Según Reale (2005). «La guerra es, por lo tanto, momento necesario del proceso histórico. Ella impide la fosilización de los pueblos y coloca en relieve el momento finito ante el infinito del Espíritu universal» (p. 335).

§225. Para Hegel, los derechos individuales solo podrían ser plenamente realizados dentro de la sociedad civil, que era el espacio en el cual los ciudadanos interactuaban y ejercían sus libertades individuales. El Estado de Derecho garantía que las libertades fueran protegidas en ese contexto (Boureois, 1995). Hegel creía que el Estado de Derecho permitía a los ciudadanos desarrollar su autonomía moral y ética. Ellos eran responsables tanto por la obediencia a las leyes como por la participación en el proceso de formación de las leyes por medio de la representación política.[101] Bobbio (1997) destaca que, «Para Hegel, el Estado es la realidad de la idea ética, la realización de la libertad. E la libertad se realiza en el derecho, que es la esfera de la universalidad y de la racionalidad» (p. 45).

§226. Hegel concebía la paz no apenas como la ausencia de guerra, pero como un estado

[100] Hegel (1980) aborda el concepto de Estado como culminar de la racionalidad y de la libertad, representando la eticidad concreta. Discute la dialéctica del espíritu objetivo, en que la guerra puede ser un momento de superación para alcanzar la unidad ética superior en el Estado.

[101] Mayos (2004) analiza la relación entre la teoría hegeliana del Estado y el positivismo jurídico, enfatizando la importancia de la ley como expresión de la voluntad general y elemento fundamental para el orden y la paz social.

más profundo de armonía y cooperación entre los individuos y los Estados. Eso implicaba no apenas la resolución de conflictos armados, como también la prevención de confrontación por medio del orden y de la justicia, creando un ambiente propicio para la cooperación pacífica entre los ciudadanos y entre las naciones.[102]

El problema central de la filosofía del derecho hegeliana reside en la relación entre la libertad subjetiva y la ética objetiva. El énfasis en la eticidad del Estado corre el riesgo de sacrificar la autonomía individual en nombre de una unidad orgánica abstracta. (Habermas, 1997, p. 82)

§227. Hegel (2009) aplica su método dialéctico a la paz, viéndola como el resultado de tensiones y conflictos resueltos a través del Estado de derecho. Él creía que la paz emergía de la superación de contradicciones y antagonismos por medio de la síntesis proporcionada por el Estado.[103] Hegel (2009) dice que «El Estado es la realidad de la idea ética – la idea ética como voluntad substancial, que se sabe y que se piensa a sí misma, y que se cumple en la autoconsciencia de sí misma como libertad» ((p. 365).

§228. En su obra *Filosofía de la Historia,* Hegel (2009) sugirió que la paz representaba la etapa final de la evolución de la historia humana. Él argumentaba que, cuando las sociedades alcanzaban la plenitud del Estado de Derecho, el proceso histórico llegaba a un fin, caracterizado por la paz y por la armonía (Horta, 20120). Hegel (2009) veía el Estado de Derecho como una institución esencial para la protección de los derechos individuales y la promoción de la paz. Él veía la paz no apenas como la ausencia de guerra, pero como un estado de armonía y cooperación que

[102] Mayos (2004) hace una crítica a la concepción hegeliana del Estado, argumentando que la subordinación de la sociedad civil al Estado puede llevar a la supresión de la libertad individual. Reconoce la importancia de la idea de Estado de Derecho como modelo normativo, pero defiende una interpretación procedimental y democrática.

[103] Contiene trechos traducidos de la obra de Hegel (2009), incluyendo pasajes sobre la filosofía del derecho y la idea de Estado, permitiendo el acceso directo al lenguaje y a los argumentos de Hegel.

emergía del orden, de la justicia y de la resolución de contradicciones por medio del Estado. Sus ideas continúan a ser influyentes en el pensamiento político y filosófico moderno, destacando la importancia del Estado de Derecho en la búsqueda por una paz duradera y significativa (Hegel, 1995a; Hegel, 2005).

§229. Hegel aplica su método dialéctico al análisis del estado de derecho. Él entiende que el proceso de desarrollo del Estado de derecho como una progresión dialéctica en la cual las contradicciones eran identificadas y resueltas a través de la evolución de las leyes e instituciones (Bourgeois, 1995). Una de las contribuciones significativas de Hegel a la filosofía política es el énfasis en el concepto de *reconocimiento*. (Hegel (2001) argumenta que la igualdad y la libertad solo pueden ser plenamente alcanzadas cuando los individuos son reconocidos como ciudadanos con derechos iguales ante la ley. Él crítica la moralidad abstracta, considerada insuficiente para guiar la acción ética, y argumenta que la ética no puede ser separada de las estructuras sociales y políticas que permitían a los individuos actuar de manera ética (Hegel, 1967; Hegel, 1974; Hegel, 1995b).

§230. Hegel comprende la guerra como una manifestación del espíritu humano en conflicto, argumentando que los conflictos armados eran, en último análisis, una expresión de las contradicciones en la Historia y que podrían llevar a cambios sociales y políticos (Salgado, 1998). Hegel (2009) cree que la paz no puede ser alcanzada apenas por medio de la fuerza, sino por medio de la razón y de la ética, de esa forma la búsqueda por la paz implica la procura por un entendimiento mutuo entre las naciones y entre los individuos.[104] Según Nodot (2000), para Hegel, «la historia no es un proceso caótico e irracional, pero un desarrollo teleológico orientado para la realización de la libertad. El Estado moderno, con su énfasis en la ley y en la razón, representa un momento crucial en ese proceso» (p. 123).

[104] Horta (2010) explora la concepción hegeliana de historia y su relación con el desarrollo del Derecho y del Estado. Presenta la idea de que la historia progresa dialécticamente hacia la realización de la razón y de la libertad en el Estado Moderno.

§231. Hegel sugiere que la historia humana tiene un propósito final, que es la realización del estado de Derecho y de la paz, siendo la historia una progresión hacia ese fin, en que las contradicciones serían resueltas y la paz se tornaría predominante (Salgado, 2006). El pensador enfatizaba el rol del Estado como mediador en los conflictos internacionales, argumentando que el Estado tiene la responsabilidad de buscar soluciones pacíficas para los conflictos y garantizar la justicia en las relaciones internacionales (Salgado, 1996).

§232. Hegel (2010) comprende el Estado de Derecho como una etapa avanzada del desarrollo político y ético de la humanidad, en que la igualdad y la libertad son plenamente realizadas. Para él, la paz es el resultado de ese proceso, en que la resolución de contradicciones y la búsqueda por el entendimiento mutuo llevarían a la armonía social. Sus ideas influenciaron significativamente el pensamiento político y ético moderno, destacando la importancia del estado de derecho y de la mediación estatal en la promoción de la paz y de la justicia.

§233. Hegel argumenta que el Estado de Derecho es la forma más avanzada de expresión de la voluntad general, y lo describía como una institución en que los ciudadanos participaban del proceso de creación de las leyes por medio de representantes electos. Eso garantía que las leyes reflejaran la voluntad colectiva de la sociedad (Horta & Salgado, 2017; Mayos, 2004; Salgado, 1996). Hegel enfatiza la importancia de una constitución sólida como base para el Estado de Derecho, la cual es vista como documento es establece principios fundamentales del gobierno y derechos de los ciudadanos, proporcionando una estructura legal y estable.[105]

§234. El pensador reconoce la importancia de proteger los derechos individuales dentro del Estado de Derecho, argumentando que la igualdad ante la ley e esencial para

[105] De acuerdo con Vaz (2014), «(...) No más como certezas inmediatas porque esas están definitivamente perdidas, pero certezas mediatizadas por la experiencia de la cisión. A eso es que más tarde Hegel llamará dialéctica» (p. 225).

garantizar que los ciudadanos puedan ejercer sus libertades sin discriminación o privilegios injustos (Salgado, 1998). Hegel entiende la historia como una dialéctica entre guerra y paz y defendía que la guerra, aunque destructiva, muchas veces era un medio de superar contradicciones políticas y sociales. Sin embargo, él destaca la paz como objetivo final de ese proceso.[106] Así, él concibe la paz no apenas como la ausencia del conflicto armado, pero como un estado de autonomía moral y ética, una etapa en que los individuos y las naciones actúan de acuerdo con principios éticos y racionales (Salgado & Horta, 2010; Vaz, 2014).

§235. Para Hegel (2009), el estado es como un árbitro imparcial que ayuda a resolver disputas entre ciudadanos y entre naciones, de ese modo, desempeña un rol crucial en la prevención de conflictos y en la promoción de relaciones pacíficas.[107] En su filosofía de la historia, Hegel (2009) sugiere que la historia tiene un propósito final, que es la realización del Estado de Derecho y de la paz. Él veía la historia como una progresión hacia ese fin, en que las contradicciones serían resueltas y la paz se tornaría predominante.

§236. En síntesis, Hegel comprende el Estado de Derecho como la culminación del desarrollo político y ético de la humanidad, en que la voluntad general está expresa de forma equitativa y las libertades individuales son protegidas. Él ve la paz como resultado de ese proceso, caracterizada no apenas por la ausencia de guerra, pero por la realización de un orden ético y racional. Sus ideas continúan a ser influyentes

[106] Salgado (1998) destaca que «El Estado de Derecho es, así, lo que se funda en la legitimidad del poder, o sea, que se justifica por su origen, según el principio ontológico del origen del poder en la voluntad del pueblo, por lo tanto en la soberanía; por el ejercicio,, según los principios lógicos de ordenación formal del derecho, en la forma de una estructura de legalidad coherente para el ejercicio del poder del Estado, que torna posible el principio dela seguridad jurídica en sentido amplio, dentro del cual está el de la legalidad y el del derecho adquirido; y por la finalidad ética del poder, por ser esa finalidad la efectuación jurídica de la libertad, a través de la declaración, garantía y realización de los derechos fundamentales, según los principios axiológicos que apuntan y ordenan valores que dan contenido fundante a esa declaración» (p. 3).

[107] Hegel (2010) subraya que «§ 257 El Estado es la efectividad de la idea ética, - el espíritu ético como voluntad sustancial manifiesta, nítida a sí misma, que se piensa y se sabe y realiza lo que sabe y en la medida en que sabe. En la costumbre, él (el Estado) tiene su existencia inmediata y, en la autoconsciencia del singular, en el saber y en la actividad del mismo, su existencia mediada, así como esa, mediante la disposición de espíritu en el (en el Estado), como su esencia, su fin y su producto de su actividad, tiene su libertad sustancial» (p. 229).

en el pensamiento político y ético, enfatizando la importancia del Estado de Derecho y la búsqueda por la paz duradera en las sociedades y en las relaciones internacionales. (Salgado & Horta, 2010; Vaz, 2014).

§237. Destacamos aún que Hegel (2009) comprendía el Estado de derecho como la más alta expresión de la voluntad colectiva y la clave para la paz duradera. A través de leyes racionales y éticas, el Estado de Derecho equilibraría el poder y protegería los derechos individuales, permitiendo a los ciudadanos desarrollar su autonomía moral. La paz, para Hegel (2009), no era apenas la ausencia de guerra, pero un estado de armonía y cooperación, resultado del orden, justicia y resolución de conflictos.

§238. Además de eso, Hegel (2009) aplicaba su dialéctica a la paz, viéndola como resultado de la superación de contradicciones y antagonismos a través del Estado de Derecho. Él argumentaba que la historia evolucionaba dialécticamente rumbo a la paz, con el Estado de Derecho como ápice de ese proceso. Del pensamiento del filósofo, subrayamos cinco ideas claves a seguir: (i) el Estado de Derecho comprendido como síntesis de la voluntad individual, como aquel que protege derechos y promueve la paz; (ii) la paz definida como armonía y cooperación, así como el resultado del orden y de la justicia; (iii) guerra y paz como parte de un proceso histórico dialéctico que culmina en el Estado de Derecho; (iv) la importancia del reconocimiento mutuo para la igualdad y libertad; y (v) el rol del estado de Derecho como mediador de conflictos, promotor de la justicia y de las relaciones pacíficas.

§239. Por fin, resaltamos que, aunque el filósofo haya realizado ricas contribuciones para los estudios sobre el Estado y la paz, el pensamiento de Hegel sufre algunas críticas, como es el caso del riesgo de sacrificar la autonomía individual en nombre de la unidad estatal y el hecho de presentar una moralidad abstracta que puede ser un guía insuficiente para la acción ética. A pesar de esas críticas, las ideas de Hegel sobre el Estado de derecho y la paz continúan relevantes, destacando la

importancia del orden legal, de la justicia y de la búsqueda por el entendimiento mutuo para alcanzar una paz duradera.

1.7. Carl Schmitt – La Oposición a la Pacificación del Político: ¿Negar la Paz?

> La paz no es apenas la ausencia de guerra; es la presencia de la justicia.
>
> – Martin Luther King Jr., Stride Toward Freedom: The Montgomery Story, 1958

§240. Carl Schmitt[108] (1888-1985) fue un influyente jurista y teórico político alemán que abordó temas relacionados a la política, al derecho y a la paz, conocido por sus opiniones controversias sobre la oposición a la pacificación del político.[109] Para Schmitt (2009), la política estaba intrínsicamente conectada al concepto de Estado, que era la autoridad suprema que detenía el monopolio del poder decisorio dentro de una sociedad. El político, de esa manera, era la arena en la cual las decisiones sobre el uso del poder eran tomadas.[110]

---

[108] Cardoso (2016) elucida que, «sin prejuicio de la concepción hegeliana, para una mejor comprensión de lo que representa el estado en su desdoblarse en la Historia, como dado fundamental de la cultura occidental, no hay como no traer a la reflexión la concepción schmittiana de Estado, desde su teoría constitucional, centrada en el concepto positivo de constitución, cuyo contenido expresa la decisión política cuanto al modo de ser y de existir de una dada comunidad política. Desde esa decisión, Carl Schmitt efectúa la importante distinción entre constitución y leyes constitucionales, o sea, distingue la decisión política fundamental de aquellas normas de carácter formal, cuyo contenido no dice respeto a la manera o forma de una unidad política concreta. Ora, tal distinción es perfectamente comprensible dentro del cuadro de una constitución que no establecía, expresamente, cualquier límite al poder de reforma. Así era el caso de la Constitución de Weimar. Además, Schmitt combatía la vertiente positivista del Derecho que transformaba la constitución en un amontonado de leyes indistintas, ignorando, por completo, cualquier contenido axiológico. De esa forma, las leyes serían apenas diferenciadas cuanto la forma, vale decir, cuanto al proceso legiferante que establecía un quorum cualificado para las leyes constitucionales y otro, simple, para las leyes ordinarias» (p. 25).

[109] Cardoso (2016) «Schmitt, contrarió decididamente esa vertiente formalista del Derecho, resaltando el carácter intangible del núcleo de la constitución, du decisión, a la manera de ser y de existir de la comunidad política alemana de la república de Weimar. El concepto de poder constituyente introducido en el constitucionalismo alemán por CARL SCHMITT presenta una función doble en el conjunto de su pensamiento. La primera dice respeto al sujeto de la decisión contenida en la constitución. Si la decisión es una decisión política consubstanciada en un documento escrito, esa decisión presupone, necesariamente, un agente capaz de imponerla al conjunto de la sociedad. La segunda trata de conectar el pensamiento constitucional de CARL SCHMITT a su pensamiento estrictamente político» (p. 25-26). De esa forma, la paz trasciende la mera normalización jurídica, configurándose como una decisión y construcción eminentemente política. Aunque sea positivamente consagrada por la Constitución, su concretización depende de la acción política, en la medida en que exige la movilización de esfuerzos y recursos para la superación de los obstáculos que la impiden.

[110] Cardoso (2016) explica que «(…) la voluntad del titular del poder constituyente que

§241. Schmitt (2009) comprende el político como un espacio de conflicto y oposición. Él argumentaba que el núcleo de la política residía en la distinción entre *amigo y enemigo.* En otras palabras, la política involucraba la identificación de quien era amigo (aliado) y quien era enemigo (oponente), y esa distinción es fundamental para la tomada de decisiones políticas.[111] En ese sentido, Schmitt (200() dice que: «El intento de tornar el propio hombre seguro y de eliminar la muerte como límite extremo de la existencia humana ya es por si misma una negación radical de la política y, por consiguiente, del Estado como instancia política» (p.76).[112]

§242. Schmitt (2009) era escéptico en relación a la noción de paz como un ideal político. Él creía que la paz era una *idea vacía* sin significado real en el contexto político. Para él, la búsqueda por la paz podría llevar a la negación de la política, en que las diferencias entre amigos y enemigos eran borradas en pro de una armonía superficial.[113] En ese sentido, según Schmitt (2014), «La dictadura es un estado de excepción que no se opone al Estado constitucional como la anarquía, sino al Estado parlamentar liberal, y precisamente en la medida en que este último se torna un Estado partidario» (p. 33)

§243. Además de eso, Schmitt (2009) subraya que la idea de neutralidad en la política es imposible, pues todos los actores políticos tienen intereses y lealtades. El intento de mantenerse neutro en la política es, para él, una negación de la realidad política.[114] De ese modo, en vez de buscar una paz abstracta, Schmitt (2009)

---

establece la constitución (y, consecuentemente, todo el ordenamiento jurídico de una comunidad) es la misma fuerza capaz de distinguir entre amigo y enemigo y, de esa forma, fundar la unidad política» (p. 26).

[111] La idea de paz en Carl Schmitt es compleja y paradoxal, intrínsicamente conectada a su concepción de política como esfera de la decisión existencial y de la distinción amigo-enemigo.

Schmitt no concebía la paz como un estado natural o un fin en sí mismo, sino como un producto de la política, o sea, de la capacidad de un ente soberano de decidir sobre la excepción y delimitar la línea entre amigo y enemigo.

[112] En la obra *El concepto del político,* Schmitt (2009) argumenta que la esencia de la política reside en la distinción amigo-enemigo, siendo la posibilidad de conflicto inherente a la esfera política. La pacificación total, en ese sentido, significaría el fin de la política.

[113] Schmitt (2009) analiza la dictadura como un instrumento que puede ser utilizado para la defensa del orden político en momentos de crisis. La búsqueda por la paz a cualquier coste, para el autor, puede llevar a la parálisis e incapacidad de lidiar con amenazas existenciales.

[114] De acuerdo con Cardoso (2016). «CARL SCHMITT nos coloca cuestiones muy

defendía la importancia de la decisión soberana. Él veía la decisión como un acto político fundamental que surgía cuando la distinción amigo-enemigo se tornaba clara. La decisión soberana es la capacidad del Estado de actuar decisivamente en nombre del pueblo.[115] Las ideas del autor sobre la negación de la paz y la centralidad del conflicto en la política fueron ampliamente criticadas.

§244. Muchos argumentaron que su visión llevaba a la justificación de la guerra y a la erosión de las normas internacionales.[116] A pesar de las críticas, las ideas de Schmitt tuvieron una influencia duradera en la teoría política. Ellas provocaron debates importantes sobre la naturaleza de la política, la soberanía estatal y la búsqueda por la paz en las relaciones internacionales.[117] A pesar de eso, en nuestro análisis, Mouffe (1996) está correcta cuando afirma que «Schmitt estaba cierto al resaltar la dimensión del "nosotros" contra "ellos" que es constitutiva de la política, pero erró al no reconocer la posibilidad de trazarse la frontera que no sea antagónica».[118]

§245. Schmitt (2018) argumentaba que la política era inherentemente marcada por el conflicto y por la distinción entre amigos y enemigos. Él veía la paz como una idea vacía que podría llevar a la negación de la realidad política. Su defensa de la

---

contundentes, las cuales no pueden ser ignoradas en función de sus elecciones políticas, o mismo en función de una tendencia autoritaria de su pensamiento. El hecho de SCHMITT centrar sus referencias en la excepción y no en la regla, en la voluntad política y no en la ley, no lo torna un mero apologista de los regímenes autoritarios. En la verdad, al colocar el elemento político como determinante en el momento de instauración de un orden político que pasa la concreción de los designios de la vida que tiene el poder de jugar por tierra las más refinadas argumentaciones lógico-formales y sus esquemas apriorísticos. De ahí el núcleo fundamental de su obra residir en un enfoque "decisionista" del Derecho» (p. 28).

[115] Schmitt (2007) reconoce la paz como ausencia de guerra declarada, pero no la interpreta como un estado de armonía o concordia. Para él, la paz siempre carga en sí la potencialidad del conflicto, pues la distinción amigo-enemigo permanece latente.

[116] Según Schmitt (2018), «Todos los conceptos significativos de la teoría del Estado son conceptos teológicos secularizados» (p. 48). Él argumenta que la modernidad secularizó conceptos teológicos, incluyendo la idea de paz. La paz perpetua, en ese sentido, sería una utopía peligrosa que ignora la naturaleza conflictuada de la política.

[117] La paz, para Schmitt, es siempre la paz de un orden político específica establecida y mantenida por el poder soberano. No existe una paz universal o paz perpetua, apenas la paz dentro de un orden particular (Moura, 2009).

[118] Mouffe (1996), en diálogo crítico con Schmitt, reconoce la importancia de la distinción amigo-enemigo, pero argumenta que la frontera entre ambos no precisa ser necesariamente belicosa.

decisión soberana y de la claridad en identificación de enemigos generó debates profundos sobre la naturaleza de la política y del Estado, así como sobre las implicaciones éticas y morales de sus ideas. Sus opiniones continúan a ser discutidas en el campo de la teoría política.[119] Como puntúa Heller (2018), «El error fundamental de Schmitt reside en su creencia de que la democracia solo puede ser definida en términos de homogeneidad y unidad» (p. 3150.

§246. Agamben (2004), inspirado por Schmitt, analiza como el estado de excepción se tornó la norma en la política contemporánea, amenazando la democracia y los derechos humanos, y enfatiza que «La tesis de Schmitt de que el soberano es aquel que decide sobre el estado de excepción se tornó la regla» (p. 18). Una de las contribuciones más notables de Schmitt (2007) a la teoría política es su tesis sobre el *estado de excepción*. El autor decía que, en momentos de crisis o emergencia, el Estado tiene el derecho de suspender temporalmente las normas legales e instituir medidas extraordinarias para mantener el orden.[120]

§247. Schmitt (2018) describe el estado de excepción como un elemento esencial de la soberanía estatal, en que el poder del Estado se manifestaba de forma más clara y directa. Sin embargo, él también alertaba para el potencial de abuso de ese

[119] Cardoso (2016) concluye que «(...), en Roma, la dictadura (la excepción institucionalizada) fue concebida como estructura del propio Estado, pensado para la salvaguarda del orden constitucional, nunca como mero mecanismo golpista, externo a las preocupaciones que gravitan en torno de la necesaria composición armónica entre libertad y poder. Como telón de fondo de esa lectura, surge la constatación, de que, para los romanos el centro de convergencia de ese embate (libertad y poder) que caracteriza la historia del occidente, no es la democracia en si misma considerada, como fin último del Estado, pero, antes, el propio Estado que, si pensado como Estado Ético, pasa a contener la democracia como su instrumento, en la búsqueda por la realización del bien común; pero que puede, cuando necesario para manutención del propio orden constitucional que busca la realización objetiva de ese bien común, suspender la normalidad de las prácticas referentes a la democracia en pro de la salvaguarda de ese orden. La excepción aparece, por lo tanto, como el lugar central de debate sobre el carácter ético o no de un orden político. Solamente cuando incluso la suspensión del estado de normalidad posee una connotación efectivamente volcada hacia los compromisos teleológicos (éticos – bien común –, que incluye el respeto de las libertades) del Estado es que podemos hablar en un orden justo (justo porque ética, porque comprometida con la totalidad de sociedad y no apenas con parcialidades)» (pp. 31-32).

[120] Salgado (2006) dice que «El Estado de Derecho contemporáneo es el resultado del proceso ético que da primacía al derecho, al poner como fin su realización. El derecho es el momento de la verdad ética, en que el proceso se concluye, desde el momento de la moralidad, mediante el momento político. Se recupera, así, la estructura ética de la cultura romana, que da primacía al derecho, a la persona de derecho, y no a la griega, que revela la política y realiza el ciudadano como lo que tiene función, no derecho, en la polis» (p. 33).

concepto.[121] Además de eso, el autor sustenta el argumento de que la política es definida por la distinción entre *amigo y enemigo*. Para él, esa distinción era la base de la acción política y de la identificación de intereses políticos.[122] El filósofo argumentaba que la política no puede estar basada apenas en conceptos abstractos de justicia o de paz, pero debe reconocer las realidades concretas de las rivalidades políticas y de la competencia por el poder.[123] Las ideas de Schmitt fueron ampliamente criticadas, especialmente por su aparente justificación de la autoridad ilimitada del Estado den tiempos de crisis, Muchos argumentaron que sus ideas podrían ser fácilmente exploradas para justificar regímenes autoritarios y antidemocráticos. Además de eso, su rechazo de búsqueda por la paz como idea vacía fue vista por muchos como un desafío a los esfuerzos por la resolución pacífica de conflictos y por la cooperación internacional.[124]

§248. A pesar de las críticas, las ides de Schmitt tuvieron una influencia duradera en el pensamiento político y jurídico (Arruda 2003). Su trabajo también influenció otros pensadores políticos, como Giorgio Agamben, que exploró aún más la noción de estado de excepción, y Judith Butler, que consideró las implicaciones de las ideas

---

[121] Cardoso (2016) subraya que «significativas son las afirmaciones de SALGADO a ese respeto más adelante en el texto: “El Estado romano, siendo un Estado de Derecho, por tener el Derecho como medida, atinge un momento de racionalidad que los otros pueblos no alcanzaron”. *Ídem,* p. 112. En otro pasaje él asevera: «Exactamente en el Imperio, donde HEGEL ve la decadencia del político, por la abolición de la bella totalidad de la Polis, por la concentración del poder en un único individuo, nace un nuevo tipo de Estado y, al mismo tiempo, se concluye, en nivel de expresión conceptual más elevada, el proceso de formación del derecho occidental, en una fase decisiva. Es el Imperio Romano, mientras la efectividad política se concentra en el imperador, que su derecho se destaca para constituir un proceso independiente de conceptualización, atingiendo su más alta lucidez la plena expresión conceptual en los pareceres de los jurisconsultos. Ese, el destaque intelectual de la cultura de la Roma imperial que dio nacimiento a un nuevo Estado y concluyó un proceso ético substancial, el derecho, que la visión hegeliana unilateralizó en lo político, interpretado como decadencia, pero que en la verdad era momento superior al de la democracia ateniense, porque abría el camino para el proceso de aparecimiento de un nuevo Estado, cuyo resultado es el Estado de Derecho» (pp. 31-32).

[122] Para una comprensión del tratamiento diferenciado dado por salgado a la cuestión de Roma como un momento fundamental de la faina del espíritu Occidental, en que aparece en sus líneas iniciales el Estado de derecho. Sobre eso, ver la obra de Saulo de Oliveira Pinto Coelho (2010).

[123] Schmitt (1991b) argumentaba que la propia existencia de un enemigo externo es fundamental para la cohesión interna y la paz dentro de una comunidad política. La amenaza del enemigo justifica la unidad, el orden y la propia existencia de la comunidad.

[124] La paz solo puede ser mantenida, según Schmitt, por la capacidad del soberano de decidir sobre la excepción, o sea, se suspender la orden jurídica vigente en momentos de crisis para garantizar la seguridad y la existencia de la comunidad (Agamben, 2004).

de Schmitt para cuestiones de identidad y política de género.[125] Es importante acordar que las ideas de Schmitt fueron desarrolladas en un contexto histórico específico, marcado por la agitación política y por la ascensión del nacionalismo en Europa del siglo XX. Sus preocupaciones con la política y la soberanía reflejaban las complexidades y las tensiones de ese periodo turbulento.[126] Las ideas de Schmitt sobre la oposición a la pacificación del político se concentraban en la centralidad del conflicto político, en la distinción entre amigo y enemigo y en la idea de estado de excepción como un elemento esencial de la soberanía. Sus opiniones provocaron debates y continúan a influenciar el pensamiento político y jurídico, levantando cuestiones importantes sobre el equilibrio entre el poder estatal y los derechos individuales, así como sobre la naturaleza de la política en tiempos de crisis (Schmitt, 1991a).[127]

§249. Para Schmitt, la verdadera soberanía del Estado es revelada en momentos de crisis, cuando el Estado puede suspender las normas legales y tomas medidas extraordinarias para mantener el orden y la seguridad. Él veía el estado de excepción como una parte esencial de soberanía estatal, destacando la autoridad absoluta del Estado en esas situaciones. En ese sentido, Schmitt (2007) reconoce el potencial de abuso del estado excepción. Él argumentaba que, aunque fuera una herramienta necesaria para la preservación del orden, también podría ser utilizada de manera arbitraria y antidemocrática, representando un desafío para las salvaguardas democráticas.

§250. Schmitt (1002) enfatizaba la importancia de la distinción entre *amigo y enemigo* como el núcleo de la política. Para él, la política no era una búsqueda abstracta por

[125] Cardoso (2016) destaca que, «Luego, acto político, por excelencia. En términos schmittianos, acto que define el enemigo del pueblo, que decide sobre la guerra – y, en eso, está la substancia del político, definido como el principio de unidad de un pueblo, por medio de un Estado, según el principio de representación de ese pueblo. SALGADO añade: “Tal como Hegel comprende la unidad de un pueblo por medio del Estado, Schmitt se asegura de ese principio”» (pp. 31-32).

[126] Schmitt (2007) criticaba el pacifismo liberal y la búsqueda por una paz perpetua por considerarlos ingenuos y peligrosos. Para él, ignorar la naturaleza conflictuada de la política y la necesidad de la distinción amigo-enemigo apenas enflaquece la comunidad y la torna vulnerable.

[127] Pretendemos profundizar los estudios sobre esa cuestión en un momento futuro.

justicia o paz, sino una arena en la cual grupos políticos identificaban sus adversarios y buscaban sus intereses. El autor era escéptico en relación a la neutralidad en la política, vista como una ilusión, ya que todos los actores políticos tenían intereses y lealtades. Para él, el intento de mantenerse neutro en la política era una negación de la realidad política (Smith, 2005).

§251. Las ideas de Schmitt fueron ampliamente criticadas, sobre todo por su aparente justificación de la autoridad ilimitada del Estado en tiempo de crisis. Muchos defendían que sus ideas podrían ser exploradas para justificar regímenes autoritarios y antidemocráticos (Smith, 2005). El rechazo de Schmitt a la búsqueda por la paz como una idea vacía también generó controversias. Muchos argumentaron que eso podría ser perjudicial a la cooperación internacional y a los esfuerzos por la resolución pacífica de conflictos (Cardoso, 2016).

§252. Sus ideas continuaron a ser exploradas y debatidas en varias asignaturas, incluyendo la Filosofía Política, el Derecho, la Teoría de las Relaciones Internacionales y los Estudios Culturales. Ellas levantaron cuestiones importantes sobre el equilibrio entre el poder estatal y los derechos individuales, así como sobre la naturaleza de la política en tiempos de crisis (Cardoso, 2016). Además de eso, el trabajo de Schmitt influenció a otros pensadores políticos y jurídicos, como Giorgio Agamben y Judith Butler.[128]

§253. Es importante acordar que las ideas de Schmitt fueron desarrolladas en un contexto histórico específico, marcado por la agitación política y por la ascensión del nacionalista en la Europa en el siglo XX. Sus preocupaciones con la política y la soberanía reflejaban las complejidades y las tensiones de ese periodo turbulento (Agamben, 2004). Las ideas de Carl Schmitt sobre la oposición a la pacificación del

[128] La paz en Schmitt es un concepto problemático y controvertid, que refleja su visión realista y pesimista de la política. Su énfasis en la necesidad de la distinción amigo-enemigo y en la centralidad de la soberanía para la paz influenció el debate sobre las relaciones internacionales, como también generó críticas por su potencial de justificar la violencia y el autoritarismo (Balakrishnan, 2000).

político enfocaban la centralidad del conflicto político, la distinción entre amigo y enemigo y la idea del estado de excepción como un elemento esencial de la soberanía. Sus opiniones provocaron debates profundos y continúan a influenciar el pensamiento políticos y jurídico, levantando cuestiones importantes sobre la naturaleza de la política, la autoridad estatal y los desafíos éticos en tiempos de crisis política (Moura, 2009; Schmitt, 1991b; Schmitt, 2007).

§254. Resaltamos aún que Schmitt, jurista y filósofo político alemán, permanece una figura controvertida en la historia del pensamiento político. Conocido como el «sepulturero del liberalismo» por su crítica ácida a los principios liberales (Losurdo, 2004, p. 25). Schmitt ascendió al poder durante el régimen nazi, actuando como editor del periódica nazi Deutsche Juristen-Zeitung y ocupado posición de destaque en el gobierno (Mccarthy, 1997).

§255. Tras la Segunda Guerra Mundial, Schmitt fue arrestado y permaneció en la cárcel por dos años (1945-1947) dada su ligación con el régimen nazi. Sin embargo, aunque tras ese periodo y delante de las atrocidades cometidas. Schmitt nunca abdicó de su ideología nazi, y no emitió cualquier forma de retratación o pedido de disculpa (Balfour, 1992). Esa postura inflexible contribuyó para alimentar el debate acerca de su obra y legado, suscitando cuestiones complejas sobre la relación entre sus ideas y su actuación política.

§256. Por un lado, críticos argumentan que la obra de Schmitt está intrínsicamente conectada a su adhesión al nazismo, encontrando es sus escritos la justificativa teórica para la violencia, la dictadura y la supresión de derechos individuales (Müller, 2003). El énfasis schmittiana en el concepto *amigo-enemigo*, por ejemplo, es frecuentemente interpretada como una legitimación de la violencia política y de la exclusión de lo diferente (Schmitt, 2007).

§257. Por otro lado, algunos estudiosos defienden un análisis desasociado de su postura política, enfocando en la originalidad y relevancia de sus ideas para la comprensión de Estado, del derecho y de la política internacional (Dyzenhaus, 1997). Esos

argumentos que la obra de Schmitt ofrece herramientas conceptuales importantes para analizar la tensiones y los conflictos inherentes a la política, independientemente de su adhesión al nazismo.

§258. Delante de esa complejidad y de las controversias que cercan el legado de Schmitt, tornase esencial un análisis crítico y contextualizado de su obra. Es preciso reconocer la influencia de sus ideas en el pensamiento político contemporáneo, sin desatender o minimizar su participación en el régimen nazi. La problemática de la relación entre teoría y práctica en Schmitt permanece un desafío para los estudiosos, exigiendo una lectura atenta y crítica que evite tanto la apología cuanto la condenación simplista.

§259. En esta tesis, presentamos las ideas de |Schmitt (2007) sobre la naturaleza del político y su crítica a la búsqueda por la paz absoluta. Schmitt (2007) argumentaba que la política es inherentemente contradictoria, basada en la distinción entre amigo y enemigo. Para él, la búsqueda por una paz abstracta negaba esa realidad, llevando a una falsa armonía que escondía las reales relaciones de poder. De la lectura de las obras del pensador, podemos destacar tres ideas centrales, a saber: (i) la centralidad del conflicto, una vez que la política es definida por la distinción amigo-enemigo, representando la lucha por intereses y poder; (ii) el rechazo de la paz absoluta, dado que la paz como ideal político es comprendida como una ilusión que enmascara los conflictos reales e impide la tomada de decisiones; y (iii) la idea de que el estado detiene el poder de decidir en momentos de crisis, aunque eso signifique suspender normas legales, los que Schmitt llama de *estado de excepción*, eso garantiza la soberanía.

§260. Destacamos que el pensamiento del autor sofrió críticas dada su énfasis en el conflicto y en la decisión soberana, elementos que pueden ser usados para legitimar regímenes autoritarios y la supresión de derechos individuales. Además de eso, su rechazo de la paz como objetivo político es leída como factor que puede dificultar la búsqueda por soluciones pacíficas para conflictos internacionales. A

pesar de eso, las ideas de Schmitt, aunque polémicas, influenciaron el pensamiento político y jurídico, provocando debates sobre la naturaleza del Estado, la relación entre poder y derecho, y los desafíos de la política en tiempos de crisis.

§261. Por fin, apuntamos que las ideas de Schmitt deben ser comprendida a la luz del contexto histórico en que fueron desarrolladas: La Europa del siglo XX, marcada por conflictos y por la ascensión del nacionalismo. El pensador participó del régimen nazi, lo que, genera debate sobre la relación entre sus ideas y su actuación política. Críticos ven en su obra la justificativa para el nazismo, mientras que otros defienden el análisis e sus ideas independiente de su trayectoria política. En síntesis, resaltamos que el legado de Schmitt permanece controvertido. Necesitamos hacer una lectura crítica de su obra, reconociendo su influencia en el pensamiento político, pero sin ignorar su participación en el régimen nazi. Así, el debate sobre la relación entre teoría y práctica sigue desafiando los estudiosos.

Parte 2. Teoría de la Cohesión

§262. Como ya abordamos anteriormente en este texto, la cohesión es uno de los pilares fundamentales de la Unión Europea (UE), representando el ideal de unión y solidaridad entre sus Estados-miembros. ¿Pero, que realmente significa «Cohesión» en ese contexto? La cohesión se refiere a la reducción de las disparidades socioeconómicas entre las diferentes regiones de la UE. La idea es promover un desarrollo equilibrado y justo, evitando la concentración de riqueza y oportunidades en determinadas áreas mientras que otras quedan para detrás. La preocupación con la cohesión surgió desde el inicio de la integración europea, pero ganó fuerza desde la década de 1970 con la adhesión de países con economías más frágiles (Bezerra, 2019. Rodrigues, 2018). Destacamos que

La cohesión económica y social constituye un objetivo fundamental de la Unión Europea, consagrado en el tratado de Lisboa. Busca reducir las disparidades entre los niveles de desarrollo de las diferentes regiones, promoviendo el crecimiento económico sostenible, la creación de empleo y la inclusión social (Bezerra, 2019, p. 152).

§263. Esa cohesión política trasciende la mera idea de unidad geográfica y política, representando un objetivo fundamental y un principio orientador para alcanzar el desarrollo socioeconómico armonioso entre todas las regiones del bloque. Dos aspectos principales definen esa cohesión: (1) cohesión económica y social que busca reducir las disparidades de desarrollo entre los Estados-miembros y sus regiones; y (2) cohesión territorial que busca garantizar un desarrollo equilibrado e integrado en todo el territorio de la UE, considerando las especificidades regionales. Así, la política de cohesión ha sido uno de los principales instrumentos de la UE (Ferreira, 2010; Octavo Relato, 2020; Política de Cohesión). Diferentes dimensiones de cohesión pueden ser identificadas en el caso de la UE, como:

- cohesión económica: que busca reducir las disparidades de renta, empleo y

productividad entre las regiones;

- cohesión social: que busca promover la igualdad de oportunidades, combatir la pobreza y la exclusión social, así como garantizar el acceso a servicios públicos de cualidad en todo el territorio de la UE;
- cohesión territorial: que tiene como objetivo garantizar un desarrollo equilibrado entre las diferentes áreas geográficas, incluyendo zonas urbanas, rurales y costeras, procurando evitar el despoblamiento de ciertas regiones.

§264. Es importante resaltar que la UE dispone de diversos instrumentos para promover la cohesión, siendo los principales: (1) fondos estructurales y de Inversión Europeos (ESIP), que representan la principal fuente de financiación de la política de cohesión, con recursos destinados a las inversiones en infraestructuras, empresas, educación, formación profesional, entre otros; (2) Política Agrícola Común (PAC), que incluye medidas para apoyar el desarrollo rural y la cohesión territorial en las zonas rurales; y (3) otras políticas sectoriales como las de transporte, energía y ambiental también contribuyen para la cohesión.

§265. Además de eso, enfatizamos que, a pesar de los avances, la política de cohesión enfrenta desafíos, como por ejemplo: (1) la complejidad burocrática, un aves que la gestión de los fondos y la implementación delos proyectos pueden ser complejas y burocráticas; (2) la eficacia e impacto, considerando la necesidad de garantizar que los recursos sean utilizados de forma eficiente y que los proyectos financiados tengan un impacto real en la reducción de las disparidades; e (3) los nuevos desafíos como cambios climáticos, digitalización y migraciones que exigen adaptaciones en la política de cohesión.

§266. La cohesión es un principio fundamental de la UE y una política en constante evolución. A pesar de los desafíos, esa política ha desempeñado un rol importante en la reducción de las disparidades socioeconómicas entre las regiones dentro del bloque. Sin embargos, es fundamental continuar a mejorar sus instrumentos y mecanismos existentes para garantizar que la cohesión continue a ser una realidad

para todos los ciudadanos europeos. Teniendo en vista la relevancia de la teoría de la cohesión para los estudios sobre la paz y los avances de la UE en la promoción de una política de cohesión, en esta segunda parte abordamos la experiencia europea, así como la construcción y positivación de la paz en el ámbito de la UE.

§267. La cohesión busca reducir las disparidades socioeconómicas entre las regiones, promoviendo el desarrollo justo y equilibrado. Desde el desarrollo de la integración europea, la cohesión surgió y ganó fuerza en los años 1970, con la adhesión de países económicamente más frágiles. Destacamos que dos aspectos definen cohesión: (i) la cohesión económica y social, que busca reducir disparidades de desarrollo entre los Estados-miembros; y (ii) la cohesión territorial, que busca garantizar un desarrollo equilibrado e integrado en todo el territorio de la UE. En ese sentido, la cohesión implica tres dimensiones: (i) económica, que procura reducir disparidades de renta, empleo y productividad; (ii) social, promoviendo igualdad de oportunidades, así como combatiendo la pobreza y la exclusión social; y (iii) territorial, que busca garantizar un desarrollo equilibrado entre las áreas urbanas, rurales y costeras.

§268. Por último, resaltamos que la UE desarrolla instrumentos para promover la cohesión, como los ESIF y la PAC, además de otras políticas sectoriales (transportes, energía, ambiente). La política de cohesión enfrenta desafíos tales como la complejidad burocrática en la gestión de fondos, la garantía de eficacia y el impacto real de los proyectos y la adaptabilidad de la política a los nuevos desafíos (cambios climáticos, digitalización, migraciones). En resumen, evidenciamos que la cohesión es un principio fundamental de la UE en constante evolución. A pesar de los desafíos, esa política ha reducido disparidades socioeconómicas. Mejorar sus instrumentos y mecanismos es crucial para garantizar que la cohesión sea una realidad para todos los ciudadanos europeos. La experiencia de la UE demuestra la importancia de la cohesión para la

construcción de la paz y del desarrollo armonioso.

2.1. Experiencia Histórica Europea: ¿Una Historia de la paz?

La paz no es ausencia de guerra, es un estado de espíritu,
una disposición para la benevolencia, confianza y justicia.
– Baruch Spinosa, Ética, 1979

§269. La trayectoria de Europa está marcada por periodos de paz relativa y conflictos devastadores, siendo la perspectiva histórica de la región, frecuentemente, asociada a los conflictos, a las guerras y tensiones políticas (Bloch, 2001). Pero, a lo largo de la Historia, el continente también experimentó periodos significativos de paz, cooperación e integración. En ese sentido, podemos decir que, por un lado, la Historia de ese continente está marcada por conflictos, desde las Guerras Napoleónicas en el inicio del siglo XIX hasta las dos Guerras Mundiales del siglo XX. Las rivalidades nacionales, étnicas y religiosas muchas veces desencadenaron conflictos sangrientos que dejaron marcas profundas en la psique europea.[129] Por otro lado, la Historia de la paz en Europa involucra los esfuerzos promovidos de forma continuada para superar divisiones históricas y construir un continente unido en búsqueda de la estabilidad y de la armonía.

§270. Los horrores de la Segunda Guerra Mundial provocaron una profunda reflexión en Europa, resultando en el reconocimiento de que un nuevo enfoque era necesario para evitar futuras catástrofes. Fue en ese contexto que surgieron los primeros pasos hacia una Europa pacífica y unida (Fukuyama, 1992). El impulso inicial para la paz y la cooperación en Europa vino con la Creación de la Comunidad Europea

[129] Bloch (2001), al invitarnos a «Comprender el presente por el pasado y el pasado por el presente» (p. 128), nos provoca a analizar la Historia de la paz en Europa no como un concepto estático, pero en constante diálogo con el presente, buscando las raíces de los conflictos y los mecanismos de pacificación hacen eco aún en los días de hoy.

del Carbón y del Acero (CECA) en 1951.[130] Ese proyecto pionero involucró Francia, Alemania Occidental, Italia y otros países que se pusieron de acuerdo en compartir recursos cruciales para la industria pesada, tornando así una guerra en ese sector virtualmente imposible. Eso marcó el inicio del que más tarde se tornaría la UE (Bloch, 2001; Hobsbawm, 1995).

§271. En los años que se siguieron, la UE se expandió y evolucionó para abarcar una amplia gama de cuestiones, desde la economía hasta la política externa. El objetivo central siempre fue promover la paz y la prosperidad en Europa. De esa manera, el bloque se tornó un espacio en que las naciones podrían cooperar en vez de competir y los valores democráticos y los derechos humanos eran promovidos.[131] A través de su enfoque innovador, la UE desempeñó un rol importante en la reconciliación de naciones históricamente enemigas, como Francia y Alemania. Además de eso, la organización contribuyó para la estabilidad en Europa Oriental tras el colapso de la Unión Soviética, ayudando a facilitar la transición para la democracia en muchos países de la región (Keegan, 1995). Resaltamos también que la Organización del tratado del Atlántico Norte (OTAN) desempeñó un rol importante en la manutención de la paz en la región. La alianza militar, fundada en 1949, estableció una red de seguridad colectiva que desanimó agresiones y actuó como un como un contrapeso al equilibrio de poder en el contexto de la Guerra Fría.[132]

§272. La historia de la paz en Europa es una Historia de transformación y cooperación. Tras siglos de conflictos devastadores, el continente dio pasos valientes hacia una

[130] Para Fukuyama (1992), la democracia liberal puede ser comprendida como un sistema político ideal, pues, en cierta medida, promueve la «paz perpetua». Con eso, aún que haya recibido muchas críticas, ese autor nos ofrece un punto de partida para discutir la relación entre democracia y paz en Europa post-Guerra-Fría.

[131] Sobre el «corto siglo XX» como periodo de guerra total y experimento de paz, Hobsbawn (1995) ofrece un panorama crucial del siglo XX, destacando la violencia extrema y los esfuerzos de construcción de un orden internacional pacífico.

[132] Keegan (1995), analizando «la guerra como institución social y su evolución en la historia europea» (p. 20), ofrece un contrapunto crucial al analizar la guerra como fenómeno intrínseco a la Historia de humanidad, con desdoblamientos específicos para el contexto europeo.

visión de paz duradera. En ese sentido, la Unión Europea y la OTAN representan esfuerzos concretos para evitar la repetición de los horrores del pasado (Knutsen, 1994). Aunque los desafíos persistan y nuevas amenazas surjan, Europa continúa a ser un ejemplo de cómo naciones históricamente divididas pueden unirse en búsqueda de la paz y de la prosperidad. Esa Historia inspiradora de superación de diferencias y construcción de un futuro común demuestra que la paz es una meta alcanzable, aunque en regiones más conturbadas.

§273. Uno de los eventos más significativos en la Historia de la paz en Europa fue la caída del Muro de Berlín, en 1989. Ese evento marcó el fin de la Guerra Fría y la reunificación de Alemania, Además de simbolizar la esperanza de una Europa unificada y libre de conflictos. La Revolución de Terciopelo en Checoslovaquia y la caída del capitalismo de Estado, también nombrado de socialismo real[133], en

[133] El término *capitalismo de Estado,* también conocido como *socialismo real,* es utilizado para describir la organización socioeconómica de países que se autodeclaraban socialistas, pero que, en la práctica presentaban características distintas del socialismo marxista clásico. Esa nomenclatura carga en sí misma una crítica contundente al modelo soviético y sus satélites, cuestionando la legitimidad de la designación socialista y apuntando para contradicciones internas. Tal denominación, *capitalismo de estado*, surge de la percepción de que, en esos regímenes el Estado asume el rol tradicionalmente atribuido al capitalista. La propiedad privada de los medios de producción es sustituida por la propiedad estatal, pero la lógica de acumulación y control centralizado de la economía permanecen. En ese sentido, autores como Tony Cliff (1979) argumentan que «La abolición de la propiedad privada capitalista es, sin duda, un paso gigantesco hacia el socialismo, Pero, en sí misma, no es aún el socialismo. (…) La cuestión decisiva es: ¿quién controla es estado? Y, ¿En nombre de qué intereses? (p. 25). Cliff (1979) apunta para la burocratización del Estado como un elemento central para la configuración del capitalismo de Estado. La nomenclatura, elite burocrática que detenía el control del partido y, por consiguiente, del Estado pasa a ser la nueva clase dominante, apropiándose del excedente económico y perpetuando relaciones de exploración. Para más allá de la cuestión de la propiedad, otros aspectos del *socialismo real* son cuestionados y utilizados como argumento para designación de *capitalismo de Estado*: (i) planificación centralizada: la economía era rígidamente controlada por planes quinquenales, elaborados por la burocracia estatal. Esa característica, a pesar de haber impulsado el desarrollo inicial de algunos sectores, llevó a la ineficiencia, escasez y falta de innovación a largo plazo; (ii) ausencia de democracia: la supresión de la democracia y la persecución política fueron marcas registradas de eses regímenes. La ausencia de libertades individuales y de participación popular en la tomada de decisiones contradecía el principio fundamental del socialismo, el control de los trabajadores sobre los medios de producción y sobre sus propias vidas; (iii) imperialismo soviético: La Unión Soviética, principal exponente del *socialismo real* no implica, expandió su influencia sobre diversos países formando el bloque socialista. Esa expansión, muchas veces, se dio por medio de la fuerza militar, como en la Primavera de Praga (1968) y en la invasión del Afganistán (1979), lo que contradice el internacionalismo proletario defendido por Marx y Engels. La denominación *capitalismo de Estado* para referirse al *socialismo real* es, por lo tanto, una forma de crítica a la forma como el socialismo fue implementado en la Unión Soviética y en los países del bloque soviético. Es importante destacar que la crítica al *socialismo real* no implica, necesariamente, un rechazo al socialismo democrático como un todo. Diversas corrientes socialistas, como el socialismo democrático, y el libertarianismo, presentan propuestas y visiones alternativas de construcción de una sociedad socialista, buscando

muchos países de la Europa Oriental también contribuyeron para la estabilidad en la región (Veyne, 2008).

§274. La expansión de la UE para incluir naciones del antiguo bloque comunista de la Europa Oriental fue un paso significativo hacia la paz y estabilidad en Europa. El bloque ofreció incentivos económicos y políticos para que esos países adoptaran reformas democráticas y económicas, fortaleciendo los lazos entre naciones anteriormente divididas. Sin embargo, la paz en Europa no es un proceso linear y continuado, teniendo en vista que la región enfrentó y aún hoy día enfrenta desafíos significativos, como en los casos abajo:

- Conflictos en los Balcanes: tras el colapso de Yugoslavia en la década de 1990, Europa testimonió conflictos violentos en la región, incluyendo la Guerra de Bosnia y la Guerra de Kosovo. La intervención de la OTAN y los esfuerzos de mediación internacional ayudaron a encerrar los conflictos, pero la región aún lidia con tensiones étnicas (Ziegler, 1998).
- Cuestiones migratorias: la crisis migratoria que comenzó en 2015 puso a prueba la unidad de la UE, una vez que los flujos de refugiados y migrantes generaron divisiones políticas y sociales. Desafiando la solidaridad entre los Estados- miembros.
- Relaciones con Rusia: la relación entre la UE y Rusia está marcado por tensiones, ejemplificada en el caso de la anexión de la Crimea por Rusia y por el conflicto Rusia-Ucrania, que ha generado preocupaciones de seguridad en Europa Oriental.[134]
- Nacionalismo y extremismo: por último, el resurgimiento de movimientos

---

evitar los errores y contradicciones presentes en el modelo soviético. El debate sobre la naturaleza del *socialismo real* y su relación con el *capitalista de Estado* permanece actual y relevante para la comprensión de la Historia del siglo XX y para la construcción de alternativas socialistas en el siglo XXI.

[134] Es un error grosero definir la Historia de Europa apenas como una «Historia de paz» véase su riqueza y complejidad. El continente fue escenario de movimientos pacifistas e intelectuales importantes, así como construyó instituciones y mecanismos para promover la cooperación y evitar nuevos conflictos, especialmente en el post-Segunda Guerra Mundial. Pero, no podemos ignorar siglos de guerras, conflictos internos, imperialismo y violencia que la región vivenció.

> nacionalistas y extremistas en algunos países europeos representa un desafío para la cohesión en la región, una vez que esos movimientos muchas veces cuestionan los principios de integración europea y cooperación.[135]

§275. A pesar de los desafíos, la diplomacia y la cooperación son elementos fundamentales del proceso de búsqueda por la paz en Europa. La negociación de acuerdos de paz, la mediación de conflictos y el fortalecimiento de las instituciones europeas desempeñan un rol crucial en la promoción de la estabilidad y en la prevención de conflictos.[136] Su Historia de paz es una jornada compleja y multifacética, marcada por desafíos y realizaciones significativas. La región aprendió con los horrores de conflictos pasados uy está comprometida con la construcción de un futuro de paz, prosperidad y cooperación. A la medida que Europa enfrenta nuevos desafíos, la experiencia histórica del continente sirve como un ejemplo inspirador de como las naciones pueden superar divisiones y trabajar juntas en búsqueda de la paz.[137]

§276. Ejemplos de esos esfuerzos son los tratados producidos por los países de la región. El tratado de roma (1957) estableció la Comunidad Económica Europea (CEE), precursora de la UE. Su objetivo era promover la cooperación económica y la integración política, reduciendo las tensiones y promoviendo la paz tras las devastadoras Guerras Mundiales.[138] Ya el tratado de Maastricht (1992) creó la UE

---

[135] A pesar de frecuentes conflictos, Europa también experiencia periodos de paz y prosperidad. La *pax romana*, por ejemplo, fue un periodo de relativa tranquilidad y estabilidad en el Imperio Romano entre los siglos I y II d. C., marcado por la extensión territorial, desarrollo económico y florecimiento cultural *Gibbon, 2005).

[136] Europa fue cuna de importantes movimientos pacifistas. El humanismo renacentista, por ejemplo, valora la razón, la diplomacia y la búsqueda por la paz, en contraste con la violencia de la Edad Media (Burke, 1999).

[137] El período conocido como *Belle époque*, comprendido ente el final del siglo XIX e inicio del siglo XX, representó una época de optimismo, progreso tecnológico y relativa paz entre las grandes potencias europeas, a pesar de las tensiones crecientes que culminarían en la Primera Guerra Mundial (Hobsbawn, 2002).

[138] En el siglo XVIII, el Iluminismo defendía la razón, la tolerancia y el progreso, así como criticaba la guerra como un instrumento irracional de resolución de conflictos (Israel, 2014)

140 El pacifismo moderno, que se desarrolló en los siglos XIX y XX, proponía la abolición de la guerra y la resolución pacífica de conflictos a través del derecho internacional y de la cooperación

como la conocemos hoy, Además de promover la cooperación económica, la organización comenzó a involucrarse más profundamente en cuestiones de política externa y seguridad, con el objetivo de desempeñar un rol en la manutención de la paz global.[139]

§277. La ampliación de la UE es un factor significativo para la promoción de la paz. La incorporación de países del antiguo bloque soviético, como Polonia, Hungría y los Estados Bálticos, fortaleció la estabilidad en la Europa Oriental y es en la realidad un gran intento[140] de atingir su escopo: consolidar la paz, entre las democracias.[141]

---

entre los pueblos (Cooper, 1991).

[139] El pacifismo moderno, que se desarrolló en los siglos XIX y XX, proponía la abolición de la guerra y la resolución pacífica de conflictos a través del derecho internacional y de la cooperación entre los pueblos (Cooper, 1991).

[140] La ascensión del autoritarismo representa un desafío significativo para la democracia global en el siglo XXI. Dentro de la propia UE, bloque históricamente reconocido por sus valores democráticos y liberales, la situación en Polonia y Hungría ha generado preocupaciones crecientes. Ambos los países, gobernados por partidos de derecha populista, han implementado medidas que, según críticos, corroen la democracia y el estado de Derecho. Para contextualizar el análisis, es crucial comprender el concepto de autoritarismo. Hannah Arendt (2012), en su obra *Orígenes del totalitarismo*, define el régimen autoritario como aquel que busca la «dominación total», controlando no apenas las esferas políticas y económicas, como también la vida social y el pensamiento individual. Ya Levitski y Ziblatt (2018), en *Como las democracias mueren,* argumentan que el proceso de erosión democrática ocurre gradualmente, a través de medidas que debilitan las instituciones y normas democráticas de forma sutil, muchas veces con el apoyo popular. En Polonia, el partido gobernista Ley y Justicia (PiS) ha implementado una serie de medidas que fragilizan la independencia del poder judiciario. Desde 2015, el PiS aprobó leyes que permiten al gobierno controlar el nombramiento de jueces, además de haber implementado un «régimen disciplinario» que permite punir jueces por decisiones consideradas desfavorables al gobierno. Esas acciones fueron ampliamente criticadas por organizaciones internacionales, como la Comisión Europea y la ONU. En 2019, la Comisión Europea accionó el artículo 7º del Tratado de la Unión Europea contra Polonia, argumentando que las reformas judiciales representaban un «riesgo claro de violación grave del Estado de Derecho». En Hungría, el gobierno de Viktor Orbán, en el poder desde 2010, también ha sido acusado de debilitar la democracia. El gobierno húngaro aprobó leyes que restringen la libertad de la prensa, limitan el espacio de la sociedad civil y dificultan el acceso a la información. Un ejemplo emblemático fue la aprobación de una ley en 2017 que impone severas restricciones a las universidades extranjeras, forzando el cierre de la Universidad Centro-Europea (CEU), institución renombrada por su tradición crítica y liberal. La situación en Hungría también ha sido objeto de críticas por parte de la Unión Europea. En 2018, el Parlamento Europeo accionó el artículo 7º conta Hungría, alegando «riesgo claro de violación grave de los valores de la Unión». **La situación en Polonia y en Hungría ilustra os desafíos enfrentados por la UE en la defensa de sus valores democráticos de paz**. La ascensión del autoritarismo dentro del bloque exige una respuesta firme y unificada por parte de los Estados-miembro. Es crucial fortalecer los mecanismos de protección de la democracia y del Estado de Derecho, además de promover el diálogo y la cooperación entre los países miembros. La falta de acción decisiva puede tener consecuencias graves para el futuro de la UE, debilitando la cohesión del bloque y abriendo espacio para la proliferación de regímenes autoritarios.

[141] Tras la Segunda Guerra Mundial, la creación de la UE y de otras instituciones promovió la cooperación y la resolución pacífica de conflictos entre países miembro. El bloque, fundado en 1993 con base en el Tratado de Maastricht (1992), tiene como objetivo promover la paz, la democracia y el desarrollo económico y social de sus miembros a través de la integración política, económica y social (Tratado de la Unión Europea, 1992).

Además de la UE, otras organizaciones regionales también representan un rol importante en la manutención de la paz, como en el caso de la Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa (OSCE) y el Consejo de Europa, que promueven cooperación, derechos humanos y estabilidad en toda la región.[142]

- Brexit: La salida del Reino Unido de la UE (Brexit) representa un desafío significativo para la cohesión europea. Aunque el bloque haya conseguido mantener la paz entre sus miembros, el proceso de salida del Reino Unido destacó las divisiones internas y los desafíos de la integración.[143]
- Tensiones con Rusia: las relaciones entre la UE y Rusia permanecen tensas, especialmente tras la anexión de la Crimea por Rusia en 2014; y de la eclosión de la guerra en Ucrania, que sigue siendo un punto de conflicto. Ese contexto acentúa las preocupaciones de seguridad en Europa Oriental.[144]
- Populismo y extremismo: el surgimiento de partidos políticos populistas y extremistas en algunos países europeos levanta preocupaciones sobre la cohesión de la UE y la promoción de los valores democráticos. Esos movimientos muchas veces cuestionan el compromiso con la integración europea (Bloch, 2001).
- Desafíos migratorios continuos: la cuestión migratoria continúa a ser una fuente de tensión en Europa, con los Estados-miembros luchando para encontrar un equilibrio entre la solidaridad y el control de las fronteras (Fukuyama, 1992).

§278. La diplomacia y la mediación desempeñan un rol importante en la gestión de

[142] Diplomacia y negociación: Europa desarrolló una fuerte tradición diplomática, utilizando el diálogo y la negociación para resolver crisis y evitar guerras. El Congreso de Viena (1814-1815), por ejemplo, buscó reorganizar el mapa de Europa tras las Guerras Napoleónicas a través de la diplomacia y del equilibrio de poder entre las grandes potencias (Kissinger, 2016).

[143] La historia europea está marcada por innúmeros conflictos, desde las guerras de la Antigüedad hasta las dos Guerras Mundiales, pasando por las guerras religiosas, revoluciones y conflictos nacionalistas. La Guerra de los Treinta Años (1618-1648), por ejemplo, fue un conflicto religioso devastador que involucró diversas naciones europeas y causó millones de muertes (Parker, 2015).

[144] Durante siglos, los países europeos dominaron y exploraron vastas regiones del mundo, causando violencia y sufrimiento a millones de personas. La colonización de África por las potencias europeas en el siglo XIX, por ejemplo, fue marcada por la violencia, exploración económica e imposición cultural.

conflictos y en la manutención de la paz en Europa. Organizaciones internacionales, como la UE, han desempeñado un rol activo con el intuito de promover la diplomacia y la búsqueda de soluciones pacíficas para conflictos (Hobsbawn, 1995). De acuerdo con el estudio de Knutsen (1994) sobre la Historia de la paz, podemos entender que la Búsqueda por la paz no es un concepto nuevo. Desde la Antigüedad, civilizaciones se han desempeñado el alcanzar la paz, sea por medio de tratados, acuerdos o movimientos pacifistas. Knutsen (1994) argumenta que, para comprender la paz en el presente, es fundamental analizar como ella fue construida a lo largo de la Historia, El autor concentra su análisis en Europa, utilizando ejemplos de tratados y movimientos pacifistas que moldaron la cultura de la paz en la región. Su obra nos invita a reflexionar sobre la importancia de la diplomacia, del diálogo y de la cooperación en la construcción de un mundo más pacífico.

§279. Veyne (2008), inspirado por las ideas de Foucault, nos instiga a repensar la forma como la Historia, especialmente la de Europa, suele ser escrita. Frecuentemente, encontramos una narrativa dominante, una «Historia única», que silencia otras voces y perspectivas. En el contexto de la paz, eso se torna aún más crucial. Al cuestionar esa «Historia única», abrimos espacio para las voces marginadas – las Historias de aquellos que fueron excluidos de las narrativas tradicionales. La búsqueda por la paz, muchas veces, está narrada desde el punto de vista de los vencedores, de los que dictaban los tratados y acuerdos, pero, ¿y las voces de los marginados, de los que sufrieron las consecuencias de los conflictos? Para Veyne (2008), comprender la Historia de la paz exige esa desconstrucción. Es preciso ir más allá de la narrativa hegemónica y buscar las múltiples perspectivas, las voces silenciadas, para entonces construir una comprensión más completa y justa del pasado y, consecuentemente, hacer un camino más genuino hacia la paz en el presente.

§280. Tras la devastación de la Segunda Guerra Mundial, emergió una necesidad urgente

de construir un futuro distinto, pautado por la paz y por el respeto a la dignidad humana. En ese contexto, la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 194 surge como un marco fundamental. Ziegler (1998) argumenta que la Declaración Universal tuvo un rol crucial en la construcción de una cultura de paz en Europa de la postguerra. Al reconocer los derechos inherentes a todos los seres humanos, independientemente de nacionalidad, raza, género, religión o cualquier otra condición, la Declaración estableció un nuevo paradigma para las relaciones internacionales. Para Ziegler (1998), la paz no se limita a la ausencia de conflictos armados. Ella se construye desde la garantía de los derechos humanos para todos. Una sociedad justa, igualitaria y que respeta la dignidad humana es el cimiento para una paz duradera. La declaración Universal, en ese sentido, sirve como un guion para la construcción de un futuro más pacífico, no apenas para Europa, pero para todo el mundo.

§281. La Historia de la paz en Europa es una narrativa compleja que evolucionó a lo largo del tiempo. Ella se basa en instituciones, tratados y acuerdos que promueven la cooperación, la democracia y los derechos humanos. A pesar de los desafíos contemporáneos, la experiencia europea demuestra como la paz puede ser alcanzada y mantenida por medio del compromiso con la unidad, la diplomacia y la cooperación. Es un ejemplo inspirador de como naciones pueden superar diferencias históricas en busca de un futuro más pacífico y próspero.

§282. La Historia de la paz en Europa es un tapiz intrincado, tejida con hilos de conflictos devastadores y esfuerzos notables para construir una paz duradera. A pesar de un pasado marcado por guerras y divisiones, el continente embarcó en un camino notable hacia la unidad y cooperación, principalmente tras los horrores de la Segunda Guerra Mundial. La formación de la CECA en 1951 marcó el inicio de una nueva era, promoviendo la interdependencia económica entre Francia, Alemania Occidental, Italia y otros. Ese espíritu de colaboración pavimentó el camino para la UE, que evolucionó para una entidad poderosa que promueve la paz, la democracia

y los derechos humanos actualmente. La expansión de la UE para incluir naciones anteriormente bajo influencia soviética solidificó aún mas la estabilidad y la cooperación en la Europa Oriental.

§283. La caída del Muro de Berlín en 1989 simbolizó el finde la Guerra Fría y el deseo de una Europa unificada. LA OTAN también desempeñó un rol vital en la manutención de la seguridad colectiva y en la disuasión de agresiones. Sin embargo, el camino para la paz no fue exento de desafíos. Conflictos en los Balcanes, crisis migratorias, tensiones con Rusia y la ascensión del nacionalismo y del extremismo testaron la resiliencia de Europa. El Brexit también representó un desafío significativo para la cohesión de la UE.

§284. Por fin, destacamos que, a pesar de esos obstáculos, el continente demostró un compromiso inquebrantable con la diplomacia, la mediación y el multilateralismo. La UE, juntamente con organizaciones como la OSCE y el Consejo de Europa, trabajan incansablemente para promover el diálogo, resolver conflictos pacíficamente y defender los derechos humanos. Esa experiencia europea sirve como un testimonio del poder transformador de la cooperación, del diálogo y de la búsqueda conjunta por la paz. A pesar de los desafíos persistentes, el compromiso de Europa con esos valores ofrece esperanza e inspiración para el resto del mundo. La Historia de la paz en Europa nos acuerda que aunque delante de la adversidad, la paz es un objetivo alcanzable por medio de los esfuerzos conjuntos y una creencia inquebrantable en un futuro compartido.

2.2. Experiencia Histórica de la UE y paz

Si queremos un mundo de paz y justicia, tenemos que colocar
la decisión firmemente en las manos de los pueblos.

– Mahatma Gandhi, Todos los Hombres son Hermanos: Vida e Pensamientos de Mahatma, 2002

§285. La UE representa uno de los proyectos políticos y económicos más bien-sucedidos de la Historia contemporánea, y su trayectoria está intrínsicamente conectada a la búsqueda por la paz en Europa tras décadas de conflictos devastadores.[145] En esta tesis, exploraremos la experiencia histórica de la UE como un ejemplo notable de como la cooperación internacional puede ser un instrumento eficaz en la promoción de la paz y de la estabilidad.[146]

§286. Durante el siglo XX, Europa fue escenario de dos Guerras Mundiales que resultaron en destrucción masiva y sufrimiento humano. Esos conflictos abalaron el continente y dejaron cicatrices profundas en la memoria colectiva europea. Particularmente, a Segunda Guerra Mundial produjo una devastación sin precedentes y llevó a la concientización sobre la necesidad de evitar futuros conflictos.[147]

§287. El proceso de cooperación europea tuvo inicio luego después de la Segunda Guerra Mundial, con el objetivo de prevenir futuras hostilidades. Los líderes europeos reconocieron que la integración económica y la política podría ser una manera eficaz de promover la paz y la prosperidad.[148] Algunos marcos importantes de ese proceso incluyen:

- Declaración de Schuman (1950): el ministro de las relaciones Exteriores francés, Robert Schuman, propuso la creación de la Comunidad Europea del

[145] John Paxton (2007) destaca que «La creación de la Comunidad Europea del Carbón y del Acero (CECA) en 1951 marcó el inicio de un proyecto de paz sin precedentes. Al colocar la producción de carbón y acero, materiales esenciales para la industria bélica, bajo el control supranacional, los seis países fundadores – Francia, Alemania, Italia, Bélgica, Holanda y Luxemburgo – buscaban tornar impensable una nueva guerra entre sí» (p. 23).

[146] Para Maria Eduarda Costa (2015), «La experiencia de la Unión Europea demuestra que la integración económica puede ser un poderoso instrumento para la promoción de la paz. La interdependencia económica entre los Estados-miembros, aliada a los mecanismos de diálogo y cooperación, contribuyó para la creación de un clima de confianza mutua y para la superación de antiguas rivalidades» (p. 52).

[147] La Unión Europea recibió el Premio Nobel de la Paz en 2012, en reconocimiento por su contribución para el avance de la paz, la democracia, la reconciliación y los derechos humanos en Europa. Durante más de seis décadas, la UE une las antiguas naciones beligerantes de Europa en una base de prosperidad y de valores comunes (UE vence Nobel da Paz 2012, 2012).

[148] «La Unión se funda en los valores del respeto por la dignidad humana, de la libertad, de la democracia, de la igualdad, del Estado de Derecho y del respeto por los derechos humanos, incluyendo los derechos de las personas pertenecientes a las minorías. Esos valores son comunes a los Estados-Miembros en una sociedad caracterizada por el pluralismo, la no descriminalización, la tolerancia, la justicia, la solidaridad y la igualdad entre mujeres y hombres» (Protección de los valores consagrados en el artículo 2º de lo TUE en la UE, 2024, p. 1).

Carbón y del Acero (CECA), que buscaba la integración económica de los sectores de carbón y del acero de Francia y de Alemania. Esa propuesta, que se expandió para incluir otros países, estableció las bases para la cooperación europea.[149]

- Tratado de Roma (1957): estableció la Comunidad Económica Europea (CEE) y la comunidad de Energía Atómica (EURATOM), precursoras de la actual UE. Esas comunidades buscaban la integración económica y la libre circulación de bienes, servicios, personas y capital entre los Estados miembros.[150]

§288. En los años que se siguieron, la UE se expandió y se consolidó en una organización que promueve paz, estabilidad y cooperación en toda Europa.[151] En ese sentido, es relevantes destacar algunos marcos importantes de ese proceso, como:

- su ampliación para el este: tras el colapso de la Unión Soviética muchos países de la Europa Oriental buscaron adherir al bloque. La ampliación para el leste fortaleció la democracia, la estabilidad política y la cooperación regional en toda la región.[152]
- su moneda única, el euro: la introducción del euro como moneda única en 1999 fortaleció la integración económica y aumentó la estabilidad financiera entre los

[149] La guerra en Ucrania, iniciada por la invasión rusa en 2022, lanzó una sombra sobre Europa y el mundo, desafiando los pilares de la Orden internacional basada en reglas y en los derechos humanos (Organización de las Naciones Unidas, 2022). Las imágenes brutales del conflicto, con ciudades devastadas y millones de refugiados (Alto Comisariado de las Naciones Unidas para Refugiados, 2023), sirven como un recordatorio cruel de la fragilidad de la paz y de la importancia vital de su preservación.

[150] En ese contexto, la paz emerge no apenas como objeto político, pero como un principio ético para la propia existencia y efectuación de los derechos humanos (Bobbio, 2004).

[151] La destrucción de infraestructuras esenciales coloca en riesgo la supervivencia de millares de personas. Así, la guerra representa una negación violenta de los derechos fundamentales, resultando en violación del derecho a la vida, con millares de muertos y heridos civiles y militares (HRW, 2023).

[152] El conflicto genera un número masivo de refugiados y desplazados internos, privados de sus casas, pertenencias y medios de subsistencia (En 2023, ACNUR respondió al mayor número de emergencias humanitarias de la última década, 2024). La libertad de expresión, de la prensa y de reunión son frecuentemente restringidas en escenarios de guerra, mientras que la propaganda y la desinformación se proliferan (Europa – Asia Central: Ucrania, 2023). Además de eso, el conflicto causa destrucción de infraestructura, colapso de la economía y desestabilización social, impactando negativamente el desarrollo humano (Desarrollo mundial 2022, 2022).

países de la zona del euro.[153]

§289. La UE ha desempeñado un rol fundamental en la promoción de la paz por medio de sus políticas externas y de seguridad. La Política Externa y de Seguridad Común (PESC) y la Política Europea de Vecindad (PEV) son ejemplos de instrumentos diplomáticos que buscan resolver conflictos, promover la democracia y los derechos humanos en todo el mundo.[154] A pesar de sus éxitos, la organización enfrenta desafíos contemporáneos, como aquellos que ya mencionamos. Sin embargo, esos desafíos destacan aún más la necesidad continua de cooperación y diplomacia en la búsqueda por la paz.[155]

§290. La experiencia histórica de la Unión Europea demuestra que la cooperación internacional, basada en valores compartidos e intereses comunes, puede ser un instrumento eficaz en la promoción de la paz y de la estabilidad en una región anteriormente marcada por conflictos. La UE representa un modelo para otros lugares del mundo que buscan superar divisiones históricas y construir un futuro de paz y prosperidad por medio de la cooperación. Su historia es una prueba viva de que, a pesar de los desafíos, la paz es una meta alcanzable por medio de compromisos con la unidad, la diplomacia y la cooperación.[156]

§291. Uno de los eventos más significativos en la historia de la paz en Europa fue la caída

---

[153] Delante de esa realidad, Europa enfrenta un desafío histórico. El continente, que emergió de las cenizas de la Segunda Guerra Mundial con un compromiso inquebrantable con la paz, la democracia y los derechos humanos (Declaración Universal de los Derechos Humanos, 1948), necesita, hoy, mantener la unidad y la firmeza en la condenación de la agresión rusa y en la búsqueda por una solución pacífica para el conflicto a través de la diplomacia y sanciones (Consejo Europeo, 23-24 junio, 2022, n. d.).

[154] Resaltamos la necesidad de fortalecer su capacidad de defensa para disuadir futuras agresiones y garantizar la seguridad del continente, sin alimentar una corrida armamentista (OTAN 2022: Seguridad, n. d.). Además de eso, es importante reforzar la solidaridad con el pueblo ucraniano, forneciendo apoyo humanitario, acogiendo refugiados y ayudando en la reconstrucción del país en la postguerra (Relato de 2022 sobre el Estado de derecho, 2022).

[155] La educación para la paz, el diálogo intercultural, la justicia social y la promoción de la tolerancia son elementos esenciales para prevenir futuros conflictos y construir un futuro más justo y pacífico para todos (Galtung, 2003).

[156] Reafirmar el compromiso con la orden internacional basada en reglas, el multilateralismo y la resolución pacífica de conflictos, a través de instituciones como la ONU y la OSCE (Unión Europea, 2022). La Guerra en Ucrania evidencia la necesidad de reforzar la cultura de la paz y el compromiso con los derechos humanos en todos los niveles de la sociedad (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2018).

del Muro de Berlín en 1989. Sobre ese evento, es relevantes destacar tres principales puntos. Primero, el Muro de Berlín era el símbolo máximo e la división de Europa en dos bloques ideológicos antagónicos. Su caída representó el fin de la Guerra Fría, un conflicto que, por décadas, mantuvo el mundo bajo la amenaza de una guerra nuclear. Segundo, la caída del Muro permitió la reunificación de Alemania, separada desde el fin de la Segunda Guerra Mundial. Ese proceso, conducido de forma pacífica y negociada, representó un paso importante para la reconciliación y la superación de heridas del pasado. Tercero, la caída del Muro de Berlín, juntamente con la revolución de Terciopelo en Checoslovaquia y la caída del socialismo real en otros países de la Europa Oriental, alimentó la esperanza de una Europa unificada, democrática y pacífica.

§292. La expansión de la UE para el leste en los años siguientes fu un reflejo de ese nuevo contexto geopolítico y fue un paso significativo hacia la paz y estabilidad en Europa. El bloque ofreció incentivos económicos y políticos para que esos países adoptaran reformas democráticas y económicas, fortaleciendo los lazos entre naciones anteriormente divididas.[157] En suma, la caída del Muro de Berlín no fue apenas la derrumbada de una barrera física, sino la superación de una división ideológica que por mucho tiempo impidió la construcción de una paz duradera en Europa. Ese evento histórico nos acuerda del poder de la esperanza, del diálogo y de la búsqueda por un futuro común. Destacamos que, en ese contexto, la Revolución de Terciopelo en Checoslovaquia y la caía del socialismo real en muchos países de la Europa Oriental también contribuyeron para la estabilidad en la región.[158]

§293. La UE es un ejemplo bien-sucedido de como la cooperación internacional puede promover la paz. Sobre la discusión que realizamos en esta subsección,

[157] Solamente a través del compromiso colectivo con esos valores podremos superar los desafíos actuales y construir un futuro en que la paz sea la base para la plena realización de los derechos humanos.

[158] Es importante acordar que la paz no es apenas la ausencia de guerra, pero un proceso dinámico y continuo que exige esfuerzos constantes para promover la justicia social, el desarrollo humano y el respeto por la dignidad humana (Boulding, 1978)

destacamos que esa organización surgió del deseo de la paz post las Guerras Mundiales, o sea, la devastación del siglo XX llevó los líderes europeos a promover un proceso de integración económica y política como forma de prevenir futuros conflictos. La Declaración Schuman y el Tratado de Roma, marcos del progreso de la UE, lanzaron las bases para la cooperación, mientras que la expansión para el leste y la moneda única fortalecieron la integración y la estabilidad.

§294. Por fin, resaltamos que la UE promueve la paz a través de políticas externas y de seguridad. En ese sentido, la PESC y la PEV son ejemplos de instrumentos diplomáticos utilizados para resolver conflictos y promover la democracia globalmente. Además de eso, enfocamos que la caída del Muro de Berlín, símbolo del fin de la Guerra Fría y de la reunificación de Alemania, marcó un punto de viraje para Europa en la medida en que abrió el camino para la construcción de una región unificada y pacífica. Con eso, la expansión de la UE para el leste consolidó la estabilidad, proceso conducido a través de incentivos económicos y políticos que ayudaron naciones anteriormente comunistas a adoptar reformas democráticas, consolidando la paz en la región. A pesar de los desafíos contemporáneos, como el Brexit y el nacionalismo, la experiencia de la UE demuestra que la cooperación basada en valores e intereses comunes es crucial para construir un futuro de paz y prosperidad.

2.3. Construcción Valorativa de la UE y de la paz como Principio Existencial

[159] Es importante acordar que la paz no es apenas la ausencia de guerra, pero un proceso dinámico y continuo que exige esfuerzos constantes para promover la justicia social, el desarrollo humano y el respeto por la dignidad humana (Boulding, 1978)

La guerra nunca es divertida.

– Larry Gelbart, Serie Mas*H, 1972[159]

§295. La Unión Europea (UE) es una de las conquistas más notables de la historia de cooperación internacional y su construcción valorativa tiene la paz como uno de los pilares fundamentales. Discutimos en esta subsección la forma como los valores, principios y aspiraciones de ese bloque fueron entrelazados con la búsqueda continuada por la paz, transformándola en un principio existencial y en una fuente de inspiración para la construcción de un continente más pacífico y unido.[160]

§296. La UE no es apenas una alianza política y económica, como también una comunidad de valores. La construcción de los valores europeos, como la democracia, los derechos humanos, el Estado de Derecho y la igualdad, fue una respuesta directa a los horrores de la Segunda Guerra Mundial. De ese modo, el bloque nació con la visión de que la paz duradera solo podría ser alcanzada por medio de esos valores.[161] Dworkin (2003) dice que

Una comunidad política deciente no puede contentarse en ser simplemente un agrupado de personas que viven juntas y se benefician de hacer eso. Precisa ser una comunidad de personas que se consideran miembros de un emprendimiento común, que exige sacrificios mutuos. (p. 207)

§297. La paz no es apenas un objetivo de la UE, sino un principio existencial. Esa organización fue creada con la intención de evitar futuras guerras en Europa, y esa

[159] Aunque ambientada en medio a la Guerra de Corea, la serie Mas*H (1972-1983) frecuentemente transmitía mensajes pacifistas. Esa frase, dicha en diversos episodios, refuerza la naturaleza trágica y absurda de los conflictos armados.

[160] La UE se destaca como un proyecto impar en la historia de la humanidad teniendo en vista su compromiso con la búsqueda por la paz y la prosperidad a través de la integración y cooperación entre naciones. La construcción valorativa de la organización se fundamenta en la creencia de que la paz trasciende la mera ausencia de guerra, configurándose como un proceso dinámico que demanda esfuerzos continuados para superar las divisiones y promover la solidaridad entre los pueblos.

[161] Dworkin (2003) destaca la necesidad de un consenso de comunidad y sacrificio mutuo ara la existencia de una comunidad política deciente, elementos esenciales para la construcción y manutención de la paz.

misión permanece viva hasta hoy. La memoria de los conflictos del pasado es una fuerza motriz constante para la UE, acordándola de la necesidad vital de mantener la paz.[162] En ese sentido, el bloque estableció una serie de instituciones y mecanismos destinados a mantener la paz y prevenir conflictos, de los cuales destacamos los siguientes:

- Política Externa de seguridad Común (PESC): es una herramienta clave para la acción diplomática de la UE en cuestiones de seguridad y política externa. La UE utiliza la diplomacia preventiva, la mediación y misiones de paz para resolver conflictos y promover la estabilidad en todo el mundo.[163]
- Política Europea de Vecindad (PEV): busca extender los valores y patrones de la UE a los países vecinos, promoviendo estabilidad y cooperación en su vecindad inmediata.[164]
- Agencia Europea de Fronteras (Frontex): desempeña un rol importante en la gestión de fronteras y en la promoción de seguridad, al mismo tiempo en que busca enfoques humanitarios y derechos humanos en la migración.[165]

§298. La ampliación de la UE para incluir los países de la Europa Central y Oriental, sobre

[162] La UE emerge de las cenizas de la Segunda Guerra Mundial, cargando consigo las marcas de un pasado de conflictos sangrientos. La memoria de la guerra actúa como un recordatorio constante de la importancia de la unión e de la necesidad de evitar la repetición de los errores del pasado. Desmond Dinan (2010) evidencia que «La aspiración de construir una Europa pacífica, asiente en la reconciliación de los enemigos de otrora, guio los fundadores de la Comunidad Europea.» (p. 25)

[163] La UE defiende la resolución pacífica de conflictos y el uso del diálogo como herramienta primordial para superar las diferencias. La diplomacia, la cooperación multilateral y el respeto al derecho internacional se configuran como elementos centrales de su política externa. En ese sentido, evidenciamos que «El multilateralismo y la diplomacia son las piedras angulares de la acción externa de la Unión Europea. La UE está empeñada en defender y promover una orden internacional basada en reglas» (Unión Europea, 2021).

[164] La UE reconoce que la paz duradera solo es posible en sociedades libres y democráticas, en que los derechos humanos son respetados y protegidos. El respeto por la dignidad humana, la libertad, la democracia, la igualdad, el Estado de Derecho y los derechos humanos representan valores innegociables para la UE. Destacamos que «El respeto por los derechos humanos es un principio fundamental de la Unión Europea (…) La UE promueve y defiende los derechos humanos, tanto interna como externamente» (Unión Europea, 2020).

[165] La UE cree que la cohesión social y económica son pilares fundamentales para la paz. A través de la cooperación económica, de la creación de un mercado único y de políticas sociales, la UE busca reducir as desigualdades y promover todos sus ciudadanos. Destacamos aún que «La UE promueve el desarrollo sostenible en todo el mundo, con el objetivo primordial de erradicar la pobreza y construir un futuro pacífico, próspero y sostenible para todos» (Unión Europea, 2019)

todo tras el colapso del socialismo real, fortaleció la estabilidad y la democracia en esas regiones. Eso evidenció la atracción de los valores europeos e incentivó a las naciones candidatas a adoptarlos.[166] Habermas (1998a) resalta que «La ciudadanía cosmopolita (…) solo puede firmarse sobre la base de ciudadanías nacionales fortalecidas, o sea, de ciudadanía dispuestas y aptas a la cooperación» (p. 178). La UE enfrenta desafíos contemporáneos, como vimos, pero esos incentivan a reafirmar sus valores fundamentales y a promover la cohesión interna.[167]

§299. La UE es un ejemplo notable de como la construcción de valores y de la paz están intrínsicamente conectados. Los valores europeos no son apenas retórica, sino un guia para la acción. La paz no es apenas un ideal, sino un principio existencial de la UE. La construcción valorativa de la UE y la búsqueda incesante por la paz son fuentes de inspiración para un mundo que anhela por soluciones pacíficas para los desafíos globales. Así, ese bloque nos acuerda que, con determinación y cooperación, es posible construir una sociedad en que la paz sea más que un sueño, o sea, una realidad duradera.[168]

La unión se funda en los valores del respeto por la dignidad humana, de la libertad, de la democracia, de la igualdad, del Estado de Derecho y del respeto por los derechos humanos, incluyendo los derechos de las personas pertenecientes a minorías. Esos valores son comunes a los Estados-miembros en una sociedad caracterizada por el pluralismo, por la no discriminación, por la tolerancia, por la justicia, por la solidaridad y por la igualdad entre mujeres y hombres. (Tratado de Lisboa, 2007, p. 9).

§300. La construcción de los valores europeos no ocurrió de forma aislada, pero como

[166] Habermas (1998a) argumenta que la paz en un contexto globalizado depende de la cooperación entre Estados-nación fortalecidos, capaces de garantizar la justicia y el bien-estar social dentro de sus fronteras y promover la solidaridad internacional.

[167] Para la UE, la paz no se configura como un objetivo abstracto, pero como un principio existencial, la base sobre la cual se sostiene todo su proyecto. Sin paz, ella pierde su razón de ser.

[168] El propio tratado que establece las bases de la UE coloca la paz como un valor central, intrínsicamente conectado a la democracia, a los derechos humanos y a la cooperación entre los Estados-miembros.

una respuesta directa a los horrores de la Segunda Guerra Mundial y a los traumas de los conflictos del siglo XX. La devastación y el sufrimiento causados por esas guerras hicieron con que los líderes europeos percibieran la necesidad de crear una estructura que garantizara que tales atrocidades no ocurrieran nuevamente. Así, la UE nació de la convicción de que la paz y la estabilidad solo serían posibles con la promoción de valores compartidos.

§301. La democracia y los derechos humanos son piedras angulares de los valores europeos. La UE promueve la democracia como el sistema político ideal, incentivando los Estados-miembros a adoptar gobiernos representativos y a proteger los derechos fundamentales de sus ciudadanos. El respeto por los derechos humanos es un principio innegociable y una base para su cooperación.[169] El Estado de Derecho es esencial para la manutención de la paz, pues crea un ambiente en que las personas pueden confiar en el sistema legal y en la justicia.[170]

§302. La solidaridad es uno de los valores más profundos de la UE, lo que se refleja en las políticas de Cohesión que buscan reducir las disparidades económicas y sociales entre las regiones. La solidaridad también es evidente en su enfoque a la crisis migratoria, en que hay un esfuerzo para encontrar soluciones humanitarias y compartir la responsabilidad de forma justa entre los estados-miembros.[171] Para más allá de eso, evidenciamos que la UE invierte en mecanismos de prevención y resolución de conflictos, utilizando su diplomacia preventiva y mediación en situaciones de crisis. Ella busca activamente soluciones pacíficas para conflictos regionales y globales, promoviendo la paz por medio del diálogo y de la

[169] La Construcción valorativa de la UE coloca la paz en el centro de su proyecto, reconociéndola como un proceso dinámico que exige un compromiso constante con la democracia, los derechos humanos y la prosperidad compartida. Esa organización demuestra que la paz no es apenas un sueño lejano, pero una posibilidad real que puede ser construida a través de la cooperación, del diálogo y de la solidaridad entre los pueblos.

[170] Habermas (2001) dice que «La Unión Europea puede y debe entenderse como un proyecto de paz (…) Ella se basa en la comprensión de que la paz no es un mero estado de no guerra, pero un proceso dinámico de cooperación e integración» (p. 125).

[171] Habermas (2001) argumenta que la UE trasciende la mera ausencia de conflictos armados, representando un proyecto de paz en construcción. La integración política y económica entre los Estados-miembros está vista como fundamental para la consolidación de la paz duradera.

cooperación.[172]

§303. La UE no se limita a promover la paz dentro de sus fronteras y su enfoque a la paz y a los valores democráticos sirve como inspiración para otras regiones del mundo. La organización ofrece asistencia financiera, técnica y política para apoyar la construcción de la paz en regiones afectadas por conflictos, ayudando a crear sociedades más estables y democráticas.[173] Archer (2014) destaca que «La paz no es apenas la ausencia de guerra: es la construcción de una sociedad en que la guerra se torna impensable» (p. 215).

§304. La construcción de la UE es un ejemplo concreto de como la búsqueda por la paz y la cooperación entre naciones pueden superar un pasado de conflictos y construir un futuro próspero y armonioso. Las fuentes aquí presentadas fornecen un punto de partida para la comprensión de la compleja relación entre paz, valores y construcción de la identidad europea. La UE enfrenta desafíos contemporáneos, sin embargo, esos desafíos apenas refuerzan su compromiso continuo con la promoción de los valores europeos y de la paz. El bloque entiende que su fuerza está enraizada en sus valores y en la cooperación entre sus miembros.[174]

§305. Resaltamos que la UE es un ejemplo notable de como la construcción de valores puede tornarse un principio existencial para la paz. Los valores europeos no son apenas un conjunto de principios escritos: son la base sobre la cual la UE construida y el fundamento sobre el cual la paz en Europa se sostiene. La comunidad europea nos acuerda que la paz é más que la ausencia de conflicto, pues involucra la promoción activa de valores compartidos, como democracia,

[172] Segundo Maria regina rodrigues (2002), «La experiencia histórica de la Integración europea demuestra que la creación de instituciones supranacionales y la promoción de la cooperación en áreas como la economía, política externa y justicia contribuyen para la superación de rivalidades históricas y la construcción de una paz duradera» (p. 128).

[173] Rodrigues (2002), especialista en Relaciones Internaciones, destaca el rol fundamental de la integración den diversas áreas para la construcción de la paz en la UE, Las instituciones supranacionales y la cooperación entre los países miembros son apuntadas como elementos clave para superar las rivalidades del pasado.

[174] Archer (2014) argumenta que la paz no es un estado pasivo, sino un proceso activo de construcción de una sociedad justa e igualitaria, en la cual la guerra no es más una opción.

derechos humanos y solidaridad. Su jornada es un testimonio inspirador de como la cooperación basada en valores puede crear un continente más pacífico y unido, y sirve como un faro de esperanza para el mundo en búsqueda de soluciones pacíficas para los desafíos globales.[175]

§306. Los valores de la UE no son apenas una cuestión retórica, pero una fuerza motriz que impulsa su acción. Elles están incorporados en documentos fundamentales, como el tratado de Lisboa y la Carta de los Derechos Fundamentales de la UE. Esos valores orientan la tomada de decisiones y la formulación de políticas en todas las áreas, desde la economía hasta la política externa.[176] Otro valor fundamental de la UE es el respeto por la diversidad, que busca promover el pluralismo como parte central de su identidad, teniendo en vista que el grupo está formado por la unión de naciones con diferentes lenguas, culturas e historias. Ese enfoque no apenas fortalece la cohesión interna, como también es un mensaje poderoso de que la diversidad puede ser una fuente de enriquecimiento y no de conflicto (Magalhães, 2012).

§307. La UE también reconoce que la paz no es apenas la ausencia de conflictos armados, sino la presencia de condiciones sociales y económicas que permitan una vida digna para todos los ciudadanos. La construcción de un sistema de seguridad social, la promoción de la igualdad de género y la inversión en educación y salud son parte integrante de su visión para una paz duradera (Gomes, 2017). Además de eso, ella valora la sociedad civil como una aliada importante en la promoción de los valores y de la paz. En ese sentido organizaciones no gubernamentales, grupos de defensa de los derechos humanos y movimientos

[175] «La UE está empeñada en promover la paz y la seguridad en Europa y en el mundo. Trabajamos en conjunto para prevenir conflictos, mediar crisis y crear las condiciones para una paz duradera» (Unión Europea, 2023).

[176] El sitio web de la UE presenta la perspectiva de la propia organización sobre el tema. El bloque se presenta como actor importante en la promoción de la paz tanto en el continente europeo cuanto globalmente, actuando en la prevención de conflictos y en la búsqueda por soluciones pacíficas de crisis.

cívicos desempeñan un rol activo en la monitorización y en la abogacía por los valores europeos. La UE fornece apoyo y espacio para esas voces desempeñar un rol significativo en la construcción de la paz (Milani, 2008).

§308. La educación desempeña en rol central en la diseminación de los valores europeos. Los programas educacionales de la UE, como el programa Erasmus, permiten que los jóvenes europeos experimenten la diversidad cultural y lingüística de Europa, promoviendo un consenso de identidad europea compartida (Tratado de la Unión Europea, 2008). La promoción de esos valores es una respuesta a los desafíos que la UE enfrenta hoy para mantener su unidad basada en la comprensión mutua y en la diplomacia (silva, 2018).

§309. Enfatizamos que la UE es un aprueba viva de como la construcción valorativa puede ser el cimiento de una paz duradera. Sus valores no son apenas una abstracción teórica: ellos son incorporados en políticas, instituciones y en la vida cotidiana de los ciudadanos europeos. De esa manera, el bloque demuestra que la paz no es apenas la ausencia de conflicto, como también la presencia activa de valores compartidos, respeto por la diversidad y solidaridad. Su jornada es un ejemplo inspirador de como la construcción valorativa puede ser un principio existencial para una paz genuina, y su experiencia continúa a moldar el camino hacia un futuro más pacífico y unido en Europa y más allá (Silva, 2018).

§310. En esta subsección, exploramos como la UE se consolidó no apenas como un bloque político y económico, pero principalmente como una comunidad de valores, teniendo la paz como principio existencial. En este texto, presentamos que la UE nació de las cenizas de la Segunda Guerra Mundial con la convicción de que la paz duradera solo sería posible a través de la promoción de valores compartidos, domo democracia, derechos humanos, Estado de Derecho, igualdad y solidaridad.

§311. Esos valores no son meramente retóricos, sino guias para la acción de la organización, incorporados en sus documentos fundadores y políticas promovidas, orientando sus decisiones internas y externas. De esa manera, la paz no es apenas

un objetivo, pero la propia razón de existir de la UE, permeando todas sus acciones, desde la política de seguridad común hasta los programas educacionales como el Erasmus. La ampliación de la UE para el este europeo demuestra el poder de atracción de esos valores y su capacidad de promover la estabilidad y la democracia.

§312. Destacamos los mecanismos existentes, hoy, de la UE para la manutención de la paz, como la PESC, la PEV y la Frontex. Además de eso, puntuamos la importancia de la diversidad y del pluralismo como pilares de la identidad europea, combatiendo la discriminación y promoviendo la cohesión. El rol de la educación también es central para la diseminación de los valores europeos y la construcción de una identidad compartida entre los ciudadanos. Aún hay la necesidad de condiciones socioeconómicas justas para garantizar una paz duradera, con inversiones en seguridad social, igualdad de género, educación y salud, así como la importancia de la sociedad civil en la promoción y en la monitorización de los valores de la UE.

§313. Por último, resaltamos que, a pesar de los desafíos contemporáneos, como el populismo y el nacionalismo, la UE se mantiene firme en su compromiso con la paz y sus valores, buscando soluciones basadas en la diplomacia y en la comprensión mutua. De esa forma, la UE es un ejemplo notable de como la construcción de valores y a la búsqueda por la paz están intrínsicamente conectadas, ofreciendo una inspiración para un mundo que anhela por soluciones pacíficas para los desafíos globales.

2.4. Desarrollo y Cohesión: El Diseño Práctico de la paz en el Mundo

La unión promoverá la cohesión económica, social y territorial y la solidaridad entre los Estados-Miembros.

– Unión Europea, 2007, p. 3

§314. El desafío de construir un mundo más pacífico involucra un enfoque holístico que combina desarrollo y cohesión como elementos interdependientes y complementarios. El desarrollo económico y social es fundamental para la prevención de conflictos, mientras que la cohesión entre naciones y comunidades es esencial para la manutención de la paz (Deutsch, 1971). El desarrollo sostenible no es apenas una aspiración, pero una estrategia práctica para mitigar las causas subyacentes de los conflictos. La reducción de la pobreza, la promoción de la igualdad, el acceso a la educación y la creación de oportunidades económicas equitativas son pasos cruciales en ese camino. Esos elementos contribuyen para la estabilidad social, reducen las tensiones y crean una base para la paz duradera (Magnoli, 1997).

§315. La cohesión, a su vez, se manifiesta en varias dimensiones, desde la cooperación internacional hasta la inclusión de comunidades de marginados. La diplomacia preventiva desempeña un rol fundamental en la prevención de conflictos, identificando potenciales puntos de tensión y actuando proactivamente para resolverlos antes que se transformen en violencia. La promoción de la justicia, el fortalecimiento de los sistemas de justicia y la protección de los derechos humanos son pilares de la cohesión social y de la construcción de la Paz (Milward, 1988). En esa dirección, Amartya (2010) destaca que «La violencia, en la forma de guerras, terrorismo, conflictos étnicos o violencia doméstica, no apenas destruye vidas humanas, como también perjudica el desarrollo al corroer la base de la confianza social y desviar recursos de usos productivos» (p. 24)

§316. Además de eso, las organizaciones internacionales desempeñan un rol crucial en la promoción de la paz global, forneciendo una plataforma para negociaciones diplomáticas, facilitando la asistencia humanitaria y la monitoreando conflictos. La ayuda humanitaria desempeña un rol importante no apenas en la mitigación del sufrimiento humano, como también en la promoción de la estabilidad, al atender las necesidades básicas de las poblaciones afectadas (Magalhães, 2005). Según Brian

Eastn (2009), La cohesión social, entendida como la capacidad de una sociedad de garantizar el bien-estar de todos sus miembros, minimizando las disparidades y promoviendo la igualdad de oportunidades, es fundamental para la construcción de una paz duradera» (p. 54).

§317. Un elemento clave es el empoderamiento de las comunidades locales, permitiendo que desempeñen un rol activo en la construcción de la paz y del desarrollo de sus propias capacidades para resolver conflictos. Ese enfoque descentralizado reconoce que la paz no puede ser impuesta de arriba hacia abajo, pero debe ser construida desde la base (Paiva, 2003). La paz en el mundo contemporáneo requiere un enfoque multidimensional que combine desarrollo y cohesión. El desarrollo sostenible y la cohesión social no son apenas componentes de la paz, sino su diseño práctico. Invertir en oportunidades económicas, educación, justicia, diplomacia preventiva y capacidad locales son pasos esenciales para la promoción de un mundo más pacífico y armonioso. La Paz no es apenas la ausencia de conflicto, pero la presencia activa de medidas que enfocan sus causas profundas y fortalecen la cohesión global (Silva, 2011).

§318. El desarrollo sostenible no se trata apenas de crecimiento económico, pero de garantizar que ese crecimiento beneficie la sociedad como un todo y sea ecológicamente viable. El comprende las raíces de los conflictos, pues la falta de oportunidades económicas, acceso a servicios básicos y las desigualdades sociales frecuentemente alimentan el el descontentamiento y la instabilidad (Silva, 2011). Además de eso, el desarrollo sostenible reconoce la interconexión entre los desafíos globales, como los cambios climáticos y la escasez de recursos naturales, que pueden ser fuentes potenciales de conflicto en el futuro. Así, la promoción de la sostenibilidad también contribuye para la prevención de conflictos futuros (Unión Europea en Brasil, n. d.).

§319. La cohesión internacional es un pilar crucial para la paz. Las naciones que trabajan juntas, respetan tratados y acuerdos internacionales y se comprometen con la

diplomacia multilateral son más propensas a evitar conflictos y a resolver disputas de forma pacífica (Unión Europea en Brasil, n. d.), con el objetivo de resolver esa cohesión, la ONU (2015), en el documento *Objetivos del Desarrollo Sostenible*, objetivo 16, se compromete con la promoción de «(…) sociedades pacíficas e inclusivas para el desarrollo sostenible, proporcionar el acceso a la justicia para todos y construir instituciones eficaces, responsables e inclusivas en todos los niveles» (p. 22).

§320. Las organizaciones internacionales desempeñan un rol vital en ese sentido. Las Naciones Unidas, por ejemplo, fornecen un fórum para la negociación diplomática y la resolución de conflictos, además de facilitar misiones de paz en áreas afectadas por conflictos (Organización de las Naciones Unidas, 2015). La inclusión de todos los grupos de la sociedad, independientemente de su etnia, religión, género u orientación sexual, es esencial para la cohesión social, una vez que la exclusión y la discriminación son frecuentemente fuentes de tensiones y conflictos (Silva, 2011).

§321. Promover la igualdad de género también es fundamental. El empoderamiento de las mujeres no es apenas un derecho humano fundamental, como también contribuye para la estabilidad, ya que las mujeres desempeñan roles clave en la construcción de la paz y en la resolución de conflictos (Silva, 2011). Además de eso, la justicia es una parte intrínseca de la cohesión social y de la promoción de la paz, una vez que sistemas de justicia eficaces e imparciales son esenciales para la resolución de conflictos y para garantizar que las violaciones de los derechos humanos sean tratadas adecuadamente (Deutsch, 1971).

§322. Fortalecer las capacidades de las comunidades locales es una estrategia eficaz para prevenir conflictos, Cuando las personas tienen la capacidad de resolver sus propias disputas y de participar de las decisiones que afectan sus vidas, la cohesión social es fortalecida (Magnoli, 1997). Kant (2002c) postula que «La máxima de no considerarse el estado de paz, que apenas existe de hecho entre Estados que se

encuentran en relaciones los unos con los otros en situación de no-guerra, sino como un estado de tregua… debe desaparecer» (p. 77), La participación ciudadana activa e informada también es un componente importante. Eso permite que las personas expresen sus preocupaciones, contribuyan con soluciones y exijan responsabilidad de los líderes políticos, promoviendo así una gobernanza más responsable y transparente (Milward, 1988).

§323. El fortalecimiento de la resiliencia de comunidades y naciones es crucial. Eso involucra construcción de infraestructura resistente a desastres, promoción de sistemas de salud robustos y desarrollo de estrategias de seguridad alimentar. Comunidades resilientes son más capaces de lidiar con choques y estreses, lo que puede prevenir la escalada de conflictos en tiempos de crisis (Magalhães, 2005). El desarrollo y la cohesión son elementos esenciales para la construcción de la paz en el mundo contemporáneo. En ese sentido, la promoción del desarrollo sostenible, la cooperación internacional, la justicia, la igualdad, la inclusión, la diplomacia preventiva y el fortalecimiento de las capacidades locales son enfoques prácticos e interconectados que no apenas previenen conflictos, como también contribuyen para la construcción de sociedades más pacíficas y resilientes. La paz no es un estado estático, pero un proceso continuado que requiere esfuerzos deliberados y coordinación global para alcanzarla y mantenerla (Paiva, 2003). Para Celso Amorim (2008),

La seguridad pasa a ser entendida como un bien público global, que no puede ser alcanzado por un Estado o grupo de estados de forma aislada, sino por medio de la cooperación internacional y de la búsqueda de soluciones pacíficas para los conflictos. (p. 15)

§324. El desarrollo sostenible es un concepto que va más allá del crecimiento económico. Él busca equilibrar el progreso económico con la justicia social y la preservación ambiental. Cuando las personas tienen acceso a oportunidades económicas, servicios de educación y salud, así como vivir en un ambiente saludable, están

menos propensas a participar de conflictos. Eso ocurre porque el desarrollo reduce las tensiones sociales, creando un sentimiento de esperanza y oportunidades. Además de eso, el desarrollo sostenible está intrínsicamente ligado a la prevención de conflictos relacionados a recursos naturales, como agua, tierra y minerales. El acceso equitativo a esos recursos evita disputas y tensiones entre comunidades y naciones (Silva, 2011).

§325. La cohesión global y la diplomacia desempeñan un rol crucial en la promoción de la paz. La diplomacia es el medio por lo cual los países resuelven disputas y divergencias sin recurrir a la violencia; mientras que la cooperación internacional permite que los países trabajen juntos para enfocar desafíos globales, como cambios climáticos, terrorismo y diseminación de armas de destrucción en masa. Organizaciones internacionales, como las Naciones Unidas, desempeñan un rol vital en la facilitación de la diplomacia y en la manutención de la paz. Ellas ofrecen plataformas neutras para negociaciones y mediaciones de conflictos, así como coordinan operaciones de manutención de la paz en áreas afectadas por conflictos. La promoción de la igualdad y la inclusión de todos los grupos sociales son componentes fundamentales de la cohesión social. Cuando las personas se sienten excluidas o discriminadas con base en su origen étnica, religión, género u orientación sexual, eso crea un terreno fértil para la frustración y el conflicto (Unión Europea en Brasil, n. d.). Para Sachs (2015),

La prosperidad compartida, la justicia social y la sostenibilidad ambiental son pilares inseparables para la construcción de una paz duradera. La erradicación de la pobreza y de la desigualdad, aliada a la protección del medio ambiente, es fundamental para eliminar las causas profundas de los conflictos y de la violencia. (p. 215)

§326. Empoderar grupos marginados, como mujeres, minorías étnicas y comunidades indígenas, no es apenas un imperativo de justicia social, como también contribuye para la estabilidad. Cuando todos tienen voz y oportunidades iguales en la

sociedad, el riesgo de conflicto es reducido (Sachs, 2015). Permitir que las comunidades locales participen activamente de la tomada de decisión que afecta sus vidas es esencial para la cohesión social. Cuando las personas tienen la capacidad de influenciar políticas y programas que atiendan a sus necesidades, ellas se sienten más involucrada en la paz y en el desarrollo de sus propias comunidades (Amorim, 2008).

§327. El fortalecimiento de las capacidades locales para la prevención de conflictos es una estrategia eficaz. Eso puede involucrar entrenamiento en resolución de conflictos, promoción del diálogo y construcción de redes de apoyo comunitario. Comunidades bien informadas y capacitadas están más preparadas para evitar conflictos y resolver disputas de manera política (Amorim, 2008), la resiliencia es la capacidad de una comunidad o nación de se recurar de choques y estreses, como desastres naturales, crisis económicas o pandemias. Comunidades resilientes son menos propensas a entrar en conflicto cuando enfrentan adversidades, pues poseen mecanismos para lidiar con crisis de manera constructiva (Sachs, 2015).

§328. La prevención de conflictos no se limita apenas a la resolución de disputas después que ellas surgen. La diplomacia preventiva involucra la identificación anticipada de potenciales puntos de tensión y la acción para abordarlos antes que se tornen violentos. Eso requiere análisis de riesgos, mediación de conflictos latentes y construcción de puentes entre grupos diversos (Sachs, 2015). Para Alessandro Baratta (2002),

La paz no puede ser simplemente definida como ausencia de guerra, sino como la presencia de justicia social, igualdad de oportunidades y respeto a los derechos humanos. La criminalización de la pobreza y la exclusión social son obstáculos a la construcción de una paz verdadera y duradera. (p. 157)

§329. El desarrollo y la cohesión son factores interdependientes que desempeñan roles esenciales en la construcción de la paz. El desarrollo sostenible no apenas reduce las causas subyacentes de los conflictos, como también promueve un ambiente de

esperanza y oportunidad. La cohesión global, la diplomacia, la inclusión, la igualdad, la participación ciudadana y la resiliencia son enfoques prácticos que contribuyen para la prevención de conflictos y para la promoción de sociedades pacíficas y prósperas. La paz es más que la ausencia de guerra; es la presencia activa de medidas que enfocan las raíces de los conflictos y fortalecen los lazos de comunidades y naciones en todo el mundo (Baratta, 2002).

§330. En esta tesis, argumentamos que la paz mundial exige un enfoque abarcador, uniendo desarrollo sostenible y cohesión social. El desarrollo sostenible no se limita al crecimiento económico, pero busca igualdad social y preservación ambiental, combatiendo fuentes de conflictos como pobreza y desigualdad. La cohesión social, a su vez, engloba cinco elementos: (i) cooperación internacional, o sea, diplomacia, respeto a los acuerdos internacionales y combate a los desafíos globales (ej.: ONU); (ii) justicia e inclusión., por medio del combate a la discriminación y el empoderamiento de grupos marginados (ej.: Mujeres) de modo a garantizar el acceso a la justicia imparcial; (iii) participación ciudadana, promovida a través del involucramiento de la comunidad en la tomada de decisión, propiciando la responsabilidad política; (iv) resiliencia, relacionada al fortalecimiento de la capacidad de lidiar con crisis para evitar conflictos (ej.: desastres y pandemias); y (v) prevención, que involucra identificas y abordar focos de tensión antes que se tornen violentos.

§331. Por fin, resaltamos que este texto destaca la interdependencia entre desarrollo y cohesión, con ejemplos de cómo cada elemento contribuye para la paz. El desarrollo corrobora para la reducción de la pobreza, genera oportunidades, disminuye tensiones sociales y promueve la esperanza. Ya la cohesión promueve la resolución pacífica de conflictos fortalece la cooperación internacional y garantiza la justicia social. En resumen, argumentamos que la paz no es apenas la ausencia de guerra, pero un proceso activo que exige: (i) combatir las fuentes de conflictos, como pobreza, desigualdad, injusticia social y exclusión; (ii) fortalecer la cohesión

por medio de la cooperación, justicia, inclusión, participación ciudadana y resiliencia; (iii) definir la paz como un esfuerzo continuado que exige acción conjunta y global para construir un mundo más justo, igualitario y sostenible.

2.5. La Cohesión en los Documentos Oficiales de la UE: El Positivas de la paz en la Filosofía de Emanuel Lévinas

La violencia es el último refugio del incompetente.

– Tercer Doctor (Jon Pertwee), Doctor Who: The Dæmons, 1971[177]

§332. La UE tiene una larga historia de producción de documentos y tratados relacionados a la paz y cooperación entre sus Estados-miembros. Abajo, presentamos una lista de algunos de los documentos más significativo en orden cronológica:

- Tratado de Paris (1951) aunque no directamente relacionado a la paz, este tratado estableció la Comunidad europea del Carbón y del Acero (CECA), que fue el primer paso para la integración europea post-Segunda Guerra Mundial. La CECA buscaba la cooperación económica y la promoción de la paz.
- Tratado de Roma (1957): estableció la Comunidad Económica Europea (CEE) y la Comunidad de Energía Atómica de Europa (EURATON), que tenían el objetivo de promover la integración económica y la paz en Europa.
- Declaración de Schuman (1950): elaborada por el ministro de las Relaciones Exteriores francés Robert Schuman (1950) que propuso la creación de la CECA y es considerada el punto de partida para la UE. Ella enfatizó la cooperación en sectores-clave para evitar conflictos (Gerbet, 1995; Milward, 1988; Schuman, 1950).

[177] Frase dicha por el Tercer Doctor (Jon Pertwee) en el episodio *The Dæmons*, reflitiendo la filosofía pacifista de la serie y la creencia de que la inteligencia y la diplomacia son siempre preferibles a la fuerza bruta.

- Tratado de Maastricht (1992): estableció la UE como una entidad jurídica y creó la Política Externa y de Seguridad Común (PESC), una política externa común que busca la paz y la seguridad en Europa.[178]
- Tratado de Ámsterdam (1997): introdujo alteraciones importantes para la UE, incluyendo el énfasis en la promoción de los derechos humanos y prevención de conflictos.[179]
- Tratado de Niza (2001): reformó las instituciones de la UE buscando prepararla para su expansión hacia los países del este europeo tras el colapso del bloque comunista.[180]
- Tratado de Lisboa (2007): también conocido como Tratado Reformador, ese fortaleció las políticas externas y de seguridad de la UE, incluyendo la policía externa y de seguridad común. Además de eso, reforzó el compromiso de la UE con los valores democráticos y los derechos humanos.[181]
- Estrategia de Seguridad de la UE (EES): delineó el enfoque da la UE en relación a la seguridad global, enfatizando la prevención de conflictos, el multilateralismo y la promoción de los derechos humanos como componentes esenciales para la paz.[182]

---

[178] El tratado de la Unión Europea, más conocido como Tratado de Maastricht, firmado en 7 de febrero de 1992, marcó un punto crucial en la Historia de la Integración europea. Ese documento ambicioso no apenas estableció la Unión Europea como la conocemos hoy, como también consolidó la paz en el continente europeo tras décadas de conflictos (Costa, 1993; Lobo, 1993; Magalhães, 1992; Sousa, 1992; Urwin, 1995).

[179] El tratado de Ámsterdam es el resultado de la Conferencia intergubernamental (CIG) que ocurrió entre marzo de 1996 y junio de 1997 y que debería, no tocando en la moneda única, completar Maastricht, profundizando la UE en la perspectiva de mayor democracia, legitimidad y eficacia, preparando así el nuevo ensanchamiento. El balance es mitigado: avances reales al encuentro de los intereses de los ciudadanos en cuestiones de derechos fundamentales, libertad y seguridad, empleo y política social, progresos limitados en la política externa y defensa; reforma institucional insuficiente.

[180] El tratado de Niza alteró el tratado de la Unión Europea, los Tratados que instituyen las Comunidades Europeas y ciertos actos conejos (Magalhães, 2003; Nogueira, 2004; Stein, 2002; Tratado de Niza que altera el Tratado de la Unión Europea, 2021).

[181] El tratado de Lisboa representa un paso significativo en la consolidación de la Unión Europea y de sus valores, con destaque para la paz. Al fortalecer los mecanismos de cooperación y acción externa, el tratado permitió que la UE asumiera un rol más activo en la promoción de la paz, tanto dentro como fuera de sus fronteras. Las disposiciones del Tratado sobre la paz reflejan el compromiso de la UE en construir un futuro más seguro y próspero para sus ciudadanos y para el mundo (Tratado de Lisboa, 2007).

[182] En un mundo post-Guerra Fría, marcado por nuevas amenazas y desafíos complejos, la

- Estrategia Global de la UE (EGE) (2016): delineó una estrategia abarcadora de la UE para la política externa y de seguridad, destacando la importancia de la prevención de conflictos, de la promoción de la paz y de cooperación internacional.[183]

§333. Esos documentos representan apenas una parte de la vasta gama de acuerdos, tratados y declaraciones la UE produjo a lo largo de su Historia para promover la paz, la cooperación y la estabilidad en Europa y en el mundo. Cada uno de ellos refleja el compromiso continuo con la construcción y la manutención de la paz en su territorio y más allá.[184] De ese modo, representan marcos importantes en la evolución de la comunidad europea.[185] Destacamos que la cohesión es un tema

---

UE publicó en diciembre de 2003 un documento crucial para su política externa y de seguridad: *Una Europa segura en un Mundo Mejor: Estrategia Europea de Seguridad*. Este documento conocido como *Estrategia Europea de Seguridad*, delineó la visión de la UE para un sistema internacional más seguro y pacífico, además de definir el rol de la propia Unión en este contexto. La EES coloca la paz, como uno de los pilares de su estrategia reconociendo que la seguridad de la UE está intrínsicamente ligada a la seguridad y estabilidad del mundo. En ese sentido, el documento afirma que «La Unión Europea fue creada precisamente para evitar que en Europa se repitieran tragedias como las dos Guerras Mundiales. La integración europea consiste en una respuesta política a la matanza y a la destrucción provocadas por esos conflictos y buscaba garantizar que la guerra entre los Estados-Miembros se tornara impensable» (EES, 2003, p. 5).

[183] Esa Estrategia Global representa un marco importante en la política externa y de seguridad de la UE. El documento destaca la importancia de la paz como un objetivo central y delinea un enfoque abarcador para alcanzarla, combinando diplomacia, desarrollo, ayuda humanitaria y otras herramientas. La capacidad de la UE para implementar la EGE de forma eficaz determinará, en gran medida, su éxito en la promoción de la paz y de la seguridad en el mundo.

[184] Los trechos a seguir muestran la importancia central de la paz en la concepción y en los objetivos de la UE, presentados en el Tratado de 1992: «Preámbulo: El tratado inicia reconociendo "la voluntad de los pueblos (…) de proseguir en la vía de la unidad europea" y "determinados en crear una unión cada vez más estrecha entre los pueblos de Europa, en que las decisiones sean tomadas lo más cerca posible de los ciudadanos". Esa declaración evidencia la importancia de la unidad y de la proximidad entre los pueblos como forma de evitar conflictos. (…) Artículo 2: Ese artículo define los objetivos de la Unión, incluyendo "la promoción de la paz, de sus valores y del bien-estar de sus pueblos". Este pasaje destaca la importancia de la paz como objetivo central de la Unión. (…) título V - Disposiciones relativas a una política externa y de seguridad común: ese título establece la PESC, que busca "salvaguardar los valores comunes, los intereses vitales, la independencia y la integridad de la Unión, en conformidad con los principios de la Carta de las Naciones Unidas". Ese pasaje demuestra el compromiso de la Unión con la paz y la seguridad internacionales» (Tratado de la Unión Europea, 1992).

[185] El tratado de Lisboa (2007), por ejemplo, al reforzar el compromiso de la UE con la paz, contribuyó para: (1) El fortalecimiento de la cohesión interna al consolidar los valores comunes, incluyendo la paz, contribuyendo para fortalecer la cohesión entre los Estados-miembros; (2) el aumento de la capacidad de acción externa a través del PCSD y de otras medidas que equiparon la UE con herramientas más eficaces para promover la paz y la seguridad internacional; y (3) la consolidación de la imagen de la UE como actor global, dando énfasis en la paz de modo a reforzar la imagen de la UE como un actor global comprometido con la resolución pacífica de conflictos y la cooperación internacional.

central en los documentos oficiales de la UE, y su énfasis refleja el compromiso del bloque con la promoción de la paz y de la estabilidad en la región. Los documentos oficiales destacan el rol de la cohesión en varias dimensiones, que destacamos a seguir;

- cohesión económica y social: los tratados fundadores de la UE, como el Tratado de Roma de 1957, establecieron la cohesión económica y social como uno de los principales objetivos de la integración europea. La cohesión en ese contexto busca reducir las disparidades económicas entre las regiones de la UE, promoviendo el desarrollo equitativo y la convergencia económica. Al hacer eso, el grupo busca prevenir tensiones económicas y sociales que podrían llevar a conflictos (Bacaria, 2014).
- Cohesión territorial: es una preocupación importante en los documentos, que buscan promover la igualdad de oportunidades y el desarrollo equilibrado en todas las áreas geográficas de la UE, incluyendo regiones periféricas. Eso contribuyó para la estabilidad, evitando que áreas económicamente desfavorecidas se sientan marginadas (Magone, 2003).
- Cohesión política e institucional: la UE también enfatiza la cohesión política e institucional como un medio de garantizar la unidad y la cooperación entre sus Estados-miembros. Los tratados, como el Tratado de Lisboa, reforzaron las instituciones de la UE para tornarlas más eficientes y democráticas, promoviendo así una mayor cohesión interna (Ramos, 2010).
- Cohesión externa: los documentos oficiales de la UE reflejan su compromiso en promover la paz y la estabilidad en su vecindad y en todo el mundo. Su política de vecindad, por ejemplo, busca promover la cohesión económica y política en países vecinos, contribuyendo para la prevención de conflictos en la región (Wilkinson, 2006). Cohesión social y cultural: la promoción de la cohesión social y cultural es una parte esencial de los documentos de la UE. La inclusión de grupos marginados, la promoción de la igualdad de género y la protección de

los derechos humano son temas recurrentes, que no apenas fortalecen su cohesión interna, como también envían un mensaje de paz y respeto por los valores compartidos (Faria, 2017).

§334. La cohesión es un concepto fundamental en los documentos oficiales de la UE, reflejando su compromiso con la promoción de la paz, la estabilidad y la unidad en toda la región y más allá. A través de la promoción del desarrollo económico y social equitativo, de la igualdad, de la inclusión y de la cooperación global, la UE busca positivar la paz como un resultado tangible de su acción colectiva. En ese sentido, la cohesión no es apenas una aspiración, pero una estrategia práctica para la prevención de conflictos y la construcción de un futuro pacífico en Europa e en el mundo (Rodrigues, 2019).

§335. En la obra *Paz y Proximidad*, Lévinas (1997) invita al lector a una profunda reflexión sobre la relación entre el *yo y el otro*, buscando delinear los fundamentos éticos para la construcción de la paz. La obra, aunque so se configure como un tratado sistemático sobre el tema, ofrece *insights* valerosos sobre como la ética de la alteridad, central en su pensamiento, puede fundamentar una educación para la paz. La importancia de la ética levinasiana en la educación reside, sobre todo, en la centralidad del concepto de *rostro* y su profunda relación con la paz. El encuentro con el rostro del otro, experiencia que para Lévinas (1980) trasciende el orden del conocimiento, irrumpe como un apelo ético irreductible, como muestra el pasaje: «El rostro habla. Ella me dirige la palabra y, con eso, me solicita. (…) La relación con el rostro es inmediatamente ética» (p. 212).

§336. Ese encuentro nos convoca a la responsabilidad y a la no-violencia, pues en el rostro del otro reconocemos su humanidad, singularidad, diferencia irreductible. La violencia, en ese contexto, se configura como la negación de la alteridad, el intento de reducir el otro a uno mismo, de aniquilar su singularidad, como dice Lévinas (1997); «La violencia consiste en ese movimiento primero de rechazo del otro hombre, que funda el yo y la posesión» (p. 147). Una educación para la paz

inspirada en Lévinas (1997; 1980; 1988) implicaría, se esa manera, en cultivar la sensibilidad para la presencia del otro, reconociendo su dignidad e irreductibilidad. Esa perspectiva se conecta directamente con la investigación de la *constitución psíquica y del modo de ser como Autopreservación,* pues exige un cambio de paradigma del egoísmo para la responsabilidad.

§337. Lévinas (1988) también evoca la dimensión religiosa de su pensamiento y su relevancia para la construcción de la paz al enfocar la *inspiración en el Dios de Israel como salida del Ser.* La experiencia de lo divino, en su perspectiva, no se da como imposición de dogmas o preceptos, pero como un llamado a la responsabilidad infinita por el otro, transbordando el ámbito individual y reflejándose en la esfera social y política. Así, Lévinas (1988) enfoca que «La relación con Dios, relación ética por excelencia, es una relación con un ser absolutamente otro, que no puede ser reducido a uno mismo y cuya alteridad me impone una responsabilidad infinita» (p. 78).

§338. La construcción de una *sociedad levinasiana*, con *la esperanza en el estado, en la política y en los medios jurídicos*, complementa el análisis de la obra. La paz, para Lévinas (1997), trasciende la mera ausencia de conflictos, implicando en la construcción de una sociedad justa en que la alteridad sea reconocida y respetada en todas sus dimensiones. En esa dirección, Lévinas (1997) argumenta que «La paz no es apenas la ausencia de guerra, pero la justicia, la igualdad, la libertad» (p. 215). Aquí, es fundamental resaltar que buscamos apenas ofrecer algunas pistas para el análisis de *Paz y Proximidad* en el contexto de la investigación en cuestión. Una inmersión más profunda en la obra, explorando detalladamente los argumentos de Lévinas (1997; 1980; 1988) y conectándolos explícitamente a los objetivos y conclusiones de la investigación, se hace necesaria para un análisis completo.

§339. Resaltamos que eso se correlaciona con la cohesión económica y social, que es uno de los pilares fundamentales de la UE. Eso significa que la Unión trabaja

activamente para reducir las disparidades económicas y sociales entre sus regiones. Por medio de políticas y programas de financiación, como los Fondos Estructurales y de Inversión, ella busca promover el desarrollo equitativo, impulsar la creación de empleos y mejorar la calidad de vida en regiones menos desarrolladas. Eso no apenas promueve la estabilidad interna, como también disminuye el riesgo de conflictos internos motivados por la desigualdad económica (Barca, 2014).

§340. La cohesión territorial reconoce que todas las regiones de la UE, independientemente de su localización geográfica, deben tener oportunidades iguales de crecimiento y desarrollo. Eso no apenas evita que las regiones periféricas se sientan marginadas, como también ayuda a prevenir tensiones regionales que podrían surgir debido a diferencias significativas de desarrollo (Espinosa, 2015). La cohesión política e institucional es vital para la UE, pues garantiza que los Estados-miembros sigan principios democráticos y valores compartidos. Eso fortalece su unidad y la capacidad de actuar colectivamente en cuestiones globales. Para más allá de eso, resaltamos que la creación de instituciones sólidas y eficaces, como el Parlamento Europeo y la Comisión Europea, también contribuye para la cohesión interna (Pierson, 1996).

§341. Además de sus fronteras, la UE promueve la cohesión política externa. A través de la Política Europea de Vecindad y otros instrumentos de cooperación internacional, el bloque trabaja con países vecinos y aliados globales para promover la estabilidad política, el desarrollo económico e la paz. Eso no apenas contribuye para la seguridad de la UE, como también ayuda a prevenir conflictos regionales (Comisión Europea en el Octavo relato sobre la cohesión económica, social y territorial, 2020)., La promoción de la cohesión social y cultural es un compromiso continuo de la UE. Eso involucra el respeto por los derechos humanos, la promoción de la igualdad de género, la inclusión de grupos minoritarios y la celebración de la diversidad cultural. La cohesión social y cultural no apenas fortalece la identidad

europea, como también promueve la comprensión mutua y la paz dentro y fuera de las fronteras de la UE (Unión Europea, 2020).

§342. En último análisis, la cohesión en los documentos oficiales de la UE es una expresión concreta del compromiso de la organización en construir y mantener la paz a través del desarrollo equitativo, de la cooperación global y del fortalecimiento de sus instituciones y valores fundamentales. Eso no apenas beneficia los ciudadanos europeos, como también contribuye para la estabilidad y la paz en el mundo en un momento en que esos valores son esenciales.[186] La cohesión económica y social es uno de los principios fundamentales de la UE, establecido en sus tratados. Eso significa que el bloque se esfuerza para reducir las desigualdades económicas y sociales entres sus regiones. Para alcanzar eso, la UE implementa una política de convergencia, alocando recursos e invirtiendo en regiones menos desarrolladas. Eso no apenas mejora la calidad de vida en las regiones más necesitadas, como también contribuye para la prevención de conflictos internos, pues las disparidades económicas frecuentemente son una fuente de tensión.[187]

§343. La cohesión territorial es un enfoque que busca garantizar que todas las regiones, independientemente de su localización geográfica, tengan oportunidades iguales

[186] En un mundo cada vez más complejo e interconectado, la UE se encuentra delante de la necesidad de actualizar su postura geopolítica. Así, en junio de 2016, la Alta Representante de la Unión Europea para los Negocios Extranjeros y Política de Seguridad, Federica Mogherini, presentó *la Estrategia Global para la Política Externa de Seguridad de la Unión Europea (EGE)*, un documento fundamental que delineó los objetivos y prioridades de la UE en el escenario internacional.

[187] La búsqueda por la paz permea toda la EGE, siendo considerada tanto un objetivo final cuanto un medio para alcanzar otros objetivos estratégicos. El documento destaca la importancia de la prevención de conflictos, de la gestión de crisis y de apoyo a la construcción de la paz, destacando: (i) prioridad a la prevención: «La prevención de conflictos y crisis es la forma más eficaz y sostenible de garantizar la seguridad de la Unión Europea y de sus ciudadanos» (EGE, p. 9); (ii) La UE aumentará sus esfuerzos de mediación y diálogo, así como su apoyo a los actores regionales e internacionales que trabajan para la resolución pacífica de conflictos» (EGE, p. 25) (iii) herramientas multifacéticas: «La UE utilizará todas las políticas e instrumentos de forma coherente para promover la paz y la seguridad, incluyendo la diplomacia, la cooperación para el desarrollo, y la ayuda humanitaria, el comercio e inversión» (EGE, p. 12); (iv) promoción del multilateralismo: «La UE trabajará en estrecha colaboración con las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales para fortalecer la orden internacional basada en reglas y promover la resolución pacífica de conflictos» (EGE, p. 30) y (v) compromiso con los derechos humanos: «La UE continuará a promover y proteger los derechos humanos y las libertades fundamentales en todo el mundo, como elementos esenciales para la paz y la seguridad sostenibles» (EGE, p. 15)

de desarrollo. La UE reconoce que el equilibrio territorial es esencial para la paz, pues regiones que se sientan marginadas pueden tornarse focos de instabilidad. De ese modo, la cohesión territorial busca evitar la polarización y la exclusión. La cohesión política e institucional es esencial para la funcionalidad del bloque., La UE se basa en instituciones democráticas y en el respeto al Estado de Derecho. El fortalecimiento de esas instituciones y el respeto a los valores democráticos que contribuyen parala cohesión interna, asegurando que los Estados-miembros compartan una visión común de paz, estabilidad y cooperación.

§344. Además de sus fronteras, la UE promueve la cohesión en su política externa, como parte de su enfoque de diplomacia preventiva. A través de la Política Europea de Vecindad, la organización busca estabilizar las regiones vecinas, promoviendo reformas democráticas y desarrollo económico. Eso contribuye para la paz en la vecindad de la UE y reduce las presiones de seguridad. La promoción de la cohesión social y cultural involucra la protección de los derechos humanos, la promoción de la igualdad de género y la inclusión de las minorías étnicas y culturales. La UE reconoce que sociedades unidas son menos propensas a conflictos internos. De esa manera, la promoción de la cohesión social y cultural también es una estrategia de prevención de conflictos.[188]

§345. La cohesión es un concepto interconectado en todos los documentos oficiales de la UE, y su presencia refleja el compromiso del bloque en construir y mantener la paz mor medio del desarrollo equitativo, de la igualdad, de la democracia y de la cooperación global. Ese enfoque no apenas beneficia los ciudadanos europeos, como también contribuye para la paz y la estabilidad en un mundo en que esos valores son esenciales para el bien-estar de todos. La cohesión es una piedra

[188] La Estrategia Europea de Seguridad (2003) representó un marco en la política externa y de seguridad de la UE. El documento reconoció la importancia de la paz para la seguridad de la propria Unión y delineó un enfoque abarcador para promoverla en un mundo cada vez más complejo. A fin de enfrentar las amenazas a la paz global, la EES (2003) evidencia la necesidad de una acción conjunta de la organización en áreas como multilateralismo, diálogo, cooperación, desarrollo y gestión de crisis.

angular de la visión de la UE de un futuro pacífico y próspero.[189]

§346. El presente análisis demuestra que la UE, desde su génesis, se estructura como un proyecto intrínsicamente ligado a la búsqueda por la paz. A través de una compleja y abarcadora arquitectura jurídica y política, el bloque se dedica a la construcción de un futuro pacífico y próspero, tanto en el ámbito interno cuanto en sus relaciones exteriores. A lo largo de este estudio, fueron explorados los principales instrumentos que delinean sus acciones para la promoción de la paz. El análisis de los tratados fundadores y subsecuentes como el Tratado de Maastricht y el Tratado e Lisboa, evidenció el compromiso inquebrantable con la resolución pacífica de conflictos, la cooperación internacional y el respeto al Estado de Derecho. Profundizando la investigación, fueron examinadas las diversas estrategias, resoluciones, programas y alianzas que operacionalizan el compromiso de la UE con la paz. Observamos como la política externa y de seguridad común, el instrumento europeo para la paz, y las misiones y operaciones de gestión de crisis de la UE, entre otras iniciativas, se articulan para promover la estabilidad regional y global.

§347. Con eso concluimos que la UE pretende consolidarse como un actor fundamental en la construcción de un mundo más pacífico, justo y seguro. La amplitud y profundidad de su actuación, materializa en la miríada de instrumentos analizados, demuestran el compromiso perene del bloque con la resolución pacífica de conflictos, la cooperación internacional y la promoción del desarrollo humano. Entretanto, los desafíos contemporáneos, como la instabilidad geopolítica y las crisis humanitarias, exigen constante adaptación y mejora de los mecanismos de promoción de la paz. La UE, con su experiencia y compromiso inquebrantable, permanece en la vanguardia de esa incesante búsqueda por un futuro más pacífico

[189] Aunque la EES haya sido elaborada en un contexto específico, muchos de sus principios y objetivos permanecen relevantes para la política externa y de seguridad de la UE en los días de hoy. El énfasis en la paz, en el multilateralismo y en la resolución pacífica de conflictos continúa a guiar la acción de la UE en el escenario internacional.

para todos.

§348. En esta subsección, presentamos un análisis abarcador del compromiso de la UE con la paz, tanto internamente como en sus relaciones externas. Desde su origen, la Unión se estructuró como un proyecto de paz, lo que se refleja en sus documentos oficiales y acciones. Destacamos también la importancia de la cohesión en sus diversas dimensiones (económica, social, territorial, política, institucional, externa y cultural) como elemento fundamental para la paz. La UE busca reducir desigualdad promover el desarrollo equitativo, fortalecer instituciones democráticas y valores compartidos, además de actuar en la resolución de conflictos e en la promoción de la estabilidad en su vecindad y en el mundo.

§349. La filosofía de Lévinas (1997; 1980; 1988) y su ética de la alteridad son brevemente presentadas como un fundamento para la construcción de la paz. El encuentro con el *rostro del otro* como apelo ético, la responsabilidad para con el prójimo y la necesidad de construir una sociedad justa y fundamentada en el respeto a la alteridad son ideas extraídas de la obra de Lévinas (1997; 1980; 1988).

§350. Por fin, destacamos que el análisis realizado traspasa los tratados e instrumentos de la UE que materializan su compromiso con la paz, como: el tratado de Maastricht; el tratado de Lisboa; la Política Externa y de Seguridad Común; y el Instrumento Europeo para la Paz. La UE se coloca como un actor fundamental en la construcción de un mundo más pacífico, buscando la resolución pacífica de conflictos, la cooperación internacional y el desarrollo humano. Así, concluimos que la UE, a pesar de los desafíos contemporáneos como la instabilidad geopolítica y las crisis humanitarias, se mantiene firma en su compromiso con la paz. Sus mecanismos de promoción de la paz están en constante mejora para garantizar un futuro más pacífico y próspero para todos.

2.6. La Cohesión entre Guerra y paz: Principio Filosófico Jurídico

¡Qué la fuerza (Paz) esté con usted!

– George Lucas, *Star Wars*: Episodio IV – Una Nueva Esperanza, 1977

§351. La búsqueda por la cohesión entre guerra y paz es un desafío perene en la Historia de la humanidad, con implicaciones profundas en el campo filosófico y jurídico. En una era en que conflictos armados, tensiones geopolíticas y desigualdades persisten, la cohesión emerge como un principio filosófico-jurídico crucial, no apenas para la manutención de la paz, como también para el desarrollo de sociedades justas y armoniosas. La filosofía, a lo largo de los siglos, exploró las raíces de la discordia humana y las vías para la armonía. Filósofos como Kant (2008a), enfocaron la paz como un ideal filosófico, defendiendo la idea de que los seres humanos tienen la capacidad de coexistir pacíficamente a través de la razón y del respeto mutuo. El imperativo categórico kantiano, que exige que actuemos de manera universalizable y respetuosa por los derechos de otros, sirve como un cimiento ético para la cohesión.

§352. Nos revela Kant (2008b) que «La máxima según la cual, en sus relaciones recíprocas deben proceder del mismo modo que los individuos en un estado de naturaleza, o sea, en un estado en que no existe cualquier garantía del derecho, es un escándalo» (p. 111).[190] En el campo jurídico, la cohesión se refleja en las leyes internacionales, en los tratados y en las constituciones que buscan prevenir y resolver conflictos. El derecho internacional, por ejemplo, prohíbe el uso de la fuerza entre naciones y promueve la cooperación diplomática como medio para solucionar disputas. La Carta de las naciones Unidas, firmada tras la Segunda Guerra Mundial, en 1945, es un ejemplo emblemático de la búsqueda jurídica por la cohesión global y por la paz (Hobbes, 1983).[191]

[190] En esa obra clásica, Kant (2008b) argumenta que la paz perpetua no es una utopía, sino un objetivo posible a través de la cooperación entre los Estados y de la creación de instituciones internacionales,

[191] Según Thomas Hobbes (1983), «La paz no consiste apenas en la ausencia de batalla, pero en una unión de corazones y voluntades en una sola y misma cosa» (p. 124). En su obra, el

§353. Norbert Bilbeny[192] presenta importantes contribuciones para pensar la paz en su obra El idiota moral: La banalidad del mal en el siglo XX. En este libro, Bilbeny (1993) explora el concepto de banalidad del mal, originalmente propuesto por Hannah Arendt, y lo aplica al contexto del siglo XX. Argumenta que el mal no es necesariamente cometido por individuos monstruosos, sino a menudo por personas comunes que siguen órdenes o normas sin cuestionar la moralidad de sus acciones. El autor examina casos históricos y filosóficos para ilustrar cómo la falta de reflexión crítica puede llevar a atrocidades. En síntesis, aborda la banalidad del mal y cómo la falta de reflexión crítica puede resultar en atrocidades, indicando cómo la relación entre este concepto y la paz es directa y profunda.

§354. La paz no es solo la ausencia de guerra, sino también la presencia de justicia, empatía y reflexión ética. Cuando individuos comunes siguen órdenes sin cuestionar la moralidad de sus acciones, como argumenta Bilbeny (1993), hay un riesgo significativo de perpetuación de ciclos de violencia e injusticia. De este modo, la promoción de la paz exige una sociedad en la que los individuos sean incentivados a reflexionar críticamente sobre sus acciones y las normas que siguen. La educación ética y la promoción de una cultura de cuestionamiento son esenciales para prevenir la banalidad del mal y, consecuentemente, promover la paz. En palabras de Bilbeny (1993), "El mal no siempre es cometido por individuos malvados, sino por personas comunes que, sin cuestionar, siguen órdenes o normas establecidas" (p. 45), así como "La falta de reflexión crítica y la obediencia ciega pueden llevar a atrocidades inimaginables" (p. 78).

---

autor argumenta que la naturaleza humana es egoísta y propensa al conflicto, siendo la guerra el estado natural de la humanidad. La paz solo puede ser alcanzada a través de un contrato social que establezca un poder soberano capaz de garantizar la seguridad y la orden.

[192] Norbert Bilbeny es un filósofo y escritor español, nacido en Barcelona en 1953. Es profesor de Ética en la Universidad de Barcelona y tiene una vasta producción académica y literaria, centrada principalmente en temas de ética, filosofía política e identidad. Bilbeny es conocido por su capacidad para abordar cuestiones complejas de manera accesible y por su compromiso con la reflexión crítica sobre los dilemas morales contemporáneos.

§355. En otra obra, La identidad cosmopolita: Los límites del patriotismo en la era global, Bilbeny (2007) aborda la identidad cosmopolita en contraste con el patriotismo tradicional. Argumenta que, en la era de la globalización, la identidad de las personas está cada vez más moldeada por influencias transnacionales, lo que desafía los límites del patriotismo. Frente a esta realidad, el autor sostiene que una identidad cosmopolita puede promover una mayor comprensión y cooperación entre diferentes culturas y naciones, al mismo tiempo que cuestiona las lealtades e identidades basadas exclusivamente en fronteras nacionales. De esta manera, Bilbeny (2007) defiende que la paz global depende de la capacidad de las personas de verse como ciudadanos del mundo, además de sus identidades nacionales.

§356. Destacamos que el cosmopolitismo, como defiende el autor, desafía los límites del patriotismo tradicional y promueve una visión del mundo en la que se valoran la solidaridad y la cooperación internacional. Esto es crucial para la paz, ya que muchas veces los conflictos surgen de lealtades e identidades basadas en fronteras nacionales. Una identidad cosmopolita puede ayudar a superar estas divisiones y fomentar un ambiente de paz y colaboración global. En este sentido, Bilbeny (2007) enfatiza que "En la era de la globalización, la identidad de las personas está cada vez más influenciada por factores transnacionales" (p. 23), por eso [...] "Una identidad cosmopolita puede fomentar una mayor comprensión y cooperación entre diferentes culturas y naciones" (p. 56).

§357. Los trabajos de Bilbeny (1993; 2007) ofrecen valiosos insights sobre cómo la reflexión crítica y la identidad cosmopolita pueden ser comprendidos como elementos fundamentales para la promoción de la paz, es decir, sus obras tienen una relación directa con la paz. En el texto El idiota moral: La banalidad del mal en el siglo XX, observamos esta conexión cuando el autor destaca la importancia de la reflexión crítica para evitar la perpetuación del mal y la violencia. La paz, en este contexto, se alcanza a través de la educación ética y la promoción de una cultura de cuestionamiento. En el texto La identidad cosmopolita: Los límites del

patriotismo en la era global, identificamos la conexión cuando el autor trata de cómo la identidad global puede superar las divisiones nacionales y promover la cooperación internacional. La paz global depende de la capacidad de las personas de verse como ciudadanos del mundo, además de sus identidades nacionales. Así, el cosmopolitismo se convierte en esencial para la construcción de un ambiente de paz y colaboración global.

§358. Evidenciamos que la cohesión también está intrínsicamente ligada a los derechos humanos. Los derechos fundamentales, como la igualdad, libertad de expresión y no discriminación, son cimentos jurídicos que promueven la cohesión social. Sociedades que respetan y protegen esos derechos tienden a ser más pacíficas e inclusivas (Hobbes, 1983). El desarrollo sostenible, concepto que busca equilibrar progreso económico, social y ambiental, es un imperativo jurídico y filosófico que contribuye para la cohesión. Al enfocar las desigualdades económicas y las amenazas ambientales, el desarrollo sostenible busca prevenir conflictos relacionados a los recursos escasos y promover la cohesión social. (Clausewitz, 2007).[193]

§359. A pesar de los avances filosóficos y jurídicos, la cohesión entre guerra y paz enfrenta desafíos complejos en el mundo contemporáneo. Tensiones geopolíticas, desigualdades económicas y culturales y el impacto de los cambios climáticos, son cuestiones apremiantes que testan el compromiso con la cohesión (Clausewitz, 2007). A la medida en que la tecnología avanza y las sociedades se tornan más interconectadas, el rol de la cohesión como principio filosófico-jurídico es más crucial que nunca. La cooperación internacional, el fortalecimiento de las instituciones globales y el respeto por los derechos humanos emergen como

[193] Carl von Clausewitz (2007) argumenta que: «La guerra es un acto de violencia destinado a forzar el adversario a someterse a nuestra voluntad» (p. 37). El autor resalta que la guerra es una extensión de la política por otros medios y que la paz es apenas un intervalo entra las guerras. Él destaca la importancia de la estrategia, de la diplomacia y de la comprensión de la naturaleza de la guerra para alcanzar la victoria y, por consecuencia, la paz.

caminos parala construcción de un mundo más unido y pacífico. (Angell, 1933).[194]

§360. La cohesión entre guerra y paz no es apenas un ideal, pero un principio filosófico-jurídico que orienta la búsqueda de la humanidad por un futuro más armonioso. Al reconocer la importancia de la cohesión en todos los niveles de la sociedad, desde lo individual hasta lo global. Podemos trabajar juntos para superar todos los desafíos actuales y construir un mundo en que la paz y la justicia prevalezcan. Ese es el desafío ético y legal de nuestra era (Angell, 1933).

§361. La búsqueda por la cohesión entre guerra y paz tiene raíces profundas en la filosofía. Filósofos como Thomas Hobbes (1983), en su obra *Leviatán*, exploraron la naturaleza humana y la necesidad de un contrato social para evitar el estado de guerra de todos contra todos. Mientras que para Hobbes (1083) la cohesión social y política es esencial para evitar conflictos violentos,[195] John Locke (1998) argumentó en favor de los derechos naturales y de la propiedad como fundamentos para la cohesión pacífica de la sociedad. Su pensamiento influenció los fundadores de la democracia moderna y enfatizó la necesidad de un gobierno que respete los derechos individuales para mantener la paz.

§362. En el contexto jurídico, la cohesión es una piedra angular de la orden jurídica internacional, la Carta de las Naciones Unidas, adoptada en 1945, tras la Segunda Guerra Mundial, es uno de los documentos jurídicos más importantes que buscan la cohesión global. Su principal objetivo es prevenir el uso de la fuerza entre naciones y promover la cooperación pacífica.[196] Además de eso, el Tribunal

[194] De acuerdo con Norma Angell (1933), «La guerra, como método de resolución de conflictos internacionales, se tornó obsoleta» (p. 53), el autor argumenta que la interdependencia económica entre las naciones torna la guerra económicamente irracional y contraproducente para todos los involucrados, así como defiende que la paz puede ser alcanzada a través de la cooperación internacional y del libre comercio.

[195] Francis Fukuyama (1992) argumenta que «La democracia liberal puede constituir el punto final de la evolución ideológica de la humanidad y la forma final de gobierno humano» (p. 48). Él entiende que la democracia liberal es el sistema político más bien-sucedido y que la expansión global llevará al fin de la Historia, entendida como lucha entre ideologías. La paz, en ese contexto, sería una consecuencia de la victoria de la democracia liberal.

[196] La obra de Carl Schmitt (1888-1955) puede ser utilizada para argumentar la imposibilidad de una cohesión real entre guerra y paz. Para Schmitt (2009), la política se define por la distinción amigo-enemigo, siendo la guerra la expresión máxima de esa dicotomía, Luego, «El estado de

Internacional de Justicia, la Corte Internacional de Justicia y otros tribunales internacionales desempeñan un rol fundamental en la promoción de la cohesión jurídica, resolviendo disputas entre Estados de manera pacífica y justa.[197]

§363. La cohesión está íntimamente ligada a los derechos humanos. La Declaración Universal de los Derechos Humanos, adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en 1948, establece que todos los seres humanos tienen derechos inalienables, independientemente de su origen étnica, religión, género o nacionalidad. La protección y promoción de esos derechos son fundamentales para crear sociedades unidas y pacíficas.[198] Esos derechos, como el derecho a la igualdad, libertad de expresión y justicia, no apenas contribuyen para la cohesión social, como también sirven como principios que orientan la resolución pacífica de conflictos.[199] En el mundo actual, cada vez más interconectado por la tecnología y por la globalización, la cohesión se extiende más allá de las fronteras nacionales. De esa manera, cuestiones como cambios climáticos, migración, ciberseguridad y comercio internacional exigen un enfoque unido y colaborativo. (Bobbio, 2001).

§364. La cohesión también es relevante en cuestiones de justicia global, incluyendo el acceso a recursos naturales, distribución de vacunas y alivio de la pobreza. La búsqueda por soluciones que promuevan la cohesión entre las naciones es vital para prevenir conflictos globales.[200] Además de eso, la evolución de las tecnologías, incluyendo armas cibernéticas y autónomas, presenta nuevos desafíos a la manutención de la paz. La cohesión entre las naciones se torna aún

---

excepción (la guerra) tiende a tornarse regla» (p. 41).

[197] Es importante destacar que la complejidad del tema cohesión entre guerra y paz dentro del ámbito del principio filosófico-jurídico.

[198] En esa perspectiva, la paz sería apenas una tregua momentánea, un interludio en la lucha constante por la supervivencia política (Schmitt, 2009).

[199] La búsqueda por la paz puede ser comprendida como objetivo del derecho, pues en contrapunto la visión schmittiana, autores como Norberto Bobbio (1909-2004), defienden la búsqueda por la paz como objetivo fundamental del derecho internacional. Bobbio (2001) argumenta que la guerra, aunque cuando «legal», representa un error del ordenamiento jurídico. Luego, «El derecho internacional clásico era, en resumen, un derecho de la guerra y de la paz» (p. 37)

[200] Desde esa perspectiva, la cohesión entre guerra y paz se daría a través de la construcción de un sistema jurídico internacional fuerte lo suficiente para evitar la eclosión de conflictos (Bobbio, 2001).

más esencial para evitar conflictos que podrían resultar en consecuencias catastróficas (Walzer, 2003)[201]

§365. La cohesión entre guerra y paz es un principio filosófico-jurídico que permea la Historia de la humanidad y orienta los esfuerzos para construir un mundo más pacífico y justo. La Filosofía y el Derecho desempeñan roles complementarios en la promoción de sea cohesión, mientras que los desafíos contemporáneos exigen un enfoque global y colaborativo.[202] El compromiso con la cohesión no es apenas una aspiración, pero un imperativo ético y jurídico que debe guiar los esfuerzos para superar diferencias, provenir conflictos y construir sociedades armoniosas e inclusivas en un mundo interdependiente (Walzer, 2003).

§366. La cohesión actúa como un punto de equilibrio entre la guerra, un estado de conflicto y destrucción, y la paz, un estado de armonía y estabilidad. Ella representa la capacidad de las sociedades de gerenciar y resolver sus diferencias sin recurrir a la violencia,[203] Así como implica en una coexistencia pacífica y respeto mutuo entre individuos, grupos, naciones y culturas. Eso requiere la aceptación de la diversidad y la promoción de valores comunes que trasciendan las diferencias (Habermas, 1999; Habermas, 2003). La promoción de la cohesión es una estrategia eficaz en la prevención de conflictos. Cuando las disparidades económicas, sociales o culturales son reducidas, la probabilidad de conflicto disminuye. Además de eso, sociedades unidas tienden a ser más resilientes en fase de tensiones.[204]

---

[201] La teoría de la guerra justa puede ser utilizada para argumentar a favor de una posible cohesión entre guerra y paz, aunque en términos específicos. Michael Walzer (2003) argumenta que la guerra puede ser justificada en casos extremos, como legítima defensa contra agresión injusta. Luego, para Walzer (2003), «La teoría de la guerra justa procura limitar los horrores de la guerra» (p. 35)

[202] En ese sentido, la cohesión se realiza en la búsqueda por una guerra menos brutal, con reglas claras y respeto a los derechos humanos, aunque en situaciones de conflicto (Walzer, 2003).

[203] La necesidad de una nueva ética global es el gran eje conductor del pensamiento de autores como Habermas. Para Habermas (1998b), existe una necesidad de una nueva ética global para lidiar con los desafíos del mundo contemporáneo, incluyendo la guerra y la paz. Habermas (2003) también argumenta que la globalización exige una nueva forma de pensar la política y el derecho, basada en el diálogo y en la cooperación entre diferentes culturas.

[204] Para Habermas (1998b), «La paz perpetua no puede ser un producto de la política del poder, pero debe encontrar su fundamento en un cambio de mentalidad» (p. 205).

§367. El derecho internacional desempeña un rol fundamental en la búsqueda por la cohesión global. Tratados y convenciones internacionales, como la Convención de Ginebra y la Convención de las Naciones Unidas sobre derechos Humanos, establecen principios y normas que buscan proteger la dignidad humana, prevenir conflictos armados y promover la cohesión entre naciones.[205] La cohesión está intrínsicamente ligada a la justicia social. Cuando las desigualdades económicas y sociales son abordadas, las sociedades tienen más chances de alcanzar la paz interna. La promoción de oportunidades iguales y la distribución justa de recursos son elementos clave en la construcción de la cohesión (Habermas, 1998b).

§368. En los tiempos modernos, la búsqueda por la cohesión enfrenta desafíos significativos, como polarización política, nacionalismo extremo y amenazas globales, tales como el terrorismo y los cambios climáticos. Plantear esos desafíos exige un enfoque multidimensional que combine esfuerzos filosóficos, jurídicos, políticos y sociales (Habermas, 1998b). La Agenda 2030 de las Naciones Unidas para el Desarrollo Sostenible es un ejemplo de cómo la cohesión está ligada al desarrollo global. Los Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS) buscan promover la cohesión global, enfocando cuestiones como pobreza, desigualdad, educación, salud, paz y justicia.[206]

§369. La cohesión sirve como un fundamento ético para la convivencia humana. Ella refleja la aspiración de construir sociedades en que las personas puedan vivir en paz, prosperidad y respeto mutuo. En ese contexto, la cohesión no es apenas una estrategia, pero una expresión de los valores fundamentales de la humanidad (Arendt, 2010; Aristóteles, 2001b; Durkheim, 2013; Kant, 2002c; Sen, 2000; Tajfel & Turner, 2009). La búsqueda por la cohesión entre guerra y paz es un desafío

[205] En ese contexto, la cohesión entre guerra y paz sería construida desde un esfuerzo conjunto para superar las causas de la violencia y promover la justicia social (Habermas, 1998b)

[206] La cohesión entre guerra y paz, en el ámbito del principio filosófico-jurídico, permanece un desafío complejo y multifacético. Las diferentes perspectivas presentadas demuestran la necesidad de profundizar el debate sobre el tema, buscando nuevas formas de pensar la relación entre esos dos polos aparentemente opuestos.

constante, como también es una aspiración noble y esencial para nuestro mundo. A la medida que enfrentamos los desafíos complejos del siglo XXI, la cohesión continúa a ser un principio filosófico-jurídico que nos guia en la construcción de un futuro más pacífico, justo y armonioso.[207]

§370. La historia de la humanidad está marcada por conflictos, y a disputa por recursos naturales y en control de riquezas figuran como fuentes comunes de instabilidad y guerra. La posesión y el acceso a recursos estratégicos, como petróleo, agua, minerales preciosos y tierras fértiles, son factores que, históricamente, impulsaron la codicia, la competición y la violencia entre los Estados. La búsqueda por hegemonía y poder geopolítico, frecuentemente enganchada a la exploración y al control de esos recursos, pone en jaque la paz mundial y alimenta un círculo vicioso de violencia ye instabilidad. Esa realidad se traduce en la expresión *maldición de los recursos*, que describe la paradoxal relación entre abundancia de recursos naturales en un país y su bajo desarrollo socioeconómico, frecuentemente acompañada de conflictos internos y externos.

§371. El economista Collier (2007), en el libro *The bottom billion: Why the poorest countries are failing and what can be done about it*, argumenta que la existencia de recursos valerosos, en vez de promover prosperidad, puede, en algunos casos, alimentar la corrupción, el autoritarismo y la guerra civil, creando un ambiente propicio a la instabilidad. Collier (2007) observa que los países ricos en recursos pueden tornarse dependientes de su exportación, descuidando la diversificación económica y la justicia social, lo que los torna vulnerables a choque externos y a conflictos internos.

[207] La Declaración de Laeken (2001) enfatiza que «Los europeos esperan que la Unión los proteja contra los caprichos de una economía globalizada y de una sociedad insegura. Desean que la Unión sea un factor de paz y un modelo de desarrollo sostenible» (p. 12). Ese pasaje demuestra la consciencia de que la paz no se limita a la ausencia de conflictos armados, como también engloba seguridad económica y social. La Declaración defiende que la Unión Europea debe ser un faro de prosperidad y justicia social, contribuyendo para la construcción de un mundo más justo y, por lo tanto, más pacífico.

§372. La creciente demanda por recursos naturales, impulsada por el crecimiento poblacional, la industrialización y los patrones de consumo, intensifica la competencia global. En un escenario de escasez relativa y creciente demanda, la búsqueda por control de las áreas ricas en recursos estratégicos se torna un importante factor de tensión geopolítica. El analista político Klare (2001), en el libro *Resource wars: The new landscape of global conflict*, argumenta que la geopolítica del siglo XXI será moldada por la disputa por recursos escasos, como agua, alimento y energía. Esa disputa, potencializada por los cambios climáticos y por la degradación ambiental, puede llevar al aumento de las tensiones entre Estados, con el riesgo de una escalada para conflictos armados.

§373. En contraste con ese escenario, la Historia de la UE ofrece un ejemplo interesante de como la cooperación en torno de recursos naturales puede promover la paz y la integración regional. La creación de la CECAS en 1951, tras la Segunda Guerra Mundial, tenía como objetivo central evitar nuevos conflictos entre Francia y Alemania, colocando la producción de Carbón y acero bajo control conjunto. Esa iniciativa pionera lanzó las bases para la integración europea, demostrando que la cooperación económica en torno de recursos estratégicos puede ser un instrumento poderoso para la construcción de la paz.

§374. Sin embargo, la UE también enfrenta desafíos relacionados a la seguridad energética y a la dependencia de proveedores externos, como de Rusia, para proveer sus necesidades de gas natural. En ese aspecto, la invasión de Ucrania por Rusia en 2022 evidenció la fragilidad de la seguridad energética europea y la necesidad de diversificar sus fuentes de energía, invirtiendo, por ejemplo, en energías renovables.

§375. La disputa por recursos naturales y por el control de las riquezas representan un desafío persistente a la paz y a la seguridad globales. La creciente demanda, la escasez relativa y la geopolítica de escasez crean un ambiente propicio para eclosión de conflictos e instabilidad. La experiencia de la UE demuestra que la

cooperación internacional, la gestión compartida de recursos y la búsqueda por soluciones pacíficas son esenciales para evitar la escalada de la violencia y construir un futuro más sostenible y pacífico.

§376. Aún evidenciamos que la Historia está repleta de conflictos y guerras que surgieron debido a la desigualdad, a la falta de respeto por los derechos humanos y a las tensiones entre grupos o naciones.[208] La cohesión, en ese contexto, es vista como un antídoto para la guerra, pues busca enfocar las raíces del conflicto, como desigualdades económicas y sociales, discriminación y falta de comprensión mutua (Declaración de Laeken, 2001).[209] Los derechos humanos desempeñan un rol central en la promoción de la cohesión. El respeto por los derechos individuales, como libertad de expresión, igualdad ante la ley y acceso a la educación, son principios que ayudan a crear sociedades unidas. Cuando esos derechos son violados, las tensiones pueden surgir y, en última instancia, llevar a conflictos.[210]

---

[208] Las guerras entre naciones, aunque frecuentemente presentadas bajo el velo de motivaciones ideológicas o nacionalistas, raramente se desprenden de la lógica de los intereses económicos. La Historia demuestra como la búsqueda por recursos naturales, mercados consumidores y ventajas geopolíticas se configura como un motor crucial para conflictos entre Estados. Un ejemplo paradigmático puede ser encontrado en la Historia de África, continente rico en recursos naturales, pero escenario de innúmeros conflictos, alimentados por la codicia internacional. Autores como Keenan (2009) en su libro The *death and life of democracy in Africa,* argumentan que la *Maldición de los recursos* arrasa el continente, con la exploración predatoria de diamantes, petróleo y madera, frecuentemente orquestada por empresas multinacionales en complot con élites locales corruptas, fomentando la instabilidad política y alimentando guerras civiles devastadoras. Ese análisis é corroborado por Reno (1998), que, en el libro *Warlord politics and African States*, demuestra como la guerra se torna un negocio lucrativo en escenarios en que el control de recursos naturales es la clave oara el poder político y económico. La disputa por los despojos de la riqueza africana, lejos de ser un problema del pasado, se perpetua en el presente, como apunta Smith (2005), en la obra *La traición de África*, en que ilustra la fuerza de los intereses económicos como motor de conflictos entre las naciones del continente.

[209] La declaración de Laeken, documento aprobado por el Consejo Europeo en la ciudad homónima, Bélgica, en diciembre de 2001, se configura como un marco en la trayectoria de la UE. En un contexto de crisis y cuestionamientos a cerca de los rumbos del bloque, la Declaración inauguró un periodo de profunda reflexión sobre el futuro de la integración europea, ponían en jaque la funcionalidad y la legitimidad de la Unión. Delante de ese escenario, la Declaración de Laeken propuso una serie de cuestiones basilares, buscando delinear un futuro para la UE pautado en la democracia, en la transparencia, en la eficacia y en la proximidad con el ciudadano. Indagaciones como la finalidad de la UE, la división de competencia entre la UE y los Estados-miembros, la reforma de las instituciones europeas y la definición de una ciudadanía europea orientaron el debate subsecuente. La Declaración culminó en la Conferencia sobre el Futuro de la UE (2002-2003), un fórum que reunió representantes de distintas esferas, culminando en la elaboración del Tratado de Lisboa (200&), documento que introdujo significativas reformas en el funcionamiento de la UE. En síntesis, la Declaración de Laeken abrió camino para una Unión más democrática, transparente y próxima de los ciudadanos, tornándose un punto de inflexión en la Historia de la integración europea.

[210] Según la Declaración de Laeken (2001), «La Unión Europea debe continuar a ser polo de

§377. La cooperación internacional es una extensión de la cohesión, pues involucra naciones trabajando juntas para alcanzar objetivos comunes, como paz, seguridad y desarrollo sostenible., Organizaciones internacionales, como las Naciones Unidas, desempeñan un rol vital en la promoción de la cohesión global, estableciendo normas y facilitando la diplomacia entre los países.[211] Cuando los conflictos surgen, la cohesión también desempeña un rol importante en la resolución pacífica. La mediación y la negociación son métodos que buscan restaurar la cohesión entre partes en conflicto, muchas veces a través del diálogo y del compromiso.[212]

§378. En los tiempos modernos, la cohesión enfrenta desafíos complejos, como el extremismo, la polarización política y las crecientes desigualdades., Enfocar esos desafíos requiere un esfuerzo colectivo, tanto en el ámbito nacional cuanto global, para fortalecer los valores de cohesión, justicia y respeto por los derechos humanos (Tratado de la Unión Europea, 1992). La cohesión está intrínsicamente ligada al desarrollo sostenible. Un enfoque de desarrollo que promueve la cohesión y que busca equilibrar el progreso económico, la inclusión social y la preservación ambiental. Eso no apenas previne conflictos relacionados a recursos escasos, como también promueve un futuro más estable y armonioso.[213]

---

estabilidad en un mundo en rápida mutación y asumir plenamente sus responsabilidades en el plan internacional» (p. 14). Ese pasaje destaca el rol de la UE como actor global que, por medio de la diplomacia y de la cooperación, puede contribuir para la reso9lución de conflictos y la promoción de la paz en diferentes partes del mundo.

[211] La búsqueda por la paz, prosperidad y justicia social, pilares de la Declaración de Laeken (2001), continua a ser fundamental para la UE. El éxito de su proyecto dependerá de la capacidad de los líderes europeos de inspirarse en los ideales de Laeken para construir un futuro de paz y cooperación.

[212] El Reglamento (UE) n.º 235 (2014) del Parlamento Europeo dice que «La paz, la seguridad, la estabilidad, el desarrollo sostenible y la prosperidad en el mundo dependen del respeto por la dignidad humana, de la libertad, de la democracia, de la igualdad, del Estado de Derecho y del respeto por los derechos humano, incluyendo los derechos de las personas pertenecientes a las minorías, principios que son universales, indivisibles, interdependientes e interrelacionados» (p. 44).

[213] El Instrumento Europeo para la Democracia y los Derechos Humanos (IEDDH) es un instrumento financiero clave de la UE para la promoción de la democracia, de los derechos humanos y del Estado de Derecho en todo el mundo. Creado en 2014, el IEDDH sustituyó el Programa Europeo para la Democracia y los derechos Humanos (1994-2006) y el Instrumento Europeo para la Democracia y los Derechos Humanos (2007-2013).

§379. La cohesión no es apenas un medio para evitar conflictos, como también un ideal de paz duradera. Ella aspira la construcción de sociedades en que la diversidad es celebrada, los derechos de todos son respetados y las diferencias no resultan en divisiones, pero en una mayor comprensión y colaboración.[214] El tema de la cohesión entre guerra y paz es complejo y multifacético, involucrando aspectos filosóficos, jurídicos, políticos y sociales. Esa idea representa la búsqueda continua de la humanidad por un mundo en que la paz prevalece sobre la guerra y la justicia, la igualdad y el respeto por los derechos humanos son los cimientos de la convivencia pacífica. El desafío es grande, pero la aspiración por un mundo más unido y pacífico continúa siendo un ideal fundamental para la humanidad.[215] O sea: el concepto de cohesión en la UE está limitado al dominio económico, pero debe ser macrofilosóficamente alzado al plan de los valores filosóficos y jusfilosóficos para que sea un mecanismo de convivencia entre pueblos y naciones – un instrumento de implementación de la paz.

§380. La UE es un ejemplo de integración regional bien-sucedida, que inicialmente se concentró, sobre todo, en objetivos económicos, como cohesión económica y social entre sus Estados-miembros. Sin embargo, es imperativo argumental que el concepto de cohesión en la UE debe trascender su dominio económico y ser alzado al plan de los valores filosóficos y jusfilosóficos para que la cohesión se torne un mecanismo abarcador de convivencia entre pueblos y naciones, así como una herramienta eficaz de implementación de la paz.[216]

---

[214] El Mecanismo Africano de Apoyo a la |Paz (APF) es un instrumento crucial para la Unión Africana (UA) en su búsqueda por una África pacífica y segura. Creado en 2003, el APF busca fornecer a la UE los recursos necesarios para apoyar intervenciones lideradas por africanos en situaciones de conflicto y crisis. Esta tesis analiza el documento de la Unión Europea (UE) sobre el APF, focalizando en sus principales aspectos y destacando los pasajes más relevantes relacionados a la paz.

[215] El documento de la UE reconoce la importancia del APF en el contexto de su Política Común de Seguridad y Defensa (PCSD) y de su Estrategia para la Seguridad y el Desarrollo en África. La UE ha sido uno de los principales apoyadores del APF desde su creación, reconociendo la necesidad de reforzar las capacidades africanas para la gestión de crisis y la construcción de la paz.

[216] El Acuerdo de Cotonu (2000), firmado entre la UE y 79 países de África, Caribe y Pacífico (ACP), incluye clausulas sobre la promoción de la paz y resolución de conflictos.

§381. Históricamente, la cohesión en la UE estuvo fuertemente asociada a los objetivos económicos, buscando la reducción de las disparidades económicas entre sus regiones. Eso se refleja en los fondos de cohesión y en la promoción del desarrollo regional equitativo como medio de fortalecer la integración europea. Ese enfoque ha sido bien-sucedido en muchos aspectos, creando una UE más estable y próspera.[217] Sin embargo, para que la organización sea verdaderamente un instrumento eficaz en la promoción de la paz y en la convivencia entre pueblos y naciones, es crucial expandir el concepto de cohesión para más allá del ámbito económico. Eso involucra incorporar valores filosóficos y jusfilosóficos que promuevan paz, justicia, igualdad y respeto a los derechos humanos.[218]

§382. La cohesión debe tornarse un mecanismo que contribuye activamente para la prevención de conflictos y la resolución pacífica de disputas, tanto dentro como fuera de las fronteras de la UE. Eso puede ser alcanzado promoviendo valores como diplomacia, negociación, respeto por el Estado de Derecho y derecho internacional.[219] Valores filosóficos, como respeto a los derechos humanos y promoción de la igualdad, deben ser integrados a la cohesión. Eso implica en asegurar que todos los ciudadanos de la Unión tengan igualdad de oportunidades, así como el pleno goce de sus derechos fundamentales, independientemente de su origen, etnia, religión u orientación política.[220]

---

[217] El Acuerdo de Cotonu (2000), es un marco en la cooperación internacional para el desarrollo. Sustituyendo la Convención de Lomé, el acuerdo establece un nuevo cuadro de alianza basado en diálogo político reforzado, participación democrática, derechos humanos y buena gobernación, con foco en la erradicación de la pobreza y en la integración de los países ACP en la economía global (Acuerdo de Colaboración, 2000).

[218] El Acuerdo de Cotonu (2000), reconoce la paz y la seguridad como prerrequisitos para el desarrollo sostenible. El documento dedica todo un capítulo (cap. 2, art. 8 a 11) a esa temática, destacando la importancia de la prevención de conflictos, gestión de crisis y consolidación de la paz (Acuerdo de Colaboración, 2000).

[219] Destacamos aquí la relevancia del art. 9 y del art. 11 del Acuerdo de Colaboración (2000) que afirman, respectivamente: «Las partes reafirman su voluntad de colaborar para promover la paz y la seguridad internacionales en el cuadro de una orden internacional justa y equitativa basada en la Carta de las Naciones Unidas (…)»; «Las partes se comprometen a colaborar estrechamente en la prevención de conflictos y en situaciones que amenacen degenerar en conflicto, así como en la gestión de crisis, resolución de conflictos, manutención de la paz y consolidación de la paz (…)».

[220] El Acuerdo de Cotonu (2000), prevé diversos mecanismos para promover la paz, incluyendo: (i) diálogo político, acuerdo que incentiva el diálogo regular entre la UE y los países ACP

§383. Promover la cohesión también significa invertir en la educación y en el intercambio cultural, permitiendo que las personas de diferentes orígenes culturales y étnicas entiendan y aprecien sus diferencias. Eso puede contribuir para la construcción de sociedades más inclusivas y pacíficas.[221] Valores de solidaridad y compromiso social deben ser enfatizados para garantizar que la cohesión no sea apenas un concepto abstracto, pero un compromiso real con el bien-esta de todos los ciudadanos europeos. Eso implica en políticas sociales que ayuden a combatir la pobreza, la exclusión social y la marginación.[222]

§384. La cohesión en la UE debe trascender su aspecto económico y ser enriquecida con valores filosóficos y jusfilosóficos que promuevan paz, justicia e igualdad. Solamente de esa forma la cohesión puede ser un mecanismo eficaz no apenas para el desarrollo económico, como también para la convivencia armoniosa entre pueblos y naciones, así como para la promoción de la paz en un mundo cada vez más interconectado e interdependiente. La cohesión, cuando enraizada en valores sólidos, tiene el potencial de ser una fuerza transformadora en la construcción de un futuro más pacífico y próspero.

§385. La cohesión, dentro de la UE, ha históricamente focalizado principalmente en objetivos económicos, como la reducción de las disparidades económicas entre

---

sobre cuestiones de paz y seguridad, incluyendo la prevención de conflictos y la lucha contra el terrorismo; (ii) Apoyo a iniciativas regionales y subregionales, compromiso en apoyar los esfuerzos de los países ACP para fortalecer su capacidad de prevención y gestión de conflictos a nivel regional y subregional; Y (iii) asistencia financiera y técnica, realizada a través del Fondo Europeo de desarrollo (FED) para fornecer apoyo financiero y técnico a los países ACP para la implementación de programas y proyectos relacionados con la paz y la seguridad (Acuerdo de colaboración, 2000).

[221] El Acuerdo de Cotonu (2000) ha sido un instrumental en el apoyo a diversas iniciativas de paz y seguridad en países ACP, como: (i) las misiones de paz de la UE en la república Centro-Africana y en Mali, que contribuyeron para la estabilización de la seguridad y la protección de civiles en zonas de conflicto; (ii) programas de desarmamiento, desmovilización y reintegración (DDR) de excombatientes en países como sierra Leona y Liberia, que contribuyeron para la consolidación de la paz y la reconstrucción postconflicto; y (iii) apoyo a la reforma del sector de seguridad (RSS) en países como la Guinea-Bisáu y el Níger, que busca fortalecer las instituciones de seguridad y tornarlas más responsables ante la población (Acuerdo de Colaboración, 2000).

[222] El Acuerdo de Cotonu (2000), representa un compromiso sólido de la UE y los países ACP con la promoción de la paz y de la seguridad como pilares esenciales del desarrollo sostenible. A través del diálogo político, del apoyo a iniciativas regionales y de la asistencia financiera y técnica, el acuerdo ha contribuido para la prevención de conflictos, la gestión de crisis y la consolidación de la paz en diversas partes del mundo (Acuerdo de Colaboración, 2000).

regiones. Sin embargo, para que la cohesión sea de hecho eficaz como un mecanismo de convivencia entre los pueblos y como una herramienta de implementación de la paz, es imperativo que ella sea expandida para más allá del ámbito económico y alzada al plan de los valores filosóficos y jusfilosóficos.[223] La cohesión debe ser fundamentada en principios filosóficos que trasciendan consideraciones puramente económicas. Eso incluye la adopción de valores como justicia, igualdad, dignidad humana y respeto por los derechos fundamentales. La cohesión debe ser vista como un medio de promover la armonía entre diferentes grupos étnicos, culturales y religiosos, basada en la convicción filosófica de que todas las personas tienen un valor intrínseco e inalienable,[224]

§386. Un enfoque ético a la cohesión implica no apenas la reducción de las disparidades económicas, como también la garantía de que las políticas y prácticas de la UE estén alineadas con valores éticos, como solidaridad y responsabilidad social, eso involucra la búsqueda de la justicia social, la protección delos derechos humanos y la promoción de la igualdad como principios orientadores (eso puede ser observado en los documentos: Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea, 201; Comunicación de la Comisión al Parlamento Europeo, 2017; Tratado de la Unión Europea, 2016; Relato sobre la igualdad y la diversidad en la Unión Europea, 2020). Del punto de vista jusfilosófico, la cohesión debe ser intrínsicamente ligada al Estado de Derecho y a la protección de los derechos individuales y colectivos. Los tratados y acuerdos que rigen la UE deben ser fundamentados en principios de

[223] La colaboración estratégica UE-ONU representa un paso importante en la búsqueda por un mundo más pacífico y seguro. Al unir fuerzas y recursos, las dos organizaciones pueden ampliar su impacto y promover soluciones eficaces para los desafíos globales. Sin embargo, la concretización de los objetivos de la colaboración exige un compromiso político firme y una acción conjunta coordinada. La comunidad internacional debe apoyar y fortalecer esa alianza crucial, trabajando en conjunto para construir un futuro de paz, desarrollando el respeto por los derechos humanos para todos (Una colaboración estratégica entre la UE y la ONU, 2020).

[224] Los relatos anuales sobre la PESC demuestran el compromiso de la UE con la paz como un objetivo central de su acción externa. A través de un enfoque abarcador y multifacético, la UE busca promover la paz en diversos contextos, reconociendo la necesidad de cooperación internacional para enfrentar los desafíos emergentes. El análisis de esos relatos fornece una visión valerosa sobre el rol de la UE como un actor global comprometido con la construcción de un mundo más pacífico y seguro.

justicia que garantizan que todos los ciudadanos de la Unión Europea tengan acceso a la justicia y a la igualdad ante la ley. Eso también un enfoque transparente y responsable en la tomada de decisión política y en la administración de los recursos.[225]

§387. La cohesión, cuando basada en una fundación filosófica y jusfilosófica sólida, puede tornarse un mecanismo e promoción de la paz. Eso ocurre porque sociedades unidas, fundamentadas en valores éticos y principios de justicia, son menos propensas a conflictos internos y más capaces de resolver disputas de forma pacífica. Además de eso, una UE unida puede ejercer una influencia positiva en la arena internacional, promoviendo la paz, la cooperación y el Estado de Derecho globalmente (Estrategia Global para la Política Externa y de Seguridad de la Unión Europea, 2016; Habermas, 2003; Rawls, 2000; tratado de la Unión Europea, 2016).

§388. Además de eso, resaltamos que la cohesión en la UE debe ser expandida para incorporar una base filosófica y jusfilosófica que promueva valores éticos, principios de justicia y respeto por los derechos humanos. Ese enfoque no apenas fortalece la convivencia entre pueblos y naciones en la UE, como también torna la cohesión un poderoso mecanismo de implementación de la paz en un mundo complejo e interconectado. Es a través de la integración de esas dimensiones filosóficas y jurídicas que la UE puede avanzar hacia un futuro más pacífico, justo e igualitario para todos sus ciudadanos y más allá de sus fronteras (Estrategia Global para la Política Externa y de Seguridad de la Unión Europea, 2016; Habermas, 2003; Rawls, 2000; tratado de la Unión Europea, 2016).

§389. En este texto, enfocamos la cohesión como un principio fundamental d=para la paz, explorando sus dimensiones filosóficas, jurídicas y sociales. Argumentamos que la cohesión, mucho más allá de un ideal, es un imperativo ético y legal para un futuro

[225] La promoción de la paz es uno de los pilares fundamentales de la UE, reflejada en una amplia gama de tratados, estrategias, resoluciones, programas y colaboraciones. Esos documentos delinean las acciones específicas que la UE toma para promover la paz, tanto dentro de sus fronteras cuanto globalmente.

más armonioso. Observamos que filósofos como Kant (2006), Hobbes (1990) y Locke (1998) exploraron la necesidad de cohesión social para evitar conflictos. Kant (2006) defendía la razón y el respeto mutuo, Hobbes (1990) argumentaba en favor de un contrato social y Locke (1998) destacaba los derechos naturales como pilares de la cohesión.

§390. Observamos también que la Carta de las Naciones Unidas y los tribunales internacionales son ejemplos de esfuerzos jurídicos para promover la cohesión global y la resolución pacífica de conflictos. El respeto a los derechos humanos, como igualdad, libertad de expresión y justicia, es fundamental para promover sociedades unidas u pacíficas. Además de eso, la búsqueda por un desarrollo que equilibre progreso económico, inclusión social y preservación ambiental es crucial para la cohesión. Delate de eso, argumentamos que la UE, además del foco económico, debe abrazar valores filosóficos y jusfilosóficos para que la cohesión sea un mecanismo de paz y convivencia entre naciones, aunque hoy esta organización enfrente desafíos a su política de cohesión relacionados a las tensiones geopolíticas, a las desigualdades, al extremismo y a las nuevas tecnologías.

§391. Por fin, destacamos cuatro argumentos centrales: (i) cohesión es un antídoto para la guerra, pues enfoca las raíces de los conflictos, como la desigualdad y la falta de respeto a los derechos humanos; (ii) la cooperación internacional y el respeto al derecho internacional son pilares de la cohesión global; (iii) la cohesión exige un enfoque multidimensional, combinando esfuerzos filosóficos, jurídicos, políticos y sociales; y (iv) la cohesión no es apenas un medio para evitar conflictos, pero un ideal de paz duradera, en que la diversidad es celebrada y los derechos son respetados. De ese modo, la cohesión entre guerra y paz es un desafío constante, como también una aspiración noble y esencial La búsqueda por un mundo más unido y pacífico, basada en la justicia, igualdad y respeto a los derechos humanos, continúa siendo un ideal fundamental para la humanidad.

Conclusión

La paz no es simplemente la ausencia de guerra.
Es un estado de espíritu. Es una forma de vivir.
– Jimmy Carter, address accepting the Nobel Prize for Peace, 1977

La paz no es apenas una meta lejana que buscamos,
sino un medio por el cual debemos caminar para atingir aquella meta.
– John F. Kennedy, commencement address at American University, 1963

La verdadera paz no es apenas la ausencia de conflicto,
sino la presencia de justicia.
– Barack Obama, acceptance speech for the Nobel Peace Prize, 2009

§392. En esta tesis, resaltamos la decisiva importancia de la cohesión y de la paz, incluso la importancia de la cohesión para conseguir una verdadera y duradera paz social. Eso porque consideramos y concluimos con Jimmy Carter (1977) que «La paz no es simplemente la ausencia de guerra. Es un estado de espíritu. Es una forma de vivir»[226] ese es un estado de espíritu esencial para la humanidad y es la forma de vivir más propiamente humana.

§393. También destacamos el discurso de John F. Kennedy (1063), en que es proferida la frase: «La paz no es apenas una meta lejana que buscamos, sino un medio por el cual debemos caminar para atingir aquella meta.»[227] Incluso concluimos que la práctica de las grandes metas humanas acaba teniendo una condición de posibilidad última la paz, pues pocas cosas pueden ser garantizadas sin la paz entre los humanos.

§394. También es una conclusión muy importante para nosotros la formulación de

[226] Discurso de aceptación del Premio Nobel de la Paz en 1977.
[227] Discurso de titulación en la American University en 1963.

Barack Obama (2009) que afirma: «La verdadera paz no es apenas la ausencia de conflicto, sino la presencia de justicia.»[228] eso es relevante pues la primera víctima de una guerra suele ser la justicia y, además de eso, sin una mínima justicia no puede haber cohesión social ni, por lo tanto, la verdadera paz. No solo habrá una profunda *guerra de clases*, como también lo que más temían los sabios griegos clásicos: la discordia en la polis.

§395. Inspirados en la macrofilosofía de Mayos (2012), también concluimos en favor de la paz y de la cohesión social, eso porque su macrofilosofía enfatiza la importancia de una ética basada en valores universales, como la justicia, la igualdad y el respeto a los derechos humanos. Esos valores son fundamentales para la construcción de la paz, pues promueven el entendimiento mutuo, la coexistencia pacífica y la resolución no violenta de conflictos. Mayos (2012) es conocido por su trabajo en el diálogo interdisciplinario, buscando puntos de convergencia entre diferentes tradiciones. Ese diálogo promueve la comprensión y la tolerancia, reduciendo así las tensiones, que frecuentemente llevan a conflictos.

§396. La macrofilosofía de Mayos (2012) destaca la importancia de la cooperación internacional como medio de enfrentar desafíos globales, como pobreza, cambios climáticos y desigualdad. La cooperación internacional es esencial para la construcción de la paz, pues promueve el trabajo conjunto entre naciones para resolver problemas comunes. Él también enfatiza la ética ecológica, que destaca la importancia de cuidar del medio ambiente, considerando que la degradación ambiental puede resultar en conflictos por recursos naturales escasos, tornando la ética ecológica una parte crucial de la promoción de la paz.

§397. La macrofilosofía de Mayos (2012b) valora la diversidad cultural y étnica,

[228] Discurso de aceptación del Premio Nobel de la Paz en 2009.

resaltando que promover el respeto a la diversidad es esencial para la construcción de la paz, una vez que ayuda a evitar conflictos basados en identidad cultural o étnica. Él también enfoca cuestiones de justicia social, resaltando la importancia de reducir la desigualdades económicas y sociales. La justicia social es fundamental para la paz, pues sociedades más igualitarias tienden a ser más estables y menos propensas a conflictos internos.

§398. La macrofilosofía de Mayos (2012b) se alinea a la ética de la no violencia, que es un enfoque fundamental para la construcción de la paz. Promover la resolución pacífica de conflictos y rechazar la violencia como un medio de alcanzar objetivos es un principio central para la paz duradera. Así, su macrofilosofía es importante para la paz porque enfatiza valores éticos universales, promueve el diálogo interreligioso, incentiva la cooperación internacional, respeta la diversidad, valora la justicia social y pregona la no violencia. Esos principios filosóficos son fundamentales para la construcción de sociedades pacíficas y para la promoción de la paz en un mundo cada vez más complejo e interconectado. Ante esa discusión, concluimos que la macrofilosofía de Mayos (2012b) puede ser relevante para la promoción de la paz en términos de: ética universal; resolución de conflictos; responsabilidad global; integración y cooperación; ética ecológica; justicia social; y no violencia.

§399. El énfasis en la ética universal en la macrofilosofía de Mayos (2012b) significa que ella busca principios éticos que son aplicables a todas las culturas y tradiciones. Eso es fundamental para la paz, dado que establece un terreno común de valores compartidos que pueden trascender diferencias culturales y promover la comprensión mutua. Sobre la cuestión de la resolución de conflictos, Mayos (2012b) enfatiza el diálogo constructivo y respetuoso como una herramienta esencial en la búsqueda de la paz, por medio de la cual los conflictos pueden ser abordados de modo pacífico, y soluciones consensuales pueden ser encontradas. Eso es particularmente relevante en contextos de

tensiones políticas, étnicas o religiosas.

§400. En términos de responsabilidad global, la macrofilosofía de Mayos (2012b) también destaca la responsabilidad global de cuidas del mundo y de sus habitantes. Eso incluye no apenas ser responsable por el bien-estar de nuestras propias comunidades, como también por el bien-estar de toda la humanidad y del planeta en el que vivimos. Esa responsabilidad global es esencial para la construcción de la paz, una vez que muchos de los desafíos que enfrentamos como los cambios climáticos y la pobreza, son de escala global.

§401. Ese autor enfoca que la UE es un ejemplo de integración regional bien-sucedida, y su macrofilosofía puede contribuir para fortalecer esa integración. Promover valores como la cooperación, la solidaridad y la comprensión mutua entre los Estados-miembros es fundamental para mantener la paz y la estabilidad en la región. Sobre la ética ecológica, Mayos (2012b) destaca su relevancia para la paz, una ves que la degradación ambiental puede llevar a conflictos por recursos naturales escasos, como agua y tierra. Así, la promoción de la sostenibilidad ambiental es un componente crucial para la construcción de la paz.

§402. Además de eso, para Mayos (2012b), la procura por la justicia social, uno e los principios de su macrofilosofía, también es fundamental para la paz. Sociedades más justas tienden a ser más estables y menos propensas a conflictos internos, una vez que las desigualdades económicas y sociales son reducidas., Mayos (2012b) aún enfoca que la ética de la no violencia es un principio fundamental para la paz, y su macrofilosofía, al promover la resolución pacífica de conflictos y el respeto por los derechos humanos, está alineada con esa ética.

§403. Por lao tanto, la macrofilosofía de Mayos (2012c) es importante para la promoción de la paz porque enfatiza una ética universal, promueve el diálogo

constructivo, resalta la responsabilidad global, incentiva la integración y la cooperación, enfoca cuestiones ecológicas, busca justicia social y pregona la no violencia. Esos principios filosóficos son esenciales para la construcción de sociedades pacíficas y para la promoción de la paz tanto en contextos locales cuanto globales (Mayos 2012c).

§404. Las ideas de Byung-Chul Han (2015; 2017a), un filósofo sur-coreano contemporáneo conocido por sus reflexiones sobre la sociedad digital, la cultura del cansancio y la sociedad del desempeño, pueden ser relacionadas a las cuestiones de la paz y convivencia. Aunque no sea específicamente un filósofo de la paz, Byung-Chul Han (2015) argumenta que la sociedad contemporánea, en su búsqueda incesante por desempeño y competencia, muchas veces crea tensiones y alienación entre las personas. La paz, en ese contexto, puede ser vista como una búsqueda por un equilibrio entre le intento de éxito individual y el cuidado con el bien-estar colectivo. La presión constante por desempeño puede llevar al agotamiento y al conflicto, mientras que la búsqueda por un equilibrio puede contribuir para un ambiente más pacífico (Han, 2017b; Han, 2018a).

§405. Byung-Chul Han (2017a) también aborda los cambios en la comunicación en la era digital, argumentando que, a pesar de la aparente conectividad, muchas personas experimentan una soledad profunda. |La paz puede ser vista como la búsqueda por conexiones humanas genuinas y por la comprensión mutua, ayudando a superar el aislamiento y la alienación que pueden llevar a conflictos (costa, 2019; Han, 2018b). Además de eso, Han (2019) discute la responsabilidad individual en sus obras. La paz puede ser vista como un estado en que los individuos reconocen su responsabilidad en relación a los otros y al medio ambiente. La concientización ética y la acción responsable pueden contribuir para la construcción de sociedades más pacíficas (Bauman, 2001; Deleuze, 1990; Dudde, 2017; Lipovetsky, 1989).

§406. Byung-Chul Han (2017b) también critica la cultura de la distracción y del consumo constante de informaciones. Él dice que la capacidad de contemplación y reflexión profunda es esencial para la comprensión y la paz. La paz, en ese sentido, puede ser buscada a través de la promoción de espacios y momentos de contemplación y reflexión. Aunque sus obras no se concentren directamente en cuestiones geopolíticas o de seguridad, sus reflexiones sobre la sociedad y cultura pueden ser relevantes para la búsqueda de la paz en el contexto global. Al promover una cultura de respeto, comprensión y responsabilidad, sus ideas pueden contribuir para un enfoque más pacífico para las relaciones internacionales.

§407. Las reflexiones de Byung-Chul Han (2015) sobre la sociedad actual, comunicación, responsabilidad y tecnología pueden ser relacionadas a la búsqueda por paz y convivencia armoniosa. Sus ideas enfatizan la importancia de la reflexión, de la ética y de la comprensión mutua como elementos clave en la construcción de un mundo más pacífico y equilibrado. Aunque él no sea un teórico de la paz tradicional, sus contribuciones pueden ser valerosas para pensar en cómo promover la paz en una era marcada por desafíos complejos.

§408. El conflicto en curso entre Rusia y Ucrania lanzó luz sobre la fragilidad de la paz y de la seguridad en Europa, exponiendo las limitaciones del modelo actual de la cohesión de la UE. Aunque la UE haya obtenido éxito em promover la integración económica, el conflicto demuestra la necesidad apremiante de trascender esa dimensión y abarcar una macrofilosofía de la cohesión, cementada en valores filosóficos y jusfilosóficos compartidos. La actual definición de la cohesión en la UE se concentra, mayoritariamente, en la reducción de las disparidades económicas y sociales entre los Estados-miembros (Libro Blanco sobre el futuro de la Europa, 2017). Sin embargo, como evidencia la invasión de Ucrania, la ausencia de una cohesión más profunda, enraizada en valores como la democracia, el Estado de Derecho y

respeto a la soberanía nacional, torna el bloque vulnerable a instabilidades geopolíticas.

§409. La Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea (2000) representa un paso importante hacia una comunidad de valores. Sin embargo, la mera existencia de documentos normativos no garantiza su efectuación. Es preciso ir más allá de la retórica y fomentar una verdadera cultura de paz, en la cual la cohesión trasciende el meo cálculo económico y se traduce en solidaridad, diálogo y respeto mutuo. En ese contexto, la filosofía kantiana ofrece un fundamento teórico relevante. Kant (2002a), en su obra *La Paz Perpetua*, argumenta que la paz no es un estado natural, sino una construcción social que demanda un esfuerzo continuo de cooperación y respeto entre las naciones. Para el filósofo, la concretización de la paz exige la superación del estado de naturaleza hobbesiano, en que impera la lógica de la fuerza y la construcción de una orden internacional basada en la justicia y en el derecho.

§410. La invasión de Ucrania demuestra la necesidad urgente de colocar en práctica las enseñanzas de Kant (Marins, 2024). La UE debe asumir un rol proactivo en la construcción de una teleología de la paz, en que la cohesión, impregnada de valores humanistas, sea el motor de la convivencia pacífica entre las naciones. Eso implica fortalecer los mecanismos de diálogo y cooperación, promover la cultura de paz a través de la educación y de la diplomacia cultural, y fortalecer los instrumentos de defensa de la democracia y de los derechos humanos, tanto dentro cuanto fuera del bloque. La crisis actual exige una profunda reflexión sobre el futuro de la UE y el rol de la cohesión en la construcción de un futuro de paz y prosperidad. Es necesario ir más allá de la dimensión económica y abrazar una macrofilosofía de la cohesión, cimentada en valores universales y en la búsqueda incesante por la paz. Solo así la UE podrá superar los desafíos del siglo XXI y garantizar un futuro de paz y prosperidad para sus ciudadanos.

§411. El conflicto en curso entre Rusia y Ucrania lanzó luz sobre la fragilidad de la paz y de la seguridad en Europa, exponiendo las limitaciones del modelo actual de la cohesión de la UE. Aunque la organización haya obtenido éxito em promover la integración económica, el conflicto demuestra la necesidad apremiante de trascender esa dimensión y abarcar una macrofilosofía de la cohesión, cementada en valores filosóficos y jusfilosóficos compartidos. Eso puesto, destacamos que la actual definición de cohesión en la UE se concentra, mayoritariamente, en la reducción de las disparidades económicas y sociales entre los Estados-miembros. La Unión Europea (2017), en su documento Cohesión Policy for all Regions, define la cohesión como «(…) la expresión de la solidaridad europea, buscando reducir las disparidades entre los niveles de desarrollo de las varias regiones de la Unión Europea» (p. 5). Sin embargo, como evidencia la invasión de Ucrania, la ausencia de una cohesión más profunda, enraizada en valores como la democracia, Estado de Derecho y respeto a la soberanía nacional torna el bloque vulnerable a instabilidades geopolíticas.

§412. Resaltamos que la dependencia de diversos países de la UE del gas natural ruso, aunque tras la anexión de Crimea en 2014, demuestra la priorización de intereses económicos en detrimento de una postura geopolítica unida basada en valores. La Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea (2000) representa un paso importante hacia una comunidad de valores. El preámbulo de la Carta dice que «(…) la Unión, erigida sobre los valores indivisibles y universales de la dignidad humana, de la libertad, de la igualdad y de la solidaridad, asienta en los principios de la democracia y del Estado de Derecho». Sin embargo, la mera existencia de documentos normativos no garantiza su realización. Es preciso ir más allá de la retórica y fomentar una verdadera cultura de la paz, en la cual la cohesión trasciende el mero cálculo económico y se traduce en solidaridad, diálogo e respeto mutuo.

§413. También enfatizamos que la crisis migratoria de 2015 expuso las dificultades de la UE en conciliar la solidaridad con los refugiados y el respeto a los derechos humanos con las diferentes visiones e intereses de los Estados-miembros. En ese contexto, la filosofía Kantiana ofrece un fundamento teórico relevante. Kant (1795) argumenta que la paz no es un estado natural, sino una construcción social que demanda un esfuerzo continuo de cooperación y respeto entre las naciones. Para el filósofo, la concretización de la paz exige la superación del estado de naturaleza hobbesiano, en el cual impera la lógica de la fuerza y la construcción de una orden internacional basada en la justicia y en el derecho.

§414. La invasión de Ucrania demuestra la necesidad urgente de colocar en práctica las enseñanzas kantianas. La UE debe asumir un rol proactivo en la construcción de una teleología de la paz, en que la cohesión, impregnada de valores humanistas, sea el motor de la convivencia pacífica entre las naciones. Eso implica, entre otros factores: (i) fortalecer los mecanismos de diálogo y cooperación, ampliando el diálogo con países vecinos y buscando integrar valores democráticos y el respeto al derecho internacional; (ii) promover la cultura de paz a través de la educación y de la diplomacia cultural por medio de la inversión en programas educacionales que promuevan la comprensión intercultural, el respeto a la diversidad y la resolución pacífica de conflictos; y (iii) fortalecer los instrumentos de defensa de la democracia y de los derechos humanos, tanto dentro cuanto fuera del bloque. Eso implica, entre otras medidas, crear mecanismos eficaces para combatir la desinformación, proteger los derechos de las minorías y promover la democracia en países terceros.

§415. La relación entre la UE y la OTAN ha sido objeto de intenso debate académico y político. La cuestión central es si la UE debe o no actuar como un instrumento de poder de la OTAN. En esta tesis, evidenciamos que la UE no puede y no

debe ser un mero instrumento de poder de la OTAN, pues eso comprometería su autonomía estratégica, sus valores fundacionales y su capacidad de actuar como un actor global independiente.

§416. La autonomía estratégica de la UE es un principio fundamental que busca garantizar que la Unión pueda tomar decisiones independientes en materia de seguridad y defensa. Según Biscop (2018), «la autonomía estratégica es esencial para que la UE pueda actuar de forma independiente en un escenario global cada vez más multipolar» (p. 45). Si la UE tornarse un instrumento de poder de la OTAN, esa autonomía sería severamente comprometida, pues la OAN es dominada por los intereses de los Estados Unidos de América, que ni siempre coinciden con los intereses europeos.

§417. La UE fue fundada sobre valores de paz, democracia y cooperación internacional. La Carta de los Derechos Fundamentales de la organización establece que «la Unión se funda en los valores de respeto por la dignidad humana, libertad, democracia, igualdad, Estado de Derecho y respeto por los derechos humanos» (Unión Europeas, 2000, p. 8). La subordinación a la OTAN, una alianza militar que ha sido criticada por sus intervenciones unilaterales, podría minar esos valores. Como argumenta Kagan (2003), «la dependencia excesiva de Europa en relación a OTAN puede llevar a una erosión de los valores europeos de multilateralismo y resolución pacífica de conflictos» (p. 67)

§418. La UE tiene ambición de ser un actor global independiente, capaz de influenciar la orden internacional. Para eso, precisa desarrollar sus propias capacidades de defensa y seguridad. Como afirma Howorth (2014), «la UE debe invertir en sus propias capacidades de defensa para ser un actor global creíble» (p. 89). La dependencia de la OTAN limita esa capacidad, pues la UE quedaría restricta a las prioridades definidas por la alianza atlántica.

§419. La UE no puede ser un instrumento de poder de la OTAN sin comprometer su

autonomía estratégica, sus valores fundacionales y su capacidad de actuar como un actor global independiente. La relación de la UE y la OTAN debe ser de colaboración y cooperación, pero no de subordinación. La UE debe continuar a desarrollar sus propias capacidades de defensa y seguridad para garantizar que pueda actuar de forma independiente y en consonancia con sus propios valores e intereses.

§420. La crisis actual exige una profunda reflexión sobre el futuro de la UE y el rol de la cohesión en la construcción de un futuro de paz y prosperidad. Es necesario ir más allá de la dimensión económica y abrazar una macrofilosofía de la cohesión, cimentada en valores universales y en la búsqueda por la paz. Solo así la UE podrá superar los desafíos del siglo XXI y garantizar un futuro de paz y prosperidad para sus ciudadanos.

§421. En una conclusión global, observamos que la búsqueda por la paz, hoy, es un clamor urgente para la humanidad. En un mundo dilacerado por guerras, desigualdad social y una crisis ambiental sin precedentes, la paz se torna un anhelo universal. Más que la mera ausencia de conflictos, la paz exige la construcción de relaciones justas y armoniosas entre los seres humanos, con la naturaleza y con el planeta que habitamos. Esta tesis analiza los desafíos ara la construcción la paz en el mundo contemporáneo, proponiendo una profunda reflexión sobre las raíces de la violencia y de la destrucción que asolan la humanidad.

§422. El diagnóstico es contundente. La cultura dominante, movida por la codicia y por la búsqueda desenfrenada por el poder, se ha mostrado incapaz de promover la paz. La lógica de la competencia, de la exploración predatoria de los recursos naturales y de la indiferencia para con las generaciones futuras nos conduce a un futuro sombrío. Ante ese escenario, invito a los lectores de este texto a hacer un camino, un nuevo camino, inspirado en la sabiduría de San Francisco de Asís. El Santo de Asís, con su mensaje de amor universal,

compasión y respeto por todas las criaturas, nos ofrece un paradigma para la construcción de una paz posible.

§423. La paz, según esa visión, no es una utopía lejana, pero un proceso a ser construido diariamente. Exige de cada individuo un compromiso con la ética del cuidado, la justicia social y la superación de la lógica individualista que nos ha alejado los unos de los otros y de la naturaleza. Este texto destaca la urgencia de una nueva ética para la humanidad, basada en la solidaridad, en la compasión y en el reconocimiento de la interdependencia entre todos los seres. Delante de la creciente desigualdad social y de la amenaza de una ruptura en la familia humana, clamamos un despertar para la responsabilidad individual y colectiva en la construcción de un futuro más justo y sostenible para todos.

§424. El desafío es inmenso, pero la esperanza reside en la capacidad humana de amar, de reinventarse y de luchar por un mundo en que la paz no sea apenas un sueño lejano, pero una realidad a ser vivida en plenitud. Luego, la cohesión europea va de la necesidad económica a la urgencia ético-filosófica, pues la UE, aunque loable en su búsqueda por cohesión, se limita, predominantemente, a una óptica pragmática de la economía. Sin negar la importancia de la integración económica, defendemos que la verdadera fuerza de la cohesión resida en un plan más elevado, en el centro de los valores filosóficos y jusfilosóficos compartidos.

§425. Confinar la cohesión al ámbito económico es reducirla a un mero instrumento de prosperidad material, descuidando la dimensión humana que es la base de la convivencia pacífica. Una unión fundada apenas en intereses económicos es frágil, susceptible a las fluctuaciones del mercado y a las intemperies de las crisis cíclicas. La Historia, repleta de ejemplos de desintegración, nos muestra que cimentos puramente pragmáticos son insuficientes para sustentar la unidad duradera entre pueblos. La verdadera cohesión, aquella que aspira a

la paz perene, precisa trascender el económico y se enraizar en un terreno más profundo: lo de los valores compartidos. Es preciso cultivar un *ethos* europeo, un conjunto de principios éticos y jurídicos que trascienden las fronteras nacionales y unen los ciudadanos en torno de un ideal común. Teniendo en la macrofilosofía una herramienta poderosa de convencimiento de los pueblos e interacción real para la búsqueda real de la paz.

§426. La Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), con su énfasis en la dignidad humana, igualdad y fraternidad, puede servir como brújula en ese proceso. Es imperativo fortalecer el respeto a la democracia, al Estado de Derecho y a la justicia social como pilares de la cohesión. La UE, para más allá de un bloque económico, debe consolidarse como una comunidad de valores. Solamente cuando la cohesión sea impulsada por un humanismo compartido, por una ética de la responsabilidad mutua y por el compromiso con la paz, es que esa organización será capaz de cumplir su promesa de un futuro próspero y armonioso para todos los europeos.

§427. Destacamos aún que la búsqueda por la paz en el mundo exige una nueva ética basada en la justicia, en la compasión y en la responsabilidad individual y colectiva. Ante eso, en el contexto de la UE, la cohesión frecuentemente limitada a la esfera económica, necesita ser alzada a un plan ético-filosófico para tornarse un mecanismo efectivo de convivencia pacífica entre pueblos y naciones. Por lo tanto, argumentamos que fue comprobado en este trabajo que el concepto de cohesión en la UE está limitado al dominio económico, pero debe ser macrofilosoficamente elevado al plan de los valores filosóficos y jusfilosóficos para que la cohesión sea un mecanismo efectivo de convivencia entre pueblos y naciones – de implementación de la paz. La cohesión, por lo tanto, no puede ser un fin en si misma, pero debe ser un medio para alcanzar la paz duradera. Esa paz, como nos enseña la Filosofía, solo puede ser construida sobre el cimiento inquebrantable de la justicia, de la ética y del

respeto incondicional a la dignidad humana. Es en ese espíritu, y con esa convicción, que la UE debe seguir adelante.

§428. Además de eso, sintetizamos ocho puntos principales de la discusión realizada en esta tesis, a saber: (i) la paz exige más que la ausencia de conflictos, requiere relaciones justas y armoniosas entre humanos y con el planeta; (ii) la cultura dominante, focalizada en codicia y poder, es incapaz de promover la paz; (iii) la Cohesión en la UE, actualmente focalizada en aspectos económicos, es insuficiente para garantizar una paz duradera; (iv) la verdadera cohesión debe basarse en valores compartidos, como democracia, Estado de |Derecho y justicia social; (v) La Declaración Universal de los Derechos Humanos puede servir como brújula para la construcción de un *ethos* europeo; (vi) la macrofilosofía de Mayos (2012b), con su énfasis en la ética universal, diálogo, responsabilidad global, justicia social y no-violencia, ofrece un fundamento teórico relevantes para la construcción de la paz; (vii) las reflexiones de Byung-Chul Han (2015) sobre la sociedad contemporánea, comunicación, responsabilidad y tecnología también contribuyen para la búsqueda por la paz y convivencia armoniosa; y (viii) la UE no debe ser un instrumento de poder de la OTAN, sino un actor global independiente que promueve la paz a través de la cooperación y del diálogo.

§429. Por fin, en síntesis, concluimos que la cohesión europea precisa trascender la dimensión económica y abrazar valores universales para alcanzar la paz duradera. La UE debe consolidarse como una comunidad de valores, guiada por la ética, justicia y respeto incondicional a la dignidad humana. Solamente así la organización podrá cumplir su promesa de un futuro próspero y armonioso. ¡Futuro de Paz!

Referencias

Acordo de parceria entre os membros do grupo dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, de um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados Membros, junho 23, 2000, https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar25A-2002.pdf

Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*. Boitempo.

Agostinho, S. (2002a). *A cidade de Deus* (J. O. de Almeida, Trad.). Paulus.

Agostinho, S. (2002b). *A Trindade* (A. Soares, Trad.). Paulus.

Agostinho, S. (1987). *Confissões* (J. O. Santos & A. A. de Pina, Trad.). Nova Cultural.

Agostinho, S. (1995). *O livre-arbítrio* (D. M. Gomes, Trad.). Paulus.

Agostinho, S. (1999). *Tratado sobre o Evangelho de João* (D. Peixoto, Trad.). Paulus.

Algra, K. (2006). Teologia estoica. In B. Inwood (Ed.), *Os estoicos* (R. Fiker, Trad.). Odysseus Editora.

Allison, G. (2017). *Destined for war: Can America and China escape Thucydides's trap?* Houghton Mifflin Harcourt.

Almeida, P. O. de. (2016). *Crítica da razão antiutópica: Inovação institucional na aurora do Estado moderno* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AKJRCT

Amartya, S. (2010). *Desenvolvimento como liberdade.* Companhia das Letras.

Ambrósio, J. de M. C. (2015). *Os tempos do Direito: Ensaio para uma (macro)filosofia da História* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. http://hdl.handle.net/1843/BUOS-A3XFN6

Amorim, C. (2008). Desenvolvimento e segurança: Desafios para a construção da paz no século XXI. *Contexto Internacional*, *30*(1).

Angell, N. (1933). *A Grande ilusão* (J. A. Rodrigues, Trad.). Companhia Editora Nacional.

Aquino, T. de. (2002). *Suma contra os gentios* (Livro III). Loyola.

Aquino, T. de. (2003). *Suma teológica* (A. Correia, Trad.). Loyola.

Aquino, T. de. (2005). *Suma teológica*. Loyola.

Aquino, T. de. (2006a). *Suma teológica* (II-II, q. 29, a. 1). Loyola.

Aquino, T. de. (2006b). *Suma teológica* (I-II, q. 96, a. 2). Loyola.

Aquino, T. de. (2006c). *Suma teológica* (II-II, q. 29, a. 3, ad 2). Loyola.

Aquino, T. de. (2001). *Summa theologica*. Loyola.

Archer, J. (2014). *After the European Civil War, 1914-1945*. Yale University Press.

Arendt, H. (2010). *A condição humana* (R. Raposo, Trad.; 11ª ed.). Forense Universitária.

Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo.* Companhia das Letras.

Arias, J. R. H. (2011). *Filosofía de la guerra y de la paz*. Padilla Libros.

Aristóteles. (2000a). *A Política* (R. L. Ferreira, Trad.). Martins Fontes.

Aristóteles. (2009). *A Política* (N. S. Chaves, Trad.; 2ª ed.). EDIPRO.

Aristóteles. (2001a). *Da alma (de anima): Introdução* (C. H. Gomes, Trad.). Edições 70.

Aristóteles. (2006). *De anima* (M. C. G. dos Reis, Trad.). Editora 34 Ltda.

Aristóteles. (1984). *Ética a Nicômaco* (L. Vallandro & G. Bornheim, Trad.). Abril Cultural.

Aristóteles. (1991). *Ética a Nicômaco* (L. Vallandro & G. Bornheim, Trad.). Nova Cultural.

Aristóteles. (2001b). *Ética a Nicômaco* (M. da G. Kury, Trad.; 3ª ed.). Editora UnB.

Aristóteles. (2004). *Metafísica* (H. Zucchi, Trad.; 1ª ed.). Editora Debolsillo (Ensayo).

Aristóteles. (1973). *Obras completas*. Aguilar.

Aristóteles. (1992). *Poética* (E. de Souza, Trad.). Editora Ars Poética.

Aristóteles. (1997). *Política* (N. S. Chaves, Trad.). Martins Fontes.

Aristóteles. (2005). *Política* (A. Fernandes, Trad.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Aristóteles. (2010). *Política* (A. C. Amaral & C. Gomes, Trad.). Vega.

Aristóteles. (2000b). *Retórica das paixões* (I. B. B. da Fonseca, Trad.). Martins Fontes.

Aróstegui, J. (2006). *A Pesquisa histórica: Teoria e método* (A. Dore, Trad.). Edusc.

Arruda, J. M. (2003). Carl Schmitt: Política, Estado e direito. In M. Oliveira, O. A. A. Sahd, & L. F. N. de A. e Silva (Orgs.), *Filosofia politicas contemporânea* (pp. 56–86). Vozes.

Ato Único Europeu, junho 29, 1986. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A11986U%2FTXT

Bacaria, F. (2014). *A União Europeia: História, instituições e políticas*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Balakrishnan, T. (2000). *The enemy: An intellectual portrait of Carl Schmitt*. Verso.

Balfour, M. (1992). *The defense of Carl Schmitt: An intellectual biography*. Duke University Press.

Balsdon, J. P. V. D. (1960). Auctoritas, dignitas, otium. *The Classical Quarterly*, *10*(1), 43–50. https://www.jstor.org/stable/637589

Baratta, A. (2002). *Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal* (J. C. dos Santos, Trad.; 6ª ed.). Instituto Carioca de Criminologia.

Barca, F. (2014). An agenda for cohesion policy. *Intereconomics*, *9*(3), 130–135.

Bataillon, M. (2000). *Erasmo y el erasmismo*. Crítica.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Zahar.

Beauvoir, S. de. (1980). *O segundo sexo* (S. Milliet, Trad.). Nova Fronteira.

Bezerra, M. J. C. (2019). *União Europeia: História, instituições e desafios*. Editora Estampa.

Bilbeny, N. (1993). *El idiota moral: La banalidad del mal en el siglo XX*. Anagrama.

Bilbeny, N. (2007). *La identidad cosmopolita: Los límites del patriotismo en la era global.* Anagrama.

Bini, E. (2012). *Platão: A República*. Edipro.

Bio Gonçal Mayos Solsona. (n.d.). *Gonçal Mayos*. http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos/

Biscop, S. (2018). *European strategy in the 21st century: New future for old power*. Routledge.

Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Jorge Zahar Ed.

Bobbio, N. (2004). *A era dos direitos* (C. N. Coutinho, Trad.). Elsevier.

Bobbio, N. (1997). *A teoria do ordenamento jurídico*. Editora Universidade de Brasília.

Bobbio, N. (1995). *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant* (A. Fait, Trad.; 3ª ed.). Editora UNB.

Bobbio, N. (2000). *O problema da guerra e as vias da paz* (Á. Lorencini, Trad.). Editora Unesp.

Bobbio, N. (2001). O tempo da guerra e o tempo da paz. In *A era dos direitos* (C. N. Coutinho, Trad.). Campus.

Bolzani Filho, R. (2014). Introdução. In A. L. A. de A. Prado (Ed.), *A República* (2ª ed.). Martins Fontes.

Bonavides, P. (2006, dezembro 03). O direito a paz. *Folha de São Paulo.* http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0312200609.htm

Boulding, E. (1978). *Cultures of peace: The hidden side of history*. Syracuse University Press.

Bourgeois, B. (1995). Apêndice Enciclopédica (Tomo 1). In G. W. F. Hegel (Ed.), *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (Vol. 1, pp. 20–45). Loyola.

Boyancé, P. (1941). Cum dignitate otium. *Revue des Études Anciennes*, *43*(3–4), 172–191. https://www.persee.fr/doc/rea_0035-2004_1941_num_43_3_3177

Brandão, C. A. L. (2005). A Traduzibilidade dos conceitos: Entre o visível e o dizível. In I. Domingues (Org.), *Conhecimento e transdiciplinaridade II: Aspectos metodológicos*. Editora UFMG.

Bravo, F. (2011). Das escalas do ser e do conhecer à escala do prazer na República de Platão (D. G. Xavier, Trad.). In D. G. Xavier & G. Cornelli (Eds.), *A República de Platão: Outros olhares.* Edições Loyola.

Brown, P. (2000). *Agostinho de Hipona* (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Companhia das Letras.

Brueggemann, W. (2001). *Peace St. Louis*. Chalice Press.

Buey, F. F. (2010). La filosofía de la paz en la historia. In F. F. Buey, J. Mir, & E. Prat (Eds.), *Filosofía de la paz* (pp. 9–34). Icaria.

Burke, P. (1999). *O Renascimento italiano: Cultura e sociedade na Itália* (M. E. Melani, Trad.). Jorge Zahar Ed.

Calero, F. (1999). *Estudio introductorio, en Vives, Juan Luis, obras políticas y pacifistas*. Atlas.

Cardoso, P. R. (2016). *Diatética cultural: Estado, soberania e defesa cultural* [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ABDGJU

Carta das Nações Unidas, junho 26, 1945, https://nacoesunidas.org/carta/

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2016, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12012P/TXT

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, dezembro 18, 2000. https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf

Ciccotti, E. (1901). *La civiltà e la guerra*. Società Editrice Dante Alighieri.

Cícero, M. T. (n.d.). *As catilinárias* (M. A. Gonçalves, Trad.; 6ª ed.). Livraria H. Antunes.

Cícero, M. T. (1962). *De officiis de Cícero* (M. A. Gonçalves, Trad.; 2ª ed.). Livraria H. Antunes Ltda Editora.

Cícero, M. T. (2005). *De re publica*. Martins Fontes.

Cícero, M. T. (2008). *Discursos: Discursos sobre a Lei Agrária – Pro Rabirio Perduelionis Reo – Pro Murena – Pro rege Deiotaro – Philippicae I–XIV* (J. A. Cardoso, Trad.; Vol. 3). Fundação Calouste Gulbenkian.

Cícero, M. T. (1990a). *Discursos I* (J. M. R. Prieto, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1990b). *Discursos II* (J. M. R. Prieto, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1991). *Discursos III* (J. A. Cereza, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1994a). *Discursos IV* (J. M. B. Baños, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (1995). *Discursos V* (J. A. Cereza, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (2011). *Discursos VII* (J. M. R. Prieto, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (2000). *Dos deveres* (C. H. Gomes, Trad.). Edições 70.

Cícero, M. T. (1994b). *Filípicas* (J. B. Calvo, Trad.). Planeta.

Cícero, M. T. (1953). *Las leyes* (Á. D'Ors, Trad.). Instituto de Estudios Políticos.

Cicero, M. T. (1833). *Select orations of M. Tullius Cicero from the text of Jo. Casp. Orellius, with notes, critical and explanatory, for the use of schools and colleges*. Wentworth Press.

Cícero, M. T. (1999). *Sobre a República* (A. D. P. Caeiro, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Cícero, M. T. (1984). *Sobre la República* (Á. D'Ors, Trad.). Gredos.

Cícero, M. T. (2015). *Sobre los deberes/De los oficios*. Alianza Editorial.

Cícero, M. T. (2010). *Sobre os deveres* (A. M. Canto, Trad.). Edições 70.

Cicero, M. T., & Colson, F. H. (1919). *ProMilone*. Macmillan.

Clausewitz, C. V. (2007). *Da guerra* (J. P. C. de Magalhães, Trad.). Editora Martin Claret.

Cliff, T. (1979). *State capitalism in Russia*. Pluto Press.

Coelho, S. de O. P. (2010). O aparecimento do Direito no pensamento hegeliano: O Estado de juridicidade em Roma como momento do Estado Ético na Fenomenologia do Espírito. In J. C. Salgado & J. L. B. Horta (Orgs.), *Hegel, Liberdade e Estado* (pp. 155–181). Fórum.

Collier, P. (2007). *The bottom billion: Why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford University Press.

Comissão Europeia. (2020). *Relatório anual sobre subsidiariedade e proporcionalidade. Comissão Europeia*. https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/report-subsidiarity-proportionality-2020_en.pdf

Comissão Europeia no Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial, 2018, https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/communications/2018/the-eighth-cohesion-report

Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Establishing a European Pillar of Social Rights, 2017, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM%3A2017%3A250%3AFIN

Conselho Europeu, 23-24 junho 2022. (n.d.). *Conselho Europeu*. https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2022/06/23-24/

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cooper, S. E. (1991). *Patriotic pacifism: Waging war on war in Europe, 1815-1914*. Oxford University Press.

Cornwell, H. (2017). *Pax and the politics of peace: Republic to principate*. Oxford University Press.

Costa, E. (2019). A Crítica de Byung-Chul Han ao capitalismo informacional: Positividade, violência neuronal e poder. *Cadernos Espinosanos*, *6*(2), 367–383.

Costa, J. A. (1993). *Portugal e a construção europeia: De Roma a Maastricht*. Gradiva.

Costa, M. E. G. (2015). O papel da União Europeia na construção da paz: Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *58*(2), 45–63.

Costa, M. G. G. M. da. (1999). *A Tolerância como paradigma antropológico: contributo para a construção de uma filosofia da educação* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13017

Craig, P., & Búrca, G. de. (2015). *EU law: Text, cases, and materials* (6th ed.). Oxford University Press.

Declaração de Laeken sobre o Futuro da União Europeia, dezembro 15, 2001.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, dezembro 10, 1948. https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos

Deleuze, G. (1990). Sociedades de Controle. *L'Autre Journal*, (1).

Delors, J. (1994). *Memórias*. Companhia das Letras.

Descartes, R. (1999). *Meditações metafísicas* (J. C. Costa, Trad.). Nova Cultural.

Descartes, R. (2011). *Meditações metafísicas* (3ª ed.). Martins Fontes.

Desenvolvimento mundial 2022: Finanças a serviço de uma recuperação equitativa. (2022). *Banco Mundial*. https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022

Deutsch, K. W. (1971). *A política das comunidades europeias* (D. Rocha, Trad.). Zahar Editores.

Dias, J. C. (2012). A paz em Santo Agostinho: Uma proposta de leitura a partir da Carta 189. *Revista Eclesiástica Brasileira*, *72*(286), 354–377.

Díez Jorge, M. E. (2000). La expresión estética de la paz en la historia. In F. A. Muñoz & M. L. Martínez (Eds.), *Historia de la paz: Tiempos, espacio y actores*. Universidad de Granada.

Dinan, D. (2004). *Europe recast: A history of European Union*. Lynne Rienner Publishers.

Dinan, D. (2010). *Ever closer union: An introduction to European integration* (5th ed.). Red Globe Press.

Dodds, E. R. (1977). *Os gregos e o irracional.* Zahar.

Dudde, A. F. (2017). *Uma crítica à sociedade do desempenho a partir da filosofia de Byung-Chul Han* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Dumézil, G. (1970). *Archaic roman* religion. University of Chicago Press.

Durkheim, É. (2013). *Da divisão do trabalho social* (C. A. R. de Moura, Trad.). Martins Fontes.

Dworkin, R. (2003). *A virtude soberana: A teoria e a prática da igualdade* (J. Simões, Trad.). Martins Fontes.

Dyzenhaus, D. (1997). *Legality and legitimacy: Carl Schmitt, Hans Kelsen and Hermann Heller in Weimar*. Clarendon Press.

Eastn, B. (2009). Coesão social e desenvolvimento: Uma revisão crítica da literatura. *Cadernos Adenauer*, *10*(2).

Eco, H. (2007). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas* (13ª ed.). Editorial Presença.

Em 2023, ACNUR respondeu ao maior número de emergências humanitárias da última década. (2024, Janeiro 19). *ACNUR*. https://www.acnur.org/portugues/2024/01/19/em-2023-acnur-respondeu-ao-maior-numero-de-emergencias-humanitarias-da-ultima-

decada/#:~:text=Em%202023%2C%20o%20ACNUR%20respondeu,América%20Latina%20e%20na%20República

Engish, K. (2001). *Introdução ao pensamento jurídico*. Calouste Gulbenkian.

Ernout, A., & Meillet, A. (1959). *Dictionnaire étymologique de la langue latine: Histoire des mots* (4th ed.). Klincksieck.

Espinosa, P. (2015). The impact of European cohesion policy on economic growth: A review of the literature. *European Planning Studies*, *23*(10), 1981–2001.

Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, 2016, https://eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf

Euclides. (2009). *Os elementos* (T. L. Heath, Trad.). Cambridge University Press.

Europa – Ásia Central: Ucrânia. (2023). *Repórteres Sem Fronteiras*. https://rsf.org/pt-br/pais/ucrânia

European Union. (2016). *Shared vision, common action: A stronger Europe. A global strategy for the European Union's foreign and security policy*.

Faria, J. (2017). A política regional da União Europeia. In J. Faria & M. J. Pires (Org.), *A União Europeia: O estado da arte* (pp. 235–268). Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ferrary, J.-L. (1982). Le idee politiche a Roma nell'epoca repubblicana. In L. L. Firpo (Dir.), *Storia delle idee politiche, economiche e sociali* (Vol. primo: L'antichità clássica). Unione Tipografico-Editrice Torinese.

Ferreira, A. B. de H. (2010). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Positivo.

Finnis, J. (1998). *Aquinas: Moral, political, and legal theory*. Oxford University Press.

Fonseca, T. (2024). Papa: "Que o Senhor dê a todos um coração que busca a paz". *Vatican News*, set. 18, 2024. https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-09/francisco-que-o-senhor-de-a-todos-um-coracao-que-busca-a-paz.html

Foucault, M. (2004). *História da loucura* (9ª ed.). Perspectiva.

Freitas, R. de C. S. T. (2011). *O olhar cosmopolita: A atualidade da proposta kantiana para paz perpétua*. UFPB.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido* (50ª ed.). Paz e Terra.

Fukuyama, F. (1992). *O Fim da História e o último homem* (A. S. Rodrigues, Trad.). Rocco.

Gallo, R. F. (2013). A teoria das formas de governo na Antiguidade. *Rónai: Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, *1*(2), 79–93. https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23075

Galtung, J. (2003). *Paz por medios pacíficos, paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Bakeaz.

Galtung, J. (1996). *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. International Peace Research Institute.

Galtung, J. (2010). *Trascender y transformar: Una introducción al trabajo de conflictos*. Quimera/UNAM.

Galuppo, M. C. (2008). *Da idéia à defesa: Monografias e teses jurídicas* (2ª ed.). Mandamentos.

Gandhi, M. (2012). *Autobiografía*. Arkano Books.

Gandhi, M. (2004). *Escritos esenciales*. Sal Terrae.

García-González, D. E. (2014). Hacia una prospectiva de paz a partir del realismo de la violencia: Una construcción desde la imaginación ética. In *Trascender la violencia* (pp. 3–30). Porrúa/UNESCO/Tecnológico de Monterrey.

Gasset, J. O. y. (1958). *Kant, Hegel, Dilhey.* Revista Occidente.

Gerbet, P. (1995). *A construção da Europa* (M. J. Pereira, Trad.). Instituto Piaget.

Gibbon, E. (2005). *Declínio e queda do Império Romano* (J. R. Martins Filho, Trad.). Companhia das Letras.

Gilson, E. (2007). *A Filosofia na Idade Média*. Martins Fontes.

Gittings, J. (2012). *The glorious art of peace: From the Iliad to Iraq*. Oxford University Press.

Goldsworthy, A. (2016). *Pax Romana: War, peace and conquest in the Roman World*. Yale University Press.

Gombay, A. (2009). *Descartes: Introdução* (1ª ed.). Artmed.

Gomes, D. N. (2017). A União Europeia e a promoção dos seus valores nas relações externas: Uma análise crítica. In S. A. de Carvalho & S. P. Rato (Org.), *Relações Internacionais: Atores, temas e valores* (pp. 235–258). Edições 70.

González, G., & García-González, D. E. (2019). *La paz como idea moral: Una reconfiguración de la filosofía de la paz para la acción común*. Dykynson.

Grotius, H. (2004). *O Direito da guerra e da paz* (C. Mioranza, Trad.; Vol. I e II). Unijuí.

Guthrie, W. K. C. (1978). *Os sofistas*. Edições 70.

Guzmán, V. M. (2005). Filosofia e investigação para a paz*. Revista Crítica de Ciências Sociais*, (71), 43–62. https://doi.org/10.4000/rccs.1015

Habermas, J. (1998a). A constelação pós-nacional: Ensaios políticos (M. Seligmann-Silva, Trad.). *Novos Estudos CEBRAP*, (49), 165–186.

Habermas, J. (2001). *A constelação pós-nacional: Ensaios políticos* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Littera Mundi.

Habermas, J. (1999). *A paz perpétua: Um projeto filosófico*. Martins Fontes.

Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: Entre facticidade e norma* (Vol. I). Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (2003). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Tempo Brasileiro.

Habermas, J. A. (1998b). Paz perpétua: Um projeto filosófico? In *Direito e democracia: Entre facticidade e validade* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Tempo Brasileiro.

Han, B.-C. (2017a). *A agonia do eros*. Vozes.

Han, B.-C. (2017b). *A sociedade da transparência*. Vozes.

Han, B.-C. (2018a). *No enxame: Perspectivas do digital*. Vozes.

Han, B.-C. (2018b). *Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Autêntica.

Han, B.-C. (2015). *Sociedade do cansaço* (E. P. Giachini, Trad.). Vozes.

Hegel, G. W. F. (2001). *A razão na História* (B. Sidou, Trad.). Centauro.

Hegel, G. W. F. (1992). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (O. Vitorino, Trad.). Guimarães Editores.

Hegel, G. W. F. (1995a). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (Vol. 1). Loyola.

Hegel, G. W. F. (1995b). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (Vol. 3). Loyola.

Hegel, G. W. F. (2005). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (P. Meneses, Trad.; 2ª ed.). Loyola.

Hegel, G. W. F. (1980). *Filosofia da História* (J. Gaos, Trad.). Guimarães Editores.

Hegel, G. W. F. (2010). *Filosofia do Direito* (P. Meneses, Trad.). UNISINOS.

Hegel, G. W. F. (1974). *Introdução da História da Filosofia* (A. P. de Carvalho, Trad.). Editora Victor Civitas.

Hegel, G. W. F. (1967). *Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, direito natural e ciência do Estado em compêndio* (P. Meneses, Trad.). UNISINOS.

Hegel, G. W. F. (2008). *Princípios da Filosofia do Direito* (O. Vitorino, Trad.). Martins Fontes.

Hegel, G. W. F. (2009). Princípios da Filosofia do Direito. In J. Marçal (Org.), *Antologia de Textos Filosóficos.* SEED-PR.

Heller, H. (2018). *Escritos políticos* (S. Krieger, Trad.). Editora Unesp.

Hobbes, T. (1983). *Leviatã* (J. P. Monteiro & M. B. N. da Silva, Trad.). Abril Cultural.

Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos: O breve século XX (1914–1991)*. Companhia das Letras.

Hobsbawm, E. (2002). *A era dos impérios: 1875-1914* (S. M. Campos & Y. S. de Toledo, Trad.). Paz e Terra.

Hodges, A. (1983). *Alan Turing: The enigma*. Simon & Schuster.

Homem, A. P. B. (2003). *O Espírito das instituições: Um estudo de História do Estado.* Coimbra.

Horta, J. L. B. (2010). Hegel e o Estado de direito. In J. C. Salgado & J. L. B. Horta (Coords.), *Hegel, liberdade e Estado.* Fórum.

Horta, J. L. B. (2012). Interdisciplinaridade, Direito e Estado: Memórias da Faculdade de Direito da UFMG. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, *40*, 193–217. https://doi.org/10.9732/180

Horta, J. L. B., & Salgado, K. (2017). *História do idealismo alemão*. Editora UFMG.

Howard, C. (2000). *Dicionário Kant* (Á. Cabral, Trad.). Jorge Zahar.

Howorth, J. (2014). *Security and defence policy in the European Union*. Palgrave Macmillan.

HRW. (2023). *Relatório Mundial 2022*. https://www.sec.gov/files/sec-2017agency-financial-report.pdf

Ildefonse, F. (2007). *Os estoicos I* (M. Pinheiro, Trad.). Estação Liberdade.

Israel, J. I. (2014). *A Ilustração radical: Filosofia, ateísmo e republicanismo no século XVIII* (C. E. M. de Moura, Trad.). Companhia das Letras.

Jaeger, W. (2001). *Paideia: A formação do Homem grego* (A. M. Parreira, Trad.; 4ª ed.). Martins Fontes.

Judt, T. (2007). *Pós-guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Objetiva.

Justiniano. (1889). *Cuerpo del derecho civil romano: Instituta* (D. I. L. G. del Corral., Trad.). Kriegel, Hermann y Osenbrüggen.

Kagan, R. (2003). *Of paradise and power: America and Europe in the New World Order*. Alfred A. Knopf.

Kant, I. (2005). *A metafísica dos costumes* (P. Quintela, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Kant, I. (2002a). *A paz perpétua* (C. Pinto, Trad.). Edições 70.

Kant, I. (2002b). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Martin Claret.

Kant, I. (2008a). *A paz perpétua: Um projeto filosófico* (A. Morão, Trad.). Universidade de Beira Interior Covilhã.

Kant, I. (2008b). *A paz perpétua e outros opúsculos* (A. Morão, Trad.). Edições 70.

Kant, I. (2002c). *A paz perpétua: Um projeto filosófico* (M. Zingano, Trad.). L&PM.

Kant, I. (1987). *Crítica da razão pura* (V. Rohden & U. B. Moosburger, Trad.). Nova Cultural.

Kant, I. (2004). *Fundamentação da metafísica dos costumes* (P. Quintela, Trad.). Edições 70.

Kant, I. (2003). *Idéia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita* (R. Naves, & R. Terra, Trad.). Martins Fontes.

Kant, I. (1943). *Principios metafisicos del derecho*. Americalle.

Kant, I. (2001). *Sobre la paz perpetua* (J. Abellan, Trad.). Alianza Edirorial.

Kaufmann, A., & Hassemer, W. (Orgs.). (2002). *Introdução à filosofia do direito e a teoria do direito contemporâneas.* Calouste Gulbenkian.

Keegan, J. (1995). *Uma história da guerra*. Companhia das Letras.

Keenan, J. (2009). *The death and life of democracy in Africa.* Zed Books.

Kissinger, H. (2016). *Diplomacia* (S. D. Ferreira, Trad.). Objetiva.

Kissinger, H. (2014). *World* order. Penguin Books.

Knutsen, T. L. (1994). *A história da paz*. Paz e Terra.

Lana, I. (1990). La concezione ciceroniana della pace. *Ciceroniana On Line*, *7*(1), 45–59. https://doi.org/10.13135/2532-5353/1220

Landes, D. S. (1998). *A riqueza e a pobreza das nações: Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres* (8ª ed.). Elsevier.

Lebrun, G. (2006). *A paciência do conceito: Ensaio sobre o discurso hegeliano* (S. Rosa Filho, Trad.). Editora da UNESP.

Le Goff, J., & Schmitt, J.-C. (Orgs.). (2017). *Dicionário analítico do Ocidente Medieval* (H. Franco Junior, Trad.; Vol. 2). Editora UNESP.

Lévinas, E. (1988). *Ética e infinito*. Edições 70.

Lévinas, E. (1997). *Paz e proximidade.* Instituto Piaget.

Lévinas, E. (1980). *Totalidade e infinito: Ensaio sobre a exterioridade*. Edições 70.

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.

Lima, F. J. G. de. (2015). *O projeto kantiano para paz perpétua: Pressupostos morais, jurídicos e políticos*. Editora Fi.

Lima Júnior, P. G. de, & Fermentão, C. A. G. R. (2012). O Direito à dignidade do nascituro. *Centro Universitário de Maringá (CESUMAR)*. http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3e15cc11f979ed25

Lima Vaz, H. C. de. (1991). *Antropologia filosófica I.* Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (1992). *Antropologia filosófica II.* Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2012). *Contemplação e dialética nos diálogos platônicos.* Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (1993). *Escritos de filosofia II:* Ética e cultura. Edições Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2004). *Escritos de filosofia II: Ética e cultura*. Edições Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2000). *Escritos de filosofia V: Introdução à ética filosófica 2*. Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2002). *Escritos de filosofia VII: Raízes da modernidade*. Loyola.

Lima Vaz, H. C. de. (2011). *Escritos de filosofia VIII:* Platônica. Loyola.

Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio: Ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Relógio D'Água.

Lívio, T. (1982). *História de Roma.* Martins Fontes.

Livro Branco sobre o futuro da Europa: Reflexões e cenários para a UE 27 em 2025, Março 01, 2017, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM:2017:2025:FIN

Lobo, S. (1993). O Tratado de Maastricht e a União Europeia: Uma análise crítica. *Revista de Direito Internacional*, *49*(1), 123–145.

Locke, J. (1998). *Segundo tratado sobre o governo civil* (M. B. N. da Silva, Trad.). Martins Fontes.

Losano, M. (2007). *Os grandes sistemas jurídicos*. Martins Fontes.

Losurdo, D. (2004). *Carl Schmitt: Architect of the new leviathan*. Verso.

Magalhães, A. P. (2012). *A União Europeia como ator normativo: Dimensões, estratégias e valores.* Fundação Calouste Gulbenkian.

Magalhães, B. (2005). A União Europeia como ator internacional: Entre a potência civil e a superpotência normativa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *48*(2), 9–30.

Magalhães, J. C. de. (1992). *A União Europeia e o Tratado de Maastricht*. Editorial Notícias.

Magalhães, P. C. (2003). O Tratado de Nice e a reforma institucional da União Europeia. *Revista de Direito Internacional*, *1*(1), 83–102.

Magnoli, D. (1997). *União Europeia: História e geopolítica*. Moderna.

Magnoli, D. (2016). *História da paz: Os tratados que desenharam o planeta* (2ª ed.). Contexto.

Magone, J. M. (2003). *The politics of Southern Europe: Integration into the European Union*. Praeger Publishers.

Marins, N. D. (2024). Guerra e paz: A presença de Kant em nosso cotidiano in memoriam de Paulo Tunhas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 10*(6), 2675–3375.

Maritain, J. (1963). *O Homem e o Estado*. Agir.

Marrou, H.-I. (1995). *Santo Agostinho e a aurora da cultura cristã* (M. do C. Cary, Trad.). Edições 70.

Martins, E. B. (2014). *Dicionário escolar da língua portuguesa* (2ª ed.). Nova Fronteira.

Mayos, G. (2012a). El criticismo de Kant. In G. Mayos, *Macrifilosofía de la Modernidad*. dLibro.

Mayos, G. (2021). Límites de la hiperespecialización: Necesidad de la macrofilosofía. *Revista de Ciências do Estado*, *6*(2), 1–21. https://doi.org/10.35699/2525-8036.2021.35658

Mayos, G. (2012b). *Macrofilosofía de la Modernidad.* dLibro.

Mayos, G. (2004). Revoluciones filosóficas en años críticos. *Revista de Occidente*, (282), 36–57. http://www.ub.edu/histofilosofia/gmayos_old/PDF/Revoluciones_filosoficas_anios_criticos.pdf

Mayos, G. (2012c). *Tiempos Disruptivos.*

Mccarthy, G. E. (1997). *The limits of liberalism: Between capitalism and the state*. Rowman & Littlefield.

Mcinerney, R. (1994). The conditions for a just peace, according to St. Thomas Aquinas. *Theological Studies*, *55*(1), 86–104.

Mearsheimer, J. (2001). *The tragedy of great power politics.* W.W. Norton & Company.

Milani, C. R. S. (2008). A União Europeia como ator normativo: O papel da política externa e de segurança comum na promoção da democracia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *51*(2), 85–104.

Milward, A. S. (1988). *A reconstrução da Europa Ocidental (1945–1951)* (M. L. Cabrita, Trad.). Publicações Dom Quixote.

Miranda, R. M. A. (2019). *Paz em Kant: Uma abordagem macrofilosófica do projeto de paz*. Conhecimento.

Mommsen, T. (2000). *História de Roma antiga*. Editora UnB.

Mouffe, C. (1996). *O Regresso do político* (M. S. Tavares, Trad.). Gradiva.

Mounier, E. (1967). *Manifesto ao serviço do personalismo.* Morais.

Moura, C. F. P. de. (2009). O conceito de político em Carl Schmitt. *Lua Nova*, (76), 11–46.

Müller, J.-W. (2003). *A dangerous mind: Carl Schmitt in post-war European thought*. Yale University Press.

Muñoz, F. A. (2018). *Manual de paz y Conflictos.* http://ipaz.ugr.es/coleccion-eirene/manual-de-paz-y-conflictos/

Muñoz, F. A. (1993). *Sobre el origen de la paz (...y la guerra)*. In A. Rubio (Ed.), *Presupuestos teóricos y éticos sobre la paz* (pp. 95–116). Universidad de Granada.

Muñoz, F. A., & Martínez, M. L. (2000). El re-conocimiento de la paz en la historia. In *Historia de la paz: Tiempos, espacio y actores.* Universidad de Granada.

Nodot, B. (2000). A lição de Hegel sobre a História da Filosofia do Direito. In M. A. de Oliveira & L. R. Peluso (Orgs.), *Hegel: Filosofia do direito*. Loyola.

Nogueira, J. C. V. (2004). A União Europeia após o alargamento: O Tratado de Nice e a Constituição Europeia. *Cadernos do Centro de Estudos Europeus*, (22), 11–36.

Nótári, T. (2010). La teoría del Estado de Cicerón en su “Oratio pro Sestio”. *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, (32), 197–217. https://www.rehj.cl/index.php/rehj/article/view/532

Nour, S. (2004). *A paz perpétua de Kant: Filosofia do Direito Internacional e das Relações Internacionais*. Martins Fontes.

Nunes, C. A. (2007). *Diálogos de Platão – Fedro – Cartas, o primeiro Alcibíadesm* (2ª ed.). UFPA.

Oitavo Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial, 2020.

Oliveira, F. de. (2014). Concórdia e paz no Tratado da República de Cícero. In B. F. Pereira & Deserto, J. (Eds.), *Symbolon III: Paz e concórdia*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*.

Organização das Nações Unidas. (2020). *Relatório anual sobre direitos humanos e conflitos*.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2018). *Relatório mundial sobre a cultura de paz*.

OTAN 2022: Segurança. (n.d.). *PUC Minas*. https://www.pucminas.br/minionu/Comites/Paginas/otan2022.aspx#:~:text=Dessa%20forma%2C%20o%20comitê%20OTAN,no%20âmbito%20da%20segurança%20internacional

Paiva, V. L. C. M. de. (2003). O ideal europeu e a construção da identidade europeia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *46*(2), 87–109.

Parker, G. (2015). *A Guerra dos Trinta Anos* (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Editora UNESP.

Parlamento Europeu, & Conselho da União Europeia. (2014). *Regulamento (UE) n.º 235/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de março de 2014 que estabelece um instrumento para a democracia e os direitos humanos a nível mundial. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0235&from=EN

Paxton, J. (2007). *A União Europeia e a paz: Uma história de integração e cooperação*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, M. (2015). A importância do Tratado de Roma para a União Europeia. *Revista de Estudos Europeus*, *12*(3), 70–85.

Pereira, M. (2024). A nova proposta de orçamento da Política de Coesão. *Revista de Estudos Europeus*, *20*(1), 70–85.

Pereira, M. H. da R. (2010). *Platão – A República* (12ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Pierson, P. (1996). The path to European integration: A Historical institutionalist analysis. *Comparative Political Studies*, *24*(2), 123–163. https://doi.org/10.1177/0010414096029002001

Pinto, P. R. M. (2000). A Lógica contemporânea e a transdiciplinaridade. In I. Domingues (Org.), *Conhecimento e Transdiciplinaridade II*.

Platão. (1996). *A República*. Editora Nova Cultural.

Platão. (2001). *A República*. Martin Claret.

Platão. (2006). *A República* (M. H. da R. Pereira, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Platão. (2010). *A República* (M. H. da R. Pereira, Trad.; 10ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Platão. (2016). *A República* (M. H. da R. Pereira, Trad.; 12ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Ploeg, J. van der. (1965). The right to peace in the teaching of St. Thomas. *Angelicum*, *42*(1), 3–23.

Política de Coesão. https://europa.eu/european-union/topics/cohesion-policy_pt

Prado, A. L. A. de A. (2014). *Platão – A República* (2ª ed.). Martins Fontes.

Prado Jr., B. (2004). *Erro, ilusão e loucura* (1ª ed.). Editora 34.

Proposta de orçamento para a Política de Coesão 2021-2027, 2024, https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/budget_proposal_cohesion_policy_2021-2027.pdf

Proteção dos valores consagrados no artigo 2.º do TUE na EU. (2024). *Fichas técnicas sobre a União Europeia*. https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_4.1.2.pdf

Puente, P. G.-C. (2009). Un siglo de estudios sobre la paz en la Antigua Roma (1901-2001). *Anales de Prehistoria y Arqueología, 17*(18), 437–452. https://revistas.um.es/apa/article/view/60931

Radbruch, G. (2010). *Filosofia do Direito* (2ª ed.). Martins Fontes.

Raaflaub, K. A. (2016). Abhorring war, yearning for peace: The quest for peace in the Ancient World. In K. A. Raaflaub (Ed.), *Peace in the ancient world: Concepts and theories.* Wiley Blackwell.

Raaflaub, K. A. (2007). Searching for peace in the Ancient World. In K. A. Raaflaub (Ed.), *War and peace in the Ancient World*. Blackwell.

Ramos, A. P. (2010). *Políticas da União Europeia: Coesão, competitividade e coesão social*. Edições Sílabo.

Rawls, J. (2001). *O Direito dos povos.* Martins Fontes.

Rawls, J. (2000). *Uma teoria da justiça* (A. Pisetta & P. P. Medeiros, Trad.). Martins Fontes.

Rawson, E. (2010). *Cícero: Uma vida política*. Edições 70.

Reale, G. (1979). A Filosofia do direito em Kant. *Revista Brasileira de Filosofia*, *29*(115), 331–350.

Reale, G. (2015). *Estoicismo, ceticismo e ecletismo* (M. Perine, Trad.). Loyola.

Reale, G. (1995). *História da filosofia antiga* (H. C. de Lima Vaz & M. Perine, Trad.; Vol. 5). Loyola.

Reale, G. (2003). *História da filosofia: Patristica e escolastica* (Vol. 2). Paulus.

Reale, G., & Antiseri, D. (1990). *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média* (I. Storniolo, Trad.). Paulus.

Reale, G., & Antiseri, D. (2005). *História da filosofia: De Kant a Hegel* (Vol. 5). Paulus.

Relatório de 2022 sobre o Estado de direito, 2022, https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/upholding-rule-law/rule-law/rule-law-mechanism/2022-rule-law-report_pt

Relatório global sobre refugiados, 2023, https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/11/V3-Relatorio-CSVM-2023-Digital.pdf

Relatório sobre a igualdade e a diversidade na União Europeia, 2020, https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/3e806031-0041-11eb-b85c-01aa75ed71a1

Reno, W. (1998). *Warlord politics and African states*. Lynne Rienner Publishers.

Rodrigues, A. C. (2018). A política de coesão da União Europeia: Desafios e perspectivas. *Revista de Estudos Europeus*, *15*(2), 45–62.

Rodrigues, L. E. (2011). O Conceito de verdade na crítica da razão pura de Kant. *Problemata: R. Intern. Fil.*, *02*(02), 137–157. https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/10799/6199

Rodrigues, M. J. (2019). Coesão económica e social. In A. J. Pereira & M. J. Rodrigues (Org.), *Manual de direito da União Europeia* (pp. 873–905). Almedina.

Rodrigues, M. R. S. de L. (2002). União Europeia: Da comunidade econômica à união política. *Revista Brasileira de Política Internacional*, *45*(2), 113–135. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200006&lng=en&nrm=iso

Rodrigues, V. F. (2014). *O ensino da filosofia como experiência crítico-criativa do filosofar: Limites e possibilidades* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4772?locale=pt_BR

Rosler, A. (2016). Aristóteles sobre la guerra: Un discurso olvidado. *El arco y la lira: Tensiones y Debates*, (4), 45–54. https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/179034

Rossi, A. L. (2010). *O Tratado de Roma e a construção europeia* (2ª ed.). Atlas.

Rotterdam, E. de. (2008). *Adagios del poder y la guerra y la teoría del adagio*. Alianza Editorial, Edición de Ramón Puig de la Bellacasa.

Rotterdam, E. de. (2011). Elogio de la Estupidez. In F. P. Tomás (Ed.). Akal.

Rotterdam, E. de. (2000). *Lamentaciones de la paz, en Obras completas*. Gredos.

Rotterdam, E. de. (1964). *Querella de la paz*. Aguilar.

Rouanet, L. P. (2010). *Paz, justiça e tolerância no mundo contemporâneo.* Loyola.

Rubio, F. J. B. (n.d.). *Politeia: La política en la Antigüedad Clásica*. https://www.academia.edu/9313197/Politeia_La_Pol%C3%ADtica_en_la_Antig%C3%BCedad_Cl%C3%A1sica

Russell, B. (2004). *História da Filosofia Ocidental* (B. Silveira, Trad.; 2ª ed.). Companhia de Bolso.

Sachs, J. D. (2015). *A era do desenvolvimento sustentável* (L. T. Motta, Trad.). Bertrand.

Saldanha, N. (2005). *Da teologia à metodologia: Secularização e crise no pensamento jurídico*. Del Rey.

Salgado, J. C. (1996). *A ideia de justiça em Hegel*. Loyola.

Salgado, J. C. (1995). *A ideia de justiça em Kant: Seu fundamento na igualdade e na liberdade* (2ª ed.). Ed. UFMG.

Salgado, J. C. (2006). *A ideia de justiça no mundo contemporâneo: Fundamentação e aplicação do direito como maximum ético*. Del Rey.

Salgado, J. C. (1998). O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, *24*(2), 3–34. https://doi.org/10.9732/178

Salgado, J. C. (2012). O humanismo de Cícero: A unidade da filosofia e da vida política e jurídica. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (40), 15–176.

Salgado, J. C., & Horta, J. L. B. (2010). *Hegel, Liberdade e Estado*. Fórum.

Salgado, K. (2011). *A Filosofia da dignidade humana: Porque a essência não chegou ao conceito* (2ª ed.). Mandamentos.

Salgado, K. (2008). *A paz perpétua de Kant: Atualidade e efetivação*. Mandamentos.

Salgado, K. (2005). *O valor e a atualidade do projeto pela paz perpétua de Kant.* UFMG.

Salgado, R. H. C. (2018). *Hermenêutica filosófica e aplicação do direito*. Editora D'Plácido.

Santos, I. M. (2018a). *A res publica entre a ideia e a história: Filosofia, eloquência e tradição no pensamento político-jurídico de Marco Túlio Cícero* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AY4KWQ

Santos, I. M. (2018b). Direito e justiça em Ulpiano: Reflexões sobre o justo dos gregos aos romanos. *Revista Duc In Altum Cadernos de Direito*, *10*(22), 203–257. https://doi.org/10.22293/2179-507x.v10i22.981

Santos, J. G. T., & Maia Júnior, J. (2008). *Platão – Carta VII*. Ed. PUC- Rio/Loyola.

Sartori, C. C. (2013). *A passagem para o abismo entre a natureza e a liberdade: Uma investigação do sistema crítico de Immanuel Kant a partir da crítica da faculdade do juízo* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais]. Repositório UFES. https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/8c3720c5-a04b-4056-90a1-7e1b426b103d/content

Scatolin, A. (2009). *A invenção no do orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23* [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-19022010-165443

Schmitt, C. (2014). *A ditadura* (F. B. Siebeneichler, Trad.). Editora Unesp.

Schmitt, C. (1991a). *El concepto de lo político* (R. Agapito, Trad.). Alianza.

Schmitt, C. (2002). *El nomos de la tierra: Em el derecho de gentes del «Ius publicum europaeum»*. Editorial Comares.

Schmitt, C. (2007). *Legalidade e legitimidade* (T. L. C. Romão, Trad.). Del Rey.

Schmitt, C. (1992). *O conceito do político*. Vozes.

Schmitt, C. (2007). *O conceito de político*. Edições 70.

Schmitt, C. (2009). *O conceito do político* (G. de Carvalho, Trad.). Del Rey.

Schmitt, C. (2018). *Teologia política II* (F. J. D. Roquette, Trad.). Realizações.

Schmitt, C. (1991b). *The concept of the political*. University of Chicago Press.

Schuman, R. (1950). *Déclaration du 9 mai 1950*. Ministère des Affaires étrangères. https://www.cvce.eu/obj/declaration_du_9_mai_1950-fr-38403c69-d370-4b7d-8882-0056a4400362.html

Schuman, R. (1963). *Pour l'Europe.* Nagel.

Schwarz, K. (2023, outubro). Coesão, crescimento e emprego. *Fichas Temáticas sobre a União Europeia.* https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/93/coesao-economica-social-e-territorial

Sckell, S. N. (2013). *À paz perpétua de Kant: Filosofia do direito internacional e das Relações Internacionais* (2ª ed.). Editora WMF Martins Fontes.

Sckell, S. N. (2017). O cosmopolitismo de Kant: Direito, política e natureza. *Estudos Kantianos*, *5*(1), 199–214. http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ek/article/view/7086

Sen, A. (2011). *A Idéia de justiça.* Companhia das Letras.

Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). Companhia das Letras.

Serra, A. T. y. (2001). Presentacíon. In I. Kant, *Sobre la paz perpetua* (J. Abellán, Trad.). Alianza Edirorial.

Silva, A. L. da. (2011). *A União Europeia como ator normativo: Diplomacia, identidade e a promoção da democracia* [Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas].

Silva, F. M. da. (2017). *A República de Platão: Uma introdução à filosofia* (1ª ed.). Apolodoro Virtual Edições.

Silva, J. C. (2010). A teoria da guerra justa em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo Local].

Silva, J. (2020). *A filosofia da coesão: Fundamentos e aplicações* (2ª ed.). Editora Acadêmica.

Silva, J. (2018). *A União Europeia como ator normativo na área da segurança internacional: Uma análise do caso da política europeia de segurança e defesa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa].

Silva, J. (2000). *História da União Europeia*. Editora Exemplo.

Silva, J. (2024). Orçamento e políticas da União Europeia. Editora Exemplo.

Skirry, J. (2010). *Compreender descartes* (1ª ed.). Vozes.

Smith, R. (2005). *A Utilidade da força: A arte da guerra no mundo moderno* (M. Mata, Trad.). Edições 70.

Smith, P. (2005). *A traição da África.* Editora Planeta.

Società Italiana di Studi Kantiani. (n.d.). *Società Italiana di Studi Kantiani*. http://<http://www.studiKANT.it/it/notizie/282

Sousa, M. J. (1992). A cidadania europeia no Tratado de Maastricht. *Revista Jurídica do Minho*, *14*(2), 321–345.

Steel, C. (2005). *The end of the Roman Republic 146-44 BC*. Edinburgh University Press.

Stein, E. (2002). The Treaty of Nice and the institutional architecture of the European Union. *European Law Journal*, *8*(3), 290–308.

Stockmeier, P. (2011). *Agostinho, o pensador: Uma introdução*. É Realizações.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (2009). A teoria da identidade social. In A. E. M. L. Rodrigues & B. Jablonski (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 132–152, 27ª ed.). Vozes.

Terra, R. (2004). *Kant e o direito.* Jorge Zahar Editor.

Torrano, J. A. A. (2011). A noção mítica de Théos, “Deus(es)”, na República de Platão. In D. G. Xavier & G. Cornelli (Eds.). *A República de Platão: Outros olhares*. Edições Loyola.

Tratado da União Europeia, fevereiro 7, 1992, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012M/TXT&from=PT

Tratado da União Europeia (versão consolidada), 2008, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12012M%2FTXT

Tratado da União Europeia, 2016, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12012M%2FTXT

Tratado de Amsterdã, outubro 2, 1997.

Tratado de Lisboa, dezembro 17, 2007, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12007L/TXT

Tratado de Maastricht, fevereiro 17, 1992, https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/3/os-tratados-de-maastricht-e-de-amesterdao#:~:text=I.-,O%20Tratado%20de%20Maastricht,1%20de%20novembro%20de%201993.&text=

Ao%20instituir%20a%20União%20Europeia,entre%20os%20povos%20da%20Europa»

Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e certos atos conexos. (2001). *Jornal Oficial da União Europeia*.

Tratado de Paris, 1951.

Tratado de Roma (CEE), Março 25, 1957. https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/treaty-of-rome

UE vence Nobel da Paz 2012: “Este prémio é para todos os cidadãos europeus”. (2012, Outubro 15). *Parlamento Europeu*. https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20121012STO53551/ue-vence-nobel-da-paz-2012-este-premio-e-para-todos-os-cidadaos-europeus

Uma parceria estratégica entre a UE e a ONU, 2020, https://www.consilium.europa.eu/media/45034/eu-un-strategic-partnership-2020-pt.pdf

União Europeia. (2021). A União Europeia em poucas palavras. *Serviço das Publicações da União Europeia*. https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt

União Europeia. (2020). *Cohesion policy data*. https://ec.europa.eu/eurostat/web/cohesion-policy/data

União Europeia. (2017). *Cohesion policy for all regions*.

União Europeia. (2019). Desenvolvimento e Cooperação. *Serviço das Publicações da União Europeia*. https://ec.europa.eu/international-partnerships/development-cooperation_pt

União Europeia. (2020). Direitos humanos e democracia. *Serviço das Publicações da União Europeia*. https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/human-rights-and-democracy/

União Europeia. (2003). *Estratégia Europeia de Segurança: Uma Europa Segura em um Mundo Melhor*.

União Europeia. (2016). Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia. https://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf

União Europeia. (2003). *Paz, segurança e defesa*. https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/defence/

União Europeia. (2014). Regulamento (UE) nº 235/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento. Jornal Oficial da União Europeia, L 77/44.

União Europeia. (2022). *Relatório anual sobre política externa e de segurança comum*.

União Europeia no Brasil. (n.d.). *Delegação da União Europeia no Brasil*. https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/brazil_pt

Urwin, D. W. (1995). *The community of Europe: A history of European integration since 1945*. Longman.

Vaz, H. C. de L. (2014). *A formação do pensamento de Hegel*. Edições Loyola.

Vaz, H. C. de L. (2000). *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. Loyola.

Veyne, P. (2008). *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História*. Editora UnB.

Villaverde, M. J. (2014). Forjadores de la paz: De la polis a la Ilustración. *Revista Araucaria*, *18*(32), 173–196. http://hdl.handle.net/11441/46161

Walzer, M. (2003). *Guerras justas e injustas: Uma abordagem moral com exemplos históricos* (J. Simões, Trad.). Martins Fontes.

Weatherill, S. (2016). *Law and values in the European Union*. Oxford University Press.

West, C. (2004). *Democracy matters: Winning the fight against imperialism*. Penguin Press.

Wilkinson, R. (2006). *The single European market and the public sector: A quantitative assessment*. Edward Elgar Publishing.

Wirszubski, C. (1954). Cicero's cum dignitate otium: A reconsideration. *The Journal of Roman Studies*, *44*(1–2), 1–13. https://doi.org/10.2307/297549

Xavier, D. G., & Cornelli, G. (2011). *A República de Platão: Outros olhares*. Edições Loyola.

Yoder, J. H. (1994). *The politics of Jesus.* Grand Rapids: Eerdmans.

Zampaglione, G. (1973). *The idea of peace in Antiquity* (R. Dunn, Trad.). University of Notre Dame Press.

Zanella, D. C. (2014). A Origem do Conceito de Cosmopolitismo. *Revista Hypnos*, *32*(1), 166–176. https://www.hypnos.org.br/index.php/hypnos/article/view/102

Zanella, D. C, & Oliveira, L. S. de O. (2014). *Liberdade e Moralidade em Kant*. http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/004e2.pdf

Ziegler, J. (1998). *A Europa dos direitos humanos*. Instituto Piaget.